

latindex

RENOVARE

REVISTA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

ISSN: 2359-3326



Centro Universitário
Vale do Iguaçu

1º SEMESTRE DE 2022, ANO 9, VOLUME 1



Revista de Estudos Vale do Iguaçu

URL: <http://book.uniguacu.edu.br/index.php/RENOVARE/index>

EXPEDIENTE

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO IGUAÇU – UNIGUAÇU

Rua Padre Saporiti, 717 – Bairro Rio D´Areia
União da Vitória – Paraná
CEP. 84.600-000
Tel.: (42) 3522 6192

CATALOGAÇÃO

ISSN: 2359-3326

LATINDEX

Folio: 25163

Folio Único: 22168

CAPA

Equipe Marketing (UNIGUAÇU)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REVISTA

Editor-chefe:

Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UNIGUAÇU)

Coeditor:

Prof. Francieli Dayane Iwanczuk (UNIGUAÇU)

Conselho Editorial:

Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UNIGUAÇU)
Prof. Dr. Andrey Portela (UNIGUAÇU)
Prof. Dra. Julia Caroline Flissak (UNIGUAÇU)
Prof. Remei Haura Junior (UNIGUAÇU)
Prof. Dra. Patrícia Manente Melhem Rosas (Campo Real)
Prof. Dra. Bruna Rayet Ayub (UCP)



SUMÁRIO

A DESREGULAÇÃO NO USO DOS MECANISMOS DE DEFESA DO EGO E O DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: UM DIÁLOGO ENTRE TEORIAS.....	6
A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL COM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	22
A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REGULAR.....	33
A TRANSFERÊNCIA E A CLÍNICA PSICANALÍTICA COM CRIANÇAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESPECIFICIDADES.....	47
ANÁLISE COMPARATIVA DA INCIDÊNCIA DO USO DE ANTIMICROBIANOS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 POR USUÁRIOS DO SUS EM UNIÃO DA VITÓRIA – PR.....	59
AS NOVAS INSERÇÕES DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE: PROPOSTA INTERVENTIVA EM UMA ACADEMIA NO VALE DO IGUAÇU.....	75
ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA SINDROME DE WEST: REVISÃO DE LITERATURA.....	89
AVALIAÇÃO DA PREDISPOSIÇÃO À ANOREXIA NERVOSA EM ALUNAS DE ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA-PR.....	97
AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE PROTEÍNAS POR PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO.....	108
AVANÇOS NA PRODUÇÃO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM <i>WEB BASED TRAINING</i>	119
CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA DOENÇA DE VON WILLEBRAND.....	132
COMPORTAMENTO DISFUNCIONAL DECORRENTE DO EXCESSO DA VISIBILIDADE DE MATERIAL PORNOGRÁFICO - UMA ANÁLISE A PARTIR DA TERAPIA COGNITIVA-COMPORTAMENTAL.....	149



DO AMOR AO MEDO: A PERMANÊNCIA DA MULHER EM UM RELACIONAMENTO ABUSIVO UMA PERSPECTIVA DA GESTALT-TERAPIA.....	162
ESTADO NUTRICIONAL E INSATISFAÇÃO CORPORAL EM ADOLESCENTES: UMA REVISÃO.....	178
FATORES DE ADESÃO E ADERÊNCIA AO TREINAMENTO FUNCIONAL...	196
FENÔMENOS PSICOLÓGICOS OBSERVADOS EM UMA ESCOLA DURANTE A REALIZAÇÃO DE UM ESTÁGIO BÁSICO DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO.....	205
GERADOR PARA CARREGAMENTO DE CELULARES EM BICICLETAS.....	220
IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS E SUA INFLUÊNCIA PARA O BOM DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS....	235
INCONSISTÊNCIA EM DIAGNÓSTICO DE HIPOPLASIA DA VEIA SAFENA DO MEMBRO INFERIOR.....	245
MASSOTERAPIA APLICADA À ESTÉTICA.....	253
NOVOS CAMINHOS PARA GESTÃO ESCOLAR E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ESCOLA DURANTE O SÉCULO XXI.....	265
O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO (A.T.) COMO DISPOSITIVO NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE – UM ESTUDO DE CASO.....	279
O CONHECIMENTO DOS CORREDORES ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIGUAÇU SOBRE MÉTODOS DE TREINAMENTO DE CORRIDA.....	293
O MENINO QUE SOBREVIVEU: UM ESTUDO SOBRE OS ARQUÉTIPOS ENCONTRADOS NO PERSONAGEM HARRY POTTER DE J.K. ROWLING.....	307
O PAPEL DA FAMÍLIA E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO PLANTÃO PSICOLÓGICO.....	323
OS EFEITOS AGUDOS DO ALONGAMENTO PRÉVIO NO DESENVOLVIMENTO DE FORÇA MUSCULAR.....	336
OS EFEITOS DO TREINAMENTO DA FLEXIBILIDADE NA LOMBALGIA CRÔNICA: UM ESTUDO DE CASO.....	346



PLANTÃO PSICOLÓGICO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES.....	358
PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A RELAÇÃO ENTRE AUTOESTIMA, RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E ANSIEDADE.....	368
PSICOLOGIA E ESPIRITUALIDADE: UMA DISCUSSÃO BASEADA NA EXPERIÊNCIA NO PLANTÃO PSICOLÓGICO EM UMA IGREJA CATÓLICA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA.....	384
PSICÓLOGO ESCOLAR FRENTE AO ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA: ADAPTAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DE PRÁTICAS E SABERES EM UM COLÉGIO PRIVADO DO VALE DO IGUAÇU.....	395
REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO REGULAR.....	412
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL EM UMA EMPRESA DO RAMO DO PAPEL NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA-PR.....	426
SAÚDE MENTAL NAS REDES SOCIAIS: O QUE A ANSIEDADE E O CONSUMO TÊM EM COMUM?.....	440
TRABALHO MULTIPROFISSIONAL NA PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE DE PESSOAS ACOMETIDAS PELA DEFICIÊNCIA VISUAL.....	456
TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO APÓS ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL: ESTUDO DE CASO.....	471
TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EM ADOLESCENTES COMO RECURSO DE PROMOÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA.....	480
UM DIÁLOGO PSICANALÍTICO EM PROSTITUIÇÃO.....	496
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E VARIÁVEIS DE PERMANÊNCIA NA RELAÇÃO ABUSIVA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO.....	506



A DESREGULAÇÃO NO USO DOS MECANISMOS DE DEFESA DO EGO E O DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: UM DIÁLOGO ENTRE TEORIAS

Michelly Herrera Pedreira¹
Guidie Elleine Nedochoetko Rucinski²
Cinthy Ciola da Costa Senkiv³
Luane Aparecida de Lima⁴

RESUMO: Os mecanismos de defesa na psicanálise possuem a função de proteger o sujeito de situações ameaçadoras que possam evocar algum sofrimento, mas em determinado momento, um mecanismo de defesa pode apresentar-se de forma rígida, gerando consequências no desenvolvimento da personalidade do sujeito. O presente trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, o qual objetiva por meio de produções científicas referentes aos mecanismos de defesa pela psicanálise e a teoria da inteligência emocional por Daniel Goleman, compreender “como a desregulação no uso dos mecanismos de defesa do ego impede o sujeito de desenvolver a inteligência emocional”. Para isso, a utilização de um diálogo entre as teorias supracitadas possibilitou a estruturação teórica de um terceiro viés, o qual permite uma compreensão acerca do desvio da gestão emocional e um possível caminho para o restabelecimento psíquico saudável do indivíduo, além de ressaltar a importância da pesquisa científica diante das temáticas expostas.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Inteligência emocional. Mecanismos de defesa do ego. Desequilíbrio emocional.

ABSTRACT: The defense mechanisms in psychoanalysis have the function of protecting the subject from threatening situations that may evoke some suffering, but at a given moment, a defense mechanism can present itself rigidly, generating consequences in the development of the subject's personality. The present work presents a bibliographical research of exploratory character, which aims through scientific productions referring to the defense mechanisms by psychoanalysis and the theory of emotional intelligence by Daniel Goleman, understanding "how deregulation in the use of ego defense mechanisms prevents the subject from developing emotional intelligence". For this, the use of a dialogue between the aforementioned theories allowed the theoretical structuring of a third bias, which allows an understanding about the deviation of emotional management and a possible path to the healthy psychic restoration of the individual, besides emphasizing the importance of scientific research in the face of the themes exposed.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Emotional intelligence. Ego defense mechanisms. Emotional imbalance.

1. INTRODUÇÃO

Para a psicanálise, os mecanismos de defesa do ego possuem papel fundamental no modo como os indivíduos se relacionam. Segundo Piovesan et al. (2018, p. 20), os mecanismos são usados inconscientemente e assim, é

¹ Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Iguaçu- UNIGUAÇU. E-mail: michellypedreira65@gmail.com

² Professora orientadora. Graduada em Psicologia pela UnC – SC e Especialista em Psicologia das Organizações e do Trabalho pela mesma instituição de ensino superior. E-mail: prof_guidierucinski@uniguacu.edu.br

³ Professora orientadora. Graduada em Psicologia pela PUC - PR e Mestre em Educação pela UNIARP - SC. E-mail: cinthyaciola@gmail.com

⁴ Psicóloga, graduada pela Universidade do Contestado (UnC), pós-graduada em Psicologia Clínica: abordagem psicanalítica pela PUC-PR, professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU. E-mail: prof_luanelima@uniguacu.edu.br.



possível compreender que o indivíduo não perceba quando os utiliza. A função dos mecanismos é de proteger o sujeito de situações ameaçadoras que possam evocar algum sofrimento.

Segundo Freud (1946, apud CAMPOS, 2018, p. 150), em determinado momento, um mecanismo de defesa pode se desalinhar e passar a apresentar-se como dominante e rígido ocasionando perturbações no desenvolvimento da personalidade do sujeito; o que possibilita notar uma semelhança entre determinadas neuroses e formas específicas de defesa. Neste cenário, o problema de pesquisa que emerge é: como a desregulação no uso dos mecanismos de defesa do ego descrita pela psicanálise impede o sujeito de desenvolver a inteligência emocional? O presente trabalho aborda um estudo bibliográfico de caráter exploratório, que objetiva pontuar produções científicas que explanem a respeito dos mecanismos de defesa do ego pela psicanálise e o processo de desenvolvimento da inteligência emocional pela teoria de Daniel Goleman, com o intuito de correlacionar tais trabalhos, possibilitando uma compreensão acerca do desvio da gestão emocional por intermédio de um terceiro viés, um diálogo entre duas teorias distintas, e qual caminho possível para o restabelecimento psíquico saudável do indivíduo.

2. MÉTODO

A presente pesquisa classificada como bibliográfica, intenta por meio da interrelação de teorias, unir conhecimentos, sendo assim possível compreender ao abordar o problema de pesquisa que esta enquadra-se como exploratória, a qual segundo Gil (2002, p. 41) “têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. ”

O desenvolvimento do estudo foi estruturado por meio da análise de conteúdos teórico-científicos, como artigos científicos, dissertações e teses, datados com ano de publicação de 2006 a 2019, tais materiais foram selecionados por palavras-chave como: *psicanálise*, *personalidade*, *mecanismos de defesa do ego*, e *inteligência emocional*, selecionados de diversas plataformas de pesquisa científica.

Foram utilizados também, exemplares de autores clássicos psicanalíticos e obras complementares que abordam o tema com referências de publicações



anteriores ao ano de 2010, e o exemplar de Daniel Goleman sobre a teoria da inteligência emocional, sendo este o livro: “Inteligência Emocional a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente” (publicado em 1995, reimpressão que foi utilizada de 2012).

3. A ESTRUTURA PSÍQUICA PARA A PSICANÁLISE

A teoria desenvolvida por Sigmund Freud no início do século XX é extensa e complexa. O autor ao final do século XIX inicia seus estudos, mas somente no ano de 1900 publica sua primeira obra: “A interpretação dos sonhos”. Desta forma o desenvolvimento da teoria psicanalítica freudiana relaciona-se as circunstâncias do início do século XX, marcado por inúmeras transformações (CARLONI, 2011).

De acordo com Nishikawa, Fiore e Hardt (2017), Freud apresenta pela psicanálise ao estruturar a primeira tópica do aparelho psíquico, não mais regido pela consciência, mas pelo inconsciente que é formado por intermédio do recalçamento, sendo este uma ação psíquica dos mecanismos de defesa, fator chave da histeria. Simultaneamente apresentou a teoria do sonho e o desvelamento da sexualidade infantil, que provocou críticas no início do século XX (NISHIKAWA; FIORE; HARDT, 2017).

A cura pela Psicanálise nasceu, portanto, da necessidade, conforme as análises de Freud de tornar consciente o inconsciente. Fadiman e Frager (2002), explicam que no inconsciente encontram-se os elementos mais instintivos do ser humano, os quais nunca foram conscientes e que também não conseguem ser acessados pela consciência. Outro fator a se expor é que no inconsciente reside todo material que foi negado, excluído, censurado, reprimido pela consciência, tal material não é definitivamente esquecido ou perdido, apenas não lhe é permitido ser lembrado. “A maior parte da consciência é inconsciente. Ali estão os principais determinantes da personalidade, as fontes da energia psíquica e pulsões ou instintos” (FADIMAN; FRAGER, 2002, p. 7).

Posteriormente, na segunda tópica, Freud desenvolveu outros conceitos fundamentais para a compreensão da psique humana, o id, ego e superego, sendo estes três componentes que estruturam a psique. O id corresponde a toda origem da energia pulsional (libido), resume Carloni (2011). Cunha (2010),



contribui expondo que o id é a fração onde se localizam as propensões mais rudimentares do indivíduo, ele é constituído por energias – a estas Freud chamou de pulsões – estabelecidas biologicamente e indispensáveis de desejos e urgências desacolhidas de qualquer norma social determinada.

“O id não é socializado, não respeita convenções, e as energias que o constituem buscam a satisfação incondicional do organismo”. (CUNHA, 2010, p. 1). Ou seja, o id sendo inconsciente é regido pelo Princípio do Prazer⁵, o qual, formulado por Freud, refere-se à inclinação natural do psiquismo em atingir prazer e eliminar o desprazer, recorrendo a redução dos níveis de tensão intrapsíquica (CARLONI, 2011).

O ego é seção da personalidade especializada em manter o convívio com o externo que o indivíduo está situado, ele corresponde a fração visível de cada sujeito, se relaciona com as normas sociais permitidas, suporta as pressões e tensões do meio, e exerce ações com a finalidade de equilibrar a convivência do indivíduo com os outros a seu redor (CUNHA, 2010). Fadiman e Frager (2002), comentam que o ego se desenvolve a partir do id, no processo de desenvolvimento do indivíduo ao passo que vai constituindo noção clara de sua identidade, para cuidar e acomodar as incessantes solicitações do id.

Para Freud (1977) o ego é a parte do id remodelada pela intervenção direta do mundo externo, como também por intermédio do mundo externo o ego visa influenciar o id e suas inclinações. Deste modo, o ego empenha-se em substituir o princípio do prazer que impera no id, pelo Princípio da Realidade⁶. Carloni (2011), explana que o ego intercede entre os impulsos do id, as impraticabilidades do mundo externo e as inibições do superego, e tal componente alinha-se ao princípio da realidade, é por meio deste que o indivíduo se tornar civilizado.

O superego, no que lhe concerne, é o detentor de regras e princípios morais do grupo social que o indivíduo está inserido. Nele se reúnem as normas e os valores da cultura e sociedade, estas que são representadas, preliminarmente, pela família e em seguida internalizadas pelo indivíduo.

⁵ Princípio do Prazer: texto escrito por Freud “Além do princípio do prazer” no ano de 1920. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001).

⁶ Princípio da Realidade: texto escrito por Freud “Além do princípio do prazer” no ano de 1920. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001).



(CUNHA, 2010). Por conseguinte, Carloni (2011), relembra que Freud definiu o superego como o herdeiro do Complexo de Édipo⁷, visto que este acusa os desejos do id, antes destes impulsos alcançarem a consciência. O fato é que segundo Freud (1977), quanto mais intenso o complexo de Édipo e mais rápido perecer à repressão, mais severa será a autoridade do superego sobre o ego, seja de forma consciente, ou até mesmo por meio de um sentimento de culpa inconsciente.

Portanto, o superego possui quatro funções, sendo a primeira a autopreservação, pela qual irá vigiar os atos e vontades do ego; a segunda função manifesta as regras, leis e normas introjetadas no indivíduo; no que compete a terceira função essa é a que julga e se responsabiliza por punir os atos e vontades do ego, conforme as regras, leis e normas introjetadas. E por fim a quarta função do superego é responsável pela criação de ideias que o ego teria o dever de ser, “ideal de ego”.

Desse modo, pode-se compreender que o id, o ego e o superego são completamente diferentes, mas não são isolados, os três compõem uma relação em que dialogam, atuando unidos e criam, na estrutura psíquica, um apanhado que compreende a subjetividade para a psicanálise. (CARLONI, 2011).

4. O EGO E OS MECANISMOS DE DEFESA NA PSICANÁLISE

Para Silva (2010, p. 1 e 2), “os mecanismos de defesa do ego são processos subconscientes desenvolvidos pela personalidade”, com o propósito de permitir que a mente desenvolva uma solução aos conflitos, impulsos agressivos, ansiedades, hostilidades e frustrações mal resolvidas ao nível da consciência. A autora comenta que essa técnica é utilizada para defesa, pois visa organizar impulsos que se encontram em conflito e abrandar tensões internas que são selecionadas de forma inconsciente e operam de forma automática.

Fenichel (2004), ressalta que os mecanismos podem ser divididos em dois grupos: a) as defesas bem-sucedidas que atuam para cessar o estímulo que se

⁷ Complexo de Édipo: baseado na história do Édipo-Rei. Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001).



rejeita; e b) as defesas ineficazes, que demandam uma repetição do processo de repulsão para conseguir barrar a invasão dos impulsos que foram rejeitados. Dentre os mecanismos de defesa do ego destacam-se oito como principais. São eles: Negação; Regressão; Deslocamento; Projeção; Formação de Reação ou Formação Reativa; Intelectualização; Racionalização e Sublimação.

No mecanismo de **negação**, como descrito por Pereira (2014, grifo nosso), este apresenta-se pela ação de negar a realidade baseando-se em mentiras que muitas vezes levam o indivíduo a confundir-se, já que se contraria. Ao negar a realidade é uma maneira do indivíduo de se proteger de algo que pode gerar sofrimento e dor. Já ao mencionar o mecanismo de **regressão**, Pereira (2014, grifo nosso) aponta que esta se caracteriza pela vivência em um retorno ao nível do desenvolvimento, um modo de desempenho psíquico menos complexo, infantilizado.

No mecanismo de **deslocamento**, Kotzent (2017, grifo nosso), discorre que os sentimentos ligados a uma ideia ou a objeto são deslocados para outro semelhante que é muito parecido com o original. Pereira (2014), explica que este mecanismo não possui elo com a lógica, por meio dele o todo pode ser retratado por uma parte, e vice-versa.

Pereira (2014, grifo nosso), referindo-se ao mecanismo de defesa da **projeção**, esta faz parte da dinâmica relacional, para que a projeção seja possível é preciso que exista o outro na relação. A partir da existência do outro, será a ele atribuídas qualidades e defeitos próximos às do mundo interno do indivíduo que projeta. Fadiman e Frager (2002), agregam ao definir a projeção como ação de atribuir ao outro, qualidades, sentimentos e intenções que se originaram em si próprio.

Referente ao mecanismo de **formação reativa**, Fadiman e Frager (2002, grifo nosso), especificam que esse substitui pensamentos e comportamentos que são completamente opostos ao desejo original; trata-se de uma inversão nítida e, em geral, inconsciente do desejo. Para Pereira (2014) a formação reativa encaixa-se nos mecanismos de defesa de nível superior, ou nas defesas neuróticas por conta de transformar um desejo ou impulso em algo totalmente ao seu oposto.

Já ao falar sobre a **intelectualização**, termo empregado por Anna Freud, Kotzent (2017, grifo nosso), explica que este manifesta-se como uma resistência



ao processo analítico, desta maneira o paciente utiliza de pensamentos abstratos, filosóficos e teóricos ao invés de contar os afetos e fantasias existentes.

Ao que se refere a **racionalização** Silva (2010, grifo nosso), esclarece este mecanismo é um dos mais comuns ao querer evitar o sentimento de culpa e manter o respeito por si próprio, tal mecanismo se apresenta muito eficaz até exceder-se ao ponto de guiar o indivíduo em uma autoproteção e constante conforto psíquico, já que este cria argumentos para não assumir a justificativa real.

E por fim, Pereira (2014), articula que o mecanismo mais eficaz, é a sublimação pois canaliza impulsos libidinais para ações socialmente úteis e aceitáveis. Fadiman e Frager (2002), argumentam que a característica em comum está em que, sob a interferência do ego, o objeto e/ou a finalidade se modifica, sem bloquear a descarga adequada. Na sublimação, o impulso original cessa, pois tal energia é canalizada e retirada por meio da catexia⁸ do substituto. Já nas demais defesas a energia do impulso original é contida por uma contra catexia alta.

5. INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

A partir de 1995, com os trabalhos de Daniel Goleman é que a teoria da inteligência emocional ganha popularidade, o fato é que antes das publicações, do autor mencionado, estudos referentes as emoções já existiam. A inteligência emocional é pesquisada, no mínimo, há cerca de cinquenta anos. Mas ainda é possível compreender este como um tema recente e muito debatido. O termo inteligência emocional tornou-se mais conhecido em meados da década de noventa e os debates envolvendo a temática perduram até os dias atuais (ARRUDA; MORAES; COLLING, 2018).

Goleman (2012) argumenta que é possível acompanhar cotidianamente nos noticiários casos cada vez mais recorrentes no que se refere a episódios de conflitos, por diversas vezes, iniciados por mal-entendidos, agressões verbais e

⁸ Catexia: processo que canaliza a energia libidinal em uma ideia, na representação mental de uma pessoa ou objeto. A libido que é catexizada perde seu movimento de origem, não podendo mais se mobilizar em direção de novos objetos. (FADIMAN; FRAGER, 2002).



até físicas que acabam tomando grandes dimensões. Para Goleman (2012), o noticiário encontra-se cada dia mais sobrecarregado de informações que alertam para a fragmentação da civilidade e da segurança, mas o fator relevante deste cenário é que tais eventos se revelam apenas como reflexo, em maior proporção, de um estado de descontrole emocional. Goleman (2012, p. 33), expõe que:

Na verdade, as primeiras leis e proclamações sobre ética – o Código de Hamurabi, os Dez Mandamentos dos Hebreus, os Éditos do Imperador Ashoka – podem ser interpretadas como tentativas de conter, subjugar e domesticar as emoções. Como Freud observou em *O Mal-estar na Civilização*, o aparelho social tem tentado impor normas para conter o excesso emocional que emerge, como ondas de dentro de cada um de nós.

Para uma compreensão efetiva dos fenômenos emocionais e o processo de desequilíbrio referente a eles, é necessário compreendermos inicialmente o seu dinamismo em equilíbrio, portanto, o que seria a essa inteligência emocional que Goleman expõe? O autor explica que a inteligência emocional é a habilidade de nutrir motivações a si próprio e de persistir em um objetivo mesmo diante de obstáculos; ter o controle dos próprios impulsos e saber esperar para satisfazer seus desejos; manter o controle impedindo que a ansiedade atrapalhe o raciocínio; assim como ser empático e ter autodomínio (GOLEMAN, 2012).

Roque et al. (2006) explicam de outra maneira, expondo que a inteligência emocional nada mais é do que o uso inteligente das emoções; voluntariamente manusear as emoções para que conduzir nossos comportamentos, com o objetivo de alcançar resultados almejados. Todas as situações diárias possuem e correspondem a um encargo significativo das emoções, ter informações necessárias e conseguir raciocinar permite que o indivíduo concentre de maneira assertiva as emoções.

Conforme Woyciekoski (2006), a regulação emocional depende de fatores intra e extra-organísmicos, esses possibilitam que a excitação emocional seja redirecionada, modelada e controlada, permitindo o indivíduo de responder de maneira adaptativa os estímulos que envolvam uma expressividade emocional. A manutenção do equilíbrio interno da excitação emocional, por exemplo, é possível pela regulação das emoções, o que permeia um nível satisfatório de ajustamento e desempenho, ao passo que se encontra em equilíbrio a excitação e expressão emocional, essenciais para a função adaptativa no decorrer da vida.



6. DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

O alicerce para desenvolver a inteligência emocional, está na autoconsciência emocional a partir desta se estruturam outros três componentes essenciais, sendo a autogestão ou autocontrole, a empatia e habilidade social (GOLEMAN, 2012). O autor explica que a autoconsciência é similar a “atenção flutuante” de Freud, sendo esta denominada a atenção capaz de registrar, de forma imparcial, tudo o que flui pela consciência, assistindo como contemplador interessado, mas não formulador de reação. Essa autoconsciência ativa o neocórtex, especificamente nas áreas da linguagem, pareado para reconhecer e nomear emoções que são evocadas. No que se refere a autoconsciência, Goleman (2012, p. 71) argumenta que:

A autoconsciência não é uma atenção que se deixa levar pelas emoções, reagindo com exagero e amplificando a percepção. Ao contrário, é um modo neutro, que mantém a autorreflexividade mesmo em meio a emoções turbulentas.

Deste modo, pode-se compreender que a autoconsciência é estar consciente do estado de espírito que se encontrar, ao mesmo tempo que se observa o que sente em relação a este estado de espírito, compreender e reconhecer as próprias emoções, urgências, desejos, fraquezas e forças, a auto-observação deve ser acolhedora e não julgadora aos estados internos do indivíduo, concluí. (GOLEMAN, 2012).

Goleman (2012), elucida que o autocontrole é como uma conversa interna constante, é por meio dele que o indivíduo consegue ser livre dos próprios sentimentos. As pessoas comprometidas a terem essa conversa interna, também sente mau humor e frustrações emocionais, assim como todas as demais, porém encontram formas de encará-los, contorná-los quando preciso, e direcioná-los de maneiras úteis. Ao encontro do exposto acima, Goleman (2012, p. 81), explicita que:

O problema não está na tristeza, preocupação ou raiva ocasionais; normalmente, esses sentimentos passam, com tempo e paciência. Mas quando eles são muito intensos e ultrapassam um limite razoável, atingem seus perturbadores extremos – ansiedade crônica, ira descontrolada, depressão. E, no ponto mais severo e insuportável, para que sejam debelados pode ser necessária a medicação, psicoterapia ou as duas coisas juntas.



Ressalta-se que a herança genética contribui para uma série de dados que determinam o temperamento do indivíduo, mas os circuitos cerebrais que estão envolvidos são flexíveis, desta maneira temperamento não é conclusivo. As ligações emocionais que são internalizadas na infância modelam os caminhos emocionais, os tornando mais adequados ou inadequados, na essência da inteligência emocional. (GOLEMAN, 2012).

Em conclusão, isso significa que é na infância e na adolescência o momento para demarcar os padrões emocionais básicos que irão ditar a vivência do indivíduo, a fim de possibilitar as novas gerações bem-estar e uma cultura da saúde emocional. Em vista disso, como diria Goleman, “se há um remédio, acredita-se que este seja a preparação dos jovens para a vida”. (GOLEMAN, 2012, p. 74).

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Depois de analisar a teoria dos mecanismos defesa do ego e a teoria da Inteligência Emocional, evidencia-se o momento de responder “Como a desregulação no uso dos mecanismos de defesa do ego descrita pela psicanálise impede o sujeito de desenvolver a inteligência emocional? ”. Em resposta a esta pergunta, foram encontradas ações resultantes da desregulação dos mecanismos de defesa que impossibilitam a inteligência emocional de ser desenvolvida. Sendo assim, a seguir serão apontados os achados que revelam significativo potencial para dissecar tal problemática. Cabe ressaltar que os resultados e discussões aqui apresentados partem de duas teorias distintas, a partir das quais pela perspectiva da pesquisadora alguns pontos podem ser interligados, criando assim um terceiro viés, sendo este um diálogo entre as teorias.

A utilização dos mecanismos de defesa do ego não é realizada de forma consciente pelo indivíduo, visto que são processos subconscientes desenvolvidos com o objetivo de resolver conflitos, ansiedades, frustrações mal resolvidas ao nível consciente. De forma geral os mecanismos de defesa organizam tensões internas, estas são escolhidas de forma inconsciente, mas atuam automaticamente no indivíduo. (SILVA, 2010). De acordo com Freud (2006, p. 31) “Encontramos a mesma ligação constante entre a neurose e os



mecanismos de defesa, quando estudamos os modos de defesa que um paciente emprega contra os seus afetos e a forma de resistência adotada pelo seu ego”. É possível compreender, portanto, que o desenvolvimento da neurose se encontra intimamente relacionado aos mecanismos de defesa, na forma que cada indivíduo os utiliza no enfrentamento de tensões e nas resistências admitidas pelo ego.

Isto posto, tendo em vista a hipótese da utilização de um ou mais mecanismos de defesa de forma generalizada e repetitiva, ou seja, que se apresentam perante até mesmo de situações brandas de tensão, possíveis de serem solucionadas conscientemente pelo indivíduo, mas que ainda assim atuam na resolução de tais, há a possibilidade, a longo prazo, do indivíduo enfrentar dificuldades em experienciar uma vida emocionalmente saudável, como também não conseguir desenvolver inteligência emocional, visto que tais mecanismos de defesa encontram-se “desregulados”, em estado de desregulação referente ao uso, podem-se assim dizer.

De certo modo, quando há a utilização de mecanismos de forma generalizada e repetitiva, atuando na resolução de tensões mesmo que possíveis de serem solucionadas sem a ativação dos mecanismos de defesa, tal ação pode ser justificada e compreendida ao partir da perspectiva de Fenichel (2004), que colabora expondo que há ações de defesa contras assimilações angustiantes, ao passo que há ações de defesa contra qualquer sofrimento existente. Diante disso, adentrando a teoria de Goleman pode-se compreender que os sentimentos e emoções quando se encontram fora do domínio da consciência podem impactar, significativamente, na forma que o indivíduo percebe e reage às situações; mesmo o indivíduo não possuindo a menor ideia de que tais sentimentos e emoções encontram-se atuando. (GOLEMAN, 2012).

Um exemplo simples e de fácil compreensão, é ao analisar alguém que no início do dia se entristece com alguma situação e permanece zangado, mesmo horas depois, e com este estado de humor, responde mal às pessoas que interagem com ele. Nota-se conforme o raciocínio do exemplo acima que a falta de contato consigo mesmo, de compreensão das próprias razões e ações internas prejudicam a perspectiva do indivíduo, favorecendo assim, de maneira significativa para o descontrole da própria postura, comportamentos,



pensamentos e a forma como reage as situações e aos relacionamentos interpessoais a sua volta.

É notável que, muitas vezes, os indivíduos possuem pouco ou, até mesmo, nenhum controle sobre o momento que são dominados por questões emocionais e de quais emoções se tratam, mas pode-se optar sobre quanto tempo durará esse quadro (GOLEMAN, 2012). O fato é que as pessoas necessitam de reservatórios de autocontrole para que seja possível a elas preservar o autodomínio, retardar a satisfação dos impulsos e prazeres e tolerar sentimentos desagradáveis (ARRUDA; MORAES; COLLING, 2018).

Diante de tais pressupostos relacionados ao emocional, é possível correlacioná-los, de certo modo, como contribuintes na utilização generalizada e repetitiva dos mecanismos, uma vez que é possível, e há grandes chances, que tal uso seja influenciado por estados emocionais que escapam do nível da consciência do indivíduo. É neste ponto que se encontra o empasse de como a desregulação dos mecanismos de defesa impedem o desenvolvimento da inteligência emocional, pois segundo Goleman (2012), o pilar para o desenvolvimento da inteligência emocional é a autoconsciência emocional.

Para Goleman (2012), a autoconsciência é a fundação para toda a estrutura que a inteligência emocional demanda do indivíduo, visto que é a partir dela ser possível que as demais aptidões se estruturem, sendo essas o autocontrole, empatia e habilidade social. Desta forma o autor apresenta a autoconsciência para na inteligência emocional como a atenção consciente em relação as próprias emoções, capaz de ser auto flexível até mesmo diante de emoções turbulentas. A autoconsciência emocional pode ser comparada a “atenção flutuante” descrita por Freud, pois registra, de maneira imparcial, todos os processos que fluem pela consciência, e assiste esses processos como observador interessado, mas não emprega reações. Portanto, o elemento essencial para o desenvolvimento da inteligência emocional é uma atenção, esta não é guiada pelas emoções, mas registra e é capaz de reordenar o estado consciente do indivíduo, o auxiliando no processo de autoconhecimento, já que este inicia-se no compreender e nomear o estado emocional no qual se encontra (GOLEMAN, 2012).



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, é possível compreender que a inteligência emocional é impedida de se desenvolver diante de um quadro em que os mecanismos de defesa do ego se encontram desregulados, isto quando os mecanismos atuam de maneira generalizada sob influência de emoções não conscientes ao indivíduo, em relação a situações menos complexas, que demandam apenas de uma gestão emocional. E é justamente a falta de autoconsciência emocional para gerir e flexibilizar demandas internas que acionam os mecanismos de defesa do ego, que impedem o sujeito de desenvolver inteligência emocional. Entretanto, cabe ressaltar que os mecanismos de defesa são necessários e utilizados por todos, o que os tornam desregulados e impedem a inteligência emocional de ser desenvolvida é a constância e intensidade em que são utilizados na contenção de conflitos mal resolvidos ao nível da consciência, tais conflitos que poderiam ser solucionados ao nível consciente, mas por conta da falta de gestão emocional acionam demandas de defesa subconscientes.

Contudo, durante o desenvolvimento do estudo foi possível constatar escasso material teórico-científico de produções a partir de 2018 referentes aos mecanismos de defesa do ego que abordassem o tema conforme as vivências da sociedade atual. Outro ponto relevante é a inexistência de conteúdos teórico-científicos na língua portuguesa que aborde, por perspectiva similar à da pesquisa aqui apresentada, a ação desregular dos mecanismos de defesa do ego pela psicanálise relacionada ao desenvolvimento da inteligência emocional, o que evidencia a necessidade e importância de pesquisas científicas sobre o tema, visto que podem auxiliar em uma compreensão mais dinâmica e acessível na promoção de gestão emocional. Ao encontro disto, considera-se válido ressaltar que teoricamente foi possível apontar um terceiro viés pautado no diálogo entre as duas teorias distintas que foram aqui pontuadas, entretanto compreende-se como essencial a continuidade de tal pesquisa para a validação/refutação de tais pressupostos teóricos perante uma análise prática da dinâmica psicológica, por exemplo, por intermédio de um estudo de caso.

Por fim ressalta-se também, a importância da educação emocional para todas as faixas etárias, pela pesquisa desenvolvida é possível compreender que a promoção de educação emocional é tão necessária e até mesmo similar ao



processo de linguagem e alfabetização no desenvolvimento do indivíduo, já que é por meio desta que o sujeito contata, comunica e compreende seus processos internos. A educação emocional sendo estimulada e desenvolvida desde os anos iniciais nas escolas, por exemplo, pode impactar significativamente as futuras gerações nas relações interpessoais que estabelecem, assim como conduzir a tolerância diária e necessária para o convívio civilizado na sociedade, tal convívio que atualmente aparenta sofrer grande impacto por conta da labilidade emocional e a sua falta de gestão.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, J. R.; MORAES, J. P.; COLLING, T. Desenvolvendo capacidades da inteligência emocional através do coaching. **Rev. Saber Humano**, Restinga Sêca, v. 8, n. 12, p. 92 – 112, jan./jul. 2018. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/309> Acesso em: 16 de novembro de 2020.

CAMPOS, R. C. O conceito de Mecanismo de Defesa e a sua Avaliação: Alguns Contributos. **Rev. Iberoamericana de Diagnóstico e Evaluación – e Avaliação Psicológica**, v. 1, n. 50, p. 149 – 161, 2019. Disponível em: <https://www.aidep.org/sites/default/files/2019-01/RIDEP50-Art12.pdf> Acesso em: 30 de abril de 2021.

CARLONI, P. **A história e a constituição da psicanálise: introdução aos principais conceitos freudianos para entender a subjetividade humana.** Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia, Goiânia, v.1, n.1, p.1-12, 2011. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/763> Acesso em: 15 de setembro de 2020

CUNHA, M. V. **Freud: Psicanálise e educação.** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2010. Disponível em: http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20171/FCI0425-1/Freud_Psicanalise_e_Educacao.pdf Acesso em: 18 de setembro de 2020.

DUNKER, C. I. L. Estrutura e personalidade na neurose: da metapsicologia do sintoma à narrativa do sofrimento. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 77-96, abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pusp/v25n1/09.pdf> Acesso em: 27 de abril de 2021.



- FADIMAN, J.; FRAGER, R. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: HARBRA, 2002.
- FENICHEL, O. **Teoria Psicanalítica das Neuroses**. Fundamentos e Bases da Doutrina Psicanalítica. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.
- FREUD, S. **O ego e o id e outros trabalhos**. v. XIX – Rio de Janeiro: IMAGO, 1977.
- FREUD, A. **O ego e os mecanismo de defesa**. São Paulo: Artmed, 2006.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. A teoria Revolucionária que define o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- KOTZENT, J. P. **Mecanismo de defesa**. Associação Psicanalítica do Vale do Paraíba. Disponível em: [http:// apvp.com.br/biblioteca/biblioteca_120.pdf](http://apvp.com.br/biblioteca/biblioteca_120.pdf) acesso em: 30 de setembro de 2020.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de Psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- NISHIKAWA, E.; FIORE, M. L. e HARDT, O. **Histeria e borderline**. Mo (vi) mentos da clínica psicanalítica. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v50n93/v50n93a22.pdf> Acesso em: 18 de setembro de 2020;
- PEREIRA, C. E. R. **Mecanismos de defesa**. Associação Psicanalítica do Vale do Paraíba. Disponível em: http://apvp.com.br/biblioteca/biblioteca_22.pdf Acesso em: 29 de setembro de 2020.
- PIOVESAN, J. et al. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem**. 1. ed. –Santa Maria: UFSM, NTE 2018. 161p. (ISBN 978-85-8341-224-3) Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/07/MD_Psicologia-do-Desenvolvimento-e-da-Aprendizagem.pdf Acesso em: 14 de abril de 2021.
- ROQUE, F. et al. **Inteligência Emocional**. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38682482.pdf> Acesso em: 07 de setembro de 2020.
- SILVA, E. B. T. **Mecanismo de defesa do ego**. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0212.pdf> Acesso em: 20 de agosto de 2021.



WOYCIEKOSKI, C. Instrumentos de Inteligência Emocional de autorrelato medem alguma coisa que instrumentos de personalidade não medem? 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8699> Acesso em 23 de agosto de 2021.



A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL COM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Pamela Pacheco dos Santos¹
Rafaela Thalia Trizotto²
Luane A. de Lima³
Suelen Dulce Franco⁴

RESUMO: O presente trabalho teve por objetivo promover a saúde mental de crianças do ensino fundamental, onde foram trabalhadas teorias e práticas relacionadas ao bullying, emoções e autoestima. Os temas relacionados assumem uma elevada importância dentro do contexto escolar atualmente. A identificação da problemática apresentou-se inicialmente como ponto de partida para as intervenções trabalhadas no período do Estágio Ênfase I com o objetivo de prevenção e promoção à saúde. A fim de estabelecer uma visão panorâmica do contexto, as observações iniciais foram fundamentais para o desenvolvimento de práticas relacionadas à demanda. Tais temas foram fundamentais para atingir os objetivos propostos, ao longo do artigo será supracitado a importância de unir a teoria com a prática dentro do campo para a promoção da saúde mental. Através dos resultados obtidos e discutidos, foi possível notar a importância dos temas trabalhados e o quanto eles agregaram no conhecimento dos alunos, enfatizando-os para que criem um ambiente saudável para a socialização e que tudo que foi trabalhado possa agregar ainda mais na construção da identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia escolar. Bullying. Emoções. Autoestima.

ABSTRACT: The present work aimed to promote the mental health of elementary school children, where theories and practices related to bullying, emotions and self-esteem were worked. The related themes assume a high importance within the school context nowadays. The identification of the problem was initially presented as a starting point for the interventions worked in the Emphasis Stage I period with the objective of prevention and health promotion, in order to establish a panoramic view of the context, the initial observations were fundamental for the development demand-related practices. Such themes were fundamental to achieve the proposed objectives, throughout the article the importance of uniting theory with practice within the field for the promotion of mental health will be mentioned above. Through the results obtained and discussed, it was possible to notice the importance of the themes worked and how much they added to the knowledge of the students, emphasizing them so that they create a healthy environment for socialization and that everything that was passed on, still add to the construction of the identity.

KEY-WORDS: School psychology. Bullying. Emotions. Self esteem.

1. INTRODUÇÃO

O contexto escolar, o qual se dá dentro de instituições sejam elas particulares ou públicas, auxiliam as crianças em diversos aspectos como os emocionais, sociais e psicológicos. Enquanto acadêmicas, trabalhar com este

¹ Acadêmica do 7º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU- 2022- e-mail: psi-pamelasantos@uniguacu.edu.br;

² Acadêmica do 7º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU- 2022- e-mail: psi-rafaelatrizotto@uniguacu.edu.br;

³ Psicóloga, professora do curso de Psicologia e Supervisora do Estágio Ênfase I – Centro Universitário do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU – União da Vitória – Paraná – Brasil. E-mail: prof_luanelima@uniguacu.edu.br

⁴ Psicóloga, professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU – União da Vitória – Paraná – Brasil. E-mail: prof_suelenfranco@uniguacu.edu.br



público se torna uma responsabilidade muito grande, pois há certas idades em que os indivíduos estão construindo sua própria identidade, suas habilidades e competências e cabe ao professor aprender a mediá-los. Compreende-se a importância de trabalhar os temas *bullying*, autoestima e emoções dentro das escolas, pois além de auxiliá-los para uma vida adulta mais saudável, auxilia no seu desenvolvimento pessoal e social (MARTINEZ, 2011).

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo geral transcrever as experiências observadas em um primeiro momento e depois as intervenções ocorridas após o levantamento de informações feito pelas acadêmicas, referente a demanda. O estágio ênfase é caracterizado como Prevenção e Promoção de Saúde, partindo deste princípio as acadêmicas realizaram suas vivências numa escola pública municipal no interior do Paraná com uma turma de terceiro ano que possuem entre 6 (seis) a 7 (sete) anos de idade com o total de 23 (vinte e três) alunos, contando com uma professora regente.

Conforme a demanda do campo, surgiu-se a importância de falar sobre 3 (três) temas que foram caracterizados como importantes durante o processo de observação. Ao decorrer deste artigo, cita-se sobre o *bullying*, emoções e autoestima, interligando-os, com o objetivo de promover a saúde mental das crianças participantes. Um dos objetivos específicos que mais pautou-se foi proporcionar momentos em que os alunos pudessem se expressar de modo espontâneo, dispostos a respeitar os limites e diferenças do outro, a fim de promover um ambiente agradável e saudável. Partindo deste objetivo, observou-se também a importância de trazer à eles experiências que pudessem interagir uns aos outros como atividades ou dinâmicas em grupo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ouvir falar em emoções, desperta-nos comportamentos diferentes e entende-se que cada um se expressa de modo único. Ao entrar em contato com a gama de emoções abre-se espaço para todos os aspectos da vida, seguido das experiências mais profundas e ricas do ser humano. Em alguns momentos o indivíduo pode pensar em realizar um bloqueio de forma seletiva e até mesmo soterrar alguns sentimentos ou lembranças perturbadoras e desconfortáveis a



qual passou em algum momento da vida, enterrando consigo as emoções e o modo de expressá-las (ROGERS, 1985).

Ocorrendo um compilado com a interação entre os indivíduos, as chamadas interações sociais, que tem-se desde o primeiro contato com a vida, torna-se de extrema importância para o crescimento individual. Há estudos em que comprovam que crianças estimuladas desde a gestação conseguem desenvolver alguns aspectos melhores e mais efetivos, conseguindo estabelecer consigo mesmo uma certa autoconfiança além de criar relações sociais mais saudáveis (MADKE, et. al, 2008).

Segundo Vygotsky (1994), a interação traz consigo o papel fundamental da mediação e da internalização dos aspectos fundamentais da aprendizagem e sua inserção na cultura. Deste modo, os pensamentos mais concretos no início do desenvolvimento e a capacidade de abstração no decorrer dos anos, para auxiliar, enfrentar e viver a realidade. Através desta interação, pode-se perceber que o indivíduo constrói seu próprio eu e sua forma de agir pode ser modificada. Na intervenção, por exemplo, essa interação se torna importante para que os alunos e as acadêmicas criem vínculos e ela seja mais eficaz (MADKE, et. al, 2008).

As emoções podem ser mais exploradas quando o indivíduo passa por situações concretas, onde necessariamente as emoções são atendidas e identificadas, podendo assim, o desenho ser uma das formas mais importantes de expressar-se. Considera-se uma linguagem artística, científica e técnica, que possui significados diferentes para quem os expressa e interpreta. Além disso, a forma de demonstrar pela arte, se torna mais significativo, principalmente para aquelas crianças que através de palavras têm mais dificuldade de se expressar. Este recurso, pode promover a elas ainda um espaço de diversas manifestações sem limitá-las (OLIVEIRA; FOSCHIERA, 2019).

Devido a demanda descrita, observou-se que o *bullying* é recorrente em sala de aula. Esse tema abordado atualmente em muitas escolas, envolve atitudes de agressividade, intencionais e repetidamente que acontecem sem alguma motivação do agressor, apresentando a vítima problemas ou atrasos nos processos cognitivos, sociais e psicológicos. Segundo Lopes (2005), isto pode ter relação com a desigualdade de poder, onde o agressor sente-se no direito de



agredir tanto verbalmente como fisicamente, dando apelidos pejorativos, sem pensar nas consequências que pode causar (MARTINEZ, 2011).

As vítimas que não conseguem expressar o que estão passando e sentindo, apresentam diversas dificuldades como: se retrair, dificuldade em socializar com os demais indivíduos, baixo autoestima, evasão escolar e podem desencadear depressão e ansiedade. Entende-se que trabalhar com esse conceito e principalmente com pessoas, requer muito cuidado, pois a vítima pode vir a desenvolver dificuldade em construir sua identidade assim como pode afetar negativamente a sua personalidade. Começar a engajar esse tema com as crianças é como uma prevenção e promoção à saúde, pois elas conseguem compreender o que é ou não, bem como o quanto isso afeta o outro e a si mesmo, repensar em suas atitudes e começar a praticar a empatia pelo outro. Infelizmente, este tipo de ato traz prejuízo para ambos, para o agressor, por achar seu comportamento certo e continuar a reproduzir sem importar com o sentimento do outro e para a vítima por sofrer psicologicamente e fisicamente, de modo que se sinta inseguro, afetando a autoestima e tornando-se mais vulnerável (MARTINEZ, 2011).

A autoestima facilmente pode ser relacionada com a autoimagem, bem como na forma como a pessoa se sente com o seu próprio corpo. Atualmente, muito se discute sobre os padrões de beleza que normalmente incluem que a pessoa seja: alta (o), magra (a), branca (o), cabelos longos e lisos, tais padrões influenciam em relação a autoimagem de um indivíduo, se culpabilizar por estar fora desse padrão pode ser um dos fatores que mais envolve a baixa autoestima. Ela pode ser desencadeada de diversas formas, causando medo, insegurança, a não-aceitação, dependência da opinião alheia e nos casos mais graves podem levar a depressão. Assim como os adultos, crianças também têm baixa autoestima e por diversas vezes são afetadas por acontecimentos no ambiente em que vivem (STROCCHI, 2003).

Pode-se dizer que a autoestima se tornou um conceito o qual é entendido como a percepção que o indivíduo tem de si mesmo, de acordo com seus valores. O sentimento de valor é constituinte da autoestima, ou seja, é o fruto de diferentes percepções que o ser humano tem sobre sua autoimagem. Tais valores estão diretamente ligados à aparência física, desempenho intelectual ou com até mesmo com as habilidades sociais (MOYSÉS, 2009).



As funções de autopercepção se desenvolvem quando a criança obtém o contato com o mundo externo, ou seja, quando ela é introduzida na sociedade e constrói as suas relações sociais. O autor ainda cita em sua obra, que a partir da internalização, o processo interpessoal da criança se torna intrapessoal. O processo de internalização é caracterizado pela base do sistema de signos, no qual a linguagem ganha maior destaque. Após um certo período o processo intrapessoal da criança se incorpora, criando assim a estrutura cognitiva tornando-se pessoal (ROGERS, 1985).

3. MÉTODO

Pode-se referir a este presente artigo como um instrumento de pesquisa-ação que segundo Gil (1991 apud SOUZA e ILKIU, 2016) visa solucionar problemas do coletivo contando com a colaboração dos envolvidos. Com a relação do que foi observado durante as intervenções, teve-se como principal objetivo explicar como e por que trabalhar os temas supracitados na introdução são tão importantes para a vida individual e social das crianças, promovendo a saúde mental no âmbito escolar, através de atividades, dinâmicas, psicoeducação, rodas de conversas e outras iniciativas de forma práticas e objetivas. Procurou-se observar em um primeiro momento qual seria a demanda a ser trabalhada, após esta conclusão, aborda-se os temas que seriam mais relevantes.

Ao todo foram 9 (nove) intervenções com duração de 1 (uma) à 2 (duas) horas semanais, havendo de início 3 (três) horas de observação. Para observar as devidas possibilidades de intervenções, perguntou-se para a direção e a professora quais os temas mais relevantes a serem abordados com a turma específica, salientando qual seria as práticas que as acadêmicas de psicologia poderiam desenvolver. Como são menores de idade, foi mandado para os responsáveis um TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e recolhido para armazenamento. Ressalta-se que foi deixado claro aos participantes que era de livre e espontânea vontade participar das atividades desenvolvidas, e principalmente falar assuntos pessoais aos colegas.

Criou-se primeiramente um vínculo com a turma, onde as acadêmicas realizaram rodas de conversas, deixando de livre vontade os alunos se expressar



e compartilhar algumas vivências. Todo encontro iniciou com uma dinâmica ou conversa de “quebra gelo”, para conseguir criar um vínculo saudável no grupo auxiliando assim no processo de aprendizagem. A importância de se criar um vínculo com a turma auxilia-os no processo de ensino e aprendizagem, já que está caracterizado como um conjunto de fenômenos que pode se manifestar de diversas maneiras, o processo de sobrevivência requer que compartilhe-se as mais diversas situações com o outro de modo positivo, auxiliando na sua socialização com o mundo (CARVALHO et. al, 2018).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As intervenções foram direcionadas para a psicoeducação e brincadeiras lúdicas, focalizando nos 3 (três) temas importantes a serem trabalhados, as intervenções foram desenvolvidas em círculos, promovendo além da saúde mental, a interação entre todos que se fizeram presentes. A criança se caracteriza como um ser social, que desenvolve as suas habilidades e personalidade através da interação com o outro e das experiências novas (ALVES, 2017), em rodas de conversas e debates todos os alunos participavam e expressavam suas opiniões, sempre zelando pelo respeito ao outro.

O primeiro conteúdo abordado foi a temática das emoções. Após dar ênfase de como se caracteriza e de como se manifestam de maneiras diferentes em cada indivíduo, foi trabalhado o filme "divertidamente", que facilitou o entendimento dos vários tipos de emoções. Em sequência, foi desenvolvido a “trilha das emoções”, onde os alunos participaram de uma série de perguntas as quais deveriam responder de acordo com a sua emoção do momento. Segundo Damásio (2000, p. 80) “as emoções acabam por ajudar a ligar a regulação homeostática e os ‘valores’ de sobrevivência a muitos eventos e objetos de nossa experiência autobiográfica”. Os indivíduos oferecem emoções para sobreviver no meio o qual estão inseridos, logo pode-se dizer que as emoções podem nascer dos desafios e dificuldades enfrentadas de modo a socializar e pertencer ao ambiente

Os objetivos acerca do tema supracitado no parágrafo acima foram alcançados, pois os alunos puderam desenvolver a habilidade de identificar qual e como a emoção se manifesta. Ao analisar o feedback solicitado aos alunos



todo fim de encontro, percebeu-se que as atividades que eram propostas foram de modo espontâneo e compreensível, conseguindo identificá-las de acordo com o modo de expressar.

Para dar continuidade foi introduzido o tema do bullying. Utilizando-se de várias dinâmicas práticas, foi realizada uma roda de contação de histórias onde o foco principal era observar o que a história falava sobre o tema. Após a contação, foi realizado uma série de perguntas referente a mesma para os alunos, onde foi notável que eles conseguiram captar a mensagem que a história trazia.

A contação de histórias é atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. Ao preparar uma história para ser contada, tomamos a experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivencial por meio da narrativa do autor. Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real. (RODRIGUES, 2005, p. 4).

Observou-se que os alunos conseguiram direcionar sua atenção e manter o foco no momento da contação de histórias, o que facilitou o entendimento da mensagem simbólica que o contexto transpassa relacionado ao bullying. Vale ressaltar que este método têm um papel fundamental para adquirir conhecimento e valores no processo ensino-aprendizagem, sendo uma forma que a humanidade usou para expressar narrativas realistas do mundo real e fictício (NASCIMENTO, et al, 2014).

Ao longo das intervenções foi solicitado para que os integrantes desenvolvessem atividades práticas, bem como o desenho. A elaboração dos desenhos foi de extrema importância para identificar se os alunos estavam acompanhando o entendimento dos temas trabalhados. Como retorno, os desenhos elaborados correspondiam às expectativas, pois os alunos dedicaram-se o máximo para transpassar as ideias vivenciadas nas dinâmicas para a folha. Segundo Costa (2008), o desenho pode ser uma forma de objeto de ensino, pois é trabalhada de forma crítica e reflexiva na concepção do saber, deixando expressar-se de modo espontâneo o que entenderam.

Em uma das dinâmicas aplicadas nomeada como “o balão não pode cair”, foi notável o desempenho dos integrantes no trabalho em equipe. Pode-se dizer que as expectativas foram supridas com sucesso em tal dinâmica, pois todos os integrantes participaram ativamente em prol da colaboração com o



grupo. Vale ressaltar que o trabalho em equipe é considerado uma estratégia concebida pelo indivíduo, que tem por objetivo melhorar a efetividade do trabalho ou elevar o grau de satisfação de um determinado grupo. No caso das crianças esse processo ainda está em construção, desta forma é fundamental desenvolver práticas que venham a reforçar a importância de pedir ajuda e ajudar alguém (PIANCASTELLI, et al, 2000).

Ao final das dinâmicas sobre o *bullying*, as acadêmicas solicitaram um feedback dos alunos para analisar se os objetivos propostos foram alcançados. O feedback final trouxe resultados positivos, pois os alunos trouxeram relatos importantes referente às dinâmicas trabalhadas, bem como, ajudar o colega em uma questão de vulnerabilidade, identificar questões referente ao *bullying* e realizar coisas que fazem bem para si mesmo para a promoção da autoestima. O feedback é essencial entre emissores e receptores para confirmar o que já foi emitido, ou para servir de base para orientar práticas futuras (LIMA, et al, 2013).

Por fim, para fechar o planejamento e a aplicação das intervenções, o tema autoestima que estava interligado com o tema sobredito acima, foi citado por diversas vezes, sobretudo enfatizando o que é e como fazê-lo para que esteja bem consigo mesmo. Com rodas de conversas foi de fácil entendimento para os participantes presentes, pois através de perguntas, pode-se exercitar o que já entendiam sobre o tema e assim ir correlacionando a teoria com a prática que eles traziam. A dinâmica que através do feedback foi mais produtiva, foi a do espelho, onde os integrantes sentiam-se felizes e expressavam-se como se sentiam naquele momento olhando para si mesmo. Por fim, ao desenharem e enfeitarem as frases, cooperando em grupo, percebeu-se que ao lerem em voz alta e refletirem sobre, ouviu-se feedback que estavam se sentindo bem melhor consigo mesmo, do que antes de trabalhar sobre o tema. Conforme a autopercepção que cada indivíduo tem sobre si, através do contato com o mundo, partilhar deste tema e conhecimento com as crianças, é fazê-los questionar-se como se reconhecem e como estão construindo a sua própria identidade (VYGOTSKY, 2007).



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por base a experiência de estágio dentro de campo, no ensino fundamental em uma escola no interior do Paraná promovendo a saúde mental. O ambiente estava propício e disponível para desenvolver questões relacionadas às emoções, autoestima e o *bullying*, onde o grupo possuía seis alunos repetentes, o que reforçou ainda mais o desenvolvimento dos temas abordados.

Enquanto estagiárias e futuros profissionais de Psicologia, considera-se de grande importância o desempenho das práticas de intervenções e teorias mencionadas no artigo, sendo que muitas foram atribuídas a autores aos quais serviram de apoio para a elaboração do trabalho. Como ponto final das intervenções de campo, foi salientado a sensibilização dos alunos, pois é fundamental que saibam das dificuldades relacionadas às demandas expostas durante as intervenções, para resolver seus conflitos tanto agora na infância quanto quando forem adultos.

Por fim, é fundamental mencionar que as temáticas apresentadas como intervenções não devem ser ignoradas, pois ao ignorar a existência de tais problemas podem desencadear ou ocasionar no aparecimento de novas dificuldades do grupo com um todo, além de atingi-los de forma negativa na vida adulta. Torna-se de extrema importância destacar que os próprios colaboradores da escola podem proporcionar a saúde mental com brincadeiras lúdicas e dinâmicas de grupo, reforçando a socialização dos alunos e auxiliando no bem-estar da sua vida levando em consideração ao ambiente que vivem e suas experiências.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mónica Alexandra Dias. **A importância das interações sociais no desenvolvimento das competências sociais**. Iseclisboa, Instituto Superior de Educação e Ciências, 2017. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21858/1/TFM_M%C3%B3nica%20Alves.pdf> Acesso em: 10/05 às 13:24.



COSTA, GLÁUCIA MARIA TRINCHÃO. **O DESENHO COMO OBJETO DE ENSINO: HISTÓRIA DE UMA DISCIPLINA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS LUSO-BRASILEIROS OITOCENTISTAS.** SÃO LEOPOLDO (RS), 2008. ACESSO EM: 26/05/2022.

DISPONÍVEL: [HTTP://WWW.REPOSITORIO.JESUITA.ORG.BR/HANDLE/UNISINOS/2081](http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/unisinos/2081)

DAMÁSIO, A. (2000) O Mistério da Consciência: do corpo e das emoções do conhecimento de si. São Paulo: Companhia das Letras.

LIMA, Carmem Silva Fluminhan. REGINA, Azevedo Alba Arana. FLUMINHAN, Antonio. **A importância do feedback como ferramenta pedagógica.** Presidente Prudente, 2013. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Antonio-Fluminhan/publication/282565828_A_importancia_do_feedback_como_ferramenta_pedagogica_na_educacao_a_distancia/links/5611eb0108aec422d1172453/A-pdf. Acesso em: 29/05/2022.

MADKE, Patricia; BIANCHI, Vidica; FRISON, Marli D. **Interação no espaço escolar: contribuições para a construção do conhecimento escolar.** 2008. Scielo, S.d. Disponível: <https://san.uri.br/sites/anais/erebio2013/comunicacao/13427_62_PATRICIA_MADKE.pdf> Acesso em: 26/03 às 14:00hrs.

MARTINEZ, F.W. **Bullying no ambiente Escolar: a importância de intervir.** Monografia (Especialização em Saúde para Professores do Ensino Fundamental e Médio) – Universidade Federal do Paraná, 2011. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35437/FLAVIA%20WEGRZY%20MARTINEZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 13/04 às 10:15.

MOYSÉS, Lucia. **Autoestima se constrói no passo a passo.** São Paulo: Papiro editora. 2009.

NASCIMENTO, Ana Biluca Mateus. FERREIRA, Andreia Silva. COSTA, Elaine Pereira. SOUZA, Jaqueline Ferreira Nascimento. GRASSI, Leticia da Rocha. OLIVEIRA, Juliana A; FOSCHIERA, Elisabeth M. **A importância do desenho no desenvolvimento infantil e suas significações para além dos estereótipos.** Passo Fundo, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/1765/1/PF2019Juliana%20Anhaia%20de%20Oliveira.pdf>> Acesso em: 27/03.



PIANCASTELLI, Carlos Haroldo, PEREIRA, Horácio Faria. REZENDE, Marília Silveira. **O trabalho em equipe**. Minas Gerais, 2000. Disponível em: <https://www.colegiosantanna.com.br/formacao/pdf> acesso em: 29/05/2022.

POTIGUARA, Michelle Cruz de Oliveira. CUNHA, Simone Souza. **A importância da contação de histórias como prática educativa**. Revista: Pedagogia em ação. Minas Gerais, 2014. Acesso: 26/05/2022. Disponível: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/8477>.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. **Cultura, arte e contação de histórias**. Goiânia, 2005

ROGERS, Carl. **Tornar-se Pessoa**. 7ª Edição, editores: Lisboa e Moraes. São Paulo- SP, 1985.

SOUSA, Angélica Silva de.; OLIVEIRA, Guilherme S de.; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos**. Caderno do Campus. Uberlândia, 2021.

Disponível em: <<https://www.fucamp.edu.br>> Acesso em: 10/05 às 10:06hrs

SOUZA, Adilson Veiga e; ILKIU, Giovana Sima de Melo. **Manual de Normas Técnicas para Trabalhos Acadêmicos**. Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu. União da Vitória: Kaygangue, 2017.

STROCCHI, Maria Cristina. **Autoestima: Se não amas a ti mesmo, quem te amará?** Editora Vozes, 4ª edição. 2003.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: O desenvolvimento social da mente**. São Paulo- SP, Editora: Martins Fontes, 2007.



A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REGULAR

Edí Marise Barni¹
Diego da Silva²

RESUMO: Este artigo apresenta uma discussão através de um estudo de caso sobre a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física do ensino regular, de uma escola pública municipal. O objetivo principal é analisar o contexto histórico da deficiência e o processo de exclusão das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais da sociedade e também das escolas regulares de ensino para compreendermos a atual problemática da inclusão na rede regular. Para isso também se faz necessário analisarmos e compreendermos os primórdios da Educação Física, e o papel excludente que esta disciplina desempenhou ao longo de sua história. Isso se faz necessário para que possamos observar e apontar as possibilidades da participação de crianças com necessidades educacionais especiais nesta disciplina. A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Especial e as Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC) procuram regulamentar o direito das crianças com necessidades educacionais especiais, quanto à educação regular e também aquela especial. As escolas públicas regulares devem receber crianças com necessidades educacionais especiais em salas de aula comuns, incluindo-as, dessa forma, junto com as demais crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência; Inclusão; Educação Física

ABSTRACT: This article presents a discussion through a case study on the inclusion of children with special educational needs in Physical Education classes in regular education, in a municipal public school. The main objective is to analyze the historical context of disability and the process of exclusion of children with special educational needs from society and also from regular schools in order to understand the current problem of inclusion in the regular network. For this, it is also necessary to analyze and understand the beginnings of Physical Education, and the excluding role that this discipline has played throughout its history. This is necessary so that we can observe and point out the possibilities of the participation of children with special educational needs in this discipline. The current Law of Directives and Bases for Special Education and the National Curricular Common Bases (BNCC) seek to regulate the right of children with special educational needs, regarding regular and special education. Regular public schools must receive children with special educational needs in common classrooms, thus including them along with other children.

KEYWORDS: Disability; Inclusion; Physical Education.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata sobre um tema que apesar de já ter sido muito divulgado e difundido no meio acadêmico e escolar, ainda é muito polêmico. Estamos falando da inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica em bases de dados científicos, livros e legislações sobre o assunto.

¹ Pedagoga e psicóloga. Mestre em Educação pela PUC PR. Docente da UniEnsino, Unicesumar, Uniandrade e Prefeitura Municipal de Curitiba.

² Psicólogo. Mestre em Medicina Interna e Ciências da Saúde pela UFPR. Docente da UniEnsino.



A proposta de inclusão por si, só, já é bastante polêmica e ainda procuramos nos aprofundar e falarmos da inclusão de crianças com necessidades educacionais nas aulas de Educação Física.

Dessa forma, procuramos subsídios, nos aspectos históricos da deficiência, para compreendermos, como se deu ao longo dos anos a exclusão dessas crianças da sociedade e também da escola. Não poderíamos deixar de destacar o importante papel da Educação Física nesse processo, pois esta sempre foi uma disciplina excludente, a qual sempre beneficiou os corpos sadios em detrimento daqueles doentes.

Buscamos amparo, também, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual garante a entrada e permanência da criança com necessidades educacionais especiais na escola regular de ensino.

Desta forma, procuramos perceber como se dá à interação da criança com necessidades educacionais especiais com aquelas ditas normais, durante as aulas de Educação Física, ou seja, como ela se relaciona com as demais crianças, com as atividades e com a professora durante as atividades e brincadeiras propostas pela mesma.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA DEFICIÊNCIA

Atualmente muito se discute sobre o processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (2001) estabelece o direito das crianças com necessidades educacionais especiais de frequentar as escolas públicas, preferencialmente nas classes regulares, visando a inclusão dessas crianças na sociedade começando pela escola.

Ainda hoje há relutância em aceitar a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, os argumentos são muitos, como a falta de uma infraestrutura adequada, de atendimentos especializados, feitos por pessoas especializadas, a sobrecarga de trabalho dos professores, com turmas numerosas, a cobrança que sofrem quanto aos números de alunos aprovados e reprovados e a qualidade do ensino que é oferecida.



Karagiannis, Stainback e Stainback (1999), comentam que as filosofias segregacionistas do passado contribuem, ainda hoje, para a segregação dos “diferentes” reforçando dessa forma os estigmas e preconceitos da sociedade como um todo, contribuindo para reforçar a homogeneização nas escolas e salas de aula.

Outro aspecto histórico é a exclusão das crianças com necessidades educacionais excluídas do convívio social, que Kassar (1999), explica como sendo devido ao avanço científico da Modernidade, onde houve ênfase às características biológicas, ou seja, o homem nasce com certos dons e habilidades e com o passar do tempo ele vai descobrindo-os e aperfeiçoando-os. A deficiência mental é vista, neste período, como uma causa biológica determinista, ou seja, a pessoa nasce com a falta de algum sentido, habilidade ou órgão o que a impedirá de aprender a se desenvolver.

A ênfase biológica é usada também para justificar as diferenças entre os diferentes povos e raças e, conseqüentemente, as diferenças no desenvolvimento dos mesmos. (KASSAR, 1999)

As causas que levavam a institucionalização de pessoas com algum tipo de deficiência mental se baseavam na idéia da transmissão hereditária da deficiência, ou como chamavam a “degenerescência da espécie humana”, isso entre os séculos XVIII e XIX, na Europa. (KASSAR, 1999).

Em função dessa visão sobre a deficiência é que foram criadas as instituições voltadas para o atendimento exclusivo dessa clientela. Estas instituições estavam mais voltadas para o assistencialismo do que para a educação, fortalecendo a segregação destas pessoas, sejam estas crianças ou adultos, do convívio com a sociedade dita “normal”.

Nas escolas ainda está presente a visão histórica segregacionista e determinista sobre a deficiência. As crianças com necessidades educacionais especiais, ainda são vistas como incapazes de aprender a se desenvolver como alunos “normais” e, conseqüentemente, incapazes de conviver em sociedade. (KASSAR, 1999).

Padilha (2001), questiona as implicações para a educação em utilizar o modelo médico na avaliação das capacidades dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência na escola.



O que questiono [...], é a incorporação do modelo médico pela psicologia e pela educação, quando necessita discutir questões do desenvolvimento e da aprendizagem, principalmente quando se depara com pessoas com desenvolvimento atípico ou comprometido pela deficiência. Isso porque assumindo o modelo estas disciplinas transpõem crenças, valores, afirmações, explicações e fazem uso das palavras médicas que nomeiam, que explicam, que afirmam, que valoram [...] marcam os encaminhamentos de crianças e jovens para tratamentos especiais atribuindo-lhes problemas como sendo apenas individuais e de origem biológica. (PADILHA, 2001, p.29)

Percebe-se que o processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, não é um processo fácil e nem rápido, pelo contrário é um processo lento. Entre todos os fatores que influenciam o que mais se ressalta é o preconceito e a indiferença. A deficiência é considerada um problema individual e familiar, a sociedade não compartilha desse problema (KASSAR, 1999).

A criança com necessidades educacionais especiais enfrenta a sociedade que a exclui, que cria espaços terapêuticos exclusivos para atender suas necessidades, os quais são considerados adequados para o seu desenvolvimento e sua aprendizagem. Espaços ou instituições separadas, isoladas, onde prevalece a deficiência e a doença, diferentes daqueles frequentados pelas crianças “normais”. (KASSAR, 1999).

Kassar (1999), afirma que, além da exclusão social, preconizada pela sociedade, ela se depara com o preconceito, o descaso, o conformismo e a falta de informações e conhecimento da família, que em função disso deixa de lutar pelos direitos dessas crianças, de ter uma vida o mais próximo possível da normalidade.

O modelo médico de diagnóstico classifica e dá nomes aos distúrbios e patologias e encaminha para a Educação Especial. O que este modelo não avalia são as capacidades e habilidades que essas crianças ainda possuem, e que não foram afetadas pela deficiência. Este modelo não avalia as possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem quando em contato com aquelas “normais” em um ambiente considerado “normal”. (KASSAR, 1999)

Durante o período medieval, a educação é submetida a pressuposição da preexistência de uma alma imortal cristã que definia, de certa forma, a natureza do ser humano. A crença na possessão da alma imortal cristã, aliás inclui as pessoas com deficiência mental que começam a ser vistas como “lês enfants Du bom Dieu”, e, assim, segundo Pessotti (1984), de um lado recebem algum cuidado como “cristão”, como alimentação e acolhimento, e, de outro, vistas como culpadas de sua própria deficiência, são torturadas e mortas. (KASSAR, 1999, p. 2)



A sociedade cristã, ao mesmo tempo em que procurou “acolhê-los”, dando-lhes alimento como uma forma de penitência para seus pecados, percebia essas pessoas como “culpadas” pela sua própria condição. Percebidos dessa forma, acabavam sendo torturados e até mesmo mortos, ou ainda eram colocados em abrigos, os chamados asilos, que na sua grande maioria não passavam de depósitos de pessoas com problemas, que variavam desde deficiências físicas ou mentais, psicopatas, entre outros. (KASSAR, 1999).

A sociedade atual ainda mantém, de certa forma, o pensamento da idade medieval, de que as crianças que possuem algum tipo de deficiência devem ter um lugar exclusivamente para elas, que disponha de uma atenção especializada para melhor atender as necessidades peculiares de cada caso, separando-as dessa forma do convívio com os “normais”, segregando-as, excluindo-as do convívio social. Prevalece a visão de que são “culpadas” por sua condição e de que este é um problema somente delas. A visão biologicista prevalece, afirmando e reafirmando que a falha biológica que ocasiona a deficiência é irreversível insubstituível (KASSAR, 1999).

Vygotsky (1997), afirma que a criança com alguma deficiência, seja ela, física ou mental, que está inserida em uma escola de educação especial, pertence a um contexto social completamente diferente daqueles “normais”. Nestes casos, está se educando crianças no meio da doença, eles não possuem outras fontes de informações, outros lugares onde podem buscar conhecimento, não possuem de certa forma “modelos”, que possam lhes auxiliar no processo de desenvolvimento e aprendizagem. Para Ferreira e Ferreira (2004), as escolas de educação especial possuem objetivos gerais semelhantes às escolas regulares, mas os objetivos que são desenvolvidos dentro das salas de aula são distintos, pois estes privilegiam atividades de caráter prático e repetitivo com pouco significado cultural.

Vygotsky (1997), faz um profundo estudo sobre a deficiência e o consequente papel da sociedade no desenvolvimento e aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais, ressalta que, a partir do momento que uma criança é diagnosticada como possuidora de algum tipo de “deficiência”, toda a sua vida se organiza sob uma nova visão. Seu papel na sociedade como uma pessoa ativa e detentora de direitos, se transforma, ou



seja, essa pessoa acaba perdendo seus direitos como cidadã e conseqüentemente o direito de ter uma vida “normal”, de frequentar a escola regular e de receber os mesmos estímulos que uma criança “normal”.

3. CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física desde sua origem esteve ligada às questões políticas vigentes em cada período da história. Castellani Filho (1988), afirma isso em seus estudos dizendo que a Educação Física no Brasil, desde o século XIX, esteve voltada para formar indivíduos “fortes” e “saudáveis”, fatores que eram tidos, na época, como indispensáveis no processo de desenvolvimento do país.

A Educação Física nesse período era influenciada, organizada e controlada por duas classes. A primeira que por seus conceitos nos primeiros anos se sobressaiu, foi a classe médica, o modelo denominado higienista.

A outra classe a se sobressair foi a militar, modelo este, denominado de militarista, onde se sobressaíam os aspectos relacionados a defesa da pátria. (CASTELLANI FILHO, 1988).

A Educação Física desde o início esteve voltada para a manutenção dos corpos “fortes” e “sadios”, procurando deixar de lado os corpos doentes. Castellani Filho (1988), afirma que na época existia uma preocupação com a eugenia da raça. A Eugenia, segundo este autor, seria uma ciência que voltada para as questões sociais, econômicas, sanitárias e educacionais da população. Esta ciência preocupava-se em manter as características biológicas hereditárias de gerações saudáveis. A grande preocupação era combater as patologias, restringindo a procriação entre “reprodutores” doentes. Nesse período acreditava-se que os doentes representavam a “degenerescência” da espécie. Kassar (1999), explica que a degenerescência era entendida como a hereditariedade da doença, ou seja, “reprodutor” doente, prole também doente. Isso acarretaria em um povo frágil e debilitado pela doença, podendo vir a causar a “extinção” da espécie.

Destinava-se portanto, à Educação Física, nessa questão da eugenia da raça, um papel predominante. O raciocínio era simples: mulheres fortes e sadias teriam mais condições de gerarem filhos saudáveis, os quais, por sua vez, estariam mais aptos a defenderem e construir a Pátria, no caso dos homens, e de se tornarem mães robustas no caso das mulheres. (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 56)



Até este momento fica evidente que o papel da Educação Física escolar era desenvolver os cuidados com o corpo, a manutenção da saúde, da força, da virilidade e da higiene. O combate as moléstias, as patologias, as doenças, como forma de fazer com que prevalecesse a superioridade da raça e de um modelo de corpo imposto.

Os estudos de Castellani Filho (1988), revelam que a partir de 1920 iniciam as várias reformas na educação. A Educação Física torna-se componente curricular, tanto no ensino primário como no secundário. Em 1929, há a criação de um antiprojeto de lei, que teve origem no Ministério da Guerra, o qual estabelecia:

[...] a) determinar a prática da Educação Física para todos os residentes no Brasil (...), definindo caráter obrigatório em estabelecimentos de ensino, a partir dos 6 anos de idade; b) criar conselho superior de Educação Física com “sede no Ministério da Guerra”, o qual exercia a função de centralizar, coordenar e fiscalizar todas as atividades referentes aos desportos e à Educação Física no país [...] (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 74)

Além dos aspectos mencionados sobre a criação do Conselho Superior de Educação Física, suas atribuições e também, sua subordinação ao Ministério da Guerra, estabeleceu-se que o método a ser utilizado nas aulas de Educação Física seria o Método Francês, isso em função de não haver um Método Nacional de Educação Física. (CASTELLANI FILHO, 1988).

O Método Francês foi introduzido no Brasil, pela Missão Militar Francesa, sendo este responsável em 1907, pela fundação da Escola da Escola Policial do Estado de São Paulo. Este substituiu o Método Alemão, que foi introduzido no Brasil em 1860, o qual, era utilizado na Educação Física tanto dos militares como nas escolas. (CASTELLANI FILHO, 1988).

Apoiados nos estudos de Castellani Filho (1988), procuramos identificar a trajetória desta disciplina dentro do contexto histórico, onde percebemos que desde sua implantação nos estabelecimentos de ensino houve um forte referencial histórico e político. Ela visava as atividades físicas e o culto de corpos sadios e fortes, visando uma nação hegemônica, forte e sadia, longe das doenças e dos maus hábitos, os quais poderiam levar a “ruína” da nação. Os profissionais que atuavam nos estabelecimentos de ensino com a Educação Física eram militares, daí as características dos exercícios e da ginástica. Não



havia a preocupação com as características pedagógicas dessa disciplina, não havendo uma formação específica para se tornar professor de Educação Física.

Na época, os corpos doentes eram tidos como uma ameaça para a nação e para o modelo de corpo imposto. Procurou-se excluir estes corpos, relegando a estes a marginalidade. Exaltando um corpo tido como modelo e aceito pela nação.

Outros fatores poderiam ser lembrados sobre a história da Educação Física no Brasil, como por exemplo, a relação que era feita entre a Educação Física e o trabalho manual. Este foi outro fator que contribuiu para marginalizar esta disciplina no período colonial. As elites da sociedade colonial imperial, segundo Castellani Filho (1988), assemelhavam a Educação Física e os exercícios que esta desenvolvia com o trabalho escravo, este por sua vez, não era relacionado ao trabalho da elite intelectual.

4. A LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Especial e as Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC) procuram regulamentar o direito das crianças com necessidades educacionais especiais, quanto à educação regular e também aquela especial.

As diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), ressaltam que os direitos da criança com necessidades educacionais especiais durante “muito tempo” foram negados, o que historicamente serviu para excluí-las das escolas públicas regulares, colocando-as em instituições de ensino especializadas em Educação Especial. Estas, geralmente particulares o que gera um segmento social e econômico peculiar, o qual gira em torno de entidades filantrópicas e organizações não governamentais, envolvendo inúmeros interesses econômicos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), propõe que as escolas públicas regulares passem a receber crianças com necessidades educacionais especiais em salas de aula comuns, incluindo-as, dessa forma, junto com as demais crianças consideradas “normais”.

A principal proposta da LDBEN consiste na mudança de visão da escola e também do professor em relação às crianças que a frequentam. A escola não



deve esperar que as crianças se ajustem a ela e a seus padrões, a escola é que deve se ajustar a diversidade das crianças que a frequentam e conseqüentemente adaptar a sua forma de ensino às necessidades das mesmas.

Para Ferreira e Ferreira (2004), uma das principais características dessa nova estrutura escolar é a flexibilidade. A LDBEN orienta as escolas a romper com modelos padronizados dos sistemas de ensino ao qual pertencem, passando a ser orientadas por um conjunto de normas mais gerais. As escolas devem se guiar a partir de projetos pedagógicos próprios, favorecendo a flexibilidade do sistema de ensino, autonomia para decidir em função das necessidades dos alunos e da comunidade na qual está inserida.

Para Kassir (2004), há diferença entre um sistema de educação inclusivo e um sistema de educação democrático. Ambos possuem dizeres, formas de organização e concepções escolares diferentes. É importante salientar que o Brasil se fez presente e assinou a “Declaração Mundial de Educação para todos e Declaração de Salamanca”, optando dessa forma pela implantação de um sistema educacional inclusivo.

No sistema de educação inclusivo, a preocupação consiste em incluir a criança com necessidades educacionais especiais na escola, sem que esta se responsabilize pelo processo de aprendizagem e desenvolvimento da mesma. Este sistema está relacionado a fatores quantitativos, números, registros de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas, que serviriam como dados estatísticos para o governo.

No segundo sistema, da educação democrática, haveria a preocupação com a entrada dessas crianças na escola, bem como, com a permanência, o processo de socialização e também com a aprendizagem e o desenvolvimento das mesmas.

Para compreendermos melhor o processo de inclusão e democratização do ensino podemos nos amparar nos artigos 58, 59 e 60, do capítulo V, da Lei de diretrizes e Bases da Educação Especial, pois estes, procuram esclarecem o que se entende por educação especial e qual o local que esta deve ser oferecida para os alunos. A atual Lei de Diretrizes e Bases deixa claro, que a Educação Especial é uma modalidade do Ensino Regular, a qual deve ser oferecida



preferencialmente na rede regular de ensino. Para haver uma compreensão devemos conhecer o que diz cada um dos três artigos.

O artigo 58, trata de esclarecer o que se entende por Educação Especial, a qual, é uma modalidade do Ensino Regular, e deve ser oferecida “preferencialmente” na rede regular de ensino. Estabelece ainda que quando há a necessidade haverá a disposição serviços de apoio especializado, para atender as necessidades das crianças. O atendimento em classes ou escolas especializadas será um recurso utilizado somente quando a integração da criança, na classe comum do ensino regular, não for possível, em função das necessidades específicas da criança. Estabelece, ainda, que a modalidade da Educação Especial, é dever do Estado, o qual deverá oferecê-la desde a educação infantil, abrangendo também as crianças desde zero a seis anos.

O artigo 59 estabelece a efetivação da inclusão, com a adequação do currículo às necessidades, métodos de ensino a serem utilizados, as técnicas e recursos educativos a serem selecionados e utilizados para atender as necessidades das crianças com necessidades educacionais especiais em sala de aula. Fala sobre a flexibilidade da conclusão do ensino fundamental, para aqueles alunos, que em função de sua deficiência, não puderem atingir o nível exigido, bem como a aceleração para os superdotados, para que possam concluir em menor tempo o programa escolar. Ainda salienta a importância da capacitação para os professores do ensino regular, bem como a união destes com os professores especialistas, para o atendimento especializado.

O artigo 60, fala sobre o apoio técnico e financeiro do Poder Público, as instituições privadas, sem fins lucrativos, especializadas no atendimento da Educação Especial.

[...] inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas e socioeconômicas ou outras e requer sistemas educacionais planejados e organizados que dêem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas as suas características e necessidades. (Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares, 1999, p.17)

A implantação do sistema de educação inclusiva encontra dificuldades e resistências, pois o processo inclusivo vai além de levar crianças com necessidades educacionais especiais para dentro da sala de aula regular. Pensar em inclusão, é repensar a visão e a proposta da escola, tendo como base a realidade das crianças e da comunidade, tornando uma proposta ampla e



flexível para atender as necessidades de cada um. Para Ferreira e Ferreira (2004), a nova proposta pedagógica deve contemplar as capacidades existentes e as possibilidades emergentes.

5. MÉTODO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente trabalho se caracteriza por ser um estudo de caso, pois visa investigar, analisar e interpretar uma situação singular no contexto escolar regular.

O estudo se desenvolveu em uma escola pública municipal, do Município de Cruzeiro do Sul. Após escolher a escola, foi escolhido o aluno participante do estudo, bem como a turma.

As observações aconteceram uma vez por semana, com duração de 1 hora e 30 minutos, durante o desenvolvimento da aula de Educação Física.

As aulas de Educação Física, aconteciam uma vez por semana, tendo duração de 1 hora e 30 minutos. Havia uma professora especialista que era responsável por esta disciplina. A aula era dividida em três momentos. No primeiro momento, os alunos iam ao banheiro, após a professora fazia as combinações da aula e em seguida explicava as atividades que seriam desenvolvidas. No segundo momento iniciavam as atividades dirigidas propostas pela professora e no terceiro e último momento havia o chamado momento livre onde os alunos tinham alguns minutos para brincar daquilo que mais gostavam, desde que tenham participado de todas as brincadeiras propostas e tenham tido um bom comportamento.

Esta disciplina não tem na escola uma representatividade quanto a nota, ou seja, a professora no final do trimestre, entrega as notas dos alunos conforme suas respectivas participações nas aulas para a professora titular a qual soma esta nota juntamente com português, artes e religião. Os alunos de fato não possuem uma preocupação quanto a nota, eles participam da aula porque gostam e porque é uma disciplina que faz parte do currículo escolar.

A criança participante do estudo se chama L., tem 10 anos de idade, está atualmente no 4º ano do ensino fundamental, estuda na escola desde a pré-escola. Segundo as professoras pedagogas que tiveram em L. em algum ano,



ele sempre foi promovido, ou seja, nunca conseguiu atingir os objetivos traçados para a turma, conforme a fala de ambas ele não consegue aprender.

Segundo Parecer da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) emitido em 26 de junho de 2012, L. apresenta atraso no DNPM (Desenvolvimento Neuro-Psico_Motor) e severa dificuldade de aprendizagem. Em avaliação com fonoaudióloga, foi constada uma disfonia, com voz fraca, áspera e rouca, necessitando de atendimento fonoterápico. Na avaliação psicológica, demonstrou desempenho intelectual classificado a nível deficitário (Deficiência Mental Leve- Moderado). Apresentou um índice de maturidade compatível com uma criança de cerca de seis anos de idade. Logo sua capacidade de raciocínio, com raras exceções, situa-se nesta faixa de desenvolvimento, estando abaixo de sua idade cronológica. Demonstrou também não ter uma habilidade definida, pois utiliza as duas mãos para realizar algumas atividades como desenhar. Possui também muita dificuldade em se concentrar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após refletirmos sobre a legislação vigente, a qual garante o direito da criança com necessidades educacionais especiais de frequentar a escola pública, bem como, a adequação dos currículos pedagógicos visando a efetiva integração do aluno na escola regular e fazendo um paradoxo, com a breve história da Educação Física, que sempre assumiu um caráter excludente, por privilegiar corpos fortes e saudáveis. Podemos dizer que para esta disciplina a inclusão é uma proposta ousada e que, de certa forma, vai contra os seus princípios, por exigir uma mudança de postura, de visão e a adequação a uma nova realidade e uma nova forma de fazer educação.

Durante as observações feitas nas aulas de Educação Física, do 4º ano do ensino fundamental, pudemos observar a intensa participação de L. (a criança com necessidades educacionais especiais) nas atividades dirigidas e nas brincadeiras de grupo. Podíamos perceber que enquanto os colegas iam fazendo as atividades ele os observava e, sempre que chegava a sua vez ele fazia a atividade sem necessitar de auxílio da professora.



Outro fator que chamou a atenção durante as observações é que os demais colegas queriam a participação de L. nas brincadeiras, o chamavam, para fazer parte de seus grupos.

Poderíamos ousar dizer que alunos com deficiências mentais leves como no caso de L. não apresentam dificuldades para participar das aulas de Educação Física, pois conseguem fazer todas as atividades e brincadeiras que são propostas, conseguem se organizar perante as regras das mesmas, e conseguem se relacionar bem com os colegas e com a professora. De fato, a questão reside no nível de exigência feito pelo professor, este deve ter um olhar diferenciado para cada aluno, valorizando as potencialidades e não os insucessos do aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. Brasília: 2001.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil**: A história que não se conta. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

FERREIRA, M. C. C. e FERREIRA, J. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In _____. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. .21 – 48.

KARAGIANNIS, A. STAINBACK, W. e STAINBACK, S. Fundamentos do Ensino Inclusivo. In _____. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p. 37 – 47.

KASSAR, M. de C. M. **Deficiência múltipla e educação no Brasil**: discurso e silêncio na história de sujeitos. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

KASSAR, M. de C. M. Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala? In: _____. Políticas



e práticas de educação inclusiva. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
p. 49 – 68.

PADILHA, A. M. L. **Práticas Pedagógicas na Educação Especial:** a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas V:** fundamentos de defectología. Editorial Pedagógica, Moscú, 1997.



A TRANSFERÊNCIA E A CLÍNICA PSICANALÍTICA COM CRIANÇAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESPECIFICIDADES

Pedro Augusto Stelmach¹
Luane Aparecida de Lima²
Suelen Dulce Franco³

RESUMO: O presente artigo se trata de uma pesquisa bibliográfica, que teve como objetivo compreender como acontece a transferência na clínica psicanalítica com crianças. Partindo do pressuposto de que uma análise acontece a partir do momento em que a transferência se estabelece entre analista e analisante e, sendo esta fundamental para o processo, buscou-se compreender algumas especificidades desse conceito na atuação clínica com crianças. Para isso, procurou-se estudar a transferência em Freud, o qual iniciou com a prática analítica e posteriormente em Lacan, trazendo contribuições de autores que trabalham com essas especificidades da clínica com crianças na atualidade.

PALAVRAS-CHAVES: Psicanálise. Transferência. Psicanálise com crianças.

ABSTRACT: This article is a bibliographic research, which aimed to understand how transference happens in psychoanalytic clinic with children. Based on the assumption that an analysis takes place from the moment the transferism is established between analyst and analyzing and, being fundamental to the process, we sought to understand some specificities of this concept in clinical action with children. For this, we tried to study the transference in Freud, which began with analytical practice and later in Lacan, bringing contributions from authors who work with these specificities of the clinic with children today.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Transfer. Psychoanalysis with children.

1. INTRODUÇÃO

A transferência segundo o Dicionário de Psicanálise (ROUDINESCO; PLON, 1998) é um termo utilizado “para designar um processo constitutivo do tratamento psicanalítico, no qual os desejos inconscientes do analisando passam a se repetir na relação analítica.” A Psicanálise foi inaugurada quando Freud abandona a hipnose e passa a utilizar a associação livre como regra fundamental de trabalho analítico. Para que essa regra de ouro possa valer, é necessário que haja uma transferência estabelecida entre analista e candidato à análise, ou seja, a entrada em análise acontece fundamentalmente a partir da transferência e sua sustentação.

¹ Aluno do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguacu (União da Vitória – PR). E-mail: psi-pedrostelmach@uniguacu.edu.br

² Psicóloga, graduada pela Universidade do Contestado (UnC), pós-graduada em Psicologia Clínica: abordagem psicanalítica, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), docente e supervisora de estágio clínico do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguacu (União da Vitória – PR). E-mail: prof_luanelima@uniguacu.edu.br

³ Psicóloga, docente do curso de Psicologia Vale do Iguaçu – Uniguacu (União da Vitória – PR). E-mail: prof_suelenfranco@uniguacu.edu.br



Sabe-se que Freud nunca analisou crianças, mas no caso do Pequeno Hans (1909), vemos que através das conversas com o pai, Freud apresenta o caso de fobia que Hans vivenciou. Esse caso clínico representa um paradigma da psicanálise com crianças. Um caso não diretamente atendido por Freud, mas sim orientado por ele, que logo podemos perceber os indícios da transferência na clínica com crianças. É evidente que existe confiança entre o pai de Hans para com Freud, despertando então a possibilidade de a análise acontecer. A confiança que Freud despertou nos pais em relação ao seu lugar de saber fez com que o tratamento pudesse acontecer.

Sendo assim, torna-se importante realizar um percurso de estudo no qual se possa reconhecer como Freud concebeu a transferência, principalmente em seus textos “A dinâmica da transferência” de 1912 e “Observações sobre o amor de transferência” de 1915, fundamentais para o estudo. Posteriormente, segue-se o trabalho a partir do que Lacan postulou em alguns momentos de sua obra, como no Seminário 8 “A transferência” (1960-1961[1992]) e no Seminário 11 “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (1964[2008]). Por fim, a última seção da fundamentação teórica deste artigo se dá através de estudos sobre algumas especificidades da transferência na clínica com crianças, principalmente a partir de fragmentos do que se escreveu em Lacan, Dolto e Flesler.

2. A TRANSFERÊNCIA EM FREUD

Em Freud, encontramos que uma relação transferencial se estabelece a partir do momento em que o analisando passa a criar resistência na sua análise em decorrência da figura do analista. Conforme Santos (1994) a transferência se instala quando o paciente acaba por desvincular-se de seus conflitos e, caso haja, sua doença, na qual predomina o interesse na pessoa que está ocupando o lugar de objeto de desejo, direcionando sua atenção a quem o analisa.

Sobre a transferência como forma de resistência, Freud (1912) descreve sobre a atuação durante o processo de análise. O sujeito que está manifestando sintomas de uma psicose, por exemplo. Num dado momento, uma parte da libido que possui a capacidade de ser consciente e voltada para a realidade diminui, já a parte que é inconsciente, a qual sustenta as fantasias do sujeito, de



certa forma aumenta. A libido então passa a reduzir sua proporção e desencadear as imagens infantis do analisando. O percurso da análise busca encontrá-la, tornar consciente e voltar para a realidade. Para além disso, observa-se que se durante o processo analítico a parte da libido que regrediu de forma drástica e está omitida for encontrada, dará início a conflitos carregados de resistência, pois as circunstâncias do mundo externo, a frustração da satisfação, enfim, o que causou a regressão da libido, se transformará em resistência durante o processo da análise. Porém, como o autor deixa claro, essa não é ainda a maior forma de resistência dentro do processo (FREUD, 1912).

Ainda no que se refere ao texto, “A dinâmica da transferência”, Freud (1912) continua que a libido consciente do sujeito esteve sempre sob influência das partes dos complexos inconscientes, e de certa forma dirigiu-se a estes pelo fato da atração da realidade diminuir. Deve-se então remover a repressão dos instintos inconscientes, desprender o sujeito desses conflitos advindos do inconsciente, para liberar a libido e atrair novamente a realidade. Portanto, a análise precisa operar com essas maneiras de resistência, em cada associação é preciso considerar o que faz presente no sujeito, na busca de conciliar a tentativa de voltar a libido à consciência com as forças resistentes, seja pelo mundo externo ou as repressões dos movimentos inconscientes (FREUD, 1912).

Em um sintoma consciente ou algum complexo patogênico indefinido, desde a manifestação até a origem inconsciente do mesmo, Freud (1912) explora que a resistência se manifesta tão intensamente que a próxima associação do sujeito a considera numa tentativa de conciliação entre as investigações na análise e as forças dela, sendo então nesse momento que ocorre a transferência. Quando há algum conteúdo a ser transferido para o analista e isso ocorre, permitindo a próxima associação e atuando com indícios de resistência, como dá o exemplo de uma interrupção. Aborda então que o fenômeno transferencial se impõe na consciência antes das próximas associações, pelo motivo de que ela satisfaz a resistência.

Conforme Freud (1912) a transferência participa no tratamento analítico desde o começo do processo, como uma manifestação principal de resistência, assim como a continuidade e a força da transferência é constituída pela presença da resistência. Toma conhecimento do mecanismo da transferência para o autor ao se tratar dos estados da libido, mas continua ainda que a função da



transferência só pode ser compreendida se considerar seu envolvimento com as resistências.

Sobre o questionamento de como a transferência serve tão bem como modo de resistência, Freud (1912) relata em seu texto que a resposta poderia ser passada tranquilamente. É escancarado o quão difícil é declarar um impulso com ausência de desejo, já que se revelado de tal maneira, no mundo real parece pouco provável sua realização. Destaca que é necessariamente isso que a paciente busca, quando direciona ao analista seus impulsos emocionais. Mas ainda não soluciona o problema isoladamente, pois na realidade, o autor destaca que uma relação de confiança e afeto, podem auxiliar a pessoa que encontra dificuldade em confessar algo. Ainda dá o exemplo de que as pessoas poderão dizer “na sua frente, não sinto vergonha: posso dizer-lhe qualquer coisa. ” Portanto, a transferência para o psicanalista pode servir para facilitar o discurso reprimido, e não compreende o porquê deveria ser mais complicado.

A resistência, de acordo com Jorge (2017) aparece por meio de interrupções. Segundo o autor, Freud considera a resistência como uma tradução de uma interrupção em análise, ou seja, a interrupção da que é considerada a regra principal, a associação livre:

Podemos acrescentar ainda que essa forma príncipes de resistência que é a interrupção do discurso do sujeito na análise pode se manifestar em dois modos assim distinguidos: uma interrupção no processo de nomeação e uma interrupção no processo de fazer ligações, uma vez que nomear e fazer ligações constituem as duas dimensões essenciais ao discurso do sujeito quando se entrega à associação livre (JORGE, 2017, p.73).

Freud (1912) compreende que não se pode limitar a transferência como resistência simplesmente como apenas uma transferência. Destaca a importância de diferenciar uma transferência positiva de sentimentos amistosos da negativa de sentimentos agressivos, conhecida como transferência hostil para tratar separadamente os dois tipos. A primeira é dividida em transferência de sentimentos amistosos e afetuosos, e transferência de continuidade desses sentimentos no inconsciente. Com relação a esta última, o autor entende que a análise acaba por levar a origens eróticas de ordem inconsciente, através da suavização de seu objetivo sexual, mesmo que de maneira não sensualizada a consciência do sujeito. A segunda Freud (1912 apud SANTOS, 1994) expressa impulsos de agressividade, ao contrário da libidinal, o que ocorre é que pode



demorar a manifestar-se na análise, bem como pode haver uma ambivalência emocional, onde são localizados os dois impulsos, tanto libidinais quanto agressivos.

Há ainda a transferência erótica, mencionada em alguns textos de sua autoria, Freud em “Observações sobre o amor de transferência (1915) aborda sobre o manejo e a conduta ética e profissional que o analista necessita em ter diante a percepção de uma inclinação amorosa por parte do sujeito analisado. De modo intenso ela ocorre como Freud (1915 apud SANTOS, 1994) abordou de modo diferente da transferência positiva, tendo sua raiz em uma necessidade erótica intensa, que acaba por se opor a si própria dentro da análise.

Segundo Jorge (2017) a transferência é intensamente poderosa no sujeito em análise, assim como naquele que não está sob análise. Em análise, o analista será o novo objeto para o qual serão dirigidas as demandas de satisfação do analisante. De acordo com o autor, a intervenção do analista deve aguardar até a consolidação da transferência, conforme nos recomenda Freud em 1912. No entanto, é necessário perceber que há uma via de mão dupla nessa dinâmica, pois:

Ao mesmo tempo que a intervenção deve ser feita com a transferência estabelecida, a própria intervenção do analista pode funcionar, no início, no sentido de consolidar a transferência. Se a transferência é a suposição do analisando de saber no analista, a posição do analista pode ser definida, segundo Alain Didier-Weill, como a do sujeito-suposto-saber-que-há-sujeito. Mais essencial que a suposição relativa a seu saber é a resposta que o analisando recebe do analista quanto ao verdadeiro alvo desse saber suposto - o saber que há sujeito (JORGE, 2017, p. 90).

Logo, “definir a transferência como o amor que se dirige ao saber permite entender melhor que esse amor tem como pano de fundo da suposição de saber a dimensão do sujeito” (JORGE, 2017). Nesse ponto, faz-se necessário continuar a partir do que Lacan nos aponta sobre a transferência e a relação com esse suposto saber.

3. A TRANSFERÊNCIA EM LACAN

Lacan em seu seminário 8 sobre “A transferência” (1960-1961[1992]) enuncia a relação desta com o amor. Partindo da análise do texto O Banquete, de Platão, Lacan tece seus ávidos comentários sobre o amor, que para ele, “é



dar o que não se tem”. Descreve o que a experiência analítica é capaz através do amor e da transferência (LACAN, 1960-1961[1992]). Ele articula sobre “o amante como o sujeito do desejo e o amado como aquele que, nesse par, é o único a ter alguma coisa”. Aí podemos nos perguntar, qual a relação do amor com o que chamamos de transferência? Lacan (1960-1961[1992]) descreve:

A transferência é algo que põe em causa o amor, que o põe em causa muito profundamente no que se refere à reflexão analítica por ter introduzido nela, como uma dimensão essencial, aquilo a que se chama a sua ambivalência (LACAN, 1960-1961[1992], p. 71)

O amor nos interessa em Psicanálise na medida em que nos possibilita o entendimento do que se passa na dinâmica da transferência e por que não dizer, por causa da transferência. A transferência se assemelha ao amor, mas aqui temos esse afeto como uma metáfora. Logo, o amor como um significante pois é uma metáfora e, em análise, precisamos aprender a articular essa metáfora como substituição (LACAN, 1960-1961[1992]).

No seminário 11, Lacan (1964[2008]) aponta para a transferência como algo inteiramente aproximativo do que é o amor, assim como descrito anteriormente. Ele enfatiza ao longo do texto que o conceito do que se trata a transferência só é determinado pela função que ela tem em umas práxis. Logo, podemos compreender que há um saber fazer com a transferência que é necessário e, isso diz respeito, a forma de conduzir o tratamento, bem como as nuances do manejo clínico com os pacientes. Sendo assim, a transferência tem uma função. Ela dá notícias de que há um inconsciente, de maneira enigmática o inconsciente se apresenta através (também) da transferência (LACAN, 1964[2008]). Lacan cita Freud em relação ao que a transferência articula com a resistência:

O que Freud no indica, desde o primeiro tempo, é que a transferência é essencialmente resistente *Übertragungswiderstand*. A transferência é o meio pelo qual se interrompe a comunicação do inconsciente, pelo qual o inconsciente torna a se fechar. Longe de ser a passagem de poderes ao inconsciente, a transferência é, ao contrário, seu fechamento (LACAN, 1964[2008]).

Nesse movimento de possível “fechamento”, podemos considerar que existe uma ambivalência do que seria sua função. No entanto, é exatamente nesse ponto que o analisa deve operar, de forma que a interpretação se torne determinante, fazendo com que nos direcionemos àquilo que nos interessa: o que está atrás da porta, o que o inconsciente está dizendo através de uma



metáfora, de um enigma. Para Lacan (1964[2008]), o inconsciente é o discurso do Outro, sendo assim, esse discurso não estará do lado além do fechamento, mas sim do lado de fora. Ou seja, do analista, operando pela reabertura da porta.

De acordo com Quinet (2009), o sujeito suposto saber é o pivô da função transferencial. O sujeito entra em análise a partir do momento em que a transferência está estabelecida, sendo que, esse sujeito está vinculado ao saber, pois, há um saber naquilo que o analisante fala. Para Quinet (2009):

O estabelecimento da transferência é necessário para que uma análise se inicie: é o que denominamos a função transferencial das entrevistas preliminares. Mas a transferência não é condicionada ou motivada pelo analista. “Ela está aí, diz Lacan na ‘Proposição’, por graça do analisante. Não temos de dar conta do que a condiciona. Aqui ela está desde o início.” A transferência não é, portanto, uma função do analista, mas do analisante. A função do analista é saber utilizá-la (QUINET, 2009, p. 26).

Sobre essa questão, Quinet (2009) aponta para o que Lacan fala sobre a transferência de saber. Podemos conceber como uma ilusão, na qual o sujeito supõe que há uma verdade conhecida e já pertencente ao analista. Isso sustentaria a entrada do sujeito em análise. No entanto, existem mais ainda outros efeitos constituintes da transferência, o que Lacan chame de Sujeito Suposto Saber. Para Lacan (1964[2008] apud QUINET, 2009) quando essa função é encarnada, independente de quem seja, constitui que a transferência está posta.

A leitura que se faz desse ponto determinante da entrada em análise é a de que o analista faz essa função, no entanto, não deve se identificar com essa posição. Se identificar com essa posição pressupõe transformar a análise em alguma prática que não inclui a falta. Sendo assim, a posição do analista não é a de saber ou de compreender o paciente, mas sim de uma ignorância. É importante ressaltar que não se trata de qualquer ignorância, o que temos aqui é a ignorância douda⁴ (QUINET, 2009). Lacan enfatiza que se há uma coisa que devemos saber, é a de que não sabemos, nem tampouco temos clareza daquilo que supomos. A própria comunicação já é por si mesma baseada no mal-entendido.

⁴ Termo de Nicolau di Cusa (séc. XV), definido como um saber mais elevado que consiste em conhecer os seus limites. Prudência, humildade. Se precaver contra aquilo que seria a posição de saber absoluto. (Quinet, 2009).



Então, a transferência acontece na clínica de forma que a posição do analista irá marcar sua presença, e a presença do analista aponta para o inconsciente, presentifica o inconsciente. A posição do analista é um ato, muitas vezes uma fala – mas não qualquer fala - que corta.

4. A TRANSFERÊNCIA NA CLÍNICA COM CRIANÇAS

A clínica com crianças possui especificidades em relação ao manejo da transferência, bem como da resistência que vem através desta. Geralmente, as crianças chegam à clínica através de um tratamento sob encomenda, ou seja, alguém leva essa criança até o analista, um terceiro. Esse terceiro pode ser o pai, a mãe, a escola ou alguma outra instituição, por exemplo, e cada um desses terceiros têm uma especificidade de acordo com o que veremos adiante. Lacan (1969[2003]), aponta para uma concepção na qual o sintoma da criança responde ao que existe de sintomática na família. Ou seja, a criança é um sintoma da estrutura familiar:

O sintoma – esse é o dado fundamental da experiência analítica – se define, nesse contexto, como representante da verdade. O sintoma pode representar a verdade do casal familiar. Esse é o caso mais complexo, mas também o mais acessível a nossas intervenções (LACAN, 1969[2003]).

Dolto (2013) enfatiza que uma criança levada à análise comumente é sintoma dos pais. É evidente que quando há um conflito familiar, ou de casal, apareçam reminiscência disso no desenvolvimento da criança. Sendo assim, ao longo das entrevistas com os pais, e com a própria criança, pode ficar perceptível quais são os sintomas, seja ele clínico ou estrutural.

É importante buscar compreender quem é essa criança que chega à clínica e ao que esta criança responde. O sintoma apresentado não irá cessar até ser escutado, por isso a necessidade do analista saber que a clínica com crianças exige muito e a criança não deve ser tratada da mesma forma que o adulto. Então, o lugar do analista nessa relação precisa ser pensando, bem como estudado em suas peculiaridades. Partimos do pressuposto de que o saber está no paciente, ou seja, na criança, e de que esse saber precisa ser escutado.

Alba Flesler, quando em seu livro “A psicanálise de crianças e o lugar dos pais” (2012), postula sobre o conceito de transferência nessa clínica, nos



apresenta aspectos da transferência que remontam ao real, simbólico e o imaginário. Para ela (2012) a transferência na clínica com crianças vai necessariamente depender de uma série de operações. Essas operações são referentes aos tempos de trânsito, do atual da infância até o infantil do fantasístico do adulto. Logo, para a autora a transferência se estabelece na dialética entre as crianças e seus pais, na relação entre o sujeito na infância com o Outro:

(...) seu desdobramento depende do desejo dos pais e de seu enlace à castração. De nenhum outro modo eles poderiam ser transmissores da história nem a relatar com valor de verdade. Mais tarde, porém, apoiados nos fios tecidos no tempo anterior, os efeitos constituídos que se seguem irão se realizar na cena analítica dependendo do desejo do analista. Em função dele, o analista será suporte do Real, do Simbólico e do Imaginário da transferência e não menos da resistência, segundo a predominância de cada um deles nos tempos do tratamento (FLESLER, 2000 apud FLESLER, 2012).

Quando uma criança chega a um analista, os pais estão diante de uma inquietude despertada pelo sintoma que o filho apresentou, aquilo que há de enigma. De acordo com Flesler (2012), quando uma pergunta aparece, encontra-se aí então uma vertente apta para intervir, o simbólico da transferência. Dessa forma, supõe-se que o sujeito suposto saber está operando, pois, os pais estão colocando um saber no analista diante disso que o filho expressa.

No entanto, nem sempre os pais terão uma pergunta, por vezes existirá apenas uma demanda. A criança quando fere a imagem narcísica paterna/materna ou quando não corresponde àquilo que esperavam dela, se torna “desajustada” aos olhos dessas figuras primordiais. Logo, tudo o que os pais passam a fazer é uma tentativa de ajuste, de adaptação dessa criança à demanda que por ela recai (FLESLER, 2012). Em uma situação como essa, a transferência assume aspectos imaginários, conforme Flesler (2012), não há uma busca de saber, mas sim uma reivindicação de resposta condizente com a demanda posta.

Outra situação possível de acontecer é quando os próprios pais – consequentemente os filhos - são encaminhados por alguém, ou seja, não há uma pergunta nem uma demanda, apenas um incômodo, alguém quem incomodou a persistência de um gozo no qual não havia causado mal-estar dos pais (FLESLER, 2012). “São outras pessoas que fazem eco diante do silêncio de uma voz que clama por expressão. ” É como se nesse momento os pais



fossem incomodados pela interrupção de algo que não os perturba, no qual o analista vai encarar aquilo que a autora coloca como o “lado mais real de uma transferência” (FLESLER, 2012).

Para Mannoni (2004), o analista é a pessoa à quem se dirige numa tentativa de recorrer a um terceiro. Esse terceiro seria uma testemunha, um confidente, um conselheiro ou até mesmo um salvador. Sendo esta a pessoa a quem se busca depois de alguns fracassos, como alguém que pode tomar partido da situação. Nesse ponto, é de suma importância ressaltar que é papel do psicanalista não se colar a esses rótulos, não se aprisionar nesses limites (MANNONI, 2004).

De acordo com Mannoni (2004) “O analista visa mais a confrontar a tomada de posição do sujeito, por meio de seu mundo fantasmático, com um sistema que é da ordem do significante do que a dar significação deste ou daquele distúrbio” Sendo assim, é através da presença do analista que o sujeito em constituição (a criança) irá articular sua demanda, construir sua própria fala em relação a sua própria história, para que assim então, consiga extrair disso algo que possa ser veiculado um sentido, implicando-se em sua análise.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado nos textos citados neste artigo, é possível compreender a transferência em Freud, dentre vários aspectos, como a manifestação de resistência na condução do processo analítico, essa que invariável a qual das maneiras transferenciais seja, ocorre no direcionamento de sentimentos a figura do analista. São corriqueiramente sentimentos amistosos, mas como está descrito no texto, podem também ser sentimentos hostis. Vale considerar que a manifestação deles ocorre na análise, porém, a origem deles está nas vivências infantis do paciente, em seus processos inconscientes. A transferência diz respeito às condições amorosas infantis que são reeditadas, repetidas e direcionadas à pessoa do analista, logo, tem uma relação direta com o que chamamos de repetição.

A relação transferencial se inicia já nas entrevistas preliminares. Por parte do analista, cabe compreender o modo que utilizará dela na prática analítica, já que o paciente busca um saber que vem do outro. No entanto, como é enfatizado



ao longo do texto, o psicanalista não deve se ocupar dessa posição e sim atuar nela, considerando que o conteúdo é de posse do analisando.

Na atuação com crianças, é perceptível que a transferência pode instalar-se primordialmente na relação dos pais com elas, visto que o sintoma muitas vezes é um impasse familiar que acaba por ecoar no sujeito em constituição. Assim, na busca por ajuda para compreender o que se manifesta em seu filho(a), os pais procuram auxílio de um terceiro, esse que então é o analista. Direccionam a ele perguntas sobre o sintoma apresentado pela criança, ou então enxergam o/a filho/a como desajustada/o aos seus ideais de criança saudável. Ainda podem levar a criança para análise em casos de outras pessoas alertarem sobre a conduta do/a filho/a, já que eles acabam não conseguindo visualizar esse sintoma. Todavia, o analista deve-se ocupar da criança como sujeito, sem rótulos de terceiros, visando que ela crie a sua demanda pois o saber está constituído dentro de si, para então compreender se é um sintoma da criança em formação ou conflitos dos pais manifestos na conduta da criança.

Neste artigo, buscou-se apresentar fragmentos do que alguns autores da psicanálise nos apontam como transferência, bem como observamos que o manejo desse conceito na clínica com as crianças possui características particulares que exigem rigor em seu estudo e consequente prática. A transferência é algo que sustenta o processo analítico e o trabalho desenvolvido, mas também uma das maiores dificuldades de manejo, o que dentre muitos motivos justifica as investigações nesse campo, bem como o tripé essencial de formação do psicanalista: análise pessoal, supervisão e formação contínua.

REFERÊNCIAS

DOLTO, Françoise. **Seminário de psicanálise com crianças**. Tradução: Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

FLESLER, Alba. **A psicanálise de crianças e o lugar dos pais**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FREUD, Sigmund. **Análise da fobia em um garoto de cinco anos “O pequeno Hans”**. In: Obras completas, volume 8: O delírio e os sonhos na gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906 – 1909). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 123 – 284.



FREUD, Sigmund. **A dinâmica da transferência.** In: Obras completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911 – 1913). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 133 – 146.

FREUD, Sigmund. **Observações sobre o amor de transferência.** In: Obras completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911 – 1913). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 210 – 228.

JORGE, Marco A. C. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan.** Volume 3: A prática analítica. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

LACAN, Jacques. **Seminário, livro 8, a transferência.** Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Dulce Duque Estrada. Revisão de texto: Romildo do Rego Barros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. **Nota sobre a criança.** In: Outros escritos. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. **Seminário, livro 11, os quatros conceitos fundamentais da psicanálise.** Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: M.D. Magno. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MANNONI, Maud. **A primeira entrevista em psicanálise:** um clássico da psicanálise. Tradução: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise.** Tradução: Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Supervisão da edição brasileira: Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANTOS, Manoel Antônio dos. **A transferência na clínica psicanalítica:** a abordagem freudiana. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 13-27, ago. 1994. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 jun. 2022.

QUINET, Antonio. **As 4+1 condições da análise.** 12.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.



ANÁLISE COMPARATIVA DA INCIDÊNCIA DO USO DE ANTIMICROBIANOS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 POR USUÁRIOS DO SUS EM UNIÃO DA VITÓRIA – PR

STRONA, Larissa Gabriéli¹
FERNANDES, Lidiane Aparecida²

RESUMO: Os antimicrobianos foram um achado importantíssimo para a medicina, pois constituem uma classe de fármacos mundialmente empregados no tratamento de patologias desencadeadas pelos microrganismos. O artigo presente traz uma pesquisa sobre o assunto, destacando a incidência do uso de antimicrobianos comparando o período de um ano que antecede a pandemia de COVID-19 e o período de um ano no decorrer da pandemia, a partir de dados fornecidos através de relatórios emitidos do sistema da farmácia do SUS em União da Vitória - PR. A tentativa de encontrar um medicamento viável contra os sintomas da COVID-19 levou ao consumo de medicamentos sem eficácia cientificamente comprovada, inclusive o uso de antimicrobianos, o que resultou em um aumento bastante significativo nas dispensações dessa classe de fármacos. O aumento do uso de antimicrobianos é preocupante, pois aumenta a probabilidade de surgir novas superbactérias, fazendo-se necessário a utilização de antibióticos cada vez mais potentes.

PALAVRAS-CHAVE: Antimicrobiano. Pandemia de COVID-19. Resistência bacteriana. Uso racional.

ABSTRACT: Antimicrobials were a very important finding for medicine, because they correspond to a class of drugs used worldwide in the treatment of pathologies triggered by microorganisms. This article shows a research on the subject, highlighting the incidence of antimicrobial use, comparing the one-year period before the COVID-19 pandemic and the one-year period during the pandemic, from data provided by reports issued from the pharmacy system. The recommendations to use drugs without scientifically proven efficacy against the symptoms of COVID-19 caused dispensing of antimicrobial drugs to increase significantly. This increase in the use of antibiotics is worrying, as it increases the chances of cases of microbial resistance, transforming common bacteria into possible superbugs, making it necessary to use increasingly potent antibiotics.

KEYWORDS: Antimicrobials. COVID-19 pandemic. Bacterial resistance. Rational use.

1. INTRODUÇÃO

O uso de antimicrobianos está amplamente expandido. Estes fármacos estão entre os medicamentos prescritos com maior frequência pelos médicos, sendo seu uso excessivo e indiscriminado resultante no surgimento de bactérias resistentes (OLIVEIRA, 2006).

As bactérias que adquirem resistência bacteriana têm capacidade de se multiplicarem na presença de antimicrobianos em doses mais altas. Refere-se a um processo biológico e natural que foi ocasionado devido à utilização de

¹ Acadêmica de Biomedicina do Centro Universitário Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU

² Docente do Centro Universitário Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU. Mestre em Ciências Farmacêuticas



fármacos no tratamento de infecções, e que devido ao uso inadequado em humanos e animais tem aumentado cada vez mais (MARTINS et al., 2015).

A importância da terapêutica dos antimicrobianos é inquestionável bem como a contribuição que os mesmos trouxeram para a saúde da população mundial. Porém, muitas das vezes eles são administrados sem necessidade, o que pode ocasionar alterações genéticas nas bactérias causadoras de patologias e fazem com que estas desenvolvam mecanismos de resistência (OLIVEIRA, 2006).

Para Martins et al. (2015), o uso indevido de antimicrobianos potencializa os mecanismos de defesa das bactérias, isso faz com que os antimicrobianos percam a eficácia, utilizar esses fármacos sem posologia adequada, sem período de tratamento adequado, sem prescrição correta, potencializa os mecanismos de defesa das bactérias fazendo com que estas desenvolvam resistência aos antibióticos com uma velocidade de tempo muito mais rápida do que são criados novos antimicrobianos.

No momento, a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) apresenta uma situação de muitas incertezas devido ao desconhecimento a respeito do vírus e a conduta dos pacientes, é um quadro de grave crise global de saúde (MENEZES et al., 2020).

A ausência de medicamentos definitivos com evidências científicas comprovadas para o tratamento da COVID-19 tem mostrado grande diversidade nas condutas da prática clínica. O aumento da prática da automedicação é preocupante, pois a saúde da população fica em risco (MARTINS; REIS, 2020).

A habilitação de profissionais para a área da saúde é de suma importância no tipo de assistência que é ofertada à população e na conduta do processo saúde/doença (MONTEIRO; LACERDA, 2016).

O Biomédico tem função importante para a orientação do uso correto de antimicrobianos, pois determina o perfil de sensibilidade aos antimicrobianos, dos microrganismos causadores de infecções (TEIXEIRA; FIGUEIREDO; FRANÇA, 2019).

Sendo assim, este estudo objetivou analisar a incidência do uso de antimicrobianos por usuários do SUS em União da Vitória – PR e a partir desses dados comparar o consumo entre o período que antecedeu a pandemia e a atual situação.



2. METODOLOGIA

Este artigo trata-se de um estudo quali-quantitativo, de cunho exploratório e descritivo, onde a coleta de dados foi realizada em determinados instantes de tempo, por meio da análise de relatórios sob um grupo definido, na qual foram abordadas análises descritivas que foram traduzidas em resultados numéricos (SOUZA; IUKIU, 2017).

Os dados foram coletados através de relatórios emitidos do sistema da farmácia municipal de União da Vitória – PR, comparando a incidência do uso de antimicrobianos entre janeiro de 2019 a janeiro de 2020 antes da pandemia e fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021 durante a pandemia.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 MICRORGANISMOS

Embora muitas vezes os microrganismos façam parte da microbiota normal do ser humano e sejam benéficos ao organismo, eles também podem ser patógenos, causadores de doenças (NASCIMENTO, 2010). Pois os microrganismos patogênicos produzem toxinas, substâncias químicas com efeitos tóxicos (CONTI; GUIMARÃES; PUPO, 2012).

Os denominados saprófitos se comportam de forma facultativa, hora não são patógenos e em determinadas ocasiões se tornam patógenos. Além destes, também há aqueles que sempre são patogênicos, pois a presença deles no hospedeiro sempre está associada a doenças como a *Nesseia gonorrhoea* (NASCIMENTO, 2010).

3.1.1 ANTIMICROBIANOS

Os fármacos antimicrobianos são uma das mais benéficas intervenções médicas que salvam vidas e contribuem para uma vida prolongada e útil. Os antimicrobianos são compostos sintéticos (quimioterápicos) ou naturais (antibiótico) que são propícios para induzir a morte ou inibir o crescimento das bactérias. São fármacos que podem promover a morte bacteriana (bactericida)



ou levar a inibição do crescimento das bactérias (bacteriostático) (NOVAK, 2020).

Antes de decidir iniciar o tratamento com um antimicrobiano, deve-se analisar se há evidências de infecção por meio de dados clínicos (presença de secreção purulenta, picos febris), exames laboratoriais (hemograma com desvio à esquerda e leucocitose) ou de imagem (MOTA *et al.*, 2010).

Os antimicrobianos são utilizados para tratar as infecções, as de origem bacteriana principalmente e objetivo da terapêutica dos mesmos é a eliminação das células que têm potencial infectante, sem o comprometimento do hospedeiro (GASPARELO, 2018).

O uso abusivo de antimicrobiano deve-se a vários fatores. Por exemplo, a dificuldade de se estabelecer a etiologia correta, se é de origem bacteriana ou viral. Há também a expectativa dos pacientes, quais associam a necessidade do uso de antimicrobianos para tratar as infecções e as dificuldades como a falta de tempo para orientar os pacientes quanto aos riscos de utilizar experimentalmente esse fármaco ou discutir outras possíveis alternativas de tratamento (BERQUÓ *et al.*, 2004).

3.1.2 MECANISMO DE AÇÃO

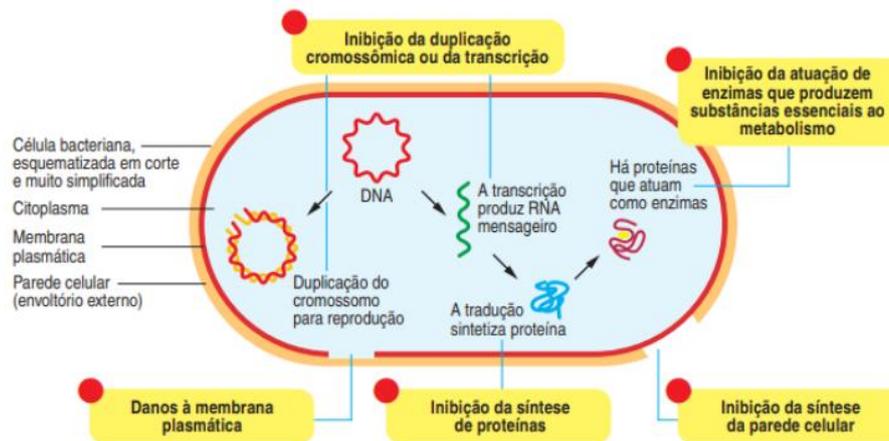
Os antimicrobianos são substâncias produzidas pelo menos em parte, por processo biológico, têm a finalidade de inibir o crescimento bacteriano, caso sejam de ação bacteriostática, ou induzir a morte das bactérias, caso seja um antimicrobiano de ação bactericida. Apresentam espectro antibacteriano, ou seja, determinada amplitude de atuação, podendo ser de espectro reduzido ou de amplo espectro, de acordo com o quantitativo de bactérias que conseguem atingir e eliminar (OLIVEIRA, 2006).

O objetivo do tratamento com antimicrobiano é a eliminação das células infectantes, sem comprometimento do hospedeiro. Nem todos os antimicrobianos levam à morte dos microrganismos e sua ação restringe-se a reprimir mecanismos de reprodução induzindo a morte por senescência (GASPARELO, 2018).

De acordo com Machado *et al.*, (2019), os fármacos antimicrobianos exercem o seu mecanismo de ação em várias formas (Figura 1), por exemplo,

interferem na síntese da parede celular, promovendo alterações na síntese proteica, alterando a permeabilidade da membrana citoplasmática, inibindo a síntese de ácidos nucleicos e interferindo na replicação do cromossomo.

Figura 1 – Principais modos de ação dos antibióticos sobre a célula bacteriana.



Fonte: Canto (2010).

3.2 USO RACIONAL

O uso racional de antimicrobianos é uma questão necessária que vem sendo alertada há bastante tempo levando em consideração os problemas analisados com o uso inadequado desses fármacos. Mais 50% de todos os medicamentos são vendidos de maneira inadequada por todo o mundo conforme documentos oficiais da OMS (DANDOLINI *et al.*, 2012).

O uso indevido de antimicrobianos leva a uma enorme potencialização para o aumento da resistência bacteriana. O aumento no uso desses fármacos é seguido do surgimento em uma frequência maior de superbactérias devido à falta de medidas preventivas como, por exemplo, a seleção criteriosa do antimicrobiano, a duração do tratamento e a prescrição correta levam a disseminação das superbactérias (ANVISA, 2008).

Por meio da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) de nº20, em 5 de maio de 2011, Art. 2º foi estabelecido que farmácias privadas e unidades públicas de dispensação municipais, federais e estaduais, só podem dispensar medicamentos a base de antimicrobianos mediante a retenção da receita médica, qual tem validade de 10 dias a contar da sua data de emissão segundo

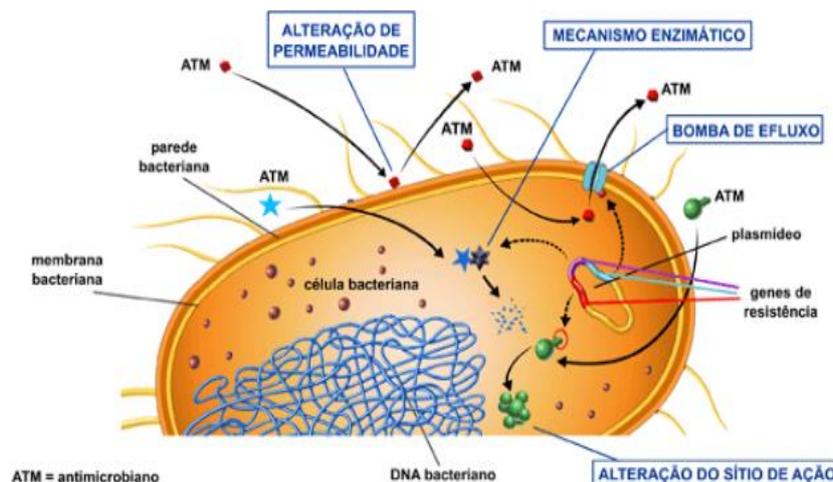
o Art. 6º, com essas medidas pretende-se reduzir o livre acesso e consequentemente minimizar a automedicação e a resistência bacteriana (BRASIL, 2011)

3.2.1 RESISTÊNCIA BACTERIANA

A resistência aos antimicrobianos é um dos maiores desafios para a saúde pública, com importante impacto na saúde humana e animal (ROCHA, 2019). A resistência bacteriana é o mecanismo que torna os microrganismos insensíveis aos antimicrobianos, sendo um fenômeno genético, ligado à presença de genes contidos no microrganismo, qual, produzem a inativação da droga por meio de mecanismos bioquímicos. As bactérias utilizam com frequência mais de uma estratégia para evitar a ação dos antimicrobianos sobre elas (MACHADO *et al.*, 2019).

Diversos mecanismos de resistência antimicrobiana são espalhados por uma variedade de gêneros bacterianos (Figura 2). Inicialmente o organismo pode adquirir genes de enzimas de codificação, como as β -lactamases (enzimas produzidas por algumas bactérias), que destroem o agente antibacteriano antes que ele passe a fazer efeito. Sequencialmente as bactérias podem adquirir bombas de efluxo que expulsam o agente antibacteriano da célula antes que ele alcance seu foco para exercer o seu efeito (NOVAK, 2020).

Figura 2 – Mecanismos de resistência bacteriana



Fonte: ANVISA (2007).



Segundo a ANVISA (2008), o bombeamento ativo de antimicrobianos do meio intracelular para o extracelular constitui o seu efluxo ativo, o mesmo produz resistência bacteriana a certos antimicrobianos.

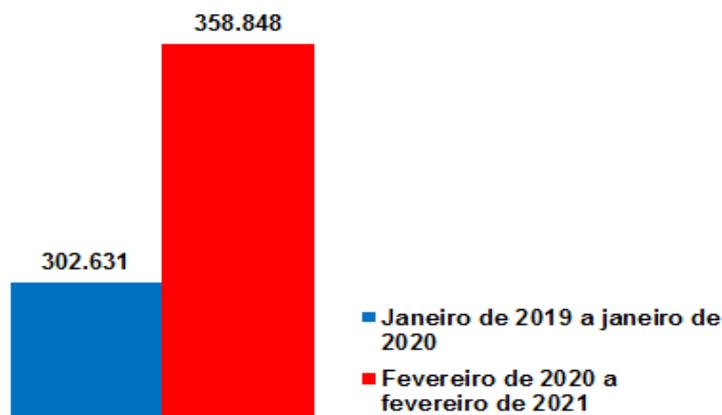
As alterações genéticas podem ser cromossômicas ou extracromossômicas. A resistência cromossômica como consequência da mutação espontânea em um *locus* do cromossomo bacteriano que controla a sensibilidade a tal agente antimicrobiano. A resistência extracromossômica acontece através das bactérias que contém elementos genéticos extracromossômicos intitulado como plasmídeos. Os plasmídeos são moléculas de DNA circular, os mesmos podem habitar livremente no citoplasma da bactéria (NOVAK, 2020).

O fato de os antimicrobianos apresentarem diferentes mecanismos de ação levam as bactérias, também a desenvolverem diferentes mecanismos de resistência. Normalmente a resistência bacteriana aos antibióticos ocorre devido a: 1) uma alteração na permeabilidade da membrana celular que, ou faz com que o antibiótico seja bombeado para fora da célula (Efluxo ativo) ou impede a entrada do antimicrobiano na célula; 2) capacidade de inativar ou degradar o antimicrobiano; e 3) origem de uma mutação que altera o alvo de um antimicrobiano de modo que o novo alvo não seja afetado (LIMA *et al.*, 2017).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os resultados obtidos que podem ser observados nos gráficos 1, e 2, entre fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021 houve um aumento considerável nas saídas dos antimicrobianos dispensados na farmácia do SUS de União da Vitória – PR, cerca de 34% a mais com a relação ao período de tempo entre janeiro de 2019 a janeiro de 2020.

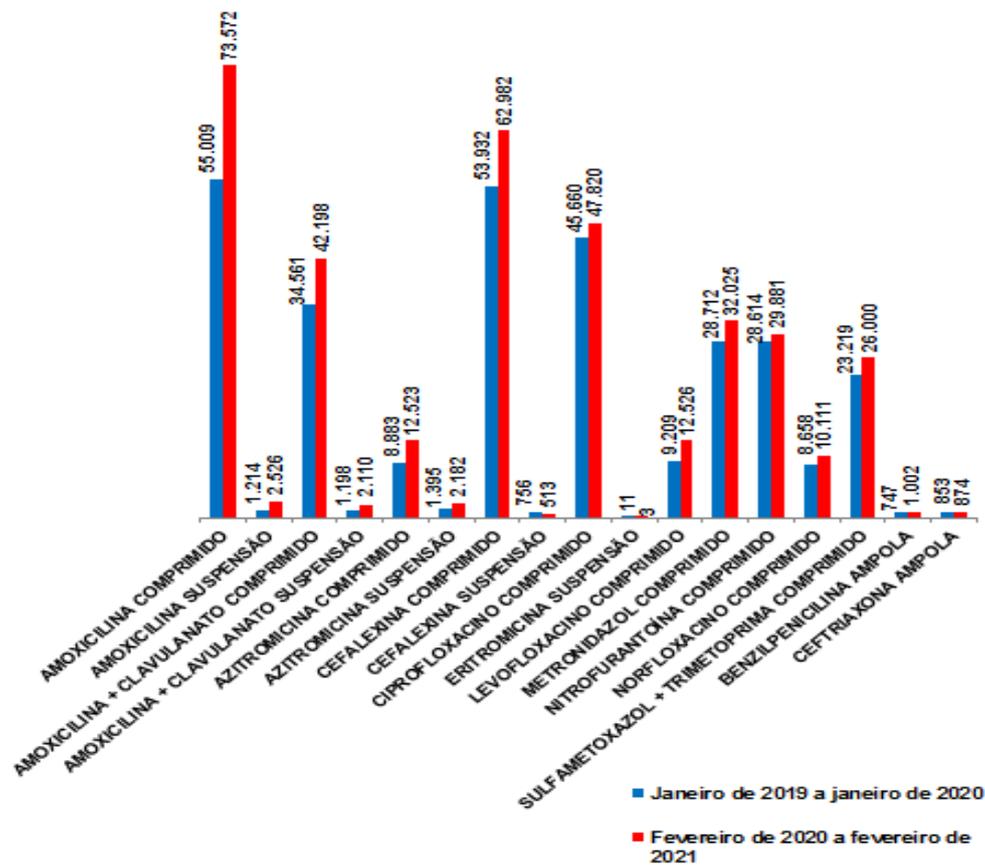
Gráfico 1 - Comparação das saídas de antimicrobianos para pacientes da farmácia do SUS em União da Vitória – PR entre janeiro de 2019 a janeiro de 2020 e fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021.



Fonte: A Autora, 2021.

O aumento foi bem expressivo nas dispensações de praticamente todos os antimicrobianos para os pacientes que retiraram os antimicrobianos na farmácia, em especial dos fármacos amoxicilina comprimido com 18.563 saídas a mais, amoxicilina + clavulanato de potássio comprimido com 7.637, azitromicina comprimido com 3.640, e a cefalexina comprimido com 9.050. E entre os 17 antimicrobianos analisados, apenas 2 obtiveram uma diminuição no número de saídas, sendo a cefalexina em suspensão, com 243 frascos a menos e a eritromicina em suspensão, com 8 frascos a menos conforme mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Saídas de antimicrobianos de acordo com a forma farmacêutica e princípio ativo, entre janeiro de 2019 a janeiro de 2020 e fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021

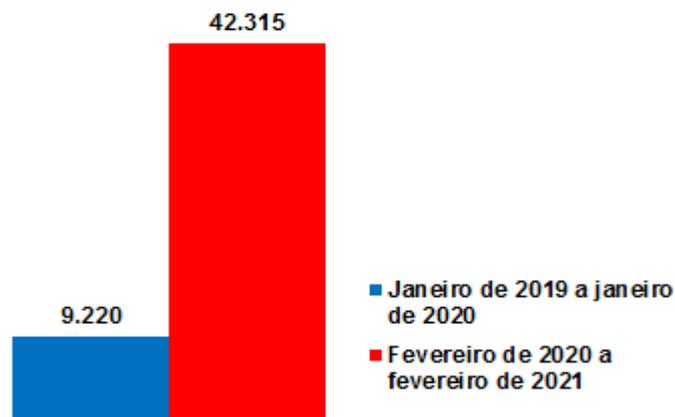


Fonte: A Autora, 2021.

A farmácia municipal além de dispensar medicamentos para a população, também é o centro de abastecimento farmacêutico, portanto, também fornece a reposição de medicamentos para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Nos gráficos 3 e 4, pode ser observado a descentralização dos antimicrobianos para a UPA de União da vitória – PR, entre fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021, houve um aumento significativo nas transferências desses medicamentos do setor da farmácia para a UPA.

Gráfico 3 – Comparação da descentralização de antimicrobianos da farmácia do SUS de União da Vitória – PR, para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de União da Vitória – PR.

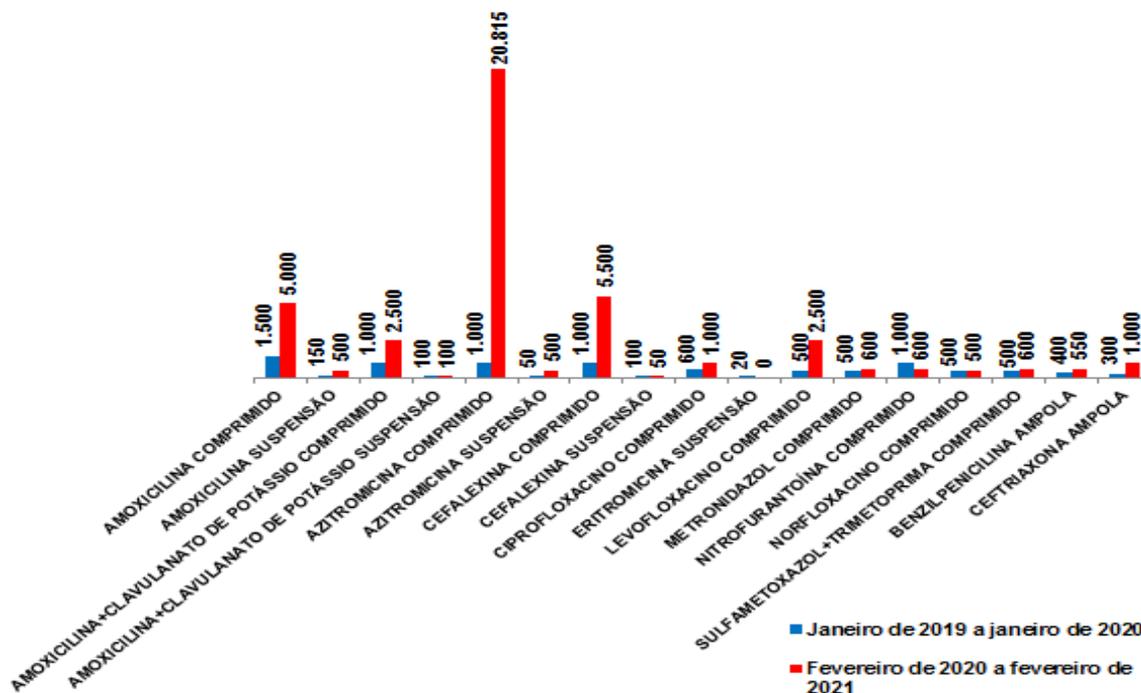


Fonte: A Autora, 2021.

A azitromicina é um antibiótico utilizado especialmente para tratar infecções bacterianas do trato respiratório e do trato urinário. Durante a pandemia de COVID-19 tornou-se um alvo de especulações a respeito do seu uso. Pois além de contribuir para o surgimento de superbactérias devido o uso inadequado desse fármaco, alguns estudos também apontam efeitos colaterais cardiovasculares como arritmias, palpitações e raramente pode levar ao prolongamento do intervalo da QT devido ser da subclasse dos macrolídeos (VANZELER, 2021).

No gráfico 4 justamente o que chama bastante atenção, é um aumento bem significativo na descentralização de azitromicina comprimido. Pois entre janeiro de 2019 a janeiro de 2020, período antes de ocorrer a pandemia foram 1.000 saídas de azitromicina comprimido, já entre fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021 no decorrer da pandemia foram 20.815 saídas.

Gráfico 4 – Comparação da descentralização entre os antimicrobianos para a Unidade de Pronto Atendimento UPA



Fonte A Autora, 2021.

Para a ANVISA (2020), o novo Sars-CoV-2 da família do coronavírus causador da doença COVID-19, provocou uma pandemia a nível global, devido à disseminação do vírus por o mundo. Uma boa parte da população adoeceu devido a situação, milhares de pessoas precisaram de internação hospitalar, muitas delas com quadros graves de infecções pulmonares entre outras complicações, portanto surgiu uma grande preocupação com a automedicação mesmo sem prescrição e o uso indevido de medicamentos, especialmente os antimicrobianos.

A corrida contra o tempo para novas pesquisas científicas que comprovem a eficácia de fármacos contra o COVID-19, e o desenrolar crítico em vários casos dos pacientes acabou resultando em médicos prescrevendo cada vez mais o uso de antimicrobianos, os mesmos seriam utilizados como forma de tratamento devido a doença apresentar sintomas respiratórios semelhantes aos das pneumonias bacterianas (OLIVEIRA; SILVA; GONÇALVES, 2021).

Até o momento presente, desde o início da pandemia, observou-se um aumento no uso de antimicrobianos, possivelmente um dos principais motivos



seria a incerteza que existe quanto ao arsenal terapêutico contra a COVID-19 e a descontinuidade dos programas de controle do uso de antimicrobianos (CHIARA-CHILET; SAAVEDRA-VELASCO, 2020).

De maneira geral, fica claro que o uso de antimicrobianos como medidas preventivas e o tratamento inadequado para tratar os sintomas do COVID-19 podem ser os principais fatores do surgimento de novas superbactérias. A resistência aos antimicrobianos após a pandemia pode se tornar uma grande onda de doenças e mortes adicionais em todo o sistema de saúde, à medida que o número de pneumonias ocasionalmente por COVID-19 aumenta nas unidades de tratamento crítico além de sua capacidade (OLIVEIRA; SILVA; GONÇALVES, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que a prescrição e o uso dos antimicrobianos aumentaram significativamente. Esses dados são preocupantes, pensando nas consequências como a ampliação da resistência bacteriana. Houve um aumento significativo nas dispensações de antimicrobianos em todo o país, segundo artigos já publicados e, observando a realidade do local do presente estudo, na cidade de União da Vitória – PR, não foi diferente.

Em um curto período de tempo as dispensações de antimicrobianos aumentaram gradativamente, portanto com esses resultados e toda a compilação feita por este estudo, as preocupações são voltadas para o futuro, pós-pandemia. As preocupações devem estar voltadas para os microrganismos que podem ter adquirido resistência aos antimicrobianos usados de maneira indiscriminada pela população. Os sistemas de saúde poderão ter que enfrentar uma epidemia de antimicrobianos ineficazes contra doenças comuns.

Há chances de um aumento também nos casos de resistência microbiana pós-covid. As bactérias estarão resistentes aos medicamentos, fazendo com que venha acontecer com uma frequência maior do que normalmente acontece, assim sendo necessário o uso de antibióticos mais potentes dos que são utilizados no dia a dia. A resistência microbiana é atualmente uma das ameaças mais urgentes à saúde humana, preocupações claras e alarmes foram



levantados por várias instituições, governos e agências internacionais, além de ser considerada uma ameaça real à saúde humana e animal.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Pandemia pode aumentar o risco de resistência microbiana**. 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/pandemia-pode-aumentar-o-risco-de-resistencia-microbiana>. Acesso em: 22 abr. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Resistência microbiana: mecanismos e impacto clínico**. 2007. Disponível em: https://www.anvisa.gov.br/servicosaude/controle/rede_rm/cursos/rm_controle/0pas_web/modulo3/gramp_staphylo2.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Uso racional de antimicrobianos e a resistência microbiana**. 2008. Disponível em: https://www.anvisa.gov.br/servicosaude/controle/rede_rm/cursos/atm_racional/modulo1/res_aquisicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

BERQUO, L. S. *et al.* Utilização de medicamentos para tratamento de infecções respiratórias na comunidade. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 358-364, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102004000300004>.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA.). **RESOLUÇÃO-RDC Nº 20, de 5 de maio de 2011: Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação**. Brasil, 2011. 7 p. Disponível em: . Acesso em: 21 fev. 2019.

CANTO, Eduardo. **Como antibióticos combatem bactérias?** Em Dia Com As Ciências Naturais. v. 3, n. 9, p.1-1, 2010. Disponível em: . Acesso em: 18 nov. 2021.

CONTI, Raphael; GUIMARÃES, Denise O.; PUPO, Mônica T.. Aprendendo com as interações da natureza: microrganismos simbiotes como fontes de produtos naturais bioativos. **Ciência e Cultura**, [S.L.], v. 64, n. 3, p. 43-47, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.21800/s0009-67252012000300014>. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0009-



67252012000300014. Acesso em: 18 nov. 2021.

CHIARA-CHILET, C.; SAAVEDRA-VELASCO, M. Control de antibióticos en tiempos de COVID-19. **Revista de la Facultad de Medicina Humana**, Lima, v. 20, n. 4, p. 761-762, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.25176/rfmh.v20i4.3050>.

DANDOLINI, B. W. *et al.* Uso racional de antibióticos: uma experiência para educação em saúde com escolares. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1323-1331, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000500026>.

GASPARELO, M. A. **Avaliação da qualidade de discos de antibióticos comerciais com cepas padrão ATCC e ambulatoriais**: uma análise comparativa. 2018. 155 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biomedicina) – Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, União da Vitória, 2018.

LIMA, C. C. *et al.* Mecanismo de resistência bacteriana frente aos fármacos: uma revisão. **CuidArte Enfermagem**, Catanduva, v. 11, n. 1, p. 105-113, 2017.

MACHADO, O. V. O. *et al.* **Antimicrobianos**: revisão geral para graduandos e generalistas. Fortaleza: EdUnichristus, 2019.

MARTINS, M. A.; REIS, A. M. Pharmacists in response to the COVID-19 pandemic in Brazil: where are we? **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 0517, 2020. DOI: <https://doi.org/10.30968/rbfhss.2020.113.0517>.

MARTINS, G. S. *et al.* Uso indiscriminado de antibióticos pela população de São José do Calçado (ES) e o perigo das superbactérias. **Revista Acta Biomédica Brasiliensia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 84, 30 dez. 2015. Universidade Iguacu - Campus V. 6 <http://dx.doi.org/10.18571/acbm.089>. Disponível em: <https://www.actabiomedica.com.br/index.php/acta/article/view/47>. Acesso em: 24 abr. 2021.

MENEZES, C. R. *et al.* Efetividade e toxicidade da cloroquina e da hidroxicloroquina associada (ou não) à azitromicina para tratamento da COVID-19. O que sabemos até o momento?. **Journal of Health and Biological Sciences**, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v8i1.3206.p1-9.2020>.

MONTEIRO, Elis Roberta; LACERDA, Josimari Telino de. Promoção do uso racional de medicamentos: uma proposta de modelo avaliativo da gestão municipal. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 40, n. 111, p. 101-116, dez. 2016.



- FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201611108>
- MOTA, L. M. *et al.* Uso racional de antimicrobianos. **Revista Medicina**, Ribeirão Preto, v. 43, n. 2, p. 164-172, 2010.
- NASCIMENTO, J. S. **Biologia de microrganismos**. [2010]. Disponível em: http://portal.virtual.ufpb.br/biologia/novo_site/Biblioteca/Livro_4/6-Biologia_de_Microrganismos.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.
- NOVAK, D. P. **Avaliação da incidência de automedicação na antibioticoterapia entre acadêmicos dos cursos de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU**. 2020. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) – Centro Universitário do Vale do Iguaçu, União da Vitória, 2020.
- OLIVEIRA, A. L. Resistência bacteriana a antibióticos: uma análise da conduta hospitalar. **Revista Cesumar**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 59-69, 2006.
- OLIVEIRA, Lucas Jahel de; SILVA, Kêmilly Souza; GONÇALVES, Ana Carolina dos Santos. AUMENTO DO USO DE ANTIBIÓTICOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM CIDADE NO INTERIOR DE MINAS GERAIS. **Recima21 - Revista Científica Multidisciplinar - Issn 2675-6218**, [S.L.], v. 2, n. 8, p. 617, 15 set. 2021. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar. <http://dx.doi.org/10.47820/recima21.v2i8.617>. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/617/536>. Acesso em: 15 set. 2021.
- ROCHA, L. Antibióticos: resistência de microrganismos é grave ameaça à saúde global. **Fiocruz**, 9 nov. 2019. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/antibioticos-resistencia-de-microrganismos-e-grave-ameaca-saude-global>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- SOUZA, A. V.; ILKIU, G. S. M. **Manual de normas técnicas para trabalhos acadêmicos**. União da Vitória: Kaygangue, 2017.
- TEIXEIRA, Alysson Ribeiro; FIGUEIREDO, Ana Flavia Costa; FRANÇA, Rafaela Ferreira. RESISTÊNCIA BACTERIANA RELACIONADA AO USO INDISCRIMINADO DE ANTIBIÓTICOS. **Resistência Bacteriana Relacionada Ao Uso Indiscriminado de Antibióticos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 853-875, fev. 2012. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2019/09/077_RESISTENCIA-BACTERIANA-RELACIONADA-AO-USO-INDISCRIMINADO-DE-ANTIBIOTICOS.pdf. Acesso



em: 18 nov. 2021.

VANZELER, Maria Luzinete Alves. Et al. **Utilização De Azitromicina Para O Tratamento Da Covid-19: Uma Visão Crítica.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 04, Vol. 09, pp. 05-21. Abril de 2021.

ISSN: 2448-0959, Link de
acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/utilizacao-de-azitromicina>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/utilizacao-de-azitromicina. Acesso em 18. nov. 2021.



AS NOVAS INSERÇÕES DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE: PROPOSTA INTERVENTIVA EM UMA ACADEMIA NO VALE DO IGUAÇU

Leticia Castilho¹
Leticia Malek²
Marlon Rocha Junior³
Marislaine Lopes Rodrigues⁴
Suelen Dulce Franco⁵

RESUMO: A presente pesquisa, é fruto do Estágio Ênfase: Psicologia Prevenção e Promoção de Saúde II, em ambiente organizacional, realizado no 8º período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu, sob a perspectiva das novas possibilidades de inserção do Psicólogo (a) Organizacional na Contemporaneidade. Para tanto, primeiramente foi procedido com observações e Diagnóstico Organizacional em uma Academia, com o objetivo de nortear posteriores práticas interventivas, assim como, o resgate de levantamentos publicados sobre a temática em meios escritos e eletrônicos sob uma visão qualitativa. Logo, foi proposto uma construção em colaboração com o gestor dos conceitos de Missão, Visão e Valores, tal qual, uma Análise de Cargos, seguida de dicas e roteiro de entrevista para o Recrutamento e Seleção, em que, entre os processos de interesse, resistência e indiferença, foi reconhecida pelo gestor do local como uma intervenção positiva, importante e bem-vista para a empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Organizacional. Academia. Intervenção.

ABSTRACT: The present research is the result of the Emphasis Internship: Psychology, Prevention and Health Promotion II, in an organizational environment, carried out in the 8th period of the Psychology Course at the Centro Universitário Vale do Iguaçu, from the perspective of the new possibilities of insertion of the Psychologist (a) Organization in Contemporary. Therefore, firstly, observations and Organizational Diagnosis were carried out in an Academy, with the objective of guiding later intervention practices, as well as the rescue of published surveys on the subject in written and electronic media under a qualitative view. Therefore, a construction was proposed in collaboration with the manager of the Mission, Vision and Values concepts, such as a Position Analysis, followed by tips and interview script for Recruitment and Selection, in which, among the processes of interest, resistance and indifference, was recognized by the site manager as a positive, important and well-regarded intervention for the company.

KEYWORDS: Organizational psychology. Academy. Intervention.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, apresenta um relato da experiência de observação e intervenção realizada no Estágio Ênfase: Psicologia Prevenção e Promoção de Saúde II, na área de organizacional, presente na grade curricular do 8º período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu, realizado em uma Academia do Vale do Iguaçu.

¹ Acadêmica do 9º período de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu

² Acadêmica do 9º período de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu

³ Acadêmico do 9º período de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu

⁴ Acadêmica do 9º período de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu

⁵ Psicóloga. Pós-graduanda em Didática no Ensino Superior e Neuropsicologia. Professora do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu



Posto isto, esta pesquisa justifica-se cientificamente pela importância em se discutir outras áreas de atuação da Psicologia para além da clínica, na medida em que as possibilidades de inserção estão em constante ampliação. Neste sentido, na referida experiência buscou-se conhecer e intervir na área Organizacional, visto que, a atuação nas organizações compreende diversas funções para além das comumente estabelecidas, objetivando inclusive, o auxílio frente a novas questões e desafios dentro do campo de atuação (SANTOS; CALDEIRA, 2014).

Para tanto, foram realizadas observações e conversas informais com os colaboradores e gestor para o levantamento de dados e formulação do diagnóstico organizacional, conhecido como uma ferramenta estratégica de análise do funcionamento e aspectos organizacionais, no qual possibilita a elaboração de planos de ações voltados a problemas empresariais, proporcionando o aperfeiçoamento e direcionando mudanças (JÚNIOR, et. al, 2014).

Dado o exposto, a experiência do estágio possibilita contatar aspectos teóricos, práticos e referentes a construção de identidade profissional, já que possibilita observar, aplicar conhecimentos e técnicas, além de desenvolver habilidades comportamentais e atitudinais esperadas no mercado de trabalho futuro. Assim, a experiência de estágio possibilita vivências com a rotina, desafios e possíveis reflexões do acadêmico em relação a realidade futura a ser enfrentada, ou seja, antecipa a profissão (SCORSOLINI-COMIN; SOUZA; SANTOS, 2008)

Nesse sentido a presente pesquisa explicitará de forma breve sobre a Psicologia Organizacional, os Impactos da Terceirização nas Organizações e a Promoção e Prevenção de Saúde no Esporte, para, em um segundo momento apresentar o Diagnóstico Organizacional, Intervenção e os Resultados e Discussões da presente prática de Estágio Supervisionado inserida na grade curricular do Curso de Psicologia.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A psicologia organizacional e do trabalho teve seu início no Brasil acompanhando mudanças mundiais, destacando inicialmente a Psicologia



Geral. Seu aparecimento está associado à crescente industrialização dos principais países do cenário ocidental, no fim do século XIX e início do século XX. A partir desses eventos que a profissão da psicologia começou a ganhar mais foco nos estudos da área organizacional e do trabalho (DALBOSCO; ROSA; PISONI, 2017).

Em resultante necessidade de se construir caminhos inovadores e saudáveis para a prática do trabalho e responder às exigências do mercado brasileiro, a Psicologia Organizacional e do Trabalho atualmente ocupa importante espaço como atividade profissional. É válido enfatizar que as demandas se modificam junto com a sociedade e a cultura, desse modo, o psicólogo deve estar aberto à incorporação de novas intervenções e ampliação dos objetivos de seu trabalho (DALBOSCO; ROSA; PISONI, 2017).

Segundo Pereira e Cruz (2016), sabe-se que os Psicólogos Organizacionais não trabalham diretamente com os problemas emocionais de seus colaboradores, mas sim que procuram analisar outros pontos das organizações, na qual se dividem em duas partes, a industrial e a organizacional. Apesar de que estas divisões na prática não possam ser separadas elas possuem origens diferentes.

A parte industrial é o ramo mais antigo na qual visa gerenciar a competência organizacional por meio dos recursos humanos; assim, propõe eficiência na execução de tarefas, seleções e treinamentos de funcionários. Já, no que se refere à área organizacional, é válido mencionar que ela se desenvolveu a partir do movimento de relações humanas nas organizações em que se preocupa em compreender o comportamento individual e aumentar o bem-estar dos funcionários no ambiente de trabalho (PEREIRA; CRUZ, 2016). Vale destacar que através da Resolução CFP nº 013/2007, a Psicologia Organizacional foi reconhecida como uma especialidade, tendo, para tanto, diversos cursos de pós-graduação sendo oferecidos em todo o Brasil, para especialização na área. Entretanto, na realidade atual, a existência de um Psicólogo (a). Organizacional só é perceptível em grandes organizações e centros urbanos, o que se concretiza no local observado em que não tem a presença deste profissional (PEREIRA; CRUZ, 2016).

No tocante à terceirização, segundo Child (2012) a principal forma de flexibilização de mercado implantada pelo modelo neoliberalista, foi a prática da



terceirização. Esta, tem como definição a contratação de terceiros para a realização de atividades em uma empresa, isto é, transferir a realização de uma tarefa, para outra organização do mesmo setor ou um parceiro externo, e, este parceiro presta serviço para suprir alguma dificuldade ou demanda que a organização não consegue realizar.

Esse modelo de serviços terceirizados tornou-se tendência nas grandes empresas, por conta de seus benefícios, como: permitir que as organizações se concentrem apenas naquilo que fazem melhor, oferecer economias de custo, como oferta de mão de obra mais barata; evitar a burocracia da contratação trabalhista e questões administrativas e eliminar níveis de hierarquia dentro da empresa, construindo uma empresa desverticalizada (CHILD, 2012).

Mas na prática deste modelo, como ressalta Child (2012), a contratação de terceiros para realizar atividades em empresas pode ter um impacto negativo, alguns exemplos de problemas organizacionais comuns na terceirização, são: fornecedores não confiáveis; terceirização de atividades erradas; problemas de comunicação; contrato mal redigido e fornecedores exploradores da dependência da organização. A tentativa de reduzir custos e evitar a burocracia em sua empresa, pode na verdade, causar uma grande dor de cabeça para a resolução desses problemas organizacionais caso a terceirização seja má efetuada (CHILD, 2012).

Na academia observada durante o estágio de Psicologia Organizacional, a prática do modelo terceirizado pôde ser observado em duas atividades, a primeira: uma *Cantina Fit*, onde são vendidos produtos fitness para clientes, e os *Personais Trainers*, que são profissionais graduados em Educação Física, e que ministram treinamentos personalizados para cada aluno. Este serviço é contratado pelo aluno, e o profissional tem abertura para treiná-lo nas dependências da academia sob sua responsabilidade (BOSSLE, 2008).

Tendo em vista a organização escolhida é um local que predomina a atividade física, esta pode ser compreendida como qualquer gesto ou movimento corporal, provocado pela musculatura que se transforma em gastos de energia. No entanto, existe um amplo programa de atividades, como lutas, esportes, jogos, danças, atividades físicas, atividades rítmicas. Vale destacar, que muitos buscam no exercício físico a redução de sensações indelicadas da vida (PITANGA, 2002).



Portanto, Werneck e Navarro (2011) salientam que a prática de atividades físicas além de proporcionar benefícios fisicamente, ela tem sido associada a vários benefícios psicológicos, entre estes a diminuição da ansiedade e depressão, reatividade ao estresse, melhoria do humor e bem-estar psicológico. Diante disso, o exercício físico tem se tornado uma possibilidade econômica, não farmacológica e de maior aceitação no tratamento e prevenção de distúrbios psicológicos e na promoção da saúde mental.

Na perspectiva da reforma psiquiátrica, segundo Werneck e Navarro (2011), os exercícios físicos são compreendidos como uma terapia na melhoria de transtornos graves, visto também como contribuição no impedimento de novas crises, auxiliando na prevenção para que os indivíduos não adoçam. Contudo, diversos estudos e pesquisas apontam a efetividade dos exercícios tanto em pacientes saudáveis quanto em pacientes com distúrbios psicológicos.

Por fim, tendo em vista que os colaboradores da organização também são profissionais de saúde na área do esporte, dentro da Psicologia do Esporte possíveis intervenções são: programas de treinamentos, para um melhor desempenho; plano de carreira, ou seja um incentivo aos colaboradores quantos as oportunidades que a empresa oferece em relação ao crescimento profissional; relatórios de desempenho, onde visa identificar as dificuldades e facilidades de cada colaborador e questões motivacionais (RUBIO, 2007).

3. DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

Para o presente feito, durante todo o 2º semestre de 2021 os acadêmicos realizaram observações presenciais no campo de estágio, nos períodos matutino e vespertino. Ainda, vale destacar, que a empresa compreende seu horário de funcionamento das 06h00min às 00h00min, durante toda a semana, incluindo sábados e domingos em horários especiais, no qual impossibilitou o acesso a alguns dos colaboradores contratados do local. Vale destacar, que a organização possui profissionais terceirizados como os *Personais Trainers* e na *Cantina Fit*, que não foram objeto de análise por parte dos acadêmicos.

Não obstante, para a coleta de dados, foi procedido conversas informais com os colaboradores, sendo eles dois instrutores, duas estagiárias e uma funcionária de serviços gerais. Assim, neste primeiro momento, ficou perceptível



um receio dos colaboradores conversarem com os acadêmicos durante o expediente, e uma tentativa dos mesmos em realizar essas conversas fora da vista do gestor que constantemente caminhava pelo local, bem como do seu filho, que ficava na recepção.

Segundo Chiavenato (2014), a liderança pode ser compreendida como uma influência sobre um grupo de pessoas para o alcance de determinado objetivo e atingir determinado desempenho na organização, transmitindo para tanto confiança e influência. De acordo com Garcia (2017), chefiar não é o mesmo que liderar, tendo em vista que a primeira indica um poder de mando e autoridade, enquanto o líder provoca a colaboração dos seus membros, desperta empatia e respeito sem imposição.

Durante todo o feito, os colaboradores evidenciaram a cobrança à nível de gestão de um atendimento de qualidade e diferenciado e dinamicidade de funções, conforme o padrão da academia, que segundo os mesmos tem grande estrutura e variedade de equipamentos, e, de acordo com um colaborador, é frequentada por pessoas da elite. Ainda, através do colaborador mais antigo da organização, adveio a informação da rotatividade do local e a dificuldade dos colegas em *“vestirem a camisa”* (sic).

Ao que se refere a rotatividade, Chiavenato (2014) associa o fenômeno a variáveis internas, como a política salarial e benefícios oferecidos pela organização, como oportunidade de crescimento e delimitação de cargos, tal qual, estilo de liderança, relacionamento humano e condições físicas e psicológicas no trabalho. Ainda, nas palavras do mesmo autor, há influência das variáveis externas como o contexto econômico e oportunidades de contratação no mercado de trabalho.

Portanto, pode-se perceber pelos relatos obtidos que na empresa a rotatividade se deve a fatores internos, como a falta de descrição dos cargos e uma prática de gestão mais ligado à chefia do que liderança, como acima discutido.

Já, sobre o dado de que os colaboradores não vestem a camisa da empresa, de acordo com Chiavenato (2014), as organizações estão inseridas na sociedade, e, por conta disso, precisam de planejamento para nortear suas ações e atingir seus objetivos, motivando os colaboradores para tal. Assim, a existência de uma empresa está ligada a uma razão e/ou função, estabelecida



no trio missão, visão e valores não estabelecidos até a chegada dos acadêmicos no campo de estágio.

Dado o exposto, vale frisar que por conta dos dados acima apresentados, os acadêmicos decidiram por não aplicar questionário com os colaboradores, estabelecendo contato direto com a gestão. Ademais, foi constatado o fenômeno da rotatividade mencionado pelo colaborador, já que, durante o estágio houve a saída e substituição de dois funcionários da tarde: um instrutor e uma funcionária de serviços gerais.

Por fim, nas conversas com o gestor, o mesmo citou alguns aspectos, dentre eles que gostaria de desmistificar a ideia de clientela de elite presente na empresa, bem como, que havia a prática de comunicação agressiva dos colaboradores para com os clientes. Em relação à comunicação, Chiavenato (1989), explicita que o ato não se restringe a transmitir uma mensagem e sim, fazer com que a mensagem seja compreendida pela outra pessoa. Ademais, se não houver compreensão do significado, não há comunicação.

Houve também uma justificativa por parte do mesmo da rotatividade, que na sua opinião se daria pela falta de adequação ao cargo, e pela empresa ser relativamente nova e estar ainda em processo de estabilização. Outrossim, se descreveu como um gestor assertivo e democrático, não passível, portanto de prática interventiva, fato respeitado pelos acadêmicos.

Nas palavras de Zanelli (2014), a comunicação agressiva é entendida pela expressão de opiniões de maneira direta e hostil, trazendo intimidação para a outra pessoa na hora de se comunicar; já, a comunicação assertiva, é caracterizada pela resolução de problemas diretos, bem como, o reconhecimento de erros e expressão de ideias e limites, respeitando as demais. Ainda, ao que se refere a liderança democrática, pode ser entendida pela participação do grupo em tomadas de decisões, responsabilidades e consequências (ZANELLI, 2014).

Neste sentido, os acadêmicos propuseram a construção dos conceitos de Missão, Visão Valores, tal qual, uma Descrição e Análise de Cargos em conjunto com uma Entrevista para Recrutamento e Seleção de contratação de instrutores, considerada pelo gestor um cargo de perfil desafiador e dinâmico, já que, os mesmos devem orientar e se atentar até dez clientes. Optou-se por não intervir



na questão de comunicação dos colaboradores, devido à falta de acesso a todos e a incongruência de se trabalhar algo não percebido pelos acadêmicos.

Conforme Chiavenato (2014), Missão é o propósito da empresa, enquanto Visão é um projeto a ser atingido a longo prazo; já, os Valores, se referem a crenças e princípios que norteiam o trabalho desenvolvido. Destarte, a Descrição de Cargos é um processo de enumerar as tarefas ou atribuições que compõem um cargo, seguido de uma Análise do Cargo, onde é elencado requisitos mentais, físicos, tal qual, as responsabilidades envolvidas e as condições de trabalho (CHIAVENATO, 2002).

4. MÉTODO

O presente estudo desenvolveu-se a partir do método dedutivo, o qual permite testar a eficácia de informações já existentes, ou seja, procura confirmar hipóteses, assim, caracteriza-se também por natureza aplicada, sendo que envolve verdade e interesse local, visando proporcionar conhecimentos para aplicação prática e possíveis soluções (GIL, 1994 apud SOUZA; ILKIU, 2017).

No que diz respeito ao procedimento técnico adotado para realizar essa pesquisa, corresponde a uma pesquisa de campo, na qual busca informações e dados em relação a um problema, sempre interpretados e analisados em boas fundamentações teóricas. Nota-se também ser uma pesquisa qualitativa no qual se considera toda a subjetividade, compreendendo acontecimentos e proporcionando significados (GIL, 1994 apud SOUZA; ILKIU, 2017).

4.1 INTERVENÇÃO

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi utilizado como instrumentos observações feitas em dois períodos (matutino e vespertino) e conversas informais com os colaboradores e o gestor, sendo perceptível a falta de Missão, Visão e Valores da organização referida nesta pesquisa. Definir o conceito de missão, visão e valores em uma empresa facilita a elaboração e criação de uma identidade organizacional. Para Machado-da-Silva e Nogueira (2001, p. 42), "a identidade organizacional compreende o que é central, distintivo e duradouro na organização, com base nas crenças compartilhadas pelos seus membros".



Diante disso, os acadêmicos elaboraram uma apresentação de slides ao gestor sobre conceitos e exemplos de missão, visão e valores no referido contexto laboral. Em seguida, juntamente do gestor os acadêmicos auxiliaram o mesmo na construção dos conceitos, processo este flexibilizado para o requerido expor seu ponto de vista e possibilitar adequação e ajustamentos por parte dos estagiários. Posto isto, o feito foi finalizado da seguinte maneira:

Tabela 1 – Missão, Visão e Valores

MISSÃO: Nós vamos cuidar de você, proporcionando os melhores equipamentos, infraestrutura e profissionais treinados para melhor atingir seus objetivos.

VISÃO: Ser referência de qualidade no mercado de Academias no interior do Estado, proporcionando atendimento qualificado e estrutura adequada em prol de um estilo de vida mais saudável.

VALORES: Credibilidade, Atenção, Tolerância, Cuidado, Qualidade e Inovação.

Fonte: Os autores, 2021

Ademais, foi elaborado uma apresentação de slides interativos sobre o Diagnóstico Organizacional, sendo abordado a comunicação e suas formas, bem como, liderança e estilos de liderar, onde o gestor pode identificar sua atuação em ambiente organizacional, bem como, tomar ciência dos dados obtidos pelos acadêmicos durante a observação, como: dedicação dos colaboradores em suas tarefas e nas necessidades dos clientes; visão da empresa como um local diferenciado, ao que se refere aos equipamentos e estrutura; grande rotatividade de colaboradores; valorização por um atendimento diferenciado e de qualidade; possíveis falhas na comunicação entre instrutores e clientes; falta de identificação de recém contratados com os ideias da organização e serviços terceirizados.

Após, deu-se com apresentação de opções de propostas de intervenções em torno do diagnóstico, como: Treinamento de Comunicação com os Colaboradores, Intervenção a Nível de Gestão sobre Comunicação, Liderança e



Análise de Cargos e Recrutamento e Seleção, no qual notou-se a preferência do mesmo pelas temáticas de Análise de Cargo e Recrutamento e Seleção, tendo em vista que futuramente seu filho será o responsável pela organização.

Nesse sentido, o grupo construiu uma Análise de Cargos, onde se deu ênfase aos principais cargos dentro da academia: Recepcionista, Serviços Gerais e Instrutores, tal qual, um Roteiro de Entrevista para o Recrutamento e Seleção de Instrutores. A análise foi feita com base na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), onde primeiramente os acadêmicos montaram de acordo com seu ponto de vista e posteriormente realizou-se uma apresentação ao gestor, cujo objetivo era adequar a análise juntamente ao mesmo.

Após os ajustamentos, os acadêmicos elaboraram as informações em formato de folder para disponibilizar a gestão da academia, com a finalidade de auxiliar na hora de novas contratações, e, como forma de agradecimento os acadêmicos presentearam o campo de estágio com um quadro, contendo os conceitos de missão, visão e valores elaborados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gestor da academia foi receptivo e solícito aos estagiários, apesar de inicialmente não ter compreendido qual seria a atuação da Psicologia na organização. Ao iniciarmos as observações, na maioria das vezes se mostrou prestativo, apesar de certos momentos de inflexibilidade às ideias sugeridas. Já, ao que se refere aos instrutores, em sua maioria demonstraram acolhimento e extroversão, apesar de notável receio em responder alguns questionamentos.

Primeiramente, dado às informações já expostas, na elaboração do trio Missão, Visão e Valores junto ao gestor, houve discordância acerca do conceito de missão da empresa, já que o gestor tinha uma frase generalista: “*vamos cuidar de você*” (*sic*), no qual os acadêmicos apontaram e realizaram duas tentativas em aprimorar o conceito, gerando resistência do mesmo que só em uma devolutiva posterior aceitou as ideias propostas pelos estagiários.

Durante a apresentação sobre o Diagnóstico Organizacional, que como evidenciada anteriormente, abordou as temáticas de Comunicação, Liderança e Estilos de Liderar, o gestor mostrou-se interessado nos temas, relatando



compreender seu estilo de liderança, o qual denominou ser democrático. No entanto, os estagiários acreditam tratar-se de um líder autoritário, que não aceita as opiniões do grupo, hipótese confirmada em um exemplo dado pelo próprio em um acontecimento na academia, o qual havia alterado o lugar de um aparelho, e ao ser questionado por um instrutor sobre a má localização do aparelho, disse *“não dar ouvidos para evitar discussão, pois sabia que fez o certo”* (sic).

Quanto à apresentação da intervenção referente ao Recrutamento e Seleção, Análise de Cargos e o Roteiro de Entrevista, o gestor estava aparentemente desinteressado, sugerindo algumas mudanças em relação à Classificação Brasileira de Ocupações. Quanto ao Roteiro de Entrevista, mostrou-se indiferente, alegando que ele mesmo realiza o treinamento dos instrutores, os quais são recrutados geralmente por indicação de outros colaboradores da empresa, atitudes bem contrárias às percebidas durante o Diagnóstico Organizacional, no qual apresentou preferência pelas referidas intervenções.

Sobre o feito, como aponta Bergamini (2015), no processo de recrutamento é necessário procurar um profissional que tenha uma certa compatibilidade cultural com a empresa, já que, indivíduos que possuam a mesma mentalidade em relação à cultura da empresa são indivíduos que permanecerão por mais tempo na organização. Entretanto, ao deixar de realizar um recrutamento com um maior público e com entrevista pré-formulada, como sugerido pelos acadêmicos, o gestor dificulta a análise das competências dos colaboradores.

Por fim, na entrega dos folders e do quadro de missão, visão e valores, o gestor elogiou a atuação dos acadêmicos em sua empresa, expondo que os mesmos contribuíram, desenvolvendo os conceitos que anteriormente não estavam bem delimitados, tal qual, trazendo assuntos pertinentes a sua atuação como gestor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange ao Estágio Ênfase: Psicologia, Prevenção e Promoção de Saúde II, na área de organizacional, realizado em uma Academia do Vale do Iguaçu, é irrefutável que dada experiência de estágio possibilitou inúmeras



vivências de como o profissional da Psicologia pode agregar com seu conhecimento dentro das organizações, mesmo que em locais onde a presença do Psicólogo (a) é vista como diferente e até mesmo inusitada.

Dado estágio, observa-se que a experiência de trocar conhecimentos com um gestor que está muitos anos atuando nesta área, tornou a vivência ainda mais significativa, na medida em que foi possível observar a ambivalência de suas ações versus discurso, bem como, experienciar na prática os processos de resistência, indiferença, aceitação e reconhecimento nas mudanças e sugestões propostas. Por fim, pode-se dizer que o referido estágio propiciou momentos de muito aprendizado, na medida que foi viabilizado um campo de intervenção com uma demanda real a nível de gestão, que dependia muito do manejo e proatividade dos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- BERGAMINI, C. **Psicologia aplicada à administração de empresas: Psicologia do Comportamento Organizacional**. 6 ed. Grupo GEN, 2015.
- BOSSLE, C. B. **O personal trainer e o cuidado de si: uma perspectiva de mediação profissional**. Movimento, Porto Alegre, v. 14, n. 1, .2008. Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/artigos/PERSONAL.pdf>. Acesso em: 15/09/2021
- CHILD, John. **Organização: Princípios e práticas contemporâneas**. 1ª Edição. Saraiva: 2012.
- CHIAVENATO, I. **Iniciação à Administração Geral**. 1ª ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 1989.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Ed compacta, 2002.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4ª edição. Baueri, São Paulo: Manole, 2014.
- DALBOSCO, T; ROSA, A. M; PISONI, K. Z. D. B. Evolução histórica da psicologia organizacional e do trabalho. **Historical evolution of work and organizational psychology**, [s. l.], 2017. Disponível em:
<http://sentidounico.com.br/wp->



content/uploads/2017/08/Evolu%C3%A7%C3%A3o-da-Psicologia-Organizacional-e-do-Trabalho.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

GARCIA, D. B. **Os diferentes tipos de liderança e sua influência no clima organizacional.** Publicado em: 2017. Disponível em: https://adm-portal.appspot.com/storage.googleapis.com/_assets/modules/academicos/academico_5220.pdf. Acesso em: 24 out. 2021.

JÚNIOR, E. G et. al. **O diagnóstico organizacional como uma ação estratégica de gestão de pessoas.** Universidade Estadual do Maringá: caderno de administração, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/download/23896/16046>. Acesso em 13 set. 2021.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; NOGUEIRA, E. E. S. **Identidade Organizacional: um Caso de Manutenção, outro de Mudança.** RAC, 2001. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rac/a/zgRZy3hHTWxf8g3RNrKVFZj/?lang=pt#>>. Acesso em 25 out. 2021.

PEREIRA, L.P; CRUZ, S. A. D. **O papel do Psicólogo nas organizações.** Grupo unis, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/519/1/O%20PAPEL%20DO%20PSIC%C3%93LOGO%20NAS%20ORGANIZA%C3%87%C3%95ES.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

PITANGA, F. J. G. Epidemiologia, atividade física e saúde. **Rev. Brasileira de ciência e movimento.** Brasília, v. 10, n.3, 2002. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/edfis/ismael/ativ.fis%20e%20saude/Epidemiologia%20da%20atividade%20f%EDsica.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

RUBIO, K. Da psicologia do Esporte que temos a Psicologia do Esporte que queremos. **Rev. Brasileira de Psicologia do Esporte**, 1 (1), 01-13, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-91452007000100007. Acesso em: 10 set. 2021.

SANTOS, F. C. O; CALDEIRA, P. A **Psicologia Organizacional e do Trabalho na Contemporaneidade: as novas atuações do Psicólogo Organizacional.** O portal dos Psicólogos: 2014. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0929.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.



SCORSOLINI-COMIN, F; SOUZA, L. V; SANTOS, M. A. Tornar-se psicólogo: experiência de estágio de Psico-oncologia em equipe multiprofissional de saúde. Revista Brasileira de Orientação Profissional, v-9 n. 2. São Paulo, dez. 2008. Disponível em:

https://www.redalyc.org/pdf/2030/Resumenes/Resumen_203014920010_1.pdf.

Acesso em: 14 set. 2021.

SOUZA, A. V. E; ILKIU, G. S. D. **Manual de normas para trabalhos acadêmicos**. Coligadas UB, União da Vitória: 2017.

WENECK, F. Z; NAVARRO, C, A. Nível de atividade física e estado de humor em adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n.2, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/zkrPNwj7DZfjmnmgXp8KggM/?lang=pt>.

Acesso em: 10 set. 2021.

ZANELLI, J. C. et al. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2ª edição. Grupo A, 2014.



ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA SÍNDROME DE WEST: REVISÃO DE LITERATURA

Franciele Cardozo de Oliveira¹
Giovana Simas de Melo Ilkiu²

RESUMO: A síndrome de West é uma patologia rara e severa caracterizada por ataques epilépticos com contrações que podem ser em flexão, extensão ou mista, apresentando uma maior incidência na infância e no sexo masculino, é uma tríade sintomática que envolve espasmos musculares, hipsarritmia e retardo mental, e apresenta prognóstico global grave. Objetivo: descrever a síndrome de West e compreender a atuação da fisioterapia nesta síndrome. Método: trata-se de uma revisão de literatura de estudos publicados entre 2012 e 2022 na base de dados do Google acadêmico. Resultados e discussão: foram encontrados aproximadamente 1770 artigos, dos quais 9 foram selecionados para serem utilizados por se adequarem aos critérios de inclusão, de forma que os estudos demonstram que a fisioterapia desempenha um papel importante no tratamento tendo como objetivo tratar ou diminuir o máximo possível as sequelas. Conclusão: a fisioterapia através de suas técnicas e métodos pode contribuir de forma significativa no tratamento da síndrome de West, visando trabalhar o paciente como um todo, promovendo assim uma melhor qualidade de vida aos pacientes.

PALAVRAS CHAVE: Síndrome de West. Fisioterapia. Tratamento.

ABSTRAT: West syndrome is a rare and severe pathology characterized by epileptic seizures with contractions that can be in flexion, extension or mixed, with a higher incidence in childhood and in males, it is a symptomatic triad that involves muscle spasms, hypsarrhythmia and mental retardation., and has a severe overall prognosis. Objective: to describe West syndrome and understand the role of physical therapy in this syndrome. Method: this is a literature review of studies published between 2012 and 2022 in the Google academic database. Results and discussion: approximately 1770 articles were found, of which 9 were selected to be used because they fit the inclusion criteria, so that the studies show that physical therapy plays an important role in treatment, aiming to treat or reduce as much as possible the sequels. Conclusion: physiotherapy through its techniques and methods can significantly contribute to the treatment of West syndrome, aiming to work with the patient as a whole, thus promoting a better quality of life for patients.

KEYWORDS: West Syndrome. Physiotherapy. Treatment.

1. INTRODUÇÃO

A síndrome de West foi descoberta em 1841 por William James West, baseado na observação clínica de seu próprio filho que nasceu com essa patologia, ele que possuía espasmos em flexão que se repetiam diariamente em ataques de 10 a 20 contrações, que levaram a criança a um retardo mental. Essa patologia é considerada uma doença complexa levando a um enorme impacto social e econômico (PACHECO; MACHADO; FRAGA, 2012).

¹ Acadêmica do nono período de Fisioterapia, Centro Universitário Vale do Iguaçu- UNIGUAÇU. EMAIL: fis-francieleoliveira@uniguacu.edu.br

² Supervisora de estágio no curso de Fisioterapia do Centro Universitário Vale do Iguaçu- UNIGUAÇU. Email: prof_giovana@uniguacu.edu.br



A síndrome de west é caracterizada por ataques epiléticos com contrações que podem ser em flexão, extensão, ou mistas, para ser diagnosticada necessita de uma tríade de três fatores: crises de espasmos infantis, padrão eletroencefalograma (EEG) com padrão de hipsarritmia e com um déficit psicomotor podendo ou não está presente na fase inicial da doença. Tipicamente, os espasmos envolvem contrações breves e simétricas da musculatura do pescoço, tronco, e extremidades, com duração de até 5 segundos, e frequentemente ocorrem em sequência (PEREIRA et al., 2021).

É uma patologia rara que representa 2,4% de todas as epilepsias com maior predominância no sexo masculino, na proporção de 2:1 (CAVALCANTI et al., 2015). O surgimento da síndrome de West aparece em 90% dos casos no primeiro ano de vida, porém pode haver ocorrência em idades avançadas na infância, e uma de suas características são convulsões infantil, que costuma ocorrer em 70% dos casos, juntamente aos espasmos, é possível observar alterações motoras frequentes como a hipotonia, ainda, alterações de função cognitiva, retardo mental e epilepsia (GABRIEL; LIMA; LOPES, 2021).

É uma forma de epilepsia que acomete crianças entre o terceiro e oitavo mês de vida, e o diagnóstico clínico pode ser classificado em três categorias sendo elas: Sintomáticas que são aqueles casos com causa bem definida como por exemplo hipóxia neonatal; as Criptogênicos que são aqueles com forte suspeita de terem causa orgânica, identificados por anormalidades ao exame neurológico, sem êxito em se obter uma etiologia; e as idiopáticos que são os casos em que não se define uma doença de base, estando o desenvolvimento psicomotor algumas vezes normal (CAVALCANTI et al., 2015).

A síndrome pode apresentar várias origens, sendo muitas vezes causadas por disfunções orgânicas do cérebro, tendo origem antes, durante e depois do nascimento (CARVALHO; VIEIRA; SOUSA, 2017). A etiologia da síndrome é diversificada, dentre algumas causas, encontra-se a ocorrência de malformações, traumas durante o parto, incompatibilidade ABO e Rh, hemorragias, meningite, abuso de álcool e/ou drogas durante a gestação, tumores no cérebro, traumatismo craniano, acidente vascular encefálico e alterações metabólicas (CARVALHO et al., 2014).

O prognóstico global da síndrome de west é grave, e o retardo mental ocorre em 90% dos casos e com frequência se associa com déficit motor,



transtornos de conduta e rasgos autísticos, sua mortalidade é de 5% (PACHECO; MACHADO; FRAGA, 2012).

Tendo em vista as alterações que esta patologia pode causar, o presente estudo tem como objetivo compreender melhor a síndrome de West e como a fisioterapia pode atuar nesta síndrome.

2. MÉTODO

Trata-se de uma revisão de literatura, em que se utilizou artigos científicos encontrado na base de dados Google acadêmico. Foram selecionados artigos publicados entre os anos de 2012 a 2022, sendo utilizada como estratégia de busca as palavras: síndrome de West, fisioterapia, tratamento. Foram incluídos neste estudo artigos na língua portuguesa publicados nos últimos 10 anos, com estudos que abordam sobre a síndrome de West e a atuação da fisioterapia no seu tratamento. Os critérios de exclusão foram estudos que não apresentavam coerência com o tema de pesquisa, estudos na língua estrangeira e estudos com publicações inferiores ao ano de 2009.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

Na busca de dados do Google acadêmico foram encontrados aproximadamente 1770 artigos sobre a patologia e seu tratamento a partir das palavras chaves, dos quais foram pré-selecionados 17 artigos para leitura. Destes artigos, 9 foram selecionados para serem utilizados por se adequarem aos critérios de inclusão.

A síndrome de West é classificada como uma forma de epilepsia que apresenta características de espasmos infantis, é identificada por acometer crianças em seus primeiros meses de vida causando espasmos e contrações musculares, bem como deficiência intelectual e sistemática, impossibilitando atividades rotineiras (MARTINS et al., 2018). O início dos sintomas ocorre entre os três e oito meses de idade sendo mais freqüente no sexo masculino, e as crises são traduzidas por espasmos com as seguintes características; flexão súbita da cabeça, com abdução dos membros superiores e flexão das pernas, é



comum a emissão de um grito por ocasião do espasmo (PACHECO; MACHADO; FRAGA, 2012).

As manifestações clínicas da Síndrome de West trazem diversas alterações para o estilo de vida da criança e de sua família, pois a incapacidade cognitiva existente em 90% dos casos e ocorre em graus variados e se associado a déficit motor, transtornos de conduta, cegueira, surdez, comportamento autista, entre outras comorbidades, as quais resultam em mudança no estilo de vida da criança e de sua família (CARVALHO et al., 2014).

No caso da existência da síndrome, o diagnóstico é definido somente com a realização do eletroencefalograma que é um exame que analisa a atividade elétrica cerebral espontânea e revela anomalia específica de hipsarritmia (GABRIEL; LIMA; LOPES, 2021). Considerando o prognóstico desta doença, é necessário um manejo clínico para melhorar a qualidade de vida dos pacientes portadores desta doença, através da implementação de cuidados não apenas farmacológicos, mas que estejam voltados para as necessidades psicológicas e o conforto tanto do paciente e como de sua família (CARVALHO et al., 2014).

A fisioterapia em pacientes com síndrome de West é de primordial importância para que estes pacientes possam ter uma evolução satisfatória no seu quadro motor, respiratório e psicoemocional (CAVALCANTI et al., 2015). Os principais objetivos a serem alcançados com a fisioterapia é conseguir controle de tronco e cervical primeiramente, o tratamento deve ser feito seguindo as etapas de evolução da criança, e obedecendo às escalas de maturação, a fisioterapia atuara tanto no aspecto físico, evitando deformidades, auxiliando na melhora do tônus muscular, melhorando o equilíbrio e na postura adotada por eles; quanto no aspecto psicológico, criando um vínculo de confiança entre o paciente e o profissional (BARROS; QUADROS; LOPES, 2021).

Segundo Pereira et al. (2021) a Fisioterapia no quadro patológico de pacientes com síndrome de West tenta tratar ou diminuir o máximo possível as sequelas instaladas, através de métodos e técnicas, podendo usar o método bobath para ensinar o paciente a suas fases de adaptações desde o ganho do controle de pescoço, tronco, ensinará rolar, arrastar, engatinhar, ficar semi ajoelhado, ajoelhado, ficar em pé com apoio até a marcha.

De acordo com Santos et al. (2016). na síndrome de west pode haver acúmulo de secreção brônquica, pois a capacidade respiratória não depende somente



dos pulmões e mobilidade torácica, mas principalmente da força muscular e da coordenação dos músculos da expiração e da inspiração, sendo assim é necessário trabalhar a parte respiratória a fim de evitar ou amenizar complicações desta patologia.

Segundo Biazotto et al. (2018) estudos apontam para uma melhor adaptação do portador de síndrome de west com a terapia medicamentosa associada ao tratamento fisioterapêutico, pois a fisioterapia traz benefícios e melhora do quadro clínico como a diminuição dos espasmos e sequelas neurológicas. No tratamento medicamentoso que tem como objetivo conseguir a supressão dos espasmos, destaca-se a administração do hormônio adrenocorticotrófico (ACTH), o qual é eficaz no controle imediato tanto dos espasmos quanto da hipsarritmia (CARVALHO et al., 2014).

Gabriel; Lima; Lopes (2021) realizaram um relato de experiência com objetivo de apontar as principais intervenções da fisioterapia realizadas em 1 paciente com o diagnóstico de West durante um mês, o qual foram realizadas intervenções para controle cervical, utilizando intervenções com estímulo da extensão de cabeça e controle de tronco, foram realizados estímulo do rolar para ambos os lados, dissociações da cintura escapula e pelve, e os resultados demonstraram uma melhor adaptação do portador de síndrome de West com o tratamento fisioterapêutico, concluindo assim que a fisioterapia traz benefícios e melhora do quadro clínico em pacientes portadores desta síndrome.

Pereira et al. (2021) por sua vez com o objetivo de descrever intervenções fisioterapêuticas em pacientes acometidos pela síndrome de West, realizaram um estudo de revisão de literatura, o qual concluíram que a intervenção fisioterapêutica é indispensável no tratamento trazendo benefícios e melhorias no quadro clínico, buscando melhorar o equilíbrio corporal, normalizar os tônus musculares e trabalhar no desenvolvimento neuropsicomotor de acordo com as fases do crescimento da criança, ela envolve métodos, técnicas e manobras eficazes, dentre elas; mobilização articular, alongamentos, hidroterapia, cinesioterapia, bobath, therasuit e Cuevas Medek Exercises, proporcionando ao paciente uma melhor qualidade de vida.



4. CONCLUSÃO

Através dos resultados obtidos, com análise em artigos encontrados a respeito da síndrome de West e atuação da fisioterapia, percebe-se a síndrome de West é uma síndrome rara que causa convulsões, e é possível observar diversas alterações em pacientes portadores desta síndrome. A fisioterapia através de suas técnicas e métodos apresenta uma grande importância no tratamento da síndrome de West, visando trabalhar o paciente como um todo, tratando ou diminuindo o máximo possível as sequelas acometidas ou instaladas, promovendo assim uma melhor qualidade de vida aos pacientes.

Portanto pode-se concluir que a fisioterapia é fundamental no tratamento de pacientes portadores de síndrome de west, entretanto devido à escassez de trabalhos publicados nos últimos anos a respeito do tratamento fisioterapêutico na síndrome de West, sugere-se novos estudos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Jecielly Fernandes; QUADROS, Cinthia Solange Silva; LOPES, Delcilda Eugênia Souza. Intervenção fisioterapêutica no tratamento da síndrome de west. **Unicatólica**, Ceará, v. 8, n. 1, p. 1-2, 2021. Disponível em: <http://reservas.fcrcs.edu.br/index.php/eedic/article/view/4799>. Acesso em: 22 maio 2022.

BIAZOTTO, Anielle da Silva et al. Fisioterapia na síndrome de west. Rev. Conexão Eletrônica, Tres Lagoas-Ms, v. 15, n. 1, p. 196-202, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Documents/artigo%20neuro/22-FISIOTERAPIA-NA-S%C3%8DNDROME-DE-WEST.-P%C3%A1g.-196-202%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Documents/artigo%20neuro/22-FISIOTERAPIA-NA-S%C3%8DNDROME-DE-WEST.-P%C3%A1g.-196-202%20(1).pdf). Acesso em: 23 maio 2022.

CARVALHO, Dayara Alves et al. Ações de enfermagem no cuidado à lactente com síndrome de WEST: um relato de caso. **Revista de Pesquisa Cuidado É Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1525-1533, 2014. Bimestral. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750770018.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

CARVALHO, Martha Milene Fontenelle; VIEIRA, Francileide Batista de Almeida; SOUSA, Maria do Socorro Cordeiro de. SÍNDROME DE WEST: caminhos



inclusivos à luz da contação de história. **Revista Acadêmica Magistro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 149-161, 2017. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/3285/2393>.

Acesso em: 22 maio 2022.

CAVALCANTI, Daniele Almeida *et al.* Prevalência de síndrome de west em pacientes com paralisia cerebral. **Universidade Católica de Brasília**, Águas Claras, p. 1-11, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/bitstream/123456789/11554/1/DanieleAlmeidaCavalcantiTCCGraduacao2015.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.

GABRIEL, Thays Duarte; LIMA, Vitória Karoline Rodrigues de; LOPES, Delcilda Eugenia Souza. Contribuições da fisioterapia na síndrome de west: relato de vivência. **Unicatólica**, ceara, v. 8, p. 1-1, 2021. Disponível em: <http://reservas.fcrs.edu.br/index.php/eedic/article/view/4792>. Acesso em: 14 maio 2022.

MARTINS, José Jonas de Araújo *et al.* A intervenção de fitoterápicos na síndrome de west: uma revisão de literatura. **Unicatólica**, Ceará, v. 5, p. 1-1, 2018. Disponível em: <http://reservas.fcrs.edu.br/index.php/mostracientificafarmacia/article/view/2932>. Acesso em: 22 maio 2022.

PACHECO, Robson; MACHADO, Lais; FRAGA, Daiane de Bittencourt. Intervenção fisioterapêutica na encefalopatia crônica não progressiva tipo quadriparesia espástica associada à síndrome de west: um relato de caso. **Rev. Técnico Científica**, Santa Catarina, v. 3, n. 1, p. 258-265, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/698>. Acesso em: 14 maio 2022.

PEREIRA, Patrícia Sousa *et al.* Intervenção fisioterapêutica na síndrome de west: revisão de literatura. **Revista Multidebates**, Palmas-To., v. 5, n. 3, p. 140-148, 2021. Disponível em: <http://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/435/354>. Acesso em: 14 maio 2022.

SANTOS, Carolina da Silveira dos *et al.* Disfunção respiratória na síndrome de west: Relato de caso e atuação fisioterapêutica. **Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Promoção da Saúde**, Santa Cruz do Sul- RS, p. 1-2, 2016. Disponível em:



<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/CBIPS/article/view/15988>.

Acesso em: 23 maio 2022.



AVALIAÇÃO DA PREDISPOSIÇÃO À ANOREXIA NERVOSA EM ALUNAS DE ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA-PR

Nathiellen Melek Bonato¹
Lina Cláudia Sant'Anna²

RESUMO: os transtornos alimentares são alterações psiquiátricas que afetam principalmente adolescentes e jovens do sexo feminino e nesta perspectiva, a anorexia nervosa é um desvio do comportamento alimentar que pode levar à caquexia extrema e a grandes prejuízos biológicos, além do aumento de morbidade e mortalidade. Assim, o objetivo deste estudo foi investigar a prevalência da predisposição à anorexia nervosa através de um estudo de base populacional, do corte transversal, realizado com 70 adolescentes entre 13 e 18 anos do sexo feminino, por meio do *eating attitude test* (eat-26). A prevalência da predisposição à anorexia foi de 35,7% (score ≥ 21). Observou-se alta concentração dessa predisposição entre 14 e 16 anos, com a maior porcentagem na faixa etária de 16 anos (57,1%). Os dados demonstram que as adolescentes pesquisadas têm pavor de engordar, desejam ser mais magras e que a insatisfação corporal é um grande fator desencadeador de comportamento alimentar inadequado.

PALAVRAS-CHAVE: anorexia. Adolescentes. Transtorno alimentar. Distorção de imagem.

ABSTRACT: eating disorders are psychiatric disorders that affect mainly teenagers and also young females. Looking by that perspective, anorexia nervosa is a deviation from eating behavior, that can lead to a extreme cachexia and terrible biological damage, in addition to increased morbidity and mortality. Thus, the objective was to investigate the prevalence of predisposition to anorexia nervosa through a population-based, cross-sectional, study carried out with 70 teen girls aged between 13 to 18 year old, using the eating attitude test (eat- 26). The prevalence of predisposition to anorexia was 35.7% (score ≥ 21). A high concentration of this predisposition was observed between 14 to 16 years old, with the highest percentage in the 16 year old age group (57.1%). The data show that the adolescents surveyed are terrified of gaining weight and want to be thinner and that body dissatisfaction is a major triggering factor for inappropriate eating behavior.

KEYWORDS: anorexia. Teenagers. Eating disorder. Imagedistortion.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o conceito de padrão de beleza tem sido alvo de diversas mudanças e o que sempre predominou foi o modelo de corpo “perfeito” irreal e autoimposto. A visão de uma mulher robusta foi desconstruída e hoje vê-se um culto a magreza e a falsa imagem de perfeição. Essa “silhueta padrão” alcançou, no final do século XIX, uma ampla divulgação da mídia. A “dieta”, um termo até então muito pouco utilizado, surgiu como fator essencial para atingir esse tipo de corpo. Deste modo, nas últimas décadas, o descontentamento com

¹ Nutricionista pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu.

² Mestre em Nutrição pela Universidade Federal de Santa Catarina, docente do Curso de Nutrição do Centro Universitário Vale do Iguaçu. Endereço para correspondência: Rua Padre Saporiti, 717, Rio d'Areia, União da Vitória – PR 84600-000, Brasil. E prof_lina@uniguacu.edu.br



a imagem corporal tem tornado a perda de peso uma motivação central e estilo de vida para muitas mulheres e grande parte com caráter obsessivo (FERNANDES et al., 2017).

Nesta perspectiva, a busca incessante por esse modelo pré-estabelecido, pode causar sérios problemas quanto à insatisfação com sua morfologia, podendo desenvolver distúrbios psicológicos, como os transtornos alimentares (TAs). Compreendendo atualmente, um conjunto de síndromes que afetam uma grande parte da população mundial, com alta incidência entre jovens do sexo feminino, causando fortes prejuízos biológicos, psicológicos e sociais, conseqüentemente, proporcionando o aumento das taxas de morbidade e mortalidade entre esta população (CARVALHO; LIMA, 2017).

De modo geral, consideramos os TAs como uma característica central na relação anormal do indivíduo com sua alimentação. Dentre eles, a anorexia nervosa (AN) é um dos quadros clínicos mais proeminentes, caracterizada por recusa sistemática em manter um peso compatível com a vida, associada a uma alteração na percepção subjetiva da forma e do peso corporal, levando a uma preocupação absolutamente descabida com a possibilidade de perda de peso ponderal, distorção da imagem corporal, além de negação da própria condição patológica (MANOCHIO et al., 2020).

Estudos mostram que a AN têm sido mais frequente em países desenvolvidos e industrializados, mas por influência de modificações culturais, tem crescido cada vez mais em países nos quais não costumavam acontecer (PALAZZO, 2016).

A incidência média anual da AN na população mundial é de 18,5 casos por 100.000 habitantes entre as mulheres e 2,25 casos entre os homens. No Brasil, estima-se que cerca de 10,4 milhões de pessoas apresentam esse distúrbio resultando na maior taxa de mortalidade dentre todos os transtornos psiquiátricos, cerca de 0,56% ao ano. A AN é 12 vezes maior que a mortalidade das jovens na população em geral, com complicações cardiovasculares, insuficiência renal e suicídio (HAY, 2002; apud ALVES, 2018; ORNELAS; SANTOS, 2016). Quando há o diagnóstico preciso, com o tratamento adequado, consegue-se prevenir a progressão e reduzir o risco de conseqüências crônicas à saúde. Do contrário, pode levar a conseqüências drásticas para o desenvolvimento social, fisiológico e acadêmico de crianças e



adolescentes (AZEVEDO; ABUCHAIM, 2006).

Estudos demonstram que 46,14% dos estudantes do sexo feminino com idade entre 12 e 25 anos, apresentaram distúrbios de imagem corporal e 32% apresentaram sintomatologia anoréxica resultando em uma elevada incidência da anorexia nervosa na população e uma significativa presença de distorção da imagem corporal (MAIA et al., 2018; KANESHIMA et al., 2006).

Segundo Ladeira e Coppus (2016), os adolescentes estão mais vulneráveis à anorexia, pois vivenciam um período de conhecimento corporal e da autoimagem, assim como a integração com o meio social. Portanto, a escola pode ser uma incentivadora ao descontentamento físico, pois além do quesito genético há o contexto de convívio diário que está diretamente interligado, em virtude da necessidade que o indivíduo tem de ser integrado a grupos que fazem parte do instinto natural de sobrevivência humana, assim o contexto sociocultural ali presente pode ser um desencadeador potente.

Diversos estudos relatam que a anorexia nervosa ocorre principalmente em adolescentes, portanto, este estudo teve como objetivo avaliar a predisposição anoréxica em estudantes do sexo feminino na faixa etária de 13 a 18 anos do ensino fundamental e médio de escolas da rede pública de ensino no município de União da Vitória-PR.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo de corte transversal, de natureza quantitativa com adolescentes do 8º do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, do sexo feminino, na faixa etária de 13 a 18 anos. As adolescentes frequentavam as instituições de ensino público, nas dependências do Colégio Estadual José de Anchieta, localizada no centro da cidade de União da Vitória – PR. Participaram da amostra todas as alunas presentes no dia da coleta, disponibilizando-se a participar do estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, totalizando 70 adolescentes.

A coleta de dados foi realizada durante o período de atividade letiva das adolescentes. No dia 23 de setembro de 2021, os dados foram coletados após uma breve palestra sobre comportamento alimentar para todos os alunos da instituição, ministrada pela pesquisadora no auditório da instituição.



A pesquisa teve início após aprovação do projeto de nº 2021/049 pelo Núcleo de Ética e Bioética do Centro Universitário Vale do Iguaçu. Todos os aspectos éticos foram respeitados, para a garantia da proteção das voluntárias, assim preservando a identidade e seus dados pessoais.

Primeiramente foram informados os objetivos da pesquisa e sua relevância social ao diretor do Colégio Estadual José de Anchieta, solicitando a autorização para a aplicação da pesquisa na referida Instituição.

As autoras compareceram à instituição selecionada, solicitando a permissão e colaboração das jovens para o preenchimento do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), o qual informava e esclarecia ao participante de maneira que ela pudesse tomar sua decisão de forma justa e sem constrangimentos sobre a sua participação no projeto de pesquisa, sendo este também uma proteção legal e moral das pesquisadoras e da pesquisada, visto que ambos assumiram responsabilidades. Este consentimento tornou possível a realização da coleta de dados. Para garantir a segurança de cada participante com relação às informações obtidas, houve sigilo absoluto dos resultados, onde apenas as autoras do estudo e a própria participante tiveram acesso ao resultado, conforme previsto no TCLE. As alunas que participaram do projeto tiveram os benefícios de adquirir conhecimentos sobre comportamento alimentar e transtornos alimentares. Não foram divulgados nomes ou dados individualizados. As informações citadas no estudo voltaram-se a classificações de grupos etários, e sintomas.

Para avaliar a predisposição anoréxica foi aplicado o questionário *Eating Attitudes Test* (EAT-26) de autopreenchimento, composto por 26 questões na forma de escala Likert de pontos (sempre = 3; muitas vezes = 2; às vezes = 1; poucas vezes, quase nunca e nunca = 0) sendo que a maior pontuação foi conferida à resposta extrema na direção da anorexia nervosa. O escore foi calculado a partir da soma das respostas de cada item, variando de 0 a 78 pontos, sendo que quanto maior a pontuação, maior o risco de desenvolvimento de NA. Foram considerados escores ≥ 21 como indicativos de comportamento alimentar inadequado, classificadas como predisposição para anorexia nervosa (EAT-26 positivo), ou seja, com comportamento alimentar de risco para o desenvolvimento da doença.

A fim de classificar e comparar os resultados obtidos através do EAT-26

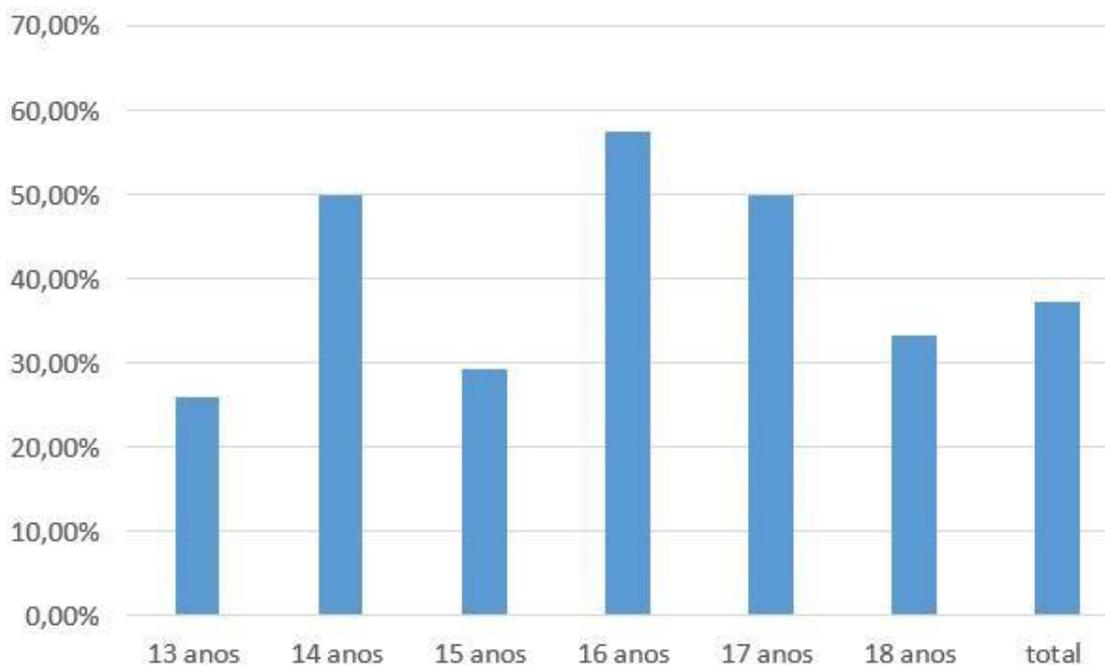
foram inseridas questões a respeito da idade, grau de escolaridade e bairro onde residem, sendo registrado no questionário diretamente pelas adolescentes.

A análise dos dados coletados iniciou com a organização por faixa etária das estudantes, cálculo da predisposição anoréxica aplicando no questionário *Eating Attitudes Test* (EAT-26), a escala Likert de pontos. Posteriormente, com o auxílio do programa *Microsoft Excel 2010*, foi representada em gráficos, o que favorece a interpretação e análise das informações através da estatística descritiva, com aplicação da média entre as idades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um total de 70 adolescentes do sexo feminino, ensino fundamental e médio de uma escola da rede pública de ensino, da cidade de União da Vitória-PR foram entrevistadas e verificou-se uma prevalência de 35,7% de EAT positivo (score ≥ 21) com predisposição anoréxica. Observou-se alta concentração entre 14 e 16 anos. Com a maior porcentagem na faixa etária de 16 anos (57,1%) com predisposição à anorexia nervosa como demonstrada na figura 1.

Figura 1 – Predisposição da AN por faixa etária.



Fonte: As autoras (2021)



A amostra do presente estudo demonstrou uma prevalência de EAT-26 positivo (35,7%) dentro da média mundial, sendo que taxas de 8,8% ou menos são consideradas baixas e acima de 20% exigem uma preocupação maior com esse fator (FISCHER; SALLES, 2001, BENAVENTE et al., 2003apud SOUZA et al., 2011, ALVES et al., 2008).

Semelhantemente foram encontrados resultados significativos nos estudos descritos por Kaneshima et al (2006), com identificação de 31,6% de sintomatologia anoréxica (EAT- 26 positivo), em adolescentes do sexo feminino estudantes do ensino médio de uma escola da rede pública de ensino, da cidade de Maringá-PR. Dentro desse grupo, 91,8%, além de serem portadoras de sintomatologia anoréxica, também apresentaram distúrbio de imagem corporal. Nessa perspectiva, os resultados de Sampei (2001) apud Souza et al (2011), que avaliaram 279 adolescentes de uma escola particular de São Paulo-SP, apontam 21,2% delas com indicativos de sintomas de AN.

O presente estudo verificou índices maiores de prevalência de EAT-26 positivo do que Hulsmeier et al (2011), que observaram 16% de predisposição de AN em adolescentes no sul do Brasil. Apesar de grande parte estarem insatisfeita com sua imagem corporal (77,9%), a maioria não superestima sua dimensão corporal (81,3%). Sendo então a insatisfação com imagem corporal um fator de risco para presença de sintomas de AN, uma vez que indivíduos com insatisfação corporal têm 2,56 mais chances de desenvolver distúrbios do que quem está satisfeito.

Dessa forma, dentre as respostas obtidas no EAT-26 as questões com maiores frequências foram: 50% “fico apavorada com a ideia de estar engordando” (Questão 1), 47% “preocupo-me com o desejo de ser magra” (Questão 11), 61,4% “preocupo-me a ideia de haver gordura no meu corpo” (Questão 14), 48,5% “as pessoas acham que sou muito magra” (Questão 13), 32,8% “sinto que os alimentos controlam minha vida” (Questão 18), e 24,2% “faço regimes para emagrecer” (Questão 23). Estes dados demonstram que as adolescentes pesquisadas têm pavor de engordar preocupam-se com a ideia de serem mais magras, e tem o desejo de serem mais magras. Expondo uma preocupação com a alimentação e por isso, acabam desenvolvendo hábitos inadequados na tentativa de alcançarem seus objetivos psicologicamente distorcidos. Algumas pesquisas verificaram a influência de fatores externos



como mídia, modernização e grupo em que convivem no comportamento alimentar inadequado de adolescentes.

Estudos realizados por Vilela et al (2004), encontraram 1.059 alunos (59%) com idade entre 7 e 19 anos, insatisfeitos com sua imagem corporal. Dentro disso, 40% estavam usando de dieta para emagrecer e 56% praticavam atividade física e 10% utilizavam métodos purgativos para perder peso. Nessa linha, uma amostra de estudantes de três escolas privadas da região de Florianópolis-SC, entre 14 e 17 anos, 55.0 % das meninas gostaria de diminuir sua silhueta e 12.2 % gostariam de aumentar (FERNANDES et al., 2017).

No que se referem à silhueta, estudantes do curso de graduação em nutrição expressam dados que classifica as participantes eutróficas, em sua maioria (72,7%), como insatisfeitas por excesso de peso, as desnutridas em sua totalidade, insatisfação por magreza; e as com sobrepeso e obesidade apresentaram em geral insatisfação por excesso de peso. Com alta prevalência de distorção da imagem corporal pelo BSQ (9,62%) tiveram risco de desenvolver distúrbios alimentares pelo EAT-26; e 15,38% expressaram comportamento alimentar anormais (MAIA et al., 2018).

Por mais que os adolescentes estejam enquadrados no padrão de normalidade de seus IMC, estes apresentam insatisfação com sua aparência (74,14%) e 24,24% dos adolescentes do sexo feminino apresentam distúrbio de imagem corporal (VIRGILO; GRAVEDA, 2011).

Neste contexto, pode-se indicar que o desenvolvimento de AN e de seus fatores de risco possuem relação importante com os padrões estabelecidos, decorrentes de uma forte tendência em assumir o corpo magro como forma de poder, beleza e aceitação social. Diante da forte pressão midiática o ideal é divulgado pela mídia de forma distorcida, gerando, principalmente nas adolescentes uma insatisfação com o corpo. Além de um comportamento alimentar e formas de redução de peso inadequadas, por meio do uso de laxantes, diuréticos, vômitos induzidos, atividade física em excesso, entre outros métodos desaprováveis pela medicina a fim de alcançarem o modelo de corpo ideal, a todo custo, segundo a cultura em vigor, gerando comportamentos de riscos para o desenvolvimento de AN (MAIA et al., 2018).

Portanto, é de extrema importância que os profissionais da saúde levem em consideração estas ocorrências, para que possam fazer uma detecção



precoce do surgimento das TAs, seguindo com a prevenção da gravidade dos sintomas e o tratamento dos episódios. Além de um acompanhamento escolar de prevenção de anorexia nas escolas. A inserção do nutricionista é de grande importância no ensino médio e fundamental ministrando disciplina e cursos sobre nutrição e alimentação, além de temas relacionados aos transtornos da alimentação. Também há necessidade de implementação de programas de prevenção e tratamento dos transtornos alimentares tanto no setor público quanto privado, principalmente entre adolescentes, já que esta faixa etária constitui risco para o desenvolvimento destes transtornos (HULSMAYER et al., 2011).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se pelas análises realizadas que as adolescentes apresentaram grande prevalência de predisposição à anorexia nervosa. Também foi constatado que as jovens mostraram sinais significativos de insatisfação corporal. Uma vez que quem está insatisfeito com a sua imagem tem mais chance de desenvolver este distúrbio.

Os dados apresentados demonstram que as escolas estudadas são carentes de ações junto à população que abordem temas relacionados à Anorexia Nervosa, sendo necessárias ações mais específicas, dentro disso, mais estudos epidemiológicos de base escolar, que considerem outras dimensões, como fatores psicológicos, sócio-culturais e genéticos, para verificar como outras variáveis podem influenciar na formação negativa da percepção corporal.

A escola seria um espaço privilegiado para conscientizar os jovens e seus familiares sobre a natureza das mudanças que ocorrem durante a adolescência, bem como para aprender a conviver de forma saudável com a nova aparência física que está sendo formada durante o desenvolvimento humano consequentemente prevenindo, estimulando as adolescentes com sintomas e seus familiares a procurarem ajuda profissional para o diagnóstico e tratamento da doença.



REFERÊNCIAS

ALVES, E.; et al. Prevalência de sintomas de anorexia nervosa e insatisfação com a imagem corporal em adolescentes do sexo feminino do Município de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro v. 24, n 3, p. 503-512, mar 2008.

Disponível

em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000300004 Acesso em: out.2021

CARVALHO, Marianne Lima de; LIMA, Deyseane Maria Araujo. A Anorexia em Adolescentes Sob a Ótica da Gestalt-terapia: The anorexia in adolescents from the perspective of Gestalt therapy. **IGT rede**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 23-30, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262017000100002 Acessos em: out. 2021.

FERNANDES, A.R; et al. Autoestima, imagem corporal e depressão de adolescentes em diferentes estados nutricionais. **Rev. Saúde Pública** v.19 n 1 Jan-Feb, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rsap/2017.v19n1/66-72/> Acesso em: Nov. 2021

FIATES, G. M. R.; SALLES, R. K. Fatores de risco para o desenvolvimento de distúrbios alimentares: um estudo em universitárias. **Revista de nutrição**, V. 14, P. 3-6, 2001

FISCHER, M. et al. apud SOUZA, A.M.; et al. Ocorrência de anorexia nervosa e distúrbio de imagem corporal em estudantes do ensino médio de uma escola da rede pública da cidade de Maringá, Estado do Paraná cidade de Maringá, Estado do Paraná, **Acta Sci. HealthSci**, v. 28, n. 2, p. 119-127, 2006, Maringá. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActasciHealthSci/article/view/1065> Acesso em: out.2021

HAY, P.J. apud ALVES, R.J.L. Epidemiologia dos transtornos alimentares: estado atual e desenvolvimentos futuros. **Rev. Brasileira de Psiquiatria**, 24 (Supl. III), 13-17, 2002.

Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/31009> Acesso em: out.



2021.

HULSMeyer, A.R.; et al. A anorexia nervosa e fatores associados em adolescentes do sexo feminino, em município do sul do Brasil. **Archivoslatinoamericanos de nutrición**, Vol.61, n 3, 2011. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S0004-06222011000300005&script=sci_abstract Acesso em: out. 2021.

KANESHIMA, A.M.S.; et al. Ocorrência de anorexia nervosa e distúrbio de imagem corporal em estudantes do ensino médio de uma escola da rede pública da cidade de Maringá, Estado do Paraná, **Acta Sci. HealthSci**, v. 28, n. 2, p. 119-127, 2006, Maringá. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActasciHealthSci/article/view/1065> Acesso em: out.2021

LADEIRA, T.F; COPPUS, A.N.S. Anorexia e adolescência: uma articulação à luz da psicanálise. **Reverso**, v.38, n.71, p.75-81, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-73952016000100008 Acesso em: set.2021

MAIA, R.G.L; et al. Estado nutricional e transtornos do comportamento alimentar em estudantes do curso de graduação em nutrição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Ceará, Brasil. **Demetra**, v. 13, n.1, p. 135-145,2018. Disponível em: Acesso em:out. 2021.

MANOCHIO, M. G; et al. Significados atribuídos ao alimento por pacientes com Anorexia Nervosa e por mulheres jovens eutróficas. **Rev. de Psicologia**, v. 32, n. 2, p. 120-131, maio- ago, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v32i2/5626> Acesso em:out. 2021.

VILELA, J.E.M; et al. Avaliação do comportamento alimentar em crianças e adolescentes de Belo Horizonte. **PsiquiatrBiol**, v. 9, n. 30, p.121, 2001. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=ADOLEC&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=303441&indexSearch=I> Acesso em:out.2021

SAMPEI, M, A; et al. apud SOUZA, J.C; et al.Fatores preditivos de transtornos alimentares entre estudantes do ensino médio. **Psicólogo informação**, v 15, n 15, 2011. Disponível em:



http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092011000100003 Acesso em: out.2021



AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE PROTEÍNAS POR PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO

Vinicius Hack Lukachinski¹
Lina Cláudia Sant'Anna²

RESUMO: À medida que a busca pelo corpo definido ou musculoso é almejada, muitos indivíduos fazem dietas de qualquer espécie, querendo atingir um novo nível de bem-estar e um condicionamento físico. A ingestão de nutrientes de atletas ou indivíduos que praticam musculação é consideravelmente maior que pessoas normais, devido ao alto gasto energético e o tipo de treinamento. O objetivo do presente estudo foi avaliar a adequação do consumo de proteínas entre os indivíduos que praticam musculação e pesam suas refeições, tanto com o objetivo de ganho de massa muscular como de definição muscular. Os dados foram coletados de forma online, através de grupos com participantes engajados em relação a musculação, onde foi distribuído um formulário para que eles respondessem 11 perguntas, as quais foram utilizadas para avaliar o seu consumo de proteína. Foram avaliados 145 participantes de ambos os sexos, com idade entre 15 e 50 anos. Os resultados demonstraram que entre as mulheres a busca pela definição muscular é maior que entre os homens, cerca de 72,7% (n=8) das mulheres e 51,5% (n=69) dos homens almejam tal objetivo. Em relação ao consumo de proteínas nesse período, foi avaliada uma adequação de 89,9% entre os homens (n=69) e 75% entre as mulheres (n=8), enquanto, o consumo excessivo foi de apenas 2,89% (n=2) para os homens e 0% para as mulheres avaliadas. O consumo de proteínas em período de ganho de massa muscular, onde o indivíduo mantém seu consumo de calorias em superávit, é elevado, para ambos os sexos. No treino no qual o objetivo é definição muscular, foi obtido um resultado esperado, com uma quantidade bem maior de adequação.

PALAVRAS-CHAVE: Nutrição; musculação; proteínas; hipertrofia; definição muscular.

ABSTRACT: As the pursuit for the defined body is desired, many individuals go on diets of any kind, wanting to reach a new level of well-being and fitness. The nutrient intake of athletes or individuals who practice bodybuilding is considerably higher than normal people, due to the high energy expenditure and type of training. The present study aimed to evaluate the adequacy of protein consumption among individuals who practice weight training and weigh their meals, both to gain muscle mass and muscle definition. The data were collected online, through groups with participants engaged concerning bodybuilding, where a form was distributed for them to respond to 11 questions, which were used to assess their protein consumption. 145 participants of both sexes, aged between 15 and 50 years were evaluated, the results showed that among women the search for muscle definition is greater than among men, about 72.7% (n=8) of women and 51.5% (n=69) of men aspire to this goal. About the consumption of proteins in this period, an adequacy of 89.9% was evaluated among men (n=69) and 75% among women (n=8), while excessive consumption was only 2.89% for men and 0% for women evaluated. Protein consumption in periods of muscle mass gain, when the individual maintains their calorie intake in surplus, is high for both sexes. In the period where the goal is muscle definition, an expected result was obtained, with a much greater amount of adequacy.

KEYWORDS: Nutrition; resistance training; protein; muscle development; muscle definition.

1. INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, a sociedade valoriza muito um corpo musculoso e/ou definido e isso fez com que a busca pela prática de exercício físico em

¹ Nutricionista pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu.

² Mestre em Nutrição pela Universidade Federal de Santa Catarina e Docente do Centro Universitário Vale do Iguaçu.



academias tenha aumentado de forma significativa (BENEDET et al., 2013).

À medida que a busca pelo corpo definido ou musculoso é almejada, muitos indivíduos fazem dietas de qualquer espécie, querendo atingir um novo nível de bem-estar e de condicionamento físico. A ingestão de nutrientes desses indivíduos é consideravelmente maior que pessoas que não praticam exercícios, devido ao alto gasto energético e ao tipo de treinamento. A falta de conhecimento das pessoas em relação à alimentação pode afetar o seu desempenho, por isso, elas acreditam que é preciso consumir altas quantidades de proteínas, devido às crenças antigas que afirmavam que altas doses de proteínas causariam um aumento de volume, força e definição muscular, mas vários pesquisadores não apoiam esta teoria, e atualmente acredita-se que uma dieta normoproteica é necessária para o desenvolvimento muscular (MENON; SCHAURICH., 2012).

O treinamento resistido, ou musculação, é usado tanto por atletas quanto por praticantes comuns para o desenvolvimento da aptidão física e condicionamento. É um tipo de exercício que gera uma força contra a musculatura do indivíduo. O treinamento resistido, favorece o aumento de força e de massa muscular, entretanto, para que os ganhos sejam mantidos devem ocorrer estímulos e, para que haja desenvolvimento deve ocorrer o aumento de carga ou de dificuldade (FLECK; KRAEMER, 2017).

Através do treinamento resistido, pode ocorrer alterações no tipo de fibra muscular e o aumento do diâmetro da fibra, porém este processo de *turnover* proteicomiofibrilar não ocorre de forma rápida. Devido ao processo lento, para que haja alterações visíveis, tais como, alteração no tipo de fibra e hipertrofia, é necessário que o estímulo seja mantido durante o treinamento, sendo necessário também que seja um período prolongado. Para que aconteça o desenvolvimento muscular através das elevações crônicas e transitórias na síntese proteica, que supere a degradação proteica, é necessário semanas ou meses de treinamento de força. Entretanto, o treino resistido não induz o aumento do *turnover* ou oxidação de proteínas durante o exercício, mas é após o treino em que ocorre o aumento de síntese proteica muscular (TIRAPEGUI; ROGERO, 2013).

O equilíbrio entre as taxas de síntese e degradação proteica é que determina o tamanho do tecido muscular. No músculo, um balanço líquido miofibrilar positivo promove a hipertrofia muscular, enquanto o balanço negativo



promove a atrofia. Em indivíduos adultos, a taxa de síntese proteica é variável. Em momentos após a alimentação com proteína o seu balanço se torna positivo, já em momentos não alimentado, o balanço se torna negativo. A massa do músculo esquelético é ditada principalmente pela regulação da síntese de proteínas musculares. É necessário que ocorra algumas formas de degradação de proteínas para que haja melhora no tamanho e na qualidade muscular (MARCOTTE; WEST; BAAR, 2014).

A ingestão de alimentos proteicos, faz com que o balanço proteico muscular negativo se torne positivo, que após o processo de digestão e absorção, fornece aminoácido para o tecido muscular. Em relação ao balanço proteico muscular, a insulina apresenta um papel importante, favorecendo a diminuição da degradação proteica muscular e estimula o influxo de aminoácidos para o tecido muscular, porém a estimulação da síntese proteica através da alimentação, não mostra ser necessária a utilização da insulina. Pode-se concluir que com a devida hidratação e ingestão de nutrientes (carboidratos e proteínas) no pós-exercício ajudam a obter um balanço positivo (TIRAPGUI; MACEDO, 2013).

Portanto o objetivo deste trabalho foi relacionar o consumo de proteínas por praticantes de musculação com seu objetivo nutricional, seja ele definição muscular ou ganho de massa muscular.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo de natureza aplicada, de corte transversal, de abordagem quali-quantitativa e de objetivo descritivo.

A população deste estudo foi formada por praticantes de musculação que faziam uso de balança de precisão digital para pesar suas refeições, com idade de 15 a 50 anos e que estavam tanto em processo de ganho de massa muscular quanto em processo de definição muscular, independentemente de raça, religião, cor ou gênero. A amostra foi do tipo intencional, não probabilístico e composta por todos os praticantes de musculação que se disponibilizaram a participar do estudo, aceitando o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) totalizando 145 indivíduos.

O estudo foi realizado de forma digital, devido à pandemia, através das



redes sociais. Foi elaborado um questionário através do *google forms* pelo próprio pesquisador com questões fechadas para avaliar o tempo da prática do exercício, o consumo de calorias diárias e de proteínas pelo participante, como também dados de peso corporal.

O questionário foi enviado em um grupo de *Telegram* que possui cerca de 14 mil participantes, a grande maioria praticante de musculação que buscam algum conhecimento sobre dieta, o grupo tem como proprietário o influenciador digital Marco Antônio, o qual, liberou e ajudou a divulgar o formulário.

Para verificar a adequação do consumo de proteínas foi questionado o peso do indivíduo, as quantidades consumidas de proteínas e o objetivo do treino (ganho de massa ou definição muscular) e calculada a necessidade de proteína pela recomendação do *International Society of Sports Nutrition* (JAGER et al, 2017; HELMS et al, 2014; SARSICK et al, 2018) que é de 1.5g/kg/dia a 2g/kg/dia para indivíduos que buscam ganho de massa muscular e de 2g/kg/dia a 3,5g/kg/dia para indivíduos que buscam definição muscular. Após, foram comparadas as quantidades consumidas com a necessidade do nutriente.

Foi considerado um consumo de proteínas adequado para aqueles que mantiveram o consumo entre 70 a 110%. Para classificar os participantes que buscavam definição muscular foi utilizado 3,5g/kg como 100% e então quem estava acima de 3,85g/kg foi considerado com consumo excessivo. Já para calcular aqueles que estavam com o consumo insuficiente, foi utilizado 2g/kg como 100% e então aqueles que se encontravam abaixo de 1,4g/kg foram considerados com consumo insuficiente.

Para os participantes que buscavam ganho de massa muscular foi utilizado o mesmo sistema, porém com outros valores. Foi utilizado 2.2g/kg como 110% e 1.05g/kg como 70%, ou seja, aqueles que consumiam menos de 1,05g/kg eram considerados com consumo insuficiente e aqueles que consumiam acima de 2,2g/kg eram considerados com o consumo excessivo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

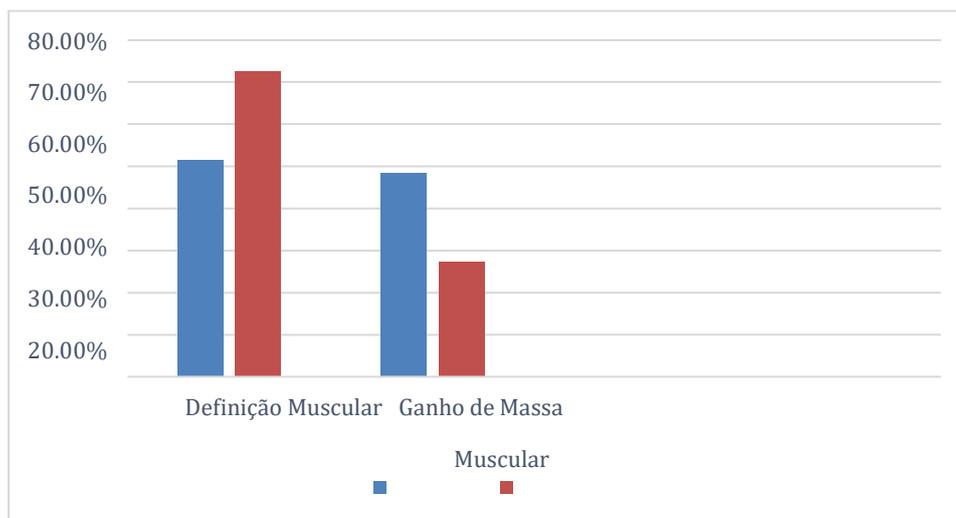
Entre os 145 indivíduos avaliados, 92,4% (n=134) eram do sexo masculino e apenas 7,6% (n=11) do sexo feminino, com a idade média de 26 anos, sendo a mínima de 15 anos e a máxima de 50. Entre as mulheres avaliadas a

altura média foi de 1,64cm (max= 1,77 cm e mín= 1,57 cm), o peso médio foi de 71 kg (max= 110 kg e min= 58 kg), e entre os homens a média foi de 1,77 cm (max= 1,97 cm e mín= 1,56 cm), com o peso médio de 84 kg (max= 126 kg e min= 59 kg). O tempo de treinamento médio foi de 4 anos e 1 mês (n=145).

De todos os participantes que foram avaliados, que tinham como objetivo a definição muscular, a média de calorias entre o sexo feminino foi de 1643 kcal/dia, e entre o sexo masculino foi de 2258 kcal/dia, já os que buscavam o ganho de massa muscular, foi de 1633 kcal/dia para o sexo feminino e de 2810 kcal/dia para o sexo masculino.

Na figura 1 pode-se observar que entre as participantes do sexo feminino, mais da metade declarou buscar definição muscular. Já entre os participantes do sexomascuino, um pouco mais da metade buscava a definição muscular e o restante buscava o ganho de massa muscular.

Figura 1 – Objetivo do treino de musculação dos participantes.



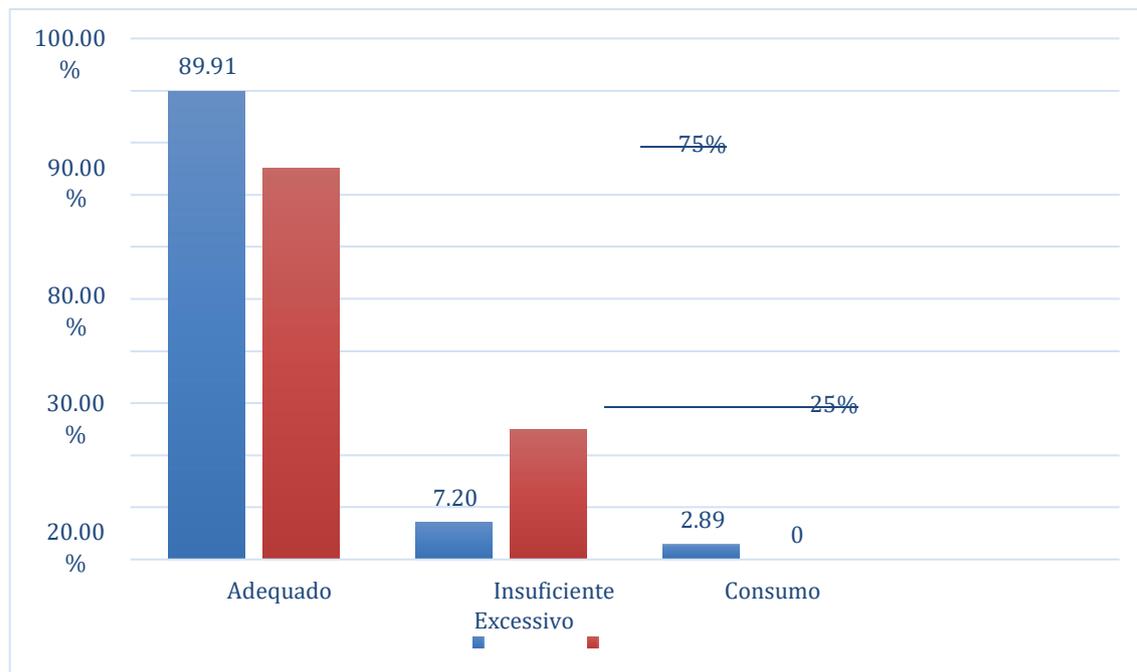
Fonte: Os autores (2021)

O praticante de exercícios resistidos anseia certos benefícios à saúde e aptidão física como aumento de força, aumento de massa magra, diminuição de gordura corporal e melhoria no desempenho físico tanto em esportes quanto em atividades diárias. Podendo também haver outros benefícios à saúde, como mudanças no perfil lipídico, pressão arterial e sensibilidade à insulina (FLECK; KRAEMER, 2017).

Na figura 2 pode-se identificar a adequação do consumo de proteínas dos

indivíduos que buscavam a definição muscular. Entre os homens (n=69), a média de consumo de proteína foi de 2,22 g/kg de peso corporal. Já entre as mulheres (n=8), a média foi 1,88 g/kg de peso corporal. Pode-se observar com isso que a grande maioria deles apresentava um consumo adequado de proteínas.

Figura 2. Adequação do consumo de proteínas em indivíduos que buscavam a definição muscular.



Fonte: Os autores (2021)

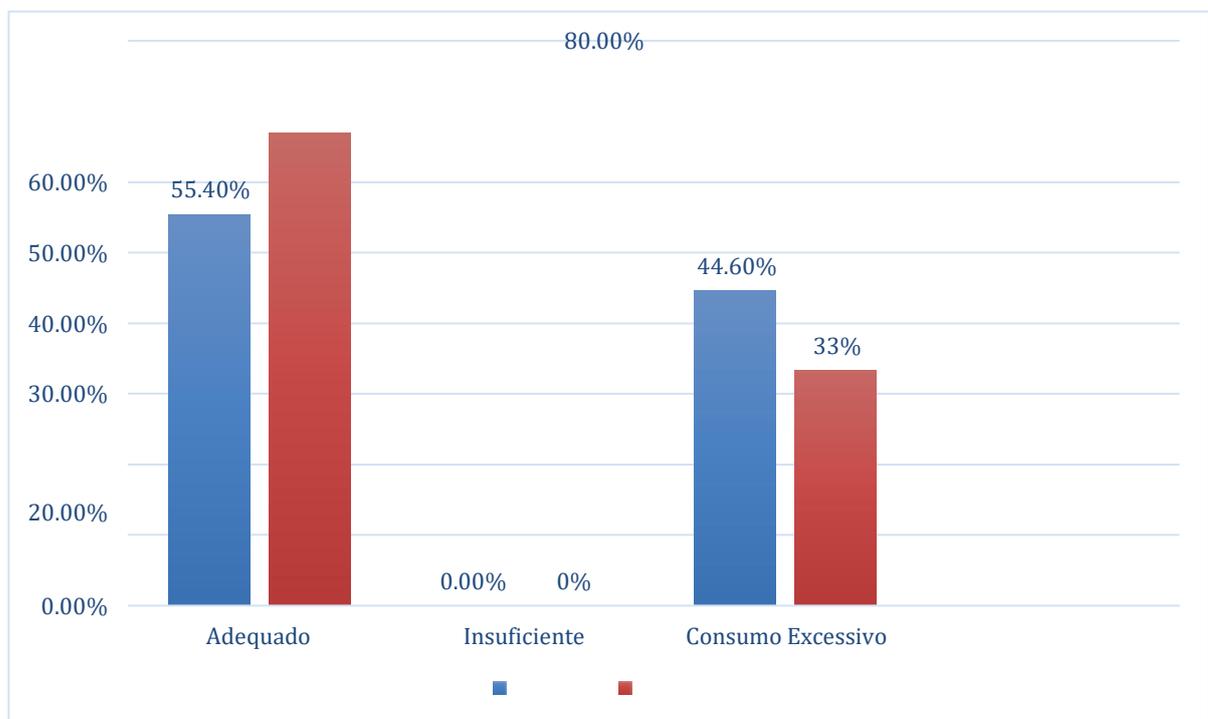
O aumento da prática de exercício físico, juntamente com a redução de calorias ingeridas, pode fazer com que o indivíduo perca massa magra. Caso ocorra a redução da ingestão de carboidratos durante este período, as reservas de glicogênio serão esgotadas e o corpo irá utilizar a via da gliconeogênese para fornecer energia ao sistema, optando por proteínas musculares, que são utilizadas após a sua degradação.

Visto que para indivíduos em que o percentual de gordura está reduzido, e suas reservas de gorduras estará em níveis baixos, o organismo tende a aumentar o catabolismo das proteínas, por isso, o consumo de proteínas deve ser maior, algo em torno de 2,0 a 3,5g/kg, para atletas que desejam manter a

massa muscular em dietas com restrição calórica (HALUCH, 2018).

Também foi avaliado o consumo de proteínas no período de ganho de massa muscular (Figura 3) onde foi identificado que cerca de 48,5% (n=65) de homens consumiam uma média de 2,19 g/kg de proteínas de peso corporal e 27,2% (n=3) das mulheres consumiam uma média de 2,12 g/kg de peso corporal. Pode-se observar que neste grupo, apesar da maioria apresentar consumo adequado também houve uma grande parcela que consumia proteína de modo excessivo.

Figura 3. Adequação do consumo de proteínas em indivíduos que buscavam ganho de massa muscular.



Fonte: Os autores (2021)

Conforme Mallmann et al (2018), cerca de 90% dos participantes consumiram acima de 2g/kg de proteínas em períodos de superávit calórico, sendo o valor mais alto 5,47 g/kg. Segundo o estudo de Morais et al (2014), a adequação referente ao consumo de proteínas pelos participantes avaliados, foi de maior proporção se comparada com os insuficientes. Também foi constatado que o consumo excessivo foi elevado no grupo avaliado.

Já no estudo de Menon et al (2012), a média do consumo de proteínas foi



de 1,7g/kg verificou-se que 30,4% (n=7) apresentaram o consumo abaixo do recomendado e 43,5 (n=10) ficaram com o consumo acima do recomendado.

Em indivíduos que mantêm um consumo de calorias normocalórico e/ou em superávit calórico, com uma ingestão adequada de carboidratos e que praticam exercício resistido, o recomendado de consumo de proteínas fica entre 1,5 a 2,0 g/kg. Com o maior consumo de carboidratos, pelo seu efeito poupador de proteínas, ocorre redução de degradação de proteínas, favorecendo ainda mais a síntese proteica (HALUCH, 2018).

Existem informações sobre alimentação para atletas e não atletas, que recomendam o consumo de cerca de 1,2 a 2,0g/kg/dia. Quando se trata de exercício de resistência, a necessidade proteica envolve manutenção e a necessidade de aumentar a massa magra, a manutenção se refere ao requisito mínimo de proteína para promover um equilíbrio nitrogenado e o aumento de massa se refere a um equilíbrio nitrogenado positivo. Entretanto, vê-se que o mito do aumento das necessidades de proteínas permanece expressivo para aqueles que buscam um aumento na massa magra ou fisiculturistas (MAHAN et al., 2013).

Proteínas estão constantes e simultaneamente sendo sintetizadas e degradadas. A reparação de proteínas lesadas e o remodelamento de proteínas estruturais parecem ocorrer como resultado do estímulo induzido pelo exercício de força, que representa um potente estímulo para a ocorrência de hipertrofia na fibra muscular em humanos. O processo de hipertrofia ocorre quando a taxa de síntese proteica muscular excede a taxa de degradação, acarretando um saldo positivo do balanço protéico muscular. O estímulo do exercício de força é potente para que ocorra hipertrofia muscular, o qual causa a reparação de proteínas e o remodelamento de proteínas estruturais (TIRAPÉGUI; MACEDO, 2013).

Para que ocorra o desenvolvimento muscular, o corpo precisa estar em um ambiente próprio para que o balanço nitrogenado esteja positivo, ou seja, precisa que a síntese proteica esteja maior que a degradação protéica, visto que, o organismo está simultaneamente degradando e sintetizando proteínas. Quando o indivíduo se encontra em superávit calórico, com um consumo elevado de carboidratos, que também tem efeito de poupador de proteínas e praticando exercício físico, o seu balanço nitrogenado está positivo, portanto, o consumo de proteínas não precisa ser elevado (HALUCH, 2021).



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É através do balanço nitrogenado positivo, ou seja, quando o nível de síntese proteica é maior que o nível de degradação que ocorre o desenvolvimento muscular. A proteína é necessária para o desenvolvimento muscular, seu consumo é um dos fatores que eleva o balanço nitrogenado, deixando-o positivo, porém dependendo do período em que o praticante se encontra, não é de suma importância consumir quantias elevadas de proteína. Este estudo mostrou que uma quantidade considerável de participantes mantém o consumo de proteínas elevado em período de ganho de massa muscular, em que o indivíduo tem seu consumo de calorias em superávit. Este sendo um dos períodos mais propícios para o desenvolvimento muscular – caso ocorra treinamento resistido - visto que, é onde o balanço nitrogenado está provavelmente positivo, se consumido uma quantidade aceitável de proteínas.

Já, no período em que o objetivo é definição muscular, como o consumo de proteínas é um pouco mais maleável devido às suas propriedades de saciedade e ao indivíduo buscar manter o balanço nitrogenado equilibrado, foi obtido um resultado esperado, com um índice maior de adequação. Pode-se observar também que a quantidade de mulheres que buscavam a definição em proporção aos homens foi bem elevada, por outro lado, os homens estavam mais propícios a buscarem o desenvolvimento muscular.

REFERÊNCIAS

- BENEDET, J. et al. Treinamento Resistido para Crianças e Adolescentes. **ABSC Health Science**. v. 38, n. 1, p. 2013.
- FLECK, S. J. & KRAEMER, W. J. **Fundamentos do Treinamento de Força muscular**. 4. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2017.
- HALUCH, C. E. F. **Estratégias Nutricionais para Definição Muscular: Cutting/Pré-Contest**. Curitiba. Ed do Autor, 2018.
- HALUCH, C. E. F. **Aminoácidos e hipertrofia**. [S. l.: s. n.], 2021. <https://www.lojauniguacu.com.br>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- HELMS, E. R. et al. Evidence-based recommendations for natural bodybuilding contest preparation: nutrition and supplementation. **Journal of the International**



Society of Sports Nutrition. v. 11. n. 20. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1550-2783-11-20> Acesso em 31 nov. 2021.

JÄGER, Ralf et al. "International Society of Sports Nutrition Position Stand: protein and exercise." **Journal of the International Society of Sports Nutrition** v.14, n. 20.2017, disponível em: doi:10.1186/s12970-017-0177-8 Acesso em 20 nov. 2021.

KERSICK, C. et al. ISSN exercise & sports nutrition review update: research & recommendations. **Journal of the International Society of Sports Nutrition.** v. 15. n. 38. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12970-018-0242-y> Acesso em 31 nov. 2021.

MAHAN, K; ESCOTT-STUMP, S. RAYMOND, J. L. **Krause:** Alimentos Nutrição e Dietoterapia. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 2753 p.

MARCOTTE, G. R., WEST, D. W., & BAAR, K. The molecular basis for load-induced skeletal muscle hypertrophy. **Calcified tissue international**, v. 96, n. 3, p. 196–210, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00223-014-9925-9> Acesso em 20 nov.2021.

MENON, D; SCHAURICH, J. Consumo de Proteínas por Praticantes de Musculação que Objetivam Hipertrofia Muscular. **Rev. Bras. Med. Esporte.** v. 18 n. 1 p. 8-12. 2012.

MORAIS, A. C. L; SILVA, L. L. M; MACEDO, E. M. C. Avaliação do Consumo de Carboidratos e Proteínas no Pós-Treino em Praticantes de Musculação. **Rev. Bras. Nutrição. Esportiva.** São Paulo. v. 8. n.46. p.247-253. Jul/Ago. 2014. INSS 1981- 9927. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6306075>.

Acessado em 30 nov. 2021.

MALLMANN, L. B; ALVES, F. D. Avaliação do consumo alimentar de fisiculturistas em período fora de competição. **Rev. Bras. Nutrição. Esportiva.** São Paulo v. 12. n. 70. p.204-212. Mar/Abril. 2018 ISSN 1921-9927. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6379656>. Acessado em 31 nov. 2021.



TIRAPÉGUI, J; ROGERO, M. M. **Fisiologia da Nutrição Humana: Aspectos Básicos, Aplicados e Funcionais.** São Paulo: Atheneu, 2013.



AVANÇOS NA PRODUÇÃO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM WEB BASED TRAINING

Edi Marise Barni¹
Diego da Silva²

RESUMO: Este artigo traz a evolução na produção de Objetos de Aprendizagem WBT, além de mostrar as principais características dos objetos, os processos de produção e os principais repositórios internacionais e nacionais. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, com coleta de dados bibliográficos. A evolução dos Objetos de Aprendizagem aconteceu simultaneamente a da internet, sendo que hoje estão disponíveis nas mais variadas formas e conteúdos. Para a produção há de se levar em consideração as peculiaridades dos objetos e a elaboração de um projeto que vislumbre claramente o objetivo pedagógico ao qual se dispõe. Levando estes pontos em consideração, a discussão pode ser levada a um nível ainda mais alto. Com o avanço na produção e uso dos Objetos de Aprendizagem o aprendizado pode tomar novos rumos. Isso porque a educação torna-se mais personalizada e acessível; desta forma, se um aluno tem dificuldades em um determinado assunto da disciplina de Matemática, por exemplo, não precisa se limitar ao método do professor, pois poderá acessar diversas formas de explicação desse mesmo conteúdo com metodologias e exemplos diferenciados, até que possa ter suas dificuldades supridas. Por outro lado, o próprio professor poderá lançar mão desse recurso, utilizando e estimulando o uso por parte dos alunos como forma de complementação do conteúdo lecionado em aula.

PALAVRAS-CHAVE: Objetos de Aprendizagem; Produção de Objetos de Aprendizagem; Repositórios de Objetos de Aprendizagem.

ABSTRACT: This article presents the evolution in the production of WBT Learning Objects, in addition to showing the main characteristics of the objects, the production processes and the main international and national repositories. For this, an exploratory and descriptive research was carried out, with bibliographic data collection. The evolution of Learning Objects happened simultaneously with the internet, and today they are available in the most varied forms and contents. For the production, it is necessary to take into account the peculiarities of the objects and the elaboration of a project that clearly envisions the pedagogical objective to which it has. Taking these points into consideration, the discussion can be taken to an even higher level. With the advancement in the production and use of Learning Objects, learning can take new directions. This is because education becomes more personalized and accessible; In this way, if a student has difficulties in a certain subject of the Mathematics subject, for example, he does not need to limit himself to the teacher's method, as he will be able to access different ways of explaining that same content with different methodologies and examples, until he can have his overcome difficulties. On the other hand, the teacher himself can make use of this resource, using and encouraging the use by the students as a way of complementing the content taught in class.

KEYWORDS: Learning Objects; Production of Learning Objects; Learning Object Repositories.

1. INTRODUÇÃO

Não é de hoje que a tecnologia vem sendo utilizada como ferramenta para práticas educacionais diversas. São infinitos recursos, com a possibilidade de interação síncrona ou assíncrona, que atraem as pessoas e permitem novas formas de aprendizagem.

¹ Pedagoga e psicóloga. Mestre em Educação pela PUC PR. Docente da UniEnsino, Unicesumar, Uniandrade e Prefeitura Municipal de Curitiba.

² Psicólogo. Mestre em Medicina Interna e Ciências da Saúde pela UFPR. Docente da UniEnsino.



Assim são os Objetos de Aprendizagem *web based training (WBT)*, ou seja, conteúdos educacionais em diversos formatos e de variados assuntos, disponíveis na internet. Os Objetos de Aprendizagem (OA) são importantes ferramentas de uso pedagógico, com características bastante peculiares e processos de produção bastante rigorosos e complexos.

O tema é bastante relevante, pois muitas vezes os alunos ficam com dúvidas em determinadas disciplinas ou conteúdos e não conseguem compreender com o método do professor, já que cada pessoa possui formas de aprendizado diferenciadas. Com a utilização dos OA os alunos podem visualizar o conteúdo diversas vezes e em formatos distintos, o que possibilita uma melhor compreensão. Porém, o processo de produção deve seguir etapas e quesitos para que isso realmente aconteça.

Sendo assim, o presente artigo pretende verificar a evolução na produção de Objetos de Aprendizagem WBT, mas antes irá definir e caracterizar os Objetos de Aprendizagem, descrever o processo de produção e apresentar os principais repositórios internacionais e nacionais, para uma melhor compreensão sobre o tema.

2. OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Ao procurar o conceito de Objetos de Aprendizagem é possível perceber que não existe uma contextualização definida, na verdade, muitos são os conceitos adotados por diferentes autores. Sendo assim, de acordo com Assis (2005), a terminologia adotada para descrevê-los reflete a complexidade de sua origem e das diversas áreas em que podem ser adotados.

A princípio utilizados nas Ciências da Computação, os Objetos de Aprendizagem eram conceituados como uma “análise voltada para a criação de componentes, também chamados de objetos, que poderiam ser reutilizados em múltiplos contextos” (DAHL E NYGAARD, 1966 *APUD* ASSIS, 2005).

Em uma concepção mais atualizada, Wiley (2000) define essa ferramenta tecnológica como sendo qualquer recurso digital que possa ser reutilizado como forma de melhorar a aprendizagem, podendo ser distribuído em pequenas ou grandes redes digitais. Para o autor, são exemplos de recursos digitais pequenos fotos, imagens digitais, pequenos trechos de textos, animações, vídeos, etc; já



os recursos digitais grandes seriam páginas inteiras da Internet com associação de textos, imagens e outros recursos que complementem um evento educacional ou uma aula.

Segundo Gibbons et al (2000), possibilidade de serem criadas instruções adaptáveis às necessidades de cada aluno, com uso interativo e sem aumento de custo foram sempre objetivos para a criação de objetos de aprendizagem como ferramentas no auxílio do processo de ensino aprendizagem.

Algumas razões para a utilização de Objetos de Aprendizagem como apoio pedagógicos foram indicadas por Wiley (2000). Entre elas o autor menciona: diversidade de abordagens pedagógicas, com diferentes contextos e disciplinas; baixo custo de produção na utilização de objetos existentes; possibilidade de personalização do material, quando de uso livre.

2.1 CARACTERÍSTICAS DOS OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Alguns autores, como Merrill (1998), Wiley (2000), Gibbons et al (2000), Longmire (2000) apud Assis (2005, p. 31), trazem definições bastante convergentes em relação às características dos Objetos de Aprendizagem; são elas: interatividade, granularidade, reusabilidade, interoperabilidade, conceituação e identificação por metadados. Abaixo a descrição de cada uma destas características:

- **Interatividade** – possibilidade de interação do estudante com o conteúdo, podendo acontecer por meio de recursos visuais, sonoros, ou com resposta a algum evento ou outro objeto de aprendizagem;
- **Granularidade** – objetos de aprendizagem são como unidades modulares, que podem ser agrupadas para formar conjuntos maiores de conteúdos;
- **Reusabilidade** – é considerada a principal característica dos Objetos de Aprendizagem e refere-se à possibilidade de utilização do mesmo Objeto em diversos contextos e aplicações, ou seja, a reutilização;
- **Interoperabilidade** – habilidade de operar por meio de uma variedade de hardwares, sistemas operacionais, *browsers*, com intercâmbio efetivo entre diferentes sistemas;



- **Conceituação** – relação entre o Objeto de Aprendizagem e o conteúdo a ser abordado, ao utilizá-lo para o processo de ensino-aprendizagem;
- **Identificação por metadados** – apresenta as propriedades dos Objetos de Aprendizagem, como título, autor, data, assunto, permitindo que estes sejam facilmente encontrados por mecanismos de busca para pronta utilização.

Conforme apresentado previamente, a conceituação de Objetos de Aprendizagem realizada por Wiley (2000) destaca o uso de tal ferramenta por alunos, como forma de obtenção de uma melhor aprendizagem em diversas áreas e disciplinas. González (2005) apud Gama (2007), por sua vez, classificou os Objetos de uso pedagógico em quatro categorias, cada uma delas subdivididas em diferentes tipos, de acordo com suas peculiaridades; sendo eles:

- **Objetos de Instrução** – servem de apoio à aprendizagem. Os objetos de instrução são:
 - ✓ Objetos de Lição – combinação de texto, imagem, filme, vídeo, perguntas e exercícios;
 - ✓ Objetos de Workshop – podem incluir apresentações, vídeo-conferência e ferramentas de colaboração em geral;
 - ✓ Objetos Seminários – comunicação síncrona, com uso de áudio, vídeo, intercâmbios de mensagens e outros;
 - ✓ Objetos artigos – material de estudo, gráficos, tabelas, etc;
 - ✓ Objetos White Papers – baseiam-se em textos que detalham tópicos completos;
 - ✓ Objetos Caso de Estudo – baseiam-se em textos, com uma análise aprofundada de uma implementação de um produto de software, experiências pedagógicas, etc.
- **Objetos de Colaboração** – possibilitam a comunicação em ambientes de aprendizagem colaborativa. Podem ser categorizados como objetos de colaboração:
 - ✓ Objetos Monitores de exercícios: intercâmbio entre aprendizes e um monitor guia;
 - ✓ Objetos Chats: permitem trocas de experiências e conhecimentos, com mensagens síncronas;



- ✓ Objetos Fórum: possibilitam intercâmbio de mensagens assíncronas;
- ✓ Objetos de Reuniões On-line: pode acontecer o compartilhamento de documentos, ou mesmo trabalhos em grupo.
- **Objetos de Prática** – são destinados a auto-aprendizagem, com grande interação. Podem ser mais bem compreendidos por meio de seus oitos tipos:
 - ✓ Simulação Jogo de Roles: simulação de uma situação real, trabalhada em ambientes virtuais;
 - ✓ Simulação de Software: prática de tarefas com uso de ambientes gráficos;
 - ✓ Simulação de Hardware: o uso de objetos de simulação de hardware permite o aprendizado de conhecimentos de determinadas tarefas;
 - ✓ Simulação de Códigos: permite o aprendizado de técnicas de codificação de software;
 - ✓ Simulação Conceitual: auxiliam no aprendizado de conceitos, com a resolução de exercícios práticos;
 - ✓ Simulação de Modelos de Negócios: controle e manipulação de um conjunto de variáveis em uma organização virtual, para compreender a administração real;
 - ✓ Laboratórios On-line: aprendizagem de assuntos relacionados às tecnologias de informação;
 - ✓ Projetos de Investigação: relacionados a atividades que estimulam por meio de exercícios com áreas específicas.
- **Objetos de Avaliação** – são destinados a compreender o nível de conhecimento dos alunos. São divididos em quatro tipos, sendo eles:
 - ✓ Pré-avaliação: verificam os conhecimentos dos alunos antes do processo de aprendizagem;
 - ✓ Avaliação de Proficiência: medem a assimilação de conhecimentos específicos, antes de dar sequência ao conteúdo;
 - ✓ Testes de Rendimentos: mede a habilidade do estudante em uma tarefa específica;



- ✓ Pré-teste de Certificação: são orientados à certificação e, normalmente, utilizados ao final do programa, podendo acontecer com a entrega de uma lista de erros cometidos.

É importante destacar, também, as características de interação entre usuário e computador, apresentadas por Filatro (2004), que levam em consideração o design instrucional na organização do conteúdo para a realização de atividades pedagógicas, por meio dos Objetos de Aprendizagem. Como exemplo, a autora cita o uso das cores, formas, texturas e sons no desenvolvimento dos Objetos, além de linguagens e mapas, sempre na tentativa de tornar o material o mais pedagógico e acessível. Filatro (2004) acrescenta a necessidade de tornar a tela do computador esteticamente atraente, com imagens e animações em consonância com o conteúdo abordado e com efeitos sonoros empregados de forma a não incomodar as pessoas que estiverem no mesmo local.

2.2 PRODUÇÃO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM

A produção de Objetos de Aprendizagem é um processo multidisciplinar e, conforme pontuado por Polsani (2003), deve ser realizado de forma organizada e sistematizada, levando em consideração a temática que será trabalhada, a abordagem pedagógica que será utilizada, as ferramentas para a sua construção e, ainda, o trabalho coerente com os princípios do projeto educacional.

Além de exigir organização e planejamento, a produção de Objetos de Aprendizagem demanda grande empenho e deve ser realizada de forma a evitar desperdício de esforço para que sejam atendidos os quesitos de qualidade. Levando esse aspecto em consideração, começaram a ser utilizadas práticas da engenharia de software, orientação a objetos, linguagens de autoria de alto nível e ambientes de desenvolvimento nos projetos de materiais educacionais (GRANDO, KONRATH E TAROUÇO, 2003).

Conforme mencionado anteriormente, o processo de produção de Objetos de Aprendizagem exige uma série de cuidados e atenções, para que ao final seja obtido um material realmente capaz de melhorar o aprendizado de quem lançar mão desse recurso. Sendo assim, serão apresentados a seguir dois processos



bastante utilizados para a produção de Objetos de Aprendizagem (ADDIE e RIVED), além de um terceiro processo proposto pelo curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí) e apresentado por Pessoa e Benitti (2008).

O processo ADDIE, sugerido por Mustaro et al (2007), é composto por cinco estágios, sendo eles: a análise, o projeto, o desenvolvimento, a implementação e a avaliação. Na análise são verificados os pré-requisitos, bem como a análise da reusabilidade, o cenário tecnológico, as mídias que serão utilizadas e as pessoas envolvidas na produção. Paralelamente à fase de análise acontece a etapa do projeto, momento em que são definidas as estratégias, a interatividade, o *feedback*, a usabilidade, etc.

Na parte de desenvolvimento é definida a interface, são produzidos os elementos de mídia, os exercícios são gerados, ocorre o desenvolvimento de testes de usabilidade, a interação entre objetos é programada, assim como a navegação de formulários e o *feedback* para o aluno. A implementação acontece quando o Objeto de Aprendizagem já está em um Repositório e compreende a inclusão dos metadados do objeto, o teste em diversos ambientes e o teste da interface do Repositório para com o objeto. Por último acontece a avaliação, fase em que professores e alunos avaliam o aprendizado que o objeto pode oportunizar (MUSTARO, 2007).

O processo RIVED (Rede Interativa Virtual de Educação) é um programa da extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação, cujo objetivo é "a produção de conteúdos pedagógicos digitais, na forma de objetos de aprendizagem" (RIVED, 2012). O processo produtivo acontece por meio de seis fases, sendo elas (RIVED, 2008 *apud* PESSOA E BENITTI, 2008, p. 4, grifo nosso):

- **Fase 1:** especialistas das áreas disciplinares relacionadas ao objeto selecionam o tópico do novo módulo, enquanto a equipe pedagógica define objetivos e estratégias educacionais. O designer instrucional define com os especialistas a seqüência instrucional e o nível cognitivo das atividades. Ao final desta fase, é gerado um documento chamado de General Design (GD) com a descrição das atividades e objetivos;
- **Fase 2:** o documento GD é submetido a outras equipes de produção de Objetos de Aprendizagem para obter avaliações críticas e *feedbacks*;



- **Fase 3:** os especialistas de conteúdo revisam os pareceres emitidos pela Fase 2 e passam a desenvolver especificações para cada objeto;
- **Fase 4:** produção de Objetos de Aprendizagem;
- **Fase 5:** os especialistas de conteúdo desenvolvem os guias do professor para cada objeto;
- **Fase 6:** os objetos são organizados e publicados na Web.

O modelo sugerido pela equipe da UNIVALI, o processo Sophia, é composto por três etapas: o projeto, o desenvolvimento e a distribuição. Na etapa do projeto são definidas as mídias, os conteúdos e o planejamento das atividades para elaboração do Objeto de Aprendizagem, além da alocação de recursos e a definição do cronograma e dos responsáveis por cada função. No desenvolvimento acontece a produção do objeto, de forma a deixá-lo pronto para disponibilização aos alunos. A última etapa proposta é a distribuição e considera a disponibilização do objeto no repositório e a avaliação do mesmo pela tutoria e pelos alunos, como forma de *feedback*.

2.3 REPOSITÓRIOS DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Repositórios são sistemas que permitem a disponibilização de Objetos de Aprendizagem de forma organizada, para que a busca, o acesso e a recuperação sejam facilitados (GOMES, 2005).

Entre as funcionalidades dos repositórios, Campos (2003) indica: armazenamento dos metadados de OA, armazenamento dos OA, suporte à modelagem conceitual de cursos, integração com sistemas gerenciados de aprendizagem, mecanismos de segurança e outras.

Um dos principais repositórios é o CAREO (*Campus Alberta Repository of Educational Objects*), concretizado pela Alberta Learning e pela CANARIE, com a função de criar um compilado de materiais educacionais multidisciplinares, com mecanismos de busca e disponibilização para professores canadenses (CAREO, 2005).

Outro exemplo de repositório internacional de Objetos de Aprendizagem é o BIOE (Banco Internacional de Objetos Educacionais). É um repositório



disponibilizado pelo Ministério da Educação; atualmente, com um acervo público de 17.452 objetos publicados para todos os níveis de ensino (BIOE, 2012).

Um dos principais repositórios nacionais é o RIVED, citado anteriormente também entre os produtores de OA. Assim como o BIOE, o RIVED é disponibilizado pelo Ministério da Educação. Os conteúdos acessados por mecanismos de busca estão sempre acompanhados de sugestões de uso denominadas “guia do professor”. O uso dos conteúdos é bastante flexível, podendo ser feito do conteúdo todo, de algumas atividades ou apenas ferramentas como animações e simulações (RIVED, 2012).

Além dos exemplos acima, é possível citar outros repositórios de Objetos de Aprendizagem, nacionais e internacionais, públicos e privados, gratuitos e pagos, disponíveis na internet: CESTA – Coletânea de Entidades de Suporte ao Uso da Tecnologia na Aprendizagem; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – NUTED: Portal do Professor; Laboratório Virtual da USP; Stanford OpenCourseWare; MERLOT – Online Learning Material; Science Netlinks; entre outros.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o presente estudo foram utilizadas as metodologias exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória, segundo Gil (1999), é desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão geral de determinado fato; no caso deste artigo, acerca da evolução na produção de Objetos de Aprendizagem WBT no Brasil. A pesquisa descritiva, que de acordo com Gil (1999, p. 44), “[...] possui como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecimento de relações entre variáveis”, tendo sido fundamental na descrição das características e na apresentação dos repositórios e empresas produtoras de Objetos de Aprendizagem.

A coleta de dados aconteceu por meio de pesquisa bibliográfica, ou seja, a partir da consulta em materiais já publicados, como livros, artigos, dissertações e materiais disponíveis na Internet. Os autores escolhidos foram aqueles cujas obras são destaques nos assuntos abordados e que trouxeram conteúdos relevantes para que os objetivos de pesquisa fossem atingidos. Além disso, foi



realizada uma busca na internet para identificar as principais empresas produtoras de OA e os repositórios mais utilizados atualmente.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Durante o levantamento bibliográfico foi possível verificar os principais conceitos e características dos Objetos de Aprendizagem, além de conhecer os modelos de produção mais utilizados e os repositórios nacionais e internacionais com ricos acervos e modernos sistemas de busca e utilização.

É visível a evolução desses objetos educacionais, cujo avanço aconteceu simultaneamente ao desenvolvimento da própria internet e dos sistemas de análise e programação de dados. São tantos os recursos e peculiaridades, que cada objeto pode se transformar em tantos outros, dando oportunidade a diferentes perfis de usuários.

Como bem apontou Merrill (1998), Wiley (2000), Gibbons et al (2000), Longmire (2000) apud Assis (2005), as características dos OA os torna sistemas diferenciados, por serem capazes de permitir a interação do usuário com o conteúdo, o agrupamento em módulos para formar conjuntos maiores e diferenciados, pela possibilidade de reutilizá-los em diversos contextos e por meio de meios variados (hardwares, sistemas, etc), além de serem de fácil acesso e utilização.

Levando estes pontos em consideração, a discussão pode ser levada a um nível ainda mais alto. Com o avanço na produção e uso dos Objetos de Aprendizagem o aprendizado pode tomar novos rumos. Isso porque a educação torna-se mais personalizada e acessível; desta forma, se um aluno tem dificuldades em um determinado assunto da disciplina de Matemática, por exemplo, não precisa se limitar ao método do professor, pois poderá acessar diversas formas de explicação desse mesmo conteúdo com metodologias e exemplos diferenciados, até que possa ter suas dificuldades supridas. Por outro lado, o próprio professor poderá lançar mão desse recurso, utilizando e estimulando o uso por parte dos alunos como forma de complementação do conteúdo lecionado em aula.

Outra constatação da evolução que os OA vêm tendo foi indicada por González (2005) apud Gama (2007), e refere-se às possibilidades do uso



pedagógico, podendo ser para instrução, para colaboração, para práticas de conteúdos e, ainda, para a avaliação de conhecimentos.

Importantes observações foram colocadas por Polsani (2003) e Grandó, Konrath e Tarouco (2003). No planejamento e posterior produção de Objetos de Aprendizagem é de extrema importância que as características destes sejam estudadas e analisadas, para que o projeto contemple seus diversos aspectos, assim, o uso terá realmente proveito e seu objetivo será conquistado, o de tornar o aprendizado o mais efetivo possível, levando em consideração as diferentes habilidades e limitações de cada aluno.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o levantamento bibliográfico foi possível identificar características importantes dos Objetos de Aprendizagem, como interatividade, granularidade, reusabilidade, interoperabilidade, conceituação e identificação por metadados. Além disso, foram apresentadas as categorias de OA, sendo elas: instrução, colaboração, prática e avaliação; cada uma delas dividida em diferentes tipos e peculiaridade.

Tendo caracterizado os Objetos de Aprendizagem, foi possível compreender melhor o processo de produção dessa ferramenta pedagógica. Para que o uso tenha efetividade, ou seja, para que o OA possa ser considerado uma forma alternativa de aprendizado, a produção deve ser feita de forma muito bem planejada e organizada, sendo um processo complexo e detalhado. Foram apresentados os principais processos de produção de Objetos de Aprendizagem, o ADDIE e o RIVED.

Atualmente, existem diversos repositórios de OA nacionais e internacionais. No artigo foram citados os principais, como o CAREO, o BIOIE e o RIVED. Todos eles são locais de armazenagem de Objetos de Aprendizagem, além de oferecerem sistemas de buscas rápidas e a possibilidade de reusabilidade, principal característica dos Objetos de Aprendizagem.

O tema abordado nessa pesquisa oferece diversas possibilidades de novas discussões. O importante, realmente, é fazer chegar aos estudantes essa oportunidade de aprendizagem com formatos e modelos distintos, para que os



conteúdos possam ser assimilados em sua totalidade, sem que estes alunos fiquem com lacunas no aprendizado.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Leila S. **Concepções de professores de matemática quanto à utilização de objetos de aprendizagem**: um estudo de caso do projeto rived-brasil. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BIOE – BANCO INTERNACIONAL DE OBJETOS EDUCACIONAIS. Disponível em: <<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>> Acesso em 19 nov. 2012.

CAMPOS, G. H. B. **Relato de uma experiência** – parte II. Disponível em: <http://www.timaster.com.br/revista/artigos/main_artigo.asp?codigo=879> Acesso em 12 nov. 2012.

CAREO – CAMPUS ALBERTA REPOSITORY OF EDUCATIONAL OBJECTS. Disponível em: <[Http://theguide.ntic.org/display_lo.php?oai_id=oai%3Aeureka.ntic.org%3A4c99175698cbe7.29003580](http://theguide.ntic.org/display_lo.php?oai_id=oai%3Aeureka.ntic.org%3A4c99175698cbe7.29003580)> Acesso em 09 nov. 2012.

CAMPOS, E. R. **Objetos inteligentes de aprendizagem**: uma abordagem baseada em agentes para objetos de aprendizagem. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FILATRO, A. **Design Instrucional contextualizado: educação e tecnologia**. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

GAMA, C. L. G. **Método de construção de objetos de aprendizagem com aplicação em métodos numéricos**. Tese (Doutorado em Métodos Numéricos em Engenharia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GIBBONS, A. S.; NELSON, J.; RICHARDS, R. **The nature and origin of instructional objects**. Disponível em: <<http://www.reusability.org/read/chapters/gibbons.doc>> Acesso em 14 out. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.



GRANDO, A, KONRATH, M. L. P.; TAROUCO, I. Alfabetização visual para a produção de objetos educacionais. **Novas Tecnologias na Educação, CINTED-UFRGS**, Porto Alegre, v. 1, nº 2, Setembro, 2003.

PESSOA, M. C.; BENITTI, F. B. V. Proposta de um processo para produção de objetos de aprendizagem. **Hifen**, Uruguaiana, v. 32, nº 62 - II Semestre, 2008.

MERRIL, D. M. **Knowlege analysis for effective instruction**. 1998. Disponível em <<http://www.coe.usu.edu/it/id2/cbtko.htm>> Acesso em: 14 out. 2012.

MUSTARO, P. N.; SILVEIRA, I. F.; OMAR, N.; STUMP, S. M. D. **Structure of storyboard for interactive learning objects development** disponível em: <<http://informingscience.org/proceedings/InSITE2005/P119Mustaro.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2012.

POLSANI, P. **Use and abuse of reusable learning objects**. Disponível em: <<http://journals.tdl.org/jodi/index.php/jodi/article/viewArticle/89/88>> Acesso em: 09 nov. 2012.

RIVED – REDE INTERNACIONAL VIRTUAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://rived.mec.gov.br/site_objeto_lis.php> Acesso em: 12 nov. 2012.

WILEY, D. A. **Connecting learning objects to instructional design theory: a definition, a metaphor, and a taxonomy**. Disponível em: <http://wesrac.usc.edu/wired/bldg-7_file/wiley.pdf> Acesso em: 14 out. 2012.



CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA DOENÇA DE VON WILLEBRAND

CARARO, Emily Cristiny¹
DIDECK, Eduardo²
FLORZ, Juliana Aparecida Kunieski³
GRUBA, Tatiane⁴
FRIDRICH, Gilivã Antonio⁵
FERNANDES, Lidiane Aparecida⁶

RESUMO: As doenças hemorrágicas envolvem diversas condições clínicas, caracterizadas por hemorragias de gravidade variável em diferentes locais do corpo. Podem ocorrer por processos hereditários ou adquiridos, relacionadas a doenças hematológicas ou a outras condições sistêmicas. A doença de von Willebrand (DVW) é um distúrbio hemorrágico resultante de defeitos quantitativos e/ou qualitativos do Fator de von Willebrand (FVW). É uma doença genética, mas, pode ser adquirida, sendo esta, uma forma rara, secundária a doenças malignas e autoimunes, transmitida como caráter autossômico, resultante de mutações no gene que codifica o FVW. Os sintomas se apresentam em sua grande maioria em pacientes muito jovens, formando facilmente hematomas, sangramento em excesso após um corte ou extração dentária. Para a realização deste estudo utilizou-se como metodologia, a revisão bibliográfica e periódicos científicos incluídos nos anos de 2010 a 202. O presente estudo tem como objetivo definir, classificar, descrever seus principais sintomas, métodos de diagnóstico bem como formas terapêuticas da doença. Verificou-se a importância da atuação profissional por meio de orientações, exames e testes clínicos para diagnóstico da doença, evitando complicações hemorrágicas em procedimentos cirúrgicos.

PALAVRAS-CHAVE: Coagulação sanguínea; Fator VIII; Von Willebrand, Autossômica, Transtorno hemorrágico.

ABSTRACT: Bleeding diseases involve several clinical conditions, characterized by hemorrhages of varying severity at different locations in the body. They can occur through hereditary or acquired processes, related to hematological diseases or other systemic conditions. Von Willebrand disease (DVW) is a bleeding disorder resulting from quantitative and/or qualitative defects in von Willebrand Factor (VWF). It is a genetic disease, but it can be acquired, which is a rare form, secondary to malignant and autoimmune diseases, transmitted as an autosomal disease, resulting from mutations in the gene that encodes VWF. Symptoms are mostly present in patients very young, easily bruising, bleeding excessively after a cut or tooth extraction. To carry out this study, the methodology used was the literature review and scientific journals included in the years 2010 to 202. This study aims to define, classify, describe its main symptoms, diagnostic methods as well as therapeutic forms of the disease. The importance of professional performance was verified through guidelines, exams and clinical tests for the diagnosis of the disease, avoiding bleeding complications in surgical procedures

KEY WORDS: Blood clotting; Factor VIII; Von Willebrand, Autosomal, Bleeding Disorder.

1. INTRODUÇÃO

A Doença de Von Willebrand (DVW) é caracterizada como hemorrágica hereditária, os pacientes que possuem este distúrbio têm diferentes alterações

¹ Acadêmica de Biomedicina do Centro Universitário Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU

² Acadêmico de Biomedicina do Centro Universitário Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU

³ Acadêmica de Biomedicina do Centro Universitário Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU

⁴ Acadêmica de Biomedicina do Centro Universitário Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU

⁵ Acadêmico de Biomedicina do Centro Universitário Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU

⁶ Docente do Centro Universitário Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU. Mestre em Ciências Farmacêuticas



clínicas, representando um grupo heterogêneo, mas com intensidades variáveis. É classificada em três tipos, todos hereditários, que se diferem quanto ao grau de deficiência do fator. Tendo ainda uma forma conhecida como DVW adquirida, menos comumente diagnosticada (ZAGO; FALCÃO; PASQUINI, 2004).

De acordo com Shar e Corp (2021), os sintomas característicos apresentados são sangramento de mucosa, propensão de apresentar hematomas, sangramentos anormais após procedimentos cirúrgicos ou por pequenos cortes cutâneos. No caso das mulheres pode ocorrer sangramento menstrual intenso. Em contrapartida, mudanças hormonais (gravidez), infecções e/ou inflamações podem estimular o corpo a elevar a síntese do FVW, acarretando uma melhora temporária na capacidade de as plaquetas aderirem aos vasos sanguíneos.

Atualmente pode ser considerada a doença hemorrágica mais comum apesar de várias pessoas descobrirem apenas com uma triagem pré-cirúrgica, ou em até mesmo, casos que pessoas realizaram procedimentos que não foram pré-requisitos médicos, os testes de hemostasia de rotina e diagnóstico pré-existente, no caso de pessoas já diagnosticadas na família. O tratamento abrange o controle do sangramento com terapia de reposição (concentrados sanguíneos contendo fator VIII e FVW), desmopressina entre outros (SHARP; CORP, 2021).

Para a realização deste estudo utilizou-se como metodologia, a revisão bibliográfica, com periódicos científicos em português indexados na Scielo e Google Academico, entre o período de 2010 a 2020, usando as palavras-chave combinadas: Coagulação sanguínea; Fator VIII; Von Willebrand, Autossômica, Transtorno hemorrágico.

O presente estudo tem como objetivo definir, classificar, descrever seus principais sintomas, métodos de diagnóstico bem como, formas terapêuticas da doença.

2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS DOENÇAS HEMORRÁGICAS

Para Rezende (2010), a hemostasia é um processo fisiológico humano que objetiva manter o sangue em estado fluido dentro dos vasos sanguíneos,



não havendo hemorragia ou trombose. Nas condições fisiológicas, células endoteliais, que revestem os vasos sanguíneos, expressam substâncias com propriedades anticoagulantes.

O organismo não estando nessa condição de homeosia, pode ocorrer as doenças hemorrágicas por deficiência de fatores da coagulação (coagulopatias), as quais caracterizam-se pela deficiência ou baixa de um ou mais desses fatores. Sabe-se que clinicamente, as coagulopatias manifestam-se pela ocorrência de eventos hemorrágicos espontâneos ou precipitados por trauma. As coagulopatias podem ser de etiologia hereditária ou adquirida (REZENDE, 2010).

As manifestações hemorrágicas são equimoses até menores traumatismos, epistaxe, gengivorragia e menorragia, em mulheres. O qual pode ser o único sintoma nas mulheres, iniciando mais comumente na menarca e podendo ser incapacitante. A coleta de uma história detalhada do período menstrual justifica o fato, pois a menorragia está presente em cerca de 93% das mulheres com DVW, segundo alguns autores e aproximadamente 13% de mulheres com menorragia apresentam DVW. Embora não sendo fácil a aferição do excesso de volume menstrual (superior a 80 ml), alguns autores têm proposto a adoção de questionários e figuras para esta finalidade. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

São relativamente comuns sintomas de equimose e epistaxe em crianças, diminuindo a frequência das epistaxis na vida adulta, sangramentos aumentados após trauma e cirurgias, principalmente após extração dentária e procedimentos na mucosa oral e nasal. A prevalência de sangramento gastrointestinal ocorre com mais intensidade conforme a idade e reflete o aumento da angiodisplasia intestinal. Os sangramentos em tecidos moles, hematomas musculares e hemartroses, mesmo que estes achados são encontrados na DVW tipo 3. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

Para que ocorra o desenvolvimento normal do paciente hemofílico, é necessário um acompanhamento multidisciplinar, envolvendo, biomédicos, enfermeiros, hematologistas, dentistas, fisiatras, fisioterapeutas, psicólogos e infectologistas, é necessário também que a família esteja ciente da situação, e que o paciente consiga tomar decisões durante seu diagnóstico, histórico clínico e de tratamentos a serem realizados. (WISNIEWSKI; KLUTHCOVSKY, 2008).



Os distúrbios hemorrágicos são anormalidades herdadas e dificilmente diagnosticadas devido apresentar dificuldades para diagnóstico entre as diferentes hemostasias, as hemorragias mucocutâneas com intensidades variadas afetam os indivíduos principalmente na hemostasia primária, interação plaquetária, endotélio e no fator von Williebrand (VWF). As alterações comprometem as estruturas, funções e concentrações de VWF, proteína plasmática secretada por células endoteliais, presentes naturalmente no plasma e circulam no sangue. (HERNÁNDEZ-ZAMORA; CESARZAVALA-HERNÁNDEZ; QUINTANA-GONZÁLEZ; REYES-MALDONADO, 2015).

É importante na anamnese a avaliação de manifestações hemorrágicas após procedimentos invasivos, tais como procedimentos dentários, cirurgias, traumas e sangramento pós-parto. Deve ser considerado o tempo de aparecimento do quadro hemorrágico é de importância fundamental, isso se deve à possibilidade de DVW adquirida, muitas vezes secundária a doenças autoimunes e malignas (principalmente linfo e mieloproliferativas) (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

Conforme a Sociedade Internacional de Trombose e Hemostasia (ISTH), nos quadros hemorrágicos que sugerem a possível presença da DVW são: epistaxe prolongada sem história de trauma prévio, onde após 20 minutos com compressão local, o sangramento não cessa levando à anemia e que requer transfusão sanguínea. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

As epistaxes que necessitam de intervenção médica ou que recorrem após cauterização; sangramentos cutâneos ou equimoses que vem a surgir mesmo sem trauma aparente ou em circunstâncias de pequenos traumas; sangramento incessante em ferimentos cortantes, com tempo duração igual ou superior a 15 minutos, que seja necessária intervenção médica para cessar ou que recorrem espontaneamente entre um a sete dias; (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

Sangramento oral, gengivorragia, ou após erupção dentária e ferimentos cortantes nos lábios ou língua, que necessitam de acompanhamento médico ou que ocorre nos sete dias subsequentes, hemorragia gastrointestinal, que requer avaliação médica e que pode causar anemia, aguda ou crônica, não explicada por lesão local; sangramento prolongado ou recorrente após exodontia ou



cirurgia, como amigdalectomia e adenoidectomia; (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

As menorragia não associada a problemas uterinos, este sintoma é mais relevante quando temos a menorragia início desde a menarca, quadro de anemia e necessita de tratamento médico; sangramento prolongado de outras superfícies cutâneas ou mucosas, que requeira tratamento médico; histórico familiar compatível com uma herança de caráter dominante da DVW requer que um familiar de primeiro grau ou dois familiares de segundo grau apresentem evidências de sangramento cutaneomucoso ou exames laboratoriais compatíveis com DVW. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

Ocorrendo devido à penetrância incompleta da DVW, o caráter autossômico dominante completo pode não ser encontrado. Além disso na DVW tipo 3 e no subtipo 2N como padrão de transmissão autossômico recessivo, os pais são assintomáticos. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

2.2 FATORES DE COAGULAÇÃO

Os **fatores de coagulação** são caracterizados por proteínas presentes no tecido sanguíneo. Existem vários **fatores de coagulação**, sendo classificados: Fator I (Fibrinogênio); Fator Ia (Fibrina); Fator II (Protrombina); Fator IIa (Trombina); Fator VII; Fator III (Fator tecidual); Fator IV (Cálcio); Fator V; Fator VI; Fator VIII; Fator IX; Fator X; Fator XI; Fator XII; Fator XIII. No funcionamento desses fatores ocorre por etapas, em que um fator na sua forma inativa é ativado e convertido numa enzima capaz de atuar e permitir a passagem para o processo seguinte, ocorrendo a cascata de coagulação, o que explica a fisiologia de coagulação do sangue (REZENDE, 2010).

2.3 O FATOR VON WILLEBRAND

O fator de Von Willebrand tem funções biológicas importantes como, ligar-se ao colágeno presente nas plaquetas, promovendo a formação de um tampão plaquetário em locais lesionados e vascularizados, atuando também como transportador do fator VIII coagulante, protegido da inativação pela proteína C



ativada e fator X ativado. O fator do gene de Von Willebrand localiza-se no braço curto do cromossomo 12, porção 12p12 (ZAGO; FALCÃO; PASQUINI, 2004).

2.4 CLASSIFICAÇÃO CLÍNICA DA DOENÇA

De acordo com Pinheiro, Da Silva, Maciel e Souza (2017) a doença de Von Willebrand do **tipo 1**, acomete de 60 a 80% dos casos da doença, causando sangramentos de leve a moderado, tempo de sangramento normal e prolongado, reduções dos níveis plasmáticos do fator VIII e transmite-se de forma autossômica dominante.

A DVW **tipo 2** pode ser transmitida de forma autossômica dominante ou recessiva, corresponde de 15 a 20% dos casos, e de acordo com o local onde se encontra a anormalidade pode ser subdividida em subtipo **2A**, **2B**, **2M** e **2N**. O subtipo **2A** é o mais comum, caracterizado quando o FvW tem dificuldade de ligar-se às plaquetas e também há diminuição da presença de grandes multímeros devido a uma alteração no transporte ou alterações na degradação proteolítica do FvW. O subtipo **2B** está relacionado a mutações de “ganho de função”, onde aumenta-se a afinidade pela Gplb (glicoproteínas de superfície presente nas plaquetas), o que gera remoção constante dos multímeros de alto peso molecular e com isso há maior risco de hemorragia. Já no tipo **2M** apresenta ligação reduzida a Gplb, mas não há ausência dos multímeros. E por fim o subtipo **2N** de transmissão recessiva, este corresponde à perda da capacidade de ligação do FvW com o Fator VIII (JOÃO, 2001).

O **tipo 3** é raro, sua transmissão é autossômica recessiva, tem como peculiaridade a ausência do FvW. Pacientes com tipo 3 desenvolvem aloanticorpos contra o FvW, tornando-se não responsivo à infusão de concentrados (PINHEIRO; DA SILVA; MACIEL; SOUZA, 2017).

A forma **Adquirida** está relacionada a outras patologias como linfoma não Hodgkin, mieloma múltiplo, macroglobulinemia, doenças mieloproliferativas, doenças neoplásicas, uso de alguns medicamentos específicos, algumas doenças autoimunes entre outras, porém ainda não se sabe ao certo seus mecanismos fisiopatológicos (ZAGO; FALCÃO; PASQUINI, 2004).

Com os resultados obtidos pelo Cadastro Nacional de Coagulopatias Hereditárias em 2006, no Brasil tínhamos aproximadamente 2.270 pacientes



diagnosticados com a DVW, 61,9% a mais do que no ano de 2000 (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE 2008).

De acordo com Hamerschlak (2010) a incidência da DVW em indivíduos com problemas hemorrágicos é de 30 a 100/1 milhão.

Estudos mostraram que em 2015 no Brasil a prevalência da doença era de 7.220 pacientes, sendo estes divididos em 2.461 homens e 4.759 mulheres, tratando-se de 1.816 acometidos somente do Sul do País e 607 especificamente no Paraná (Ministério da Saúde. Coordenação - Geral de Sangue e Hemoderivados, 2017).

Em 2016 tivemos outro estudo publicado onde a prevalência no Brasil subiu para 7.811, outros 174 pacientes do sexo masculino diagnosticados e outras 417 pacientes do sexo feminino, tendo um aumento na região Sul de 146 pacientes em relação ao ano anterior e um aumento de 44 pacientes somente no Paraná (Ministério da Saúde. Coordenação - Geral de Sangue e Hemoderivados, 2018).

2.5 DIAGNÓSTICO DA DOENÇA

A Doença de Von Willebrand é uma manifestação hemorrágica heterogênea, com intensidades variáveis apresentando diferentes fenótipos clínicos. O sangramento mucocutâneo pode ser considerado o mais comum, principalmente epistaxe e menorragia. Embora sejam menos frequentemente os sangramentos em outros sítios como trato gênito-urinário e tubo digestivo. Os quadros clínicos são semelhantes a hemofilia A, onde os hematomas, hemartroses e ainda em sítios mais profundos, que são encontrados em pacientes com DVW tipo 3 e 2N (FLEURY,2021).

O diagnóstico e classificação da DVW são relevantes de informações de histórico pessoal e familiar de sangramento, além de uma análise laboratorial completa. Pode ser definido na presença de três condições principais: a) história pessoal de sangramentos cutâneos e mucosos; b) história familiar de manifestações hemorrágicas; e c) exames laboratoriais que demonstram um defeito quantitativo e/ou qualitativo do FVW. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).



Utilizado para auxílio do diagnóstico da doença, a determinação do antígeno de Von Willebrand caracteriza a afecção hereditária mais comum da Hemostasia, com prevalência populacional de aproximadamente 1%. Ocorrendo em ambos os sexos, todos os grupos étnicos, e, em indivíduos nem sempre são diagnosticados. Independente da manifestação da doença o diagnóstico depende de um conjunto de testes de Hemostasia, que determinam mais de 20 subtipos de DVW, assim mais de 70% dos portadores manifestam o tipo I ou a DVW clássica. (Centro médico diagnóstico, 2021).

Como dados epidemiológicos, no Brasil, o levantamento de dados coletados constatou uma incidência de 16.076 pacientes com coagulopatias, demonstrando um percentual mais elevado em relação a hemofilia A com 52%, hemofilia B com 27,69% dos casos de doença de von Willebrand, e 10,25% de outras formas de coagulopatias e doenças hereditárias. (PINHEIRO; SILVA; MACIEL; SOUSA, 2017).

Regionalmente o percentual de diagnóstico de coagulopatia hereditárias é mais elevado na região Sudeste com 50% dos pacientes do Brasil, sendo acompanhado com 20,69% da região Nordeste, o Sul com 16,9%, Centro Oeste com 6,71% e Norte 6,62%, destaca-se o Estado da Paraíba onde o percentual de pacientes chega a 1% da média nacional. (PINHEIRO; SILVA; MACIEL; SOUSA, 2017).

Um estudo clínico contínuo, e um acompanhamento com veracidade possibilitam o diagnóstico detalhado e possibilita ao médico a versão mais detalhada da variação congênita expressa em cada caso, nos processos de hemostasias. Uma vez que uma família possua um caso positivo, pode ser de extrema importância para clarear diagnósticos da doença de von Willebrand, mas em casos que não possuem histórico familiar, não pode ser excluído o fato que ainda possa existir em alguma variação genética congênita. (HERNÁNDEZ-ZAMORA; CESARZAVALA-HERNÁNDEZ; QUINTANA-GONZÁLEZ; REYES-MALDONADO, 2015).

O laboratório químico hematológico, possibilita coletar informações de suma importância para diferenciar as informações em um contexto clínico, e assim possibilitar um tratamento mais adequado, entre as provas científicas básicas pode ser citado: citometria hemática, tempo de sangramento, tempo de protrombina, tempo de tromboplastina parcial ativada e tempo de trombina.



Posteriormente estas informações estudam a hemostasia primária, secundária e fibrinólise. Pode ser prova comparativa para problemas trombóticos. (HERNÁNDEZ-ZAMORA; CESARZAVALA-HERNÁNDEZ; QUINTANA-GONZÁLEZ; REYES-MALDONADO, 2015).

A importância de eventos pré analíticos é consideravelmente o fator mais precioso para que as amostras estejam em estado íntegro e aceitável para um diagnóstico de confiança, devido à alta complexidade do diagnóstico da doença de von Willebrand os plasmas destinados a testes de hemostasia devem estar estáveis e sem alterações, tendo em vista as técnicas laboratoriais serem uma particularidade de cada laboratório. (SILVA; RESENDE; OLIVEIRA; SANTOS; PREZOTTI; ORLETTI; R NETO; ROCHA; DUARTE; MARCONDES, 2021).

Determinado após uma complexidade de informações a serem coletados o diagnóstico da DVW é difícil e trabalhoso, exige tolerância do médico e, principalmente, do paciente. Os sítios funcionais que se apresentam alterados, apresentaram alguns testes anormais, exigindo a investigação laboratorial um conjunto de determinações para avaliar de forma quantitativa e funcional o FVW e o FVIII. Subdividimos estes testes de triagem em testes confirmatórios e testes especiais. Os exames com maior utilidade para o diagnóstico da DVW são: o estudo funcional do FVW por meio da sua atividade de co-fator de ristocetina (FVW:RCo), o teste imunológico para o FVW (FVW: Ag) e o teste que avalia a função do FVIII (FVIII:C). (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

2.5.1 Cofator Ristocetina

O FVW:RCo é determinado a partir do da utilização de plasma diluído em diferentes concentrações, e de quantidades padronizadas de ristocetina e plaquetas. Havendo proporção da quantidade de ristocetina que deve ser elevada em relação ao FVW para propiciar alta estimulação. A curva padrão, feita com plasma de referência, relaciona a diluição com a amplitude de agregação. Assim, permitindo uma melhor comparação dos resultados para quantificar a atividade do FVW, ou seja, o FVW:RCo. O FVW:RCo é sempre baixo em todos os tipos de DVW. O teste pode ser realizado mesmo em plasma já foi congelado e descongelado, e as plaquetas normais podem ser fixadas com formalina ou frescas. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

2.5.2 Antígeno do Fator de von Willebrand

Para determinação do FVW:Ag o teste ideal é intermediado pela técnica de ELISA, que dispõe de anticorpos contra a proteína para mensurar sua quantidade total no plasma. Os níveis de FVW:Ag estarão baixos nos tipos de DVW quantitativos nos tipos 1 e 3 e normais ou limítrofes no tipo qualitativo de DVW no tipo 2. A concentração do FVW-Ag não mede a função do FVW, que é realizada por mediação do FVW:RCo. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

2.5.3 Determinação da Relação entre FVW:RCo/FVW:Ag

A relação determinada a partir do FVW:RCo/FVW:Ag norteia quanto à presença de uma anormalidade quantitativa ou qualitativa. Se esta relação for igual ou superior a 0,7, significa que está proporcional a função e quantidade do FVW, indicando o diagnóstico de DVW tipo 1. Quando esta relação é inferior a 0,7, existe desproporcionalidade entre a quantidade do FVW e a sua função, o indica o diagnóstico de DVW tipo 2. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

2.5.4 Agregação Plaquetária Induzida pela Ristocetina

Para o teste da agregação plaquetária induzida pela ristocetina (RistocetinInducedPlateletAggregation – RIPA), a ristocetina é acrescentada ao plasma rico em plaquetas, de forma a avaliar a afinidade do FVW pelas plaquetas. Existem duas modalidades deste teste. A primeira delas, adicionam-se concentrações consistentemente maiores de ristocetina, com a objetivo de determinar a menor concentração que produz agregação plaquetária. Na outra, a ristocetina é implementada em concentrações de 1,2 e 0,6mg/dl, a concentração mais alta sempre estimula a agregação plaquetária do plasma normal que é rico em plaquetas e a menor concentração nunca estimula a agregação plaquetária do plasma. O uso da menor concentração tem por finalidade de observar a resposta exagerada a este agregante, que ocorre na DVW subtipo 2B. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

A RIPA é normal ou discretamente reduzida no tipo 1, no subtipo 2A estará diminuída (hipoagregante), então há necessidade de maiores



concentrações de ristocetina para formar a agregação plaquetária. Já no subtipo 2B, assim como na pseudo-DVW (ou DVW tipo plaquetário), a RIPA estará elevada, dessa forma menores concentrações de ristocetina levam à agregação plaquetária (hiperagregação). (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

Misturas de plasma e plaquetas são necessárias para a distinguir DVW subtipo 2B e pseudo-DVW. Na DVW subtipo 2B, a adicionasse plaquetas normais ao plasma de um paciente resulta em RIPA hipoagregante, o que não se observa na pseudo-DVW. Outra possibilidade para diferenciar a pseudo-DVW do subtipo 2B é a adicionando crioprecipitado que, por conter elevadas concentrações de FVW, formando a agregação plaquetária espontânea do plasma rico em plaquetas de pacientes com pseudo-DVW, mas isso não acontece nos pacientes com DVW subtipo 2B. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

2.5.5 Teste de Ligação do Fator de von Willebrand ao Colágeno

O teste de ligação do FVW ao colágeno (FVW:CB) interpreta a função do FVW, esse teste é bastante utilizado na Austrália e parte da Europa, não se difundido muito nos Estados Unidos e no Brasil. O FVW:CB é diminuído em todos os tipos de DVW com defeitos quantitativos e qualitativos. Mas, são descritos casos de DVW subtipo 2M com FVW:CB normal, havendo disparidades entre os resultados do FVW:RCo e do FVW:CB poderiam ser utilizadas para subtipagem diagnóstica, principalmente quando a análise multimérica não for realizada. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

2.5.6 Teste de Ligação do FVIII

O teste de ligação ao FVIII (FVW:FVIII B) é induzido por meio do método ELISA, importante para o diagnóstico de DVW subtipo 2N, neste subtipo de DVW, é praticamente ausente. Pacientes heterozigotos apresentam níveis intermediários e pacientes com tipo 1 e 2, mas não do subtipo 2N que apresentam valores normais. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).



2.5.7 Análise Multimérica

A análise estrutural do FVW, através de eletroforese em gel que proporciona a visualização da migração e diferencial dos diversos multímeros do fator, que possuem diferentes tamanhos. Esta avaliação auxilia a diferenciação entre os diversos tipos/subtipos da doença: Tipo 1 – todos os multímeros estão presentes, porém em quantidades reduzidas; Tipo 2 – os grandes multímeros encontram-se ausentes, exceto no subtipo 2M, que apresenta padrão multimérico semelhante ao tipo 1; Tipo 3 – apresenta redução ou ausência dos multímeros do FVW. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

2.5.8 Outros Testes

Conforme D'Amico, Villaça e Rezende (2008) o tempo de sangramento (TS) avalia a integridade da função plaquetária e da parede vascular. A recomendação é que este teste seja feito através da técnica de Ivy, em que, com um dispositivo descartável é feita uma pequena incisão na face anterior do antebraço e então medido o tempo de cessação do sangramento (o valor de referência em adultos é de 1-9 minutos). A técnica de Duke, cuja punção é feita no lóbulo da orelha ou ponta do dedo, não é recomendada por não ter um valor clínico.

O TS pode estar prolongado em pacientes com doenças vasculares primárias (p. ex.: vasculites), doenças plaquetárias quantitativas (plaquetopenias) e qualitativas, bem como após o uso de ácido acetilsalicílico (AAS) e antiinflamatórios não-hormonais (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

Como este teste é pouco sensível e inespecífico ele não deve ser utilizado para o diagnóstico da DVW. O TS é dependente do FVW intra-plaquetário, portanto o resultado na DVW pode ser normal ou prolongado. Em geral, a contagem plaquetária é normal em pacientes com DVW, exceto no subtipo 2B, que apresenta leve plaquetopenia. O TTPA, na dependência do FVIII, apresenta-se normal ou prolongado. (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).



2.6 AS FORMAS TERAPÊUTICAS

Segundo Zago, Falcão e Pasquini (2004) o tratamento da Doença de Von Willebrand tem a finalidade de corrigir os baixos níveis plasmáticos do fator VIII coagulante e o tempo de sangramento prolongado. Através do uso de agentes farmacológicos que estimulam a liberação endógena do fator VIII coagulante e do fator von Willebrand ou com tratamento transfusional de substituição exógena realizado com a administração de concentrados contendo os fatores deficientes.

O fármaco mais comumente utilizado é a desmopressina (1-deamino-8-D-arginina vasopressina, DDAVP) é um análogo sintético da vasopressina que aumenta as concentrações plasmáticas do fator VIII coagulante e do fator von Willebrand. Além disso, melhora a interação entre as plaquetas e o subendotélio, mediada pelos monócitos e outro agente agregante, independente do fator de von Willebrand. O DDAVP é mais efetivo na DVW do tipo 1, principalmente em pacientes com plaquetas normais, já para o tipo 2B é contra-indicado devido ao aparecimento transitório de trombocitopenia. Pacientes do tipo 3 da DVW não respondem ao tratamento com DDAVP (MARQUES; LEITE, 2003).

As drogas antifibrinolíticas podem ser usadas como um tratamento alternativo, essas drogas retardam a lise dos coágulos por saturar os sítios ligantes de fibrina presentes no plasminogênio, bloqueando a sua ligação à fibrina e a sua ativação e transformação em plasmina. Os dois derivados sintéticos com atividade antifibrinolítica, o ácido aminocapróico (ácido 6-amino hexanóico) e o ácido tranexâmico (ácido 4-[amino metil] ciclo-hexano carboxílico), são os mais comumente empregados (D'AMICO; VILLAÇA; REZENDE, 2008).

O tratamento da gestante com DVW é bastante individualizado e deve ser realizado em conjunto com o obstetra e o hematologista. Quanto maior a gravidade da doença, mais frequente é a indicação do parto por cesárea, para diminuir o risco de hemorragia, tanto para o neonato como para a mãe. O tratamento com desmopressina é feito dias antes do parto e até uns 15 dias após, pois os níveis de fator VII e FVW tendem a diminuir, havendo risco de hemorragia pós-parto (HOBEIKA; INFANTE; ROZAS, 2005).

De acordo com Marques e Leite (2003) a terapia transfusional com concentrados sanguíneos que contenham fator VIII e fator von Willebrand é



indicada em pacientes que não respondem ao tratamento com DDAVP ou apresentam alguma contraindicação de seu uso. Pode ser utilizado plasma fresco congelado ou crioprecipitado, este com uma quantidade de 5 a 10 vezes maior de fator von Willebrand.

O crioprecipitado se origina da bolsa de plasma fresco congelado após lento congelamento e centrifugação, ele possui fator VIII, fator vonWildebrand, fator XIII e fibrinogênio. Pode ser utilizado no diagnóstico diferencial entre pseudo von Willebrand e o subtipo 2B, visto que ocorre agregação plaquetária nos pacientes com pseudo von Willebrand. O concentrado de fator VIII deriva de um pool de plasma de doadores ou pela tecnologia do DNA recombinante, contém fator VIII e fator von Willebrand (BARBOSA; CUNHA; BARBOSA, 2007).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode ser concluído com o presente estudo que o diagnóstico correto pode levar a identificação do subtipo da doença, sendo de suma importância para a administração de um tratamento voltado a cada necessidade do paciente com DvW.

O presente estudo é de grande importância para a biomedicina, pois o biomédico além de realizar os exames laboratoriais para o diagnóstico preciso da doença, também realiza os procedimentos hemoterápicos em Bancos de Sangue para o tratamento desses pacientes através do uso de hemocomponentes e hemoderivados.

Verificou-se a importancia da atuação profissional por meio de orientações, exames e testes clinicos para diagnostico da doença, evitando complicações hemorragicas em procedimentos cirurgicos.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, FABIANO TIMBÓ; CUNHA, RAFAEL MARTINS DA; BARBOSA, LUCIANO TIMBÓ. DOENÇA DE VON WILLEBRAND E ANESTESIA. **REV. BRASILEIRA DE ANESTESIOLOGIA**. V. 57, N. 3, P. 315-323, MAI/JUN 2007. DISPONÍVEL

EM<[HTTPS://WWW.SCIELO.BR/J/RBA/A/DHX8LJCC9JWZKMZTCKMT9PS/?LANG=PT&FORMAT=PDF](https://www.scielo.br/j/rba/a/dhx8ljcc9jwzkmztckmt9ps/?lang=pt&format=pdf)> ACESSO EM: 14 SET. 2021

BRASIL. **Perfil das coagulopatias hereditárias no Brasil 2015. Ministério da saúde**. Brasília, 2017. (Série G. Estatística e Informação em Saúde). Disponível em<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/perfil_coagulopatias_hereditarias_brasil_2015.pdf> Acesso em: 15 set. 2021

BRASIL. **Perfil das coagulopatias hereditárias no Brasil 2016. Ministério da saúde**. Brasília, 2018. (Série G. Estatística e Informação em Saúde). Disponível em<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/perfil_coagulopatias_hereditarias_2016.pdf> Acesso em: 18 set. 2021

D'AMICO, Élbio Antônio; VILLAÇA, Paula Ribeiro; REZENDE, Suely Meireles. **Manual de diagnóstico e tratamento da doença de von Willebrand: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Série A. Normas e Manuais Técnicos, 2008 Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tratamento_willebrand.pdf> Acesso em: 17 set. 2021.

Fator de von Willebrand, Centro médico diagnóstico, 2021. Disponível em: <<https://www.centromedicosorocaba.com.br/imagens/exame/6c8d36606123b474f0f07c6f71bdcee8.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2021.

FLEURY, 2021 **HEMATOLOGIA: Doença de von Willebrand**. Disponível em: <<https://www.fleury.com.br/medico/manuais-diagnosticos/hematologia-manual/doenca-von-willebrand>>. Acesso em: 18 set. 2021.

HAMERSCHLAK, N. **Manual de hematologia: Programa Integrado de Hematologia e Transplante de Medula Óssea**. São Paulo - Brasil: Editora Manole, 2010. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520459676/>> Acesso em: 18 set. 2021



HOBEIKA, JULIANA TANNURI; INFANTE, KARINA PATRICIO; ROZAS, ANTONIO. **DOENÇA DE VON WILLEBRAND E GESTAÇÃO. REV. DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE SOROCABA. V. 7, N. 3, P. 11-14, JUL. 2005. DISPONÍVEL EM <HTTPS://REVISTAS.PUCSP.BR/INDEX.PHP/RFCMS/ARTICLE/VIEW/329> ACESSO EM: 14 SET. 2021.**

JOÃO, Cristina. **Doença de von Willebrand. Medicina interna. Vol.8, N.1, 2001. Disponível em <https://www.spmi.pt/revista/vol08/ch5_v8n1jan2001.pdf> Acesso em: 14 set. 2021.**

MARQUES, MARISE P. C.; LEITE, ÉRICA S. T. **CUIDADOS NOS PACIENTES COM HEMOFILIA E DOENÇA DE VON WILLEBRAND NA CIRURGIA ELETIVA OTORRINOLARINGOLÓGICA. REV. BRAS. OTORRINOLARINGOLOGIA. V. 69, N. 1, P. 40-46, JAN/FEV 2003. DISPONÍVEL**

EM <HTTPS://WWW.SCIELO.BR/J/RBOTO/A/RJGYR5MT3ZMV7BXDGCJMCNZ/?LANG=PT&FORMAT=HTML> ACESSO EM: 18 SET. 2021

PINHEIRO, Yago Tavares; DA SILVA, Elisa Caroline Leandro; MACIEL, Mônica Alves; SOUSA, Emerson Tavares. **Hemofilias e Doença de von Willebrand: uma revisão de literatura, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Emerson-De-Sousa/publication/317556462_Hemofilias_e_Doenca_de_von_Willebrand_uma_revisao_de_literatura/links/59e04037aca272386b63c282/Hemofilias-e-Doenca-de-von-Willebrand-uma-revisao-de-literatura.pdf> Acesso em: 15 set. 2021.**

REZENDE, S. M. Distúrbios da hemostasia: doenças hemorrágicas. Rev Med Minas Gerais, 2010. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/detalhes/335>. Acesso em: 13 de nov. 2021.

SHARP, Merc; CORP, Dohme. Doença de Von Willebrand. **MANUAL MSD: Versão para Profissionais da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/hematologia-e-oncologia/trombocitopenia-e-disfun%C3%A7%C3%A3o-plaquet%C3%A1ria/doen%C3%A7a-de-von-willebrand> Acesso em: 19 set. 2021**



ZAGO, Marco Antonio (Ed.); FALCÃO, Roberto Passetto (Ed.); PASQUINI, Ricardo (Ed.). **Hematologia: fundamentos e prática**. São Paulo, Atheneu, 2004.

HERNÁNDEZ-ZAMORA, Edgar; CESARZAVALA-HERNÁNDEZ; QUINTANA-GONZÁLEZ, Sandra; REYES-MALDONADO, Elba. **Doença de Von Willebrand, biologia molecular e diagnóstico da doença de Von Willebrand. Biologia molecular e diagnóstico**. 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0009741115000687>. Acesso em: 26 out. 2021.

SILVA, Drc; RESENDE, Lc; OLIVEIRA, Ve; SANTOS, Ndsr; PREZOTTI, Anl; ORLETTI, Mpsv; AR NETO, ROCHA, Dmdc; DUARTE, Jsm; MARCONDES, Ss. **AVALIAÇÃO DE ENSAIOS PARA DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO DA DOENÇA DE VONWILLEBRAND APOS CONGELAMENTO DE AMOSTRAS**. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2531137921008695?via%3Di> hub. Acesso em: 26 out. 2021.

WISNIEWSKI, Danielle; KLUTHCOVSKY, Ana Cláudia Garabeli Cavalli. **O PERFIL DOS PACIENTES PORTADORES DE COAGULOPATIAS DE UMA REGIÃO DO SUL DO BRASIL**. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/spoll/Downloads/12485-40875-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.



COMPORTAMENTO DISFUNCIONAL DECORRENTE DO EXCESSO DA VISIBILIDADE DE MATERIAL PORNOGRÁFICO - UMA ANÁLISE A PARTIR DA TERAPIA COGNITIVA-COMPORTAMENTAL

Carla Emanuelli Luz Nogara¹
Amália Beatriz Dias Mascarenhas²

RESUMO: O uso de material pornográfico vem se tornando cada vez mais evidente, isso se dá pela facilidade de acesso a meios tecnológicos atualmente, e é através disso que qualquer indivíduo tem total liberdade de visitar sites pornográficas, resultando a problemática do excesso da visualização, que por sua vez prejudica substancialmente as relações interpessoais dos sujeitos que o consomem, pois a utilização habitual expressa necessidades em maior escala para chegar a mesmos resultados de prazer. O que decorre dessa questão, são variáveis, como comportamentos disfuncionais, e falsas convicções de que relações íntimas reais nunca serão tão prazerosas quanto a relação com a pornografia, e é exatamente isso que retrata o longa-metragem “Como não perder essa mulher” do roteirista Joseph Gordon-Levitt, que expõe um personagem viciado em assistir a vídeos pornô, o tornando passível para análise, portanto, com base na terapia cognitivo-comportamental TCC, a partir do desenvolvimento de métodos intervencionais, para a modificação do comportamento, após a conceituação do caso, exerce preceitos para possível alteração do comportamento através de artifícios que auxiliam no processo psicoterápico. Tais métodos psicoterapêuticos só poderão ocorrer efetivamente, diante da aceitação e adesão do paciente ao tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Excesso pornográfico, TCC, Intervenção, Psicologia.

ABSTRACT: the use of porn material is becoming more and more evident, and this happens because of the ease of access to technological environments, and thought that, any individual have total freedom to access pornographic sites, resulting in the problematic of the excess of visualization, which harm substantially interpersonal relationships, because the habitual utilization express the growth of the content to acquire the same pleasure results. It can result in disfuncional behaviors, and false convictions that real relationships would never be as pleasant as pornography. That's the retract of the movie "Como não perder essa mulher", of Joseph Gordon-Levitt, who shows a character addicted in porn videos, making him amenable to analysis, so, based on the Cognitive-behavioral therapy, starting from the development of interventional methods, the behaviour can be changed, through artifices that help in the psychotherapeutic process. Those methods only can occur effectively, upon patient acceptance of the treatment.

KEY-WORDS: Pornographic Excess, Cbt, Intervention, Psychology.

1. INTRODUÇÃO

Com a facilidade de acesso a informações cada vez mais globalizada, as evidências do aumento pela procura de pornografia online se tornam arbitrária, permitindo desse modo o convívio prematuro de adolescentes com a sexualidade, considerando que esta é condição essencial no desenvolvimento humano, podendo ser remodelado pelo viés pornográfico. Estudos demonstram que a visualização recorrente de materiais pornô propicia alterações neuro

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU - União da Vitória – Paraná – Brasil. E-mail: psi-carlanogara@uniguacu.edu.br

² Graduada pela Universidade de Fortaleza (2011). Mestre em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (2015). Psicologia clínica. Professora no Centro Universitário Vale do Iguaçu.



anatômicas no cérebro como a queda de destrezas específicas das áreas correspondentes, atuando inclusive no Sistema de Recompensa e Límbico, o que a introduz em uma condição alarmante ao vício, pois age atuando no neurotransmissor da dopamina (POSTAL; SANTIAGO; PARADELLA; Et al, 2018).

Fatos representam que o uso habitual de pornografia excede casos prejudiciais, em razão da necessidade em largas escalas para chegar a mesmos resultados de prazer, atingidos no princípio da utilização, gerando algumas respostas desagradáveis para a vida dos indivíduos, como dificuldades em ter relações sexuais com uma pessoa real, baixa de libido, e complicações para se obter ereções. A problemática do consumismo pornográfico é na questão descomunal, até porque se visto com proporção coerente pode servir de aliado na vida sexual do casal, enfatizase assim o que se torna patológico ao detrimento do usuário (POSTAL; SANTIAGO; PARADELLA; Et al, 2018).

A irrealidade proposta nessa espécie de material causa influências a sujeitos que possuem pouca experiência sexual, ou seja, aos jovens, criando desse modo uma ideia falsa sobre o sexo. O que é importante destacar é o conceito da “remodelagem”, fator capaz de alterar a estrutura cerebral de adultos que visitam em excesso a sites pornôns, premissa de muitos indivíduos viverem frustrados sexualmente (POSTAL; SANTIAGO; PARADELLA; Et al, 2018).

Dados relevantes de que as indústrias de revistas e vídeos pornográficos possuem mercado mais abrangente e orientados para homens em comparativos a materiais de alcance feminino, mediante cerca de 72% da utilização de pornografia é do sexo masculino adulto, e somente 28% do público feminino (RUPP; WALLEN, 2007, apud POSTAL; SANTIAGO; PARADELLA; Et al, 2018).

Os alcances negativos que a pornografia entrega a seus usuários é consideravelmente maléfico ao sistema de recompensas, para o desenvolvimento sexual de adolescentes, causando disfunções fisiológicas e interpessoais por conta da ilusão sobre relações sexuais, e formando mentes plásticas a respeito deste. O impacto patológico é decorrente, coerentemente é transmitido a importância de avaliação e acompanhamento por um profissional da psicologia, desse modo se possível havendo a probabilidade de avanços positivos e uso saudável da pornografia (POSTAL; SANTIAGO; PARADELLA; Et al, 2018). Com a elucidação dos danos que a pornografia em excesso causa a



seus usuários podemos transmitir métodos intervencionais para uma superação de comportamento disfuncional, portanto é proposto em suma a intermédio da TCC (Terapia Cognitiva Comportamental), explicitando possíveis meios de trabalhar segundo a problemática.

Ao parecer da TCC surgiu no decorrer das décadas uma gama considerável de abordagens, superando níveis de eficácia. Caracterizando as TCCs em três componentes de destaque: terapias de habilidades de enfrentamento, que enfatizam o desenvolvimento de um repertório de habilidades que objetivam fornecer ao paciente instrumentos para lidar com uma série de situações problemáticas; terapia de solução de problemas, que enfatiza o desenvolvimento de estratégias gerais para lidar com uma ampla variedade de dificuldades pessoais, e terapias de reestruturação, que enfatizam a pressuposição de que problemas emocionais são uma consequência de pensamentos mal adaptativos, sendo a meta do tratamento reformular pensamentos distorcidos e promover pensamentos adaptativos (KNAPP; BACK, 2008).

A TCC apresentou inicialmente na literatura excelência no que diz respeito a pensamentos distorcidos, e sequencialmente em experimentos práticos que modelaram o conceito cognitivo com o decorrer do tempo. Com bases teóricas condizentes antes mesmo do desenvolvimento de procedimentos terapêuticos, foram elaborados critérios para referir e mediar um novo sistema de psicopatologia e psicoterapia, desenvolvidos por Aeron Back, os três conceitos são: construir uma teoria abrangente de psicopatologia que dialogasse bem com a abordagem psicoterápica; pesquisar as bases empíricas para a teoria, e conduzir estudos práticos para testar a eficácia da terapia (KNAPP; BACK, 2008).

O processo decorrente envolveu variáveis etapas, como investigações para encontrar elementos cognitivos que partissem de referências clínicas em diversos transtornos, exercitar e aferir meios para estruturar observações clínicas, e posteriormente planejar conceitos de tratamento e condutas para a terapia. Com o avanço da pesquisa experimental pode-se averiguar que existe efetividade da TCC na diminuição de sintomas, com ou sem o uso de medicamentos, em uma vasta diversidade de transtornos psiquiátricos, começando por depressão, suicídio, ansiedade, fobias, síndromes do pânico,



transtorno de personalidade, abuso de substâncias, problemas interpessoais como raiva, violência e hostilidade também podem ser destacados na terapia (KNAPP; BACK, 2008).

Em trabalho conjunto a tratamento medicamentoso essa abordagem demonstrou potencial de progresso a doenças psiquiátricas, com ênfase a esquizofrenia e transtorno bipolar. Além de testes em andamento para uma terapia fidedigna no viés abrangente de transtornos médicos e psicológicos, como a dor crônica, transtornos somáticos na infância, bulimia e relação conjugal conflituosa. Manifestando a existência de múltiplas pesquisas efetuadas e em andamento que explicitam a veracidade da TCC, propondo como exemplo estudos consumados de neuroimagem que reconhecerão alterações fisiológicas e funcionais em muitas áreas cerebrais (KNAPP; BACK, 2008).

Os aprofundamentos no viés metódico e observações clínicas intencionou que, sintomas psicológicos disfuncionais seriam capazes de compreensão em condições cognitivas como, olhar crítico inclinado a acontecimentos, doadas a ligação censurada retratada por si mesmo, vindas de vivencias pessoais e futuras, operando a tríade cognitiva. Fundamentalmente a TCC age partindo do modo que sujeitos notam e organizam a realidade que terá insinuação a maneira de como esses se comportam, na sequência operando na remodelação de pensamentos desorganizados e contraditórios, e juntamente criando meios usuais configurando alterações positivas para que assim haja extinção do transtorno emocional (KNAPP; BACK, 2008).

Na abordagem da TCC existem preceitos que denominam comportamentos e cognições, bem chamados pensamentos automáticos que evidenciam o entendimento imediatista espontâneo que se compreende de forma abstrata no que se refere a realidade. Precedendo essas ideias automáticas e distorcidas encontram-se pensamentos problemáticos mais internos, denominados esquemas ou crenças nucleares, esses são caracterizados por princípios duradouros cognitivos de pensamentos que iniciam na infância e que sofrem persuasões no decorrer de infinitas experiências (KNAPP; BACK, 2008).

Com uma crença básica estabelecida, essa mesma tem domínio na estruturação de consequentes novas crenças semelhantes, que se caso prosseguirem serão integradas na estrutura cognitiva e resistente, quais são



relacionadas às crenças nucleares que formaram pensamentos fomentando falhas cognitivas muito vistas em psicopatologias. Considerando em vertente filosófica a TCC pode ser levada a raiz humanista, investigativa, pois trabalha com bases como a mente, sentimentos e pensamentos, no decorrer que muitos veriam a terapia cognitiva comportamental mecanicista (KNAPP; BACK, 2008).

As vivências pessoais modelam as crenças, ou seja, o ambiente tem total acesso a alterações ou até mesmo a inibição dos esquemas, desse modo esquemas de sujeitos adaptados resultam á comportamentos condizentes com a realidade, à proporção que sujeitos mal adaptados possuem repertório ilusório, lhe facultando algum transtorno psicológico. A variabilidade dentro dos esquemas que se encontra tendo a amplitude, flexibilidade, permeabilidade, densidade e nível de carga emocional, são o que é capaz de elucidar as complicações ou propensões vistas no processo psicoterápico. Dentre esses conceitos da TCC propõem-se as crenças subjacentes que propiciam pensamentos disfuncionais, destacando que mesmo possível ou ocioso em designadas situações, os esquemas são excitados por condições similares a experiências recentes criadas pelo percorrer do esquema (KNAPP; BACK, 2008).

Para que se dê essa eficácia é necessário a demonstração da relação saudável entre terapeuta e paciente, termo ajustado do empirismo colaborativo, ambos deverão averiguar as questões em conjunto, as comprovando ou as eximindo. Sugerindo que a utilização do questionamento socrático, que nada mais é propor estímulos para que o paciente se envolva no processo com propósitos, guiando-o a inquisições que abrirá leques para insight de pensamentos distorcidos, método da descoberta guiada (KNAPP; BACK, 2008).

Como a TCC é psicoeducativa, no decorrer da terapia com insinuações e ferramentas propõe o paciente a verificar e detectar pensamentos automáticos; identificar relações entre cognição, afeto e comportamento; averiguar a validação de pensamentos automáticos e crenças nucleares; advertir disfuncionalidades tendenciosas, convertendo pensamentos distorcidos por cognições realistas; e reconhecer e mudar crenças, esquemas subjacentes a padrões funcionais de pensamentos. Tudo sempre é deixando muito claro ao paciente, inclusive o que será proposto a cada sessão, portanto é solicitado aos finais destas o feedback dos pensamentos do paciente sobre o trato da terapia, por conseguinte age como



auxílio para quaisquer alterações possíveis do processo, em razão disso é de suma importância que o psicólogo seja um excelente estrategista (KNAPP; BACK, 2008).

No desempenho percorrido em relação a conceitualização de caso se específica que está é trabalhada em processo de tratamento contínuo, pois a cada nova informação clínica adquirida é pertinente a ocorrência de mudanças e remodelações para que haja avanços no tratamento, favorecendo e guiando as intervenções terapêuticas, a conceitualização de caso efetuada individualmente se faz relevante, assim preparando um plano curativo. Salientado a avaliação histórica, a concepção de padrões e estilos de pensamento, incluindo uma compreensão do grupo dissociada de crenças disfuncionais, vulnerabilidades inerentes próprias, e estratégias comportamentais que os sujeitos utilizam como enfrentamento para suas crenças nucleares (KNAPP; BACK, 2008).

Inúmeros artifícios cognitivos são propostos na TCC, como retribuição e reestruturação cognitiva, reconhecimento, contestação e correção de pensamentos automáticos, ensaio cognitivo e outras ferramentas terapêuticas de imagens mentais, já em pauta a técnicas comportamentais estão análise de prazer e aptidões, roleplays, estabelecimento de atividades, treinamento de habilidades sociais, meios para a solução de problemas, prescrições comportamentais de tarefas graduais. Em razão de uma compreensão mais didática e completa se dá a separação de intervenções técnicas cognitivas e comportamentais, uma vez que várias dessas técnicas interferem tanto nos processos de pensamentos assim como também nos padrões de comportamento, de uma forma breve e exemplificada, a proeminência da alteração cognitiva leva a alteração comportamental, funcionando mutuamente (KNAPP; BACK, 2008).

Destacando que segundo a TCC e seus termos para nomear comportamentos, em grande parte os indivíduos não dominam das noções de que pensamentos automáticos negativos partem da raiz de sentimentos desconfortáveis e anulações comportamentais, e ainda de que emoções são transcrições com teor dos pensamentos automáticos, subseqüentemente para que haja avanço na consciência em relação a esses pensamentos, os pacientes podem através de rastreamento e treinamento sistemático aprender a os



encontrar de maneira exata, que espécie de pensamentos surgem de imediato antecedendo uma emoção, um comportamento e uma reação fisiológica, que sequenciam esse pensamento (KNAPP; BACK, 2008).

A intenção do primeiro encontro avaliativo, possui central intuito de diagnosticar o paciente, delineando o caso e estabelecendo a inicial conceituação cognitiva, outra consideração a ser levantada é se o terapeuta é o recomendável para tal paciente, se sim, indica-se a definição de uma aliança terapêutica, e partir para a demonstração ao paciente da estrutura e processo psicoterápico, além de detectar problemáticas e estipular os objetivos, todavia é imprescindível resgatar todas as informações relevantes antes de ver de fato o paciente pela primeira vez na psicoterapia (BECK, 2014).

Ao iniciar a primeira sessão qual provavelmente durará em torno de 1 hora, diferente das próximas que terão tempo de 45 a 50 minutos, dispondo nessa primordial o objetivo em estabelecer rapport e boa comunicação para que haja normalização dos problemas e instilar esperança quanto a isso. Portanto é de extrema relevância a familiarização do paciente com o tratamento, pois assim compreenderá o seu transtorno e seu modelo cognitivo, e para que se de, de forma efetiva esse processo designa-se um determinado formato: estabelecendo uma pauta justificada; averiguando o humor do paciente; colhendo novas informações; conversando sobre o diagnóstico e o modelo cognitivo aplicando juntamente a psicoeducação; encontrando problemáticas e destacando objetivos; solicitando um resumo; definindo a atividade para casa, e requisitando feedback construtivos (BECK, 2014).

Conseqüentemente as próximas sessões seguiram por viés estruturado de padrão de objetivos: checando o humor; estabelecendo uma pauta; buscando novas informações; discutindo sobre a atividade de casa; focado em uma problemática específica e juntamente ensinando habilidades da TCC perante aquele contexto; estipulando uma nova atividade para casa; solicitando resumo, e feedback. Esse formato deve ser utilizado até quase o final do tratamento, podendo haver alguma breve alteração conforme a demanda do paciente, porém é indicado a adequação independente do contexto. Sobretudo a intenção da terapia cognitivo-comportamental com sessões semanais dependendo do caso com a terapia mais recorrente, sendo assim é contribuir na diminuição do transtorno, comportamento disfuncional, enfim e ensinar meios para que o



paciente possa lidar com suas problemáticas no decorrer de sua vida, com o passar do tempo que for havendo perceptível progresso, desvincula o paciente da terapia progressivamente, pois não há mais a necessidade, entretanto é indicado sessões de reforço no tempo de 3, 6 e 12 meses após o encerramento psicoterápico (BECK, 2014).

As decorrências que o mal-uso da pornografia viabiliza é pauta pertinente para discussão e métodos intervencionais prováveis para a extinção de tal comportamento disfuncional, por essa razão esse estudo preza percorrer problemáticas visualizadas na obra “Como não perder essa mulher” do cineasta Joseph Gordon-Levitt, e assim buscar resultados relevantes a luz da teoria da TCC.

2. MÉTODO

A presente pesquisa documental qualitativa tem como problemática os danos disfuncionais que o excesso pornográfico gera em seus usuários, como base para um estudo de preferência fundamentada utilizou-se uma obra cinematográfica com a trama comédia/romance apoiada ao assunto do artigo, além de estudos com respaldo científico que evidenciam resultados condizente com o filme no que diz ao mau uso da pornografia. Para uma melhor compreensão segue um breve resumo dos acontecimentos mais relevantes do longa-metragem.

O filme “Como não perder essa mulher” retrata vivências cotidianas de um sujeito do sexo masculino adulto chamado Jon, qual na trama apresentava comportamentos disfuncionais em relacionamentos íntimos reais. O ator principal qual é o objeto de observação e análise tem uma vida rotineira, saídas para festas com amigos, frequenta a igreja com devoção junto aos pais e irmã, pratica exercícios, e trabalha, o que se destaca em relação as ocupações de Jon é seu comportamento recorrente em assistir pornografia, o que propiciou uma distorção perante os seus relacionamentos afetivos com mulheres.

Jon na trama teria ciência segundo seu seguimento cristão que a pornografia e o sexo antes do matrimônio são incorretos, e por conta desses atos, no decorrer do filme passam cenas em que ele se confessa, crendo desse modo que cometer erros julgados pela igreja não possui total problema, desde



que seja cumprida a penitência estipulada pelo padre, penitência essa que possui sempre a mesma característica independente de qual espécie de confissão seja.

No transcorrer do filme Jon entra em um namoro com Barbara, o que determinou mudanças em seus hábitos, lhe proporcionando conflitos pessoais, pois não possuía mais domínio de seus impulsos em assistir a pornografia, trazendo à tona relações desajustadas baseadas em dependência e imaturidade para resolver desavenças naturais de um relacionamento. Com o fim de seu namoro resultado da disfunção em ver os vídeos, Jon começa a aceitar a hipótese de que realmente estaria viciado em pornografia, e através dessa questão procura se redescobrir e se permitir a viver novas experiências para que desse modo pudesse ter relações íntimas verdadeiras.

Em análise e conseqüentemente na intervenção em relação ao tema já citado, se recorrerá a abordagem da TCC qual possui métodos cabíveis e proporcionais a solução de problemas, se delineará recursos que proponham ao paciente/personagem meios para que o tal tenha consciência de seus pensamentos e comportamento e assim seja capaz de se auto monitorar toda a vez que a conduta disfuncional surgir.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para poder dar seguimento congruente a essa discussão é fundamental estipular a avaliação e tratamento do caso, pois este é o centro do processo da terapia cognitiva-comportamental, sendo assim os pensamentos automáticos do personagem são, acreditar que a sua relação com a pornografia nunca irá ser superada por uma relação íntima realista, já em suas crenças intermediárias se destaca o fato da negação em possuir o vício, e em suas crenças nucleares expõe a concordância em não se propor a largar o vício por não acreditar que o possui, enfatizando que as problemáticas decorrentes dessa conceituação são maiores do que parecem, e causam em razão malefícios exorbitantes a vida do personagem (BECK, 2014).

Com a conceituação cognitiva estabelecida, reforçando que a cognição é absolutamente capaz de influenciar emoções e comportamentos, nessa perspectiva, o modo como agimos e nos comportamos afeta também nossos



pensamentos e emoções, pois crenças interferem em pensamentos o que por sua vez, interfere na reação, perante a essas constatações é permissível delimitar a emoção que o personagem apresentou referente a situação de seu modelo cognitivo, qual foi a de negação em acreditar que possui um vício. Em decorrência para que haja alteração na conceituação cognitiva propõe-se uma relação terapêutica conivente pois através dela se terá o empirismo colaborativo, qual é responsável pelo direcionamento de mudança cognitiva e comportamental.

Dado uma aliança terapêutica sólida, seguindo um limiar objetivo com enfoque aos problemas com ênfase no presente, o terapeuta possui consumado papel de ensinar o paciente a verificar, designar e assim responder aos pensamentos e crenças disfuncionais, com essa psicoeducação definida o paciente se percebe de fato como realmente é, e substancialmente o caminho para alcançar a mudança comportamental e cognitiva se perpetua, toda via, para chegar a esse êxito é necessário seguir algumas formulações estipuladas pela TCC, como a listagem de problemas do paciente e o que seria importante de se trabalhar, sendo no caso do personagem, os empecilhos decorrentes de seu vício em pornografia, sua relação com indivíduos de seu meio social, e também é considerável trabalhar na questão da negação ao vício (BECK, 2014).

Para dar seguimento ao processo de tratamento é crucial formular quais são os pensamentos automáticos das adaptativos, em outros termos, os erros cognitivos que o personagem demonstra em decorrência de seu comportamento disfuncional, tendo manifesto a abstração seletiva no que se refere a ignorar evidências, pois conclui que relações íntimas com pessoas reais nunca trarão a satisfação que a pornografia o traz, desconsiderando a importância da proximidade realística com parceiros por conta de uma percepção falsa. Outra ideia errônea do personagem é a interferência arbitrária, onde tal conclui que relações íntimas com a pornografia chegam ao auge do prazer, por conta de não possui entendimento concreto de que com conexões palpáveis o mesmo prazer, até com maiores graus de deleite podem ser conquistados. E enfim, o pensamento absolutista, em acreditar que a pornografia é a completude de seu prazer, mesmo tendo relação com parceiros reais (BECK, 2014).

Como forma de enfrentamento para lidar com as problemáticas que marcam a rotina do personagem, obtém-se algumas especificidades



caracterizadas pelo comportamento de fuga com retórica incongruente de que quando quisesse parar de assistir a vídeos pornô, conseguiria, pois, possui domínio sobre suas vontades, além de não expor sobre essas situações a ninguém, o que acabava por se fixar com mais força impressões em não portar o vício. Porém com o transcorrer do longa-metragem com razão explícita é notável os comportamentos disfuncionais onde por opressão de sua recém relação conjugal, o personagem vinha a ver a vídeos em locais inadequados, mesmo tendo total consciência de que devida atitude era desajustada.

Perante a essas evidências estagna-se estratégias terapêuticas para que o caso tenha evolução, pois sendo assim é coeso que o paciente execute atividades que irão atuar como aliados no enfrentamento do comportamento disfuncional, exercícios didáticos podem ser bem aceitos, por exemplo, a elaboração durante a sessão de cartões de aceitação para serem visitados quando o desejo em ver vídeos surgir, estar atento a suas emoções e comportamentos; anotar os pensamentos automáticos quando o humor tiver oscilação ou quando apresentar atitudes de evitação; praticar o registro de pensamento; utilizar a descoberta guiada para descobrir os significados dos pensamentos automáticos, e ainda se auto perceber no sentido do que foi aprendido com o desenvolvimento dessas técnicas. Com essas propostas é conceituado o avanço psicoterápico, e o progresso no que diz respeito ao paciente se aceitar e se permitir mudar (BECK, 2014).

4. CONCLUSÃO

Para que a análise possa ser concluída, manifesta-se quais são os objetivos a serem alcançados com essa intervenção psicoterápica, posto isso, destaca a importância para o paciente saber da raiz de seu vício, ou seja, onde tudo começou, seguidamente compreender seus pensamentos automáticas e crenças intermediárias e nucleares, além das respostas fisiológicas que se apresentam em cada aparição de seus comportamentos disfuncionais, com isso, instilar no seu repertório o questionamento socrático em procurar e ter o domínio sobre os malefícios que a pornografia em excesso causam a vivências pessoais, já com o envolvimento do paciente no processo psicoterápico, se percebe a necessidade da reestruturação cognitiva, pois já se porta reconhecimento de



seus esquemas e pensamentos automáticos desadaptativos, logo podendo modificá-los.

Essa modificação, se caracteriza por métodos propostos pela terapia cognitiva-comportamental, bem como a identificação de erros cognitivos quais já foram delimitados na discussão, também pela reflexão de evidências revisando os prós e contras em deixar a pornografia de lado e se permitir viver relações íntimas realísticas. Outra condição que pode vir a auxiliar é listar alternativas racionais e ensaios cognitivos, praticando novas maneiras de pensar por geração de imagens mentais, um meio sucinto é o role-play, onde o próprio terapeuta faz o papel de alguém da vivência do paciente, simulando uma situação, desse modo, doando liberdade para se desvincular de angústias, frustrações, sofrimentos, enfim sentimentos impertinentes que atuam em conjunto ao comportamento disfuncional apresentado.

Encerrando esse processo clínico, tendo em vista que os métodos intervencionais citados possuem comprovações científicas de sua eficácia, toda via, cada caso tem sua singularidade e depende muito da doação do paciente pelo desejo em mudar seu comportamento, o desenvolvimento psicoterápico segundo a terapia cognitiva-comportamental, é um trabalho em conjunto tornando pensamentos disfuncionais, mais funcionais, e isso se dá por ela ser psicoeducativa, ou seja, insita o paciente a saber sobre seus problemas e meios para que ele se auto eduque e consiga alterá-los, propondo essa ideia mesmo após o encerramento da terapia.

REFERÊNCIAS

BECK, Judith, BECK, Aaron. **Terapia Cognitiva-Comportamental**, teoria e prática. 2014. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1v_6wtl2https://drive.google.com/file/d/1v_6wtl2-0wKUD9zK2z2xIVFkNXWFSSDQ/view0wKUD9zK2z2xIVFkNXWFSSDQ/view>

. Acesso em: 26 de maio de 2021.

KNAPP, Paulo, BECK, Aaron. **Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva**. 2008. Disponível em:

<File:///C:/Users/emanu/Downloads/descarga.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2021.



POSTAL, Aline Stefane, SANTIAGO, Lizandro Pimentel, PARADELLA, Vanessa Cristina, BOSTELMAM, Andréa Araujo, CYRINO, Luiz Arthur Rangel. **Possíveis consequências da pornografia na sexualidade humana**. 2018. Disponível em: <http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_027/artigos/pdf/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2021.



DO AMOR AO MEDO: A PERMANÊNCIA DA MULHER EM UM RELACIONAMENTO ABUSIVO UMA PERSPECTIVA DA GESTALT- TERAPIA

Rafaela Antonio¹
Guidie Elleine Nedochoetko Rucinski²
Francieli Dayane Iwanczuk³

RESUMO: Esta pesquisa objetiva-se em estudar as relações abusivas com aporte teórico na Gestalt-terapia. Para tal, foi realizado um estudo de caso utilizando um roteiro de entrevista, com duas mulheres que tiveram relacionamentos heterossexuais abusivo. Pode se observar que elas apresentam fortes traços de retroflexão, introjeção, deflexão, proflexão, sendo esses fortes contribuintes para a manutenção do ciclo da violência. No decorrer deste estudo foram abordados os tipos de violência, a estruturação do ciclo e a Lei Maria da Penha. Vale ressaltar a relevância científica desta pesquisa, pois mesmo com diversos estudos na área, poucos possuem o embase na abordagem gestáltica.

PALAVRAS CHAVE: violência doméstica; psicologia; gestalt-terapia

ABSTRACT: This research aims to study abusive relationships with theoretical support in Gestalt therapy. To this end, we conducted a case study using an interview script, with two women who had abusive heterosexual relationships. It can be observed that they present strong traces of retroflexion, introjection, deflection, proflexion, which are strong contributors to the maintenance of the cycle of violence. During this study, the types of violence, the structuring of the cycle and the Maria da Penha Law were addressed. It is worth emphasizing the scientific relevance of this research, as even with several studies in the area, few are based on the gestalt approach.

KEY WORD: domestic violence; psychology; gestalt therapy

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo um estudo sobre as relações abusivas, bem com uma análise dos mecanismos de defesa neuróticos que atuam de maneira disfuncional em mulheres que permanecem neste tipo de relação, pela perspectiva da Gestalt-Terapia. Para isso, busca analisar as inúmeras formas de abuso tais como violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial e como eles afetam as mulheres dentro de fatores psicossociais (HIRIGOYEN, 2006).

A relevância científica desta pesquisa surge a partir da importância de

¹ Psicóloga. Graduada do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU, União da Vitória, Paraná, Brasil. email:psirafaelaantonio@gmail.com

² Psicóloga CRP 08/12167, Coordenadora e docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Responsável-Técnica do Serviço-Escola. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade do Conestado – UnC. **E-mail:** prof_guidierucinski@uniguacu.edu.br

³ Psicóloga CRP 08/30874, docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu. Especialista em Psicologia Jurídica pela Faculdade FAVENI. **E-mail:** prof_francieliwanczuk@uniguacu.edu.br



discutir e pesquisar sobre essa temática, visto que, mesmo com as diversas pesquisas relacionadas ao tema, poucas possuem o embase na abordagem gestáltica e os mecanismos de defesa que são disfuncionais entre essas mulheres.

A pergunta que direcionou esta pesquisa foi de “Como a Gestalt-terapia compreende os mecanismos neuróticos disfuncionais presentes em mulheres que vivenciaram relações abusivas?”. Diante desta problemática, parte-se da hipótese de que a Gestalt-terapia, como uma abordagem humanista, entende a relação abusiva uma situação que acontece na fronteira de contato. Onde não há ajustamento criativo saudável, e sim um contato tóxico. Bem como uma ausência de conscientização sobre a situação abusiva. Assim sendo, o presente artigo apresenta um estudo de caso com duas mulheres vítimas de relações abusivas, e se divide em Introdução, Desenvolvimento, Método, Resultados e Discussões e Conclusão.

2. RELACIONAMENTO ABUSIVO

Relacionamento abusivo é o termo usado atualmente para especificar uma relação em que existe algum tipo de abuso, podendo ser psicologicamente, emocionalmente, fisicamente, sexualmente ou financeiramente. Esses abusos podem acontecer ao mesmo tempo ou separadamente, mas de qualquer forma trazem consequências psicológicas às mulheres que sofrem com essa situação (MARQUES, 2005).

A violência conjugal, está inserida dentre esses tipos, de acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Segundo Marques (2005) o comportamento agressivo do cônjuge é determinado pela violência ou coerção que pode gerar dano físico, moral, psicológico ou econômico, e este dano é constantemente produzido ao longo do tempo.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) entrou em vigor no dia 22 de setembro e é a principal legislação brasileira de enfrentamento da violência contra a mulher. A lei foi criada para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com o artigo 226, §8º, da Constituição



Federal e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro, sendo eles: Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (BRASIL, 2006).

A violência conjugal se apresenta de diferentes formas, mas segundo Hirigoyen (2006), as mulheres não necessariamente vivenciam todas as formas de violência, mas é importante que conheçam as formas de agressão. Em muitos casos, esses abusos podem parar quando o relacionamento termina, no entanto, o abuso geralmente continua ou piora. Marques (2005) cita que a violência emocional é também chamada abuso ou agressão psicológica, abuso ou agressão verbal, abuso ou agressão simbólica. É caracterizada por danos emocionais a mulher, que podem ser expressos tentando controlar seus próprios comportamentos, crenças e decisões, usando manipulação ou ameaças contra seus filhos, ou por meio de humilhação, rejeição e exploração e agressão verbal.

Segundo Marques (2005), o abuso físico pode variar de ferimentos a assassinatos. Eles geralmente começam com ameaças e ofensas e podem chegar a realizar ações como bater, empurrar, destruir objetos pessoais, etc. Pode sofrer tapas ou socos e, inicialmente, tentar se desculpar por isso. A agressão inclui esfaquear, chutar, morder, jogar a vítima no chão, etc.

A violência sexual segundo Manita, Ribeiro & Peixoto (2009) e Marques (2005) está relacionada com a obrigatoriedade das mulheres praticarem sexo contra a sua vontade, obrigando as vítimas usando a força, coagindo ou ameaçando a praticar atos sexuais com terceiros. Esse tipo de abuso é muitas vezes esquecido porque, segundo Hirigoyen (2006), esse comportamento tornou-se uma “obrigação conjugal” e, ainda hoje, esse comportamento é considerado um direito dos homens e uma obrigação que as mulheres devem cumprir.

A violência patrimonial surge como objetivo de controlar a mulher, o agressor não permite que ela obtenha seu dinheiro ou bens, incluindo os recursos necessários para atender às suas necessidades básicas e às necessidades básicas de seus filhos. Mesmo que a mulher que vivencia essa situação possua renda própria, o agressor não permite que ela administre, é recolhida e utilizada por ele (MANITA, RIBEIRO & PEIXOTO, 2009).

Segundo Hirigoyen (2006), a violência geralmente ocorre dentro de um



ciclo, mas nem todos os relacionamentos seguem esse padrão. O ciclo é dividido em três fases que são muito frequentes, e irão acelerar e aumentar de intensidade ao longo do tempo.

O primeiro estágio é um aumento da tensão, no qual ocorrem eventos verbais, como agressão verbal, tom de voz, silêncio hostil, expressões agressivas e pequenas surras. Qualquer gesto ou comportamento da mulher fará com que o autor da violência se sinta incomodado e crie assim um ambiente tenso (HIRIGOYEN, 2006). O segundo estágio pode ser denominado de explosão violenta, e segundo Soares (2005) é o maior ponto de agressão, falta de controle e, portanto, agressividade. Na fase final, o autor da violência mudou seu comportamento e adotou uma atitude amistosa, gentil, prestativa e entusiasmada, tentando acalmar a mulher em situação de violência e se redimir da agressão. Nesse momento, a mulher recuperou a esperança e acreditou ser amada e que o parceiro mudaria. Porém, por se tratar de um ciclo, a violência voltará a acontecer (MANITA, RIBEIRO & PEIXOTO, 2009).

2.1 GESTALT- TERAPIA

A Gestalt-terapia teve início nos anos 50, pelo chamado “Grupo dos Sete”, composto por Frederick Perls, Laura Perls, Paul Weisz, Paul Goodman, Isadore From, Sylvester Eastman, Elliot Shapiro e Ralph Hefferline. Essa abordagem tem como base o Existencialismo, a Fenomenologia, a Psicologia Oriental e diversos outros de cunho humanista (GINGER; GINGER, 1995). A GT ou terapia do contato tem como objetivo principal fazer com que o cliente se conecte com sua experiência presente, fazendo com que sua possibilidade de estabelecer um contato pleno aumente, podendo experienciar de forma mais ampla o aqui-e-agora (RIBEIRO, 1995).

Ao falar sobre aspectos de uma relação conjugal de casais heterossexuais, é muito importante iniciar falando sobre como as subjetividades “femininas” e “masculinas” são construídas. Zinker (2001) salienta que o “casal é uma unidade social, cultural e econômica da comunidade”. A partir dessa ideia, a Gestalt-terapia compreende que as condições masculina e feminina são produzidas culturalmente e, assim, antes das suas características serem atribuídas ao gênero, ou orientação sexual, eles também estão relacionados



ao tipo de relação que o campo convencional. Para a abordagem gestáltica, o campo é o lugar onde as relações se estabelecem, onde o indivíduo dá sentido à sua existência (ROCHA, 2005).

A permanência das mulheres numa situação de violência doméstica pode fazer com que se sintam ambíguas em relação ao autor da violência. Os homens às vezes são vistos como um símbolo de emoção e desejo. Em situações de violência, o amor se transforma em raiva e medo. Portanto, a postura do Gestalt terapeuta precisa ser neutra para compreender como a mulher encara essa violência e refletir sobre suas crenças para que ela possa encontrar sua própria resposta. O papel do psicólogo não é impor violência aos outros, o que é inaceitável, pois cada um tem sua subjetividade, e cada um tem uma visão diferente da mesma situação (FERRAZ, 2018).

A GT vê a situação de violência doméstica como uma situação que ocorre na fronteira do contato. Não há ajuste criativo saudável, mas exposição tóxica. Pode sentir falta de autossuporte e de consciência da situação. Muitas mulheres que sofrem violência não conseguem se sustentar o suficiente para tomar decisões e se livrar desse relacionamento (BECKER, 2007). Para a Gestalt- Terapia quando uma cliente busca a psicoterapia com problemas relacionados a violência conjugal, é necessário que ela se torne *awareness*. Perls (1997) propõem que, o conceito de *awareness*. Ocorre entre a distinção de saudável e prejudicial, essa tomada de consciência permite que o sujeito reconheça a sua necessidade atual, responda a ela e a feche, e é isso que permite que uma gestalt seja encerrada.

3. MÉTODO

A metodologia é todo o caminho que foi percorrido para ser elaborado e construído o presente artigo. O campo de pesquisa para este artigo foram as várias redes de proteção a mulheres que sofreram violência doméstica na cidade de União da Vitória/PR. Esta pesquisa tratou de um estudo de caso, o qual foi realizado através da coleta de dados por meio de um roteiro de entrevista semi estruturado que permitiu maior liberdade de expressão das entrevistadas acerca do tema. Essa pesquisa utilizou como amostra o relato de duas mulheres vítimas de abuso psicológico e/ou físico que fazem parte de redes de proteção da cidade



de União da Vitória/PR.

Para a realização da coleta de dados inicialmente foi realizado um estudo de carácter bibliográfico acerca do tema juntamente com a elaboração de um roteiro para entrevista semi estruturado com a finalidade de coletar os dados, este que foi validado por três professores do Centro Universitário Vale do Iguaçu e após a aprovação foi encaminhado para a aprovação do Núcleo de Ética e Bioética (NEB) do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu, tendo como número de protocolo 2021/095.

O roteiro é composto por 42 questões referentes às categorias de análise: tipos de violência sofrida; motivos que a mantiveram em uma relação violenta; e consequências da relação abusiva para a vida da mulher. Para a realização da entrevista, esta que foi feita de maneira remota, devido as exigências de segurança do novo Coronavírus, também foi utilizado o celular como meio de comunicação e também como gravador, para coletar o máximo de informações.

A entrevista foi realizada em um único encontro, com duração média de uma hora, que aconteceu via WhatsApp, foi gravada e transcrita posteriormente. Antes de iniciar a entrevista as entrevistadas assinaram via Google Forms o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de gravação de voz, onde estavam esclarecidos os objetivos da pesquisa e a necessidade de gravação da mesma. A fim de manter o sigilo sobre a identidade das entrevistadas, serão utilizados nomes fictícios.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção tratará da análise dos resultados da pesquisa de campo feita com uma amostra de 2 (duas) entrevistadas que tiveram relacionamento heterossexuais abusivos. Inicialmente foi descrito o perfil das entrevistadas. Em seguida, apresentados trechos e discussões que emergiram no discurso das mesmas, a partir do referencial teórico apresentado nesta pesquisa. Afim de manter o carácter sigiloso da identificação das participantes, elas foram nomeadas por pseudônimos: Pérola e Jade

Pérola tem 25 anos, solteira, viveu a relação abusiva dos 18 aos 24 anos, divorciada há 3 meses, dessa relação teve dois filhos, que hoje vivem com ela.



Jade tem 50 anos, viveu por 32 anos na relação abusiva, solteira, tem dois filhos, e está separada há 8 meses. Pérola relata que no início da relação tudo fluiu muito rápido, “conheci ele, nos gostamos e fomos morar juntos” (sic), ainda sobre o início da relação ela fala “ele era super carinhoso no começo, nos três primeiros meses, com o tempo foi mudando” (sic). O primeiro ato de violência acontece no terceiro mês da relação “brigamos, mas eu nem lembro o motivo, eu disse que voltaria para a casa do meu pai, ele me segurou forte no braço e falou que eu não iria sair dali” (sic).

Jade relata que o início também aconteceu de forma rápida “conheci ele e namorei rápido, uns três meses nós já estávamos morando juntos” (sic). Sobre o início do relacionamento Jade revela “ele era super cavalheiro, um amor, assim como todos são, foi assim até o casamento, depois que eu fui conhecer o monstro” (sic). O primeiro ato de violência contra Jade aconteceu por motivos financeiros “a primeira vez que ele me agrediu fisicamente foi na casa de alguns amigos, ele segurou muito forte nos meus dois braços, ele não sabia controlar o dinheiro, eu fiz um comentário e ele não gostou” (sic).

Vale ressaltar que a violência sofrida por Jade é relacionada a violência patrimonial, ela que é definida como ação de “retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (BRASIL, 2006).

Quando falamos sobre relacionamentos abusivos, é importante a forma como esse abuso ocorre, as vítimas experimentam dor emocional e / ou física quando são abusadas. A violência contra a mulher geralmente começa de forma sutil e pode ocorrer por meio de comentários e piadas, ciúme patológico e chantagem, mas eventualmente evolui para espancamentos e até morte (MARQUES, 2005).

Quando questionadas sobre o que aconteceu logo após a primeira briga Pérola fala “no começo do relacionamento eu ainda o amava, então eu ficava com dó e esquecia o que ele tinha feito e a gente acabava se acertando” (sic), Jade relata que “nossas brigas eram veladas para os outros, então nesse dia eu fingi que nada aconteceu, fomos para a casa e a vida seguia” (sic). Esse comportamento de Jade sobre as desavenças do casal reflete muito sobre o que Ribeiro (1997, p. 43) fala a respeito do mecanismo de defesa de deflexão, que



pode ser definida pela frase “nem ele nem eu existimos”. Desse modo a pessoa evita o contato, ou pode até mantê-lo, porém de forma muito superficial e vaga. Ainda segundo Dias (1994), a pessoa deflexiva tem dificuldade em enfrentar e resolver alguma coisa que lhe incomoda, ela acaba deixando de lado ou tentando esquecer, em de vez tentar resolvero problema.

Sobre as brigas nos relacionamentos, ambas concordam sobre a frequência Pérolafala “brigávamos bastante, qualquer coisa era motivo de briga, ele era estourado, nervoso” (sic), Jade salienta “brigávamos muito, era quase todo dia uma discussão diferente, nós mais brigávamos do que conversávamos, diálogo assim de casa nunca tivemos, ele nuncame permitiu a gente conversar, eu começava um assunto ele já ficava bravo e saia de perto” (sic), vale ressalta que Hirigoyen (2006) destaca que a diferença da violência conjugal e a briga de casal, está na diferença na relação, ou seja, a ausência de igualdade. Na discussãode casal, as personalidades dos dois ficam asseguradas, ambos se respeitam, isso não ocorre na relação violenta, onde a intenção é subjugar a parceira.

Depois dos rompimentos ambas acabavam voltando para suas relações, Pérola relata que “quando eu o amava eu me sentia feliz de voltar, quando o amor acabou eu mesentia culpada, pensava que não deveria ter voltado, não deveria ter perdoado, mas mesmo assim levava a vida” (sic), Pérola ainda acrescenta “no início quando eu gostava dele era eu quem pedia para voltar, nas últimas vezes sempre foi ele, quando voltava ele fazia de tudo para me agradar, até café na cama levava, fazia de tudo, todas as minhas vontades, mas isso era só uma semana, depois já virava tudo de novo” (sic).

Esse comportamento pode ser definido pela Gestalt-terapia como confluência, esse mecanismo surge no momento em que o fundo se mobiliza para virar a figura e a excitação é interrompida. A pessoa confluenta sente a necessidade de manter a rotina, o apego a uma situação que causa uma sensação de segurança a impede de tentar algo novo. O contato é interrompido e sem contato não há crescimento. Esse funcionamento disfuncional causa um estado de dependência, a pessoa depende do outro para que novas figuras possam emergir e seu campo continuar em movimento (FRAZÃO et al., 2014).

A violência financeira, uma das formas utilizadas para prender a mulher na relação acontece quando o agressor fornece uma pequena quantia em



dinheiro, e a mulher é obrigada a pedir mais, usando a humilhação para controlar a vítima, tornando-a dependente e impossibilitando-a de resistir. Normalmente, um homem abusador financeiramente tomará posse das economias da mulher quando eles se casarem, dizendo que ele administrará o dinheiro. Portanto, ele exerce controle e deixa claro que pode privar sua esposa de alimentos e roupas a qualquer momento, para fazê-la obedecer (MARQUES, 2005).

Quando questionadas sobre como se sentiam quando estavam separados Pérola responde “no tempo que existia amor eu chegava a chorar de saudade dele, nas ultimas vezes eu nem sentia falta, eu sentia mais falta da minha casa” (sic), Jade relata “eu sentia falta da minha casa, da minha família, dele em específico não” (sic) aqui ressalta-se um processo de confluência, que segundo Hansen (2010), o indivíduo não consegue distinguir diferenças de si e do outro, ocasionando a perda de si mesmos e um processo de simbiose, neste contexto, fica claro que a ausência das fronteiras individuais torna a relação disfuncional. Ainda segundo Cardella (1994), o relacionamento que se vivencia a utilização desse mecanismo, traz uma relação dependente que impede o espaço para a singularidade. Na confluência, qualquer separação do outro é vista como uma ameaça.

Ao serem perguntadas sobre a possibilidade de se imaginar uma vida sem os companheiros quando ainda estavam dentro da relação abusiva Pérola responde “não imaginava, pelo fato de depender dele, ainda mais com dois filhos pequenos” (sic), Jade salienta que “ não, ele me traia, mas eu não tinha coragem, eu montei uma vida perfeita de fantasias para os olhos da minha família, para eles nós éramos um casal perfeito, a gente se matava e saia de mãos dadas, porque eu queria que as pessoas acreditassem que ele era um bom marido e um ótimo pai, eu criei uma fantasia que nunca existiu” (sic), na fala de Jade é possível observar um mecanismo claro de negação diante de uma situação de infidelidade.

Sobre o que sentiam pelo companheiro na época do relacionamento Pérola responde “no começo era amor, depois do segundo filho que esfriou, já estava com ele por consideração, porque ele sóbrio é uma pessoa, a bebida que transforma ele” (sic) ela ainda completa “meu sentimento mudou a cada briga, agressão ia esfriando mais até acabar” (sic). Jade salienta “ ele era muito machista e irresponsável, mas era o pai dos meus filhos” (sic). Aqui percebe-se



que mesmo sabendo da personalidade dos companheiros ambas permaneciam na relação, o que segundo Marques (2005), a vivência em relacionamentos abusivos, causa, nas vítimas, sofrimento e injúrias emocionais. A mulher que é vítima de abuso psicológico pode apresentar sintomas como perda da iniciativa, resignação e até mesmo incapacidade para lidar com tarefas simples do dia a dia.

Pérola relata que “minha família só se envolvia se vissem que a briga estava muito feia e que poderíamos chegar a nos pegar meus irmão sempre foram contra esse relacionamento, sempre falavam para eu denunciar, já meu pai falava para sentar e conversar, procurar uma igreja que isso era falta de Deus” (sic), sobre a relação com os amigos ela ainda complementa “as minhas amigas sempre falavam para tomar coragem e denunciar, tem até uma amiga que já viu ele me agredir, ele estava bêbado, estava louco e me agrediu na frente dela” (sic), Pérola ainda complementa sobre o que achava da opinião deles “ eu pensava que era isso que eu precisava fazer, mas eu tinha que criar coragem, e falava que um dia eu iria criar coragem, eles sempre duvidavam” (sic) neste momento o mecanismo de deflexão qual foi apresentada como uma maneira do organismo desviar do contato com outra pessoa, é descrita como uma forma específica de evitação do contato, que dessa forma não permite que uma figura nova se forma no campo. Esse processo faz parte de todas as formas disfuncionais de contato, pois evitar a excitação compõe todo o processo de interrupção do contato (FRAZÃO et al., 2014).

Pérola fala que durante a relação o companheiro sempre reforçava o amor que sentia, nas palavras dela “ele toda vida deixou claro que me amava, sempre falava eu te amo, faço tudo por você, eu acho que era um amor doentio que ele sentia por mim, ele me agredia um dia e no outro passava o dia chorando igual criança pedia perdão” (sic) ela ainda complementa “ele sempre me elogiou, falava que eu era trabalhadora, uma boa mãe, que eu era caprichosa” (sic), estas promessas de mudança reforçam a forma cíclica da violência, o qual intercala momentos de agressões e amor, fato que contribui para que a mulher permaneça durante anos vivenciando uma relação violenta (MILLER, 1999).

Ao falarem do motivo que as prendia na relação violenta Pérola fala “esperança dele mudar, sempre que ele bebia ele jurava que nunca mais ia fazer aquilo” (sic) Jade fala “ eu ficava pela aparência, queria mostrar um



relacionamento perfeito, não queria mostrar isso para as pessoas” (sic), para a Gestalt-terapia esse comportamento é característica do mecanismo neurótico da retroflexão, onde a desvalorização de si própria, a retroflexão ocorre no envolvimento com o meio, quando surge a hipótese do contato, a pessoa sente medo de deixar fluir e ser afetada por ele, assim acaba por conter-lo. Mas como o processo já foi iniciado a saída é voltar essa energia para si mesmo. Como essa energia não flui para o campo, ela acaba por gerar um ciclo de pensamentos que são voltados a definir a forma de direcionar a energia, desde que não haja a exposição (FRAZÃO et al., 2014).

Elas ainda afirmam sobre a convivência delas. Pérola salienta “eu sempre buscava fazer as coisas do jeito dele, para evitar conflito, eu me preocupava com as ameaças, então eu tentava agradar” (sic), sobressai neste momento o mecanismo de introjeção que segundo Frazão et al. (2014) é encarada como uma ansiedade do não reconhecimento da excitação que emerge. Sendo assim, a pessoa passa a aceitar e internalizar o desejo do outro, esse movimento de adaptação segue para se adequar ao meio. A medida que isso acontece, ela sente-se adaptada e como o contato foi interrompido ela utiliza o meio como sendo parte do seu Eu. Ribeiro (1997) salienta que na introjeção a pessoa internaliza coisas que não são suas, esse movimento acontece sem a sua vontade, e nesse momento não consegue se defender sua opinião ou seus direitos. Para o autor esse mecanismo pode ser definido pela frase: “Ele existe, eu não.” (RIBEIRO, 1997, p.43).

Outro mecanismo que pode ser observado a partir da fala de Pérola é a proflexão, descrita como a união da projeção com a retroflexão, diante desse mecanismo a pessoa utilizaria a projeção, projetando no outro suas expectativas e frustrações, mas não assumindo que são seus, assim está direcionando ao outro a parte que lhe pertence. De acordo com Ribeiro (1997, p. 44), a proflexão pode ser definida pela frase “eu existo nele”. Segundo Tenório (2003), em geral, o que o proflexor quer que o outro imite seu gesto, dessa forma suprindo suas carências já que lhe faltam auto-suporte.

Ainda sobre o término Pérola fala “tinha medo de terminar e do que ele poderia fazer comigo, me agredir ou até matar” (sic) Jade complementa “tinha medo dele me matar, ele vivia me ameaçando” (sic), é notória a importância do conhecimento das redes de proteção para as mulheres, segundo Araujo (2008) é



recorrente o fato de mulheres não denunciarem parceiros devido ao medo de que as agressões tomem maior proporção e não cessem, porém a denúncia é muito pois tira a mulher do local de opressão para uma posição de empoderamento.

Sobre o motivo que levou elas a denunciarem o abusador Pérola relata “foi na última agressão na casa dos meus pais, ele queria bater até no meu pai, minha irmã me ajudou a fazer a denúncia e chamou a polícia, fez o B.O, porque foi nesse momento que ele viram o que eu passava” (sic) ela ainda complementa “no dia da denúncia eu me senti muito envergonhada, e triste porque meu filho viu tudo, também fiquei com raiva dele porque todos os vizinhos viram o escândalo que ele fez” (sic) sobre o dia da denúncia Jade fala “foi no dia que ele me ameaçou de morte, eu fiquei com medo” (sic), podemos ver principalmente no relato de Pérola que mesmo quando há o desejo da separação, essa ideia ainda vem junto de um sentimento de culpa e vergonha, mesmo que essa decisão só aconteça quando não têm mais alternativas de lidar com as violências e não suportam mais dor (CARDOSO, 1997).

Elas ainda falam sobre a reação dos ex companheiros com o término Pérola salienta “ele me ligou chorando, pedindo perdão, não queria de jeito nenhum a medida protetiva, chegou a falar que ficou doente, foi para na UPA porque tinha passado mal” (sic), ela ainda relata sobre como se sentiu com isso “foi nesse momento que eu percebi o ciclo sabe, toda a minha vida eu caí na mesma historinha, mas dessa vez não vou mais cair, porque eu sei que só perdoar e ele ia voltar a fazer a mesma coisa, como sempre foi” (sic). Neste momento o abusador tenta se reconciliar com a vítima é onde ocorre a terceira etapa que é a desculpa, reconciliação ou lua-de-mel, pois nesse momento o agressor se arrepende e tenta se defender com a sua atitude violenta, muitas vezes culpando a vítima por toda a situação passada, ou justificando com bebida ou acúmulo de trabalho.

Esse estágio se manifesta no amor extremo e no comportamento gentil do agressor, que pede perdão e promete que nunca mais se comportará desta forma (MANITA; RIBEIRO; PEIXOTO, 2009). Ao falar sobre sua experiência Jade relata “no primeiro momento ele aceitou de boa, assinou os papéis tranquilo, um mês depois começou a surtar e correr atrás, queria voltar, eu não quis e aí ele começou a falar mal de mim, manipular as pessoas contra mim, me ameaçar



de morte” (sic) sobre como se sentiu com tudo isso ela fala “me senti bastante angustiada, ainda me sinto muito insegura, ele é uma pessoa sem escrúpulos, tenho medo dele me mata, não consigo ter uma vida sólida, de me senti a vontade de seguir” (sic). A violência sofrida durante toda a relação tem aqui seu resultado, o medo de seguir em frente, vale ressaltar que qualquer comportamento que prejudique a saúde mental ou o desenvolvimento pessoal é considerado violência (HIRIGOYEN, 2006).

Pérola relata que “após a separação eu não tinha liberdade para nada, depois até comecei academia com uma amiga, hoje me sinto bem melhor, ainda mais agora que faço terapia, tem me ajudado muito” (sic). Com essa quebra do ciclo da violência e o rompimento da convivência, pode se notar que mesmo com todas as ameaças, agressões e situações passadas, ainda assim há uma dificuldade de se desvincular, um ponto bem relevante do mecanismo de confluência, onde não há barreira entre o Eu e o outro e com isso não há consciência de si e de suas próprias necessidades, com isso, qualquer separação do outro é vista como uma ameaça (CARDELLA, 1994).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo identificar os mecanismos de defesa neuróticos com base na Gestalt-terapia presentes em mulheres que permanecem em relações abusivas, constatou-se, a partir dos dados coletados nas entrevistas realizadas, que essas mulheres apresentam fortes traços retroflexivos, muito presentes nas falas em que elas se sentiam desqualificadas pelo homem, com sentimentos de inferioridade, insignificância e fragilidade. Para a Gestalt-terapia é característica do mecanismo neurótico da retroflexão a desvalorização de si própria. Outro mecanismo identificado foi a introjeção, onde a mulher incorpora as normas e atitudes do homem sem de fato fazer a assimilação, também a confluência, muito presente na crença de que não seriam capazes de reconstruir sua vida sem o companheiro e que não vão conseguir viver sem eles.

A deflexão foi observada quando as entrevistadas evitavam o contato com o meio e se esquivavam, principalmente nos momentos em que elas se excluíram do convívio social e perderam o interesse de fazer as atividades que



realizavam e a proflexão pode ser vista nos momentos em que elas utilizaram a projeção, projetando no outro suas expectativas e frustrações, mas não assumindo que são seus, assim está direcionando ao outro a parte que lhe pertence. Vale ressaltar que quando utilizados esses mecanismos de maneiras pontuais, para o enfrentamento de algumas situações que ofereçam ameaça ao organismo, esses não apresentam riscos, nem caracterizam distúrbios de personalidade. São considerados disfuncionais quando apresentam a realidade de forma distorcida para o indivíduo.

Contudo por se tratar de uma pesquisa elaborada diante de um contexto pandêmico é de suma importância que as pesquisas desta temática continuem, para que esse tema setorne cada vez mais visível na sociedade de modo a dar mais evidência à violência doméstica contra as mulheres e contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o tema. Com os dados levantados observa-se a necessidade da psicologia dentro desse campo, pois diante da possibilidade de estudo das pluralidades pode-se contribuir com intervenções que promovam um auxílio no processo de autodescoberta, fortalecendo a autonomia, a autoestima dessas mulheres.

Ainda diante da atuação da psicologia dentro dessa demanda, a Gestalt-terapia auxilia no processo de desenvolver a autonomia e autossuporte, bem como escuta, pois diante do pilar da fenomenologia, cada acontecimento é único e exclusivo deste indivíduo, sendo assim a escuta é feita de maneira singular, de forma única, pois como analisado diante desta pesquisa a violência é vivenciada de forma muito particular por cada sujeito, não podendo reduzir este fenômeno a algo estático e único.

Ainda pode-se ressaltar que a falta de delegacias especializadas em crimes contra as mulheres e a falta de casas abrigos dificultam as denúncias, pois muitas das vezes a única rede de apoio a qual a mulher pode recorrer é a profissional, já que essas mulheres perdem sua rede de apoio familiar e social, pois uma das características da relação abusiva como já salientado é que ela se afasta das pessoas mais próximas. Recomenda-se, portanto, a continuação da ênfase da visibilidade feminina frente a essa demanda, fortalecendo seu posto de protagonista da sua própria narrativa, tirando-as da posição de vítima de uma relação abusiva e as colocando como agentes ativos na relação. Que a nossa sociedade não espere a perda de mais mulheres, para empoderá-las e lhes dar



visibilidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicol. Am. Lat.* [online], n.14, pp. 0-0. ISSN 1870-350X, 2008. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em 18 jun. 2021.

BECKER, Danielle Nogara. Gestalt-terapia e Violência Doméstica contra Mulheres. Monografia submetida como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Psicologia Clínica- Abordagem Gestalt-terapia. Instituto Gestalten. Florianópolis, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 01 set. 2020.

CARDELLA, B.H.P. O amor na relação terapêutica: uma visão gestáltica. São Paulo: Summus, 1994.

CARDOSO, N.M.B. Mulher e maus tratos. In: STREY, Marlene Neves (Org.). *Mulher e estudos de gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

DIAS, C. M. (1994). Os distúrbios da fronteira de contato: um estudo teórico em Gestalt Terapia. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília. Brasília. Disponível em

: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/download/508/32>. Acesso em: 02 nov. 2020.

FERRAZ, Caroline Souza; SOUSA, Fábio Batista. Violência Doméstica contra a mulher: Um olhar da Gestalt-terapia. *Revista Conexão Eletrônica*. Três Lagoas, Volume 15, Número 1, 2018.

FRAZÃO, Lilian Meyer; FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima. *Gestalt-terapia: conceitos fundamentais*. [S.l.: s.n.], 2014.

GINGER & GINGER (1995). *Gestalt: uma terapia do contato*. (S. S. Rangel, trad.) São Paulo: Summus. (Trabalho original publicado em 1987).



- HIRIGOYEN, M.F. A violência no casal. Da coação psicológica à agressão física. Riode Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.
- KRUG, E. G. et al. Relatório mundial sobre violência e saúde. Geneva: World Health Organization, 2002, p. 380.
- MANITA, C; RIBEIRO, C; PEIXOTO, C. Violência doméstica: Compreender para intervir. Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vítimas. Lisboa, 2009
- MARQUES, Tânia Mendonça. Violência Conjugal: Estudo Sobre A Permanência Da Mulher Em Relacionamentos Abusivos. 2005. 303 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: <http://www.pgpsi.ip.ufu.br/sites/pgpsi.ip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/DissertacaoTaniaMendoncaMarques.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020
- MILLER, Mary Susan. Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres. Tradução Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.
- PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1997.
- RIBEIRO, J. P. O Ciclo do Contato: Gestalt – Temas Básicos. Brasília: Ser, 1995.
- RIBEIRO, J. P. (1997). O ciclo do contato: temas básicos na abordagem gestáltica. 2ª ed. São Paulo: Summus.
- ROCHA, S. L. C. O. Gestalt e relações de gênero: a emergência de novas masculinidades e feminilidades nos modos de ser homem e mulher hoje. In: FRAZÃO, L. M.; ROCHA, S. L. C. O. Gestalt e gênero: configurações do masculino efeminino na contemporaneidade. Campinas, SP: Livro Pleno, 2005.
- SOARES, B. M. (2005). Enfrentando a violência contra a mulher: orientações práticas para profissionais e voluntários (as). Brasília: Secretaria especial de políticas para as mulheres, 13(3), 18-23.
- TENÓRIO, C. M. (2003). Os transtornos da personalidade histriônica e obsessiva-compulsiva na perspectiva da Gestalt Terapia e da Teoria de Fairbairn. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. Brasília. Disponível em: <https://silo.tips/download/universidade-de-brasilia-instituto-de-psicologia-curso-de-pos-graduacao-em-psicol-6> Acesso em 02 nov. 2020.
- ZINKER, J. C. A busca da elegância em psicoterapia: uma abordagem gestáltica em casais, famílias e sistemas íntimos. São Paulo: Summus, 2001.



ESTADO NUTRICIONAL E INSATISFAÇÃO CORPORAL EM ADOLESCENTES: UMA REVISÃO

Daiana Bianek Kieski¹
Vanessa Csala Smykaluk²

RESUMO: A adolescência é definida como uma fase marcada pelo intenso desenvolvimento físico, biológico, social, psicológico e comportamental. Esses fatores podem implicar na percepção que o indivíduo possui a respeito da sua imagem corporal, uma vez que nessa etapa da vida ocorrem muitas preocupações estéticas. Nos últimos anos, a mídia vem contribuindo com a disseminação de parâmetros e modelos corporais idealizados, impostos pela sociedade e pela indústria da beleza. Os padrões alimentares inadequados entre os adolescentes, incluindo alimentos industrializados e pouco nutritivos, podem apresentar repercussões negativas no estado nutricional, sendo precursores da insatisfação corporal, associado a intensa preocupação e atitudes negativas em relação a sua dimensão e peso. A busca pelo ideal de beleza influenciado pela mídia, relacionada à insatisfação corporal, podem ocasionar prejuízos no comportamento alimentar, fator de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares. Diante dos estudos e importância sobre o tema, esta pesquisa tem como intuito investigar a insatisfação com a imagem corporal e o estado nutricional durante a adolescência. Ao fim, foi possível verificar a importância do cuidado com a percepção corporal, principalmente durante a adolescência, levando em conta os problemas que podem ser desenvolvidos através disso, afetando a saúde desses indivíduos. Com isso, mostra-se a importância do profissional nutricionista, trabalhando em conjunto com psicólogos, na prevenção e no tratamento desses problemas, bem como na disseminação de informações adequadas a respeito do assunto à população.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência. Estado Nutricional. Insatisfação Corporal. Transtornos Alimentares.

ABSTRACT: The adolescent phase is defined as a phase marked by physical, biological, social, psychological and behavioral development. These factors imply the perception that the individual has respect for their body image, since many concerns can occur. In the years, the media and models come with the projection of idealized models, imposed and society by the beauty industry. Low nutritional standards among adolescents, including industrial and low-nutrition foods, can have negative repercussions on body status, being precursors of concern and attitudes towards their size and weight. The search for the ideal of beauty influenced by the media, in relation to body dissatisfaction, can lead to a risk of non-eating behavior, a beauty factor for the development of eating disorders. Given the studies and importance on the subject, this research aims to investigate dissatisfaction with body image and nutritional status during adolescence. In the end, it was possible to verify the importance of caring for body perception, especially during adolescence, taking into account the problems that can be produced through this, affecting the health of our children. Thus, the importance of professional psychologists is shown, working together with psychologists, in the prevention and treatment of these problems, as well as in the dissemination of information about the subject to the population.

KEYWORDS: Adolescence. Nutritional status. Body dissatisfaction. Eating Disorders.

1. INTRODUÇÃO

A adolescência, considerada como o período entre os 10 aos 19 anos de idade, é definida como uma fase marcada pelo intenso desenvolvimento físico,

¹ Acadêmica do Curso de Nutrição do Centro Universitário Vale do Iguaçu

² Professora Especialista em Nutrição Clínica do Curso de Nutrição do Centro Universitário Vale do Iguaçu



biológico, social, psicológico e comportamental, que caracteriza a passagem para a vida adulta. Essas mudanças podem implicar na percepção que o indivíduo possui a respeito da sua imagem corporal, uma vez que os adolescentes estão vivenciando um período no qual ocorrem muitas preocupações com a estética e sua imagem perante a sociedade (MURARI, DORNELES, 2018; CHAGAS et al., 2019).

A imagem corporal pode ser entendida como a representação mental multidimensional de como o sujeito se enxerga e sente-se em relação a sua aparência física, englobando suas percepções, pensamentos, sentimentos e comportamentos relativos ao tamanho, formato e estrutura corporal. Os adolescentes estão vivendo uma fase marcada por certa vulnerabilidade, permitindo que a imagem corporal seja facilmente influenciada por diversos fatores (ANDRADE et al., 2017; SILVA et al., 2018; MOEHLECKE et al., 2020).

Nos últimos anos, os meios de comunicação em massa, a serviço da indústria da beleza, vêm contribuindo com a disseminação de parâmetros e modelos corporais idealizados, impostos pela sociedade e pela mídia, exaltando corpos magros e musculosos e associando-os como sinônimo de beleza, sucesso, bem-estar e felicidade, sendo atributos determinantes para aceitação e inserção social. A existência desse padrão de imagem criado e socialmente compartilhado, exerce uma pressão considerável na população em geral, sobretudo naqueles que não se enquadram nesse paradigma, levando ao desenvolvimento de insatisfação com a imagem corporal (AINETT, COSTA, SÁ, 2017; COPETTI, QUIROGA, 2018).

O estado nutricional do adolescente está associado às alterações no comportamento, escolhas alimentares, sedentarismo e estilo de vida. O consumo alimentar na adolescência sofre influências decorrentes do processo de mudanças fisiológicas, psicológicas e sociais, sendo determinantes na formação dos hábitos alimentares. Os padrões alimentares inadequados entre os adolescentes, incluindo alimentos industrializados de alto teor energético e pouco nutritivos, podem apresentar repercussões negativas no estado nutricional, sendo precursores da insatisfação corporal. (LOUREIRO, 2016; OLIVEIRA, PETER, MUNIZ, 2021).

A insatisfação corporal é definida como um distúrbio de imagem corporal, caracterizado pelo sentimento depreciativo relacionado ao corpo e sua aparência



física, associado a intensa preocupação e atitudes negativas em relação a sua dimensão e peso, influenciada pelas interações entre o indivíduo e o meio em que vive. A busca pelo ideal de beleza influenciado pela mídia e fortalecido pela sociedade, relacionada à insatisfação com a imagem corporal, pode ocasionar prejuízos no comportamento alimentar, fator de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares, como anorexia, bulimia e transtorno de compulsão alimentar, mesmo com o estado nutricional dentro dos parâmetros considerados adequados (SOUZA, ALVARENGA, 2016; ALVARENGA et al., 2019; SILVA et al., 2019).

Diante dos estudos e importância sobre o tema, esta pesquisa tem como intuito investigar a insatisfação com a imagem corporal durante a adolescência, os fatores que a influenciam, o estado nutricional e salientar a importância do cuidado com a percepção corporal na prevenção de transtornos alimentares nesta faixa etária.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, qualitativa, onde foram analisados artigos e livros acadêmicos sobre o assunto publicados entre 2014 e 2021. Os artigos foram encontrados em bases de dados como *Scielo* e Google Acadêmico. Foram utilizados para a pesquisa os termos indexadores “estado nutricional”, “insatisfação corporal” e “adolescência”, com o objetivo de entender melhor a respeito da insatisfação corporal durante a adolescência, o estado nutricional nesta fase da vida e o desenvolvimento de transtornos alimentares.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 ADOLESCÊNCIA

A adolescência é a etapa de transição entre a infância e a fase adulta, caracterizada por um complexo processo de modificações físicas, comportamentais, psicossociais, entre outras. Existem divergências nos limites de definição das faixas etárias da infância e adolescência. O Ministério da Saúde



segue as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera como adolescência o período dos 10 aos 19 anos de idade, já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 13 de julho de 1990, com o objetivo de assegurar os direitos das crianças e adolescentes, compreende a faixa etária dos 12 aos 18 anos (BRASIL, 2018; ECA, 2019).

Um conjunto de transformações somáticas da adolescência são expressas na puberdade, as quais englobam a aceleração e desaceleração do crescimento ponderal e estatural, mudanças na composição e proporção corporais resultantes do crescimento esquelético, muscular e da redistribuição do tecido adiposo; desenvolvimento dos sistemas do organismo; maturação sexual com emergência de caracteres sexuais secundários e a reorganização neuroendócrina (BRASIL, 2018).

Segundo Andrade et al. (2019), neste período também ocorre o desenvolvimento da capacidade cognitiva, e a conquista da independência e responsabilidades, além da inserção em grupos sociais. A adolescência se constitui como um fenômeno singular, que varia de acordo com fatores como cultura, classe social, etnia, gênero, idade e personalidade, podendo ser vivenciada de formas distintas por cada indivíduo.

Em razão da intensidade das transformações que ocorrem durante a adolescência e a busca pela aceitação social, surgem preocupações com sua imagem e a forma como o indivíduo se apresenta, favorecendo a insegurança com seu próprio corpo. Essa fase representa um período crítico que pode afetar o desenvolvimento da imagem corporal (VOELKER, REEL, GREENLEAF, 2015; OLIVEIRA, MACHADO, 2021).

3.2 IMAGEM CORPORAL

Em um conceito multidimensional, a imagem corporal reflete a percepção que o indivíduo possui de seu próprio corpo. Esta, pode ser subdividida em dois componentes, o perceptivo e o atitudinal. O componente perceptivo diz respeito à exatidão no julgamento do tamanho, forma e peso corporais, já o atitudinal abrange pensamentos, sentimentos, crenças e comportamentos relacionados ao próprio corpo (AMARAL, 2015; LOPES, MENDES, SOUSA, 2017).



A imagem corporal é uma representação visual que intervém na forma de reagir com o meio social, e sua construção advém da interação do sujeito com o mundo e suas relações afetivas e socioculturais. A percepção da imagem corporal e sua relação com o ambiente refletem no autoconhecimento e formação de uma identidade, bem como na busca por aceitação e pertencimento, objetivos constantes na adolescência (OLIVEIRA; MACHADO, 2021).

As preocupações com o peso, o corpo e os comportamentos relacionados à aparência física têm início na infância, uma vez que esse é um período de extrema importância na formação humana e também na imagem corporal, e são construídas durante todas as etapas ao longo da vida. Com a busca de um corpo ideal, o indivíduo pode ter sua imagem corporal afetada, o que pode ser um fator de risco relevante no desenvolvimento de psicopatologias na adolescência e na fase adulta (NEVES et al., 2016).

No decorrer dos anos, os hábitos e comportamentos alimentares da população passaram por diversas transformações, influenciadas por fatores culturais e sociais, como a mídia, família, amigos, entre outros. Com isso, a imagem corporal é facilmente afetada, refletindo na tentativa de se obter o corpo idealizado (SILVA, 2018; OLIVEIRA et al., 2020).

3.2.1 Fatores associados à percepção da imagem corporal

O corpo tornou-se uma das preocupações mais presentes no pensamento pós-moderno, assumindo um lugar de objeto que deve ser moldado de acordo com os padrões e normas impostos pela sociedade. O padrão de beleza atual, que supervaloriza o corpo magro, definido e musculoso, é indicativo de saúde, beleza e poder, realidade essa que favorece o sentimento de frustração daqueles que não se adaptam a ela (LOPES, MENDONÇA, 2016; LOPES et al., 2017).

A mídia atualmente possui um papel importante na criação e difusão de ideias e comportamentos, exercendo uma função ideológica sobre a sociedade. Na adolescência os indivíduos estão vivendo um intenso período de transição, além de presenciar a era da revolução tecnológica e os efeitos da mídia. Esse



conjunto de acontecimentos acaba tornando-os mais vulneráveis e susceptíveis às influências midiáticas (BITTAR; SOARES, 2020).

A internet e as redes sociais desempenham um papel eloquente na disseminação dos padrões de beleza preconizados. Concomitante a isso, existe um processo de desvalorização do sujeito que não corresponde a esses padrões estéticos, desta forma, a auto comparação e a busca por esse padrão é considerada como o mecanismo chave pelo qual a mídia afeta a imagem corporal. Ao se comparar a uma imagem idealizada, o sujeito fica mais suscetível a desenvolver insatisfação com seu próprio corpo (FERNANDES, 2019; OLIVEIRA, MACHADO, 2021).

Em decorrência da pandemia do COVID-19, o distanciamento social levou a um aumento do tempo dedicado às redes sociais, fazendo com que esse contato permanente com a internet intensifique as preocupações com o corpo e a estética frente aos modelos corporais expostos (BRITO; THIMÓTEO; BRUM, 2020).

Quando se trata de questões envolvendo padrões estéticos e físicos, pode-se notar também a influência do ambiente cultural, social, político e científico. Portanto, quando falamos sobre o corpo, estamos falando também sobre a sociedade. As diferentes culturas locais agem determinando padrões de saúde e beleza. Dessa forma, as influências sobre a construção da imagem corporal e as definições de padrões estéticos são fatores de risco cruciais para o desenvolvimento da insatisfação corporal (CARDOSO, 2018).

3.3 INSATISFAÇÃO CORPORAL

A insatisfação corporal enquadra-se no componente da dimensão atitudinal da imagem corporal, caracterizada pela autodesvalorização da aparência física, ocasionada por divergências entre o corpo real e o ideal, podendo estar relacionada às formas corporais e a aparência de forma isolada ou conjunta (SILVA et al., 2016; MORAIS, MIRANDA, PRIORE, 2021).

Alvarenga et al. (2019), discorre que a insatisfação corporal é um distúrbio de imagem corporal, que associada à depreciação, evitação, preocupação e a valorização extremas do corpo, tem se tornado prevalente e é amplificada por



uma cultura que incentiva a modificação corporal para um padrão específico, que desvaloriza as características naturais de cada indivíduo.

A partir das mudanças decorrentes da adolescência, onde o sujeito se torna ciente de seu corpo e passa a compará-lo com os outros, comumente ocorre a insatisfação com a imagem corporal, tornando-o mais vulnerável às preocupações relacionadas à aparência física. A insatisfação corporal pode afetar aspectos da vida relacionados a autoestima, comportamento alimentar, desempenho cognitivo, psicossocial e físico, sendo prejudicial à saúde e ao desenvolvimento dos indivíduos (ALMEIDA et al., 2018; BURGOS et al., 2018; GESTSDOTTIR et al., 2018).

3.4 ESTADO NUTRICIONAL DE ADOLESCENTES

O estado nutricional adequado reflete o equilíbrio entre ingestão balanceada de alimentos e o consumo de energia necessário para que o organismo mantenha suas funções diárias. Através dele, é possível avaliar e monitorar a evolução nutricional do indivíduo, sendo necessário no diagnóstico e acompanhamento nutricional (SILVA, 2018; DUTRA et al., 2020).

As preferências alimentares são fatores determinantes do estado nutricional e possuem um papel significativo na seleção dos alimentos. Com a urbanização e a industrialização, ocorreram alterações nos padrões alimentares dos adolescentes, aliados ao sedentarismo. Essa transição levou ao aumento do consumo de alimentos de baixo valor nutricional e alta densidade energética, como lanches, *fast-foods* e alimentos ultra processados, ricos em gorduras, açúcares e sódio, o que contribui para o desenvolvimento de sobrepeso e obesidade (COSTA et al., 2018).

Durante a adolescência ocorre uma variação considerável no estado nutricional, em um curto período de tempo. O ganho de peso pode ser considerado um dos principais fatores relacionados à prevalência de insatisfação corporal, podendo atingir índices significativos tanto no sexo feminino quanto masculino, contudo, é possível notar que indivíduos eutróficos também podem apresentar descontentamento com sua imagem corporal (ANDRADE et al., 2019).



A busca por um corpo considerado ideal, pode acabar levando ao desenvolvimento de comportamentos prejudiciais à saúde, como a prática excessiva de exercícios físicos, abuso de laxantes, indução de vômito, dietas altamente restritivas, entre outros. Esses comportamentos podem levar ao desenvolvimento de transtornos alimentares (MORAIS, MIRANDA, PRIORE, 2021).

3.5 TRANSTORNOS ALIMENTARES

Transtornos Alimentares (TA) são compreendidos como quadros psiquiátricos que resultam em graves alterações no comportamento alimentar, no controle de peso e na forma corporal, causando sérios problemas clínicos, bem como alterações físicas, endócrinas, pulmonares, renais, cardíacas, hematológicas, hidroeletrólíticas e ósseas, complicações metabólicas, além de prejuízos psicológicos e de convívio social, sobretudo na adolescência (MAIA et al., 2018; ALVARENGA et al., 2019; CHIMBINHA et al., 2019).

A Anorexia Nervosa (AN) é um transtorno alimentar marcado pela perda de peso acentuada através da restrição alimentar, levando à dificuldade em manter o peso mínimo apropriado. A busca incessante por um corpo magro é seguida pela distorção da imagem corporal ligada ao medo intenso do ganho de peso (CROCETTA, GOMES, 2017; CASTRO, BRANDÃO, 2018; CARVALHO et al., 2020).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) (2014), a AN é classificada em dois subtipos, o restritivo, onde a perda de peso nos últimos três meses se dá através de dietas severas e períodos prolongados de jejum, associados à realização de atividades físicas em excesso. Já o subtipo purgativo, é caracterizado por episódios recorrentes de compulsão alimentar seguidos por vômitos autoinduzidos, uso indevido de laxantes, diuréticos e outros.

A Bulimia Nervosa (BN) envolve episódios de compulsão alimentar seguido por comportamentos compensatórios para evitar o ganho de peso a autoavaliação indevidamente influenciada pela forma e peso corporal. Pode ser especificada em remissão parcial, quando todos os critérios são previamente preenchidos, mas não todos ocorrem por um período de tempo considerável, e



em remissão completa, se após todos os critérios terem sido preenchidos, nenhum foi por período de tempo sustentável. Diferente de indivíduos com Anorexia Nervosa do tipo purgativa, na Bulimia Nervosa o sujeito mantém o peso corporal igual ou acima da faixa considerada normal (DSM, 2014; DONNELLY et al., 2018).

O Transtorno da Compulsão Alimentar Periódica (TCAP), é descrito como a ingestão de uma grande quantidade de alimentos em curto período de tempo (cerca de duas horas), mesmo sem estar com fome, caracterizada pela sensação de perda de controle da quantidade que se está comendo, seguida do sentimento de culpa e arrependimento, podendo desencadear quadros de depressão. Esses episódios podem ocorrer no mínimo uma vez por semana, durante três meses (SERRA, OLIVEIRA, 2018; BLOC, et al., 2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar que a adolescência é uma fase na qual o indivíduo está em desenvolvimento, sendo um período no qual a percepção da imagem corporal está sendo formada e está suscetível à diversos fatores que podem influenciá-la negativamente, bem como a pandemia de Covid-19, que elevou o tempo dedicado à internet e mídias sociais, além da cultura, sociedade e outros. Nesse período surge uma maior preocupação com a imagem corporal e a aparência física. A busca por um ideal de beleza muitas vezes inalcançável imposto pela sociedade e fortemente veiculado pela mídia, pode levar à insatisfação corporal, afetando vários aspectos da vida, bem como o comportamento alimentar e o desenvolvimento de transtornos alimentares, sendo prejudiciais à saúde e ao estado nutricional.

Dessa forma, é possível verificar a importância do cuidado com a percepção corporal, principalmente nessa fase da vida que é a adolescência, levando em conta os problemas que podem ser desenvolvidos através disso, afetando a saúde desses indivíduos. Com isso, mostra-se a importância do profissional nutricionista, trabalhando em conjunto com psicólogos, na prevenção e no tratamento desses problemas, bem como na disseminação de informações adequadas a respeito do assunto à população.



REFERÊNCIAS

AINETT, Waléria do Socorro de Oliveira; COSTA, Vanessa Vieira Lourenço. SÁ, Naíza Nayla Bandeira. Fatores associados à insatisfação com a imagem corporal em estudantes de nutrição. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v. 11. n. 62, p. 75-85, 2017. Disponível em <<http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/487/419>>. Acesso em: 03 out. 2021.

ALVARENGA, Marle; FIGUEIREDO, Manoela; TIMERMAN, Fernanda; ANTONACCIO, Cynthia. **Nutrição comportamental**. 2ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520456163/>>. Acesso em: 11 set. 2021.

ALMEIDA, Carlos Alberto Nogueira; GARZELLA, Rafael Cappello; NATERA, Camila da Costa; ALMEIDA, Ane Cristina Fayão; FERRAZ, Ivan Savioli; CIAMPO Luiz Antônio Del. Distorção da autopercepção de imagem corporal em adolescentes. **International Journal of Nutrology** [online], v. 11, n. 2, p. 60-65, 2018. Disponível em: <<https://www.thieme-connect.com/products/ejournals/html/10.1055/s-0038-1669407>>. Acesso em: 11 set. 2021.

AMARAL, Ana Carolina Soares. **Imagem Corporal de adolescentes: descrição e intervenção preventiva em âmbito escolar**. 2015. 260 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1544/1/anacarolinasoaresamaral.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico E Estatístico De Transtornos Mentais: DSM-5**. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento, et al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli. 5 eds. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <<http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf>>. Acesso em: 18 set. 2021.

ANDRADE, Ingrid Silva; SOUSA, Beatriz Rocha; MOITINHO, Bruna Gonçalves; MACEDO, Igor Oliveira; ANDRADE, Adna Gorette Ferreira; FACCHINETTI,



Juliana Braga; DUARTE, Stênio Fernando Pimentel. Associação entre a percepção da imagem corporal com indicadores antropométricos em adolescentes. **Revista de Psicologia**, Jaboaão dos Guararapes. v. 11, n. 35, p. 531-541, 2017. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/755/1062>>. Acesso em: 13 set. 2021.

ANDRADE, Lilian Moreira Moraes.; COSTA, Jessica Almeida Silva; CARRARA, Camila Ferreira; NETTO, Michele Pereira; CÂNDIDO, Ana Paula Carlos; SILVA, Renata Maria Souza Oliveira; MENDES, Larissa Loures. Estado nutricional, consumo de alimentos ultraprocessados e imagem corporal de adolescentes de uma escola privada do município de Juiz de Fora – MG. **HU Revista**, Juiz de Fora, v. 45, n. 1, p. 40–46, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/25937>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BITTAR, Carime; SOARES, Amanda. Mídia e comportamento alimentar na adolescência. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 291-308, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/mfTpzZ6F3YhywBGx5tVLkgx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 set. 2021.

BLOC, Lucas Guimarães; NAZARETH, Ana Clara de Paula; MELO, Anna Karynne da Silva; MOREIRA, Virginia. Transtorno de compulsão alimentar: revisão sistemática da literatura. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 11, n. 1, p. 3-17, 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2019000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**, 2. ed. Brasília, 2018. 233 p. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRITO, Amanda Alberto; THIMÓTEO, Tayná Brum; BRUM, Fábio. Redes sociais, suas implicações sobre a imagem corporal de estudantes adolescentes e o contexto da pandemia do Coronavírus (COVID-19). **Revista do Departamento de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 105-125, 2020.



Disponível em:

<<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/temasemedfisicaescolar/article/view/3032>>. Acesso em: 09 set. 2021.

BURGOS, Miria Suzana; TORNQUIST, Luciana; TORNQUIST, Debora; GARCIA, Edna Linhares; REUTER, Cézane Priscila. Insatisfação corporal de escolares e sua relação com o estado nutricional real. **Psico**, Porto Alegre, v. 47, n. 3, p. 213-221, 2018. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/25915/pdf>>. Acesso em: 12 set. 2021.

CARDOSO, Jennifer. **Implicações padrão barbie: sentidos que meninas adolescentes atribuem aos padrões de estética e idealização do corpo**. 2018. 28f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Pedra Branca, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10218/1/TCC%20JENNIFER%20CARDOSO.pdf>>. Acesso em 10 set. 2021.

CARVALHO, Felipe Alckmin; FERREIRA, Renatha Rafihi; ROCHA, Marina; MELO, Márcia. Compreensão analítico-comportamental da anorexia nervosa. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 21, n. 2, p. 423-434, 2020. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/aaf8/1bc6736b293e150b013332b388c8ec4cbf1a.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2021.

CASTRO, Priscila da Silva; BRANDÃO, Elaine Reis. Desafios da atenção à anorexia nervosa na adolescência: Etnografia em serviço público de saúde no Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 2917-2926, 2018. Disponível em: <<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/desafios-da-atencao-a-anorexia-nervosa-na-adolescencia-etnografia-em-servico-publico-de-saude-no-rio-de-janeiro/16791?id=16791>>. Acesso em: 16 set. 2021.

CHAGAS, Larissa Mecca; FERREIRA, Nathalia Guarezi; HARTMANN, Valeria; KUMPEL, Daiana Argenta. Percepção da Imagem Corporal e Estado Nutricional de Adolescentes. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 2, p. 69-78, 2019. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3166/2268>>. Acesso em: 17 out. 2021.



CHIMBINHA, Ítalo Gustavo Martins; JÁCOME, Anielle do Nascimento; SILVA, Gabriel Gomes; BARRETO, Mayara Janyara do Rego; COSTA, Íris do Céu Clara. Transtornos alimentares e percepções orais em adolescentes. **Revista Ciência Plural**, v. 5, n. 3, p. 1-20, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/19204/12229>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

COPETTI, Aline Vieira Sá; QUIROGA, Carolina Villanova. A influência da mídia nos transtornos alimentares e na autoimagem em adolescentes. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 161-177, 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpi/v10n2/11.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2021.

COSTA, Mayara Carvalho; SOUSA, Artemizia Francisca; LIMA, Jarlan Ted do Nascimento; SOUSA, Sabrina Delany Frota; FERREIRA, Francisco Valdicélio Ferreira; MARQUES, Aline Rocha de Azevedo. Estado nutricional, práticas alimentares e conhecimentos em nutrição de escolares. **Revista de Atenção à Saúde**, São Caetano do Sul, v. 16, n. 56, p. 12-17, 2018. Disponível em: <https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/4811>. Acesso em: 19 set. 2020.

CROCETTA, Maria Elesiane Damasio Cardoso; GOMES, Karin Martins Gomes. Anorexia nervosa na adolescência: uma revisão não sistemática. **Revista de Iniciação Científica**, Criciúma, v. 15, n. 1, p. 77-87, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/iniciacaocientifica/article/view/3744/3496>>. Acesso em: 15 set. 2021.

DONNELLY, Brooke; TOUYZ, Stephen; HAY, Phillipa; BURTON, Amy; RUSSELL, Janice; CATERSON, Ian. Neuroimaging in bulimia nervosa and binge eating disorder: a systematic review. **Journal of Eating Disorders**, v. 6, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5819247/pdf/40337_2018_Article_187.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

DUTRA, Anieli de Fatima de Oliveira; DIAS, Ana Débora Cordeiro; ARAÚJO, Débora Gomes de Sousa; SILVA, Edvânia Medeiros; SILVA, Ian Marlon Farias; GOMES, Lívia Morgana de Freitas. A importância da alimentação saudável e estado nutricional adequado frente a pandemia de COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 9, p. 66464-66473, 2020. Disponível em:



<<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/16336>>.

Acesso em: 19 set. 2021.

FERNANDES, Katia. **Impacto das mídias sociais sobre a insatisfação corporal e risco de transtornos alimentares e depressão em estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto**. 2019. 94 f. TCC (Graduação) Curso de Nutrição - Escola de Nutrição, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019. Disponível em:

<https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2527/1/MONOGRAFIA_impactoM%c3%addiasSociais.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021

GESTSDOTTIR, Sunna; OMMUNDSSEN, Yngvar; SVANSDOTTIR, Erla; RNGRÍMSSON, Sigurbjorn; SIGURDSSON, Hedinn; SVEINSSON, Thorarinn; ARNARSSON, Arsaell; JOHANNSSON, Erlingur. Different factors associate with body image in adolescence than in emerging adulthood: A gender comparison in a follow-up study. **Health Psychology Report**, v. 6, n. 1, p. 81-93, 93, 2018. Disponível em: <<https://hvlopen.brage.unit.no/hvlopen-xmlui/bitstream/handle/11250/2592120/Gestsdottir.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em 12 set. 2021.

LOPES, Amliz Ferreira; MENDONÇA, Érika de Souza. Ser jovem, ser belo: a juventude sob holofotes na sociedade contemporânea. **Rev. Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 20-33, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 set. 2021.

LOPES, Marcela Almeida Marreiros; PAIVA, Adriana de Azevedo; LIMA, Sueli Maria Teixeira; CRUZ, Kyria Jayanne Clímaco; RODRIGUES, Gilmara Péres; CARVALHO, Cecília Maria Resende Gonçalves. Percepção da imagem corporal e estado nutricional em acadêmicas de nutrição de uma universidade pública. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 193-206, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/22483/20073>>. Acesso em: 05 set. 2021.

LOPES, Muranna Silva; MENDES, Renata Caroline Pereira Reis; SOUSA, Sandra Maria Nascimento. Ser mulher: uma análise da imagem corporal entre adolescentes. **Espacios**, v. 38, n. 29, p. 3, 2017. Disponível em:



<<https://www.revistaespacios.com/a17v38n29/a17v38n29p03.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

LOUREIRO, Marina Paraluppi. Estado nutricional e hábitos alimentares de universitários. **Segurança alimentar e nutricional**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 955-972, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8647612>>.

Acesso em: 02 out. 2021.

MAIA, Raimunda Gerlane Lima; FIORIO, Bárbara de Cerqueira; ALMEIDA, Juliana Zani; SILVA, Francisco Regis. Estado nutricional e transtornos do comportamento alimentar em estudantes do curso de graduação em nutrição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Ceará, Brasil. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-145, 2018. Disponível em:

<<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/30654>>.

Acesso em: 15 set. 2021.

MOEHLECKE, Milene; BLUME, Carina Andriatta; CUREAU, Felipe Vogt; Kieling, Christian; SCHAAN, Beatriz. Self-perceived body image, dissatisfaction with body weight and nutritional status of Brazilian adolescents: a nationwide study. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro. v.96, n. 1, p. 76-83, 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/jped/a/3hyT8qTDCvYwZ4bGRXMJDqG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 set. 2021.

MORAIS, Núbia de Souza; MIRANDA, Valter Paulo Neves; PRIORE, Sílvia Eloiza. Associações entre insatisfação corporal e frequência alimentar em adolescentes do sexo feminino. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição - RASBRAN**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 5–20, 2021. Disponível em: <<https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/1690>>. Acesso em: 11 set. 2021.

MORAIS, Núbia de Souza; MIRANDA, Valter Paulo Neves; PRIORE, Sílvia Eloiza. Imagem corporal de adolescentes do sexo feminino e sua associação à composição corporal e ao comportamento sedentário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 2693-2703, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/JdY4dHvsRW4dhcgq8vLKc3r/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 fev. 2022.



MURARI, Karina Stangherlim; DORNELES, Patrícia Paludette. Uma revisão acerca do padrão de autoimagem em adolescentes. **Revista Perspectiva Ciência e Saúde**, v.3, n.1, p. 155-168, 2018. Disponível em: <<http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/perspectiva/article/view/209/197>>. Acesso em: 25 set. 2021.

NEVES, Clara Mockdece; MEIRELES, Juliana Fernandes Filgueiras; COSTA, Júlia Loth; PEREIRA, Larissa Cristina Ramos; FERREIRA, Maria Elisa Caputo. Influência da mídia e comportamento alimentar de adolescentes atletas e não atletas de ginástica artística. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 24, n. 2, p. 129-137, 2016. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/6158/4402>>. Acesso em: 03 set. 2021.

OLIVEIRA, Ana Paula Gonçalves; FONSECA, Isadora Ramos; ALMADA, Maria Olímpia Ribeiro do Vale; ACOSTA, Rene Jesus de La Torre; SILVA, Monise Martins, PEREIRA, Kallyne Bolognini; NASCIMENTO, Paulo Loivo, SALOMÃO, Joab Oliveira. Transtornos alimentares, imagem corporal e influência da mídia em universitárias. **Revista de Enfermagem UFPE**, v. 14, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/245234/35657>>. Acesso em: 04 set. 2021.

OLIVEIRA, Michele Rodrigues; MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida. O insustentável peso da autoimagem: (re) apresentações na sociedade do espetáculo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 07, p. 2663-2672, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08782021>>. Acesso em: 01 set. 2021.

OLIVEIRA, Riceli Rodeghiero; PETER, Nathalia Brandão; MUNIZ, Ludmila Correa. Consumo alimentar segundo grau de processamento entre adolescentes da zona rural de um município do Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 1105-1114, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/gzV7DcynvNvL9PsjGqhck5v/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 02 out. 2021.

SERRA, Mayana Veras; OLIVEIRA, Gabriel Mateus Nascimento. Prevalência de comportamento de risco para compulsão alimentar em adolescentes de um colégio particular em São Luís-MA. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v. 12, n. 76, p. 1029-1038, 2018. Disponível em:



<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6987411>>. Acesso em: 19 set. 2021.

SILVA, Fernanda de Bittencourt. **Transtornos alimentares, imagem corporal e estado nutricional de adolescentes**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6972/1/Fernanda%20de%20Bittencourt%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2021.

SILVA, Giuliano Roberto; TERRA, Gerusa Dias Siqueira Vilela; TAVARES, Marcelo Rodrigo; NEIVA, Cassiano Merussi; BUENO, Júlia Macedo; MARINHO, Camila Ferreira; FORSAN, Camila Nogueira; PAIVA, Marcela Adell. Imagem corporal e estado nutricional de acadêmicas do curso de nutrição de uma universidade particular de Alfenas. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo, v. 10, n. 56, p. 165-174, 2016. Disponível em: <<http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/619>>. Acesso em: 11 set. 2021.

SILVA, Laleska Pâmela Rodrigues; TUCAN, Ana Rita de Oliveira; RODRIGUES, Elisana Lima; DEL RÉ, Patrícia Vieira; SANCHES, Priscila Milene Angelo; BRESAN, Deise. Insatisfação da imagem corporal e fatores associados: um estudo em jovens estudantes universitários. *Einstein*, São Paulo, v.17, n. 4, p. 1-7, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eins/a/zgqL4wYTfRkw6Fv5LRZ83qG/?lang=pt>>. Acesso em: 25 set. 2021.

SILVA, Simoni Urbano; BARUFALDI, Laura Augusta; ANDRADE, Silvânia Suely Caribé de Araújo; SANTOS, Maria Aline Siqueira; CLARO, Rafael Moreira. Estado nutricional, imagem corporal e associação com comportamentos extremos para controle de peso em adolescentes brasileiros, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2015. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 21, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/rbepid/2018.v21suppl1/e180011/pt>>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SOUZA, Aline Cavalcante; ALVARENGA, Marle dos Santos. Insatisfação com a imagem corporal em estudantes universitários – Uma revisão integrativa. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 65, n. 3, p. 286-29, 2016. Disponível



em:<<https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/9rqZF8vfvjLrqTJNXwyPzQN/abstract/?lang=pt#ModalArticles>>. Acesso em: 26 set. 2021.

VOELKER, Dana K.; REEL, Justine J.; GREENLEAF, Christy. Weight status and body image perceptions in adolescents: current perspectives. **Adolescent Health Medicine and Therapeutics**, v. 5, n. 6, p. 149-58, 2015. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26347007/>>. Acesso em: 01 set. 2021.



FATORES DE ADESÃO E ADERÊNCIA AO TREINAMENTO FUNCIONAL

Pâmela Camila Dorocinski¹
Rafael Gemin Vidal²

RESUMO: O objetivo desse estudo foi identificar quais os fatores que levam a adesão e aderência ao Treinamento Funcional. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de campo, quantitativa e descritiva. A população investigada compreende em alunos de uma academia na cidade de Porto União - SC. A amostra do tipo não probabilística intencional e contou com 30 alunos que contemplassem os critérios de formação. O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário, desenvolvido e validado especificamente para o presente estudo. Os participantes são praticantes de treinamento funcional entre seis meses e dois anos. Os motivos relatados para a adesão e aderência ao treinamento foram os benefícios da prática, por conhecer o trabalho do professor, pela dinâmica da aula (atividade não monótona), pelos benefícios estéticos, pela proximidade com o local de treinamento, pela indicação de um amigo e pelo horário. Nos dias de hoje a prática do treinamento funcional se destaca entre as pessoas, tendo em vista os benefícios que a atividade pode causar nos praticantes, assim como todo tipo de atividade física, contudo o treinamento funcional é procurado por se tratar de uma atividade não monótona, ou seja, não é tediosa, maçante, não gera desinteresse entre os praticantes pelo fato de se trabalhar em grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Treinamento Funcional; Adesão; aderência; Motivação.

ABSTRACT: The aim of this study was to identify which factors lead to adherence and adherence to Functional Training. It is an applied, field, quantitative and descriptive research. The investigated population comprises students from an academy in the city of Porto União - SC. The non-probabilistic sample was intentional and had 30 students who met the training criteria. The research instrument used was a questionnaire, developed and validated specifically for the present study. Participants are functional training practitioners for between six months and two years. The reasons reported for adherence and adherence to training were the benefits of the practice, knowing the teacher's work, the class dynamics (non-monotonous activity), the aesthetic benefits, the proximity to the training site, the referral of a friend and by time. Nowadays, the practice of functional training stands out among people, in view of the benefits that the activity can cause in practitioners, as well as all types of physical activity, however functional training is sought after because it is a non-monotonous activity, that is, it is not tedious, boring, it does not generate disinterest among practitioners due to the fact of working in groups.

KEYWORDS: Functional Training; Accession; adhesion; Motivation.

1. INTRODUÇÃO

A população atual se divide entre uma rotina atribulada de trabalho, estudos, família e lazer, que por diversas vezes levam ao sedentarismo, de outro lado estão as constantes informações sobre os benefícios da prática regular de exercícios físicos expostas em mídias sociais.

Os compromissos do dia a dia tomam não somente a energia física, como carregam o psicológico e emocional. Diante desse cenário, a atividade

¹ Licenciada e Bacharel em Educação Física pela Uniguacu. E-mail: edf-pameladorocinski@uniguacu.edu.br.

² Mestre em desenvolvimento e Sociedade pela Uniarp; Graduado em Educação Física pela Uniguacu. E-mail: prof_rafaelvidal@uniguacu.edu.br.



Física tem papel importante de estimular o prazer pela prática do exercício, difundindo desta maneira um estilo de vida ativo e saudável.

Apesar das vastas informações sobre os benefícios da prática regular de exercícios físicos, apenas 39% da população brasileira cumpre os requisitos mínimos de tempo e frequência por semana, sendo maior entre homens (46,7%) do que entre mulheres (32,4%) (BRASIL, 2021). Além do alto índice de sedentarismo, muitas pessoas que iniciam a prática de exercícios físicos em academias acabam desistindo por diferentes motivos, sendo que apenas uma pequena parcela consegue dar continuidade ao comportamento ativo (LIZ; ANDRADE, 2016; FÜHR, 2018). Portanto a adesão e a aderência a prática regular de exercícios físicos mostra ser uma preocupação do profissional de educação física.

Diante de uma demanda de variações de treinos e atividades físicas, o treino funcional entra em cena, sendo uma opção de prática totalmente relevante, com inúmeros benefícios, tanto físicos, quanto cognitivos (MONTEIRO; EVANGELISTA, 2011).

De acordo com o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF, 2016), o Treino ou Treinamento Funcional (TF) é uma terminologia relativamente nova na área da Educação Física Geral atribuída ao conjunto de exercícios físicos que se baseiam nos movimentos naturais do corpo humano como correr, pular, rolar, puxar ou agachar, e que são utilizados em programas de condicionamento físico, desempenho atlético, emagrecimento, entre outros.

Conceição (2017) investigou a motivação à prática do TF, sendo apontado como principais motivos a saúde, diversão e interesse, competência, aparência e social. Destaca-se que o TF incentiva o diálogo, o contato com outras pessoas, a colaboração e inclusive, muitos exercícios podem ser realizados em dupla ou em conjunto, o que torna o esporte bem diferente das academias tradicionais (D'ELIA, 2017).

Diante deste cenário, o presente estudo apresenta como problema de pesquisa: Quais os fatores para adesão e aderência ao treinamento funcional? O objetivo, portanto, é de investigar os motivos que levam a prática do TF, levantando dados do tempo de permanência e razões para adesão.

Frente aos dados sobre o sedentarismo e a desistência da prática regular de exercícios físicos, o presente estudo visa contribuir com o profissional de



educação física, fornecendo dados que possa auxiliar na conduta profissional, que leve a população a maior aderência ao treinamento.

2. MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa aplicada, de campo, quantitativa e descritiva, que levantou o tempo de permanência e motivos para aderência ao treinamento funcional, dos alunos da academia Pit Bull Fit, de Porto União, Santa Catarina.

A população da presente pesquisa foi composta pelos alunos de uma academia em Porto União, Santa Catarina. A amostra do tipo não probabilística por conveniência foi composta por 30 alunos de todas as turmas que aceitaram participar da pesquisa. Os critérios para inclusão foram: apresentar idade igual ou superior a 18 anos; assinar o termo de consentimento livre e esclarecido.

Para a realização do presente estudo inicialmente foi entrado em contato com o setor de profissionais que trabalham nesta empresa para que autorizem a realização da pesquisa e o instrumento de coleta de dados foi um questionário elaborado para o estudo, validado por professores com vasta experiência com pesquisas, composto por 6 perguntas fechadas, nas quais foram levantados os dados sobre o tempo de permanência e os motivos para adesão ao treinamento funcional.

Os questionários foram respondidos pelos alunos participantes da pesquisa, através da plataforma do google forms, sendo enviado de maneira online pelo aplicativo WhatsApp. Os pesquisadores estiveram disponíveis através do celular para sanar possíveis dúvidas do instrumento de pesquisa. Os participantes tiveram o tempo que julgarem necessário para responder ao questionário, e as coletas ocorreram entre os dias 15 de agosto e 15 de setembro de 2021.

Após a devolutiva da coleta de dados, as respostas foram tabuladas no programa da Microsoft Excel, aplicado estatística descritiva com média, desvio padrão e frequência, sendo apresentado no trabalho de forma coerente e fácil visualização.

Aos indivíduos que aceitaram participar deste estudo foi dada uma explicação verbal sobre os objetivos da pesquisa, bem como um esclarecimento sobre todos os procedimentos que foram realizados, dando-lhes total liberdade



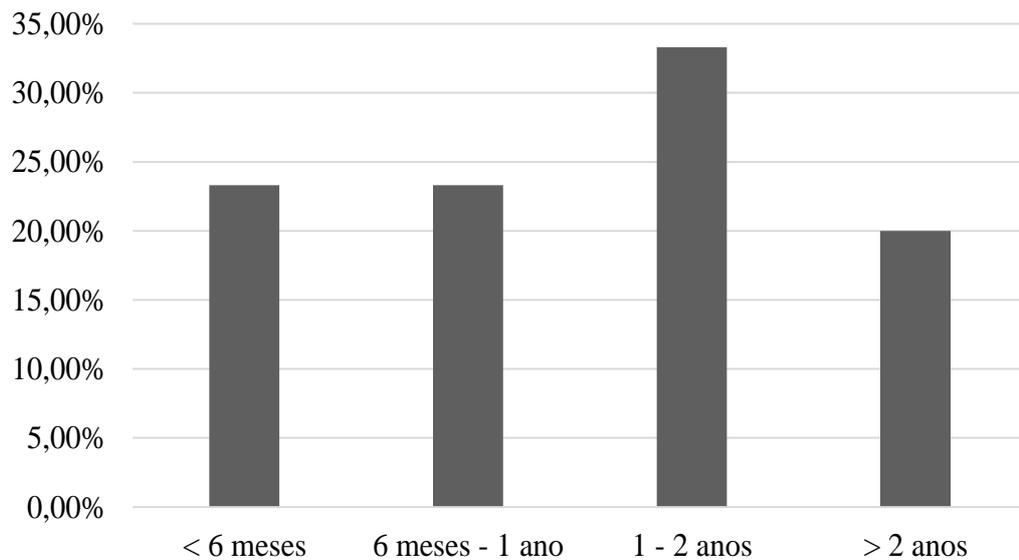
e resguardando o sigilo das suas respostas, da sua identidade, assim como a privacidade do seu anonimato. Foram entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, informado em duas vias, o qual precisou ser assinado tanto pelo pesquisador quanto pelos colaboradores, firmando assim o vínculo ético necessário para a realização desta pesquisa. A metodologia proposta foi formulada respeitando as resoluções 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, aprovado pelo Núcleo de Ética e Bioética do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu (NEB) (protocolo: 2021/167).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram do estudo 30 indivíduos, sendo 28 (93,3%) do sexo feminino, e 2 (6,7%) do sexo masculino. A idade média dos participantes é de $35,33 \pm 10,41$ anos, sendo a menor idade apresentada 18, e a maior 58.

No que se refere a prática de TF, a maior parte da amostra é assídua entre um e dois anos ($n=10$, 33,3%), outros sete (23,3%) praticam entre seis meses e um ano, dados iguais aos apresentados por praticantes há menos de seis meses. Ainda seis participantes deste estudo são praticantes de TF há mais de dois anos, como apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Tempo de prática de treinamento funcional



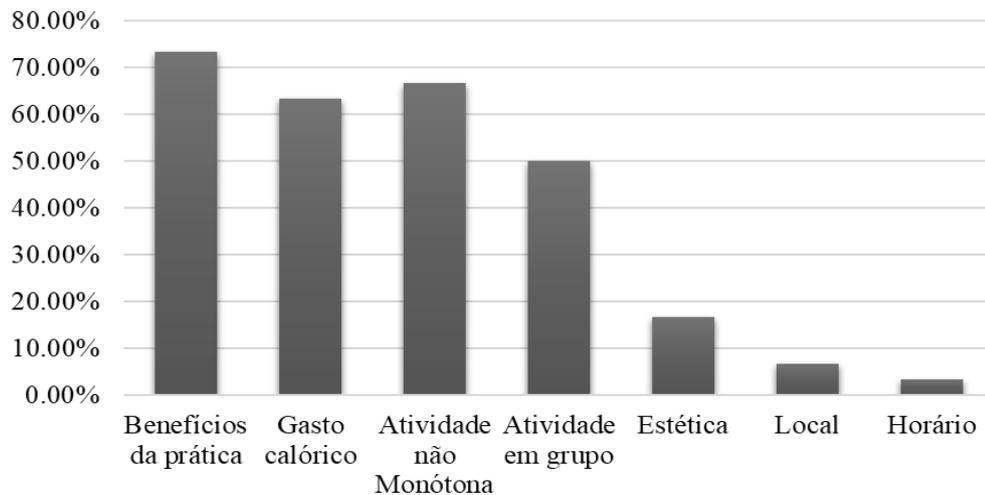
Fonte: Os autores, 2022.

Quando questionados sobre os motivos que levaram a procurar o TF, oito motivos foram apontados (os participantes podiam sinalizar mais de um motivo), sendo eles: Os benefícios da prática (80%); por conhecer o trabalho do professor (46,7%); pela dinâmica da aula (40%); pela estética (23,3%); pela proximidade com o local de treinamento (23,3%); pela indicação de um amigo (10%); pelo horário (3,3%); e outro motivo não justificado (3,3%).

Com esses dados podemos perceber que a maior procura pelo TF se dá, sobretudo pelos benefícios da prática. Assim sendo, foi levando a satisfação com os resultados obtidos através do treinamento. 25 indivíduos (83,3% da amostra) declara estar muito satisfeito com os resultados alcançados até o momento, 4 (13,3%) parcialmente satisfeitos e 1 (3,3%) um pouco satisfeito. Quanto ao grau de motivação para a prática, 26 (86,7%) dizem estar muito motivado, e outros 4 (13,3%) parcialmente motivados.

Tendo em vista que a maior parte da amostra é composta por indivíduos que praticam a modalidade há mais de um ano, foram levantados os fatores que levam a permanência na prática de TF. Novamente os benefícios da prática foi o mais citado (n=22), seguido pelo fato de não ser uma atividade monótona (n=20), pelo gasto calórico da atividade (n=19), por ser uma atividade em grupo (n=15), pela estética (n=5), pela proximidade ao local de prática (n=2) e pelo horário (n=1). Os dados estão expostos no gráfico 2.

Gráfico 2 – Motivos para permanência no TF



Fonte: Os autores, 2022.

Quando indagados sobre o que faz com que se sintam motivados a praticar o TF, 72% dos participantes optaram por escolher os benefícios da prática como o principal motivo, logo em seguida 65% deles escolheram a opção de atividade não monótona, partindo da ideia de monotonia 50% dizem sentir-se motivados pelo fato do TF ser realizado em grupo, 62% dos entrevistados escolheram a opção de gasto calórico e que pode se encaixar como um dos benefícios da atividade.

De acordo com Cardoso (2013) a interação entre personalidade e fatores do meio ambiente são componentes que geram motivação para a prática esportiva, personalidade (expectativas, motivos, necessidades, interesses) e fatores do meio ambiente como facilidades, tarefas atraentes, desafios e influências sociais. Esta afirmativa vai ao encontro da parcela significativa da amostra estuda que afirma aderir ao treinamento funcional devido há ser uma atividade não monótona.

Justificando ainda, Normman (2009) aponta que o TF é ideal para pessoas que não gostam de atividades repetitivas e estão desanimadas com a rotina tradicional dos exercícios de musculação, pois a proposta do exercício é dinâmica e, por isso, cada vez mais aumenta o número de praticantes. O autor ainda relata que a atividade pode ser realizada por todas as idades, desde criança até idosos, o que faz com que os grupos praticantes sejam bem



“misturados” durante a realização.

Os principais fatores para a realização de toda e qualquer atividade seja ela no plano motor ou cognitivo, que permita a máxima eficiência da aprendizagem passam pelos aspectos motivacionais. Podemos considerar que a chave da motivação está na satisfação que o indivíduo obtém do seu comportamento (CAMARGO; HIROTA; VERARDI, 2009).

Corroborando com esta afirmativa, Cavalcanti (2013) diz que a motivação é um dos fatores que mais interfere no comportamento de uma pessoa, e, é essa motivação que permite ao indivíduo um maior envolvimento, uma maior participação em atividades que estejam relacionadas ao desempenho, à aprendizagem e à atenção.

Para Sá (2009) a motivação é o principal combustível do atleta, é através dela que o atleta vai conseguir empenhar-se, dedicar-se e até superar obstáculos dentro do meio esportivo. Nessa ordem a motivação compreende um método em que o indivíduo precisa estar em um ambiente que lhe permita agir, precisa ter motivos para agir, sejam eles desejos, vontades ou necessidades. Portanto os benefícios percebidos pelos praticantes de TF podem ser apontados como a principal motivação relacionado a aderência do treinamento.

62% dos indivíduos investigados apontaram o gasto calórico como motivo para a permanência no TF, fato explicado por Dias (2011) onde afirma que o TF provoca uma maior complexidade do movimento e no envolvimento de várias capacidades físicas, fazendo com que o organismo tenha um gasto energético muito maior, além de trazer grandes benefícios, como: fortalecimento muscular, flexibilidade, sistema cardiorrespiratório e melhora da postura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no objetivo do estudo proposto, verificou-se que nos dias de hoje a prática do treinamento funcional se destaca entre as pessoas, tendo em vista os benefícios que a atividade pode causar nos praticantes, assim como todo tipo de atividade física, contudo o TF é procurado por se tratar de uma atividade não monótona, ou seja, não é tediosa, maçante, não gera desinteresse entre os praticantes pelo fato de se trabalhar em grupo. É importante ressaltar a motivação gerada pelo Treinamento Funcional, uma vez que o indivíduo se sinta



motivado, acaba transformando essa motivação em combustível, e é através dela que o atleta vai conseguir empenhar-se, dedicar-se e até superar obstáculos dentro do meio esportivo.

Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, sobretudo analisando a procura do profissional de Educação Física por essa modalidade, procurar saber o porquê de ele querer atuar nesse meio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2020**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2020. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. p.124.

BRITO, J. **Treinamento funcional**. 2009.

CAMARGO, F. P. HIROTA, V. B. VERARDI, C. E. L. Orientação motivacional na aprendizagem esportiva do futsal na escola. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 7, n. 3, 2009.

CAMPOS, M. A.; CORAUCCI NETO, B. **Treinamento Funcional Resistido: Para Melhoria da Capacidade Funcional e Reabilitação de Lesões Musculoesqueléticas**. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2004.

CARDOSO, L. M. **Fatores motivacionais para a prática do futsal feminino, numa equipe de rendimento sub-17—um estudo de caso**. 2013.

CAVALCANTI, L. A. Fatores que motivam alunos, professores e gestores na prática e desenvolvimento do futsal escolar. **RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 5, n. 18, 2013.

CLARK, M. A. **Integrated core stabilization training**. Thousand oaks: **National Academy of Sports Medicine**, 2001.

CONCEIÇÃO, Juliana. Motivação à prática de exercícios físicos: um estudo com praticantes de treinamento funcional. **Educação Física Bacharelado-Pedra Branca**, 2017.

COSTA, C. **Benefícios do treinamento funcional vão além de um corpo bonito**. 2018.



- D'ELIA, R.; D'ELIA, L. **Treinamento funcional: 6º treinamento de professores e instrutores**. São Paulo: SESC - Serviço Social do Comércio, 2005. Apostila.
- D'ELIA, Luciano. **Guia completa de treinamento funcional**. Phorte Editora LTDA, 2017.
- DIAS, K. A. **Treinamento funcional: Um novo conceito de treinamento físico para idosos**. Cooperativa do Fitness, 2011.
- FAIGENBAUM, A. D.; WESTCOTT, W. L. **Força e Potência para Atletas Jovens**. Barueri, SP: Manole, 2001.
- FARIAS M. **Treinamento Funcional**, bodycontrolstudium. wordpress.com 13 de maio de 2015.
- FORNARI G; FÁTIMA E. **Treino funcional nas aulas de Educação Física**. 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FÜHR, Daize Pâmela. **Motivos de aderência e desistência à prática de exercício físico em academia em mulheres adultas**. 2018.
- GELATTI, P. O gladiador do futuro. **Combat Sport**. São Paulo, n. 46, p. 12-14, fev/mar. 2009.
- GLAMER, M. F. Importância da aptidão física relacionada à saúde. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, 2003.
- LIMA, J.; REIS, A. **Capacidades físicas**. 2014.
- LIZ, Carla Maria de; ANDRADE, Alexandre. Análise qualitativa dos motivos de adesão e desistência da musculação em academias. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 38, p. 267-274, 2016.
- MAZINI FILHO, M. L. et.al. A relação entre a resistência aeróbia e o treinamento desportivo. **Revista Digital - Buenos Aires** - Año 15 - Nº 145 - Junio de 2010.
- MONTEIRO, A; CARNEIRO. T; **O que é Treinamento Funcional?** www.arthurmonteiro.com.br. [s.l.] 20 de abril de 2010.
- MONTEIRO, Artur Guerrini; EVANGELISTA, Alexandre Lopes. **Treinamento funcional: uma abordagem prática**. Phorte Editora LTDA, 2011.
- NORMMAN, T. Treinamento funcional: o novo divisor de águas. **Treino total.com.br**, v. 17, 2009.
- SÁ, T. A. **A Motivação de Crianças entre 11 e 14 anos para a Prática do Futsal**. 2009.



FENÔMENOS PSICOLÓGICOS OBSERVADOS EM UMA ESCOLA DURANTE A REALIZAÇÃO DE UM ESTÁGIO BÁSICO DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO

Helen Franco¹
Rafaela Senn Braz de Oliveira²
Francieli Dayane Iwanczuk³

RESUMO: Neste artigo será discutido sobre fenômenos encontrados em uma determinada sala de aula, como objetivo realizar observações na turma e utilizar um instrumento para coleta de dados, como questionários, com isso analisar e discutir os resultados. Em destaque, assuntos relacionados à educação em geral, dando enfoque à aprendizagem e suas relações. Contudo, foi possível enfatizar os elementos apurados através de gráficos, como alguns pontos relacionados a relações interpessoais, ambientais, pessoais e emocionais, que afetam o jovem no âmbito escolar como também fora dele. Desta forma, com os resultados alcançados percebe-se que os alunos têm um relacionamento positivo entre eles e os professores apesar de que em alguns momentos apresentarem indisciplina, além de expressarem que o ambiente escolar também é favorável à educação, ressaltando ainda que a autoestima mediana dos alunos advém, na maioria, de problemas externos à escola. Concluindo-se que aspectos que beneficiam a aprendizagem estão presentes neste ambiente, em contrapartida encontra-se impasses a mesma, por isso a psicologia escolar é essencial para o bem-estar dos jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Aprendizagem; Escola; Relações; Indisciplina.

ABSTRACT: In this article, phenomena found in a particular classroom will be discussed, with the aim of observing the class and using different instruments for data collection, such as questionnaires and interviews, in order to analyze and discuss the results. In particular, issues related to education in general, focusing on learning and its relationships. However, it was possible to emphasize the elements found through graphs, such as some points related to interpersonal, environmental, personal and emotional relationships, which affect the young person in the school environment as well as outside it. In this way, with the results achieved, it is clear that students have a positive relationship between them and the teachers, despite the fact that at times they present indiscipline, in addition to expressing that the school environment is also favorable to education, also emphasizing that median self-esteem. The majority of students come from problems outside the school. Concluding that aspects that benefit learning are present in this environment, on the other hand, there are impasses, so school psychology is essential for the well-being of young people.

KEYWORDS: Education; Learning; School; Relations; Indiscipline.

1. INTRODUÇÃO

A atuação do psicólogo escolar é de extrema importância, visto que utiliza seus conhecimentos e técnicas para auxiliar o aluno, assim ele terá benefícios em relação a aprendizagem e um melhor progresso para contribuir positivamente para a sociedade no futuro. Dessa forma o profissional da psicologia baseia-se

¹ Acadêmica do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu, e-mail: psi-helenfranco@uniguacu.edu.br

² Acadêmica do Centro Universitário Vale do Iguaçu- Uniguaçu, e-mail: psi-rafaelaoliveira@uniguacu.edu.br

³ Psicóloga CRP:08/30874, professora do centro universitário vale do Iguaçu – Uniguaçu, supervisora de estágio básico III e pós-graduada em psicologia forense



no desenvolvimento emocional, cognitivo e social, para então conseguir compreender a amplitude de formas de aprendizagem presente, além de orientar e auxiliar os profissionais da educação, sempre buscando conhecimento sobre ensino/aprendizagem (CASSINS et al, 2007).

A participação do profissional da área da psicologia é indispensável na equipe multiprofissional, visto que com o seu compartilhamento de experiência e conhecimento científico, consegue auxiliar na educação e no ambiente escolar, para torná-lo mais inclusivo e atento às necessidades desse meio. Para isso o psicólogo precisa estar em contato, realizando várias atividades e dinâmicas para cada demanda direcionada, como: alunos, professores e funcionário, e também com familiares e profissionais que acompanham os alunos fora do ambiente escolar, para que então, ele possa trabalhar prevenindo ou propondo mudanças e ajustes. Por isso essa atuação do psicólogo escolar corrobora para o progresso cognitivo, humano e social de toda escola (CASSINS et al, 2007).

O presente artigo tem como objetivo realizar observações na turma e utilizar um instrumento para coleta de dados, como questionários, com isso analisar e discutir os resultados. Foi realizado em uma escola no município de Porto União-SC. A turma observada é o 7º- Ano 2, no período da manhã. Nesse trabalho você leitor encontrará as seguintes estrutura e conteúdo: introdução, desenvolvimento, método, resultados e discussões e conclusão.

2. DESENVOLVIMENTO

Nesta sessão serão encontrados tópicos pertinentes ao entendimento do trabalho. No início abordando o tema escolar em geral e ressaltando as críticas mais encontradas sobre a educação, em seguida outros conteúdos descritos se dá a importância, visto que estão inseridos no meio escolar.

2.1 AMBIENTE ESCOLAR E CRÍTICAS RELACIONADAS A EDUCAÇÃO

A escola é uma instituição que tem grandes contribuições para a formação do ser, colabora também para constituição da sociedade e da própria humanidade, (FREITAG 1974 apud PEREIRA; CARLOTO, 2016). O colégio, proporciona mudança e desenvolvimento, a mesma além de potencializar



recursos, precisa ser um espaço de: abertura, solidariedade, Justiça, responsabilidade, respeito, sabedoria e conhecimento (ASSIS; DE LIMA, 2011).

Já para professores e alunos nem sempre a escola é considerada como um lugar esplêndido, afetivo, favorável, pois é um espaço que requer indivíduos docilizados, calados e compassivos, sendo que crianças e adolescentes dos dias atuais, são mais expressivos, afetivos, falantes, espertos, alegres e vivos. A escola prioriza alguns aspectos, entre eles: muitos afazeres, leis e regras, e deixa outros mais importantes de lado (PEREIRA; CARLOTO, 2016).

Luckesi (2011), faz uma crítica a educação, cita uma pedagogia/ educação avaliativa, também chamava de pedagogia do exame, fala sobre os métodos avaliativos, ou seja, as provas, que tem o intuito de testar aquele aluno, sem pensar numa aprendizagem abrangente que veja o estudo como algo que vai ser adquirido, proveitoso, mas sim como uma obrigação para atingir a média estimada. Nesse livro, o autor cita a educação como uma promoção, ou seja, o aluno estuda para promover ou garantir que no próximo ano estará em uma série superior a atual.

Assim, surge a crítica, pensando no ponto de o porquê focar em atingir uma nota, sem nem se questionar nos meios utilizados para atingir ela, ao invés de pensar em algo que seja significativo para eles, que seja um desejo, não visto como uma obrigação a ser cumprida a qualquer custo, pois além da pressão escolar, ainda há uma cobrança familiar, social, além da própria cobrança e dos sentimentos advindos dela (LUCKESI, 2011).

Entre os problemas já citados que são encontrados na escola, destaca-se ainda: a queixa de conflitos na sala de aula, referente à indisciplina, à agressividade e à violência, sendo que a indisciplina é a mais destacada pelo colegiado em geral. Os professores focam apenas em ensinar e não levam em consideração o estudante em si, como pessoa, sua história de vida social, cultural, suas características emocionais e psicológicas e seus perpasses, por isso quando o aluno tem comportamentos aversivos do que a escola espera e o professor idealiza, são taxados, como: ausentes, desinteressados e indisciplinados. Constantemente destaca-se a importância de compreender os estudantes a partir da sua vida como um todo, e entender por que eles têm certos comportamentos (LIMA, 2018).



2.2 APRENDIZAGEM E INDISCIPLINA DOS ALUNOS

Alguns fatores podem influenciar na aprendizagem, no desinteresse, na falta de participação por qualquer atividade escolar, e no mau comportamento dos alunos na escola, sendo elas a personalidade, motivação, origem familiar entre outros. Esses fatores não são permanentes e impermeáveis ao longo processo de aprendizagem. Para os professores o ambiente escolar (sala de aula) e a forma de ensino, não afetam a aprendizagem (MIZUKAMI e COLS, 2002 apud REALI; TANCREDI, 2005).

A descrição de regras é uma preocupação da instituição, que na maioria dos casos os alunos não conseguem compreender, e quando não cumprem são chamados de indisciplinados. Outros fatores que interferem na execução de atividades em sala, são: conversas paralelas, alunos andando em sala, tumultuando, fazendo barulhos e sem atenção, mesmo que algumas atividades sejam propostas para causar agitação, euforia, para que eles se movimentem, participem, os professores continuam exigindo silêncio e “comportamentos adequados” (LIMA, 2018).

Os comportamentos “inadequados” de agitação, conversação, desobediência nem sempre pode ser considerado como um problema, e alunos que têm comportamentos “adequados, ” seguem regras, permanece todo o tempo em silêncio nem sempre significa, que estão aprendendo. É importante o profissional saber trabalhar com os estudantes de forma adequada, fazendo negociações, conversas, estabelecendo as regras com clareza e explicando constantemente a importância da colaboração deles, assim o profissional vai obter melhores resultados (LIMA, 2018).

2.3 A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE PARA APRENDIZAGEM

Zattoni (2011) cita que a entrada da criança para o ambiente escolar é um marco na vida dela, pois pode ser o primeiro contato social com um grupo que não seja de amplitude familiar, sendo assim um auxiliante no desenvolvimento emocional, social, cultural, pessoal e cognitivo.

Assim, outro fator importante para esse desenvolvimento são as relações com o meio, ou seja, equipe de limpeza, professores, direção, colegas, entre



outros. Desta forma destaca-se a relevância de uma boa relação social no desenvolvimento dessa criança e como o apoio entre colegas e profissionais tende a ser positivo para esse aluno (ZATTONI, 2011).

Consequentemente o ambiente também tem influência diante desse aluno, pois com um meio saudável, que está atento às necessidades que possam surgir, que além de tudo conceda um suporte a essas crianças, tanto suprimindo necessidades fisiológicas, quanto emocionais (ZATTONI, 2011).

Por conseguinte, para esse desenvolvimento saudável envolve vários aspectos que as pessoas ao redor ou do convívio dessa criança devem se atentar, na questão da autoestima desse aluno, também deve ser algo prezado desde o início, assim elogiando, apoiando e incentivando para que tenha essa base dos adultos que o cercam, pois essa criança está sendo moldada diante de suas vivências e dessa forma deve-se ser algo saudável, com muito carinho e atenção para que assim tenha-se resultados positivos (ZATTONI, 2011).

Além disso a inclusão no ambiente escolar tem sido discutida e teve grande crescimento no Brasil a parti da legislação encontrada na constituição federal de 1988, onde prevê a educação como direito de todos sem distinção (LDBEN, 9394/96 apud SMEHA; SEMINOTTI, 2008). A Inclusão nas escolas não se restringe apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência ou dificuldades mentais, e sim vários fatores e características que se distinguem do padrão que a sociedade espera (LIMA, 2018).

2.4 A IDENTIFICAÇÃO INTERPESSOAL EM SALA DE AULA

Os professores como líderes da turma têm grandes influências nas relações interpessoais da sala, desenvolvendo diversas atividades para que a inclusão seja estabelecida, (SMEHA; SEMINOTTI, 2008). Mesmo que o professor seja influenciador, alguns autores vão destacar que a criança desde sua primeira infância já escolhe colegas para se relacionar, tendo preferência e dando privilégio mais para uns do que para outros, fica evidente seus escolhidos nas brincadeiras lúdicas como o “faz de conta” (PIOTTO e RUBIANO, 1999 apud SMEHA; SEMINOTTI, 2008).

A identidade é definida como a posição que cada indivíduo tem, por meio dela percebe-se as atitudes que o ser desenvolve perante a sociedade.



Respeitar faz a pessoa refletir sobre si mesmo, visto que independente de tudo todos são iguais e precisam um do outro, (LIMA, 2018). Somente ensinando e trabalhando com as crianças desde pouca idade, teremos uma sociedade com adultos que valorizam e respeitam a igualdade e não como algo que ainda terá que ser alcançado, (FAMEGALLI, 2012 apud LIMA, 2018).

3. MÉTODO

No presente trabalho foram realizadas observações em uma turma do 7º ano 2, matutino, sendo assim observações semanais, com duração de aproximadamente duas horas, não havia uma constância de dias, essa variância acontecia com o objetivo de ser observado os comportamentos dessa turma diante diversas aulas, para que assim tivesse um olhar mais abrangente sobre o todo.

Durante as aulas as acadêmicas anotavam todos os pontos que chamavam atenção individualmente, após discutiam e falavam sobre esses temas. Além disso, era produzido semanalmente um relato destacando como foi a observação e relacionando com a teoria, mas o tempo todo era dialogado sobre e divididas suas concepções.

Foi realizado uma coleta de dados, para o mesmo utilizaram um questionário, contendo questões relacionadas ao ambiente escolar e familiar, além de deixar um espaço livre para desabafo, foi distribuído pela turma e explicado que não precisava conter nome e que não era obrigatório o preenchimento do formulário, todos participaram. Com esses dados e as observações realizadas foi possível produzir o presente artigo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das observações realizadas constatou-se que seria importante elaborar um questionário com o objetivo de coletar mais dados em relação aos alunos. Um dos pontos relevantes destacados nas observações é a indisciplina, visto que em determinados momentos tais comportamentos prevaleciam, entre eles: palavras de baixo calão, conversas em momentos inapropriados e zombaria com os colegas. Além do mesmo ser observado, é um dos aspectos

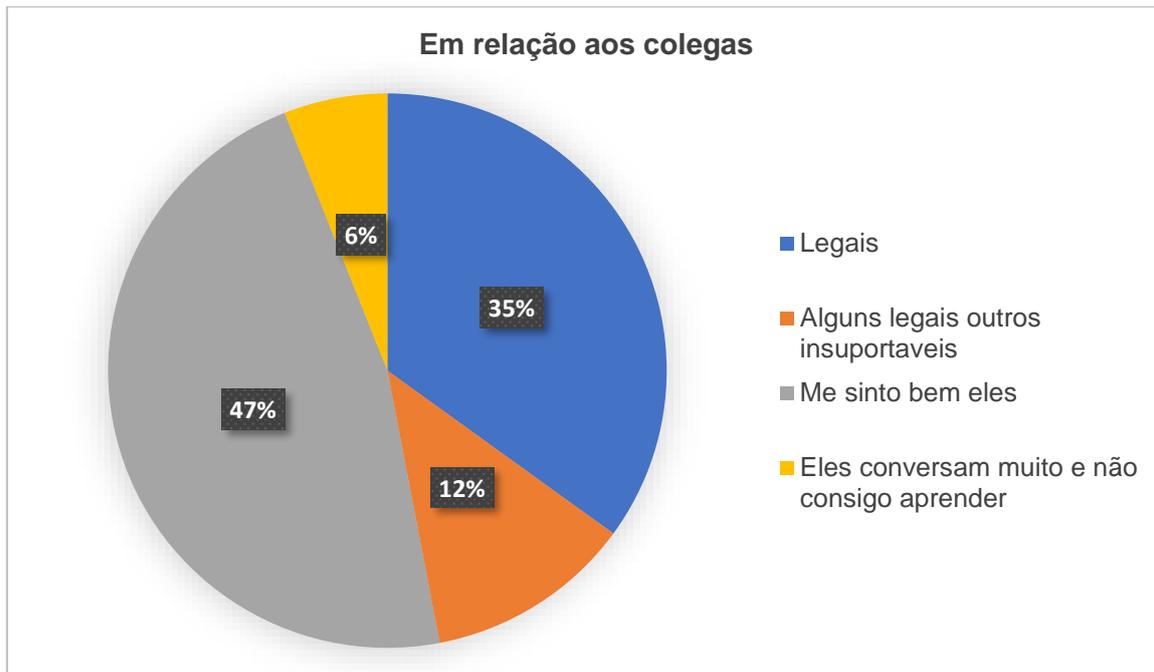


de reclamação por um aluno no questionário, destacando que por esse motivo não conseguem aprender como deveria.

A indisciplina é um assunto muito importante a ser discutido, visto que afeta o meio que o ser está inserido refletindo para além da escola, destacando que não interfere somente na aprendizagem, mas também o bem-estar dos jovens. Os comportamentos que mais caracterizam a indisciplina no ambiente escolar, seriam: zombarias, barulhos para dispersar a atenção, xingamentos entre colegas, afrontamento aos professores entre outros. Além do aluno indisciplinado se prejudicar e diminuir a qualidade de vida dos colegas, atrapalha também o professor em repassar o conteúdo, sendo que constantemente ele tem que parar o que está fazendo e pedir o respeito destes alunos (NASCIMENTO, 2017).

Todavia, destaca-se a importância de uma boa relação entre os alunos da classe, sendo assim necessário pensar na indisciplina, mas também é essencial que haja uma comunicação saudável, relação amigável entre eles, para que o local seja mais propício à aprendizagem. Desse modo, notou-se a necessidade de questionar os alunos sobre: como você se sente em relação a seus colegas? De vinte alunos que responderam o mesmo, apenas um deixou essa questão em branco, com isso as academias montaram um gráfico com as respostas mais frequentes e juntamente com a porcentagem que cada uma teve, sendo que: 35% acham seus colegas legais, 12% responderam que alguns são legais e outros insuportáveis, 47% se sentem bem com seus colegas, sendo essa resposta a que teve mais predominância sobre as outras e 6% disseram que eles conversam muito e não conseguem aprender. Segue o gráfico:

Gráfico 1- Relacionamento entre os colegas

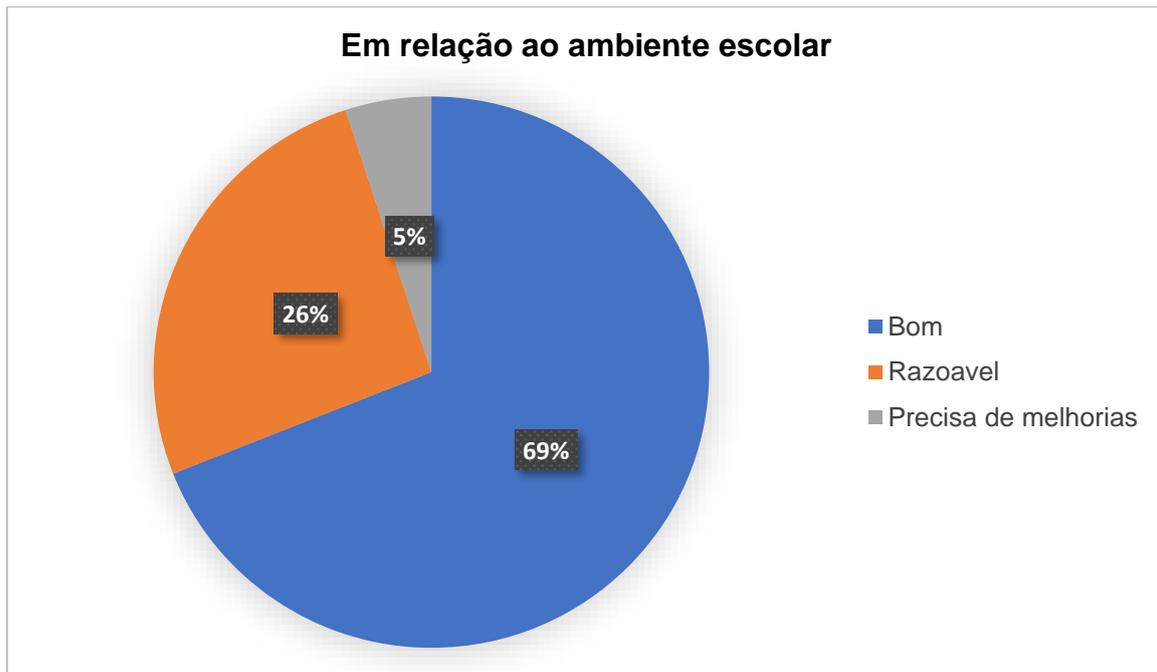


Fonte: Autoras (2022)

Desta forma, esse contato saudável e amigável entre os indivíduos que frequentam tais instituições diariamente é indispensável, pois assim torna o objetivo desse local, sendo ele, adquirir e desenvolver a aprendizagem e o amadurecimento algo mais efetivo. A afetividade está entrelaçada com a aprendizagem, visto que em um ambiente escolar o aluno irá se relacionar com muitos indivíduos, entre eles, professores, colegas, equipe pedagógica e entre outros funcionários da escola. A mesma inicia desde tenra idade, com o grupo familiar, passando então para educação infantil, neste ambiente a criança passa a se relacionar com mais indivíduos de sua idade e terá suas primeiras experiências em relação a essa interação, neste aspecto a afetividade corrobora para que a criança confie e então se relacione com os demais (SANTOS; SOARES [s.d]).

Entretanto, não só a boa convivência faz se necessário para uma educação qualificada, outra importante face é o ambiente, pois ele influencia diretamente nos resultados e comportamentos desses alunos, assim foi questionado a esses estudantes sobre o que eles achavam do ambiente escolar. Abaixo está representado no gráfico as respostas da classe:

Gráfico 2- Relacionamento no ambiente escolar



Fonte: Autoras (2022)

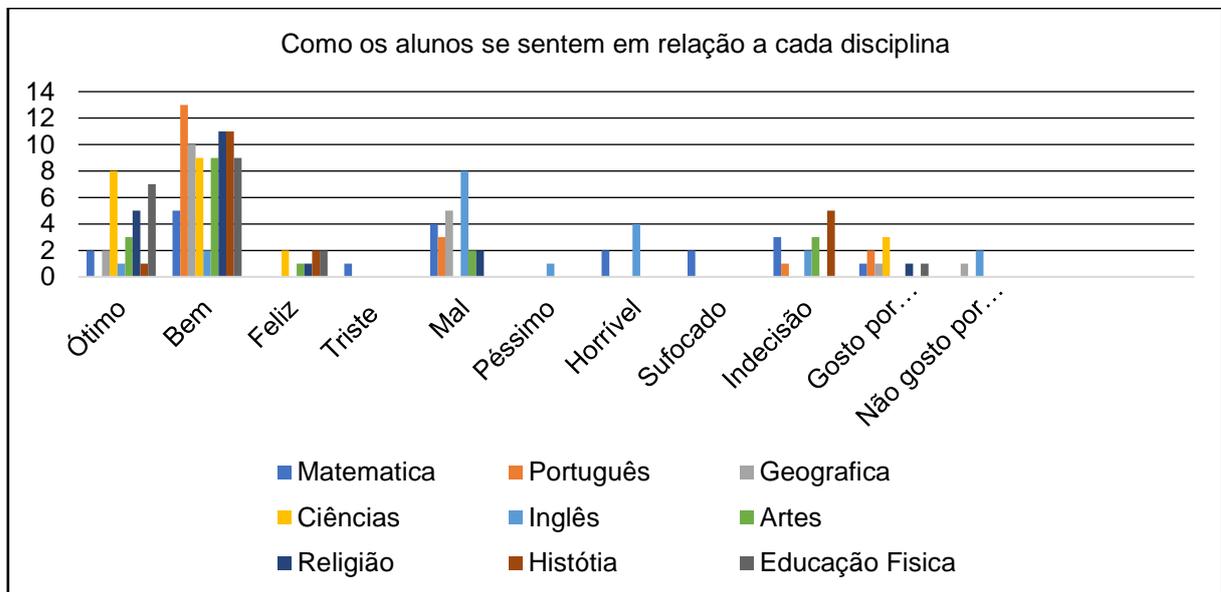
Analisou-se, com as respostas dos alunos que a maioria, sendo ela, 69% consideram o ambiente escolar bom, ou seja, consideram o mesmo favorável à aprendizagem e proveitoso, já 26% das respostas referiu-se como razoável, sendo assim, algo positivo, mas que ainda há algumas precariedades, e 5% expressam precisar de melhorias, ou seja, não é promissor e necessita de ajustes. Contudo, a maior parte das respostas foram positivas, expondo em porcentagens o quão propício a educação o local se intitula.

Segundo Miranda (2016) o ambiente escolar tem grande influência na aprendizagem, de forma que um local apropriado é indispensável, contendo nele todos os aspectos que colaborem na satisfação das necessidades presentes no espaço, ou pelas pessoas que os constituem. É importante ressaltar que o processo de aprendizagem é complexo, assim, faz se necessário estar atento a todos os pontos que interferem nessa questão, tentando ao máximo tornar esse processo mais concreto e efetivo.

Decorrente das observações realizadas, foi analisado que em diferentes disciplinas o comportamento dos alunos mudava, sendo assim, em uma aula estavam agitados, faltando respeito com o professor e os colegas, e em seguida, na outra aula, estavam participativos e respeitando os demais, sendo assim foi

trazido essas situações ao questionário, a fim de que os alunos expressassem como se sentiam nas diversas disciplinas. Respostas representadas no gráfico abaixo:

Gráfico 3- Sentimento dos alunos em relação a cada disciplina



Fonte: Autoras (2022)

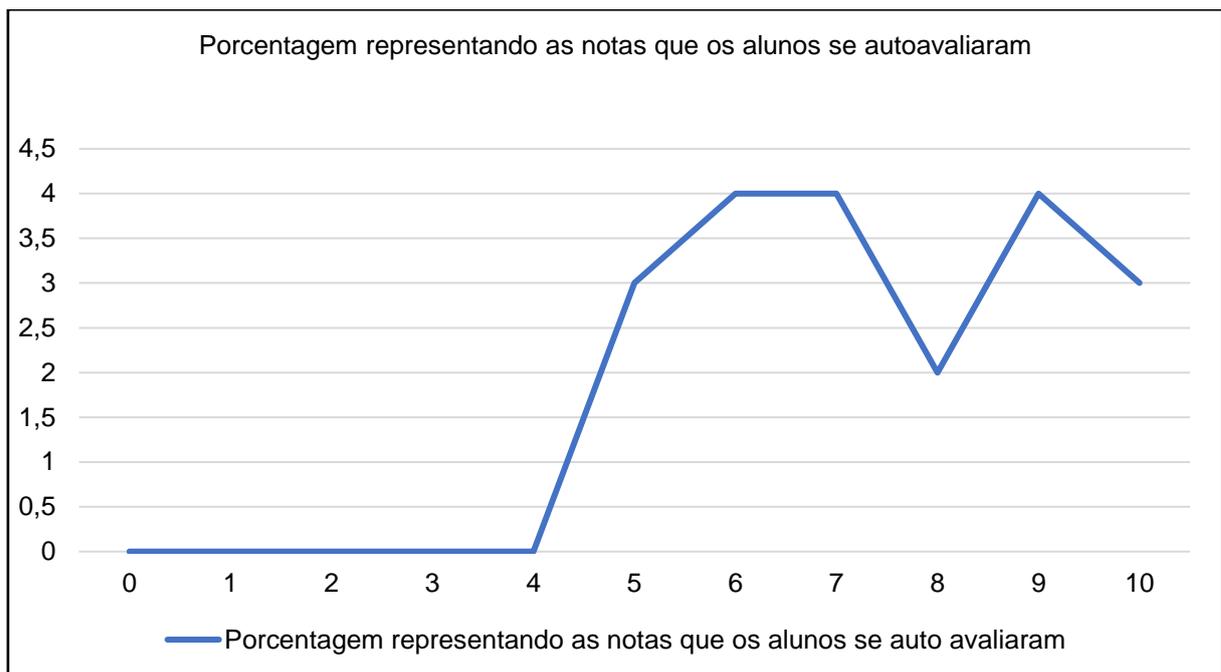
Analisando o gráfico juntamente com as observações realizadas percebeu-se que a motivação é um dos fatores que têm grande influência, visto que nas disciplinas em que os professores eram mais acolhedores, proporcionando uma boa relação entre os alunos, trazendo atividades diferenciadas e lúdicas percebe-se que os alunos participam e se esforçam para aprender diante desse estímulo. Em função de uma aprendizagem significativa os mesmos utilizavam de diversos meios, como: a tecnologia, competições com recompensas (doces) e alguns professores desenvolviam uma relação agradável com os alunos tornando o ambiente escolar mais favorável para o desenvolvimento e amadurecimento.

A motivação é um dos pontos importantes a se ressaltar, para essa relação o artigo desbravado usa a pirâmide de Maslow para comparação pois nela não é possível atingir os degraus acima sem antes suprir as necessidades primárias, com alunos isso se torna aparente, sendo assim importante compreender os estímulos que fazem com que a aprendizagem seja significativa e consiga ir avançando gradativamente. Assim, é relevante se pensar nas formas

de motivação, uma delas seria uma programação de aula que se encaixe nas questões do meio em que os alunos vivem e levando em consideração suas necessidades (MORAES E VARELA, 2007).

Durante as observações, outro fator relevante que se destaca é a autoestima, onde alguns se menosprezam dizendo que não prestam para nada. A autoestima pode ser definida como uma série de pensamentos e sentimentos do indivíduo em relação a si mesmo (ROSENBERG, 1965 apud PAIXÃO; PATIAS; DELL`AGLIO, 2018). Segundo o autor Assis e Avanci (2004) os jovens que têm autoestima baixa constantemente se desvalorizam, se sentem fracassados e inúteis e esses querem ser pessoas de valor, ter mais respeito por si e ter atitudes positivas. Analisando isso decidiu-se colocar no questionário, uma alternativa autoavaliava sendo ela quantitativa (o aluno escolhe entre 0 a 10, qual seria sua nota?), em síntese, predominou:

Gráfico 4- Porcentagem representando as notas que os alunos se autoavaliaram



Fonte: Autoras (2022)

Em relação ao gráfico pode-se perceber, que a maioria dos alunos tem uma autoestima mediana e que ela é muito importante visto que é uma das emoções que afeta na aprendizagem e nas relações interpessoais. Como já citado anteriormente, de forma sucinta, cada vez mais os estudos demonstram



a influência que a autoestima tem sobre a aprendizagem. Alunos que tem autoestima alta, aprendem com mais facilidade e de forma mais feliz, conseguindo assim desenvolver mais sucesso na vida profissional e pessoal. Em contrapartidas estudantes que tem autoestima baixa, geralmente são negligentes nas suas obrigações, não se enxergam como realmente são, não tem interesses em aprender e manifestam maus comportamentos (BEAN et al., 1995 apud MENDES et al, 2017).

No questionário aplicado em sala de aula, onde foi solicitado para que os alunos respondessem as perguntas estruturadas anteriormente, notou-se que duas alunas relataram ter sofrido abuso sexual, as mesmas preferiram não expor o nome, mas citaram como forma de desabafo, além de citar essa violência, expressaram também seus sentimentos advindos disso, sendo assim, depressão, baixa estima, sentimento de culpa, etc. Desta forma, fica eminente o quanto isso afeta esses adolescentes em diversos aspectos.

O abuso sexual está presente desde a antiguidade, porém o avanço preventivo diante desses casos ainda é precário e minimamente efetivo, por mais que haja campanhas sobre a importância da denúncia, tentando sensibilizar as pessoas, sinais para identificar possíveis vítimas, leis, entre outras políticas públicas ligadas a essa demanda, ainda é frequentemente visto casos de abuso sexual, principalmente com crianças e adolescentes. Para tais fatos é indispensável a importância de refletir sobre o tema, a fim de agir diante dele, inovando e progredindo diante disso, ademais, é extremamente danoso a vítima e a sociedade em geral, afetando diretamente na vida das pessoas, abalando o emocional, desenvolvendo diversos problemas e sendo um grande trauma para essas vítimas (ADED et al, 2006).

Consequentemente, após o abuso, sendo ele físico, psicológico ou sexual, a criança ou adolescente que vivenciou essa situação desenvolve diversos problemas para além daquele momento, ou seja, tais atos corroboram em alterações na saúde, tanto mental quanto física da pessoa, podendo desenvolver transtornos psiquiátricos decorrente desses traumas, refletindo diretamente em todas as áreas da vida do indivíduo, escola, trabalho, relação social, família, autoestima etc. (ADED et al, 2006).



5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo realizar observações na turma e utilizar um instrumento para coleta de dados, como questionários, com isso analisar e discutir os resultados. As acadêmicas observaram os alunos do 7º ano 2, em uma escola de Porto União - SC, de forma presencial e conseguiram perceber fenômenos psicológicos com grandes relevâncias.

Diante do trabalho realizado percebe-se que inúmeros aspectos foram destacados, sendo assim conclui-se que fatores mais predominam seriam a boa relação entre colegas, os alunos se sentindo bem no ambiente escolar, os professores sempre proporcionando atividades diferenciadas e incentivando a aprendizagem, contudo essas boas convivências citadas acima corroboram para a aprendizagem e melhor qualidade de vida do aluno, visto que no ambiente escolar é onde eles passam a maior parte do dia, então precisa ser agradável.

Além disso, outros pontos que se destacaram é a indisciplina em alguns momentos e os abusos sexuais que chamaram atenção no questionário, percebendo que é um fator prejudicial para todo os outros aspectos da vida, muito além da escola. Apesar dos pontos positivos presentes no colégio, na mesma também estão presentes assuntos que afetam o emocional e o bem-estar, dessa forma pode-se afirmar a importância da psicóloga neste ambiente, que irá trabalhar corretamente e precocemente, para que os mesmos não afetem no aproveitamento acadêmico e no desenvolvimento dos alunos.

O objetivo do artigo foi atingido, visto que as acadêmicas utilizaram de observações semanais, um questionário e conversas tanto com alunos como com professores, com essas técnicas conseguiu-se obter todos os dados necessários, visto que, os alunos e orientadores estavam colaborando constantemente para que o trabalho fluísse, percebe-se que eles encontravam-se extremamente confortáveis e se comportavam de maneira natural no momento em que as acadêmicas estavam na sala, com isso ficou mais fácil de perceber os fenômenos e montar um plano de intervenção sendo fidedigno.



REFERÊNCIAS

- ADED, Naura Liane de Oliveira et al. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 33, p. 204-213, 2006.
- ASSIS, Graciano Júnior de; LIMA, Edenilson Ernesto de. ESCOLA, FAMÍLIA E SOCIEDADE: DIFERENTES ESPAÇOS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA. X congresso nacional de educação- Educere, [s. l.], 2011.
- CARLOTO, Denis Ricardo; PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch. Reflexões sobre o papel social da escola. *Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia*, [s. l.], 2016.
- CASSINS, Ana Maria et al. Manual de psicologia escolar/educacional. *ConexãoPsi*, [s. l.], 2007.
- LIMA, Gracielle Guimarães Oliveira. Inclusão nas escolas: conscientizar a humanidade de agora para um futuro igualitário. *Jusbrasil*, [s. l.], 2018.
- LIMA, Maria do Socorro Martins. Comportamentos indisciplinados na sala de aula: um estudo na perspectiva da subjetividade. 2018. 191 f., il. Tese (Doutorado em Educação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições. Salvador/BA: Cortez Editora, 2011
- MIRANDA, Pauline. A influência do ambiente escolar no processo de aprendizagem de escolas técnicas. **Seminário Nacional de Pesquisa em Educação**, 2016.
- NASCIMENTO, maria albaní viana do. Indisciplina escolar: um fenômeno comportamental e cognitivo. **Repositorio**, [s. l.], 2017.
- REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues; TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli. A IMPORTÂNCIA DO QUE SE APRENDE NA ESCOLA: A PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIAS EM PERSPECTIVA. Scielo books, [s. l.], 2005.
- SANTOS, Joziane C. Davoglio dos; SOARES, Hellen Conceição Cardoso. A influência da afetividade no processo ensino aprendizagem na educação infantil. **Faculdade Atenas**, [s. l.], [s.d].
- SMEHA, Luciane Najjar; SEMINOTTI, Nedio. INCLUSÃO E SÍNDROME DE DOWN: Um estudo das relações interpessoais entre colegas de escola. *Psicologia argumento*, [s. l.], 2008.



ZATTONI, Romano Scroccaro. A autoestima em crianças da terceira infância e sua relação com o elogio no contexto educacional. In: **X congresso nacional de educação–EDUCERE & I seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação–SIRSSE**. 2011.



GERADOR PARA CARREGAMENTO DE CELULARES EM BICICLETAS

Bruno Freisleben Witiuk¹
Remei Haura Junior²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo projetar um gerador que servirá para carregar celulares durante o uso da bicicleta, seja no cotidiano, lazer ou esporte. O projeto foi idealizado pensando na busca da sociedade atual pela geração de energia renovável e sem poluentes, já que o cuidado com o meio ambiente se tornou uma pauta cada vez mais presente no mundo. O método utilizado foi o qualitativo, já que se baseia em dados e resultados obtidos através de pesquisa e testes realizados, onde foram colhidos os resultados e apresentados, mostrando seus pontos eficientes e também as deficiências em alcançar o objetivo. Os resultados finais demonstraram que todos os pontos necessários devem ser analisados antes de uma tomada de decisão, que no caso somente a tensão alcançou o resultado esperado, mas faltando a corrente desejada para que se tivesse o êxito esperado.

PALAVRAS-CHAVE: Gerador, Energia Sustentável, Sustentabilidade.

ABSTRACT: This work aims to design a generator that will be used to charge cell phones while cycling, whether in daily life, leisure or sports. The project was idealized thinking about the current society's search for the generation of renewable and pollution-free energy, as the environment care has become an increasingly present goal in the world. The method used was the quantitative, as it is based on data and results obtained through research and tests carried out, where the results were collected and presented, showing its efficient points and also the deficiencies in achieving the objective. The final results showed that all necessary points must be analyzed before making a decision, in which case only the voltage reached the expected result, but lacking the desired current for the expected success.

Keywords: generator, sustainable energy, sustainability.

1. INTRODUÇÃO

O avanço da tecnologia não vem de hoje, pois desde o século passado ela vem gradativamente sendo introduzida na sociedade, mas com os avanços cada vez mais rápidos e mais surpreendentes, a população tem em seu cotidiano mais facilidades e comodidades através de seus aparelhos eletrônicos. Aparelhos cada vez mais inteligentes com diversas funções são implementados a cada dia que passa com mais rapidez e facilidade na vida de todos, sejam eles para obter informações como os celulares e computadores através da internet, para o comodismo doméstico com televisões Smart, aspiradores de pó inteligentes e outros inúmeros dispositivos eletrônicos (COSTA, 2018).

As pessoas estão passando cada vez mais tempo conectadas à rede através de seus smartphones, tablets, computadores e outros aparelhos, mas

¹ Graduando de Engenharia Elétrica no Centro Universitário Vale do Iguaçu (Uniguacu). E-mail: ene-brunowitiuk@uniguacu.edu.br

² Graduado em Engenharia Elétrica. Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica. Professor no Centro Universitário do Vale do Iguaçu (Uniguacu). E-mail: prof_remei@uniguacu.edu.br



além dos benefícios que essa tecnologia trás, há também diversos malefícios e um deles é o sedentarismo. Como todos estão passando cada vez mais tempo conectados, isso faz com que fiquem mais inativas e propensas a desenvolver doenças (MENDES; CUNHA, 2013).

Como afirma Lopes (2021), um meio que muitas dessas pessoas encontraram para sair do sedentarismo e ter uma vida mais saudável foi através das bicicletas, que no ano de 2020 teve um crescimento nas vendas de 50% maior que no ano anterior. A bicicleta surgiu no ano de 1817 nas mãos do alemão Karl Christian Ludwig Drais von Sauerbronn que a batizou de lausfmaschine, também conhecida como velocípede ou draisiana, mas ela ainda não tinha pedais e sua impulsão era feita com os pés, até que no ano de 1839 o escocês Kirkpatrick Macmillan atribuiu o uso de pedais, tornando-se assim a bicicleta como conhecemos atualmente. Hoje em dia é utilizada de diversas formas, tais como, meio de transporte para trabalho, escola, compromissos, também como para lazer.

Com essa ascensão no uso de bicicletas tal como a conexão na internet, onde pessoas costumam interagir expondo suas atividades diárias, muitas pessoas veem na bicicleta um momento de superação diária e querem influenciar outras pessoas a fazer o mesmo postando suas fotos e até mesmo quanta distância conseguiram pedalar a cada dia. Sendo assim, precisam estar conectadas o tempo todo, mas o problema de estar com essa conexão constante, mesmo com todo o avanço na tecnologia, é o descarregamento de forma mais rápida dos equipamentos.

Um dos motivos que gera muitas discussões atualmente são as mudanças que podem ser feitas para frear a destruição de recursos naturais, que no caso necessitam de mudanças urgentes e uma compreensão da importância que tem a preservação desses bens naturais. Na parte de geração de energia já se têm alguns meios sendo estudados e muitos sendo implementados para que agrida menos o meio ambiente e utilize meios renováveis e limpos, algumas das gerações que utilizam dessa consciência são a energia solar, hidrelétrica, eólica, biomassa, geotérmica e oceânica.

Não só na geração de energia há essa preocupação com o meio ambiente, mas também nos meios de transporte, que prezam cada vez mais em consumir e poluir menos o ambiente e um dos desses meios é a bicicleta, que é



um meio não poluente, silencioso, econômico e acessível o que a torna atrativo tanto para uso doméstico como de empresas (DA SILVEIRA, 2010).

Sustentabilidade é um tema com muita discussão hoje em dia, muitos países já estão adotando discursos para a preservação do meio ambiente. A questão não é somente os recursos não renováveis, mas sim de todo o meio ambiente, e devida a essa questão que as energias sustentáveis estão cada vez mais presente e inserida na sociedade (RATTNER, 2009).

Foi pensando nisso que essa pesquisa tem como objetivo desenvolver um carregador elétrico que funciona através do movimento do pedal da bicicleta, fazendo assim com que as pessoas não precisem abdicar de estarem conectadas a internet e mesmo assim manter uma vida longe do sedentarismo.

2. ENERGIAS RENOVÁVEIS

Segundo Pacheco (2006), a ordem mundial busca a autossuficiência na geração de energia elétrica, procurando fontes alternativas dessa geração que supram a demanda do país. O tema da energia elétrica vem ganhando importância pela questão ambiental, sendo necessário reduzir a emissão de poluentes, consumo de meios não renováveis, como por exemplo o petróleo. É necessário um maior investimento na área de estudos da geração de energia o que é considerado um problema, pois os governos não teriam recursos suficientes para essa diversificação da matriz de energias, pois segundo estudos da EPE se a demanda de energia crescer em média 4,8% ao ano o Brasil precisaria investir aproximadamente 125 bilhões para a ampliação da geração de energia sem que aja risco de apagões. No Brasil hoje cerca de 63,8% da energia produzida é renovável considerando as hidrelétricas segundo o Governo do Brasil.

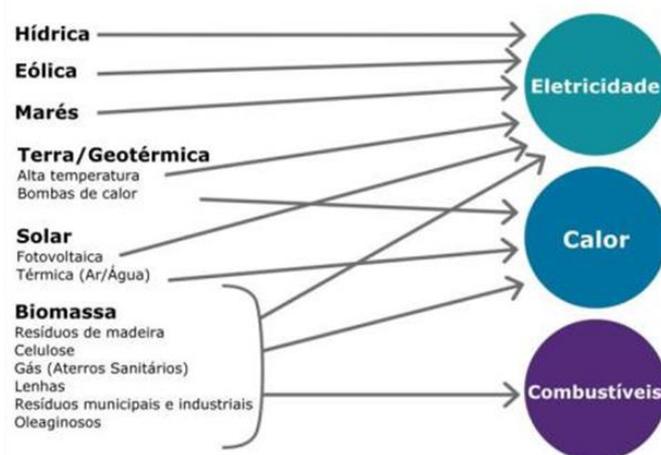
As fontes de energias renováveis são aquelas que vêm de ciclos naturais principalmente da conversão da radiação solar, maior fonte de energia disponível na Terra e são praticamente inesgotáveis e não afetam o planeta e nem seu ecossistema, pois não utilizam combustíveis fósseis. Essas energias estão cada vez mais presentes e tudo isso ao desenvolvimento tecnológico, dentre os muitos tipos de geração de energia de maneira renovável podem ser citadas a energia solar, que consiste na captação dos raios solares em placas que transformam

essa luminosidade em energia e também há a energia produzida através de origem vegetal renovável ou através da decomposição de dejetos que é chamada de biomassa, outro exemplo que cresce a cada dia no Brasil é a energia eólica que atualmente representa 10,9% da matriz energética no país e tem previsão de até 2025 ter cerca de 13,6% de participação na produção do país (DE ENERGIA, 2021), essa fonte de energia funciona com uma torre de energia que com a força do vento, rotaciona suas pás e transforma a energia cinética em energia mecânica e posteriormente, mecânica em elétrica.

Algumas outras maneiras de gerar a energia de forma limpa e sustentável fazem parte desse quadro, mas em menor escala como por exemplo a geotérmica, que funciona através do calor que vem do interior da Terra, onde perfurações são feitas no solo onde é feita a captação de água quente ou até mesmo vapor através das tubulações, onde são direcionados para usinas e fazem turbinas acionarem motores já que sua liberação é feita sob pressão. O que torna o uso das usinas geotérmicas serem em menor escala se tem ao fato das mesmas terem um alto custo de investimento, poder causar terremotos mesmo que com possibilidade mínima, poluição sonora, um alto aquecimento local o que inviabiliza casas nas proximidades dessas usinas e até mesmo poluição de lagos e rios (DA SILVA, 2019).

Na Figura 1 é possível identificar os tipos de energia e em quais usinas ou meios elas são produzidas.

Figura 1 – Tipos de Geração de Energia



Fonte: Portal Energia.



As energias renováveis acabaram se tornando uma obceção da agenda ambiental global e os principais motivos são o aquecimento global e o uso de recursos não renováveis que fazem parte de aproximadamente 80% da matriz energética mundial, que utilizam combustíveis fósseis, que contribuem para o aumento desse aquecimento e concentração dos gases estufa na atmosfera. Alguns dos problemas que as energias renováveis pretendem resolver além do aquecimento e do efeito estufa já citados são a chuva ácida que quando entram no solo podem causar problemas para plantações e vegetações, a aceleração no aumento da temperatura, a degradação marinha também está atribuída ao descarte de materiais poluentes da produção petrolífera principalmente, até mesmo alagamentos urbanos (CARVALHO, 2008).

3. METODOLOGIA

Após diversas pesquisas e mantendo a linha da sustentabilidade alguns dos materiais usados para a fabricação do projeto vem de equipamentos em desuso, fazendo com que ganhem uma nova função e reutilizando peças que provavelmente seriam descartadas. Visando ter um custo baixo na produção, o projeto consiste na utilização de materiais de reaproveitamento.

Como os principais objetos há engrenagens de impressora, motor elétrico, tampa plástica de garrafa pet, super capacitores e fios para as ligações. Alguns estudos de viabilidade e praticidade foram feitos para chegar ao modelo que está sendo implementado, roldanas anexadas à corrente da bicicleta, ou até mesmo em seus pedais foram analisadas até se ter a conclusão que em alguns momentos as mesmas estariam em repouso, como por exemplo em decidas. O modelo adotado será através de um sistema que tem a funcionalidade parecida com a de um dínamo como mostra a Figura 2, acoplado ao quadro da bicicleta terá atrito direto com o pneu traseiro que durante o uso da bicicleta fará com que o atrito gere energia cinética, que através do motor será transformada em energia elétrica.

Figura 2 – Dínamo



Fonte: Elaborado pelo autor

Para a montagem do dínamo foi utilizado a parte das engrenagens de um HD que seria descartado, algumas das engrenagens que não seriam úteis ao mecanismo foram retiradas para que pudesse se obter um resultado melhor.

As engrenagens funcionam como uma polia, fazendo com que o pneu da bicicleta precise dar menos voltas para se ter um resultado satisfatório, as engrenagens em si têm uma área de atrito muito baixa, o que poderia ocasionar o mal funcionamento do equipamento. Para que não ocorresse uma possível falha essa área de atrito teve-se a adição de outros materiais como uma tampa de plástico e um pedaço de rolo de papelão de 5 milímetros que fazem com que o equipamento tenha um contato maior com os pneus e assim não corram o risco de ficar sem funcionamento durante o uso como mostra a Figura 3.

Figura 3 – Rolo de Papelão



Fonte: Elaborado pelo autor.

As engrenagens trabalhando, entram em atrito também com o motor instalado ao fim da peça, fazendo com que o mesmo entre em rotação e gere energia que será a fonte de alimentação do sistema assim como mostra a Figura 4. Essa energia gerada será levada por fios até um carregador portátil, muito utilizado em automóveis e com sua saída já em 5V, fazendo com que o risco de danificar o aparelho não exista.

Figura 4 – Conjunto de Polias para a Rotação do Motor



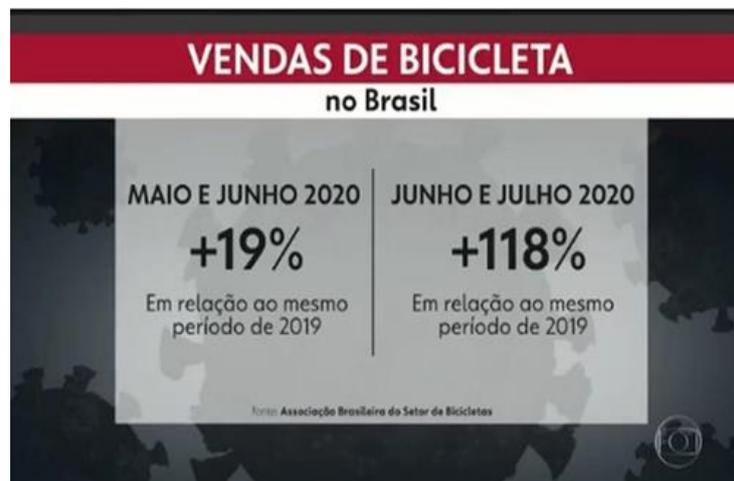
Fonte: Elaborado pelo autor

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisando a preocupação da sociedade em preservar o meio ambiente com um pensamento cada vez mais consciente principalmente em relação aos meios de geração de energia, onde nos meios de geração sustentável e limpa são as que mais crescem no planeta, isso aliado ao aumento do uso de bicicletas no Brasil nos últimos anos e com a conectividade crescente, onde as pessoas ficam cada vez mais presas aos celulares o projeto tem como principal objetivo a união dessas características. Trazendo um equipamento que seja sustentável e produza uma energia de forma limpa, enquanto mantém um usuário sempre ativo e conectado com seu celular enquanto usa um meio de transporte que está em um crescente, seja para trabalhar, praticar esporte ou até mesmo por questões de saúde.

Na Figura 5 tem-se os dados que mostram esse aumento no uso de bicicletas atualmente no Brasil no ano de 2020 em relação ao ano anterior.

Figura 5 – Crescente nas Vendas de Bicicletas



Fonte: G1.

Inicialmente deve ser levado em consideração que os carregadores convencionais de smartphones tem uma saída com tensão de 5V, ou seja, primeiro é preciso levar em consideração que a tensão gerada pelo gerador não ultrapasse a desejada para que não haja risco de danificar o aparelho nele conectado. Um motor que tenha uma tensão acima dos 5V até pode ser usado,

mas nesse caso será necessário a utilização de um limitador de tensão para que ela não ultrapasse a tensão já estipulada.

A corrente também é um ponto a ser levado em consideração e assim como a tensão, tem-se como base o valor de um carregador convencional e a corrente que precisa se obter é de 1,5 A, usa-se esses dois valores pré-estabelecidos para que ocorra um funcionamento de forma eficiente e um resultado satisfatório. Levando em consideração a tensão que precisa ser alcançada, um motor de aparelho DVD foi retirado para que servisse de gerador, o mesmo tem a tensão de 5v, sendo necessária para que o sistema tenha seu funcionamento.

O primeiro teste realizado foi o de geração de energia pelo motor sem nenhuma ajuda de polias para fazerem a rotação, o que ocasionou um resultado negativo, já que o motor precisaria de uma rotação alta para alcançar a tensão desejada, o mesmo foi rotacionado a 3200rpm e mesmo assim gerou somente 0,70v como mostra a Figura 6.

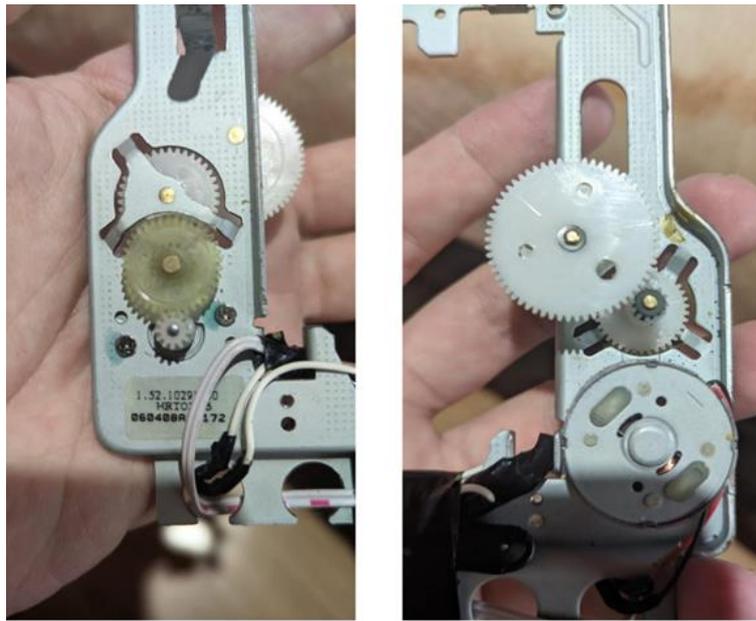
Figura 6 – Resultado Motor 1



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para que se obtivesse um resultado com maior desempenho considerando a tensão que se é necessária, montado em um corpo de metal e aliado de uma ajuda de 3 polias, que se posicionadas uma junto a outra formando uma espécie de cadeia onde uma gira a outra, ou seja, com uma rotação em uma velocidade muito menor na primeira polia faz com que o motor faça seu giro muito mais rápido, o que pode ser visto na Figura 7.

Figura 7 – Polias

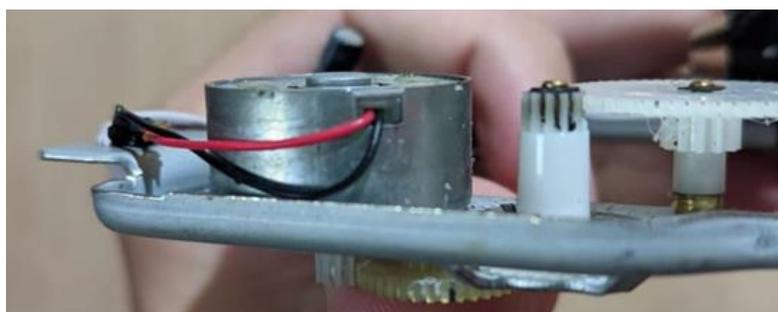


Fonte: Elaborado pelo autor.

As imagens representadas na Figura 7 mostram o sistema de polias que são utilizadas para que quando uma rotacione a outra, a próxima desse sistema precise de menos velocidade para que consiga atingir uma velocidade maior que a real.

Do motor saem dois cabos, o positivo que é representado em vermelho e o negativo que é o cabo preto como pode ser visto na Figura 8, esses cabos estão ligados a um dispositivo que é conhecido geralmente como tomada veicular. Esse dispositivo geralmente é ligado na saída 12V dos carros, muito utilizado para carregar celulares ou outros dispositivos durante viagens no automóvel.

Figura 8 – Cabos Positivo e Negativo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os cabos até chegarem a esse equipamento foram isolados com fita isolante para que não houvesse nenhum perigo de ocorrer um curto-circuito, que pudesse danificar tanto o aparelho, quanto o celular nele conectado.

Para que não houvesse nenhum risco de uma sobretensão no sistema, que por consequência poderia fazer com que o aparelho testado queimasse foi colocado uma saída de 5 V, muito utilizada para o carregamento de celulares dentro de automóveis e pode ser vista na Figura 9.

Figura 9 – Saída 5 V, onde se é conectado o cabo USB que será utilizado para fazer o carregamento do celular.



Fonte: Elaborado pelo autor

Na parte superior desse dispositivo tem uma saída USB e um LED mostrado na Figura 10, o mesmo quando acesso identifica que está sendo alimentado de energia.

Figura 10 – LED



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o sistema já montado notou-se que somente a polia que está no fim do sistema traria resultados negativos por conta de sua área de contato ser muito pequena e de certa forma frágil para que fizesse a ação diretamente. Uma tampa de garrafa pet foi parafusada na primeira polia para que tivesse uma sustentação e uma resistência maior.

4.1 TESTES

Com o protótipo já montado foram realizados os testes em dois aparelhos celulares assim como pode ser visto na Tabela 1.

TABELA 1 – Celulares utilizados

APARELHO 1	Xiaomi Mi 10T Pro
APARELHO 2	Samsung A01

O primeiro aparelho conta com uma bateria de 5000 mAh e o segundo aparelho tem 3000 mAh. Um teste foi realizado para que se obtivesse qual seria a velocidade necessária para que o motor gerador alcançasse os 5 V desejados, com um velocímetro na bicicleta uma pequena volta foi dada e foi constatado que a velocidade deveria ser de no mínimo de 7 km/h, que é uma velocidade facilmente alcançada em uma bicicleta, ou seja, uma velocidade considerada baixa.

Com o cabo já conectado ao celular o teste de carregamento foi feito e como pode se analisar por imagens tiradas de um aplicativo. Na Figura 11 podemos ver em laranja pode se observar os gastos em ampere pelo celular e em verde os ganhos em ampere através do uso do projeto.

Figura 11 – Resultados de Carregamento



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar a figura acima verifica-se que a corrente atinge picos de 840 mA, mas que na maior parte do tempo esse valor é menor, muitas vezes menos da metade desse pico, já em contrapartida o pico de corrente negativa, que faz o celular estar descarregando é de 1190 mA, ou seja, a perda de corrente e consequentemente diminuição da bateria é maior que o ganho dessa mesma corrente, que faz com que o aparelho não tenha um carregamento eficiente, mas podendo manter a carga da bateria por mais tempo.

A solução que pode fazer com que o sistema se torne viável e funcional seria a utilização de um motor com uma tensão maior que 5V e adotar um regulador de tensão CC-CC, que faria uma redução na tensão gerada pelo motor e consequentemente subiria a corrente fazendo com que fosse efetivo o carregamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse projeto teve como intuito achar um meio de conectar o crescimento atual no número de ciclistas, independentemente do motivo, seja para o uso no cotidiano como ir ao trabalho, escola e atividades diárias ou até mesmo para os que pretendem manter uma vida saudável levando a bicicleta como esporte ou até mesmo lazer com a conexão à internet, que também teve uma crescente nas últimas décadas. Outros pontos visados foram a sustentabilidade que na sociedade atual é um assunto muito presente e cada vez se procuram mais meios de melhorar e diminuir o uso de reagentes que possam agredir ainda mais o meio ambiente e o sedentarismo que cada vez atinge mais as pessoas e que podem causar diversas doenças e malefícios a vida das pessoas.



Após a construção do equipamento e com os testes realizados foi possível coletar os resultados e também as dificuldades para se obter com maior precisão o que se foi proposto. O motor de 5V gera a tensão ideal para que se tenha um carregamento do celular, mas conta com uma corrente que é abaixo do necessário, o que faz com que o celular consiga manter sua carga, podendo até descarregar, mas de maneira mais lenta do que a convencional.

Com as medições através de multímetro e também via aplicativo permitiram com que as avaliações dos pontos negativos e positivos fossem encontradas. Utilizando do mesmo método apresentado uma solução que pode chegar ao resultado esperado seria o uso de um motor de no mínimo 12V, para que utilizando um regulador de tensão para chegar aos 5V acabaria tendo a elevação da corrente na mesma proporção, ou seja, seu valor iria dobrar chegando quase aos padrões de um carregador comum de celular.

Outra dificuldade encontrada foi a de achar um motor com tensão superior que tivesse um resultado satisfatório com as rotações nas velocidades testadas, pois foram utilizados motores que funcionam basicamente em alta rotação e com uma rotação menor a tensão produzida também é em menor escala, fazendo com que fique na casa dos 5V do motor teste e conseqüentemente tenham uma corrente semelhante a encontrada.

Tendo em mãos um motor superior em questão de tensão, mas que tenha que fazer um menor esforço para chegar em sua capacidade máxima, novos testes podem ser feitos e resultados como os esperados podem ser obtidos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. A. et al. Ministério de Minas e Energia. **Boletim mensal dos.**

CARVALHO, Joaquim Francisco de. Combustíveis fósseis e insustentabilidade. **Ciência e cultura**, v. 60, n. 3, p. 30-33, 2008.

COSTA, Elimara de Oliveira. **Uso de Tecnologias Domésticas por Idosos.** Minas Gerais, 2018.

DA SILVA, Gilberto Soares; DE AZEVEDO ALMEIDA, Lia. Indicadores de sustentabilidade para instituições de ensino superior: uma proposta baseada na



revisão de literatura. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 123-144, 2019.

DA SILVEIRA, Mariana Oliveira. Mobilidade Sustentável: A bicicleta como um meio de transporte integrado. **Rio de Janeiro**, 2010.

DE ENERGIA, Plano Decenal de Expansão et al. Ministério de Minas e Energia. **Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE**, 2021.

LOPES, Dario Rais; MARTORELLI, Martha; VIEIRA, Aguiar Gonzaga. **Mobilidade Urbana: Conceito e Planejamento no Ambiente Brasileiro**. Editora Appris, 2021.

MENDES, Carlos Maximiano Leite; DA CUNHA, Rubens Cesar Lucena. **As novas tecnologias e suas influências na prática de atividade física e no sedentarismo**. Revista interfaces: saúde, humanas e tecnologia, v. 1, n. 2, 2013.

PACHECO, Fabiana. Energias Renováveis: breves conceitos. **Conjuntura e Planejamento**, v. 149, p. 4-11, 2006.

RATTNER, Henrique. Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, p. 1965-1971, 2009.



IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS E SUA INFLUÊNCIA PARA O BOM DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS

Edi Marise Barni¹
Diego da Silva²

RESUMO: Este trabalho analisa e reflete o papel da gestão educacional na escola e os respectivos desafios e as possibilidades de efetivação da mesma no sentido de melhor organizar a escola. O estudo partiu da necessidade de superar os desafios que ainda impedem a concretização da gestão educacional na forma democrática na instituição escolar pública. Pretende-se mostrar conceitos e definição de gestão para melhor compreensão do desempenho da mesma. Traz - se os princípios legais da gestão democrática na Constituição Federal e sua consolidação com a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 e demais implicações que favorece a compreensão e ação da mesma na prática escolar. Expõe-se o papel da equipe diretiva para a efetivação da gestão democrática na escola, bem como as mudanças necessárias na perspectiva da efetivação. Os resultados dos estudos indicam que é gratificante a superação dos desafios que ainda impedem a concretização da gestão democrática escolar, porque esta tem a função de repartir responsabilidades e, portanto, melhorar a qualidade dos serviços prestados na escola para todos que dela dependem. Para isso, além de haver uma mudança radical do papel do diretor escolar, com a divisão de poder; todos devem realizar com responsabilidade a função específica, contudo o planejamento e a implementação das ações deverão ser decididos pelo coletivo, prevalecendo a decisão da maioria.

PALAVRAS – CHAVE: Gestão Escolar; Democrática; Equipe Diretiva.

ABSTRACT: This work analyzes and reflects the role of educational management in the school and the respective challenges and the possibilities of putting it into effect in order to better organize the school. The study started from the need to overcome the challenges that still prevent the realization of educational management in a democratic way in the public school institution. It is intended to show concepts and definition of management for a better understanding of its performance. It brings the legal principles of democratic management in the Federal Constitution and its consolidation with the Law of Directives and bases of National Education, Law nº 9394/96 and other implications that favor the understanding and action of the same in school practice. The role of the management team for the effectiveness of democratic management in the school is exposed, as well as the necessary changes in the perspective of effectiveness. The results of the studies indicate that it is gratifying to overcome the challenges that still prevent the implementation of democratic school management, because it has the function of sharing responsibilities and, therefore, improving the quality of services provided at school for all who depend on it. For this, in addition to having a radical change in the role of the school director, with the division of power; everyone must perform the specific function responsibly, however the planning and implementation of actions must be decided by the collective, with the majority decision prevailing.

KEYWORDS: School Management; democratic; Management Team.

1. INTRODUÇÃO

A Gestão democrática da educação trata-se de uma organização coletiva da escola em função dos seus sujeitos. Essa organização exige rigor teórico prático de quem organiza, decide, dirige debate e discute a organização escolar. Quer dizer um trabalho específico, porém ao mesmo tempo, orgânico dos

¹ Pedagoga e psicóloga. Mestre em Educação pela PUC PR. Docente da UniEnsino, Unicesumar, Uniandrade e Prefeitura Municipal de Curitiba.

² Psicólogo. Mestre em Medicina Interna e Ciências da Saúde pela UFPR. Docente da UniEnsino.



profissionais da educação, contudo, em função do bem comum da escola pública.

Sabendo que a visão fragmentada da escola pública ainda persiste em muitas instituições de ensino, sendo que os Conselhos escolares existem, porém as decisões são tomadas por si só e os pares não são consultados. Dessa forma as decisões são tomadas sem a representatividade.

Objetiva - se com esse trabalho analisar e refletir sobre a gestão democrática imprescindível para a organização da escola pública, portanto, verificar os desafios, mas também buscar inúmeras possibilidades para a concretização desse processo coletivo.

Apresenta conceitos, definição e perspectivas da gestão democrática na atualidade; bem como apresenta os princípios legais e teóricos que visam garantir a função desta no âmbito escolar. Este estudo é de cunho bibliográfico realizado em bases de dados científicos, livros e legislações da área.

Traz a importância do papel da equipe diretiva em consonância com a equipe pedagógica para a organização de uma gestão democrática, bem como constata que precisa haver uma mudança radical na função do diretor, passando a divisão de poder em perspectivas, de atender as reais necessidades da escola.

Espera-se que este estudo venha esclarecer algumas dúvidas e complementar os conhecimentos sobre a gestão democrática escolar, e também traga contribuições importantes para a efetivação dessa nas instituições escolar e conseqüentemente uma educação de maior qualidade a todos que dependem da escola pública.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: CONTEXTUALIZAÇÃO

Na atualidade as mudanças científico-tecnológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas no mundo têm influenciado direta e indiretamente a organização da sociedade que concretamente reflete nos sistemas de educação.

Simultaneamente com estas mudanças, a educação vai se organizando mediada por estas relações em contextos históricos diferentes, formas de desenvolvimento, gestão pedagógica e administrativa em perspectivas atuais.



A gestão democrática tem sido uma das causas mais frequentes da área educacional, de debates, reflexões, iniciativas públicas, como constitucionalização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na perspectiva de superação da fragmentação do trabalho escolar.

O significado de gestão:

Gestão provém do verbo latino gero gessi, gestum, genere e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito. Isto pode ser visto em um dos substantivos derivados desse verbo. Trata-se de gestatio, ou seja, gestação, isto é, o ato pelo qual se traz em si e dentro de si algo novo, diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer. Da mesma raiz provêm os termos genitora, genitor, gérmen. (BRASIL, p. 14, 2005).

Dessa forma, a gestão resulta de um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam dar assistência no governo da educação, segundo a justiça. Assim a gestão escolar envolve as ações compartilhadas e a divisão de poderes.

A gestão escolar vista a partir desta perspectiva, estabelece uma nova forma de administrar a escola, ou seja, democrática, onde tudo é decidido com a participação do Conselho Escolar, APMF e demais membros da comunidade escolar.

O golpe de 1964 trouxe a interrupção do desenvolvimento da democracia social e política em gestão, inclusive na educação, por um bom tempo os comandos autoritários pautaram no direito da força do que na força do direito. Assim durante o regime militar prevaleceu o temor, a obediência e o dever foram além do direito, o diálogo e o direito (COUTINHO, 2000).

Entretanto, o movimento de contestação ao regime militar e sua queda com a participação popular, na qual educadores se fizeram presentes. Sendo assim nasceu um novo ordenamento jurídico nacional em bases democráticas, quer dizer uma nova maneira de se administrar à escola pública (COUTINHO, 2000).

Para a garantia dessa nova cultura democrática, ou seja, para a manutenção dos princípios democráticos, foram estabelecidos os princípios éticos na Constituição Federal de 1988.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III- Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V- Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos na forma da lei, planos de carreira, com ingressos exclusivamente por concurso público de provas de títulos, aos das redes públicas;
- VI- Gestão democrática do ensino público na forma de lei;
- VII- Garantia de padrão

O Art. 206, VI da Constituição federal, o formaliza para as escolas oficiais a inclusão do princípio da gestão democrática.

A gestão democrática é contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n. 9.394/96, no art.3º, VIII, reforçando a Constituição Federal. Em consonância com os termos federativos nos termos da autonomia, o art. 14 diz:

- I - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público da educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
- II - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Dessa forma, a lei estabelece autonomia às instituições para encaminharem a gestão democrática para além do que está definido na Constituição e na LDB. Contudo, é necessário considerar, também os artigos 12, 13 e 15 da LDB n. 9.394/96, que determinam um trabalho de equipe de toda a comunidade escolar.

A gestão democrática, também está regulamentada na Lei n. 10.127, de 9 de janeiro de 2001, ou seja, conhecida como Plano Nacional de Educação (PNE).

Ocorre, pois, que o conceito de gestão aqui defendido vai além do âmbito da organização do espaço público de ensino, no compromisso coletivo de formação e humanização dos sujeitos.

Coutinho (2005, p. 50), afirma que a gestão democrática da educação compreende a noção de cidadania como “capacidade conquistada por todos os



indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto histórico determinado”.

Ainda mais,

Gestão democrática significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão-, de quem tem consciência do coletivo – democrática -, de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação (FERREIRA, 1999, p.1241, apud PARANÀ, 2006, p.3,).

Para tanto pensar em gestão democrática da escola pública faz-se necessário pensar a possibilidade de organicamente constituir a escola como espaço de contradição.

Para tal requer primeiramente delimitar os processos de organização dos segmentos escolares perante a escola pública. “Entender que decisões quanto a finalidades e conteúdos devem ser tomadas para a humanização da formação dos sujeitos” os que significa pensar em quais conteúdos da aprendizagem serão ensinados como conteúdos significativos e que devem envolver os conceitos científicos da cultura erudita e os conteúdos da prática social (idem).

A partir daí a gestão democrática passa a ser vista como organização coletiva da escola em função de seus dos sujeitos. Assim sendo, para organizar coletivamente exige umas práxis por parte de quem organiza, decide, dirige debate, discute a organização escolar.

Nesse contexto, o trabalho do pedagogo é indicado como possibilidade de mediador da intencionalidade educativa da escola, pela via dos diferentes segmentos que a compõe.

Sendo a escola uma instituição social, que tem como função a democratização dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, portanto, um espaço de mediação entre sujeito e sociedade. Dessa forma a escola é via da emancipação humana e a transformação social. O que requer ver o papel político da escola atrelado ao papel pedagógico (PARO, 2005).

“Assim, a escola progressista denuncia a não diretividade como instrumento de dominação, resgatando a ação diretiva do educador que



representa a ruptura com o que foi socialmente determinado e promove a formação coletiva do educando” (PRAIS, 1994, p.42).

A gestão democrática (colegiada) define coletivamente as ações e as concepções da escola, ela passa a constituir-se numa condição determinada e determinante de uma teoria e prática progressista de educação, principalmente, quando essa gestão vem com a necessidade histórica (PARO, 2005).

A partir daí, passa existir indicativos de um novo quadro de mobilização e organização social, que instigam mudanças nas relações de poder em todas as áreas, e não seria diferente na educação. O que explica a gestão democrática na escola pública, que dão suporte a as reais necessidades presentes, quanto à organização, participação, planejamento e tomada de decisão.

2.1 O PAPEL DA EQUIPE DIRETIVA PARA A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Trata-se de uma participação democrática, a qual exige uma mudança radical do papel do diretor. Primeiramente, o diretor deverá articular o trabalho administrativo com o pedagógico, segundo a mudança de procedimento no que diz respeito à centralização das tomadas de decisão, corporativismo e autoritarismo, “além do seu caráter generalista” (PARANÁ, 2006, p. 5).

Essa mudança não deve limitar-se só no papel e no discurso. Essas características devem ser visíveis nas práxis educativas, bem como o diretor deve assumir um projeto de gestão, articulado a um projeto de educação, de sociedade, de homem, de mundo conforme consta no Projeto Político Pedagógico de cada escola.

Diante do apresentado, a gestão democrática da escola constitui um processo coletivo de decisões e ações, conseqüentemente, permite a recuperação da função do diretor no comando do processo educativo, não como ente exclusivo do mesmo. Sobre o papel do diretor, Paro Destaca:

Em termos práticos, as atividades de direção restringem-se ao diretor – e aos seus assistentes de diretor, sem coadjuvante no comando da escola. Mas estes também acabam se envolvendo em atividades rotineiras que pouco têm a ver com uma verdadeira coordenação do esforço do pessoal escolar com vistas à realização de objetivos pedagógicos. Concorrem para isso, em grande medida, as precárias condições de funcionamento da escola [...]. Diante desse quadro, não é difícil imaginar as dificuldades da direção em coordenar esforços de



peças cujas atividades dependem de recursos inexistentes (2005 P.73-74).

Fica claro que no enfrentamento dos problemas do dia-a-dia da escola, o diretor e a equipe diretiva, têm muitos empecilhos que dificultam o trabalho do gestor. Entretanto, com um diretor centralizador, o caso fica ainda mais grave, sendo ele o único a resolver tudo.

Quando há a gestão democrática, o diretor jamais estará sozinho nem para definir nem para operar. “Percebamos que a gestão democrática não é sinônimo de “todo mundo faz tudo” ou “qualquer um faz qualquer coisa”. Cada sujeito do processo educativo tem suas funções específicas, porém, o planejamento e implementação das ações parte do coletivo” (PARANÁ, 2006, P. 5).

O que legitima a gestão democrática são os processos de participação efetiva. Uma das condições apontadas é a eleição de diretores, não que essa é o aval da democracia como prática escolar, contudo é um momento de tomada de decisão de toda a comunidade escolar. Nesse sentido, após escolhido, o diretor tem o dever, dentro dos princípios democráticos, de validar o procedimento educativo, considerando a escola como instituição de caráter pedagógico. Como caracteriza Libâneo:

A meu ver, a pedagogia ocupa-se de fato dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sócio-políticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa (2004 p29).

Essas características pedagógicas apontadas pelo autor, justificam a importância do envolvimento da equipe pedagógica nos encaminhamentos pedagógicos imprescindíveis no Projeto político Pedagógico.

Libâneo (2004) distingue algumas das funções da Direção na Gestão democrática escolar:

- Dirige e coordena o andamento do trabalho pedagógico da escola, de acordo com sua função social;
- Assegura o processo participativo na tomada de decisão na sua implementação;
- Assegura a implementação de todas as ações planejadas coletivamente;
- Articula e cria momentos para relações entre escola e comunidade escolar;



- Dar suporte às atividades de planejamento e discussão do currículo, juntamente com a equipe pedagógica, bem como faz o acompanhamento e avaliação da prática pedagógica (IN, PARANÁ, 2006, P.7).

Frente aos aspectos pontuados pelo autor, fica clara a relação intrínseca do diretor e pedagogo na gestão escolar, porque o trabalho do pedagogo faz a mediação, organização, integração e articulação do trabalho pedagógico. Até porque, é tarefa do pedagogo ter o domínio sistemático e intencional para a efetivação da educação escolar.

Se realmente firmamos nossas convicções nos estudos abordados anteriormente sobre a importância de se trabalhar numa perspectiva democrática, certamente teremos a educação respaldada na esperança traduzida nas obras do grande educador Paulo Freire. A luta por uma escola cada vez mais democrática, com a participação de toda a comunidade escolar é o compromisso que deve ser assumido por todos os profissionais da educação.

Para tal a escola pode desenvolver ações que caracterizem uma gestão democrática de forma eficiente e eficaz se estabelecer uma administração que contribui para a transformação social, respeitando as características e particularidades da instituição de ensino; criando condições favoráveis aos desenvolvimentos das potencialidades da comunidade escolar no ambiente de cooperação e reciprocidade, estabelecendo linhas e objetivos comuns de ação integrada (COUTINHO, 2000).

Enfim, a gestão democrática da escola se efetiva quando essa se coloca numa perspectiva emancipatória, na medida em que se utiliza de instrumentos que conduzem ao debate, à co-participação e ao comprometimento dos segmentos da escola e da comunidade em seu entorno, que se traduz dentro do microcosmo da escola na realização de eleições diretas para diretores e na utilização dos Conselhos Escolares como instâncias deliberativas e fóruns consultivos, e no macrocosmo social no estímulo à participação em outras instâncias organizadas da sociedade (PRAIS, 1994).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou verificar a importância do papel da gestão escolar, porém democrática, como forma de organização geral da escola, ou seja, numa



perspectiva onde tudo é decidido e compartilhado para o bem comum. Verificou-se que uma administração transformadora, deve atender e ter como centro e base as especificidades do ato educacional opondo ao trabalho fragmentado e autoritário.

Assim, o desejo que deve mover a coletividade escolar é que todos tenham um papel a desempenhar e não sejam apenas espectadores. Para tanto, a participação e incentivo a esses segmentos de gestão é algo que precisa ser construído a cada dia dentro das escolas públicas. Por isso, é necessário estar constantemente revendo os principais documentos das escolas, repensando o papel de cada um na construção de uma coletividade, independente de ser professor, diretor, funcionário, aluno, pai ou pedagogo e compartilhar ideias significativamente.

Portanto, o papel do diretor, dos professores, alunos, agentes educacionais, equipe pedagógica e pais ou responsáveis é fortalecer o trabalho coletivo no intuito de organizar uma escola voltada ao processo de ensino aprendizagem e combater, a cada dia, dentro e fora da escola, à visão fragmentada de escola e sociedade.

Conclui-se este trabalho podendo afirmar por um lado, que o trabalho no interior da escola é complexo e difícil, no entanto, por outro lado, tem se a gestão democrática. Através da gestão democrática, o trabalho escolar pode ser realizado por todos de forma responsável, porém cada um nas suas respectivas funções; entretanto, todo o planejamento, elaboração e/ou implementação das ações da escola precisam partir do coletivo com uma participação efetiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do estado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Gestão escolar**. UM SALTO PARA O FUTURO, 2005.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente**: ensaios sobre a democracia e o socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.



LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2004.

PARANÁ. **O Papel do Pedagogo na Gestão:** possibilidades de mediação do currículo. SEED, Curitiba, 2006.

_____. Lei n. 10.127, de 9 de janeiro de 2001, Plano Nacional de Educação/PNE.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da escola pública.** 3ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

PRAIS, Maria de Lurdes melo. **Administração colegiada da escola pública.** 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1994.



INCONSISTÊNCIA EM DIAGNÓSTICO DE HIPOPLASIA DA VEIA SAFENA DO MEMBRO INFERIOR

Andressa Krzewinski ¹
Elaine Ferreira ²

RESUMO: Relato de caso de uma paciente com ausências sugestivas de trombose venosa profunda no membro inferior esquerdo. Que após tratamento, retorno de consulta e realização de novos exames com impressão diagnóstica, obteve-se achados sugestivos de hipoplasia segmentar da veia safena magna. Uma anormalidade bastante rara, com quadro clínico que se manifesta em edema e surgimento de veias varicosas. A anatomia do sistema venoso em membros inferiores é uma das mais complexas do corpo humano. Devido a esta condição é importante saber identificar variações que podem acometê-las. O objetivo do estudo é correlacionar possíveis causas que potencialmente desencadearam a hipoplasia, do ponto de vista do profissional enfermeiro. Para auxiliar no diagnóstico, foram realizados análises e estudos em exames clínicos e laboratoriais, correlação e discussão baseada na literatura. Desse modo, estima-se que o caso analisado se refere a uma má-formação congênita, ou seja, uma particularidade presente desde o nascimento.

PALAVRAS-CHAVES: Anomalias congênitas. Doenças cardiovasculares. Insuficiência venosa. Veias varicosas.

ABSTRACT: Case report of a patient with absences suggestive of deep vein thrombosis on the left lower limb, that after treatment, return to consultation and new tests with diagnostic impression, suggestive findings of segmental hypoplasia of the great saphenous vein were obtained. A very rare abnormality, with a clinical picture that manifests itself in edema and the appearance of varicose veins. The anatomy of the venous system in the lower limbs is one of the most complex in the human body. Due to this condition, it is important to know how to identify variations that can affect them. The objective of the study is to correlate possible causes that potentially triggered hypoplasia, from the point of view of the nurse. To aid in the diagnosis, analyses and studies were carried out in clinical and laboratory tests, correlation and discussion based on the literature. Thus, it is estimated that the case analyzed refers to a congenital malformation that is a particularity present from birth.

KEYWORDS: Congenital anomalies. Cardiovascular diseases. Venous Insufficiency. Varicose veins.

1. INTRODUÇÃO

As doenças cardiovasculares são um conjunto de doenças do coração e dos vasos sanguíneos como a Doença Vascular Periférica (DVP) também conhecida como Doença Arterial Obstrutiva Periférica (DAOP). É uma condição de disfunção na circulação que provoca estreitamento ou obstrução dos vasos sanguíneos em várias regiões importantes do corpo, sendo mais comum nos membros inferiores, impedindo seu fluxo sanguíneo normal (TEAM, 2022; GRUDTNER *et. al.*, 2013).

¹ Acadêmica de Enfermagem. Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu. União da Vitória – PR.

² Docente do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu. Farmacêutica. Mestra em Ciências Farmacêuticas.



Indivíduos com DVP dos membros inferiores apresentam como principal consequência a isquemia, que se caracteriza quando por algum motivo veias e vasos sanguíneos ficam impedidos de transportar o sangue para alguma área do corpo, e sentem dores e desconfortos nos músculos, incluindo edemas, surgimento de varizes ou veias dilatadas, trombose venosa e lesões, que tendem a piorar se não realizado o tratamento imediato (DOUKETIS, 2021).

A avaliação é feita através de um parecer clínico do médico, que observa os sintomas e informações do histórico familiar do paciente, e solicita exames para análise sanguínea e exames físicos como, ultrassonografia Doppler, ressonância magnética e angiotomografia computadorizada, de forma que auxilie no diagnóstico conforme o caso.

O tratamento padrão para DVP requer o uso de medicamentos que atuam como trombolíticos, vasodilatadores, antiagregantes plaquetários e anticoagulantes, tendo como função corrigir a disfunção na circulação periférica. Envolve fármacos como Cilostazol, Clopidogrel, Dipyridamol (BROWN et al., 2021; 2014; REIS, 2021).

Além disso, é de extrema importância adotar diferentes hábitos de vida, como uma alimentação saudável e equilibrada, exercício físico que pode ajudar a manter a capacidade dos membros livres de dor. Controlar fatores de risco como pressão alta, diabetes e colesterol, pode evitar que a doença se agrave (TEAM, 2022; FERREIRA, 2020).

Dentro desse contexto, o presente trabalho tem como proposta apresentar um relato de caso de uma paciente com achados sugestivos de hipoplasia da veia safena magna no membro inferior esquerdo. Desta forma, o objetivo do estudo baseia-se em correlacionar a possível ou as possíveis causas que podem ter desencadeado a hipoplasia, do ponto de vista do profissional enfermeiro.

2. METODOLOGIA

Relato de caso de um paciente portador de Hipoplasia da veia Safena Magna do membro inferior esquerdo. Análise e estudo dos achados em exames clínicos e laboratoriais. Correlação e discussão baseada em literatura publicada acerca do assunto, considerando publicações a partir do ano 2001.



3. RELATO DE CASO

Paciente AK, sexo feminino, 19 anos, branca. Compareceu a consulta no dia 12/11/2014, com queixas de dor no membro inferior esquerdo (MIE), associado a edema e vermelhidão no local afetado. Solicitado um ultrassom vascular periférico com Ecodoppler do MIE, no qual foram visibilizados sinais sugestivos de tromboflebite subaguda segmentar da safena interna. Onde foi confirmada ausências sugestivas de trombose venosa profunda recente. Após confirmação do diagnóstico, encaminhada a paciente a um hospital de urgência, para o uso de medicamentos anticoagulantes, após elevação da perna com apoio de travesseiro e uso de meias de compressão elástica.

Em 10/03/2015, paciente comparece à consulta de retorno para avaliação da sua evolução. Solicitado o exame de Doppler do membro inferior esquerdo com impressão diagnóstica os achados são sugestivos de Hipoplasia segmentar da veia safena magna, diagnóstico ignorado pelo médico, relata paciente ser muito jovem pelo quadro clínico apresentado.

Em meados de março de 2016, um ano após, a paciente com dor no membro, associada com edema, volta ao médico. Solicitado exame de Eco doppler Venoso do MIE – conclusão aparece sem evidências de trombozes agudas ou incompetências venosas, no qual não foram identificados nódulos na região posterior da perna.

Em janeiro de 2021, paciente com muita dor, sensibilidade e edema procura médico novamente. Solicitado Exame Ultrassonografia de Panturrilha Esquerda com conclusão de não demonstrarem alterações, e Exame de Doppler do MIE – os achados foram sugestivos a Hipoplasia segmentar da veia safena magna. Atualmente em investigação e acompanhamento médico.

4. DISCUSSÃO

São consideradas variações anatômicas do sistema venoso em membros inferiores (MI), a presença de trajeto venoso fora do compartimento safeno como alterações no calibre da veia safena magna (VSM). Essa diferença no diâmetro da VSM em membros normais depende de vários fatores como exercício muscular, espessura do tecido celular, idade e também de patologias. Não há



uma definição quanto a etiologia das alterações anatômicas da VSM, o que podem estar relacionados a fatores bioquímicos e genéticos, como na embriogênese podem ter desenvolvido o surgimento de vários tipos de anomalias deste vaso. A ultrassonografia vascular, é um dos métodos que permite a identificação e diferenciação desses padrões anatômicos, sendo sua redução ou não visibilidade no compartimento safeno caracteriza uma condição de hipoplasia (ENGELHORN *et al.*, 2017; SILVA *et al.*, 2016).

Algumas más-formações podem ser consideradas anomalias “normais” congênitas de menor gravidade. Essas são descritas como síndrome de má-formação que se caracterizam por serem anormalidades generalizadas do crescimento metabólico relacionada a anormalidades cromossômicas (JUHL *et al.*, 2016).

Em uma análise dos membros com segmentos hipoplásicos de veia safena magna, 676 membros com VSM normal, encontraram 86 com segmentos hipoplásicos, e no grupo de 320 membros com VSM insuficiente, 79 destes tinham hipoplasia. Com uma amostra diferente, que observou um grupo de pacientes com varizes primárias e outro de indivíduo sem varizes e VSM competente, chegou ao resultado que a hipoplasia segmentar é mais comum em pacientes com veias varicosas que nos indivíduos normais, o que leva a hipoplasia como possível fator na patogênese de veias varicosas, ou seja, veias doentes, torcidas, dilatadas e superficiais (SEIDEL *et al.*, 2015; FERREIRA, 2021).

A presença de hipoplasia segmentar da VSM em pacientes que clinicamente apresentam veias varicosas, sugere um possível papel deste fenômeno na patogênese das varizes. Isso seria explicado pela sobrecarga hemodinâmica da safena acessória que ocorre no nível dos segmentos com hipoplasia. A parede da veia safena acessória é mais fina e contém menos células musculares que a VSM. Além disso, estas veias estão rodeadas por uma camada única de gordura, que não suporta conter a dilatação dos vasos (ALBRICKER, *et al.*, 2018).

As varizes dos membros inferiores são frequentemente secundárias a insuficiência das veias safenas. O diâmetro da veia safena não está relacionado com o grau de sintomatologia dos pacientes, porém, estudos mostraram que as veias safenas magnas acima de 5,05 mm tiveram um valor positivo para



incompetência da veia safena e podem apresentar uma fraca relação com grau em que a doença se encontra (SILVA *et. al.*, 2021).

A maioria dos casos previamente descritos como hipoplasia da veia cava inferior de toda sua extensão abdominal, é bastante rara. Segundo estudo achado, a tomografia computadorizada e a angiorressonância magnética de um homem de 49 anos com antecedentes de trombose bilateral das veias femorais comuns e hipoplasia de toda veia cava inferior abdominal e doença varicosa grave de membros inferiores, a ocorrência de trombose venosa profunda, deve levantar a possibilidade de anomalias das veias em membros inferiores. Se a rede venosa colateral não for suficiente para drenar o sangue dos membros inferiores, o paciente pode apresentar com sinais de estase venosa, associada ou não a trombose venosa profunda (VIANA, *et. al.*, 2006).

Conforme Viana et al. (2006) relata que também muitos casos de malformações vasculares, incidentalmente são descobertos em exames realizados para condições não relacionadas, ou seja, acabam sendo descobertos sem apresentarem algum sinal ou sintoma.

Em um estudo, foi identificado padrões de refluxo nas veias safenas pela ecografia vascular com Doppler colorido em mulheres com Insuficiência Venosa Crônica (IVC) e identificar a associação entre padrões de refluxo de comprometimento da junção safeno femoral (JSF) e da junção safeno poplíteia (JSP). Estudados retrospectivamente 1184 Membros Inferiores (MMII), de 672 pacientes do sexo feminino com queixas de IVC. Dos 1184 MMII avaliados, a maioria (50,2%) apresentava varizes sem edema. O padrão de refluxo segmentar foi o mais encontrado tanto nas veias safenas magnas (35,14%) quanto nas parvas (8%), independente do grau de gravidade da Insuficiência venosa Crônica. As JSF e a JSP foram detectadas como fonte de refluxo em 12 % e 6% das extremidades respectivamente (GONÇALVES, 2006).

Conforme resultados obtidos pelo estudo observou-se que o refluxo se inicia predominantemente em segmentos no trajeto das veias safenas magnas e parvas, causando veias tributárias ou perfurantes, ou seja, veias incompetentes apresentam refluxo significativo e podem transferir esse refluxo para as veias safenas, causando dilatação. A junção safena femoral e a junção safeno poplíteia não são as principais fontes causadores do refluxo no sistema venoso superficial (GONÇALVES, 2006).



As consequências clínicas da Insuficiência Venosa Crônica são conseqüentemente ao refluxo venoso, por sua vez, consecutivo da insuficiência valvular no sistema venoso profundo. O refluxo venoso causa o aumento da pressão venosa capilar, causando os sintomas e sinais conhecidos da Insuficiência, como edema, úlceras venosas, fadiga e sensação de peso (DOUKETIS,2021).

Os linfedemas são patologias vasculares congênitas causada por uma obstrução do sistema linfático relacionado com uma hipoplasia. O baixo número de vasos linfáticos, sua ausência e/ou seu mau funcionamento explicam a patologia. Em outros casos, a insuficiência linfática é subclínica e só aparecerá tardiamente após descompensação (FERRANDEZ, 2001).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso propôs levantar as possíveis causas para o desenvolvimento de hipoplasia na veia safena magna em membro inferior, do ponto de vista do profissional enfermeiro. Após análise e discussão dos resultados conclui-se que a maior possibilidade do caso seja uma particularidade presente desde ao nascimento, ou seja, um fator congênito referente a uma má-formação. Conseqüentemente é essencial um acompanhamento médico pela possibilidade da hipoplasia desencadear alguma patologia secundária, principalmente se o paciente apresentar ou relatar alguma sintomatologia no local afetado, em razão de que a confirmação de um diagnóstico precoce é fundamental.

REFERÊNCIAS

ALBRICKER, Ana Cristina Lopes. ANDRADE, Ane Graziela Ferreira. ALMEIDA, Daniela Simões. ALMEIDA, Gisely Simões. ANDRADE, Jeider Matheus Monteiro. SANTOS, Paola Souza. BARROS, Marcio Vinícios Lins. **Associação entre Variação Anatômica da Veia Safena Magna e Insuficiência Venosa em Pacientes Submetidos à Ultrassonografia Vascular dos Membros Inferiores**. 2018. 5 f. Curso de Medicina, Faculdade de Saúde e Ecologia Humana, Belo Horizonte/Mg, 2018.



BROWN, Tamara. FORSTER, Rachel. CLEANTHIS, Marcus. MIKHAILIDIS, Dimitri. STANSBY, Gerard. STEWART, Marlene. **Cilostazol for intermittent claudication**. Cochrane Database of Systematic Reviews 2021, Issue 6. Art. No.: CD003748. DOI: 10.1002/14651858.CD003748.pub5.

DOUKETIS, James D. **Insuficiência venosa crônica e síndrome pós-flebite**. 2021. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-do-cora%C3%A7%C3%A3o-e-dos-vasos-sangu%C3%ADneos/dist%C3%BArbios-venosos/insufici%C3%Aancia-venosa-cr%C3%B4nica-e-s%C3%ADndrome-p%C3%B3s-flebite>. Acesso em: 22 maio 2022.

DOUKETIS, James. **Trombose Venosa Superficial**. Manual MSD, 2021. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-cardiovasculares/doen%C3%A7as-venosas-perif%C3%A9ricas/veias-varicosas>. Acesso em: 20, maio de 2022.

ENGELHORN, Carlos Alberto; ENGELHORN, Ana Luiza; RITTER, Camila; LIMA, Gabriel Faria Isfer de; LOPES, João Gabriel Peixoto; CABRINI, Letícia Gaertner. Identificação pela ultrassonografia vascular dos diâmetros das veias safenas magnas sem refluxo em mulheres. **Jornal Vascular Brasileiro**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 92-97, 18 maio 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1677-5449.008016>.

FERRANDEZ, Jean-Claude. **Reeducação vascular nos edemas dos membros inferiores**: reeducação vascular nos edemas dos membros inferiores. São Paulo: Manole, 2001. 188 p.

FERREIRA, Joana. **Doença Arterial Periférica**. Saudebemestar.pt, 2020. Disponível em: <https://www.saudebemestar.pt/pt/clinica/cirurgia-vascular/doenca-arterial-periferica/>. Acesso em: 20, maio de 2022

FERREIRA, Joana. **Varizes**. Saudebemestar.pt, 2021. Disponível em: <https://www.saudebemestar.pt/pt/clinica/cirurgia-vascular/varizes/>. Acesso em: 20, maio de 2022.

GONÇALVES, Patricia Carla Zanelatto. **Estudo dos padrões de refluxo nas veias safenas, pela ecografia vascular, em mulheres com insuficiência venosa crônica**. 2006. 67 f, Clínica Cirúrgica da Pontifícia Universidade do Paraná, Curitiba/PR, 2006.

GRUDTNER, Marco. PEREIRA, Adamastor. **Doença Vascular Periférica**.



Medicina NET, 2013. Disponível em:

<https://www.medicinanet.com.br/conteudos/revisoes/5594/doenca_vascular_periferica.htm>. Acesso em: 22, maio de 2022.

JUHL, John. CRUMMY, Andrew B. KUHLMAN, Janet E. **Interpretação Radiológica**: as síndromes de má-formação congênita: osteocondrodisplasias, disostoses e distúrbios cromossômicos. 7. ed. Rio de Janeiro/RJ. Guanabara Koogan, 2016.

REIS, Manuel. **Doença arterial periférica: sintomas, causas e tratamento**. Tua Saúde, 2021. Disponível em: <<https://www.tuasaude.com/doenca-arterial-periferica/>>. Acesso em: 20, maio de 2022.

SEIDEL, Amélia Cristina; CAVALARI JÚNIOR, Pedro. **Associação entre aplasia segmentar de veia safena magna e varizes em membros inferiores avaliada pelo ecocolor Doppler**. 2015. 06 f. Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá/PR, 2015.

SILVA, Ana Paula Pires. PINTO, Daniel Mendes. MILAGRES, Vanessa Aline Miranda Vieira. BEZ, Leonardo Ghizoni. MACIEL, Júlio César Arantes. LOPES, Caetano de Souza. **Resultados do tratamento do refluxo de veias safenas com endolaser 1.470 nm e correlação com o grau de insuficiência venosa**. 2020. 6 f. Jornal Vascular Brasileiro, São Paulo/SP, 2021.

SILVA, Melissa Andreia de Moraes. MESQUITA, Hanna Fatima Paranaíba. CARNEIRO, Iara Gabriel. KRUPA, Arturo Eduardo. SILVA, Seleno Glauber de Jesus. CARDOSO, Rodolfo Souza. **Variação anatômica venosa rara em membros inferiores**. 2016. 5 f. Faculdade de Medicina de Itajubá, Itajubá/MG, 2016. Cap. 2016.

TEAM, Medical. **Doença Vascular Periférica**. Ada Health GmbH, 2022. Disponível; em <<https://ada.com/pt/conditions/peripheral-vascular-disease/>>. Acesso em: 22, maio de 2022.

VIANA, Sergio Lopes. MENDONÇA, José Luiz Furtado. FREITAS, Flávia Mendes Oliveira. BEZERRA, Alexandre Sérgio de Araújo. ARAÚJO, Daniela Gusmão. PEREIRA, Arismar Léon da Silva Alves. LIMA, Gulse Anne de Souza. VILA, Ana Fabíola. RIBEIRO, Nelmar. CUNHA, Nara Fabiana. MARTINS, Rosane Rodrigues. **Hipoplasia da veia cava inferior**: relato de caso e revisão da literatura. 2006. 6 f. Clínica Radiológica Vila Rica, Brasília/Df, 2006.



MASSOTERAPIA APLICADA À ESTÉTICA

Grazielle Gelaski da Anunciação¹
Kaliandra Zem²
Kelin Gonzaga Kuritza³

RESUMO: A massoterapia é uma das mais antigas técnicas terapêuticas que passou a ser usada como método de alívio, cura de dores e até na prevenção de doenças. Ela traz muitos benefícios ao paciente, tem grande efeito para o corpo, e como sua ação mecanicista está relacionada aos sítios nervoso, emocional, fisiológico e químico, a ação mecânica é produzida pela manipulação dos tecidos moles. Se aplicada corretamente a massoterapia pode trazer benefícios como, conforto, promoção da saúde, alívio de dores e bem-estar em geral, potencializa o sistema imunológico, usada como meio físico para alívio de quadro alérgico, redução de edema, prevenção de formação de fibrose e aderência. Existem diversas técnicas de massagem, mas as mais conhecidas atualmente são drenagem linfática, massagem terapêutica, e relaxante, cada uma com sua especificidade e sequências de operações, de acordo com os objetivos do paciente ou indicações clínicas como, prevenção, recuperação ou tratamentos de condições pré-existentes. Objetivo: Analisar os benefícios da massoterapia na estética. Método: Revisão bibliográfica, com bases nos artigos científicos lidos e analisados, a massoterapia é uma técnica eficiente para promover o bem-estar. A massoterapia abrange várias técnicas naturais e não invasivas que ocorre através da manipulação de tecidos moles com o objetivo de manter a saúde tanto mental quanto corporal, com o intuito de promover a qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Massoterapia, qualidade de vida, prevenção, técnicas, estética.

ABSTRACT: Massage therapy is one of the oldest therapeutic techniques that has come to be used as a method of relief, pain cure and even disease prevention. It brings many benefits to the patient, has a great effect on the body, and as its mechanistic action is related to the nervous, emotional, physiological and chemical sites, the mechanical action is produced by the manipulation of soft tissues. If correctly applied, massage therapy can bring benefits such as comfort, health promotion, pain relief and general well-being. It enhances the immune system, used as a physical means to relieve allergic conditions, reduce edema, and prevent fibrosis formation. and adhesion. There are several massage techniques, but the best-known today is lymphatic drainage, therapeutic massage, and relaxing, each with its specificity and sequence of operations, according to the patient's goals or clinical indications, such as prevention, recovery or treatment of conditions. pre-existing. Objective: To analyze the benefits of massage therapy in aesthetics. Method: Bibliographic review, based on scientific articles read and analyzed, massage therapy is an efficient technique to promote well-being. Massage therapy encompasses several natural and non-invasive techniques that occur through the manipulation of soft tissues in order to maintain both mental and body health, in order to promote quality of life.

KEYWORDS: Massage therapy, quality of life, prevention, techniques, aesthetics.

1. INTRODUÇÃO

A massoterapia é uma das técnicas mais antigas e simples, existe desde a pré-história e desde o momento em que foi descoberta, passou a ser usada como método de alívio, cura de dores e até na prevenção de doenças (SILVA; ZARBATO, 2017). O toque feito no corpo de maneira correta pode trazer muitos

¹ Acadêmica de Estética e Cosmética pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu.

² Acadêmica de Estética e Cosmética pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu.

³ Especialista em Didática e Docência do Ensino Superior pelo Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos.



benefícios como melhor flexibilidade muscular, uma leveza no corpo, que auxiliam na liberação de toxinas que são produzidas ao longo do tempo, a massagem não é apenas usada como maneira de melhorar a estética, ela também é usada na melhoria da saúde desde o período da Idade Média (GUIRRO, 2015).

A massagem estabeleceu novos objetivos no campo por muitos anos, como, por exemplo, a redução de peso, a indução do sono, o combate à fadiga e o relaxamento visado pelos hindus em 1800 a.C. Alguns achados arqueológicos mostraram que o homem pré-histórico usava bálsamos e ervas na pele para criar bem-estar e proteção contra ferimentos e infecções (CLAY, 2008).

A massagem tem grande relevância no alinhamento dos sistemas fisiológicos ministrando estímulos ao organismo e compondo o equilíbrio homeostático natural que abrange várias técnicas (BATISTELA, 2012).

Atualmente a massoterapia agrupa técnicas tradicionais dentre as mais conhecidas estão, a drenagem linfática, massagem relaxante, e massagem terapêutica, cada uma com suas particularidades e sequências de manobras, trazendo benefícios específicos, conforme o objetivo e indicação clínica do paciente (CARVALHO; ALMEIDA, 2018).

As técnicas de massoterapia fazem com que ocorra processos químicos no organismo, capazes de restabelecer a imunidade natural humana, a partir da restauração do humor, reequilibra as funções vitais, tem como objetivo principal o alívio da dor de ordem musculoesqueléticas, equilibrar as funções do organismo e assim, melhorando a circulação sanguínea (CANÇADO, 2017).

A massagem é um método de tocar, amassar e mover passivamente o corpo com a finalidade de relaxamento, regulação, estimulação e alívio da dor, e tem impacto nas funções físicas e psicológicas de um indivíduo. A técnica tem um efeito mecânico resultante da ação direta da pressão exercida pela ação sobre os tecidos moles, bem como uma ação reflexa através da liberação de substâncias vasoativas, que em resposta melhora a permeabilidade da pele, melhora a circulação linfática e sanguínea, elimina toxinas, estimula os órgãos internos nutrição funcional, celular, efeitos sedativos, relaxantes e alívio da dor (KAVANAGH, 2010).

Existem diversas manobras na massoterapia como: effleurage superficial, o que fornece, ao terapeuta, as informações iniciais sobre a pele e os grupos



musculares superficiais, no effleurage profundo, que consiste em uma manobra lenta sobre grandes áreas, com a finalidade de empurrar o conteúdo das veias e dos vasos linfáticos na direção do seu fluxo natural, no petrissage, que dá, ao terapeuta, a percepção de rigidez ou hipotrofia local ou generalizada dos músculos devido ao isolamento e à mobilização de estruturas específicas, na fricção, que fornece informações sobre certas estruturas do tecido conjuntivo, podendo aliviar a complacência (distensibilidade) e a aderência, e na tapotamento, que é realizada por meio de movimentos de golpe rápidos em uma região, com a mão, para produzir relaxamento (SILVA; ZARBATO, 2017).

A massagem terapêutica inclui uma variedade de técnicas, com foco na normalização da função dos órgãos, mas também na área da prevenção. Este é um recurso para terapeutas aplicarem técnicas manuais que podem ser combinadas com terapias complementares para impactar positivamente a saúde e o bem-estar dos clientes (GUIRRO, 2015).

O toque com a mão é um princípio fundamental de qualquer técnica associada a este recurso, no entanto, a investigação e a compreensão da sua importância permitiram à ciência descrever algumas das respostas fisiológicas ao toque, como alterações nas concentrações hormonais, alterações no sistema nervoso central, periférico e na regulação dos ritmos corporais (GUIRRO, 2015).

Sempre que houver dor ou desconforto, você pode procurar um profissional para tratar a área afetada, é necessário que ele tenha uma formação especializada, que lhe permita compreender a anatomia e fisiologia do corpo humano, e os tipos de movimentos a utilizar de acordo com as necessidades do paciente (BATISTA et al., 2017).

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e de método observacional. O estudo foi realizado através do levantamento de dados bibliográficos de artigos científicos realizado em dados fornecidos pelo Scielo, Google Acadêmico e Livros. Pesquisa realizada entre os meses de abril a julho de 2022, utilizando os seguintes descritores: Massoterapia, qualidade de vida, prevenção, técnicas e estética.



3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 ANAMNESE E AVALIAÇÃO CORPORAL

Antes de iniciar qualquer tipo de tratamento, é fundamental realizar uma anamnese para garantir que o cliente possa receber qualquer tratamento. A anamnese também é significativa para verificar o tipo de tratamento mais adequado para o cliente, a área a ser tratada, a duração da sessão, o número de sessões e definir o protocolo a ser aplicado. É importante comparar os resultados antes e depois do tratamento. Cuidados devem ser tomados durante a anamnese e avaliação do corpo para assegurar-se que as informações coletadas sejam as mais precisas possíveis. (SOUZA, 2019).

3.2 TÉCNICAS DE MASSAGEM

Foram criadas várias manobras de massagem, cada uma com um propósito diferente e diversos benefícios.

Para este estudo foram classificadas seis categorias:

- Deslizamento ou Effleurage: passar a mão sobre a pele, superficialmente ou profundamente (deslizamento superficial e deslizamento profundo) (SICCHIEROLLI e DEVILLA, 2018, p.84)
- Deslizamento profundo: exerce uma pressão constante nos tecidos e músculos, provocando efeitos reflexos e mecânicos. (SICCHIEROLLI e DEVILLA, 2018, p.174).
- Amassamento, Compressão ou Pétrissage: amassar, puxar, franzir, pode ser feito mais profundamente em grandes porções de massas musculares. Relaxa os músculos, drenando resíduos metabólicos e estimulando a circulação sanguínea e linfática (SICCHIEROLLI e DEVILLA, 2018, p.84).
- Fricção: profundo e concentrado, utiliza os polegares e só as pontas dos dedos, ou ainda a base das mãos para penetrar profundamente numa tensão de um ponto ou área. É importante aumentar gradativamente a profundidade (SICCHIEROLLI e DEVILLA, 2018, p.85).



- Percussão (cuteladas, socamento, tamborilamento, vibração, tapotagem) compreende uma série de movimentos rítmicos vigorosos, feitos repetidamente com alternância das mãos. Podem fazer barulhos, apertos, puxadas, beliscões (SICCHIEROLLI e DEVILLA, 2018, p.85).
- Acupressura: utiliza as pontas dos dedos e o cotovelo para apertar e realizar movimentos de fricção e círculos no local (SICCHIEROLLI e DEVILLA, 2018, p.212).

3.3 MASSOTERAPIA E SUAS DIVERSAS ESPECIALIZAÇÕES

A massoterapia abrange várias técnicas que são direcionadas ao tecido mole, dependendo da finalidade que o profissional deseja a massagem pode diminuir as tensões musculares, auxiliar na boa circulação sanguínea, diminuir quadros de ansiedade e estresse, prevenir de doenças e eliminar toxinas do corpo (KUPLICH, 2019).

Ainda que o seu principal objetivo seja o alívio de dores e o relaxamento corporal, a massoterapia pode proporcionar também resultados estéticos, pelo uso de massagens terapêuticas, drenagens linfáticas e massagem relaxante (KUPLICH, 2019).

3.4 MASSAGEM TERAPÊUTICA

A massagem terapêutica traz muitos benefícios ao paciente, ela tem uma grande influência no organismo e por seus efeitos de mecanismo estarem relacionados a partes neurais, emocionais, fisiológicos e químicos, os efeitos mecânicos acontecem pela manipulação dos tecidos moles, esse cuidado vai refletir muito nos resultados dos procedimentos estéticos, pois um corpo equilibrado desempenha seu papel de maneira correta e conseqüentemente vai se tornar mais eficaz qualquer tratamento realizado. (KUPLICH, 2019).

A massagem clínica ou terapêutica tenta abordar a dor crônica, as lesões e a imobilidade. O trabalho focalizado e algumas vezes bastante localizado aplicado para algumas condições clínicas como a artrite, a facete plantar e a paralisia de Bell, por exemplo, é mais apropriadamente denominado massagem clínica, em vez de massagem de relaxamento. (VESAGI, 2015, p.2).



O esteticista desempenha um papel fundamental para tratar seus pacientes, tendo como benefício proporcionar relaxamento físico e bem-estar, incluindo controle do estresse, diminuição da ansiedade, alivia a tensão e a dor muscular, uma melhora significativamente a circulação sanguínea, aumenta a elasticidade da pele e imunidade, redução da fadiga; estimulação e equilíbrio trato gastrointestinal, e melhora a eliminação de toxinas e resíduos metabólicos (CEZIMBRA, 2009).

Essa técnica é bastante indicada para atletas, que podem ser beneficiados após treinos intensos ou competições que exigiram muito de seu corpo, também podem se beneficiar da massagem terapêutica as gestantes e deficiências específicas que necessitam de tratamentos mais complexos, antes ou após atividades físicas, estresse, cansaço, indisposição, cefaleias, pacientes que têm um quadro mais sensível ou característico, tensões musculares. Contraindicado para enfermidades tumorais, alterações neurológicas com falta de sensibilidade dolorosa, qualquer patologia, processos infecciosos e inflamatórios em fase aguda (VERSAGI, 2015).

3.5 MASSAGEM RELAXANTE

Técnica voltada exclusivamente ao bem-estar e à qualidade de vida, por sua propriedade específica para o alívio da ansiedade, das tensões diárias, diminuição dos efeitos da depressão e do estresse (KUPLICH, 2019, p.39).

A massagem relaxante é um procedimento estético que proporciona vários benefícios como, equilibrar o metabolismo, a pressão arterial, o ritmo cardíaco e a frequência respiratória, regula os hormônios produzidos pelo corpo, ajuda a regular o sono dando mais energia, combate o envelhecimento precoce, cansaço, melhora a concentração, raciocínio, memória e clareza nos pensamentos, desenvolve a criatividade, a percepção e autoconfiança. Se for aplicada corretamente colabora para a vasodilatação local, favorecendo também a nutrição e a oxigenação das células, a diminuição da rigidez muscular e o fortalecimento dos estímulos táteis da pele (VASCONSELOS et al, 2008).

As técnicas mais usadas em massagem para relaxamento são os movimentos suaves, effleurage principalmente a pressão do toque será controlada pelo aplicador da massagem, também serão controladas a frequência



e o ritmo. O amassamento com pressão suave é de grande utilidade, sendo que a aplicação dos movimentos será em todas as direções (SICCHIEROLLI e DEVILLA, 2018).

Por não ser uma técnica terapêutica, a massagem relaxante é contraindicada em casos de neoplasias, insuficiência cardíaca e renal, ocorrências de cálculos renais e diabetes descompensados, processos infecciosos, processos inflamatórios agudos, em gestantes, a aplicação somente poderá ser realizada após o terceiro mês, mediante autorização médica, alterações vasculares, como varizes, trombozes e flebites, hipertensão descompensada (VASCONSELOS et al, 2008).

3.6 DRENAGEM LINFÁTICA

Essa técnica foi desenvolvida em 1932 pelo terapeuta dinamarquês Vodder e sua esposa e, posteriormente, foi aprimorada tornando-se popular.

Kuplich (2019, p.42) ressalta que:

A técnica de drenagem linfática manual terá maior aplicabilidade nas afecções estéticas que têm características específicas (p. ex., o edema e a necessidade de estímulo à cicatrização), como nos casos de HLDG (hidrolipodistrofia ginóide) ou FEG (fibroedema gelóide), mais comumente e incorretamente conhecida como celulite, podendo ser associadas algumas sessões, em dias diferentes, de massagem clássica estética para melhorar a qualidade do tecido, a fim de promover também a melhora de outros aspectos desse processo, como a permeação de ativo.

Cabe ao profissional da área de estética utilizar meios para minimizar a abundância de linfa, decorrente de determinadas cirurgias plásticas ou reação fisiológica de algum distúrbio no organismo (SDREGOTTI et al., 2009).

Técnicas que podem ser aplicadas: deslizamento, frotamento ou effleurage, amassamento, compressão ou pétrissage, fricção, percussão (tapotagem, cutelagem e martelagem), vibração, acupressure (SICCHIEROLLI e DEVILLA, 2018,).

Os principais benefícios da drenagem linfática: combater o edema e a retenção de líquidos, ajudar no combate à celulite, ajudar na recuperação de lesões musculares e articulares, colaborar na cicatrização dos tecidos, prevenir aderências cicatriciais após a cirurgia plástica, reduzir os hematomas, melhorar a circulação sanguínea, venosa e linfática, oxigenar os tecidos de forma mais



adequada, colaborar para a eliminação das toxinas do corpo, melhorar a autoestima e conseqüentemente a qualidade de vida (OLIVEIRA, 2018).

É indicado para pacientes com edemas, lipoesclerose e fibroedema gelóide, cefaleia, edemas gestacionais, síndrome pré-menstrual, insuficiência venosa crônica, nevralgias. É contraindicado para: cardíacas ou hepáticas não controladas, insuficiência cardíaca congestiva, trombose venosa profunda, pessoas com tumores malignos, câncer, tuberculose, processos inflamatórios agudos e infecções, edemas decorrentes de insuficiências renais, hipertireoidismo, entre outros (SICCHIEROLLI e DEVILLA, 2018).

4. DISCUSSÃO

A massoterapia é uma prática muito antiga, e pode-se dizer que todos os seres humanos são um pouco massagistas: basta uma dor ou desconforto para levarmos as mãos à região afetada, com o intuito de amenizar tal incômodo. Mas um massagista, para exercer a profissão, precisa ter formação específica, que lhe permita conhecer a anatomia e a fisiologia do corpo humano, assim como os tipos de manobras a serem utilizadas de acordo com a necessidade do paciente.

O massoterapeuta pode trabalhar com os mais diferentes tipos de massagens, sejam elas voltadas à promoção de relaxamento, a questões de saúde, como circulação, tratamento pós-operatório e tratamento de lesões ou ainda a fins estéticos, como tratamento de celulite, gordura localizada e flacidez.

O toque das mãos em alguém é o princípio básico para qualquer técnica relacionada a esse recurso, entretanto, estudar e compreender sua importância possibilitou à ciência descrever algumas respostas fisiológicas ao toque, como mudanças na concentração de hormônios, alterações do sistema nervoso central e periférico e regulação dos ritmos do corpo (SANTOS, 2018, p.54).

Independentemente do local em que o profissional atua, é imprescindível que o espaço seja adequado para o exercício da função. Deve ser um local arejado, porém a temperatura da sala deve estar quente o suficiente para não deixar o paciente com frio, tendo em vista que ele se encontra em repouso. Ademais, deve contar com iluminação adequada ao tipo de tratamento, deve ser um local limpo e aconchegante, de modo a garantir um bom resultado e permitindo que o cliente relaxe e volte para mais sessões.



Além de o ambiente estar organizado e limpo, o profissional precisa estar com roupas adequadas à função, bem como vestindo jaleco limpo, utilizando touca descartável, máscara e luvas (dependendo da área em que for realizar a massagem e caso o paciente tenha alguma dermatite de contato), apresentando unhas cortadas, dentes escovados, cabelos penteados e presos. O ambiente é responsável por grande parte do sucesso na massoterapia. Uma música ambiente permite ao paciente relaxar e pensar em coisas boas, influenciando diretamente na área psicológica e proporcionando um alívio de tensões e de estresse. Para que se consiga um resultado além do esperado, deve-se manter um ambiente acolhedor, em que a pessoa se sinta à vontade, feliz e com perspectiva de mudança na vida para melhor.

É de suma importância que o profissional tenha empatia pelo paciente, e isso implicará a compreensão de seus sentimentos, bem como a oferta de conforto e consolo. No entanto, é fundamental que o terapeuta tenha o controle da situação e seja explícito sobre as questões emocionais que pode ou deseje partilhar com o paciente quando este as coloca, lembrando que, às vezes, o paciente se deixa levar pelas emoções e divide com o profissional suas emoções. Nessas situações, o massoterapeuta jamais pode opinar sobre alguma questão referente ao assunto. A saúde e o bem-estar de um profissional possuem um valor muito grande, uma vez que, quanto maior a satisfação nesses domínios, melhor é a capacidade de inter-relação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A massoterapia é um conjunto de técnicas naturais e não invasivas envolvendo a manipulação de tecidos, que tem como objetivo manter a saúde, aliviar o estresse e contribuir para o bem-estar e a melhor qualidade de vida.

A massagem pode ser feita em qualquer pessoa e em qualquer circunstância: gestantes, bebês, crianças, adolescentes, adultos e idosos, independentemente do seu estado de saúde, no pré e no pós-operatório, com caráter profilático e terapêutico.

Não há uma prática certa para o recurso terapêutico e nenhuma quantidade estabelecida em que todas as manobras devem ser realizadas. As



massagens terapêuticas aplicadas não representam obrigatoriamente, uma massagem no corpo todo.

Não basta apenas ter domínio sobre a teoria é fundamental que o responsável aprimore os métodos aplicáveis e a duração essencial para sua prática. É conveniente ver o número e o tempo das sessões fundamentais para cada situação, pois isso vai ajudá-lo a ter mais organização e desempenhar seu trabalho da melhor maneira possível e sem contratempos.

Hoje, a massoterapia é reconhecida pelos profissionais de saúde como um excelente recurso na prevenção de dores, fadiga física e mental, sendo considerada uma das terapias mais eficazes no tratamento do estresse. Na área da estética, a massoterapia é realizada com fins de estimulação linfática, eliminando os resíduos que o corpo não utiliza mais, contribuindo na melhora de disfunções estéticas, por exemplo, no combate à celulite e gordura localizada, também se realiza massagem com intuito de relaxamento e terapia, pois um corpo bem equilibrado mentalmente e fisicamente vai otimizar qualquer resultado de procedimentos estéticos que forem realizados, todo esse cuidado vai fazer com que tenha uma melhora na autoestima e na qualidade de vida do paciente, destacando também que a massoterapia com seus diversos benefícios vai prevenir o envelhecimento precoce.

REFERÊNCIAS

CARVALHO; ALMEIDA, 2018. **Benefícios físicos e mentais da massagem terapêutica.** Guaraí-TO, Brasil 2020 3p disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2020B/beneficios.pdf>. Acesso em: 13/06/2022

CEZIMBRA, M. **Bem-Estar na Palma das Mãos: a cultura da massagem do oriente ao ocidente.** Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009. 160 p. Acesso em: 08/05/2022.

DONATELLI, S. **A Linguagem do Toque - Massoterapia Oriental e Ocidental.** Rio de Janeiro: Roca, 2015, 488p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2811-9/> Acesso em: 15/05/2022.



FASSHEBER, D. et al. **Disfunções dermatológicas aplicadas à Estética.**

Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595023420/pageid/0>
Acessado: 07/05/2022

GUIRRO, L. **Fisioterapia Dermato-Funcional: fundamentos, recursos e patologias.** São Paulo. 2015

KAVANAGH, 2010. **Teorias e técnicas de massagem.** UNIASSELVI – Indaial. 21p disponível em:
<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?c odigo=22921>. Acesso: 13/06/2022

LESSA, B. et al. **Benefícios da massagem relaxante na qualidade do sono.** São

Paulo, 2008 Disponível em:
<http://fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/viewFile/5681/12133> Acesso em: 03/06/2022

MACHADO, A. B. C.; PEREIRA, G. P.; RODRIGUES, G. M. Fisioterapia e estética: procedimentos. **Revista Liberum Access.** v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <http://revista.liberumaccesum.com.br/index.php/RLA/article/view/10/19> Acesso em 08/05/ 2022.

MEYER, S. **Técnicas de Massagem I:** Aprimorando a Arte do Toque. São Paulo: Manole editora, 2010. 190p. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520441923/>. Acesso em: 08/05/2022.

OLIVEIRA, R. F. **Drenagem linfática.** Grupo A, 2018, p. 72. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025196/>. Acesso em: 10/06/2022.

SICCHIEROLLI, L. F. C.; DEVILLA, H. M. **Spas e terapias alternativas.** Indaial: UNIASSELVI, 2018. 274 p. disponível em:
<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?c odigo=35373>. Acesso em: 09/05/2022.

SIMÃO, D. et al. **Massoterapia.** Porto Alegre: Sagah, 2018, 271p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026032/> Acesso em: 09/05/2022.



SDREGOTTI, L. S. **A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO TECNÓLOGO EM ESTÉTICA NA AÇÃO CONJUNTA COM O CIRURGIÃO PLÁSTICO, DIANTE DAS INTERCORRÊNCIAS EM PROCEDIMENTOS DE PÓS-OPERATÓRIO DE CIRURGIAS PLÁSTICAS ESTÉTICAS.** BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2009, P.8. DISPONÍVEL EM:

<http://siaibib01.univali.br/pdf/Amanda%20Lussoli%20Sdregotti%20e%20Danubi%20de%20Souza.pdf>. Acessado em: 10/06/2022.

SOUZA, S. **Estética e avaliação corporal.** Indaial: UNIASSELVI, 2016, 8p. Disponível em:

<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=22172>. Acesso em: 14/06/2022.

SOUZA, P. A. et al. **Os benefícios da massoterapia para o equilíbrio físico emocional.**

São Paulo, 2017, Disponível em:

<https://belezain.com.br/adm/uploads/MassEquilbriopdf.pdf>. Acesso em: 03/06/2022

VASCONCELOS, M.G. et al. **Curso didático de estética**, vol. 2. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2008.

VERSAGI, C. M. **Protocolo Terapêutico de Massoterapia: Técnicas passo a passo para diversas condições clínicas.** São Paulo: Manole editora, 2015.



NOVOS CAMINHOS PARA GESTÃO ESCOLAR E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ESCOLA DURANTE O SÉCULO XXI

EDÍ MARISE BARNI¹
Diego da Silva²

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a gestão democrática escolar e as representações sociais que a educação passou ao longo do tempo. Para tanto foi realizada pesquisa de revisão narrativa de literatura em bases de dados científicos, livros e manuscritos da área. Dentro do contexto escolar, a educação, se complexifica exigindo esforços redobrados e melhor organização do trabalho educacional, como também uma participação ativa da comunidade, já que não basta apenas aos estabelecimentos de ensino apenas prepararem os alunos para níveis mais elevados de escolaridade, uma vez que o que eles precisam é de aprender para compreender a vida, a si mesmo e a sociedade, como condições para ações competentes na prática da cidadania. O movimento de descentralização em educação é internacional e está extremamente relacionado com o entendimento de que apenas de forma local é possível realizar a gestão da escola e do processo educacional pelo qual se é responsável, tendo em vista que, sendo a escola uma organização social e o processo educacional que promove, altamente dinâmico, qualquer tipo de esforço centralizado e distante estará fadado ao fracasso.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Gestão; Escola.

ABSTRACT: This article aims to reflect on democratic school management and the social representations that education has undergone over time. Therefore, a narrative review of literature was carried out in scientific databases, books and manuscripts in the area. Within the school context, education becomes more complex, requiring redoubled efforts and better organization of educational work, as well as an active participation of the community, since it is not enough for educational establishments to prepare students for higher levels of schooling, since that what they need is to learn to understand life, themselves and society, as conditions for competent actions in the practice of citizenship. The decentralization movement in education is international and is extremely related to the understanding that only locally is it possible to manage the school and the educational process for which it is responsible, considering that, as the school is a social and the educational process that promotes, highly dynamic, any kind of centralized and distant effort will be doomed to failure.

KEYWORDS: Education; Management; School.

1. INTRODUÇÃO

Já é lugar comum a afirmação de que se vive em uma época de mudanças, mas, a mudança mais relevante que se pode registrar é a do modo como se vive à realidade e de como dela participa-se, estabelecendo sua construção. Em toda a sociedade, verifica-se o desenvolvimento da consciência de que o autoritarismo, a centralização, a fragmentação, o conservadorismo e o conceito do dividir para conquistar, do perde-ganha, estão ultrapassados, por levarem ao desperdício, ao imobilismo, ao ativismo imprudente, a desresponsabilização por atos e seus

¹ Pedagoga e psicóloga. Mestre em Educação pela PUC PR. Docente da UniEnsino, Unicesumar, Uniandrade e Prefeitura Municipal de Curitiba.

² Psicólogo. Mestre em Medicina Interna e Ciências da Saúde pela UFPR. Docente da UniEnsino.



resultados e à estagnação social e ao fracasso de suas instituições (AMARAL SOBRINHO, 1997).

Essas mudanças de paradigmas são marcadas por uma grande tendência à adoção de concepções e práticas interativas, participativas e democráticas, caracterizadas por movimentos dinâmicos e globais, com os quais, para determinar as características de produtos e serviços, interação dirigentes, funcionários e “clientes” ou “usuários”, estabelecendo alianças, redes e parcerias, na busca de soluções de problemas e alargamento de horizontes.

Segundo Ghanem (1998, p. 45):

Em meio a essas mudanças, não apenas a escola desenvolve essa consciência, como a própria sociedade cobra que o faça, assim é que a escola se encontra, hoje, no centro de atenções da sociedade. Isto porque se reconhece que a educação, na sociedade globalizada e economia centrada no conhecimento, constitui grande valor estratégico para o desenvolvimento de qualquer sociedade, assim como condição importante para a qualidade de vida das pessoas.

Embora essa abordagem não seja plenamente adotada e, quando levada em consideração, seja orientada, ainda, por um velho e já enfraquecido paradigma orientador da cobrança, em vez de participação, ela tem grande impacto sobre o que acontece na escola, que é hoje, mais do que nunca, bombardeada por demandas sociais das mais diversas ordens (CASTRO, 1995).

Observa-se, também, o interesse de grupos e organizações, no sentido de colaborarem com a escola, constituindo-se essa área, um campo fértil para a realização de parcerias em prol da educação, para o desenvolvimento da sociedade e, por conseguinte, um grande desafio para os gestores escolares, por exigirem deles novas atenções, conhecimentos e habilidades. Atualmente, demanda-se mudanças urgentes nas escolas, a fim de que possam garantir formação competente de seus alunos, de modo que sejam capazes de enfrentar criativamente, com empreendedorismo e espírito crítico, os problemas cada vez mais complexos da sociedade.

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre a gestão democrática escolar e as representações sociais que a educação passou ao longo do tempo. Para tanto foi realizada pesquisa de revisão narrativa de literatura em bases de dados científicos, livros e manuscritos da área.



2. A EDUCAÇÃO E SUAS REPRESENTAÇÕES

Dentro do contexto escolar, a educação, se complexifica exigindo esforços redobrados e melhor organização do trabalho educacional, como também uma participação ativa da comunidade, já que não basta apenas aos estabelecimentos de ensino apenas prepararem os alunos para níveis mais elevados de escolaridade, uma vez que o que eles precisam é de aprender para compreender a vida, a si mesmo e a sociedade, como condições para ações competentes na prática da cidadania. E o ambiente escolar como um todo deve oferecer-lhe esta experiência (GÓIS, 1997).

De acordo com Góis (1997, p. 247):

A Educação dada sua complexidade e crescente ampliação, já não é vista como responsabilidade exclusiva da escola. A própria sociedade, embora muitas vezes não tenha bem claro de que tipo de educação seus jovens necessitam, já não está mais indiferente ao que ocorre nos estabelecimentos de ensino. Não apenas exige que a escola seja competente e demonstre ao público essa competência, com bons resultados de aprendizagem pelos seus alunos e bom uso de seus recursos, como também começa a se dispor a contribuir para a realização desse processo, assim como a decidir sobre os mesmos. São inúmeros os exemplos de parcerias já existentes no contexto nacional entre organizações não-governamentais e empresas, com a escola, assim como o bom funcionamento de Associações de Pais e Mestres.

Essa movimentação, transformando o significado e a designação de educação, de escola e da relação escola/sociedade, tem compreendido um esforço exclusivo de gestão, ou seja, de organização da escola, bem como de articulação de sua aptidão, competência e energia humana, de recursos e processos, com vistas à promoção de experiências de formação de seus alunos, capazes de transformá-los em cidadãos participativos da sociedade.

Consiste em uma nova experiência, sem parâmetros anteriores para a qual deve-se desenvolver sensibilidade, compreensão e habilidades especiais, novos e abertos. Isso acontece porque tudo que até então obtinha êxito está fadado ao fracasso na nova conjuntura. Recentemente, o modelo de direção da escola, que se apresentava como hegemônico, era o de diretor tutelado dos Órgãos centrais, sem voz própria, em seu estabelecimento do ensino, para deliberar os seus destinos e, em consequência, não se responsabilizava pelos resultados de suas ações e respectivos resultados.

Para Valérien (1993, p. 36):



Seu trabalho consiste, especialmente, em transferir informações, controlar, supervisionar, “dirigir” o fazer escolar, de acordo com as normas propostas pelo sistema de ensino ou pela mantenedora. Considerava-se bom diretor aquele que cumpria essas obrigações plenamente, de modo a garantir que a escola não fugisse ao estabelecido em âmbito central ou em hierarquia superior. É preciso lembrar que esse modo de proceder era possível, devido à clientela escolar ser totalmente homogênea, ante a elitização da educação, em vista do que, quem não se adequasse ao sistema, era dele excluído.

O ato de expulsar explicitamente ou sutilmente alunos da escola foi uma prática aceita como natural. O acordo que mantinha essa homogeneidade era o de que o participante da escola deve estar disposto a aceitar os modelos de organização estabelecidos e a agir de acordo com eles, sendo assim, tensões, contradições e conflitos eram eliminados ou abafados. Os elevados índices de evasão escolar que deixaram marcas na escola brasileira podem ser explicados pelo grande esforço no sentido de manter a igualdade da clientela escolar.

Essa situação deve-se ao entendimento limitado de que a escola é obrigatoriedade exclusiva do governo, sendo este visto como uma entidade superior e externa à sociedade, uma supra entidade, ao mesmo tempo autoritária e paternalista. A leitura equivocada, ao pé da letra da constituição de que educação é *dever* do Estado, é geralmente associada a este entendimento. A educação é apenas *direito* da sociedade. Esse rompimento entre direitos de uns e deveres de outros, produz na educação, diretores que não exercem liderança, professores que não ensinam, alunos que não aprendem, todos esperando que o “outro” faça alguma coisa, para resolver os problemas ou dificuldades, inclusive os ocupantes de posições no sistema de ensino (MACHADO, 1999).

Segundo essa concepção, preferiu-se uma fundamentação teórica de caráter mais padronizada, determinada pelo princípio de certo-errado, completo-incompleto, perfeito-imperfeito. Foi adotado o método de administração científica, norteados pelos princípios da limitação racional, da sequencialidade, da influência estabelecida de fora para dentro, do emprego mecanicista de pessoas e recursos para realizar os objetivos organizacionais, da fragmentação e redução dos processos educacionais a tarefas exercidas sem vida e sem espírito - nem mesmo, muitas vezes, o pedagógico, como é o caso de “corrigir provas”, “dar nota”, dentre outros (MACHADO, 1999).



Associa-se a esta concepção o entendimento de que o importante é fazer o máximo (preocupação com a dimensão quantitativa) e não o de fazer o melhor e o diferente (preocupação qualitativa). Nesse contexto, administrar significava comandar e controlar, por meio de uma visão objetiva de quem responde pela unidade e nela intervém de forma distante, para preservar essa objetividade e a própria autoridade, centrada na figura do diretor (GHANEM, 1998).

Nas palavras de Ghanem (1998, p. 62-63), estes são algumas pressuposições que surgem desse enfoque sobre a realidade:

- A realidade é regular, inalterável e constante, sendo dada em caráter absoluto, em vista do que os sistemas de ensino e as organizações escolares não se diferenciam significativamente entre si, cabendo a todos a mesma forma de atuação em suas comunidades.
- O lugar de trabalho e o comportamento humano são previstas, podendo ser, em consequência, controláveis por padrões e regulamentos, que garantiriam uniformidade de ação.
- Dúvida, equívocos, tensão, desavença e crise são vistos como anomalias e problemas a serem evitados e reprimidos, e não como oportunidades de crescimento e transformação.
- Os êxitos obtidos acumulam-se aos anteriores e mantêm-se por si mesmos, não demandando esforços especiais de manutenção e desenvolvimento.
- A maior e principal responsabilidade do dirigente é a aquisição e a garantia de recursos necessários para o bom funcionamento da unidade escolar, sendo a escassez de recursos considerada como o maior impedimento à realização do seu trabalho.
- A melhor forma de administrar é a de segmentar o trabalho em funções e tarefas que, para serem bem executadas, devem ser atribuídas a diferentes pessoas, que se especializam nelas.
- A objetividade assegura resultados relevantes, sendo a técnica o elemento essencial para a melhoria do trabalho.
- Estratégias e modelos de administração que deram resultado não devem ser modificados, como forma de assegurar a continuidade do sucesso.



- Os profissionais e usuários das organizações – como é o caso do professor e dos alunos - são julgados como participantes cativos das mesmas, em vista da facilidade com que aceitariam as normas obrigatórias, bastando para isso serem cooptados.
- A oposição a esse cooptação é o protecionismo a esses participantes, mediante ações paternalistas e condescendentes.

Segundo Amaral Sobrinho (1997, p. 75):

Por intermédio da orientação por tais pressupostos, implicou uma hierarquização e verticalização dos sistemas de ensino e das escolas, uma desconsideração aos processos sociais neles vigentes, a burocratização dos processos, a segmentação de ações e sua individualização e, como conseqüência, a desresponsabilização de pessoas em qualquer nível de ação, pelos resultados finais. A eles está ligada a administração por autoridade e controle, centrada no autoritarismo e distanciada da implementação de ações, construindo-se, dessa forma, uma cultura de determinismo e dependência.

Em decorrência da crescente complexidade das organizações e dos processos sociais nelas ocorrentes, caracterizada pela diversificação e multiplicidade de interesses que envolvem, e a dinâmica dos intercâmbios no confronto desses interesses, não se pode conceber sejam elas administradas pela focalização limitada da administração científica, pelo qual, tanto a organização, como as pessoas atuando em seu interior, eram consideradas como partes de uma máquina a ser manuseadas e controladas do exterior para o interior. Neste ponto de vista, os problemas derivados seriam vistos como necessidades de insumos, não considerando à falta de direção de seu processo e entusiasmo da energia social precisa para promovê-lo.

3. A DESCENTRALIZAÇÃO E A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

A descentralização e democratização como paradigma são uma visão de mundo que norteia todas as dimensões da ação humana, não se circunscreve a esta ou àquela determinada área a este ou àquele nível de operação. A realidade atua como um conjunto de peças de dominó colocadas em pé, lado a lado: ao se empurrar uma, todas as demais irão caindo. Essa situação procura ilustrar a compreensão da realidade como um sistema, daí por que todos os conceitos seriam inter-relacionados. Mais do que isso ocorre, uma vez que um conceito



está, de fato, inserido no outro. Embora as concepções de descentralização, democratização da gestão escolar e autonomia da escola sejam parte de um mesmo corolário, encontra-se certos sistemas que buscam o desenvolvimento da democratização da gestão escolar, sem pensar na autonomia do estabelecimento de ensino e sem descentralizar poder para a mesma (PARO, 1996).

Pode-se observar o esforço de alguns sistemas de ensino, que procuram desenvolver nas escolas conceitos de democratização e autonomia, de forma centralizada, o que implica numa contradição paradigmática muito constante, que faz com que os esforços sejam nulos. Isso porque é comum a prática de se incentivar a promoção de mudanças de cima para baixo, na hierarquia funcional, de modo que a mudança pretendida é proposta para a escola, não sendo absorvida e praticada por quem a propõe (SENGE, 1993).

Em consequência, é possível identificar uma determinada diversidade de orientações e expressões que manifestam graus de intensidade diversos com relação ao seguimento das crenças. Isso porque o grau de maturidade de diversos grupos e segmentos varia. É em função disso que podemos afirmar que vivemos em uma condição de transição entre uma crença e outra, de que resultam algumas tensões e contradições próprias do processo (MACHADO, 1999).

Por que atualmente existe tendência à descentralização? De acordo com Machado (1999, p. 86):

O mundo passa por constantes alterações. Na realidade, a globalização coloca cada dia um dado novo, cada dia, uma coisa nova. Há necessidade de adaptação e de constante revisão do que está acontecendo. Isso causa a necessidade de que o poder decisório esteja exatamente onde a coisa acontece. Até que ele chegue aonde é necessário, já houve a alteração, as coisas estão diversificadas e aí aquela decisão já não tem mais sentido.

O movimento de descentralização em educação é internacional e está extremamente relacionado com o entendimento de que apenas de forma local é possível realizar a gestão da escola e do processo educacional pelo qual se é responsável, tendo em vista que, sendo a escola uma organização social e o processo educacional que promove, altamente dinâmico, qualquer tipo de esforço centralizado e distante estará fadado ao fracasso. É necessário levar em consideração que a descentralização tem sido realizada tendo como pano de fundo não apenas essa perspectiva de democratização da sociedade, mas



também a de promover de forma eficiente a gestão de processos e recursos e como condição de aliviar os organismos centrais que se tornam sobrecarregados com o crescimento exponencial do sistema educativo e a complexidade das situações geradas, que não viabilizam o controle central (TORRES, 1997).

Quando se observa que alguns sistemas de ensino descentralizam, centralizando, ou seja, dando um espaço com uma mão, ao mesmo tempo que tirando outro espaço, com outra, pode-se concluir que o princípio que adotam não é o da democratização, mas o de maior racionalidade no emprego de recursos e o de busca de maior rapidez e eficiência na solução dos problemas. Percebe-se que nesse caso, não se pretende o estabelecimento de alterações significativas nas relações entre sistema e escola, escola e comunidade, dirigentes e professores, professores e alunos, alterações estas que deveriam estar voltadas para o compartilhamento de decisões (BARROSO, 1997).

Barroso (1997, p. 11) afirmou que:

O Estado retorna para a escola as táticas, resguardando as estratégias, no mesmo instante, que troca um controle direto que se baseia na obediência as normas e dos regulamentos, por um controle remoto que se baseia em resultados. A descentralização da educação é vista como sendo um processo extremamente complexo e, quando se considera o caso do país, a questão se torna mais complexa, por tratar-se de um País continente, com diversidades regionais muito elevadas, com distâncias extensas que caracterizam uma grande dificuldade de comunicação, apesar de vivermos na era da comunicação mundial em tempo real.

Segundo Parente e Lück (1999, p. 7), “a descentralização educacional não é um processo idêntico e realizado com uma única direção. A descentralização responde à lógica da organização federativa”. Como se trata de um processo que se refere à transferência de competências para outros níveis de governo e de gestão, do poder de decisão sobre os seus próprios processos sociais e os recursos necessários para sua efetivação, implica existência ou construção de competência para tanto.

É em decorrência de tal situação que se pratica a desconcentração bem mais do que se pratica a descentralização, ou seja, realiza-se a delegação regulamentada da autoridade, amparada pelo poder central, com base no estabelecimento de diretrizes e normas centrais, comando na prestação de contas e subordinação administrativa das unidades escolares aos poderes centrais, ao invés de delegar poderes de auto-gestão e autodeterminação na gestão dos processos úteis para a realização das políticas educacionais.



Segundo Lück (2000, p. 27):

Desconcentração é ação de se fornecer autoridade a um agente estabelecido em uma escala abaixo na mesma hierarquia e situado mais perto dos usuários do serviço, com a opinião de que os agentes sustentam-se sob o comando hierárquico do governo central. Não existe a remodelação funcional do aparelho de Estado, nem a transmissão de poderes de autogestão e autodeterminação, na gestão dos processos úteis para realização das políticas educacionais - estas, determinadas no centro, mas mesmo assim, ouvindo a sociedade e com participação de seus diversos segmentos.

A desconcentração aparenta ser mais o caso praticado no país, em nome da descentralização, estando, porém, esse movimento se conduzindo para uma descentralização mais plena. Conforme nos diz Parente e Lück (1999, p. 13):

O que vem acontecendo na prática educacional do país é o deslocamento do processo decisório, do centro do sistema, para os níveis executivos mais perto dos seus usuários, isto é, a descentralização do governo federal para as instâncias subnacionais, onde a União deixa de executar diretamente programas educacionais e estabelece e reforça suas relações com os Estados e os municípios, chegando até ao limite da unidade escolar. Os sistemas estaduais vêm utilizando uma política similar, isto é, transferindo recursos e responsabilidades com o oferecimento de serviços educacionais para os municípios e diretamente para as escolas.

A municipalização do ensino e a escolarização da merenda são práticas bem-sucedidas, nesse sentido. A descentralização é, pois, um processo que se delineia, à medida que vai sendo praticado, constituindo, portanto, uma ação dinâmica de implantação de política social, visando estabelecer mudanças nas relações entre o sistema central, pela redistribuição de poder, passando, em consequência, as ações centrais, de comando e controle, para coordenação e orientação; pela abertura à autodeterminação no estabelecimento de processos e mecanismos de gestão do cotidiano escolar, de seus recursos e de suas relações com a comunidade. Ainda, conduz a escola à criação de sua identidade institucional, estabelecida pela formação da capacidade organizacional para elaborar seu projeto educacional, com base na gestão compartilhada e a gestão direta de recursos úteis à manutenção do ensino, sendo assim, construindo sua real autonomia (VALÉRIEN, 1993).

4. A EVOLUÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Os diretores de escolas são gestores da dinâmica social, mobilizadores e orquestradores de atores, articuladores da diversidade para dar-lhe unidade e



consistência na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos, suas ações tenha em mente o conjunto todo da escola e seu papel educacional. Gerir uma escola significa possuir conhecimentos pedagógicos necessários para se compreender o processo educacional, compreender a função da escola, articular políticas de formação com a política de gestão e possuir um novo olhar quanto à construção do projeto político pedagógico que é uma ferramenta que possibilita gestão democrática (GHANEM, 1998).

De acordo com Ghanem (1998, p. 84):

Atualmente, a gestão democrática encontra-se muito em aberto à construção do conhecimento e à aprendizagem, dada a dificuldade que se tem de mudanças de paradigmas. As mudanças não acontecem de forma rápida, pois consistem em um processo histórico e construído com muita dificuldade pela sociedade. Durante muito tempo, a educação viveu apenas sob o domínio do modelo da modernidade fincado em suas verdades prontas, em seus conhecimentos cristalizados e sem direito à participação da coletividade.

Para dar conta de um novo modelo organizacional na escola é necessário passar por diversas alterações como, por exemplo, de crença. É necessário assimilar novas maneiras de se relacionar com o conhecimento, a pesquisa, a organização e a função da comunidade no envolvimento da educação. Para desempenhar em um novo modelo de escola é importante também compreender sua função.

A escola não está fora da sociedade, com uma autonomia total frente aos fatos que estimulam as alterações sociais, nem numa relação de subordinação total, que a transforma numa simples reprodutora do que ocorre em nível mais complexo na sociedade. A escola é parte da sociedade e possui com o todo uma relação dialética, existindo uma interferência mútua que passa por todas as instituições que formam o social (KOSIK, 1976).

A escola resguarda e altera ao mesmo tempo, influência e é influenciada pela sociedade. Destaca-se a necessidade da formação daqueles que administram as escolas, o seu conhecimento pedagógico para se compreender o processo educacional necessita passar por uma extensa reflexão filosófica sobre a educação, revelando o domínio ético, político e a compreensão da autonomia fundada no respeito à diversidade, à riqueza das culturas e à procura da superação das marcantes desigualdades locais e regionais na partição e no envolvimento de todos (KOSIK, 1976).



Essa alteração de crença tão importante nas escolas deve perpassar pela implantação de novas práticas voltadas para interação, participação, envolvimento e buscas de parcerias para solução de problemas e ampliação de novos olhares no contexto educativo. A educação é um processo que se deve unir ao mundo do trabalho e à prática social, portanto, é importante a participação para se construir projetos voltados aos anseios da coletividade. E também se realizar política no sentido de alterar a sociedade e ser alterado por ela, para tanto é necessária visão política. As ações educativas estão permeadas das ações políticas, aqui compreende-se a importância dos gestores escolares possuírem uma formação que venha ao encontro dessa demanda, com uma visão estratégica de futuro (LUCK, 2000).

Segundo Lück (2000, p. 12):

A escola está localizada no centro de atenções da sociedade. Isto porque se entende que a educação, na sociedade globalizada e economia baseada no conhecimento, constitui grande valor estratégico para o desenvolvimento de qualquer sociedade, assim como condição necessária para a qualidade de vida das pessoas.

Este é uma ênfase que, se adotada, necessita que se abandone o modelo arcaico, antigo e fundado na cobrança. É importante que o gestor tenha um perfil moderno, com especial atenção às diversas demandas sociais que surgem, é essencial que tenha novos conhecimento e habilidades para que possa dar conta dessa educação que é responsabilidade de todos. A integração de professores, equipe técnico-pedagógica, funcionários, alunos, pais e comunidade, devem formar um jeito diverso de entender o papel da escola e sua gestão. Neste modelo, o trabalho deve ser visto como sendo prática social e orientador da ação de gestão desenvolvida na organização de ensino (CASTRO, 1995).

De acordo com Castro (1995, p. 72-73), a crença de gestão escolar tem como base alguns fundamentos muito importantes para a implantação do modelo:

- A realidade é globalizada onde tudo está interligado.
- A realidade é dinâmica desenvolvida pela interação entre as pessoas.
- O ambiente social e comportamento humano são dinâmicos e sem previsão.
- A incerteza, divergências, tensões, conflito e crise são vistos como espontâneos e como oportunidade de crescimento e mudança.



- A busca de realização e pleno êxito corresponde a um processo e não a um determinado objetivo.
- A principal responsabilidade do dirigente é a articulação.
- As boas experiências não devem ser copiadas, sim resignificadas devido das peculiaridades locais e organizacionais.
- As organizações devem dar ênfase a participação conjunta e mobilizar equipes atuantes, pois talentos e sinergia humanos são recursos poderosos.

Estes aspectos são importantes na visão democrática como sendo a garantia de alterações comportamentais e organizacionais. Diante das pressões por que um gestor passa, fica claro que ele precisa de uma formação que condiz com o tipo de modelo de gestão que adotou, senão corre-se o risco de ser dominado pelo sistema ao invés de funcionar como um modificador e transformador do mesmo (PARO, 1996).

O gestor deve participar de formação continuada, desenvolvendo projetos políticos pedagógicos que facilitem a inclusão social, lutando pelos direitos humanos, para tanto priorizando as categorias de autonomia, democracia, currículo e formação continuada dos professores e da comunidade. Não havendo uma separação da realidade social da escola e os referenciais teóricos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão da educação é compreendida como a coordenação dos propósitos, ações e recursos que as instituições escolares necessitam para alcançarem objetivos institucionais e sociais propostos. Sob esta definição, a ideia de administração da educação tem área mais abrangente que a de gestão, enquanto o significado de gerenciamento é mais claro, setorial.

Atualmente, a gestão da educação possui um caráter voltado mais ao institucional, mas, o seu objetivo ainda está centrado na intervenção em realidades específicas, através de programas, condições, desempenho e resultados, nos quais o gestor educacional centra sua atenção, tendo presentes à missão, funções e especificidade da instituição.

As escolas, a partir de agora denominadas de instituições educacionais, no sentido mais amplo do termo, não importando a modalidade de atuação, vem



sendo desafiadas a assumirem novas funções, papéis e interfaces para os quais elas não adquiriram, ainda consciência e condições suficientes. A complexidade das relações políticas e sociais derivadas das novas demandas requer a superação dos referenciais tradicionalmente convencionados, sejam eles de ordem cultural, política ou social, porém, as estruturas e padrões administrativos permaneceram verticais e monológicos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL SOBRINHO, A. **Gestão democrática no sistema de ensino**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, 1997.
- ASSMAN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BARROSO, João. **O estudo da autonomia da escola**: da autonomia decretada à autonomia construída. In: O estudo da escola. Porto: Porto Editora, 1996.
- _____. **Autonomia e gestão das escolas**. Lisboa: Ministério da Educação, 1997.
- CASTRO, M. L. A gestão da escola básica: autonomia e identidade. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 31, n. 143, p. 61-94, jul./ago. 1995.
- GHANEM, Elie. **Democracia**: uma grande escola: alternativas de apoio à democratização da gestão. São Paulo: Ação Educativa, 1998.
- GÓIS, Eunice. A auto-avaliação das políticas da escola. **Inovação**, v. 10, n. 2/3, p. 241-258, 1997.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LÜCK, H. **Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores**. Em aberto, Brasília, v. 17, n.72, 11-33, fev. /jun.2000.
- MACHADO, Ana Luiza. **Formação de gestores educacionais**. In: CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. **Gestão educacional**: tendências e perspectivas. São Paulo: Cenpec, 1999.
- MELLO, Guiomar Namó de. **Autonomia da escola**: possibilidades, limites e condições. Brasília: MEC/SEF, 1993. (Série Atualidades Pedagógicas)
- _____. **Escolas eficazes**: um tema revisado. Brasília: MEC/SEF, 1994. (Série Atualidades Pedagógicas)



PARENTE, Marta; LÜCK, Heloísa. **Mapeamento da descentralização da educação brasileira nas redes estaduais do ensino fundamental.** Brasília: Ipea/Consed, 1999.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia.** Campinas, SP: Papyrus, 1996.

SENGE, Peter. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização da aprendizagem.** São Paulo: Best Seller, 1993.

TORRES, Artemis, SIQUEIRA, M. C. Freitas. Diretores de escolas e implantação da gestão democrática. **Revista de Educação Pública**, v. 6, n. 9, p. 205-216, jan. /jun. 1997.

VALÉRIEN, Jean. **Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento.** 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco/MEC, 1993.



O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO (A.T.) COMO DISPOSITIVO NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE – UM ESTUDO DE CASO

Emerson Augusto Miguel Padilha Vaz¹
Guidie Elleine Nedochoetko Rucinski²
Luane Aparecida de Lima³

RESUMO: O presente estudo de caso é um fragmento de um trajeto percorrido no território de uma Estratégia de Saúde da Família –ESF de uma cidade do planalto norte catarinense. A escolha deste caso aconteceu sobre a tentativa de resgate social e psicológico de uma utente de referência deste dispositivo do SUS que apresenta sofrimento mental significativo. Em vez de paredes, manuais nosológicos ou interpretações (in)eficazes que nos mostrassem como seguir, experimentemos sua própria casa, as ruas e os eventos, vivenciando o “estar junto”, “a descoberta” e a constante troca que emerge a cada acompanhamento terapêutico – AT, dando voz ao sofrimento e respeitando sua singularidade (CANATTO, 2006). O caso passou a ser acompanhado por indicação de cuidado de uma Agente Comunitária de Saúde – ACS pela preocupação ligada ao isolamento e queixas frequentes ligadas ao desmotivo a vida. Com a metodologia de estudo de caso promovendo a articulação entre a prática clínica e a teorização, e observação participante possibilitaram o acompanhamento de uma “historização de si” e dos espaços sociais que percorremos. De um lado, a paciente que pouco se permitia a circulação social e carregava consigo o desejo e o encantamento de (des)cobrir a cidade. De outro, uma equipe que tenta aproximar com o acompanhamento terapêutico o tratamento psicossocial da comunidade e acompanhar a paciente em situações e vivências andarilhas, desvinculando abordagem de uma clínica convencional, possibilitando o cuidado a se inserir na cidade. O AT demonstra-se um importante dispositivo para os cuidados em saúde mental, pois está apoiado na Lei 10.216/2001 e com respeito essa lei, esse estudo pode presenciar as dificuldades e surpresas que o meio social pode oferecer sobre a liberdade de ir e vir.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Psiquiátrica. Acompanhamento Terapêutico. Estudo de caso.

ABSTRACT: The present case study is a fragment of a path taken in the territory of a Family Health Strategy - ESF of a city on the northern plateau of Santa Catarina. The choice of this case happened on the attempt of social and psychological rescue of a reference user of this SUS device who presents significant mental suffering. Instead of walls, nosological manuals or (in) effective interpretations that would show us how to proceed, let us experience our own home, the streets, and the events, experiencing the 'being together', 'the discovery' and the constant exchange that emerges with each therapeutic accompaniment - TA, giving voice to suffering and respecting its uniqueness (CANATTO, 2006). The case started to be accompanied by an indication of care by a Community Health Agent - ACS due to the concern related to isolation and frequent complaints related to the demotivation of life. With the case study methodology promoting the articulation between clinical practice and theorization, and participant observation made it possible to monitor a 'historization of the self' and the social spaces we travel through. On the one hand, the patient who barely allowed social circulation and carried with her the desire and the enchantment of (un) covering the city. On the other hand, a team that tries to bring the psychosocial treatment of the community together with therapeutic monitoring and accompany the patient in situations and wandering experiences, disconnecting the approach of a conventional clinic, allowing care to be inserted in the city. The TA proves to be an important device for mental health care, as it is supported by Law 10.216 / 2001 and with respect to this

¹ Aluno do curso de pós-graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial do Centro Universitário Vale do Iguaçu, Uniguauçu – Email: emerson_miguel@hotmail.com

² Psicóloga, coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu, Uniguauçu, Responsável-Técnica do Serviço-Escola de Psicologia e supervisora de estágio clínico dela IEs – prof_guidierucinski@uniguacu.edu.br.

³ Psicóloga, pós-graduada em Psicologia Clínica: abordagem psicanalítica, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, docente do Curso de Psicologia do Centro universitário Vale do Iguaçu, Uniguauçu – E-mail: prof_luanelima@uniguacu.edu.br



law, this study can witness the difficulties and surprises that the social environment can offer about the freedom to come and go.

KEY-WORDS: Psychiatric Reform. Therapeutic Accompaniment, Case study.

1. INTRODUÇÃO

Foucault (1990) evidencia que no renascimento a loucura era conhecida como algo prejudicial à sociedade e que os loucos deveriam ser afastados do convívio das outras pessoas para que a sociedade não tivesse que se defrontar com a insanidade. Assim sendo levados e colocados em alojamentos que muito se assemelhavam com prisões, e essa mesma sociedade criava mecanismos de exclusão daquilo que não toleravam.

Com a sociedade crescendo cada vez mais, exigindo das pessoas que contribuíssem com o crescimento capitalista, essas pessoas acabaram perdendo seus espaços e foram sendo levados para lugares onde as paredes os impediam de ver o outro lado da rua. Nesse isolamento, foram vivendo com seus “eus” e muitas vezes foram também impedidas de viver. Eram paralisados por meio de substâncias que manipulam seus desejos, ou se sentindo paralisados por cordas e correntes que não deixavam nem se quer dar mais um passo para a realidade.

Muitas vezes por não tolerar os discursos que os “loucos” demonstram, devido a ideia de “sanidade”, deixa-se de ouvir o que eles nos têm a dizer e essa intolerância faz pensar sobre a necessidade de se parecer “são”. A partir disso, há tendência de não encarar com tanta naturalidade o que o organismo e as emoções necessitam frente a situações vivenciadas. Phillips (2008) salienta a respeito da postura dos antipsiquiatras em relação à loucura na contemporaneidade, é que a loucura não passa de uma resposta autêntica frente aos horrores da vida e que ser “são” num mundo como este é estar fora de contato com a realidade.

Percorrendo sobre a trajetória dos cuidados em saúde/doença mental, observam-se mudanças em seu contexto em relação ao olhar sobre essa história. Atualmente a loucura pode contar com o acolhimento de alguns dispositivos apoiados na proposta da reforma psiquiátrica alicerçados no contexto brasileiro pela Lei 10.216/2001. E uma possibilidade de se construir



como dispositivo para o cuidado o sofrimento mental é o Acompanhamento Terapêutico (AT).

Diante do exposto e devido ao fato desta pesquisa vir como resposta às minhas angústias, e como pesquisador o qual desenvolverá a investigação e atuante das práticas propostas, faço em alguns momentos o uso da primeira pessoa do singular e verbos ativos para descrever minhas vivências, assumindo o texto como meu. Turato (2003) comenta que, diferentemente de trabalhos acadêmicos geralmente usados na área médica, pelo uso do verbo na terceira pessoa, o trabalho qualitativo deve assumir o “eu pensante e anunciante”, assim justifica minha forma de escrita. Também usarei trechos de uma carta que a acompanhada fez contando sobre sua experiência no Acompanhamento Terapêutico.

Questionei se a prática do Acompanhamento Terapêutico (AT) pode contribuir como dispositivo no cenário da reforma psiquiátrica na Atenção Básica de Saúde de uma ESF do planalto norte catarinense. Para isso foi necessário traçar caminhos que puderam nos nortear aos novos significados, não somente da acompanhada, mas sim de novos significados das equipes de saúde em relação aos cuidados no olhar o sofrimento mental.

A aproximação do dispositivo do AT com o contexto da saúde de um município do norte de Santa Catarina pode vislumbrar diferentes contribuições na representação social sobre o sofrimento psíquico, assim como possibilidades de proporcionar ou até mesmo provocar o interesse na visão acadêmica. Dessa forma, maiores chances de reinserção de usuários do serviço de saúde mental aconteçam, para que em breve, outras pessoas, que um dia foram “excluídos”, possam circular pela cidade, explorar suas redes sociais preexistentes e ampliar a autonomia.

Para obter respostas de alguns questionamentos sobre de que forma as práticas do Acompanhamento Terapêutico poderiam contribuir no contexto da reforma psiquiátrica na realidade de um território da Atenção Básica de Saúde da região norte de Santa Catarina, foi necessário verificar quais foram às tentativas de manejo que não foram suficientes e que possibilitou o início do AT; identificar o repertório social do sujeito que vivencia o AT; identificar se a prática do AT possibilita o sujeito a ressignificar os vínculos com sua rede de apoio social e caracterizar as práticas do AT no *setting* terapêutico.



Canatto (2006) e Safra (2006) advertem que há a necessidade de paradigmas para a fundamentação ética e teórica do Acompanhamento Terapêutico, de modo a caracterizar-se uma prática realizada com rigor. Neste sentido observa-se o suporte teórico encontrado na teoria de Winnicott para se entender junto às caminhadas sobre a dinâmica do sujeito acompanhado. Seus conceitos de *holding*, ambiente suficientemente bom, a noção de transferência, o *setting* e outros conceitos da Psicanálise sustentam essa prática.

Partindo do alicerce de saberes da Psicologia para “costurar” uma clínica do cotidiano na caminhada junto à acompanhada, vemos que esta área de se pensar sobre aspectos subjetivos das pessoas pode contribuir para a melhoria de qualidade de vida de sujeitos enclausurados. O psicólogo estará de forma a sustentar as singularidades de cada acompanhado não só afim de “amansar” os sintomas dos sujeitos, mas sim colaborando para reorganizar suas defesas, seu sofrimento psíquico resultando na diminuição de sintomas e criando novas possibilidades de enfrentamento ao cotidiano.

2. MÉTODO

A presente pesquisa discorre sobre o contexto da reforma psiquiátrica e suas novas atuações a que se diz respeito aos cuidados com pessoas que apresentam algum tipo sofrimento psíquico especificamente o dispositivo de Acompanhamento Terapêutico (A.T.). Sendo esta uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa e de natureza exploratória, usando de observação participante e investigação de história de vida por meio de um estudo de caso.

A coleta de dados da pesquisa nesse estudo de caso, já apresentava alguns aspectos pré-determinados a observar, bem como outros aspectos que o caso em questão possa suscitar. Para analisar e interpretar os dados provenientes do estudo do caso foi utilizado a análise de discurso. É uma técnica pautada na teoria psicanalítica, buscando os efeitos de sentido do discurso, entre o efeito da linguagem, o sujeito e a história. O discurso é explorado pelos efeitos dos sentidos do sujeito e que o objetivo de estudo desses efeitos é explorar através da reconstrução dos processos discursivos pelos quais eles são expressos.



O Acompanhamento, até a presente data, aconteceu em período de dois anos. A acompanhada assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os registros encontram-se guardados em documentos profissionais no setor de Psicologia da Secretaria de Saúde, local assegurando sigilo das informações coletadas e registradas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para colaborar com essas pessoas e com a ideia de humanização do sistema de saúde, junto à Reforma Psiquiátrica, novos dispositivos começaram a serem inseridos nas políticas de saúde, um deles é a prática do Acompanhamento Terapêutico (A.T.) que passa a “caminhar junto” com o sofrimento mental. E caminhando mesmo no sentido peripatético⁴ a se referir, pois esse dispositivo tem como uma das possibilidades a rua ou outros espaços sociais como *setting*⁵. Neste sentido o acompanhamento vai sendo construído sobre as necessidades de cada acompanhado, procurando uma abertura para novos modos de existir e desta vez, o fazendo circular por todos os espaços, os quais possibilitem aproximações e que permitam a criar identificações através de novos significados.

Esta apresentação contará com fragmentos de alguns ATs e a pedido da acompanhada algumas informações não foram usadas a fim de preservar o sigilo.

3.1 A ACOMPANHADA

Quando se iniciou as primeiras aproximações, a acompanhada tinha 41 anos de idade, casada há 24 anos, mãe de dois filhos, o mais novo com necessidades especiais. Há pouco contato com a família. Faz uso de

⁴Passear, ir e vir conversando, conhecida na escola Aristotélica. A escola filosófica fundada por Aristóteles (384-322 a. C.) tornou-se conhecida pelo nome de *peripatética* em virtude do costume do Estagirita de ensinar andando pelos jardins de Apolo no Liceu, perto de Ilissos, nas cercanias de Atenas (LANCETTI, 2011, p. 15).

⁵Definição de espaço psicanalítico, onde são definidos os horários, a duração dos encontros, a instrumentação das regras fundamentais e delimitados os espaços onde acontecerão as trocas transferenciais e é considerado este um espaço que deve ser protegido sendo o analista o guardião desse espaço.



medicamentos psicotrópicos, porém não há registros de diagnóstico médico. Preza pela organização de sua casa, com limpeza, se mostra tímida, pouco comunicativa e receosa aos assuntos mais íntimos e sobre manifestação de sentimentos. Já fez tentativas de acompanhamento psicológico, porém com desistências. Queixa-se de sobrepeso, ansiedade, medo e frequentes pensamentos suicidas.

Reconheço que não sou nem um pouco fácil de lutar, mas tenha certeza de que sem sua ajuda e principalmente sua paciência eu já não estaria neste mundo. Por tantas vezes eu planejei minha morte por entender que este mundo não tem lugar para mim.

3.2 AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Em 2017, uma Agente Comunitária de Saúde (ACS) me procurou para falar sobre uma pessoa que ela acompanhava dentro de sua microárea da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro. Nesta ocasião, relatou a preocupação com uma moradora que se apresentava deprimida e em isolamento social. Dentro do contexto em que a moradora se inseria, sugeri atendimento psicológico na Unidade de Saúde, mas a ACS de prontidão me comunica que a moradora já não sai de casa a aproximadamente quatro meses. Neste caso proponho-me a realizar uma visita domiciliar para conhecê-la.

Eu me lembro que por muitas vezes a agente de saúde vinha me ver e sempre tentava me convencer a ir falar com o psicólogo no posto de saúde, mas eu nunca quis ir pois na minha cabeça eu tinha que sofrer quieta no meu canto escuro.

Phillips (2008) comenta que alguns teóricos antipsiquiatras como Michel Foucault, David Cooper, R. D. Laing e Jean-Paul Sartre defendiam a ideia de que o chamado “louco” tinha algo a dizer e valia a pena ouvi-los e levá-los a sério. E que deveríamos nos questionar sobre de onde vinham nossas ideias de normalidade, ao invés de encarcerar pessoas em diagnósticos e instituições que ao contrário de tratamento somente esconde a loucura da sociedade. Foi nesta perspectiva que com a proposta de acolhimento realizei o primeiro contato em uma visita.

A utente se mostrou arredia e desconfiada inicialmente com minha presença, e não poderia ser diferente, pois eu era um estranho “invadindo” sua casa/seu mundo, mesmo assim foi receptiva. Aos poucos em uma espécie de entrevista (descontraída é claro) fui querendo saber mais sobre quem era ela.



Com um pouco de receio me contou pontos de sua vida nos dias atuais e o que chama maior atenção se refere ao repertório social bastante reduzido acompanhando pelo medo de sair de casa.

Neste momento, mantenho-me atento a qualquer brecha para que pudesse ganhar sua confiança, além já do contrato de sigilo que já havia feito. Ao me contar sobre seu medo de sair de casa, a acompanhada exemplifica contando-me que há dias sentia vontade de comer bolinho de espinafre, e que tinha espinafre a aproximadamente 2 metros de sua porta da casa, e nem tão perto ela conseguia sair para colhê-lo e preparar a comida. Este foi o momento em que consegui sustentar um desejo seu por meio de um movimento meu. Levantei-me e colhi a quantidade de espinafre que necessitaria para preparar o bolinho que queria. Após continuei brevemente na visita.

Neste contexto, podemos perceber a clínica sendo realizada dentro de um contexto totalmente fora do habitual, do *setting* convencional, mas que possibilitou me debruçar sobre uma necessidade atual e imediata e também possibilitou a construção de vínculo com a acompanhada dando me oportunidade de pensar que esta seria uma candidata ao início da proposta de Acompanhamento Terapêutico (A.T.).

Comecei a pensar sobre a participação do AT, para participar junto a ela pensando em sua reconstrução simbólica por meios não convencionais, pois a medida que haja a aproximação com a acompanhada, haverá a aproximação de sua história de vida, podendo assim resgatar possibilidades que um dia se perdeu no caminho tracejado nas suas vivências. Podemos ver sobre as possibilidades de reconstrução nos acompanhamentos quando Fiorati&Saeki (2006, p. 85), comentam que:

A criatividade é exercida a partir de elementos já manifestados na cultura. Portanto, criamos na medida em que nos apropriamos dos sistemas de significados constituintes de um determinado universo simbólico, que condicionará o território no qual vamos exercer nossa imaginação, pensamentos, ideias, crenças, valores e criações. Se o sujeito não construir uma vinculação criativa com o mundo e a inscrição de sua subjetividade na cultura, duas condições de existência estabelecem-se: ou o isolamento autístico ou esquizofrênico, ou uma submissão à realidade (FIORATI; SAEKI, 2006, p. 85).

Dentro das primeiras conversas que aconteceram de forma rápida na casa da acompanhada percebi o gosto que ela tinha por plantas, no caso mais específico por cactos.



Barreto (2005) comenta que “Winnicott já afirmava que, se o paciente não pode brincar, o primeiro trabalho do analista será ajudá-lo a vir brincar” e de forma criativa e tentando sensibilizá-la vi a oportunidade de resgatar o entusiasmo por algo fora de si, mas que pudesse também ir de encontro com materiais internos na possibilidade de ressignificá-los. Sugeri que fizéssemos mudas de cactos e no encontro seguinte levei apenas um recipiente e que juntos deveríamos organizar a muda.

No encontro, de maneira descontraída, após muito tempo sem sair de casa, a acompanhada saiu no seu quintal para procurarmos pedras, as mais bonitas por sinal, para enfeitar o vaso com a planta. Este fato impressionou até ela mesma, pois experimentava de sentimentos e sensações não agradáveis quando saía de casa, se referia aos sintomas como “pânico”.

Não vou negar que eu não queria nem um pouco sair lá fora, mas você com seu jeito amigo me passou segurança e posso até dizer que gostei, foi bom sair no sol ainda que por um momento, mas foi legal. A gente conversou sobre as plantas e arrumamos alguns vasos.

E aos poucos, através de assuntos sobre cactos e plantas, o vínculo foi se estabelecendo e a acompanhada comentando sobre aspectos de sua vida me dando a oportunidade de entender as possíveis causas de se manter distante das pessoas e lugares.

3.3 LUGAR DE POSSIBILIDADES

Combinamos de eu ir a sua casa uma vez na semana para conversar. Pensava eu que tal atividade pudesse se confundir com psicoterapia ou até mesmo visita de amizade, porém necessitava manter a aliança terapêutica nessa relação, baseando no contexto clínico diferente dos contextos institucionais, e como relata Silveira (2016) “deve ser manejada mantendo-se uma distância instrumental para que se possa levar à diferenciação necessária”.

Seu contexto social nem sempre foi restrito como se encontrava nos primeiros contatos do acompanhamento terapêutico, seu contexto social se restringia nos cômodos de sua casa e o contato com sua família e a visita de uma agente de saúde. Aos poucos, podem-se descobrir seus gostos pelas características das pessoas, seus gostos musicais e suas lembranças de quando



jovem e sempre deixando algo subintendido sobre seu passado referente ao contexto familiar.

Nossos encontros semanais se baseavam em uma turbulência de sensações e emoções, tanto minhas quanto dela, pois tive que aprender a entender e respeitar o espaço do outro principalmente o dela neste momento. Benevides *apud* Palombini (2004) comenta que a insistência também ou o apenas acreditar no potencial humano faz com que o Acompanhante não desista facilmente do seu trabalho, pois o fato de ter que conquistar um espaço no ambiente do seu acompanhado pode demorar mais do que o esperado.

No decorrer dos encontros consegui entender que algo em sua história não estava bem compreendido por ela mesmo devido a situações vulneráveis vivenciadas, mas seria muito invasivo querer saber mais sobre o que realmente havia acontecido em sua história “compreendendo ainda o direito ético que todas as pessoas têm de serem reconhecidas como únicas em um mundo que costuma negar essa condição” (MAIA, 2006, p. 30). E também havia o fato de que estávamos em sua casa, onde poderia haver pessoas de sua família, onde a possibilidade de segurança e sigilo estaria sobre risco. Passo a pensar na possibilidade de sugerir iniciar psicoterapia para a acompanhada.

Cada semana eu estendia o convite a ir ao porto, mas havia resistência dela.

Lembro que depois de uns meses você vindo me atender aqui em casa, teve um dia que você me convidou para mim ir até o posto de saúde, não vou mentir que fiquei muito nervosa, fiz mil planos pra escapar de ir, passei mal, chorei muito, tive crises de ansiedade, tudo por medo de ter que encarar as pessoas lá fora.

De louco-doente a cidadão enlouquecido, o acompanhado experimentará, juntamente com o acompanhante, possíveis encontros com diferentes universos existenciais: encontros com pessoas nas ruas ou bares, nos parques, com imagens cinematográficas, com música, a dança, o teatro e tantos outros que se compõem no cotidiano e que potencializam na circulação pela cidade (CAUCHICK, 2001, p. 31).

Com essas possibilidades que a autora supracitada propõe uma investigação nos encontros sobre sua vida, seus gostos, seus desejos, seus medos. E aos poucos construímos o acordo de que numa semana ela iria ao posto de saúde e no outro eu iria até sua casa.



Não foi fácil de encarar, mas como combinado lá fui eu. Passei mal sim, chorei sim e como sempre você estava lá pronto para me ajudar novamente. Lembro que eu não conseguia nem sentar de tanta angústia e nervosismo e você ficava em pé também, aí com o passar do tempo fui me acalmando e enfim conseguia me sentar, só aí você também sentava.

Nesses encontros norteados por conversas e possibilitando a expressão criativa da acompanhada, construiu-se um cenário onde experiências vividas semanas após semanas possibilitou a constituição de uma relação de confiança comigo, permitindo a ela perceber que sobrevivíamos às variações de seu humor, podendo ela contar suas maiores intimidades que até então somente a angustiava e se via impossibilitada diante tais situações. Isso somente foi possível pela função de *holding* que ali foi constituído.

Por muitas vezes eu disse pra você que eu gostaria de morrer, até contei pra você como eu iria fazer, lembra? E você sempre me dizia que antes de eu pensar em fazer isso era pra eu primeiro falar com você, tipo mandar uma mensagem e que depois de você falar comigo eu resolveria se ainda iria tirar minha vida.

Muitas foram as situações de crises apresentadas pela acompanhada, fazendo com que necessitasse além do planejamento dos encontros, manejo ao inesperado. Ações planejadas são importantes para o trabalho em AT, mas o principal manejo do trabalho é saber lidar com o desconhecido, tendo que partir do acompanhante a elaboração criativa de estratégias de intervenção, pois como estaremos no cotidiano do acompanhado e o *setting*, não está protegido de paredes como em consultórios e clínicas, imprevistos acontecerão.

3.4 CRIANDO POSSIBILIDADES

À medida que um vínculo começava a tecer entre nós, possibilidades começaram a se construir, modificando o enclausuramento do seu cotidiano, podendo refletir sobre a ideia de CAUCHIK (2001, p. 30), que diz que:

Para além dos espaços terapêuticos (hospitais-dia, ambulatórios, consultórios e outros), essas pessoas que experimentam no corpo a exclusão, a alienação e o estigma associados à categoria de doentes mentais, poderão circular pelos diversos espaços públicos, exatamente o universo social de que outrora forma impedidas de participar (CAUCHIK, 2001, p. 30).



Palombini (2004, p. 30), que diz que “As ruas não só organizam o espaço, como também criam propriamente novos espaços, coagindo a seguir adiante. Não há pressa ao chegar. O que interessa é “encontrar-se a caminho”. Algumas saídas começaram a acontecer, ampliando para novos espaços e novas possibilidades para a acompanhada. Começou acompanhamento com a nutricionista devido a queixa do sobrepeso e também iniciou caminhadas como atividade física e começou a participar dos grupos sugeridos pela ESF.

Neste momento entendo que o trabalho de A.T. se encerra para que outra prática pudesse ter forma, a psicoterapia, que ainda está “caminhando” cheia de histórias, desafios e superações.

A batalha ainda não terminou, mas com você ao meu lado eu ainda estou aqui.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o processo da reforma psiquiátrica esteja em constante construção, e por vezes desconstrução, pode-se perceber o quanto a prática de A.T. se mostra significativo ao cuidado de atenção psicossocial e possibilitar de que as pessoas se apropriem daquilo que lhes pertencem por direito, a LIBERDADE.

Coloco-me a pensar sobre as pessoas enclausuradas nos hospitais e da forma como viviam atrás dos muros altos dos manicômios, que a única possibilidade de ver o que existia do outro lado era por meio da criação de suas mentes e que muitas vezes até disso eram privadas de criar devido à superdosagens de medicações, fazendo-os viver num mundo alienante.

Penso no que o Acompanhamento Terapêutico pode proporcionar para as pessoas pelo fato de usar os espaços ao ar livre, os espaços do ambiente do sujeito, possibilitando o encontro consigo naquilo que o constituiu como sujeito. E no que pude experimentar o que antes era somente imaginado por mim quando nos primeiros contatos com esse dispositivo e agora pude ter o privilégio de vivenciar no cotidiano de uma pessoa que demonstrava todos os parâmetros que a sociedade julga como “fora do normal” e sentir que antes mesmo existe uma pessoa. Uma pessoa que tem uma família, que tem uma história, um passado, não uma pessoa que parece ter saído do nada e que deva ser deixada ao nada, atrás de muros (ou paredes) escondidos da sociedade.



Ao contrário disso, essa experiência com suporte nas práticas do Acompanhamento Terapêutico, junto ao acreditar no potencial do humano, me fez fortalecer e continuar acreditando que o lugar das pessoas é onde elas queiram estar e não aonde os outros julgam serem o local exato a permanecer. Pude sentir o processo em que as coisas aconteciam, e entre uma turbulência de sensações vividas em cada encontro com a acompanhada consegui notar o crescimento e a reconquista do seu espaço e a resignificação do cotidiano em relação a sua pessoa.

Também pude sentir como foi importante que o serviço da Estratégia de Saúde da Família descentralizasse o serviço permitindo provocar algo no território, já que por algum momento e algum sentido não se fizeram eficazes no início do caso e que sim, pelas leituras de práticas realizadas em outros lugares e pela experiência vivida com a prática do AT esse dispositivo contribuiu de forma positiva como manejo a ser somado nas práticas de um projeto terapêutico.

Nesse sentido, o encontro meu e da acompanhada, possibilitou observar esse processo de trabalho do acompanhamento desse trajeto, tanto dessa reforma, como mais um dispositivo no envolvimento às Políticas de Saúde Pública e como grande possibilidade deste dispositivo ser incluso como proposta de intervenção nos Projetos Terapêuticos dos serviços de saúde e saúde mental de base territorial.

Também pude observar o potencial dessa proposta na tentativa de não mais tirar o “louco” da rua, e sim de colocá-lo novamente nesse espaço de que um dia foi excluído. E o lugar desse sujeito em sua própria história e caminhada.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Kleber Duarte. **Ética e técnica no acompanhamento terapêutico: Andanças com Dom Quixote e Sancho Pança**. 3. Ed. São Paulo: Unimarco Editora, 2005.
- BAZHUNI, Natasha Frias Nahim. Acompanhamento Terapêutico como dispositivo psicanalítico de tratamento das psicoses na saúde mental. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.



- CABRAL, Károl Veiga. **Acompanhamento Terapêutico como dispositivo da Reforma Psiquiátrica:** considerações sobre o *Setting*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Dissertação de mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- CANATTO, Cléia. Regina. **Holding, Manejo e Placement: pilares do Acompanhamento Terapêutico num caso de esquizofrenia paranóide.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Curso de Psicologia – Graduação). Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2006.
- CAUCHICK, Maria Paula. **Sorrisos inocentes, gargalhadas horripilantes:** intervenções no acompanhamento terapêutico. São Paulo: Annablume, 2001.
- FIORATI, Regina Célia; SAEKI, Toyoko. **O acompanhamento terapêutico: criatividade no cotidiano.** P. 81-90. In: *Psichê: revista de psicanálise.* – Ano x, n.18. São Paulo: unimarco Editora, 2006.
- FOUCAULT, Michael. **História da Loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4ª edição, São Paulo, Atlas, 1994.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa:** Planejamento e execução de pesquisas. Amostragens e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LOURAU, R. **A análise institucional.** Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.
- MAIA, Suzana Magalhães. **O acompanhamento terapêutico como uma técnica de manejo.** P.29-40 In: *Psichê: revista de psicanálise.* – ano x, n.18. São Paulo: unimarco Editora, 2006.
- NICOLACI-DA-COSTA, A. M., Romão-Dias, D. & Di Luccio, F. **Uso de Entrevistas On-Line no Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS).** (2009).
- PHILLIPS, Adam. **Louco para ser normal** / Adam Phillips; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- SAFRA, G. **Placement:** modelo clínico para o Acompanhamento Terapêutico In: *Psychê - Revista de Psicanálise.* Centro de Estudos e Pesquisa em Psicanálise. São Paulo: Unimarco. Ano X, n. 18. 2006 p. 13-20.



SARACENO, B. **Reabilitação psicossocial**: uma estratégia para a passagem do milênio. In: PITTA, A. (org). Reabilitação psicossocial no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, R. W. M. **Relação entre acompanhante e acompanhado**: reflexões acerca do dispositivo amizade-clínica. Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 3, p. 333-340, set. -dez. 2016.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003



O CONHECIMENTO DOS CORREDORES ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIGUAÇU SOBRE MÉTODOS DE TREINAMENTO DE CORRIDA

Valquiria Feldmann¹
Elcio Volsnei Borges²

RESUMO: O presente estudo tem por intuito identificar o conhecimento dos corredores estudantes de educação física da UNIGUAÇU sobre métodos de treinamento de corrida. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de campo, quantitativa exploratória e descritiva. Para a amostra, do tipo não probabilística intencional, compreendeu 17 alunos de ambos os sexos e faixas etárias, praticantes regulares de corrida de rua. Como instrumento para a coleta de dados foi elaborado um questionário, utilizando como ferramenta o Google Forms, o mesmo contou com perguntas fechadas. Segundo os resultados da pesquisa a maioria dos estudantes de educação física, praticantes de corrida de rua possuem conhecimento sobre a diversidade de métodos de treinamento da modalidade; contudo o número de corredores que afirma ter pouco conhecimento sobre o tema é expressivo.

PALAVRAS-CHAVE: Corrida de rua. Métodos de treinamento. Educação física.

ABSTRACT: The present study aims to identify the knowledge of runners students of physical education at UNIGUAÇU about methods of running training. It is an applied, field, quantitative exploratory and descriptive research. For the sample, the intentional non-probabilistic type, comprised 17 students of both sexes and age groups, regular street runners. As a tool for data collection, a questionnaire was developed, using Google Forms as a tool, which included closed questions. According to the results of the research, most physical education students, street race practitioners have knowledge about the diversity of training methods in the sport; however, the number of runners who claim to have little knowledge on the subject is significant.

KEYWORDS: Street race. Training methods. Physical education.

1. INTRODUÇÃO

A corrida é uma atividade natural para os seres humanos e praticada desde a antiguidade, onde nossos ancestrais utilizavam da caça e da pesca para sobreviver e fugir de predadores. Devido à evolução da civilização e aprimoramento das habilidades, os indivíduos passam a utilizar a corrida de maneira diferente. Sendo um meio de socializar, competir e desenvolver a ciência (PULEO; MILROY, 2011).

Com a evolução das civilizações a corrida deixa de ser praticada por sobrevivência e transforma-se em um importante objeto de socialização, onde os indivíduos convivem, trocam experiências, realizam competições, bem como desenvolvem métodos de treinamento para o aprimoramento de técnicas esportivas e avanços no meio científico.

¹ Licenciada e bacharel em Educação pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu

² Docente do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu



O marco histórico da corrida de rua ocorreu na prova da maratona dos jogos olímpicos de Atenas, em 10 de Abril de 1896. No Brasil, a modalidade chega no ano de 1918, dando início a primeira prova de vinte e quatro quilômetros, nos Jogos Olímpicos modernos, tornando-se o marco histórico da corrida de rua no país. Em 2017, segundo a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAT) foram organizadas oficialmente pela instituição 33 provas de corrida de rua, de distâncias de 5 km até a maratona, com 42 km e 195 m (ALBUQUERQUE; SILVA; MIRANDA; FREITAS, 2018).

A corrida expandiu-se significativamente em todo mundo, tornando-se parte da rotina de muitas pessoas por diversos motivos: busca por saúde e bem estar, estética, socialização e até mesmo como um meio de aliviar o estresse e ansiedade da vida cotidiana. Devido à tamanha popularização da corrida e o crescente número de provas de rua, houve grande expansão na área do treinamento esportivo. Além de diversos métodos de treinamento específicos para corredores, surgem também assessorias esportivas de corrida com acompanhamento individualizado, bem como grupos de corredores de rua. Com base nessas informações surge a seguinte questão problema: qual o conhecimento dos métodos de treino de corrida para corredores de rua do Centro Universitário Vale do Iguaçu- UNIGUAÇU? Assim, este estudo tem como objetivo geral identificar qual o conhecimento dos métodos de treino de corrida para corredores de rua do Centro Universitário Vale do Iguaçu- UNIGUAÇU.

Visto que a prática da corrida de rua vem aumentando no decorrer dos anos, ocorre grande expansão nos estudos e meio científico. Surgem diversas pesquisas e descobertas relacionadas à modalidade. Métodos de treinamento, calçados, roupas, fisiologia da corrida, técnica, economia de corrida, entre outras.

O elevado crescimento no número de provas de corrida pode ter relação com o interesse dos indivíduos aos benefícios proporcionados pelo esporte, que vão desde a esfera física, psicológica e social. Os elementos físicos estão relacionados às funções metabólicas, prevenção de doenças ósseas, doenças crônico-degenerativas, diminuição dos riscos de doenças cardiovasculares, além de melhora nos níveis de colesterol, aumentando o HDL e diminuindo o LDL (ALBURQUERQUE, SILVA, MIRANDA, FREITAS, 2018). Os autores afirmam que o sentimento de prazer, a sensação de bem-estar, a realização própria, o



controle de estresse e a superação de limites estão associados aos fatores psicológicos e aparecem como razões motivacionais para a busca pela corrida de rua pela sociedade. Além disso, as trocas sociais e culturais aparentam ser de grande relevância para o interesse na modalidade.

Devido à propagação da corrida de rua, bem como os benefícios que a mesma proporciona aos seus praticantes, através da presente pesquisa pretende-se colaborar com a difusão do conhecimento científico em relação aos métodos de treinamento de corrida, de modo que a população em geral compreenda da importância da prática desportiva realizada através da variação de estímulos e de um acompanhamento profissional personalizado.

2. MÉTODO

Quanto ao tipo de pesquisa refere-se à pesquisa aplicada, de campo, quantitativa exploratória e descritiva.

O local destinado à pesquisa refere-se ao Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU, localizado no município de União da Vitória – PR.

Fizeram parte da pesquisa 17 alunos corredores do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU. Para a amostra, do tipo não probabilística intencional, compreendeu alunos de ambos os sexos e faixas etárias, praticantes regulares de corrida de rua. Os critérios de exclusão foram somente para aqueles que se recusaram a participar da pesquisa.

Como instrumento para a coleta de dados foi elaborado um questionário, utilizando como ferramenta o Google Forms, o mesmo contou com perguntas fechadas. O questionário foi elaborado pela pesquisadora e orientador, e foi submetido à avaliação e validação de três professores do colegiado de Educação física da UNIGUAÇU.

Os dados foram obtidos em primeiro momento através da coleta de dados. Em seguida foram analisados, categorizados e discutidos com relação ao referencial teórico construído anteriormente. Os dados foram apresentados através de gráficos, utilizando-se do programa Excel 2010.

Após a qualificação, o questionário foi enviado ao Núcleo de Ética e Bioética do Centro Universitário Integradas do Vale do Iguaçu- UNIGUAÇU (NEB) e aprovado com o protocolo de número 2020/118. Após sua autorização o mesmo



foi aplicado.

Ao local da pesquisa foi enviado um termo de autorização, para que a pesquisa seja realizada em suas dependências e os dados sejam divulgados.

Quanto aos participantes da pesquisa, foi solicitado seu consentimento para preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o mesmo foi anexado ao questionário online, sendo obrigatório aceitá-lo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 HISTÓRICO DA CORRIDA

A prática da corrida se desenvolveu na antiguidade pela necessidade dos seres humanos fugirem de animais selvagens, ou seja, por pura sobrevivência. Aqueles que possuíam mais velocidade na corrida, além de conseguirem alimento com facilidade, estavam prontos para fugir rapidamente dos perigos. (PULEO; MILROY, 2011). O autor afirma que com a evolução da civilização a necessidade de correr por sobrevivência diminuiu, devido ao desenvolvimento de novas habilidades. De modo que hoje em dia, o indivíduo comum pode aproveitar seu tempo livre de uma maneira que para a maioria de nossos ancestrais seria impossível.

O ato de correr sempre nos acompanhou, mas atualmente vem tomando rumo diferente na vida humana, sendo um importante instrumento para uma vida saudável. De acordo com evidências científicas a corrida possui relação inversa com o surgimento de diversas doenças (TRUCCOLO et al., 2008).

3.2 CORRIDA E MÉTODOS DE TREINAMENTO

Tratando-se de desempenho e corrida, a demanda de pesquisadores e profissionais do treinamento esportivo que procuram aprimorar a corrida através da técnica, tem crescido significativamente. Seja na busca de métodos para a melhora da economia de energia, como também na melhora do padrão de movimento. (PEREIRA; LIMA, 2010).

Nos últimos anos os corredores vêm buscando a melhora de seu desempenho. Contudo utilizam a economia de corrida, estabelecida como a demanda energética para uma velocidade submáxima de corrida (vVO_{2max}), a



mesma é definida pelo equilíbrio entre o consumo de oxigênio e trocas respiratórias.

O corredor será mais econômico se tiver a capacidade de aperfeiçoar seu gasto energético no decorrer da competição, quando comparado à distância da prova. Possuir eficiência para aperfeiçoar a demanda energética da corrida e a relação com sua velocidade, pois a velocidade durante uma prova é apenas parte do trabalho que o corpo realiza de um ponto ao outro (DANIELS, 1985).

Seguindo a linha de pensamento, o autor afirma que em corridas de longa duração existe relação entre o trabalho realizado e a energia utilizada em sua realização total, tomando como meta principal do corredor, a diminuição de fatores que não serão produtivos durante sua prática. Vários fatores podem intervir na economia da corrida, seja a idade, gênero, treinamento, passada, tipo de tênis, fatores climáticos, entre outros.

Quanto aos métodos utilizados para o treinamento da corrida, Fernandes (2003) afirma que ao realizar a aplicação de qualquer técnica é necessário levar em consideração as condições físicas iniciais dos praticantes.

De acordo com Gonçalves (2007) o método contínuo de corrida tem como finalidade, realizar exercícios sem pausa para recuperação, sob um tempo superior a 20 minutos com uma intensidade submáxima do VO₂máx. O método é de longa duração e tem por objetivo adaptações em modalidades com predomínio aeróbio em grande parte do tempo. O autor afirma que esse método aumenta a oxidação de ácidos graxos, mantendo as concentrações de glicogênio nas fibras do tipo I, juntamente com a melhora do sistema cardiovascular, aumento do volume sistólico e hipertrofia cardíaca.

O treinamento contínuo e de longa distância tem a capacidade de desenvolver a eficiência cardiovascular em seu nível máximo, prolongando o bombeamento e auxiliando o coração, as artérias e veias a tornarem-se mais eficientes ao transportar sangue e fazer com que os pulmões possuam maior eficiência ao absorver oxigênio. Quando os músculos chegarem ao extremo, como ocorrem em corridas de longa distância, responderão melhor ao estímulo e trabalharão de maneira mais eficiente, devido ao fortalecimento do sistema circulatório (GALLOWAY, 2009).

Gonçalves (2007) afirma que as distâncias em quilometragem podem aumentar gradativamente no decorrer do treinamento, levando em conta as



características de cada atleta, seja iniciante ou avançado. Um ponto não favorável desse treinamento é sua baixa intensidade, onde não ocorre variação de velocidade no decorrer do trajeto. Podendo-se considerar um método parcial, mesmo por corredores de 5 a 10 km.

O método de treinamento contínuo tem como base exercícios comumente aeróbicos conhecidos como exercícios cíclicos, possuindo duração longa e intensidade baixa a moderada, responsáveis por melhoras no transporte de oxigênio a nível celular, ampliando a resistência aeróbica. Essas mudanças causadas pelo exercício aeróbico são de extrema importância tanto para esportes de endurance, como também para o fortalecimento do organismo, capacitando o indivíduo a suportar cargas maiores de treinamento anaeróbio e de força (COGO, 2009).

O método “Fartlek” significa “troca de velocidade”, utilizando esse recurso para adquirir resistência e aprendizado para lidar com o desconforto (GALLOWAY, 2009).

Bompa (2002) apud Cogo (2009) explica o Fartlek como uma corrida com momentos de velocidade planejados, geralmente a critério do atleta, proporcionando variabilidade nos treinamentos. Utilizando de obstáculos e metas pessoais para variação de estímulos.

Galloway (2009) referencia o “Treino Intervalado”, como uma divisão de segmentos, conhecidos por repetições. O treino intervalo possui vantagens sobre o Fartlek, pelo fato de receber o feedback em cada repetição realizada; controle de ritmo, sendo importante para manter uma velocidade uniforme.

Segundo Gonçalves (2007) o treinamento intervalado pode ser considerado um modelo de treinamento alternativo, onde os atletas treinam por períodos prolongados com a mesma intensidade utilizada em uma competição, sendo extremamente importante para a preparação dos mesmos.

Na visão de Weineck (1999) o método intervalado curto demonstra aumento do consumo máximo de oxigênio, portanto responsável por um melhor desempenho do atleta. O treinamento intervalado deve ser colocado no início da preparação dos atletas, de um processo prolongado para a melhora da resistência.

O treinamento intervalado envolve estímulos curtos ou longos em intensidade máxima, igual ou superior ao nível de lactato presente no sangue



(MLSS), possuindo períodos de pausas para recuperação. Por tratar-se de diversos estímulos, repetidos simultaneamente sobre os sistemas circulatórios, nervoso e muscular, qualidades físicas como força, resistência e velocidade são aprimoradas de maneira mais eficaz, ao contrário do que seria com estímulos sempre iguais (GOLÇALVES, 2007). Volkov (2002); Brooks (2000), La Farge (1991 apud GUISELINI 2007) Dantas (1985) apud Cogo (2009) afirmam que o método intervalado baseia-se em estímulos intercalados de intervalos, em que a carga proposta incide sobre a função a ser treinada, responsáveis por promover uma recuperação parcial.

Os métodos intervalados possuem características semelhantes: estímulo, número de repetições, tempo, intervalo e ação no intervalo. Em um programa de treinamento o treinador pode trabalhar diversos estímulos e ajustes no decorrer dos treinos (DANTAS, 1985). O autor afirma que o método é responsável pela realização de repetições de determinados percursos, utilizando da mesma intensidade de estímulos, alternado por um período de tempo necessário para uma recuperação adequada, com velocidade crescente. O tempo de intervalo depende da velocidade prescrita, variando de 90 a 100% do VO₂ máx. e com volume de 1 a 6 repetições.

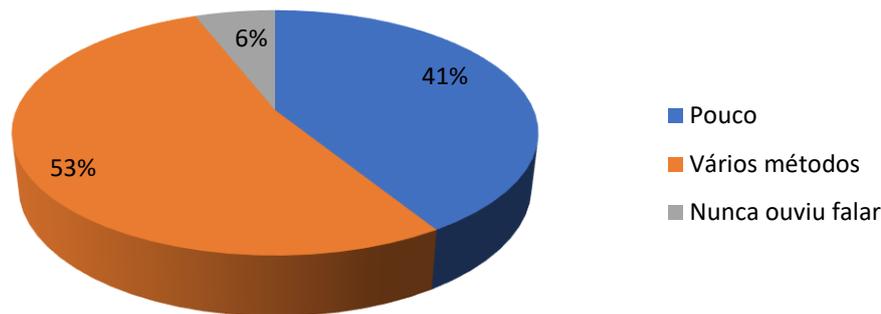
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram da pesquisa 17 alunos do curso de educação física do Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU praticantes regulares de corrida. Sendo 53% (9) da amostra do sexo masculino e 47% (8) do sexo feminino. A maioria dos participantes encontra-se na faixa etária de 21 a 25 anos, representando 53% da amostra (9), já 29% (5) possuem 30 anos ou mais e apenas 18% (3) estão entre 17 à 20 anos. Verificou-se que 53% (9) fazem parte do curso de educação física bacharelado e 47% (8) do curso de educação física licenciatura; sendo que 71% (12) dos alunos encontram-se no 4º, 5º e 6º período e apenas 29% (5) estão no 7º ou 8º período.

Os participantes foram questionados quanto ao tempo de prática na modalidade, de forma que 53% (9) praticam a corrida a 3 anos ou mais, já 35% (6) praticam de 1 a 2 anos e 12% (2) praticam a menos de um ano, sendo que 96% (14) afirmaram não possuir acompanhamento de um profissional de

educação física em seus treinos; onde apenas 4% (3) da amostra afirma possuir acompanhamento profissional.

Gráfico 1- Conhecimento sobre métodos de treino de corrida



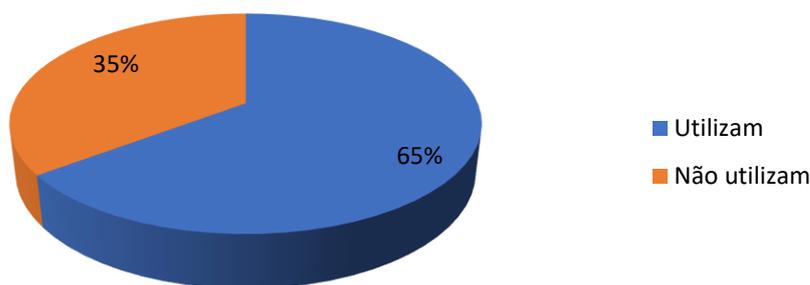
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

De acordo com os dados obtidos 53% (9) dos participantes da pesquisa relataram conhecer vários métodos de treinamento de corrida, sendo que 41% (7) da amostra afirmou ter pouco conhecimento, e apenas 6% (1) relatou não conhecer nenhum método.

Para a prática da corrida de rua existem métodos de treinamento distintos, cada qual com um resultado para determinado objetivo. O que caracteriza a diferença entre os métodos é que alguns são executados sem interrupções (métodos contínuos), enquanto outros são executados com breves pausas para recuperação (métodos intervalados) (MACHADO, 2011 apud FONTANA, 2013).

Com base nas informações do gráfico 1, nota-se que a maioria dos participantes conhece diversos métodos de treinamento de corrida, porém o número de corredores que afirma ter pouco conhecimento sobre o assunto é significativo.

Gráfico 2- Utilização de diferentes métodos

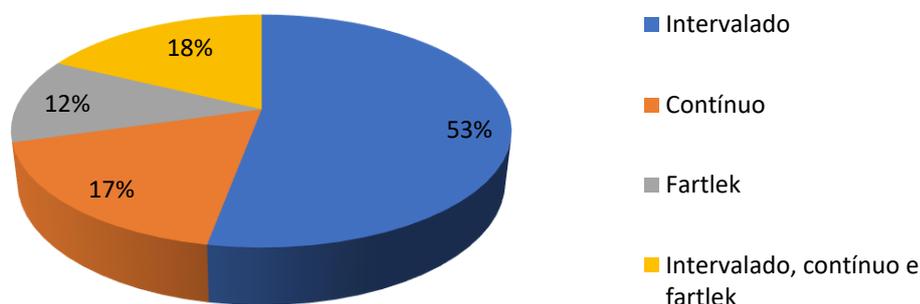


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Segundo os dados da pesquisa a maioria dos participantes, representando 65% (11) da amostra afirmou realizar diferentes métodos de treinamentos de corrida em sua rotina, e 35% (6) dos corredores relataram não utilizar a variação de métodos.

Na visão de Hegedus (2001) apud Silva (2017) para que se obtenha bom desempenho nas corridas é necessário que haja uma constante evolução por parte dos corredores no que diz respeito a métodos de treinamento. De encontro com a visão dos autores é possível afirmar que a variação de métodos de treino de corrida é fundamental para o aperfeiçoamento tanto em níveis de condicionamento como em relação à técnica do gesto desportivo da modalidade.

Gráfico 3- Métodos utilizados



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.



Conforme o gráfico acima 53% (9) dos corredores da amostra relatou utilizar o método de treinamento intervalado, sendo que 17% (3) afirmou utilizar o método contínuo, já 12% (2) dos corredores realizam o método fartlek e 18% (3) dos participantes da amostra informou realizar os métodos intervalado, contínuo e fartlek.

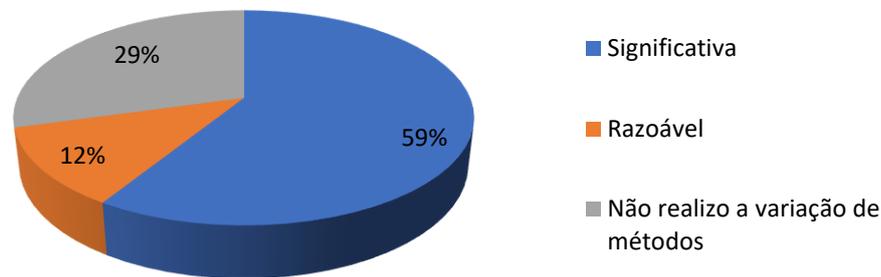
Masiero (2019) relata que dentre os fatores importantes para a realização das sessões de treinamento, a consistência do estímulo deve ser levada em conta, o que representa a relação entre o tempo de estímulo e o intervalo entre os mesmos. Geralmente é interessante utilizar intervalos que não tenham uma duração maior que o estímulo, pois durante o intervalo o VO₂ pode retornar a valores próximos aos de repouso. Além disso, quanto mais frequentes forem os intervalos, menor é o nível de esforço percebido pelos atletas, tornando possível para que eles suportem um intervalo menor, ou suportem uma intensidade maior para um mesmo intervalo de tempo. De qualquer forma, o treinamento intervalado, seja ele realizado com pequenos ou grandes intervalos, parece ser uma estratégia interessante para a aderência ao treinamento em sedentários e em atletas com altos volumes de treinamento dados à relativa monotonia do treino (BARTLETT et al., 2011).

Já no treinamento contínuo pode-se desenvolver uma melhor aptidão física, contudo em outros aspectos. De acordo com Bompa (2002) esse método de treinamento proporciona aprimoramento na capacidade aeróbia, sendo importante para desenvolver a capacidade técnica nos exercícios.

Tratando-se do método fartlek, Evangelista (2010) afirma que ocorrem estímulos fortes e recuperações com corridas mais lentas, considerado descrevem-no como um método sem intervalos, ocorrendo a variação de intensidade e terrenos.

Com base na literatura pesquisada é correto afirmar que cada método de treinamento possui sua especificidade, e ao utilizá-los devem ser inclusos de maneira adequada no programa de treinamento, visando ajustar as variáveis de volume e intensidade de acordo com a individualidade e objetivos de cada indivíduo.

Gráfico 4- Melhora de desempenho na prática utilizando diferentes métodos de treino



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Segundo as informações obtidas no gráfico acima a maioria dos participantes, representando 59% (10) da amostra afirmou melhora significativa do desempenho da corrida realizando diferentes métodos de treino, já 29% (5) dos participantes afirmou não realizar a variação de métodos, e apenas 12% (2) relatou uma melhora razoável do desempenho.

Diversos métodos de treinamento vêm sendo utilizados, há mais de meio século, com o objetivo de aprimorar a função dos sistemas muscular, pulmonar e cardiovascular, e alguns destes foram destacados por causar profundos impactos produzidos no treinamento esportivo, dadas às melhorias no desempenho alcançadas com sua utilização (BARBANTI, TRICOLI e UGRINOWITSCH, 2004).

Portanto pode-se concluir que a maioria dos participantes da pesquisa afirmou notar uma melhora do desempenho na modalidade após iniciar a variação de métodos de treinamento de corrida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no problema de pesquisa e nos objetivos gerais da pesquisa concluiu-se que a maioria dos estudantes de educação física, praticantes de corrida de rua possui conhecimento sobre a diversidade de métodos de treinamento da modalidade; contudo o número de corredores que afirma ter pouco conhecimento sobre o tema é expressivo.



Ressalta-se que a maioria dos praticantes afirmou aplicar diferentes métodos de corrida em sua rotina de treinamento, de maneira que o método intervalado é o mais utilizado pelos corredores e o fartlek é o menos utilizado. A maioria dos participantes comprovou notar uma evolução expressiva tratando-se de desempenho na modalidade após realizar a variação dos métodos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE DB, SILVA ML, MIRANDA YHB, FREITAS CMSM. **Corrida de rua: uma análise qualitativa dos aspectos que motivam sua prática**. R. bras. Ci. E Mov, 2018; disponível em <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/8940/pdf>> Acesso em 03 de mar de 2019.

BARBANTI, Valdir José; TRICOLI, Valmor; UGRINOWITSCH, Carlos; **Relevância do conhecimento científico na prática do treinamento físico: relevância do conhecimento científico na prática do treinamento físico**. 2004. Escola de Educação Física e Esporte da Usp, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://files.cursoeducacaofisica.webnode.com/2000000707e7a97f6e9/Relevancia%20do%20Treinamento%20Desportivo.pdf>. Acesso em: 17 de nov de 2020.

BARTLETT, J. D. et al. **High-intensity interval running is perceived to be more enjoyable than moderate-intensity continuous exercise: Implications for exercise adherence**. *Journal of Sports Sciences*, v. 29, n. 6, p. 547–553, 2011.

BOMPA. Periodização: **Teoria e Metodologia do Treinamento**. São Paulo. Phorte, 2002.

COGO, ANTÔNIO CÉSAR. **Treinamento intervalado para atletas amadores de Corrida de Rua: Buscando a intensidade ideal**. Porto Alegre, 2009. p. 03-26. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/6004/4323>> Acesso em 15 de nov de 2018.

DANIELS, J.T. **A physiologist's view of running economy**. *Medicine and Science in Sports and Exercise*. Vol. 17. Num. 3. 1985. p. 332-337.

DANTAS, Estélio H. M. **A prática da preparação física**. Rio de Janeiro, RJ. Sprint. 2ª edição. 1985.



EVANGELISTA, Alexandre L. **Treinamento de Corrida de Rua**. São Paulo: Editora Phorte, 2010.

FERNANDES, J. L. **Atletismo-Corridas**. 3º ed. São Paulo. EPU: 2003.

FONTANA, Victor Hugo Nascimento. **Perfil dos profissionais das assessorias e métodos de treinamento utilizados**. 2013. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3178>>. Acesso em 10 de nov de 2020.

GALLOWAY, J. **Manual de Corrida**. São Paulo: Gente, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5º ed. São Paulo: Atlas 2008.

GONÇALVES, BORGES LUCIANO. **Corrida de rua: qualidade de vida e desempenho**. Campinas, 2007. p. 05-23. Disponível em <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HJkOI028LxUJ:www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/%3Fdown%3D000414095+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em 28 de out. de 2018.

GONÇALVES, C. D. C. SANDRA. **Aspectos econômicos da corrida de rua**. Curitiba, 2012. p. 01-20. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/50958/R%20-%20E%20-%20SANDRA%20CRISTINA%20DA%20CUNHA%20GONCALVES.pdf?sequence=1>

&isAllowed=y> Acesso em 19 de out. de 2018.

LIMA, Fabiana Seixas Costa; DO AMARAL DURIGAN, Adriana Nominato. **Perfil e características de treinamento dos praticantes de corrida de rua no município de São José do Rio Preto-SP**. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício (RBPFE), v. 12, n. 77, p. 675-685, 2018. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6852352>> Acesso em 13/10/2020.

MASIERO, Marcos Paulo Bienert. **Fisiomecânica das corridas intervalada e contínua em velocidade associada ao VO2máx**. 2019. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Re, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Cap. 1. Disponível

em:<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202184/001107319.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 out. 2020.



PEREIRA, A. F. H. RICARDO; LIMA, P. WALDECIR. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v.4, n.20, p.116-135. Mar/abr. 2010. Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:6cys03p5BMAJ:www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/download/230/233+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em 25 de out. de 2018.

PULEO, Joe; MILROY, Dr. Patrick. **Anatomia da corrida**: Guia ilustrado de força, velocidade e resistência para corrida. 01. ed. São Paulo: Manole, 2011.

SILVA, José Olímpio Lima. **Impactos do treinamento intervalado no desempenho anaeróbio**: o relacionado à corrida de 400 metros dos cadetes do 2º ano da aman. 2017. Resende, 2017. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1077/1/TCC_2017_C_Inf_OLIMPIO_Impactos_do_treinamento_intervalado_no_desempenho_anaerobio.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.

TRUCCOLO, A. B; MADURO, P. A; FEIJÓ, E. A. **Fatores Motivacionais de adesão a grupos de corrida**. Motriz, v. 14, n.2, p.108-114, 2008.

WALLIMAN, N. **Métodos de Pesquisa**. São Paulo Saraiva, 2015.192 p. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502629857/>> Acesso em 10 de mar. de 2019.

WEINECK, J. **Treinamento Ideal**. São Paulo. Manole, 1999.



O MENINO QUE SOBREVIVEU: UM ESTUDO SOBRE OS ARQUÉTIPOS ENCONTRADOS NO PERSONAGEM HARRY POTTER DE J.K. ROWLING

Ariele Milena Basílio¹
Guidie Elleine Nedochetko Rucinski²
Luane Aparecida de Lima³
Suelen Dulce Franco⁴

RESUMO: O presente artigo foi construído a partir de um estudo sobre os arquétipos encontrados no personagem literário Harry Potter, da série de livros de J.K Rowling. Esta pesquisa teve como objetivo buscar trechos da obra Harry Potter e a Ordem da Fênix que pudessem trazer aspectos psicológicos da personagem principal que se assemelhassem aos arquétipos de Carl G. Jung, bem como relacionar os mesmos com a vida da personagem. Os autores mais utilizados para esta pesquisa foram Hall & Nordby (2014) e Mark & Pearson (2001), que trazem a teoria com mais clareza. A partir das pesquisas realizadas e da análise feita, foi possível compreender que os arquétipos presentes na obra, como o herói, amante, órfão e cuidador, influenciam diretamente sua personalidade, ações, pensamentos e o modo com que ele encara a vida.

PALAVRAS – CHAVE: Arquétipos. Harry Potter. Carl G. Jung. Psicologia analítica.

ABSTRACT: This article was built from a study of the archetypes found in the literary character Harry Potter, from the J.K Rowling book series. This research aimed to seek excerpts from the work Harry Potter and the Order of the Phoenix that could bring psychological aspects of the main character that resemble the archetypes of Carl G. Jung, as well as relate them to the character's life. The most used authors for this research were Hall & Nordby (2014) and Mark & Pearson (2001), who bring the theory more clearly. From the research carried out and the analysis carried out, it was possible to understand that the archetypes present in the work, such as the hero, lover, orphan and caregiver, directly influence their personality, actions, thoughts and the way they face life.

KEYWORDS: Archetypes. Harry Potter. Carl G. Jung. Analytical psychology.

1. INTRODUÇÃO

Após ter sido negada por nove editoras, finalmente em 1997 uma editora aceitou lançar a franquia de livros da saga Harry Potter de J.K Rowling, que ficou mundialmente conhecida como um sucesso dos livros infantis com o lançamento de Harry Potter e a Pedra Filosofal, que teve como início a venda de 70 mil exemplares na Grã-Bretanha, e deu abertura para o lançamento do segundo livro logo em seguida, Harry Potter e a Câmara Secreta (SOUSA; RIOS, 2017). A saga conta com 7 livros, que juntos já contabilizam a venda de mais de 400

¹ Acadêmica do 10º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguacu. União da Vitória/PR, Brasil. E-mail: psi-arielebasilio@uniguacu.edu.br.

² Psicóloga, coordenadora e docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguacu. União da Vitória/PR, Brasil. E-mail: prof_guidierucinski@uniguacu.edu.br.

³ Psicóloga, docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguacu. União da Vitória/PR, Brasil. E-mail: prof_luanelima@uniguacu.edu.br.

⁴ Psicóloga, docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguacu. União da Vitória/PR, Brasil. E-mail: prof_suelenfranco@uniguacu.edu.br.



milhões de exemplares desde o lançamento do primeiro livro em 1997. Republicados e reeditados em diversos países ao redor do mundo, a franquia conta com a tradução dos livros em 67 línguas diferentes. A partir dos livros vieram os oito filmes e outros itens diversos outros produtos. A saga conta até mesmo com um parque de diversões, o The Wizarding World of Harry Potter, na Universal Studios em Orlando nos Estados Unidos, que possui alguns cenários dos filmes, como a Loja de Varinhas Olivaras e o castelo de Hogwarts (SOUSA; RIOS, 2017).

Harry Potter é um menino que ficou órfão com 1 ano de vida e foi deixado na porta da casa de seus tios, que eram a única família que lhe havia sobrado. Harry sempre foi desprezado por eles, que o criaram como um mero empregado da família. Aos 11 anos de idade, acaba descobrindo ser um bruxo e todas as coisas estranhas que aconteceram durante toda a sua infância finalmente tinham uma explicação para terem ocorrido. Junto com essa descoberta, Harry também acaba por saber de algumas coisas do seu passado, como o real motivo da morte de seus pais e de onde havia ganhado a cicatriz em sua testa.

Esta pesquisa visa fazer uma análise dos arquétipos encontrados no enredo da série literária Harry Potter de J.K Rowling, utilizando o volume Harry Potter e a Ordem da Fênix, embasando aspectos psicológicos da personagem principal com base na psicologia analítica, buscando identificar partes da história do personagem que se assemelham aos arquétipos conceitualizados na teoria do psiquiatra Carl Gustav Jung. Esta pesquisa se propõe a responder de que maneira os arquétipos podem influenciar as ações do indivíduo e sua maneira de ver o mundo. Para tanto, conta com um levantamento dos arquétipos encontrados no livro utilizado para a realização da pesquisa, a partir da análise de partes da história do personagem Harry Potter, que contém aspectos semelhantes as características dos arquétipos descritos no referencial teórico deste artigo.

2. A ESTRUTURA DA PERSONALIDADE

A Psicologia Analítica é um termo cunhado pelo psiquiatra suíço, Carl Gustav Jung (1875-1961), para se referir a seu método de interpretar a psique humana. Jung também atribuiu este nome a sua abordagem como uma forma



de diferenciação da metodologia psicanalítica de Sigmund Freud (PIMENTA, 2019). Pimenta (2019) explica que Jung usou sua abordagem para explorar o consciente e o inconsciente em sua totalidade, dando grande importância para as vivências simbólicas pelas quais todas as pessoas passam, não focando apenas na história individual de cada ser humano. Neste sentido, podemos ver a humanidade por meio de olhares diferentes, como o da religião, da arte, da inteligência e várias outras. Jung postulou que todos os indivíduos são influenciados por fatores inconscientes os quais não podem controlar. Estes fatores formam o inconsciente coletivo. No inconsciente pessoal estão contidas todas as nossas primeiras experiências, acontecimentos da primeira infância particularmente causam forte impacto na psique do ser humano (PIMENTA, 2019).

Outro conceito também muito utilizado em sua abordagem, é o conceito de arquétipo, que se refere as experiências que são formadas dentro de alguns padrões conhecidos por algumas sociedades do mundo todo passadas através dos séculos. Estes arquétipos estão presentes no nosso inconsciente coletivo e podem interferir na nossa personalidade, já que dependendo da situação que nos encontramos, eles podem ditar nossos comportamentos e nossas crenças, podendo mexer também com nossas emoções, já que criamos expectativas acerca destes arquétipos (PIMENTA, 2019).

3. O INCONSCIENTE COLETIVO E OS ARQUÉTIPOS

O inconsciente coletivo é, inicialmente, uma parte da psique que pode ser distinguida do inconsciente pessoal porque sua existência não depende de experiências pessoais, já que o inconsciente pessoal é composto por conteúdos que em determinado momento foram conscientes, diferente do inconsciente coletivo, pois seu conteúdo jamais foi consciente durante o período de vida do indivíduo. O inconsciente coletivo é onde as imagens latentes ficam armazenadas, as quais são chamadas de imagens primordiais por Jung, e essas imagens dizem respeito ao desenvolvimento mais primitivo da nossa psique (HALL; NORDBY, 2014). Os conteúdos presentes no inconsciente coletivo não podem ser conquistados de maneira individual, pois nunca sequer estiveram presentes em nossa consciência, então ele é formado sobretudo por arquétipos,



os quais devem sua existência a hereditariedade. Jung defendia sua teoria de que havia em nós um segundo sistema psíquico, que não tem caráter pessoal, apenas coletivo, não se desenvolve individualmente, mas sim com coisas herdadas, constituídas de forma preexistente, arquetípicas, que só conseguem atingir nossa consciência de forma secundária (RIBEIRO, 2020). Os conteúdos presentes no nosso inconsciente coletivo ganharam o nome de arquétipos, que significa um modelo original que comporta outras coisas do mesmo tipo. São universais, todos herdamos as mesmas imagens arquetípicas básicas e cada um deles representa e corresponde a uma circunstância da nossa vida, entendida em nossa mente como um desafio que precisamos conquistar e transformar em conhecimento (HALL; NORDBY, 2014).

Podem ser usados como um elemento ou uma base conceitual que ajudam na compreensão e investigação de todos os tipos de experiências em que a função criativa da imaginação se acha presente. Isso acontece porque o arquétipo se manifesta ou atua de forma simultânea em diversos níveis, sendo como uma imagem, um padrão de percepção, um filtro para a realidade, um afeto ou um impulso. Por exemplo, se um padrão arquetípico materno está crivado na psique, se tem a imagem da mãe, dessa forma existindo uma vontade ou um impulso de comportamentos ou atitudes de cuidar de outras pessoas, dessa forma há uma tendência de perceber o mundo sobre o olhar do cuidado (SERBENA, 2010).

É de grande importância que os arquétipos não sejam vistos como apenas representações desenvolvidas na mente, imagem de alguma lembrança experienciada no passado, ou uma fotografia, mas sim como um negativo que ainda aguarda sua revelação pela experiência (HALL; NORDBY, 2014).

Segundo Mourão (2015) estes arquétipos, sendo imagens primordiais, se encontram com muita frequência na mitologia, nos contos de fada e nas lendas que são populares nas mais variadas culturas. Para o mesmo arquétipo, se tem a possibilidade de existir variações de símbolos a ele associados. Sendo assim, os arquétipos são formas preexistentes que só conseguem ser nomeadas e retratadas a partir do momento em que chegam à consciência através das imagens. A manifestação de um arquétipo é muito pessoal, porém, sua base é igual para todos os indivíduos. Enquanto os arquétipos se desenvolvem, o contexto cultural em que a pessoa está inserida influi de maneira vital, pois os



indivíduos não são desenvolvidos por meio de experiências pessoais, mas sim daquelas que ocorrem no seu ambiente social. Jung fala que essas influências contextuais, culturais e ancestrais, acabam gerando arquétipos que vão se acumulando no inconsciente do sujeito e que podem determinar quase toda a parte do desenvolvimento psíquico (GRATACOS, 2020).

Alguns destes arquétipos são tão importantes para nossa existência e para que a nossa personalidade seja formada, que Jung os descreveu com uma atenção mais especial e a eles deu o nome de persona, anima e animus, a sombra e o eu (HALL; NORDBY, 2014). Hall e Nordby (2014) destacam que mesmo que esses arquétipos sejam constituídos no inconsciente coletivo com estruturas separadas, podem formar combinações, como por exemplo o arquétipo de herói, que será explicado mais adiante, pode se juntar com o demônio, formando alguém como um tipo de “líder implacável”, ou até mesmo os arquétipos de magia e do nascimento. Abaixo serão descritos os principais arquétipos e os que são considerados comuns.

A persona é originária do significado de máscara que é usada por um ator, a qual se permitia interpretar diferentes personagens em uma peça de teatro. Para Jung, a persona se dá quase o mesmo significado, permite que o indivíduo faça uso de um personagem que não necessariamente é ele mesmo e tem o objetivo de ser uma fachada, uma máscara para usar diante da sociedade e ser aceito pelas pessoas (HALL; NORDBY, 2014). Ela inclui todos os elementos inconscientes que o indivíduo usa como formadora da sua imagem para o mundo, os aspectos desse arquétipo estão em consonância com a parte consciente da pessoa, então o sujeito usa como algo que o define.

A anima e animus são arquétipos presentes na nossa face interna, ou seja, aquela que não pode ser vista pelo mundo. A anima seria o lado o feminino da psique do homem, e o animus seria o lado masculino da psique feminina, pois todo indivíduo possui traços e qualidades do seu sexo oposto. Quando essas características permanecem apenas no inconsciente, podem atrapalhar os comportamentos externos de ambos os sexos (Hall & Nordby, 2014). Jung procurou explicar que este arquétipo estabelece seus primeiros padrões nos pais, então para o homem o anima é projetado pela mãe e para a mulher o animus é projetado pelo pai. Estas projeções, mais tarde, serão feitas em futuros parceiros ou parceiras (HALL; NORDBY, 2014). A sombra também é um dos



principais arquétipos encontrados no inconsciente coletivo que representa o inconsciente em sua totalidade, mas também se refere a alguns aspectos da personalidade do sujeito, que é caracterizado por traços e atitudes que o nosso ego consciente não consegue reconhecer como sendo nosso. Ele é muito importante por mostrar que nem todas as disposições psíquicas, tanto pessoais quanto coletivas, são assumidas pelo inconsciente pois não são compatíveis com a personalidade (GRATACOS, 2020). Este arquétipo tem mais natureza animal do que qualquer outro, pois suas raízes são muito profundas na história da evolução, o que o torna o mais perigoso e poderoso arquétipo sendo ele a fonte de tudo aquilo que existe de melhor e de pior dentro de nós, em particular nas relações com as pessoas do mesmo sexo (HALL; NORDBY, 2014).

O self, que é o princípio organizador da personalidade, o principal arquétipo presente no inconsciente coletivo. Aquele que ordena, organiza e unifica, atrai e traz harmonia aos outros arquétipos e como eles atuam no consciente, unindo a personalidade e lhe conferindo o senso de unidade e de firmeza. Ele é responsável por uma pessoa que diz estar de bem consigo mesma e com o mundo ao seu redor, o que significa que ele está fazendo sua função com eficácia. Quando o contrário acontece, ou seja, existe um conflito, algo está fora dos trilhos, é porque ele não está atuando da forma como deveria (HALL; NORDBY, 2014). Segundo Hall e Nordby (2014) todos os indivíduos buscam a autorrealização, o autoconhecimento, o que exige tempo e não é uma tarefa fácil. Para chegar a esta autorrealização é necessário que exista uma cooperação do ego, pois se ele ignora as mensagens que são mandadas do arquétipo self, é impossível existir uma apreciação e compreender esse self. É necessário que tudo se torne consciente para que ocorra o processo de individuação da personalidade.

Segundo Mark e Pearson (2001) o Inocente sempre se mantém extremamente positivo e esperançoso, também são muito bondosos e tem muita pureza, tentando sempre buscar uma terra que seja perfeita onde possam ter uma rotina mais tranquila e alegre, onde as pessoas possam viver livremente conforme suas regras e princípios. O Órfão, também conhecido como o cara comum, é aquela pessoa que se veste com simplicidade e que acima de tudo tenta demonstrar sua igualdade com as outras pessoas para que dessa forma consiga pertencer a algum tipo de grupo. O arquétipo de Herói se caracteriza por



uma pessoa, que quando se encontra em uma situação difícil, ou de injustiça, que diante de uma dificuldade se utiliza disso para ficar ainda mais forte, mais corajoso e que acima de tudo busca lutar e se colocar a frente dos seus amigos para lutar, com o intuito de um mundo melhor e como forma de se provar, superar seus limites. O Cuidador, é uma pessoa que é movida pelo desejo de ajudar o próximo, tem compaixão e grande generosidade, é extremamente altruísta (MARK; PEARSON, 2001).

O Explorador busca por liberdade, está sempre pronto para explorar o mundo para ter uma vida melhor, e esta é uma jornada tanto interna quanto externa. O Rebelde, também pode ser chamado de Fora-da-Lei, possui valores que se dissociam dos da sociedade, está sempre quebrando as regras existentes, como se para provar seus valores e pensamentos diante essas regras. Isso faz com que as pessoas que estão ao seu redor acabem comprando a ideia, como se essa fosse de fato uma percepção mais próxima da realidade e que irá trazer verdadeiras mudanças (MARK; PEARSON, 2001).

A pessoa com arquétipo de Amante busca relações profundas com as pessoas ao seu redor, é um arquétipo que governa todos os tipos de amor humano, dos pais, das amigadas, até os espirituais, sendo o mais importante para o amor romântico. Ele não apenas busca o amor nos outros, mas quer também oferecer o seu amor. Já o Criador é aquele, como o nome do arquétipo já indica, a pessoa que possui vontade e necessidade de inovar, de fazer coisas novas, tem uma imaginação muito fértil (MARK; PEARSON, 2001).

Para Mark e Pearson (2001) o Tolo ou bobo da corte, representa a alegria, diversão. São espontâneos e tem um espírito brincalhão. O Sábio sempre está buscando aprender mais, são muito racionais e sempre seguem a lógica, procuram saber a verdade sobre as coisas e se utilizam de sua inteligência para conseguir compreender o mundo. O Mágico representa a mudança, desejam sempre buscar as leis que fundamentam como as coisas funcionam e então aplicar esses conhecimentos para que coisas aconteçam, buscam transformar e encontrar soluções para as coisas. O Governante é aquele que sempre está no controle das coisas, que é o líder, o guia, o que está geralmente como o comandante das situações, são também tidos como muito responsáveis pelos outros (MARK; PEARSON, 2001). Não é possível falar sobre todos os arquétipos existentes, o próprio Jung falava que existem tantos arquétipos diferentes para



muitas situações típicas da nossa vida, passamos por muitas experiências ao longo de nossa existência, por isso existe uma gama de arquétipos possíveis conforme cada situação, conforme a personalidade da pessoa (HALL; NORDBY, 2014). Estes arquétipos, apesar de serem coletivos, ou seja, universais, cada indivíduo possui suas próprias manifestações destes, correspondendo as percepções singulares da pessoa (JUNG, 1998).

Mediante os arquétipos descritos, para que possamos alcançar o objetivo deste trabalho, que é o de buscar estes arquétipos dentro do mundo de Harry Potter, mais especificamente no personagem Harry Potter, no próximo tópico deste trabalho, iremos conhecer um pouco sobre a autora, a obra e qual o conteúdo encontrado em Harry Potter e a Ordem da Fênix, volume da saga que foi escolhido para esta pesquisa.

4. A HISTÓRIA DO MENINO QUE SOBREVIVEU

Harry Potter é um personagem dos livros infantis de fantasia e ficção da escritora de J.K Rowling. A série conta com sete livros que narram as histórias de aventura do bruxo, que aos 11 anos de idade passa a estudar na maior escola de magia e bruxaria do mundo, Hogwarts. J.K Rowling se formou na Universidade de Exeter, onde estudou francês e línguas clássicas. O conhecimento nos clássicos a ajudou a criar os nomes de alguns feitiços para a série Harry Potter, alguns dos quais são baseados no latim. Em 1990 durante uma viagem de trem de Manchester para Londres, J.K tem a ideia que daria vida ao mundo de Harry Potter (ROWLING, 2016).

Apesar de ter tido seu manuscrito recusado diversas vezes, em 1997 uma pequena editora chamada Bloomsbury Children's Books, aceitou publicar o livro e, desde então, Joanne Kathleen Rowling, passou a usar o codinome J.K Rowling (Rowling, 2016). Abaixo será feito um pequeno e breve resumo de um dos volumes da saga, o qual será utilizado para auxiliar nesta pesquisa. Para tanto, o título literário escolhido para dar vida a este artigo, foi Harry Potter e a Ordem da Fênix.



5. HARRY POTTER E A ORDEM DA FÊNIX

Depois de passar as férias inteiras na casa dos Dursley, Harry é resgatado por aurores, que são responsáveis por investigar crimes que podem estar relacionados com as Artes das Trevas, depois que ele e seu primo Duda são atacados por Dementadores próximo a sua casa. Harry é levado até a Ordem da Fênix, sociedade secreta fundada por Dumbledore para combater o Lord das Trevas (ROWLING, 2003). É expulso por ter usado o feitiço do patrono na frente de um trouxa (quem não é bruxo), mas o Ministério da Magia concorda com um julgamento para inocentá-lo ou não e, com a ajuda de Dumbledore, se prova sua inocência. Ao retornar a Hogwarts, atormentado com o assassinato de Cedrico, ele ainda precisa enfrentar seus colegas que não acreditam no retorno de Voldemort, assim como o ministro da magia, o que acaba afastando Dumbledore do cargo de diretor, pois ele defende o retorno do Lord das Trevas. Coloca-se Dolores Umbridge em seu lugar, que defende o não uso de magia no ensino aprendizagem, acreditando que apenas a teoria basta (ROWLING, 2003).

Revoltados com o novo método de ensino, Harry, Rony e Hermione decidem criar um grupo de alunos interessados em aprender feitiços de defesa, onde Harry seria o professor. Dão a este grupo o nome de A Armada de Dumbledore. Diante disso, inicia-se uma guerra silenciosa entre os que acreditam no retorno de Voldemort e aqueles não. Em meio a isto, Harry começa a ter visões do que a o Lord faz e consegue salvar o pai de Ronald, que é atacado por Naguini, a cobra de Voldemort (ROWLING, 2003).

Voldemort toma consciência dessa conexão entre eles, o que deixa Harry vulnerável, pois o bruxo começa a usar isso contra ele, manipulando sua mente para que ele visse coisas que não eram reais. Voldemort faz Harry acreditar que Sirius está em perigo, então parte com Rony, Hermione e mais alguns amigos, com o intuito de salvar o padrinho, mas na realidade era uma armadilha para que o Lord conseguisse uma profecia importante que se referia a Harry. Sirius descobre que o afilhado está em apuros e vai até ele com a ordem da fênix para ajudá-lo, mas acaba sendo assassinado (ROWLING, 2003). Dumbledore e Voldemort se afrentam em uma batalha entre o bem e o mal, mas o ministro da magia e alguns funcionários chegam no local também, o que faz com que Voldemort fuja. Finalmente o mundo bruxo acredita no retorno do bruxo das



trevas, o que coloca Harry como um herói e faz Dumbledore retornar ao cargo de diretor. Apesar de não ser mais visto como mentiroso, Harry agora precisa aprender a viver com a ausência de seu padrinho, somando mais uma perda em sua vida (ROWLING, 2003).

6. MÉTODO

Esta pesquisa deu-se início com uma pequena explicação sobre a estrutura da personalidade cunhada por Carl Gustav Jung, onde aborda um pouco sobre a Psicologia Analítica e como se relaciona com o funcionamento do ser humano, para que então fosse possível falar sobre o inconsciente coletivo e os arquétipos, os quais são o principal assunto de pesquisa deste artigo.

Os arquétipos que foram abordados são os principais descritos por Jung, sendo a persona, a anima/animus, a sombra e o self. Esta pesquisa também contou com a conceituação dos doze arquétipos comuns, os quais são: inocente, órfão, herói, cuidador, explorador, rebelde, amante, criador, tolo, sábio, mágico e governante, trazendo a perspectiva de outros autores que se basearam na teoria de Jung. Subsequente a isto, foi realizada uma breve explanação sobre o mundo literário de Harry Potter e J.K Rowling, a qual deu vida ao personagem. Fez-se necessário também a colocação de um resumo sobre Harry Potter e a Ordem da Fênix, para introduzir do que se trata a história de vida do personagem principal. Após realizada esta primeira etapa da pesquisa, deu-se início a segunda etapa, que contou com a leitura da obra utilizada na pesquisa, de onde foram observados trechos da história da personagem principal, que possuíssem características que pudessem ser combinadas aos arquétipos. Posteriormente, foi feita a análise das informações coletadas e realizada uma discussão relacionando os dados obtidos com a teoria, elaborada ao longo desta pesquisa.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante também destacar que não foram encontrados quatro dos doze arquétipos comuns no enredo do livro, sendo estes: sábio, explorador, tolo e criador. Foi possível notar que a personagem principal possui um conjunto de arquétipos, os quais estão fortemente relacionados a sua personalidade, sendo



o mais forte deles o arquétipo de herói. Embora não se possa colocar todos os momentos em que o personagem faz o papel de herói, observa-se que Harry exerce o papel de herói desde muito novo, antes de sequer saber sobre sua real história de vida.

Para Mark e Pearson (2001) o arquétipo de herói se configura por alguém que tem a constante necessidade de se provar e superar seus limites. Harry tenta constantemente se provar como um rapaz de coragem em diversas situações, mesmo que exista o medo e a insegurança, ainda sim, faz de tudo para que não ocorram injustiças. Está sempre em busca de um bem maior, pronto para se sacrificar em prol do bem-estar de seus amigos e daqueles que lhe cercam. No arquétipo de herói, Harry é visto como tal desde que ainda era um bebê pelo fato de ter sobrevivido a maldição da qual jamais alguém havia escapado antes. Ao longo de sua história, em vários momentos demonstra intensa coragem e bravura para enfrentar os monstros que o atormentam, não apenas aqueles do mundo real, mas também aqueles que vivem em sua cabeça, que se fazem presentes em sua vida, como o medo, a insegurança, a solidão (ROWLING, 2003).

Conectando o arquétipo de herói com o de injustiçado/inocente, que é aquela pessoa que sempre busca manter a esperança e ser positivo em frente adversidades, por vezes sendo muito bondosos e puros demais (MARK; PEARSON, 2001), apesar desse heroísmo e bravura, estes na maioria das vezes vinham acompanhados de certa inocência por parte de Harry, que acabava por estar sempre envolvido em atos que causavam grande polêmica e lhe traziam consequências não tão favoráveis. Harry carrega a culpa de ter sido o menino escolhido para deter Voldemort, sem nem ao menos ter escolhido tal caminho para sua vida. Apesar disso, ele ainda consegue se manter otimista e acredita que coisas melhores estão por vir, da mesma forma como se mostra o arquétipo de Inocente. Estas características podem servir como ponte até o arquétipo de Órfão/Solitário, o qual também marca uma presença muito forte na vida de Harry, pois ele perdeu seus pais prematuramente, assim como tantas outras pessoas queridas que faziam parte de sua jornada.

O arquétipo de Órfão/Solitário descreve o que está sempre tentando fazer parte de um grupo, estar inserido dentro deste e ser aceito, uma pessoa que tenta ser vista como “o cara comum” (MARK; PEARSON, 2001). Por muitas vezes o personagem teve dificuldade em se sentir parte, em pertencer, desde



sempre foi visto como diferente, “o famoso Harry Potter, o menino que sobreviveu”, àquele ao qual as coisas sempre aconteciam, o que fazia com que as pessoas não lhe quisessem por perto. Isso fazia com que ele se sentisse mais sozinho ainda, pois tudo que queria era ser visto como uma pessoa qualquer, igual a todas as outras.

O que nos leva ao arquétipo de Amante, aquele que gosta de receber amor e dar amor as outras pessoas (MARK; PEARSON, 2001). Observa-se no livro, onde ao final de mais um ano em Hogwarts, depois de passar por mais uma perda muito difícil, de seu padrinho Sirius, o mais próximo que Harry tinha de uma família, ainda sim ele se sente grato por poder se sentir amado em meio a dor e poder dar amor também, algo que nunca vivenciou antes de chegar ao mundo mágico de Hogwarts (ROWLING, 2003).

Este arquétipo é muito necessário na vida do personagem, que passou por muitas perdas e momentos difíceis, o que por muito tempo o fez acreditar ser sozinho no mundo. O arquétipo de amante governa todos os tipos de relações amorosas do ser humano, desde os pais até os amigos (MARK; PEARSON, 2001), e na jornada de Harry os amigos são parte essencial de sua vida, são a família que nunca teve e que o acolheu como um dos seus.

Em tantas situações nos seus anos escolares, o arquétipo de Cuidador/Generoso sempre foi uma das características mais fortes em sua personalidade, mesmo sabendo que sempre se envolveria em confusões, nunca deixou de tomar parte ou de cuidar de seus amigos e colegas. Este arquétipo compõe um indivíduo que é movido pelo desejo de ajudar as outras pessoas, que tem compaixão e generosidade (MARK; PEARSON, 2001). Outro arquétipo identificado na personagem, foi o de Rebelde/Ousado. Harry, que já havia enfrentado tantos inimigos e perigos, para que tivesse tal feito, sempre precisou se rebelar, quebrar regras, pelas quais muitas vezes foi punido.

Este arquétipo também é conhecido como fora-da-lei, uma pessoa que precisa estar constantemente em discordância com as regras da sociedade e que acaba levando outras pessoas a seguirem seus passos por ser alguém com excelente capacidade de mostrar que aquele é o caminho correto para que as coisas sejam resolvidas (MARK; PEARSON, 2001). Essa característica em Harry é algo que ele reproduz de seu pai, Tiago, o qual também foi muito ousado quanto a seguir ordens e regras. Em diversos momentos o personagem aceita



essa rebeldia, como uma forma de ficar próximo do pai que sempre quis ter ao seu lado, mas que foi tirado dele muito cedo. Apesar de ter essas atitudes que remetem ao seu pai, Harry tem sua própria forma de demonstrar este arquétipo, bem como Jung (1998) relata em sua teoria, de que embora os arquétipos sejam universais, ainda assim, cada pessoa os manifesta de formas diferentes conforme suas experiências.

Harry também demonstra diversas vezes o arquétipo de Líder/Governante, aquele que está sempre a frente do grupo, no controle das coisas, aquele que toma decisões e que se sente responsável pelos outros (MARK; PEARSON, 2001) mesmo que, muitas vezes, isso seja muito difícil. Quando resolve dar aulas de magia aos seus colegas, embora inseguro no começo, Harry se mostra um grande líder e professor, aquele em que as pessoas se inspiram e levam como exemplo, pois passou por muitas coisas e teve mais experiências do que todos os seus colegas (ROWLING, 2003).

O último arquétipo encontrado na personagem, foi de Mágico/Sobrenatural, que naturalmente teria que fazer parte da personalidade de Harry, pois, afinal de contas, é um bruxo. Entretanto, Harry não é qualquer bruxo, apesar de não ser muito inteligente nas matérias da escola como Hermione, por exemplo, ele era muito bom com a prática da magia, podendo realizar feitiços que nenhum de seus amigos e colegas jamais conseguira, como o feitiço do Patrono Corpóreo, um dos mais difíceis de serem feitos, principalmente por alunos tão novos quanto Harry (ROWLING, 2003). Este arquétipo representa mudanças, a busca de soluções e transformações para as coisas (MARK; PEARSON, 2001). No caso de Harry, essas mudanças e soluções são utilizadas por meio da magia, a qual ele é muito bom, demonstrando habilidades incomuns para bruxos de sua idade.

No decorrer do enredo é possível perceber outros arquétipos, alguns deles se misturam com os que foram encontrados, como por vezes a insegurança de Harry fez par com atos de coragem, ou sua facilidade com feitiços pôde ser facilmente colocada com o arquétipo de sábio, por exemplo, sendo o Sábio uma pessoa racional e lógica, que busca sempre a verdade para compreender o mundo (MARK; PEARSON, 2001). Embora Harry viva uma luta interna para saber se seus atos e ações partem de si mesmo, ou de sua conexão com o Lorde das Trevas (ROWLING, 2003), ele carrega estes arquétipos dentro



dele, que como Jung (2000) destaca em sua teoria vista no referencial teórico desta pesquisa, moldam a personalidade das pessoas e são características herdadas ao longo do tempo e de suas vivências, o que faz com que a personagem consiga ter uma melhor visão de si próprio e do mundo no qual vive.

Os arquétipos são peças fundamentais para a evolução e as experiências do ser humano, provocando emoções e gerando conexões entre um indivíduo e outro (HALL; NORDBY, 2014). Enquanto esses arquétipos se desenvolvem, o contexto cultural em que a pessoa está inserida pode influenciar de maneira vital, pois os indivíduos são desenvolvidos por meio de experiências que ocorrem no seu ambiente social. Jung fala que essas influências contextuais, culturais e ancestrais, acabam gerando arquétipos que vão se acumulando no inconsciente do sujeito e que podem determinar quase toda a parte do desenvolvimento psíquico (GRATACOS, 2020). Segundo Pimenta (2019) estes arquétipos estão presentes no nosso inconsciente coletivo, e podem interferir na nossa personalidade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que de fato os arquétipos estão presentes no cotidiano das pessoas, influenciando diretamente suas ações, pensamentos, personalidade, dentre tantas outras características presentes na vida do ser humano. Não é à toa que Jung, quando formulou sua teoria, pesquisou mitos e símbolos de diversas culturas diferentes, provando que os arquétipos estão presentes e toda e qualquer sociedade.

Retornando ao personagem principal desta pesquisa, fica perceptível o motivo do enredo da saga ser tão famoso e mundialmente conhecido, pois de certa forma, Harry Potter acaba por demonstrar através dos livros e dos filmes, características e jeitos de ser que dialogam com a personalidade de algumas pessoas, que possuem uma finidade de arquétipos complexos, mas que dão forma e sustentam o cotidiano dos indivíduos. Assim como Harry, os seres humanos também têm atos de heroísmo, bravura, bem como insegurança, medo. Por vezes também são rebeldes e não gostam das regras impostas pela sociedade na qual vivem e se rebelam contra elas. Dão amor e gostam de



receber amor das outras pessoas, cuidado, generosidade, também passam por momentos de solidão e injustiça.

Sendo assim, essa pesquisa se propôs a mostrar como os arquétipos influenciam a vida das pessoas e a forma como agem, pensam, vivem. Harry Potter, apesar de se uma personagem de um mundo completamente mágico e fictício, consegue retratar muito bem os anseios, as angústias, mas também a beleza de ser o que somos, com personalidades e jeitos de ser complexos. Não basta apenas reconhecer os arquétipos, para depois descartá-los como algo qualquer, pois eles constituem um bem maior na psique do ser humano. São como um tesouro no campo dos pensamentos obscuros, pertencendo aos mais supremos valores da alma. Se livrar deles como algo que não significa nada, é de fato uma perda (JUNG, 2000).

REFERÊNCIAS

- GRATACOS, M. **Arquétipos de Jung**: definición, características y tipos. Lifeder, 2020. Disponível em: <https://www.lifeder.com/arquétipos-de-jung/>
- HALL, C.S.; NORDBY, V. J. **Introdução à Psicologia Junguiana**. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 2014.
- JUNG, C.G. **A vida simbólica**: escritos diversos. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JUNG, C.G. **Os arquétipos e o inconsciente**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- MARK, M; PEARSON, C.S. **O herói e o fora-da-lei**: como construir marcas extraordinárias usando o poder dos arquétipos. São Paulo: Cultrix, 2001.
- MOURÃO, H.R. **O que são arquétipos**. 2015. Disponível em: <https://www.fasdapsicanalise.com.br/o-que-saoarquétipos/>
- NASSIF, T. **Harry Potter bate novo bilhão com reabertura de cinemas na China**. In: Veja. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/reabertura-de-cinemas-na-china-faz-harry-potter-bater-novo-bilhao/>
- NASSER, Y.B. d'A.N. **A identidade corpo-psique na psicologia analítica**. In: Estudos e Pesquisas em Psicologia. 10(2), 325-338. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200003&lng=pt&tlng=pt.



PICHATELLI, M. **Carl Gustav Jung: os doze arquétipos comuns.** In: Psicologias do Brasil. 2016. Disponível em: <https://www.psicologiasdobrasil.com.br/carl-gustav-jung-os-doze-arquetipos-comuns/>

PIMENTA, T. **Psicologia Analítica: conheça a abordagem de Jung** - Blog Vittude. Blog Vittude. 2019. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/psicologia-analitica/#:~:text=Psicologia%20analítica%20é%20o%20termo,este%20nome%20à%20sua%20abordagem>

RIBEIRO, P. M. R. **O inconsciente coletivo e a física contemporânea.** 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338318406_O_inconsciente_coletivo_e_a_fisica_contemporanea

ROWLING, J.K. **Harry Potter e a Ordem da Fênix.** Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
ROWLING, J.K. **J.K. Rowling - J.K.** 2016. Disponível em: <https://www.jkrowling.com/about/>

SERBENA, C.A. **Considerações sobre o inconsciente: mito, símbolo e arquétipo na psicologia analítica.** Revista da Abordagem Gestáltica, 2010.16(1), 76-82. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100010&lng=pt&tlng=pt

SOUSA, K.; RIOS, R. **Não haverá uma criança que não conheça seu nome: o crescimento da saga Harry Potter em detrimento dos fãs.** 2017 Intercom, 15. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/44797>



O PAPEL DA FAMÍLIA E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO PLANTÃO PSICOLÓGICO

Lohana Moreira Marques¹
Melannie Bembem Mendes²
Rayssa Kloczko³
Sabrina Rodrigues Surminski dos Santos⁴
M.a Amália Beatriz Dias Mascarenhas⁵

RESUMO: O Plantão Psicológico tem por objetivo estar disponível para receber qualquer pessoa no momento exato de sua necessidade e ajudá-la a elaborar seu sofrimento a partir de seus próprios recursos e, se necessário, realizar encaminhamento para outros serviços. O plantão psicológico pode ser realizado em instituições, escolas, hospitais, clínicas, clínicas-escola, entre outros. Esta prática no campo escolar é uma área de intervenção produtiva, e em se tratando de ambiente escolar, logo vem à tona questões relacionadas à aprendizagem. Diante disto, este artigo é fruto de um projeto que teve o objetivo de promover a modalidade de atendimento plantão psicológico para os alunos, pais e colaboradores de um Colégio da Polícia Militar, localizado no município de União da Vitória - Paraná, oferecendo oportunidade de acolhimento às pessoas com demandas emergenciais no intuito de amenizar possíveis crises e/ou angústias presentes.

PALAVRAS-CHAVE: Plantão psicológico; acolhimento.

ABSTRACT: The goal of the Psychological Out-Patient Service is to be available to receive any person at the exact moment of their need and help them elaborate their suffering based on their own resources and, if necessary, make referrals to other services. Psychological Out-Patient Service can be carried out in institutions, schools, hospitals, clinics, school-clinics, among others. This practice in the school field is a productive area of intervention, and when it comes to the school environment, issues related to learning soon surface. In view of this, this article is the result of a project that had the objective of promoting the modality of psychological attendance on duty for students, parents and collaborators of the 7th Military Police College, located in the city of União da Vitória - Paraná, offering the opportunity to welcome people with emergency demands in order to alleviate possible crises and/or present anxieties.

KEY WORDS: Psychological Out-Patient Service; welcome people.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de um projeto de extensão, o qual teve o objetivo de promover a modalidade de atendimento plantão psicológico para os alunos, pais e colaboradores do 7º Colégio da Polícia Militar, localizado no município de União da Vitória - Paraná, oferecendo oportunidade de acolhimento às pessoas

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu. União da Vitória, Paraná, Brasil, psi-lohanamarques@uniguacu.edu.br.

² Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu. União da Vitória, Paraná, Brasil, psi-melanniemendes@uniguacu.edu.br.

³ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu. União da Vitória, Paraná, Brasil, psi-rayssakloczko@uniguacu.edu.br.

⁴ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu. União da Vitória, Paraná, Brasil, psi-sabrinasantos@uniguacu.edu.br.

⁵ Psicóloga. Mestre do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu. União da Vitória, Paraná, Brasil, prof_amalia@uniguacu.edu.br.



com demandas emergenciais no intuito de amenizar possíveis crises/ angústias presentes.

De acordo com Rebouças e Dutra (2010), o plantão psicológico é caracterizado como um espaço de acolhimento e escuta que difere da psicoterapia pela estrutura, duração e abordagem dos atendimentos. Este serviço tem por objetivo estar disponível para receber qualquer pessoa no momento exato de sua necessidade e ajudá-la a elaborar seu sofrimento a partir de seus próprios recursos e, se necessário, realizar encaminhamento para outros serviços.

Assim, o profissional atua como um facilitador, ao mesmo tempo em que promove a saúde e estimula a prevenção nos diversos locais e instituições onde esta modalidade de atendimentos pode ser ofertada. Os psicólogos estão à disposição das pessoas que procuram espontaneamente o serviço em local, dias e horários pré-estabelecidos (REBOUÇAS; DUTRA, 2010).

A modalidade de atendimento psicológico à queixa escolar atende diversas necessidades dos alunos, professores, colaboradores e os demais envolvidos. Dentro das escolas, as pessoas podem enfrentar problemas relacionados ao emocional, como ter dificuldade para se relacionar socialmente, controlar emoções e se sentir frequentemente ansioso ou deprimido, entre outras demandas. Por isso, é muito importante se atentar à saúde mental tanto de seus alunos quanto de sua equipe de profissionais. Essa modalidade propõe ao plantonista oferecer uma escuta esclarecedora e facilitadora da demanda apresentada. (BEZERRA, 2014)

2. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

Nesta etapa do estudo tem-se a apresentação da pesquisa feita através de levantamento bibliográfico acerca dos sub temas diretamente relacionados com a temática central do artigo, são eles:

- PLANTÃO PSICOLÓGICO;
- PLANTÃO PSICOLÓGICO NAS ESCOLAS;
- PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.



Através desta coleta de informações, tornou-se possível o planejamento da intervenção, bem como da metodologia utilizada na fase prática.

2.1 PLANTÃO PSICOLÓGICO

Rebouças e Dutra (2010) apresentam um breve histórico do plantão psicológico a partir da perspectiva brasileira. Segundo as autoras, a modalidade de atendimento intitulado plantão psicológico surge no Brasil pelo Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) em 1969. Nessa época, tinha como objetivo inicial oferecer um atendimento diferenciado à clientela que procurava o serviço, uma vez que a psicoterapia tradicional possuía longas filas de espera.

Nesse período em que a implementação do Serviço de Aconselhamento Psicológico ocorria, concomitantemente havia a luta pelo reconhecimento da profissão do psicólogo no Brasil e também com o aparecimento da Psicologia Humanista no país. A Psicologia humanista era considerada a “terceira força”, por se opor a psicanálise e o behaviorismo, correntes vigentes na época. O seu principal nome era o psicólogo americano Carl Rogers (REBOUÇAS; DUTRA, 2010; ZANONI, 2008).

Dessa maneira, o plantão psicológico teve grande influência dessa abordagem. Rebouças e Dutra (p.23, 2010) apontam que “o plantão psicológico se baseia no modelo de aconselhamento psicológico proposto por Carl Rogers, o qual, inicialmente, esteve atrelado ao exame da personalidade por meio dos testes psicológicos”. Contudo, Rogers começa a questionar esse modelo e passa a dar mais ênfase “ao cliente e não ao problema, à relação e não ao instrumental de avaliação, ao processo ao invés do resultado” (REBOUÇAS; DUTRA, p. 23, 2010). Logo, o aconselhamento psicológico vai se configurando pela sua abertura para acolher qualquer demanda que se apresente.

Atualmente entende-se como plantão psicológico como uma modalidade de atendimento clínico-psicológico que acolhe a pessoa no exato momento de sua urgência, ajudando-a a lidar melhor com seus recursos e limites. Outrossim, esse tipo de atendimento também é indicado como aberto à comunidade. Assim, o intuito do Plantão Psicológico é propiciar à pessoa uma visão mais clara e abrangente de si e suas perspectivas frente às suas questões, promovendo o



autoquestionamento, o posicionando frente aos seus conflitos e o poder de fazer escolhas (DOESCHER; HENRIQUES, 2012).

Além disso, o plantão psicológico é apontado como uma forma de aprimoramento e aprendizagem ao profissional de psicologia, uma vez que conduz um repensar sobre a ação e formação de profissionais atuantes no setor da saúde, ao problematizar o sofrimento humano, encontrado em diversas situações. Já que a ação interventiva no plantão psicológico ocorre, na maioria das vezes, fora dos consultórios públicos, assim o profissional entra em contato com a experiência do ser humano no mundo, indo para além da prática psicológica no sentido instituído (ZANONI, 2008).

Por conseguinte, o plantão psicológico tem como metas complementares proporcionar à formação do psicólogo um comprometimento com sua postura crítica e investigativa em relação à saúde pública e à produção de saberes e formas de intervenção (ZANONI, 2008).

Dito isso, o Plantão psicológico destaca-se como uma modalidade de atenção psicológica clínica, cuja implementação em contextos institucionais representa uma alternativa às propostas tradicionais, especialmente em relação às psicoterapias de tempo indeterminado. Logo, oferece uma contribuição em termos sociais às práticas psicológicas, além de proporcionar uma oportunidade de aprimoramento dos profissionais (ZANONI, 2008)

2.2 PLANTÃO PSICOLÓGICO NAS ESCOLAS

Bezerra (p. 136, 2014) cita que as práticas em Psicologia no contexto escolar brasileiro, por muito tempo, foram baseadas em um modelo clínico tradicional, que era “individualista, descontextualizado, adaptacionista, acrítico e, por conseguinte, excludente”. Entretanto, essa perspectiva tornou-se ultrapassada para a concepção educacional que passou a vigorar no Brasil a partir da última década do século XX.

Nesse sentido, a Psicologia Escolar precisa inserir-se na escola para compreender e intervir nos processos que constituem as relações escolares, que são formadas por alunos, professores, funcionários, entre outros, cujas escolhas e práticas serão decisivas para o sucesso ou fracasso escolar (BEZERRA, 2014).



Dito isso, Souza *et al* (2019) mostram que o Plantão Psicológico no contexto escolar se faz necessário, uma vez que possibilita a compreensão dos discursos proferidos. Assim, o profissional de psicologia irá ofertar um espaço para a circulação de discursos, já que a ausência dessa circulação acaba comprometendo a concretização dos objetivos institucionais.

Ademais, a eficácia do plantão psicológico é encontrada em diferentes áreas de atuação, como escolas; organizações públicas e privadas; hospital psiquiátrico; clínica escola; instituições socioeducativas; em situações de emergências. Dessa maneira, a flexibilidade do plantão psicológico se adapta a diferentes contextos (CARAFINI; RIBEIRO, 2019)

Ainda sobre o plantão psicológico realizado em escolas, o plantonista deve estar preparado e disponível para receber de maneira acolhedora a vivência vivida pelo aluno, pai ou funcionário, de forma a auxiliá-lo a perceber as várias facetas de sua experiência, consistindo numa postura facilitadora de um processo que é do cliente (SOUZA, et al, 2019).

Souza et al (2019) frisa que a partir do Plantão Psicológico há diversas formas de encaminhamento que podem ser dadas ao cliente, dependendo das particularidades de cada caso: “o sujeito poderá ser encaminhado para um psicólogo clínico [...] ou Orientação Profissional, Avaliação Neuropsicológica ou acompanhamento psicopedagógico” (p. 73). Além disso, há outros profissionais que podem ser requisitados como, “um psiquiatra ou outro profissional da medicina, ou outros profissionais, como: fonoaudiólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, Terapeutas ocupacionais etc.” (p. 73).

Logo, para além da visão estereotipada da psicologia dentro do contexto escolar, que foca nos alunos-problemas, o plantão psicológico na escola tem como objetivo ofertar espaços dialógicos. Esses espaços proporcionam a externalização das angústias e sofrimentos dos sujeitos envolvidos no processo educacional, onde os sujeitos possam externalizar suas angústias e sofrimentos (SOUZA et al, 2019).



2.3 O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A escola e a família são dois atores essenciais para o processo pedagógico. Nesse sentido, nenhum deles pode ser considerado mais importante ou então menos relevante, mas sim, importantes meios de garantir o desenvolvimento de crianças e adolescentes (OLIVEIRA et al, 2020).

Nesse sentido, vale frisar que a família tem sido compreendida como o principal espaço de socialização do ser humano (OLIVEIRA et al, 2020). Pratta e Santos (2007) apontam que a família possui um papel primordial no amadurecimento e desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos. Segundo eles, ela apresenta algumas funções primordiais, as quais podem ser agrupadas em três categorias que estão intimamente relacionadas: funções biológicas (sobrevivência do indivíduo), psicológicas e sociais. Nesse sentido, a relação familiar garante à criança pequena a apropriação de hábitos, culturas e também faz com que a criança consiga sobreviver por meio da atenção de suas necessidades básicas (OLIVEIRA et al, 2020).

Dito isso, uma dinâmica saudável dentro da família possibilita que a criança e o adolescente tenham, além das funções básicas para sua sobrevivência, a garantia de um bom desenvolvimento psicossocial. Logo, os adultos têm um papel essencial neste processo, pois oferecem a base inicial, a bagagem de regras e normas para o social. Ademais, atuam como exemplos de atitudes e comportamentos (PRATTA; SANTOS, 2007).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como quali-quantitativa, exploratória e descritiva (GIL, 1999), tendo em vista a necessidade de levantamento bibliográfico, bem como da análise qualitativa dos dados coletados. Tem-se como ponto de partida o conteúdo dos atendimentos realizados no plantão psicológico em uma escola estadual localizada no município de União da Vitória, no estado do Parana.



Os atendimentos foram realizados pelas acadêmicas de psicologia autoras do presente trabalho, de forma presencial e nas dependências da escola semanalmente nos períodos da manhã e da tarde (segundas e quartas). Além disso, também foram realizados atendimentos a pais e alunos no turno da noite nas dependências de um centro universitário, dois dias por semana (quartas e quintas). Os atendimentos ocorridos no primeiro semestre de 2022 foram efetuados entre 4 de abril e 30 de maio.

No total, foram 24 os alunos atendidos e a maioria deles (15) contou com três atendimentos no plantão psicológico. Dentre as demandas apresentadas por eles, em 12 dos casos a queixa estava relacionada ao núcleo familiar, fato que motivou a construção do presente trabalho e que justifica sua relevância.

TABELA 1: CASOS ATENDIDOS NO PLANTÃO.

TOTAL DE CASOS ATENDIDOS	Nº DE CASOS COM DEMANDAS RELACIONADAS AO NÚCLEO FAMILIAR	Nº DE ORIENTAÇÕES PARENTAIS REALIZADAS
24	13	7

Fonte: As Autoras, 2022.

Durante os atendimentos, buscou-se seguir a estrutura citada por Bezerra e Martins (2007), na qual a primeira sessão é uma entrevista inicial, voltada para o acolhimento da demanda e a detecção da queixa trazida pelo (a) paciente. Caso ele (a) demonstre interesse em retornar, é marcada uma segunda sessão intitulada exploração com profundidade, na qual se desenvolve uma compreensão mais profunda sobre as preocupações que motivaram a busca pelo atendimento, bem como se amplia a compreensão da pessoa atendida sobre a sua própria situação.

Por fim, geralmente, a terceira sessão é a última e nela ocorre a preparação para ação. Dessa forma, procura-se construir planos e estratégias para alcançar os objetivos desejados pelo (a) paciente e estruturar a tomada de

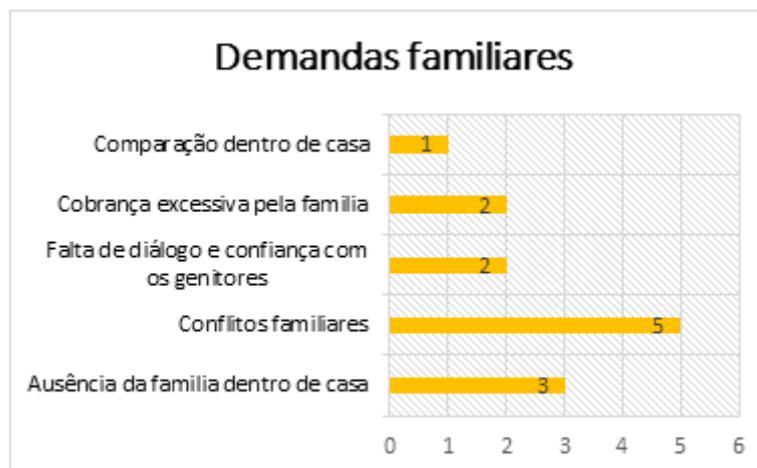
decisão. Também é o momento de encerramento do processo que pode resultar no encaminhamento para a psicoterapia, caso necessário.

Além disso, as acadêmicas também se reuniam semanalmente para discutir os casos atendidos e formular em grupo a melhor forma de conduzir cada um.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme pontuado acima, dos 24 (vinte e quatro) casos atendidos, 13 (treze) apresentaram demanda familiar, as quais variaram em: sentimento de solidão em casa pela ausência familiar; Conflitos familiares; Falta de diálogo entre a família; Falta de confiança com a família; Autocobrança dos genitores; e comparação dentro do ambiente familiar.

A partir das demandas trazidas, pode-se observar 3 (três) queixas em relação ao sentimento de solidão pela ausência da família dentro de casa, 5 (cinco) casos com conflitos familiares, 2 (duas) queixas em relação a falta de diálogo e a falta de confiança, 2 (dois) casos com cobrança excessiva por parte dos genitores e 1 (um) caso de comparação com o irmão.



Fonte: As autoras (2022)

Dessa forma, pode-se observar que mais da metade dos casos atendidos tiveram demandas relacionadas a questões familiares. A família é definida como uma instituição social que está vinculada com o ser humano desde o nascimento, casamento, filiação, cultura e etc (BARRETO; RABELO, 2015). No entanto, a



estrutura familiar muda em cada ambiente, possuindo variáveis econômicas, religiosas e sociais (BARRETO; RABELO, 2015).

O papel dos pais dentro do desenvolvimento da criança e do adolescente vem sendo bastante discutido, contendo como ideia de função principal, a comunicação dos valores morais, considerando, que existem valores universais e que se tornam indispensáveis na vida em sociedade, como o respeito pelo direito do outro para boas relações interpessoais (BARRETO; RABELO, 2015).

Zaneti e Gomes (2011) ressaltam sobre a fragilidades dos pais, os quais não se adequam dentro das novas realidades sociais e acabam produzindo funções parentais vulneráveis, podendo ser percebido em alguns comportamentos como quando não conseguem se manter “firmes” em suas atitudes de disciplina com os filhos, acabam reforçando uma conduta de rebeldia dos mesmos, gerando dificuldade em estipular regras e limites.

Partindo do ponto acima, pode se perceber tais situações nos 5 (cinco) casos de conflitos familiares, onde as brigas entre os filhos e os pais acabavam sendo pela falta ou pelo excesso de limites em casa, promovendo brigas com discussões frequentes, sendo um evento estressor dentro de casa.

Proporcionar uma educação não rígida, que dê maior espaço para a participação da criança na família, promovendo formas de relações mais compreensivas e próximas da mesma, ao mesmo tempo em que reconheçam que a criança em idade precoce precisa ser orientada, em termos de limites, e respeitada dentro de suas possibilidades e capacidades características (ZANETI; GOMES, p. 500, 2011).

Importante salientar que o ambiente em que a criança e o adolescente estão inseridas, facilitam o desenvolvimento dos comportamentos e suas manutenções, uma vez que as atitudes parentais corroboram diretamente na conduta das crianças, além de servirem como modelo (BENITES *et al*, 2021).

Portanto, aspectos como: conflitos no ambiente familiar, naturalização de comportamentos agressivos, disciplina e monitoramento parental instáveis dentro de casa, tendem a aumentar o desenvolvimento de comportamentos externalizantes, como a agressividade (BENITES *et al*, 2021).

Assim sendo, a partir dos casos atendidos, pode-se perceber a importância do diálogo dentro do ambiente familiar, sendo uma peça fundamental para o auxílio nas demandas. Com isso, foram realizadas 7 (sete) orientações parentais com os genitores, buscando a promoção e a compreensão da importância do diálogo dentro de casa.



A orientação parental tem como principal objetivo trabalhar com os pais a construção de habilidades sociais para prevenção de futuros problemas comportamentais, habilitando genitores, educadores, cuidados e responsáveis a serem mais afetivos e assertivos na educação da criança e/ou do adolescente (RODRIGUES, 2019).

Dessa forma, a partir das orientações parentais realizadas, pode-se realizar uma apresentação de novas habilidades e formas dos genitores se portarem dentro de casa em relação ao desenvolvimento de seus filhos, frisando a importância do diálogo e da escuta no ambiente familiar, os momentos de lazer em família, sugerindo assim, dentro das 7 (sete) orientações uma maior flexibilidade por parte dos pais para com seus filhos, trazendo a importância da confiança e conversa no contexto familiar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Plantão psicológico entende-se como uma modalidade de atendimento clínico-psicológico que acolhe a pessoa no exato momento de sua urgência, ajudando-a a lidar melhor com seus recursos e limites. No plantão psicológico que é realizado em escolas, o plantonista deve estar preparado e disponível para receber de maneira acolhedora a vivência vivida pelo aluno, pai ou funcionário, de forma a auxiliá-lo a perceber as várias facetas de sua experiência, consistindo numa postura facilitadora de um processo que é do cliente. O plantão psicológico na escola tem como objetivo ofertar espaços dialógicos. Esses espaços proporcionam a liberação das angústias e sofrimentos dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

Contudo, as acadêmicas do 9º período de psicologia de um Centro Universitário do Vale do Iguaçu promoveram um projeto que teve o objetivo de promover a modalidade de atendimento plantão psicológico para os alunos, pais e colaboradores do 7º Colégio da Polícia Militar, localizado no município de União da Vitória - Paraná, oferecendo oportunidade de acolhimento às pessoas com demandas emergenciais no intuito de amenizar possíveis crises e/ou angústias presentes.

Os acolhimentos realizados seguiram um padrão, seguindo a estrutura citada por Bezerra e Martins (2007), onde inicialmente a entrevista inicial era



focada na demanda e na detecção da queixa trazida pelo (a) paciente. Caso o mesmo demonstrasse interesse em retornar, era marcada uma segunda sessão intitulada exploração com profundidade, na qual se desenvolvia uma compreensão mais profunda sobre as preocupações que motivaram a busca pelo atendimento, ampliando a compreensão da pessoa atendida sobre a sua própria situação.

A realização do presente artigo, juntamente com o projeto de extensão, contribuiu para o desenvolvimento pessoal e profissional das pesquisadoras, que por sua vez, tiveram oportunidade de atendimentos diferenciados, os quais foram compartilhados entre o grupo em reuniões semanais e as demandas foram analisadas com a ajuda de embasamento teóricos que colaboraram com a identificação da melhor forma de trabalhar cada caso.

REFERÊNCIAS

BENITES, Mateus Rebelo; *et al.* Orientação a Práticas Parentais: Descrição de um Programa de Intervenção Individual Breve. **Psicol. Cienc. prof.** **41 (spe3)**. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6RGdYVPjkqNPBXqJdbf5w4v/?lang=pt>. Acesso em 23 de maio de 2022.

BEZERRA, Edson do Nascimento. **Plantão psicológico como modalidade de atendimento em Psicologia Escolar: limites e possibilidades**. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844507008.pdf>. Acesso em: 14 mar. Rio de Janeiro, 2022.

CARAFINI, Tábata Daiana de Matos Pereira; RIBEIRO, Daniela Pereira. **Plantão psicológico no contexto escolar: relato de experiência**. Disponível em: <file:///C:/Users/teste/Downloads/marluce,+Gerente+da+revista,+Plant%C3%A3o+psicol%C3%B3gico+no+contexto.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

DOESCHER, Andréa Marques Leão; HENRIQUES, Wilma Magaldi. **Plantão psicológico: um encontro com o outro na urgência**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 17, n. 4 p. 717-723, out. /dez. 2012

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5a ed. São Paulo: Atlas, 1999.



PAPARELLI, Rosélia Bezerra; NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira Fantini. Psicólogos em formação: vivências e demandas em plantão psicológico. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, n. 1, p. 64-79, 2007.

PRATTA, ELISÂNGELA MARIA MACHADO. SANTOS, MANOEL ANTONIO DOS. **FAMÍLIA E ADOLESCÊNCIA: A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DE SEUS MEMBROS.** DISPONÍVEL

EM:[HTTPS://WWW.SCIELO.BR/J/PE/A/3SGDVZQTVMGB3NMGCQDVBGL/?](https://www.scielo.br/j/pe/a/3sgdvzqtvmb3nmgcqdvbgl/?lang=pt)
LANG=PT. ACESSO EM:29/05/2022.

OLIVEIRA, Daniela Emilena Santiago Dias de et al. **A importância da família para o desenvolvimento infantil e para o desenvolvimento da aprendizagem: um estudo teórico.** Disponível em:https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522115524.pdf. Acesso em 29/05/2022.

REBOUÇAS, Séfora Souza, Melina; DUTRA, Elza. Plantão Psicológico: uma Prática Clínica da Contemporaneidade **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, vol. XVI, núm. 1, pp. 19-28 Instituto de Treinamento e Pesquisa em Gestalt Terapia de Goiânia. Goiânia, 2010.

RODRIGUES, Marcia F. da Silva. **Efeitos de um programa preventivo de Orientação Parental com base em Práticas Positivas: Coletânea de casos.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161655>. Acesso em 25 de maio de 2022.

SOUZA, Lirani Firmo da Costa et al. **O plantão psicológico praticado na escola sob a perspectiva da abordagem centrada na pessoa: uma revisão narrativa.** Ciências Humanas e Sociais, Alagoas, v. 5, n.2, p. 65-78, maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/6618/3355>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

ZANETTI, S. A. S; GOMES, I. C. A “fragilização das funções parentais” na família contemporânea: Determinantes e consequências. **Temas em Psicologia**, 19(2), 491–502. São Paulo, 2011.



ZANONI, Maria Rita de Lima. **Plantão psicológico em um serviço universitário de psicologia: a experiência aprimorada.** Campinas: PUC-Campinas, 2008.



OS EFEITOS AGUDOS DO ALONGAMENTO PRÉVIO NO DESENVOLVIMENTO DE FORÇA MUSCULAR

Gabriela Marés Roveda Hellwinkel¹
Rafael Gemin Vidal²

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo investigar os efeitos do alongamento prévio no desenvolvimento de força muscular, visando identificar qual intervalo entre a sessão de alongamento e a realização do protocolo de força pode ser aplicado em repetições submáximas. Trata-se de uma pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva e comparativa de campo. A amostra do tipo não probabilística intencional foi composta por 12 indivíduos do sexo masculino, ativos e saudáveis, que treinam musculação há mais de 6 meses ininterrupto com frequência mínima de três dias semanais, e não utilizam recursos ergogênicos. O protocolo estabelecido pelo estudo foi realizado em três encontros, sendo que nos dois primeiros foram realizados o teste e re-teste de 10 repetições máximas (10RM) no equipamento cadeira extensora de maneira unilateral, com intervalo de 72h entre eles, para a confirmação da carga utilizada. No terceiro encontro foi realizado o protocolo experimental, onde foi realizado o alongamento da musculatura anterior da coxa antes da realização do exercício. O alongamento utilizado aconteceu com o indivíduo com o joelho apoiado no chão, com o quadril em leve hiperextensão, e o outro membro inferior com o pé apoiado à frente, sendo realizada a flexão de joelho com aplicação de força externa (alongamento estático passivo) na máxima amplitude suportada pelo participante com duração de 20 segundos. Os dados apresentados no atual estudo permitem inferir que o alongamento estático passivo, aplicado de maneira passiva pelo período de 20 segundos, gerou um aumento significativo no número de repetições realizados na cadeira extensora de forma unilateral.

PALAVRAS-CHAVE: Alongamento; força muscular; desempenho; treinamento resistido.

ABSTRACT: This study aims to investigate the effects of previous stretching on the development of muscle strength, aiming to identify which interval between the stretching session and the performance of the strength protocol can be applied in submaximal repetitions. This is an applied, quantitative, descriptive and comparative field research. The intentional non-probabilistic sample was composed of 12 male individuals, active and healthy, who train bodybuilding for more than 6 months without interruption, with a minimum frequency of three days a week, and do not use ergogenic resources. The protocol established by the study was carried out in three meetings, and in the first two, the test and retest of 10 repetitions maximum (10RM) in the leg extensor equipment were carried out unilaterally, with an interval of 72 hours between them, to confirm the load used. In the third meeting, the experimental protocol was carried out, in which the stretching of the anterior thigh muscles was performed before the exercise was performed. The stretching used happened with the individual with the knee resting on the floor, with the hip in slight hyperextension, and the other lower limb with the foot supported in front, with knee flexion with the application of external force (passive static stretching) in the maximum range supported by the participant with a duration of 20 seconds. The data presented in the current study allow us to infer that passive static stretching, applied passively for a period of 20 seconds, generated a significant increase in the number of repetitions performed unilaterally on the extensor chair.

KEYWORDS: Stretching; muscle strength; performance; resistance training.

¹ Licenciada e Bacharel em Educação Física pela Uniguacu. E-mail: edf-gabrielahellwinkel@uniguacu.edu.br.

² Mestre em desenvolvimento e Sociedade pela Uniarp; Graduado em Educação Física pela Uniguacu. E-mail: prof_rafaelvidal@uniguacu.edu.br.



1. INTRODUÇÃO

O treinamento de força, também chamado de treinamento resistido e, popularmente conhecido como musculação, se tornou uma prática comum àqueles que desejam melhorar a aptidão física juntamente com o condicionamento físico (no caso de atletas) e o aumento da massa muscular, auxiliando na saúde e na qualidade de vida. Os termos supracitados são utilizados para descrever um tipo de exercício que exige que a musculatura corporal se movimente contra uma força oposta, a qual é exercida, na maioria das vezes, por um equipamento como tiras elásticas, ou mesmo exercícios com o peso corporal (FLECK; KRAEMER, 2017).

Força muscular pode ser definido como a superação de uma dada resistência pela contração muscular, sendo a força o torque máximo que um grupo muscular ou um músculo pode gerar em uma velocidade específica. Diversos fatores podem influenciar no desenvolvimento de força muscular aplicado ao treinamento resistido, como o número de unidade motoras recrutadas, a co-contração da musculatura antagonista, a taxa de disparo dos órgãos tendinosos de golgi, a área de secção transversa da fibra muscular, e ainda o comprimento do fascículo (fibra muscular) (MCARDLE; KATCH; KATCH, 2015).

Particularmente quando se refere ao comprimento do fascículo, muitos estudos vêm debatendo sobre a possível interferência do treinamento de flexibilidade (alongamento) no desempenho de força muscular. Tricoli e Paulo (2002) encontraram queda significativa na produção de força de membros inferiores em indivíduos treinados após a realização de alongamento estático. Costa *et al.* (2009) encontraram os mesmos resultados nos membros superiores em lutadores de jiu-jitsu. Observa-se, entretanto, que tais estudos utilizaram o alongamento estático imediatamente antes da realização de um teste de força máxima.

Em um estudo longitudinal Tiggemann *et al.* (2016) inferiu que a prática de uma sessão de alongamento previamente ao treinamento de força, não interferiu nos ganhos ao longo de oito semanas. Todavia, ressalta-se que o treinamento com pesos na academia é realizado com cargas submáximas, onde os indivíduos realizam um número maior de repetições a cada série de exercício.



Pensando nisso, Vidal e da Silva Jr (2021) investigaram a influência do alongamento estático prévio a realização de 10 repetições máximas no supino, com diferentes tempos de intervalo entre o alongamento e o teste. Os autores indicaram que dentro de um intervalo de 120 segundos o alongamento pode interferir na produção de força máxima do peitoral. Entretanto, os autores realizaram todos os protocolos no mesmo dia, fato que pode ter interferido nos resultados devido a fadiga acumulativa.

Diante do exposto, o presente estudo apresenta como problema: Quais os efeitos agudos do alongamento prévio no desenvolvimento de força muscular? Portanto, o objetivo deste trabalho é investigar os efeitos do alongamento prévio no desenvolvimento de força muscular, visando identificar qual intervalo entre a sessão de alongamento e a realização do protocolo de força pode ser aplicado em repetições submáximas.

A temática envolvendo o alongamento a o treinamento de força ganha notoriedade, frente a importância do trabalho de ambas as capacidades físicas no desenvolvimento da aptidão relacionado ao desporto, a saúde, redução do risco de lesões e a qualidade de vida. A flexibilidade e o alongamento são de grande importância no treinamento, aumentando a eficiência do movimento, uma vez que o alongamento está relacionado à todas as atividades cotidianas simples.

O presente estudo visa contribuir elucidando a relação alongamento/treinamento de força, a fim de auxiliar os profissionais de educação física no momento da prescrição do treinamento, também, otimizando a prática realizada pelos adeptos ao treinamento resistido.

2. MÉTODO

A pesquisa é caracterizada como aplicada, quantitativa, descritiva e comparativa de campo. A amostra do tipo não probabilística intencional foi composta por 12 indivíduos do sexo masculino, que se enquadraram nos critérios impostos pelo estudo: indivíduos ativos e saudáveis; treinar musculação há mais de 6 meses ininterrupto com frequência mínima de três dias semanais; e não realizar o uso de recursos ergogênicos.



O protocolo estabelecido pelo estudo foi realizado em três encontros, sendo que nos dois primeiros foram realizados o teste e re-teste de 10 repetições máximas (10RM) no equipamento cadeira extensora de maneira unilateral, com intervalo de 72h entre eles, para a confirmação da carga utilizada. No terceiro encontro foi realizado o protocolo experimental, onde foi realizado o alongamento da musculatura anterior da coxa antes da realização do exercício. O alongamento utilizado aconteceu com o indivíduo com o joelho apoiado no chão, com o quadril em leve hiperextensão, e o outro membro inferior com o pé apoiado à frente, sendo realizada a flexão de joelho com aplicação de força externa (alongamento estático passivo) na máxima amplitude suportada pelo participante com duração de 20 segundos.

Para comparar os efeitos do intervalo entre o alongamento e o desempenho de força, a amostra foi dividida de maneira aleatória em três grupos: G10: onde foi realizado o exercício cadeira extensora 10 segundos após o alongamento; G60: foi realizado o exercício cadeira extensora 60 segundos após o alongamento; G120: foi realizado o exercício cadeira extensora 120 segundos após o alongamento. Para efeitos comparativos, o membro contralateral (não alongado) realizou o máximo de repetições no exercício, com intervalo de cinco minutos entre os membros. A escolha do membro que foi alongado se deu de forma randomizada.

Aos dados coletados foi aplicado estatística descritiva, testados quanto a normalidade através do teste Shapiro-Wilk, tabulados e analisados quanto a frequência e significância através do Test t de Student para duas amostras independentes e dados pareados, utilizando o Software BioEstat 5.3, adotando grau de significância de 95% ($p \leq 0,05$), apresentando os efeitos do alongamento em diferentes intervalos através de gráficos em análise comparativa, média e desvio padrão. Quanto encontradas diferenças significativas, foi aplicado o teste d de Cohen para verificar o tamanho do efeito.

Aos indivíduos que aceitaram participar deste estudo foi dada uma explicação verbal sobre os objetivos da pesquisa, bem como um esclarecimento sobre todos os procedimentos que foram realizados, dando-lhes total liberdade e resguardando o sigilo das suas respostas, da sua identidade, assim como a privacidade com seu anonimato. Foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, informado em duas vias, o qual foi assinado tanto pelo

pesquisador quanto pelos colaboradores, firmando assim o vínculo ético necessário para a realização desta pesquisa. A metodologia proposta foi formulada respeitando as resoluções 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e aprovado pelo Núcleo de Ética e Bioética do Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU (Protocolo: 2021/190).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 12 homens, com tempo de prática na musculação de $2,81 \pm 2,47$ anos, massa corporal $77,92 \pm 10,64$ kg, estatura $1,75 \pm 0,03$ cm. A carga média levantada na perna direita foi de $53,75 \pm 7,72$ kg, e na perna esquerda $55,41 \pm 6,89$ kg, sem diferenças significativas entre elas ($p > 0,05$). Os indivíduos foram alocados de maneira randomizada nos três grupos: G10, G60 e G120 que apresentaram homogeneidade na distribuição de dados ($p > 0,05$ para massa corporal, estatura, tempo de treino, e número de repetições realizadas no teste de 10 RM). A carga levantada pelos grupos G60 e G120 foi significativamente maior do que o grupo G10 ($p = 0,0047$ e $p = 0,0431$ respectivamente). Os dados que caracterizam a amostra estão expostos na tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização da amostra

	G10	G60	G120
Massa Corporal (kg)	$73,7 \pm 8,32$	$77,25 \pm 6,5$	$82,82 \pm 13,98$
Estatura (cm)	$1,72 \pm 0,02$	$1,77 \pm 0,05$	$1,76 \pm 0,02$
Tempo de prática (anos)	$2,75 \pm 3,5$	$2,37 \pm 1,79$	$3,32 \pm 2,53$
10 RM Direita			
Repetições	$9,75 \pm 0,5$	$9,75 \pm 1,5$	$9,5 \pm 1,29$
Carga	$46,25 \pm 4,78$	$60 \pm 4,08^*$	$55 \pm 7,07^*$
10 RM Esquerda			
Repetições	$9,5 \pm 1,73$	$10,25 \pm 0,95$	$8,25 \pm 1,25$
Carga	$47,5 \pm 2,88$	$60 \pm 4,08^*$	$58,75 \pm 4,78^*$

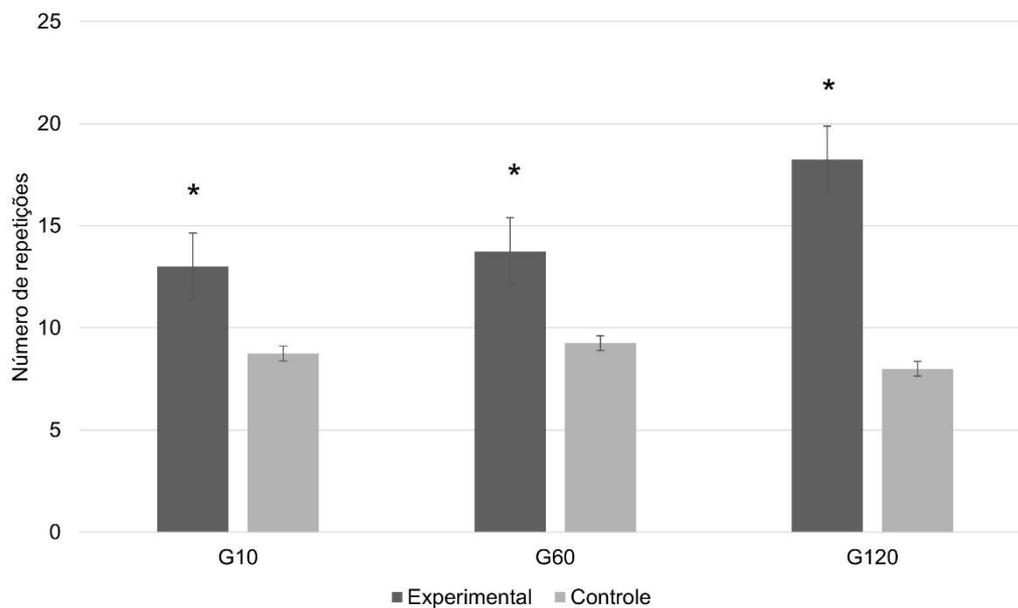
Legenda: * diferença significativa para G10.

Fonte: Os autores, 2022.

Apesar dos dados referentes a carga levantada apresentarem diferenças significativas, não interferiram nos procedimentos adotados na presente pesquisa, tendo em vista que o protocolo submeteu os indivíduos de maneira unilateral, havendo uma comparação intragrupo, e a comparação entre grupos se deu pelo número de repetições.

Quanto ao protocolo experimental todos os grupos realizaram um número maior de repetições na perna que realizou o alongamento, comparado a perna controle (G10: $p=0,0006$; G60: $p=0,0301$; e G120: $p=0,0255$), como apresentado no gráfico 1. Quando comparado o número de repetições realizadas entre os grupos, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

Gráfico 1 – Número de repetições realizadas



Legenda: * diferença significativa ($p<0,05$) para o controle.

Fonte: Os autores, 2022.

Para analisar os efeitos do alongamento no número de repetições, foram comparadas as repetições realizadas com o membro durante o teste de 10 RM (pré) e no dia do protocolo experimental (pós), conforme exposto na tabela 2. Todos os grupos apresentaram um aumento estatisticamente significativo após a realização do alongamento. Ainda, quando testados quanto ao tamanho do efeito (d), a classificação obtida foi muito grande.

Tabela 2 – Efeito do alongamento no número de repetições

	Pré	Pós	p	d	Classificação
G10	9,75 ± 0,5	13 ± 1,41	0,0024	3,57	Muito Grande
G60	9,75 ± 1,5	13,75 ± 3,59	0,0428	1,91	Muito Grande
G120	9,5 ± 1,29	18,25 ± 6,39	0,0374	1,71	Muito Grande

Fonte: Os autores, 2022.

Os dados apresentados no atual estudo permitem inferir que o alongamento estático passivo, aplicado de maneira passiva pelo período de 20 segundos, gerou um aumento significativo no número de repetições realizados na cadeira extensora de forma unilateral.

Uma justificativa para esses achados é indicada por Endlich *et al.* (2009), onde afirma que em certas atividades que envolvam o ciclo alongamento-encurtamento, o músculo será capaz de proporcionar energia potencial aos componentes elásticos da musculatura, beneficiando o desempenho.

Em um estudo que avaliou o número de repetições máximas, Teixeira (2020) não encontrou diferença significativa, sugerindo a hipótese de um possível aumento de desempenho em relação ao comparativo dos protocolos, onde, não se obteve “perda” de força no exercício, mas sim, a não alteração da força.

Resultados diferentes foram encontrados na pesquisa de Vidal e da Silva Jr (2021) no qual foi possível concluir que houve diminuição em relação ao número de repetições pré e pós alongamento, e ainda, que as causas para tal diminuição nas repetições, podem ser justificadas pelo fato dos participantes não estarem acostumados com o alongamento realizado, e pela restrição na circulação do sangue na área alongada.

Já no estudo de Silva e César (2021), indica que a realização do alongamento estático dos isquiotibiais, é capaz de aumentar o número de repetições no exercício cadeira extensora, somado com o aumento de amplitude de movimento no movimento de extensão de joelho com quadril estendido após o alongamento, o que leva a concluir que a melhora do desempenho veio a partir do alongamento, onde, praticantes de treinamento de força, podem utilizar para aumentar o volume do treinamento.



César (2015) analisou o efeito do alongamento estático sobre o desempenho da força de resistência no supino reto, foi possível perceber que duas séries de 30 s de insistência de alongamento, aumentaram significativamente a amplitude de movimento, sem provocar queda no desempenho de repetições máximas ou volume total.

No entanto, na pesquisa de Silveira (2011), apresentou que o alongamento estático não alterou negativamente os níveis de ativação, sugerindo que não houve diferença realizar ou não realizar o alongamento, sendo um resultado conflitante até o presente momento.

Ao que se apresenta no estudo de Valentim-Silva *et al.* (2016), que teve como seu objetivo no estudo examinar se a alta intensidade o exercício tem efeito sobre a flexibilidade muscular e seu efeito de dose, apresentando como resultado que o exercício tem um efeito positivo na flexibilidade muscular, apontando ainda efeitos positivos sobre o alongamento e flexibilidade em outras modalidades esportivas, sendo que o alongamento muscular é frequentemente usado como aquecimento muscular, ou preparação para alguma atividade, normalmente sendo utilizado antes do exercícios.

Ainda há controversas em relação a esse tema, pois, as pesquisas desenvolvidas até o momento apontam resultados conflitantes, não sendo possível afirmar com precisão os reais efeitos que o alongamento estático passivo possa provocar na força muscular durante o treinamento resistido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo estabelecido nesta pesquisa e das informações coletadas, pode-se afirmar os participantes demonstraram aumento significativo no desempenho após a realização do alongamento antes da execução do movimento da cadeira extensora, sendo este efeito classificado como muito grande. Entretanto, não foram apresentadas diferenças entre os protocolos de intervalo, sugerindo que o tempo dado entre a realização do alongamento e do exercício, entre 10 e 120 segundos, não interfere na força produzida.

Contudo, ainda é necessário estudo mais aprofundado, que avaliem os efeitos da frequência, volume, intensidade e outros grupamentos musculares na



realização do alongamento prévio ao treinamento resistido, sendo que a literatura atual diverge nos resultados apresentados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Claudio Gil Soares de. Flexiteste: proposição de cinco índices de variabilidade da mobilidade articular. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 8, p. 13-19, 2002.

CARVALHO, Ana Cristina Gouvêa *et al.* Relação entre flexibilidade e força muscular em adultos jovens de ambos os sexos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 4, p. 2-8, 1998.

CÉSAR, Eurico Peixoto *et al.* Efeito agudo do alongamento estático sobre a força muscular dinâmica no exercício supino reto realizado em dois diferentes ângulos articulares. **Motricidade**, v. 11, n. 3, p. 20-28, 2015.

CHANDLER, T. Jeff; BROWN, Lee E. **Treinamento de força para o desempenho humano**. Artmed Editora, 2009.

COSTA, Eduardo Caldas *et al.* Efeito agudo do alongamento estático no desempenho de força de atletas de jiu-jítsu no supino horizontal. **Fitness & performance journal**, v. 8, n. 3, p. 212-217, 2009.

DE CASTRO LIMA, Reinaldo; LIMA, William Alves. Comparação da força e flexibilidade para membros inferiores em homens e mulheres de acordo com os valores considerados como saudáveis. **RBPFE-Revista Brasileira De Prescrição E Fisiologia Do Exercício**, v. 11, n. 65, p. 196-208, 2017.

DIAS, Henrique *et al.* Number of repetition after different rest intervals between static stretching and resistance training. **Revista andaluza de medicina del deporte**, v. 10, n. 3, p. 132-136, 2017.

DIAS, Raphael Mendes Ritti *et al.* Impacto de oito semanas de treinamento com pesos sobre a força muscular de homens e mulheres. **Revista brasileira de medicina do esporte**, v. 11, p. 224-228, 2005.

ENDLICH, Patrick Wander *et al.* Efeitos agudos do alongamento estático no desempenho da força dinâmica em homens jovens. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 15, p. 200-203, 2009.

FLECK, Steven J.; KRAEMER, William J. **Fundamentos do treinamento de força muscular**. Artmed Editora, 2017.



LOPES, Charles Ricardo *et al.* Efeitos do alongamento passivo no desempenho de séries múltiplas no treinamento de força. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 21, p. 224-229, 2015.

MARCHETTI, Paulo Henrique *et al.* Alongamento intermitente e contínuo aumentam a amplitude de movimento e reduzem a força dos flexores de punho. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 21, p. 416-420, 2015.

MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I. KATCH, Victor L. **Fisiologia do exercício**. Wolters Kluwer Health, 2015.

MOLINARI, Talita *et al.* Adaptações Neuromusculares do alongamento realizado entre as séries no treinamento de força. **RBPFEEX-Revista Brasileira De Prescrição E Fisiologia Do Exercício**, v. 12, n. 73, p. 219-226, 2018.

SILVA, Tamara Karina; CÉSAR, Eurico Peixoto. Efeito agudo do alongamento estático sobre o desempenho e atividade eletromiográfica da musculatura antagonista. **Journal of Physical Education**, v. 1, n. 32, p.1-9, 2021.

SILVEIRA, Reinaldo do Nascimento da *et al.* Efeito agudo do alongamento estático em músculo agonista nos níveis de ativação e no desempenho da força de homens treinados. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 17, p. 26-30, 2011.

SOUZA, Priscila Alves de *et al.* Acute effect of intra-set static stretching on antagonists versus passive interval on the performance of maximum repetitions of agonists in leg extension machine. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v. 22, 2020.

TIGGEMANN, Carlos Leandro *et al.* Efeito do alongamento prévio ao treinamento de força no desempenho de força máxima em homens jovens. **BIOMOTRIZ**, v. 10, n. 1, 2016.

TRICOLI, Valmor; PAULO, Anderson Caetano. Efeito agudo dos exercícios de alongamento sobre o desempenho de força máxima. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 7, n. 1, p. 6-13, 2002.

VALENTIM-SILVA, João Rafael *et al.* High intensity exercise and flexibility of the lower limbs: dose-effect study. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 22, p. 311-314, 2016.

VIDAL, Rafael Gemin; DA SILVA JÚNIOR, Cleiton Dioni Fagundes. Influência do alongamento estático no desempenho de força muscular. **Revista Renovare**, v. 1, 2021.



OS EFEITOS DO TREINAMENTO DA FLEXIBILIDADE NA LOMBALGIA CRÔNICA: UM ESTUDO DE CASO

Airton Felipe Maltauro¹
Rafael Gemin Vidal²

RESUMO: O presente estudo teve como finalidade verificar os efeitos do treinamento e desenvolvimento da flexibilidade em um indivíduo com lombalgia crônica. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, aplicada, quantiquantitativa, exploratória e de campo. A amostra da pesquisa foi um indivíduo do sexo feminino com idade de 47 anos, que exerce função laboral sentado e sedentário. Para avaliação e coleta de dados, foram realizados um pré e pós teste, utilizando o Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO). O instrumento avalia sintomas de dor na região do pescoço, ombro, cotovelo, antebraço, punho/mão/dedo, região dorsal, região lombar, quadril/coxa, joelho, tornozelo/pé. Para avaliar a flexibilidade foi utilizado o flexiteste, onde foram realizados movimentos de flexão de joelho, flexão de quadril, extensão de quadril, flexão de tronco, extensão de tronco e flexão lateral de tronco. A análise e discussão de dados foi realizado por meio de estatística descritiva. Após a realização das sessões de treinamento para flexibilidade, dois dos movimentos analisados atingiram o nível máximo, flexão de quadril e flexão lateral de tronco, apresentando uma melhora de 33,3% e 50%, movimentos que obtiveram nível 0 de flexibilidade no pré-teste, evoluíram para o nível 2 ao final do treinamento, tendo um aumento de 200%. Com relação a percepção de dor do indivíduo, a região lombar apresentou os melhores resultados, saindo de uma escala de nove para um.

PALAVRAS-CHAVE: Flexibilidade. Alongamento. Dor crônica. Lombalgia.

ABSTRACT: This study aimed to verify the effects of training and flexibility development in an individual with chronic low back pain. The research is characterized as a case study, applied, quantitative, exploratory and field. The research sample was a 47-year-old female, who has a sedentary and sedentary job function. For evaluation and data collection, a pre and post test was performed, using the Nordic Musculoskeletal Symptoms Questionnaire (QNSO). The instrument assesses pain symptoms in the neck, shoulder, elbow, forearm, wrist/hand/finger, dorsal region, lower back, hip/thigh, knee, ankle/foot region. Flexitest was used to assess flexibility, in which movements of knee flexion, hip flexion, hip extension, trunk flexion, trunk extension and trunk lateral flexion were performed. Data analysis and discussion was performed using descriptive statistics. After the performance of the training sessions for flexibility, two of the analyzed movements reached the maximum level, hip flexion and lateral trunk flexion, showing an improvement of 33.3% and 50%, movements that obtained level 0 of flexibility in the pre- test, evolved to level 2 at the end of training, with an increase of 200%. Regarding the individual's perception of pain, the lumbar region showed the best results, going from a scale of nine to one.

KEYWORDS: Flexibility. Stretching. Chronic pain. Backache.

1. INTRODUÇÃO

A dor lombar crônica (DLC) ou lombalgia crônica pode ser definida como um desconforto que acomete a região lombar inferior, devido ao mau funcionamento que pode ser caracterizado por uma dor instantânea ou por uma dor aguda prolongada, fazendo-se presente tanto em homens quanto mulheres (MARRAS, 2000). Se trata de uma condição que pode afetar cerca de 65% da

¹ Bacharel em Educação Física pela Uniguauçu. E-mail: felipemaltauro33@gmail.com.

² Mestre em desenvolvimento e Sociedade pela Uniarp; Graduado em Educação Física pela Uniguauçu. E-mail: prof_rafaelvidal@uniguacu.edu.br.



população anualmente e 84% da população em algum período da vida (DA SILVA *et al.*, 2021).

A região lombar acaba sendo mais suscetível ao acometimento de dores devido a sua funcionalidade, pois se trata da estrutura em que mais absorve impactos, tanto do solo quanto do peso do corpo e uma de suas funções é servir de inserção para diversos músculos dos membros inferiores, sendo que qualquer déficit desses músculos possivelmente afetará sua função (SELESIANO *et al.*, 2020).

A DLC pode ter múltiplos fatores contribuintes para o seu desenvolvimento, dentre eles estão condições congênitas, algumas vezes degenerativas, ou ainda advir de movimentos repetitivos no trabalho, posições posturais sentadas ou estáticas e até levantamento de cargas pesadas que sobrecarregam a região lombar (ALMEIDA; KRAYCHETE, 2017). Complementarmente Choratto e Stabille (2003) aponta que fatores psicológicos como a ansiedade, depressão, situações estressantes, estresse mental e insatisfação no trabalho podem acarretar lombalgia.

Dentre os tratamentos propostos para a DLC encontram-se os de ordem farmacológica e/ou cirúrgicos, assim como tratamentos não invasivos como a prática de exercícios físicos visando fortalecer e regulamentar a função lombar. Dentre as intervenções possíveis estão o método *Pilates*, o fortalecimento muscular localizado e programas de alongamento (MACHADO; JOIA, 2020).

Os alongamentos apresentam relevância no que diz respeito à prevenção de lesões e doenças, pois, fortalecem a musculatura e as articulações evitando problemas musculares, tendinosos e circulatórios e ainda contribuem positivamente para a recuperação (GEOFFROY, 2001).

De acordo com Fernandes *et al.* (2002) alongamento pode ser definido como uma tensão aplicada aos tecidos musculares moles, provocando sua extensibilidade, sendo utilizados para aumentar a mobilização articular e diminuir as chances de retrações musculares.

Quando se fala em alongamento, não se deve pensar somente nos músculos, mas que também envolve as articulações, por meio da amplitude do movimento, aumentando a flexibilidade nos tendões que grudam os músculos aos ossos, diminuindo a probabilidade de dores e complicações nas regiões articulares (BRENNAN, 2009).



Frente a temática abordada, questiona-se: Quais os efeitos do treinamento da flexibilidade aplicados em uma pessoa com lombalgia crônica? Portanto, o presente estudo tem como objetivo verificar os efeitos do treinamento de flexibilidade em pessoas com lombalgia crônica. Para responder à questão levantada será elaborado um programa de alongamento que visa desenvolver o complexo sistema muscular que envolve a região lombar.

Os dados do atual estudo visam contribuir a parcela significativa da população acometida pela DLC, apontando os benefícios e métodos do alongamento nestes indivíduos. Ainda, aos profissionais da área, aponta-se a importância do entendimento e tratamento do tema abordado, contribuindo para uma intervenção eficaz.

2. MÉTODO

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, aplicada, quantitativa, exploratória e de campo. A pesquisa contou como participante um indivíduo do sexo feminino com idade de 47 anos, que apresentou como condições iniciais ao procedimento patologias diagnosticadas pela comunidade médica, sendo elas: Artrose; Hipercolesterolemia; Hipertensão arterial sistêmica; Hipotireoidismo; Lombalgia crônica; Síndrome do Túnel do Carpo e; Tratamento pós-trombose.

A pesquisa foi realizada na residência do indivíduo, no período das 18h às 18:45h, com frequência semanal de três dias e duração de 45 minutos cada sessão. O protocolo de intervenção foi realizado durante 8 semanas, totalizando 24 sessões.

O programa de treinamento para flexibilidade utilizou movimentos de maneira passiva, sem aquecimento prévio. Foram trabalhadas as cadeias musculares da região do tronco e membros inferiores, para cada movimento foram realizadas cinco repetições de dez segundos de execução. Os exercícios foram realizados de maneira passiva com o paciente realizando o movimento até a máxima amplitude possível, com o professor auxiliando o aumento da amplitude para o fortalecimento e alongamento da musculatura.

Para a avaliação de resultados da pesquisa foi utilizado o flexiteste (ARAÚJO, 2008). A aplicação do primeiro teste se deu no primeiro dia de



intervenção às 18 horas, no mesmo horário das sessões de treinamento para que o paciente esteja sempre sob as mesmas condições, sem que haja variáveis interferindo na flexibilidade. O re-teste foi aplicado sob as mesmas condições para não haver divergências no resultado. A medida foi feita através da execução lenta do movimento até a obtenção do ponto máximo da amplitude.

Os movimentos trabalhados foram a flexão de joelho, flexão de quadril, extensão de quadril, flexão de tronco, extensão de tronco e flexão lateral de tronco. Para a coleta de dados e resultado, foram tiradas fotos de antes e depois do treinamento comparando com as figuras do flexiteste (escala de 0 a 4) com gráficos e tabelas analisando os resultados após as sessões de treinamento.

Complementarmente foi levantado o relato de sintomas de dores osteomusculares, medido através do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO), versão brasileira traduzida e validada por Pinheiro, Tróccoli e Carvalho (2002). O instrumento avalia sintomas de dor em pescoço, ombro, cotovelo, antebraço, punho/mão/dedo, região dorsal, região lombar, quadril/coxa, joelho, tornozelo/pé.

Aos dados obtidos foi aplicado estatística descritiva, obtendo-se média, desvio padrão e frequência. Os relatos obtidos pelo questionário foram cruzados com as mudanças estatísticas e debatidos com a literatura especializada.

Ao participante que aceitou participar deste estudo foi dada uma explicação verbal sobre os objetivos da pesquisa, bem como um esclarecimento sobre todos os procedimentos realizados, dando-lhes total liberdade e resguardando o sigilo das suas respostas, da sua identidade, assim como a privacidade do seu anonimato. Foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, informado em duas vias, o qual foi assinado tanto pelo pesquisador quanto pelo colaborador, firmando assim o vínculo ético necessário para a realização desta pesquisa. A metodologia proposta foi formulada respeitando as resoluções 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e aprovada pelo Núcleo de Ética e Bioética do Centro Universitário Vale do Iguaçu (Protocolo: 2021/184).

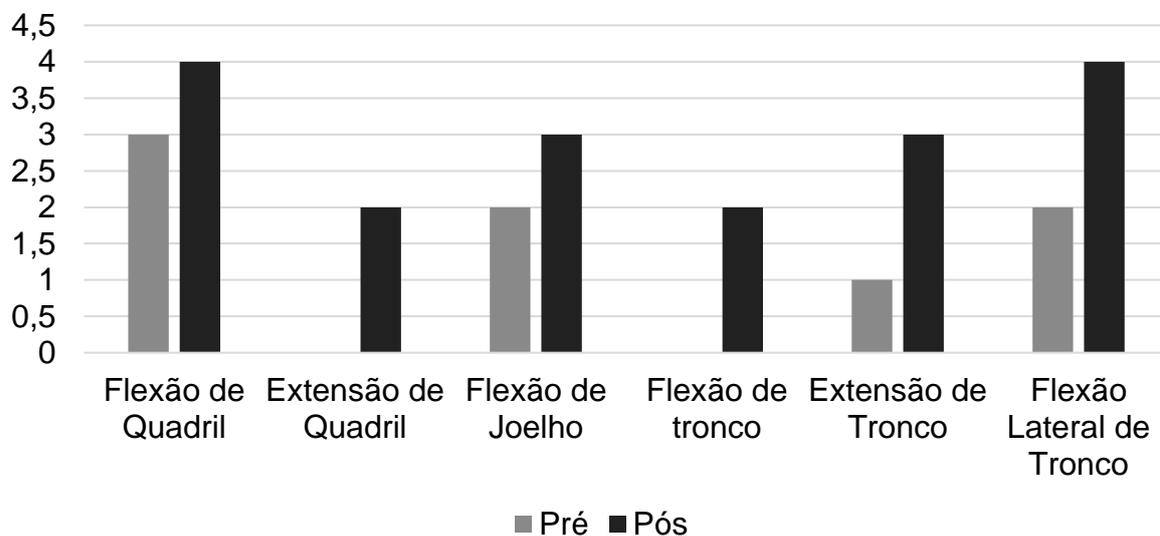
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participou do estudo um indivíduo do sexo feminino, com idade de 47 anos, estatura de 1,64 metros, e massa corporal 82kg. A participante do estudo

exerce função laboral intelectual, e trabalha de forma sentada, com carga horária de 40 horas semanais, ocupando este cargo há sete anos.

A análise inicial da flexibilidade apontou ausência de mobilidade articular ao realizar os movimentos de extensão de quadril e flexão de tronco. Os índices dos demais movimentos estão exposto no gráfico 1. Estes dados eram esperados, frente ao quadro algíco apresentado na região lombar, assim como o tipo de trabalho laboral realizado e o seu nível de atividade física inicial (sedentária).

Gráfico 1 – Índices de flexibilidade



Fonte: Os autores, 2022.

Como é possível observar, houve mudanças positivas em todos os movimentos analisados. Sendo o flexiteste uma escala de 0 a 4, dois dos movimentos analisados atingiram o nível máximo após o programa de flexibilidade, flexão de quadril e flexão lateral de tronco, apresentando uma melhora de 33,3% e 50% respectivamente. Destaca-se que os movimentos que não apresentaram mobilidade no teste inicial, encaixaram-se na escala 2 do teste, apresentando uma melhora de 200%.

Os ganhos em flexibilidade eram esperados no presente estudo, pois como afirma Badaro *et al.* (2007) para ganhos de flexibilidade, os alongamentos são excelentes, sendo que através do alongamento a musculatura responde a tensão por meio de fibras nervosas, se o movimento for realizado entre 10 e 30



segundos na sua máxima extensão, ocorrerá tensão no músculo-tendínea, resultando em ganho de flexibilidade e amplitude de movimento.

Existem estudos com diversas técnicas para o desenvolvimento da flexibilidade, porém, o método que mais se destaca efetivamente são os que utilizam de alongamentos estáticos, onde o indivíduo mantém a posição do movimento por determinado período na sua amplitude máxima (BANDY; SANDERS, 2003).

Os resultados obtidos nesta pesquisa, corroboram com a pesquisa de Silva (2012), onde o autor investigou a relação do alongamento com o aumento da flexibilidade, avaliando 44 indivíduos durante 12 sessões de treinamento, quatro vezes na semana. Como resultado da pesquisa do autor, verificou-se aumento da flexibilidade dos participantes da pesquisa em 21%.

Outro estudo realizado por Sinzato (2013), onde foi utilizado o método de pilates no alinhamento postural e flexibilidade em mulheres, constatou um ganho de 19,1 % na flexibilidade durante 10 sessões de treinamento. Assim como no estudo de Amorim, Sousa e Santos (2011), o qual utilizou alongamentos por meio do método de Pilates em bailarinos durante 11 sessões de treinamento, e verificou ganhos significantes na flexibilidade após as sessões.

A flexibilidade é de suma importância para a realização das tarefas diárias, pois aumenta a quantidade e a qualidade de determinados movimentos, melhorando a postura corporal e ainda previne lesões, devido as ligações tendíneas estarem fortalecidas (BADARO *et al.*, 2007). Tanto para praticantes das mais variadas modalidades esportivas, como para pessoas sedentárias, a flexibilidade assume um importantíssimo papel no que diz respeito ao desempenho esportivo, execução de atividades laborais e diárias, sendo que se a amplitude de movimento articular do indivíduo estiver comprometida, pode haver queda de desempenho, dores, e outros problemas ortopédicos, sendo que algumas destas complicações podem estar relacionadas diretamente como uma má postura e ao nível de flexibilidade, devido ao encurtamento das fibras musculares que sustentam a coluna cervical, como é o caso da lombalgia.

Sendo assim, com base nos resultados desta pesquisa, e comparada com as pesquisas dos autores acima citados, podemos observar uma grande associação da relação que o treinamento de alongamento pode influenciar positivamente a flexibilidade, desenvolvendo-se por meio deste método. Vale

ressaltar, que os percentis de aumento na flexibilidade desta pesquisa, foi maior do que as dos autores citados, essa diferença pode se dar ao fato de terem sido realizadas mais sessões de treinamento (24), e ainda com o fato do indivíduo da pesquisa ser sedentário e trabalhar sentado, o que difere dos indivíduos dos outros estudos, onde eram fisicamente ativos.

Como análise complementar, foram avaliados os sintomas de dor apresentado pela participante, sendo que o somatório de todas as regiões do corpo inicialmente alcançou o índice de 50 e após a aplicação do protocolo de alongamento 12, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Questionário Nórdico Músculo Esquelético

	Escala de dor		
	Pré	Pós	Δ
Pescoço	4	0	4
Ombros	4	1	3
Cotovelos	8	7	1
Punho/Mão	8	0	8
Região torácica	4	1	3
Região lombar	9	1	8
Ancas/coxas	5	0	5
Joelhos	3	1	2
Tornozelos/Pés	5	1	4

Fonte: Os autores, 2022.

Todas as regiões analisadas apresentaram melhora entre o momento pré e o pós. Destaca-se que a região lombar foi a que apresentou as melhores respostas em relação a dor, saindo da escala nove para a escala um.

Indivíduos que exercem função laboral onde permanecem sentados por muito tempo, realizam movimentos repetitivos e carregando cargas pesadas tem grandes chances de adquirir complicações na musculatura bem como na estrutura óssea. Como é o caso do indivíduo da pesquisa, onde ela exerce a função trabalhando sentado o dia todo, favorecendo complicações posturais, implicando em dores, isso agregado ao sedentarismo.



Segundo Brasil (2000) as lesões por esforço repetitivo, podem estar relacionadas com o trabalho, caracterizando-se pelo surgimento de alguns sintomas como: dor, fadiga, sensação de que o corpo está pesado. Isto ocorre, devido a demanda de utilização da musculatura ao exercer a função, sobrecarregando as estruturas anatômicas.

Como relata Almeida e Kraychete (2017), a dor crônica é algo que perdura ao longo do tempo, não tem curta duração, e isso implica em várias complicações na vida do ser humano, desde alterações no sentido físico e fisiológico, como sociológico e psicológico. Como o alongamento contribui contra a inflexibilidade e falta de mobilidade articular, que são fatores que levam a pessoa a sentir dor, deve-se sempre praticar atividade física quando quadros de dores crônicas se instalam.

A perda da mobilidade articular pode ser resultado da falta de flexibilidade e capacidade de movimentar determinada articulação ocasionando dor ao realizar o movimento. No caso da lombalgia, se alguma estrutura anatômica não tiver mobilidade decorrente a alguma lesão, esta estrutura se torna mais enrijecida, trazendo mais resistência ao realizar movimentos (ALMEIDA; JABUR 2007).

De acordo com Almeida e kraychete (2017), a inflexibilidade dos músculos isquiotibiais é compensada pela coluna, fazendo com que ela se sobrecarregue, exercendo mais carga sobre ela. Para combater a lombalgia, o trabalho de desenvolvimento da flexibilidade dos isquiotibiais por meio de alongamento se torna especificamente adequado, pois diminui o estresse causado na coluna. A lombalgia pode ser resultado da falta de mobilidade articular no quadril, e a dor é resultante da carga que fica exercida sobre a coluna, gerando inflamação ao redor das raízes nervosas. Neste caso, o encurtamento dos flexores e da cápsula articular do quadril, fazem com que a região da pelve fique sobrecarregada, comprometendo toda a estrutura atuante na sustentação da coluna, como os músculos abdominais, que ficam enfraquecidos para gerar uma contra força suficiente para a estabilização correta da coluna.

O alongamento e o fortalecimento da musculatura são medidas preventivas e de tratamento contra a dor lombar. Os alongamentos ser um



efetivo tratamento contra a dor lombar, e reduzir o desconforto associado a osteoartrite e cialgia (ALMEIDA; JABUR, 2007).

Os resultados desta pesquisa no que diz respeito a diminuição das dores, fortalecem-se com o estudo de Candotti (2011), onde realizou um trabalho através de alongamentos com 116 trabalhadores de uma instituição bancária, a pesquisa do autor demonstra que 85,3% dos trabalhadores exerciam sua função sentados e 14,7% alternando entre sentado e em pé. Os resultados desta pesquisa constataram que os alongamentos proporcionam mudanças significativas na saúde em geral, afirma o autor.

Um estudo realizado por Puppini *et al.* (2011) avaliou o impacto do alongamento na dor lombar crônica inespecífica, e relatou que ao final de 8 semanas de treinamento, o estudo demonstrou que houve melhor na diminuição da dor, e desenvolvimento da flexibilidade, sendo que a dor mudou de moderada para leve após as sessões de treinamento.

Com base nestes resultados, podemos observar que os alongamentos podem sim contribuir para a diminuição de dores musculares, favorecendo a readaptação funcional da região trabalhada, sendo que o fortalecimento da musculatura e uma boa flexibilidade dos músculos diminui a compressão e o estresse nas articulações, garantindo uma postura correta e boa mobilidade articular, fazendo com que o corpo mantenha sua estrutura conservada, sem precisar que outras estruturas do corpo fiquem sobrecarregadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa, demonstram que exercícios de alongamentos desenvolvem a flexibilidade e conseqüentemente podem reduzir as dores. O indivíduo avaliado teve ganhos de flexibilidade consideráveis e uma significativa redução no índice de dor, principalmente na região lombar. Com isso, percebe-se a importância e o impacto positivo que a prática de atividades físicas surte na vida de um indivíduo, e que a flexibilidade é um importante componente da aptidão física a ser desenvolvido, sendo requisitada desde esportes em que ela tem papel primordial até mesmo sendo necessária em atividades laborais e diárias.



REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Thiago Ayala Melo di; MATIAS, Karinna Ferreira de Sousa. Princípios Fisiológicos do Aquecimento e Alongamento Muscular na Atividade Esportiva. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Goiânia, v. 16, n. 3, p. 230-234, jun. 2010.
- ALMEIDA, Darlan Castro; KRAYCHETE, Durval Campos. Dor lombar-uma abordagem diagnóstica. **Revista Dor**, v. 18, p. 173-177, 2017.
- ALMEIDA, Tathiane Tavares de; JABUR, Marcelo Nogueira. Mitos e verdades sobre flexibilidade: reflexões sobre o treinamento de flexibilidade na saúde dos seres humanos. **Motricidade**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 337-344, 10 jun. 2007.
- AMORIM, Tânia Patrícia; SOUSA, Filipa Manuel; SANTOS, José Augusto Rodrigues dos. Influence of Pilates training on muscular strength and flexibility in dancers. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 17, p. 660-666, 2011.
- ARAÚJO, Claudio Gil Soares de. Avaliação da flexibilidade: valores normativos do flexiteste dos 5 aos 91 anos de idade. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 90, p. 280-287, 2008.
- BADARO, Ana Fátima Viero *et al.* **Flexibilidade versus alongamento: esclarecendo as diferenças. Saúde**, Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 32-36, 2007.
- BANDY, William D.; SANDERS, Bárbara. **Exercício terapêutico: técnicas para intervenção**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Protocolo de investigação, diagnóstico, tratamento e prevenção de lesões por esforços repetitivos: LER/DORT distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho**. Brasília: Ministério da Saúde. 2000.
- BRENNAN, L. **Flexibilidade e Alongamento**. 1ª ed. São Paulo: Ática, p. 125-138, 2009.
- CANDOTTI, Cláudia Tarragô et al. Efeito da ginástica laboral sobre a motivação para a prática regular de atividade física. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 35, n. 2, p. 485-485, 2011.
- CARVALHO, Maria. **Correlação do ângulo da lordose lombar e do ângulo lombo-sacro entre pacientes com lombalgia com diagnóstico de hérnia discal 66 lombar e sujeitos assintomáticos**. São José dos Campos-SP; 2010.



CHORATTO, Renata Maria Giavarina; STABILLE, Sandra Regina. Incidência de lombalgia entre pacientes encaminhados em 2001 a uma instituição privada de saúde para tratamento fisioterápico. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 7, n. 2, 2003.

DA SILVA, Luma Lopes et al. Análise da prevalência de dor lombar associada à atividades ocupacionais: uma revisão integrativa de literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 11729-11743, 2021.

FERNANDES, André et al. **Cinesiologia do alongamento**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

GARCIA, Rafael Chieza Fortes. **A influência da prática do alongamento muscular na prevenção de lesões durante a atividade física militar**. 2008.

GEOFFROY, Christophe. Alongamento para todos. In: **Alongamento para todos**. 2001. p. 251-251.

MACHADO, Cleisiomara Lima Araújo; JOIA, Luciane Cristina. A eficácia da aplicação do método pilates em pacientes com dor lombar crônica. **Hígia-revista de ciências da saúde e sociais aplicadas do oeste baiano**, v. 5, n. 1, 2020.

MARRAS, W. S. Occupational low back disorder causation and control. **Ergonomics**, v. 43, n. 7, p. 880-902, 2000.

OCARINO, J. M. et al. Correlação entre um questionário de desempenho funcional e capacidade física em pacientes com lombalgia. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 13, p. 343-349, 2009.

PINHEIRO, Fernanda Amaral; TRÓCCOLI, Bartholomeu Torres; CARVALHO, Cláudio Viveiros de. Validação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares como medida de morbidade. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, p. 307-312, 2002.

PUPPIN, Maria Angélica Ferreira Leal et al. Alongamento muscular na dor lombar crônica inespecífica: uma estratégia do método GDS. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 18, p. 116-121, 2011.

ROMERO, Jane. **Corpo todo flexível**. 2ª ed. São Paulo: MANOLE, p.22-73, 2012.

RUBIN, Devon I. Epidemiology and risk factors for spine pain. **Neurologic clinics**, v. 25, n. 2, p. 353-371, 2007.



SALESIANO, Centro Universitário Católico *et al.* **Prevalência do déficit de mobilidade de cadeia posterior em pacientes com dor lombar crônica: uma revisão sistemática.** 2020.

SCHRIFIT, Doug. **Everyday Fitness for Seniors.** CreateSpace Independent Publishing Platform, 2013.

SILVA, Eliardo Tavares da. Os exercícios de alongamento e a relação com a flexibilidade. 2012.

SINZATO, Camila Régis *et al.* Efeitos de 20 sessões do método Pilates no alinhamento postural e flexibilidade de mulheres jovens: estudo piloto. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 20, p. 143-150, 2013.



PLANTÃO PSICOLÓGICO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES

Aline Aparecida Gurzinski¹
Aline Aparecida Regodzinski²
Cauane de Fátima Fernandes³
Damaris de Barro Sampaio⁴
Estefani Alves Soares⁵
Amália Beatriz Dias Mascarenhas⁶

RESUMO: O presente artigo busca relatar a experiência de um projeto de extensão universitária do curso de psicologia, onde foi ofertado Plantão Psicológico aos alunos e funcionários de uma escola de ensino fundamental, bem como da faculdade anexa a esta escola, sendo posteriormente aberto para a comunidade local e aos pais dos alunos. O plantão psicológico é uma modalidade de atendimento em psicologia, onde é realizado o aconselhamento psicológico, esse definido como algo breve onde se trabalha com recursos que o paciente já apresenta a partir de sua queixa emergencial. É possível o profissional da psicologia através do seu conhecimento possuir uma visão ampliada a respeito e conseguir lidar com situações de queixas escolares que podem ocorrer inclusive por demanda individual e emergente, requerendo dessa forma do profissional a disponibilidade para o plantão psicológico. No início o projeto apresentou uma baixa aderência, tendo sua procura aumentada após terem sido feitas maiores divulgações e com o auxílio dos encaminhamentos por parte da escola. Entre os assuntos abordados durante os atendimentos se destacam a ansiedade, baixa auto estima, problemas familiares, automutilação, ideação suicida etc., sendo a maioria trazidos por pacientes adolescentes.

PALAVRAS - CHAVE: Plantão psicológico, escola, atendimento emergencial.

ABSTRACT: This article aims to report the experience of a university extension project of the psychology course, where Psychological On Duty was offered to students and employees of an elementary school, as well as the college attached to this school, being later opened to the local community and the students' parents. The psychological shift is a type of psychological care, where psychological counseling is done, defined as something brief where one works with resources that the patient already has from his or her emergency complaint. It is possible for the psychology professional, through his knowledge, to have a broader vision about and be able to deal with situations of school complaints that may occur even by individual and emergent demand, thus requiring from the professional the availability for the psychological shift. The project had a low adherence in its majority, and its demand increased after greater publicity and with the help of referrals from the school. Among the issues addressed during the appointments are anxiety, low self-esteem, family problems, self-mutilation, suicidal ideation, etc., mostly brought by adolescent patients.

KEY - WORDS: On-duty psychological, school, emergency care.

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu, União da Vitória, Paraná, Brasil.

² Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu, União da Vitória, Paraná, Brasil.

³ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu, União da Vitória, Paraná, Brasil.

⁴ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu, União da Vitória, Paraná, Brasil.

⁵ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu, União da Vitória, Paraná, Brasil.

⁶ Mestre em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná. Docente no Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu, União da Vitória, Paraná - Brasil.



1. INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se ao Projeto de Extensão Universitária, caracterizado como um programa destinado a toda a comunidade do Vale do Iguaçu e regiões, com o objetivo de oferecer atendimento psicológico de maneira emergencial, esse definido como plantão psicológico. O projeto teve carga horária de 240 horas, onde 80 horas foram destinadas ao campo de atuação e as demais horas divididas em: Participação em cursos oferecidos pela instituição e cursos externos, reuniões, relatórios semanais, produção de artigo científico e organização de documentação.

O programa de extensão Universitária foi realizado na cidade de Canoinhas –SC, onde as práticas ocorreram nos espaços da Faculdade do Vale do Iguaçu Canoinhas, com atendimentos disponibilizados à comunidade, alunos, pais e funcionários de uma escola municipal, bem como aos alunos e funcionários da faculdade anexa à escola. Como função acadêmica da Universidade, a extensão identifica as necessidades da sociedade e facilita as trocas entre ambas, de modo a oportunizar e integrar os conhecimentos que promovam o benefício da sociedade (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2015).

Ao referir-se ao atendimento psicológico no ambiente escolar, esse torna-se fundamental, visto que as pessoas atendidas pelo plantão psicológico foram na maioria adolescentes. A adolescência é uma fase onde a pessoa pode ser afetada mais intensamente por sentimentos que levam a uma reestruturação da vida em todos os sentidos, e dessa forma o papel do profissional psicólogo (a) seja ajudar o adolescente a distinguir-se dos outros como “si mesmo”, como pessoa livre e responsável por suas escolhas, de modo a formar seu próprio julgamento sobre o mundo (ZANELLA et al., 2013).

As atividades de extensão justificam-se pela necessidade e importância da assistência psicológica terapêutica de maneira pontual e urgente para à comunidade de maneira geral, com foco principal no contexto escolar. Justifica-se também pela importância dos/as estudantes de psicologia romperem e extrapolaram os muros da universidade e adentrar em outros espaços que são fundamentais para uma formação de qualidade, preocupada com o compromisso social. No que se refere a escolha do local, a decisão ocorreu a partir do desejo



das acadêmicas em prestar esse serviço para os públicos já citados, a fim de contribuir com as demandas que vierem a surgir nesse contexto.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 PLANTÃO PSICOLÓGICO

As origens do plantão psicológico remontam aos primeiros dez anos de reconhecimento profissional pelos psicólogos brasileiros, pois constitui uma das práticas mais conhecidas e relatadas nesse contexto, especialmente no atendimento às escolas de psicologia que combinam ensino, pesquisa e extensão comunitária. A proposta de obrigatoriedade psicológica teve início em 1969 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e é uma prática reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia, embora a prática exista no Brasil há mais de 40 anos, a produção científica na região não acompanhou o crescimento proposto para tais serviços e os diferentes que prestam nas universidades, que revelam novas possibilidades de oferta de apoio psicológico em situações de urgência (COMIN, 2015).

Nessa perspectiva contemporânea, fala-se de um novo paradigma clínico que não substitui a psicoterapia, mas constitui uma alternativa à psicoterapia. É considerado uma prática condizente com as necessidades atuais, entendida como um tipo de atendimento psicológico clínico emergencial, aberto à comunidade, e que tem como função proporcionar escuta e acolhimento às pessoas em momentos de crise. Este conselho não tem a intenção de resolver ou aprofundar o "problema" da pessoa, mas de compreender seu momento de sofrimento (CURY, 1999).

No plantão psicológico é realizado o aconselhamento psicológico, esse definido como algo breve onde se trabalha com recursos que o paciente já apresenta. O aconselhamento é um processo interativo caracterizado por uma relação única entre conselheiro e paciente, trata-se de uma experiência que visa ajudar as pessoas a planejar, tomar decisões, lidar com a rotina de pressões e crescer, com o propósito de adquirir uma autoconfiança positiva. É considerado uma relação de ajuda que envolve alguém que busca auxílio, alguém preparado para ajudar, em uma situação que possibilite esse dar e receber apoio (COMIN, 2014).



O processo de aconselhamento é constituído por determinadas etapas, que podem ser variadas conforme abordagens utilizadas, mas são necessárias para uma intervenção bem-sucedida. De acordo com Patterson e Eisenberg (1988), são passos do aconselhamento: Descoberta inicial; Exploração com profundidade; Preparação para a ação; Término do processo. Na descoberta inicial o papel do (a) psicólogo (a) é fazer com que o paciente se sinta à vontade para haver um contato pleno, sincero e profundo. Esse contato é formado a partir de habilidades e características que o profissional deve possuir para uma relação autêntica.

Na exploração com profundidade o objetivo principal é a tomada de consciência, o insight⁷ do paciente. Nessa etapa elementos vão surgindo ao plano mais “consciente”, onde algumas habilidades do profissional psicólogos (a) colaboram significativamente nesse processo, sendo elas: empatia avançada; imediação; confrontação; interpretação e dramatização. Na fase de preparação para a ação é desenvolvido e fortalecido confiança para possibilitar a ação, também testar as alternativas possíveis, onde o conselheiro colabora na estruturação do processo de tomada de decisão. E no término do processo de aconselhamento espera-se que o paciente tenha alcançado mais conhecimento sobre si (PATTERSON; EISENBERG, 1988).

2.1.1 Plantão Psicológico em Instituições de Ensino

O contexto escolar deixou de ser uma instituição inquestionável em seu modo de proceder. Atualmente trata-se de uma complexa rede de relações em que possui características variadas e peculiares, sendo heterogênea em seus discursos e práticas. Havendo essa compreensão, é possível o profissional da psicologia através do seu conhecimento possuir uma visão ampliada a respeito e conseguir lidar com situações de queixas escolares que podem ocorrer inclusive por demanda individual e emergente, requerendo dessa forma do profissional a disponibilidade para o plantão psicológico (BEZERRA, 2014).

De acordo com Bezerra (2014) existe demanda para uma escuta clínica e qualificada no ambiente escolar, na maioria das vezes não com propósitos

⁷Definido na língua inglesa como “a capacidade de entender verdades escondidas” (ABEL, 2003).



psicoterápicos, mas como um espaço de atenção a questões que são emergentes e espontâneas vindas desse contexto. Dessa forma, o fato dos profissionais que realizam o plantão psicológico não serem funcionários da escola permite maior liberdade para abertura de temas pessoais e/ou críticos vindo das pessoas que procuram pelo atendimento.

A psicologia cada vez mais vem ganhando espaço na atuação no âmbito educacional, pois é de muita importância refletir sobre a relevância do plantão dentro das escolas. Os atendimentos auxiliam na compreensão e intervenção dos indivíduos, não só com alunos e sim abrangendo professores e direção e demais colaboradores. Desta forma, a falta de atendimentos ofertados pelo setor público dificulta ainda mais o acesso dos estudantes a atendimentos psicológicos (CAUTELLA, 1999).

O plantão psicológico em diferentes contextos, sendo eles citados neste projeto como em escolas e universidades, reflete uma necessidade contemporânea, onde a psicologia possa por meio de práticas condizentes ter um compromisso com o social e não apenas com modelos teóricos individualistas da clínica tradicional. As estratégias de intervenção voltadas para a realidade social possuem muita relevância e validam o essencial posicionamento ético e político da psicologia (BEZERRA; MOURA; DUTRA, 2021).

3. MÉTODO

A carga horária destinada ao campo de atuação foi dividida em aproximadamente oito horas semanais, onde duas dessas horas foram reservadas para reuniões entre as acadêmicas que fazem parte do grupo do projeto de extensão, para discussões referentes ao andamento dos atendimentos realizados. Dessa forma, seis horas semanais foram atribuídas ao plantão psicológico no ambiente escolar e universitário.

Os atendimentos aconteceram de forma presencial nas dependências da Uniguaçu de Canoinhas, onde teve como público alvo a comunidade em geral, os alunos e funcionários da Faculdade, e os alunos, pais e funcionários da escola. Os dias e horários dos atendimentos foram divididos entre as cinco acadêmicas, sendo: terças-feiras das 13:00 às 15:00, quartas-feiras das 08:00



às 11:45, das 13:00 às 16:00 e das 19:00 as 21:00, e nas quintas feiras das 19:00 às 22:00. Ocorreram alterações conforme necessidade do local e das acadêmicas.

As acadêmicas passaram nas salas de aula da faculdade divulgando o plantão, já na escola foi realizado algumas conversas com a diretora e orientadoras do local, onde as mesmas se disponibilizaram para fazer os encaminhamentos dos alunos interessados. No caso da escola, foi encaminhado um TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) para os pais dos alunos interessados assinarem.

Posteriormente, devido o baixo fluxo de procura pelo atendimento, foi produzido um vídeo explicando o funcionamento do plantão e encaminhado à diretora para que este fosse repassado aos grupos de whatsapp dos pais como uma forma de aumentar a procura pelo atendimento. Também foi divulgado um folheto informativo semanalmente através das redes sociais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao iniciar o projeto de extensão foi perceptível uma baixa procura pelos atendimentos, principalmente pela parte da faculdade. A partir do momento que as divulgações começaram a ser mais frequentes surgiu interesse por parte de algumas pessoas, mas ainda na visão das acadêmicas esse número foi baixo, onde poderia existir mais pessoas que, conforme suas necessidades poderiam usufruir dos atendimentos.

Sobre os atendimentos ofertados a escola, no início das práticas o TCLE (termo de consentimento livre e esclarecido), o qual depende da autorização dos pais para realizar atendimentos com crianças menores, acabou dificultando o correr do plantão, onde segundo a orientadora da escola era encaminhado o termo para os pais das crianças que tinham interesse ao atendimento, mas esse não era assinado.

No entanto, a partir do vídeo encaminhado aos pais explicando o funcionamento do plantão psicológico, alguns deles entraram em contato para saber melhor, outros pedindo para agendar relatando as demandas dos seus filhos e conseqüentemente começou a surgir muita demanda por parte da escola. Porém, segundo informações da equipe escolar, em conjunto com o vídeo, foi



encaminhado o termo para todos os alunos de todas as turmas, sendo aqueles que tiverem interesse deveriam trazer assinado.

Após todas as iniciativas citadas acima, muitos alunos apresentaram o termo assinado, os quais foram encaminhados às acadêmicas, porém conforme a percepção das mesmas, nem todos tinham interesse nos atendimentos. Essa ideia é reforçada pelo fato de em vários atendimentos os alunos relatarem que não sabiam o que estavam fazendo ali naquele momento, alguns revelando que foi a escola que o encaminhou, mas que não gostariam de dar continuidade. Vale ressaltar também que houve procura por atendimentos os quais partiram da vontade própria dos alunos e dos pais. Esses, trouxeram para as sessões questões bem significativas, sendo o plantão eficiente nos casos, de acordo com a evolução percebida no decorrer dos atendimentos

Em relação à procura do plantão pelo público da faculdade, não houve muita abertura por parte dos alunos e nem dos funcionários, mesmo após realizar as apresentações nas salas sobre quais eram os objetivos do plantão e como este funcionaria as pessoas mostram-se desinteressadas. De acordo com o responsável pela faculdade, o mesmo relatou que há tempos percebe que os alunos possuem um receio em relação a outras formas de projetos e/ou atividades que fogem da rotina dentro da faculdade.

Contudo, foi percebido pelas acadêmicas que houve em grande parte uma discrepância entre o objetivo do projeto de extensão com as práticas realizadas. Onde no plantão psicológico deve ser trabalhado em contextos de urgências psíquicas, fornecendo espaço para questões que estejam emergindo no momento, nos quais em média apenas 50% dos atendimentos eram dignos do plantão psicológico (BEZERRA; MOURA; DUTRA, 2021). Mas, vale considerar certamente que esses casos obtiveram melhora significativa em relação às suas demandas.

Algumas das principais demandas atendidas no plantão psicológico dizem respeito à ansiedade, baixa auto estima, problemas familiares, automutilação, ideação suicida e entre outros, sendo a maioria pacientes adolescentes. A adolescência é uma fase na qual a pessoa pode ser afetada mais intensamente por sentimentos que levam a uma reestruturação da vida em todos os sentidos (ZANELLA, 2013).



Na maioria dos atendimentos em que realmente a pessoa estava por vontade própria foi explícito que as sessões surtiram efeito positivo, isso é acentuado por algumas falas relatadas pelas pessoas: “parece que saiu um peso nas minhas costas”; “estou saindo mais leve daqui”; parece que as pessoas não me compreendem igual você”. Em todas as modalidades de atendimento em psicologia, o simples fato de ouvir e estar inteiramente para a pessoa no momento presente já gera um efeito terapêutico de melhora, ou seja, a pessoa se sente acolhida e percebe que sua existência possui valor (BRASIL, 2004).

5. CONCLUSÃO

Levando-se em consideração todos os aspectos mencionados, a prática do projeto de extensão com enfoque no plantão psicológico enfatiza a importância desta modalidade de atendimento como forma de suporte no instante e que há a necessidade por parte da pessoa, este acolhimento torna-se essencial, visto que, na maioria das vezes a pessoa encontra-se afetada e sem saída para seus resolver sozinha seus conflitos.

Tendo em vista todos os aspectos observados, também é importante ressaltar que possivelmente, de acordo com alguns atendimentos realizados, houve uma divergência no entendimento da equipe escolar sobre o objetivo do plantão psicológico. Vale salientar que o papel do profissional psicólogo (a) no âmbito escolar em conjunto com a prática do plantão psicológico não é disciplinar o aluno problema, situação essa que foi interpretada pelas acadêmicas. Contudo, a abertura para realizar o projeto de extensão com esse público em instituição de ensino trouxe muito aprendizado às acadêmicas, de modo a contribuir efetivamente para o desenvolvimento do projeto. As experiências vivenciadas confirmam a relevância da prática do profissional psicólogo (a) em diversos ambientes, bem como na modalidade de atendimento em plantão psicológico.



REFERÊNCIAS

- ABEL, Marcos Chedid. O insight na psicanálise. **Psi. Ciência e Profissão.**, v. 23, n. 04. 2003. Disponível em: < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000100008](https://www.scielo.br/j/pcp/a/p9TLxBXvnmLYgs8N9LTbGSp/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Origin%C3%A1rio%2C%20provavelmente%2C%20do%20escandinavo%20e,(Allen%2C%201990%2C%20p.> https://www.scielo.br/j/pcp/a/p9TLxBXvnmLYgs8N9LTbGSp/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Origin%C3%A1rio%2C%20provavelmente%2C%20do%20escandinavo%20e,(Allen%2C%201990%2C%20p.>. Acesso em: 10 mar. 2022.</p><p>BEZERRA, Edson Nascimento. Plantão psicológico como modalidade de atendimento em Psicologia Escolar: limites e possibilidades. Estud. Pesqui. Psicol., v. 14, n. 01, Rio de Janeiro, abr. 2014. Disponível em: < . Acesso em: 11 mar. 2022
- BEZERRA, Cintia Guedes; MOURA, Kilvia Pereira; DUTRA, Elza. Plantão psicológico online a estudantes universitários durante a pandemia da COVID 19. **Rev. NUFEN.**, V. 13, N. 02. Belém, mai/ago. 2021. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912021000200006&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 15 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno HumanizaSUS: Atenção Hospitalar.** Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- CAUTELLA, W. J. **Plantão Psicológico em hospital psiquiátrico: Novas considerações e desenvolvimento.** In: MAHFOUD, M. *Plantão Psicológico: Novos horizontes.* São Paulo: Editora CI, 1999.
- COMIN, Fabio Scorsolini. **Aconselhamento Psicológico e Psicoterapia: aproximações e distanciamentos. Contextos Clínicos.**, v. 07, jan - jun 2014. Disponível em: < <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2014.71.01> > Acesso em: 10 mar. 2022.
- CURY, V. E. **Plantão psicológico em Clínica Escola.** Em M. Mahfoud (Org.), *Plantão Psicológico: novos desafios* (p. 115-116). São Paulo: Companhia Ilimitada, 1999.
- PATTERSON, L. E.; EISENBERG, S. O processo de aconselhamento. São Paulo, Martins Fontes, 1988.



ZANELLA, Rosana (Org.). et al. **A clínica gestáltica com adolescentes:**
Caminhos clínicos e institucionais. São Paulo, Summus, 2013.



PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A RELAÇÃO ENTRE AUTOESTIMA, RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E ANSIEDADE

Andressa do Rocio Stavasz¹
Silvana Pinheiro dos Santos²
Luane Aparecida de Lima³

RESUMO: A adolescência corresponde a um grupo suscetível a situações que podem gerar consequências negativas na trajetória do desenvolvimento, e devido a isso, deve ser alvo de trabalhos preventivos. Assim, o presente artigo tem como objetivo geral relatar a experiência no estágio do curso de Psicologia - Estágio Ênfase I: Psicologia, Prevenção e Promoção à Saúde, realizado com 43 adolescentes de 12 a 14 anos de uma escola pública do interior do Paraná. Utilizou-se como metodologia a pesquisa-ação, e diante de investigações, foram identificadas como demandas principais a baixa autoestima, déficit em habilidades sociais em relacionamentos interpessoais e ansiedade, os quais foram trabalhados por meio de 3 palestras de psicoeducação. Como resultado apontado pelo questionário realizado, a maior parte dos alunos responderam que as palestras foram "muito úteis" ou "úteis", assim como notou-se a compreensão dos temas pelos alunos, desse modo, conclui-se que a intervenção cumpriu sua proposta em prevenir e promover saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: saúde mental; psicologia; autoestima; habilidades sociais; ansiedade.

ABSTRACT: Adolescence corresponds to a group susceptible to situations that can generate negative consequences in the development trajectory, and due to this, it should be the target of preventive work. Thus, the present article has the general objective to report the experience in the internship of the Psychology course - Internship Emphasis I: Psychology, Prevention and Health Promotion, carried out with 43 adolescents from 12 to 14 years old from a public school in the interior of Paraná. Action research was used as a methodology, and in the face of investigations, low self-esteem, deficit in social skills in interpersonal relationships and anxiety were identified as main demands, which were worked through 3 psychoeducation lectures. As a result pointed out by the questionnaire carried out, most of the students answered that the lectures were "very useful" or "useful", as well as the understanding of the themes by them, in this way, it is concluded that the intervention fulfilled its proposal to prevent and promote mental health.

KEY WORDS: mental health; students; psychology; self esteem; social skills; anxiety.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Matos (2018), a prevenção universal simboliza progresso na sociedade pela sua característica de equidade, a qual possibilita que todas as pessoas possam acessar intervenções que objetivam a melhora na qualidade de vida. Em conformidade a esse propósito, as ações de promoção de saúde

¹ Acadêmica do curso de Psicologia – Centro Universitário do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU – União da Vitória – Paraná – Brasil.

² Acadêmica do curso de Psicologia – Centro Universitário do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU – União da Vitória – Paraná – Brasil.

³ Psicóloga (CRP); Professora do curso de Psicologia e Supervisora do Estágio Ênfase I – Centro Universitário do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU – União da Vitória – Paraná – Brasil.



expressam a finalidade de capacitar os indivíduos a potencializar habilidades de manejo a situações adversas e possibilitar um desenvolvimento positivo.

A partir de estudos realizados durante os anos, evidências encontradas sustentam que a fase da adolescência é um período que favorece o desenvolvimento de problemas de comportamento e emocionais (BARRET, 2010). Além disso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) alerta para o fato de que pelo menos 20% dos jovens e adolescentes possuem em alguma escala um transtorno mental, os quais metade surge aproximadamente aos 14 anos (WHO, 2019). Ainda, considerando o contexto pandêmico atual, Bahn (2019) afirma que as adversidades provocadas pelo vírus da COVID-19 podem gerar repercussões emocionalmente e psicologicamente a longo prazo.

Dessa forma, compreende-se que a adolescência corresponde ser um grupo suscetível a situações que podem gerar consequências negativas na trajetória do desenvolvimento e, devido a isso, deve ser alvo de trabalhos preventivos. Os programas de prevenção e promoção de saúde, de acordo com Barret (2010), elevam a resiliência emocional e favorecem o aprimoramento de habilidades para que os próprios indivíduos consigam enfrentar tais situações adversas, atuando na prevenção do desenvolvimento de transtornos psicológicos.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo geral relatar a experiência no estágio curricular obrigatório do curso de Psicologia Centro Universitário Vale do Iguaçu - Estágio Ênfase I: Psicologia, Prevenção e Promoção à Saúde, realizado com 43 adolescentes de 12 a 14 anos de uma escola pública do interior do Paraná. Por meio de investigações realizadas, encontrou-se demandas referente dificuldades com a autoimagem, relacionamento interpessoal e ansiedade, em que foram trabalhados por meio de palestras e psicoeducação, o qual está relatado a seguir, e posteriormente, realizou-se a análise dos resultados obtidos durante a execução do Estágio.

2. DESENVOLVIMENTO

Segundo Neufeld (2015), a escola corresponde a um ambiente de privilégio para desenvolver estratégias para prevenção e promoção de saúde mental. Ainda, estudos apontam que problemas psicológicos na adolescência



podem continuar presentes na fase adulta (SANTROK, 2014), evidenciando a importância de se trabalhar com essa faixa etária, para prevenir adversidades futuras.

A fase da adolescência refere-se a um período intenso no desenvolvimento no aspecto físico, neuroquímico, cognitivo, emocional e comportamental, demarcando o final da infância e o início da transição para a vida adulta. Os jovens vivenciam também significativas transformações e aprendizados que englobam a esfera socioemocional, como por exemplo, a procura pela própria identidade e a busca por maior autonomia em relação aos pais (NEUFELD, 2015).

De acordo com Santrok (2014), os problemas dos adolescentes e dos adultos emergentes compreende um amplo espectro. Devido a isso, é essencial para os profissionais da psicologia conhecerem de forma profunda as condições que envolvem o desenvolvimento típico dos adolescentes, seja na atuação clínica, escolar ou social. A defasagem de tais saberes pode resultar em uma mistura e patologização em relação a comportamentos ou características que são típicos para essa faixa etária (NEUFELD, 2015).

As demandas dessa etapa do ciclo vital englobam a expansão do convívio social e, por consequência, a desvinculação dos pais, aumento na autopercepção, desenvolvimento de habilidades e competências, e ainda, reconhecimento dos valores e construção da identidade (NEUFELD, 2015). Dentro dessas demandas, existe a questão da autoestima, a qual está relacionada ao valor, apreço e importância dada a si mesmo (FREIRE; TAVARES, 2011). Essa percepção de valoração deriva do autoconceito, construída através de processos cognitivos por meio de fatores internos e externos, gerados a partir da infância (MOYSÉS, 2014).

Assim, a autoestima é uma resposta afetiva com base nesses processos cognitivos, em que habilidades e características próprias são avaliadas, denotando sentimentos de valor sobre aquilo que pensamos a nosso respeito. Em vista disso, podem gerar tantos sentimentos de autoconfiança e competência como de fracasso e incompetência, interferindo na aceitação de si mesmo, na valorização dos outros e na maneira com que as expectativas são projetadas (MOYSÉS, 2014; SCHULTHEISZ e APRILE, 2013). Na adolescência, a autoestima interfere nas transformações que nela ocorrem, tanto físicas, sociais



e emocionais, se relacionando dessa forma com a formação da identidade (FELICIANO, 2010).

Há ainda os processos dos relacionamentos interpessoais, o qual refere-se à relação entre duas ou mais pessoas em diferentes contextos (PACHECO, 2021). Na adolescência ocorrem significativas alterações na esfera interpessoal, de modo que se começa a interagir com outros grupos na sociedade além da família, gerando influência e permitindo o desenvolvimento do adolescente (NOVO, 2013).

Decorrente disso, as amizades se aprofundam e novas formas de se relacionar surgem, como as relações românticas (NOVO, 2013). Dentro desse contexto, nota-se que a temática dos relacionamentos é central e presente na fase em questão, podendo impactar positivamente ou negativamente em suas próprias vidas.

Ainda em relação às demandas da adolescência, há os Transtornos Ansiosos. Dentro do conceito da ansiedade existe um grau normal e adaptativo, que auxilia no preparo e na execução de certas atividades e melhora ou aumenta a cautela diante de situações perigosas. Por outro lado, em níveis elevados pode ser desadaptativa e ser considerada um transtorno (BARNHILL, 2020). Conforme Neufeld (2015, p. 171), “transtornos de ansiedade (TAs) são caracterizados pela experiência de ansiedade ou medo exacerbado desproporcional à -ameaça real apresentada”.

Os TAs são considerados os tipos de transtorno mental mais evidenciados no público jovem, com tendência de iniciar nesta fase. Segundo pesquisas, o desenvolvimento físico e social dado pela puberdade e pela evolução das relações interpessoais favorecem o surgimento dos TAs na adolescência, correspondendo ser um aspecto para atenção (NEUFELD, 2015).

Conforme pesquisas realizadas pelo Search Institute (SANTROK, 2014), quando são oferecidas estratégias aos jovens para lidar com suas diferentes questões, têm-se como resultado menos engajamento em comportamentos de risco. Desse modo, compreendendo que as experiências dessa fase, como as mencionadas, podem impactar de forma significativa a qualidade de vida a longo prazo, é importante que as sociedades junto dos poderes correspondentes promovam experiências saudáveis para influenciar na generalização dos recursos aprendidos nos diversos contextos inseridos (NEUFELD, 2017).



3. MÉTODO

O presente estudo apresenta como instrumento metodológico a pesquisa-ação, que segundo Gil (2008), visa a resolução de um problema coletivo e conta com a participação e cooperação entre pesquisadores e os integrantes do local onde é realizado. Conforme Krafta (2007), este tipo de estudo compõe-se por três práticas principais: a observação, para a coleta de informações que em seguida serão pensadas, exploradas e analisadas, para a partir de sua interpretação, efetivar mudanças que ao final serão avaliadas.

Neste processo realizou-se entrevistas com a pedagoga do local, observação direta com os alunos, e o uso da “Caixa de Sugestão”. Foram evidenciadas as principais demandas neste contexto, sendo elas: baixa autoestima; déficit em habilidades sociais em relacionamentos interpessoais e ansiedade. Para tornar consistente a análise dos resultados, foi realizado um último encontro em que foi distribuído um questionário com perguntas abertas e fechadas relacionadas aos temas trabalhados.

Desse modo, foram propostas três intervenções, com os temas descritos acima, em cada turma em horários acordados com a escola por aproximadamente uma hora e meia cada encontro. Os métodos utilizados partiram de dinâmicas de quebra gelo com a finalidade de descontração e integração do grupo, nivelamento do conhecimento e exposição dialogada com psicoeducação. Também se buscou a aplicação de exercícios práticos e de autorreflexão, objetivando autoconhecimento, treino em habilidades sociais e relaxamento.

Diante disso, participaram da intervenção 43 alunos de ambos os sexos, de duas turmas do 8º ano e 9º ano do Ensino Fundamental de um colégio no interior do Paraná, na faixa etária entre 12 a 14 anos, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

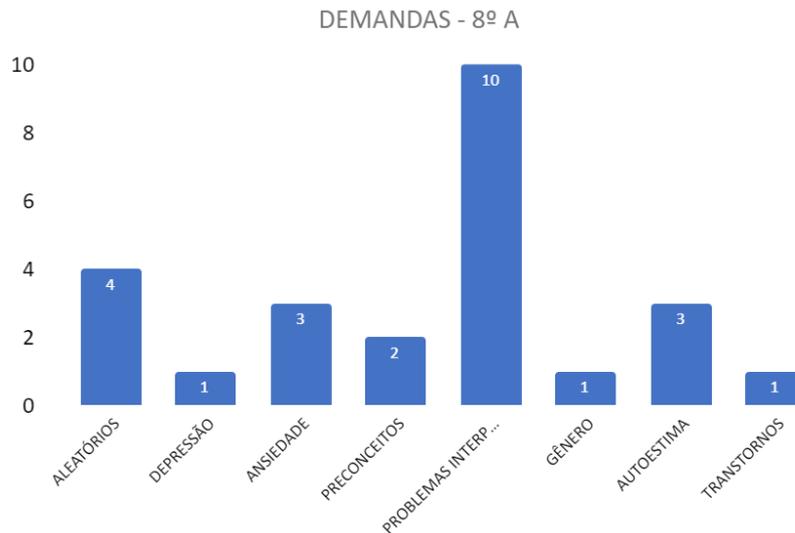
4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

No primeiro momento, realizou-se a coleta de dados com a “Caixa de Sugestões” e a partir da compilação em categorias das respostas informadas pelos alunos das duas turmas, pode-se identificar a demanda principal de ambos



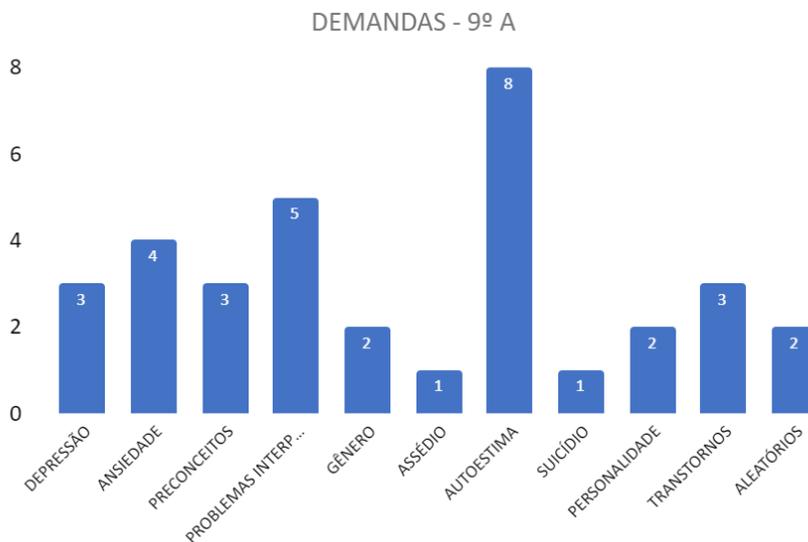
como sendo autoestima, relacionamento interpessoal e ansiedade, exemplificados abaixo.

Gráfico 1 - Resultado da coleta de dados com o 8º A.



Fonte: As autoras, 2022.

Gráfico 2 - Resultado da coleta de dados com o 9º A.



Fonte: As autoras, 2022.

Observa-se que há três temáticas em destaque, em que a turma do 8º ano respondeu “problemas interpessoais” com 40% na pesquisa, seguido de “autoestima” e “ansiedade” com 12%, e tendo a turma do 9º ano obtido com maior porcentagem de resposta “autoestima” (23%), seguido por “problemas



interpessoais” (14%) e “ansiedade” (12%), planejou-se três encontros abordando tais assuntos. Para a intervenção utilizou-se a Psicoeducação, possibilitando, segundo Aaron Beck (2013), uma modificação na maneira de pensar e conseqüentemente, na forma de se comportar e sentir.

A psicoeducação configura-se como um recurso possível de ser adaptado para o âmbito da escola (FAVA; MARTINS, 2016; apud MARTINS; FAUST, 2018). Desse modo, permite o conhecimento de informações envolvidas com uma situação, favorecendo o aumento do repertório e de habilidade necessárias para a enfrentar determinado problema mais efetivamente (KNIJNIK; KUNZLER, 2014). Por isso, utilizou-a para ampliar conceitos em que apontaram necessidade, para assim, contribuir para a reflexão e mudança de comportamento dos alunos.

Nesse contexto, a palestra referente à autoestima pretendeu identificar a percepção que os alunos possuíam da própria autoestima, e ainda, teve como objetivo promover uma capacitação para que os mesmos desenvolvessem uma percepção positiva de si mesmo. Assim, a partir de um questionário contendo cerca de 10 características de autoestima positiva e 10 características de uma pessoa com autoestima negativa, em duas colunas distintas, solicitou-se que os alunos assinalassem os itens de acordo com a identificação ocorrida por eles.

Em relação à turma do 8º ano, 20% destes tiveram mais características de baixa autoestima assinaladas e 80% responderam que se identificaram mais com as características de autoimagem positiva. Já referente à turma do 9º ano, 60,9% dos alunos se identificaram mais com as afirmações negativas sobre si e 39,1% assinalaram mais as características de autoestima positiva. Diante disso, evidenciou-se uma melhor percepção geral na turma do 8º ano, e ainda, o resultado reforçou a necessidade de trabalhar a temática.

Segundo Welles e Marwell (1976; apud GUIMARÃES; MONTEIRO, 2019), a baixa autoestima está associada ao abuso de drogas, violência, gravidez na adolescência, fracasso escolar e problemas psicológicos, como suicídio. Além disso, esse sentimento negativo em relação a si mesmo pode favorecer o desenvolvimento de comportamento de auto sabotagem e elevar a probabilidade do abandono dos próprios objetivos devido à pouca confiança em buscar o que deseja. E ainda, pessoas com um baixo auto estima possuem a



tendência de se distanciar socialmente por sentimentos de inadequação (GUIMARÃES; MONTEIRO, 2019).

Em contrapartida, Branden afirma que a própria percepção se constitui como sendo um forte determinante na capacidade de se manter relações saudáveis, enfrentar as adversidades, ter resiliência e criatividade. Desse modo, aponta-se para a importância da autoestima equilibrada para proporcionar maior felicidade e bem-estar a si mesmo. Complementa-se que tais crenças, valores e sentimentos atribuídos ao próprio indivíduo afetam todos os demais aspectos da vida (GUIMARÃES; MONTEIRO, 2019).

No contexto escolar, a percepção de si enquanto estudante influencia o desempenho, afetando o esforço, a persistência e o nível de ansiedade. Da mesma forma, existe uma relação mútua entre autoestima e desempenho escolar, visto que este último também depende da autoestima construída anteriormente (MOYSÉS, 2014). Expressando diante disso, o motivo fundamental de se intervir com essa temática com os alunos, visto que pode impactar diretamente na qualidade dos estudos.

Além do tema autoestima, abordou-se questões sobre relacionamentos interpessoais, demanda bastante evidenciada principalmente na turma do 8º ano, sendo 40% das respostas. Dessa forma, a intervenção em questão teve foco no treinamento de habilidades sociais de assertividade, fundamentais para a construção de relacionamentos saudáveis, além de explorar os estilos de comunicação agressivo, passivo e assertivo.

Para isso, partiu-se da discussão a respeito de direitos humanos básicos envolvidos diretamente na comunicação, sendo o direito de liberdade e igualdade. Estes direitos foram refletidos considerando a dependência entre eles, visto que conforme o Art. 4º da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, “A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique o próximo...”. Sendo assim, buscou-se esclarecer que a liberdade de expressão se diferencia de ideias preconceituosas, não ferindo assim o direito de igualdade.

A consonância entre tais direitos viabiliza a comunicação assertiva, visto que o interlocutor não viola seus próprios direitos, expõe seu ponto de vista e necessidades, e ao mesmo tempo, permite que o outro também possa se expressar e ser tratado com dignidade e respeito. Em contrapartida, no modelo



agressivo de comunicação, o sujeito faz ameaças e ataques pessoais, resultantes de sentimentos de vulnerabilidade e falta de autoconfiança, o que pode gerar conflitos e inimizades. No tipo passivo, existe a dificuldade em defender interesses, expressar e discordar de opiniões (SILVA, 2014).

Durante estas práticas psicoeducativas, muitos dos discentes demonstraram identificar-se mais com o estilo agressivo e passivo de comunicação, justificando a demanda coletada como “problemas interpessoais”, revelando assim a necessidade de trabalhar a temática. Em vista disso, foram abordados os tópicos: manifestar opinião, concordar e discordar; desculpar-se e admitir falhas; expressar raiva e pedir mudança de comportamento.

Conforme Novo e Carvalho (2013), o desenvolvimento social e acadêmico durante o percurso de vida dos adolescentes é relativa à qualidade dos relacionamentos interpessoais que possui, tanto familiares como com outros pares. Da mesma forma, problemas interpessoais afetam a construção da personalidade e o bem-estar psicológico, influenciando os demais relacionamentos e sua capacidade de integração em diferentes contextos. Sendo assim, a qualidade destas relações está ligada ao sucesso acadêmico e a ausência ou diminuição de fatores indicadores de psicopatologias, influenciando também a autoestima.

O último assunto elaborado com as turmas foi a ansiedade. Para isso, foi apresentado o conceito de ansiedade, diferenciando ansiedade adaptativa e patológica, além dos sintomas envolvidos. Além disso, usando referências teóricas e práticas advindas da Teoria Cognitiva Comportamental (TCC), foram abordados os fatores de manutenção da ansiedade que correspondem a comportamentos de esquiva, de segurança e os pensamentos ansiosos. E ainda, foram expostas formas de enfrentar a ansiedade, como a exposição e respiração diafragmática.

De acordo com Neufeld (2015), o desenvolvimento típico da adolescência auxilia no início intensificado de ansiedade nessa fase, e ainda, complementa que as demais transformações ocorridas fisicamente e socialmente aumentam a probabilidade de taxas elevadas de TAs na adolescência. Desse modo, tendo em vista que esse transtorno é comum, geralmente sendo iniciado na juventude e podendo agravar-se caso não ocorra a identificação e tratamento, evidencia-se a necessidade de intervenções precoces.



É possível perceber, que apesar da temática autoestima, relacionamento interpessoal e ansiedade não estarem diretamente relacionados, os mesmos se complementam. É fundamental possuir uma autoestima equilibrada e uma relação boa consigo mesmo para que o indivíduo se respeite dentro do relacionamento com as outras pessoas, a partir do reconhecimento dos próprios estilos de comunicação, como a passividade, agressividade e assertividade. Ainda, entende-se que há uma possibilidade de resultar um sofrimento psicológico quando uma pessoa não consegue se expressar com o outro, tal como ansiedade.

Referente a isso, Yontef (1988; apud GUIMARÃES; MONTEIRO, 2019) afirma que a autoestima rebaixada é acompanhada por adversidades que impactam na forma da pessoa se comportar em diferentes aspectos, e uma delas é em relação a vergonha de expor a si mesmo, reivindicar seus direitos, de se expressar e de interagir com o outro. Desse modo, podem ser traduzidas como dificuldade nos relacionamentos interpessoais.

Além disso, há diversos aspectos que desconstroem o equilíbrio do indivíduo e que podem produzir baixa autoestima, tais como transtornos psicológicos, lutos, maus tratos, famílias disfuncionais, baixo rendimento escolar, entre outras, das quais o sujeito não detém controle. Ainda, segundo Abreu e Roso (2012, apud GUIMARÃES; MONTEIRO, 2019), vivências de perdas e fracasso na vida podem influenciar na formação de personalidades mais negativistas, tendo maior probabilidade de sofrer de ansiedade social. Desse modo, percebe-se a temática da autoestima como possível de atuar como um fator primário no desenvolvimento de outros sofrimentos, desse modo, sendo um importante ponto a ser abordado e trabalhado.

De acordo com a pesquisa de avaliação final realizada com os alunos, concluiu-se que a intervenção cumpriu sua proposta. No 8º ano, que contou com 16 alunos, 81,25% dos disseram que a palestra sobre autoestima auxiliou na percepção de si mesmo, 50% deles responderam que aprender sobre assertividade os beneficiou com alguma situação que estavam vivenciando. Em relação a intervenção sobre ansiedade, 93,7% dos alunos afirmaram que a exposição os ajudou, 93,7% deles também responderam que irão utilizar o que foi aprendido em suas vidas e por fim, 50% dos alunos assumiram que as palestras foram “muito úteis” e 37,5% disseram que “foi útil”.



Em relação à turma do 9º ano, 82,6% dos alunos responderam que a fala sobre autoestima os auxiliou, 72,7% deles disseram que entrar em contato com o que representa a assertividade foi útil para questões que estavam passando. E ainda, 90,9% dos alunos responderam que aprender sobre ansiedade os favoreceram, e 86,3% deles disseram que irão colocar em prática o que aprenderam, e por fim, 63% deles revelaram que as intervenções foram “muito úteis” e 31,8% expressaram que foi “útil”.

Na análise realizada com as respostas abertas na turma do 8º ano, pode-se verificar sete comentários que insinuam a melhora da autoestima dos alunos. Além disso, houve três respostas que sugerem a autopercepção em relação à autoestima, e ainda, um comentário que sugere ter tido a ansiedade reduzida. Dessa forma, é possível considerar a relação entre autoconhecimento e mudança de pensamento e comportamento, colaborando para a assertividade e para a redução de sintomas ansiosos, justificando a importância de se realizar esse tipo de psicoeducação.

Alguns exemplos que demonstram isso são: *“ajudou a descobrir que minha autoestima que antes era desconhecida e me ajudou a modificá-la” (SIC); “comecei a me achar bonito e descobrir várias qualidades minhas” (SIC); “me descobri e me aceitei” (SIC); “agora eu entendi como aumentar a minha autoestima (SIC) e “agora eu tomo as próprias decisões” (SIC).*

As questões sobre a palestra de autoestima na turma do 9º ano também revelaram autopercepção e autoestima melhorada como resultado, ficando expressos em comentários como *“ela me ajudou a enxergar que minha autoestima é baixa e que eu tenho que parar de me achar insuficiente” (SIC) e “sim por que de lá pra cá eu comecei a cuidar mais de mim e eu percebi que eu era melhor do que pensava” (SIC).*

Em relação a conversação sobre relacionamentos interpessoais e habilidades assertivas de comunicação, ambas as turmas julgaram terem refletido sobre os assuntos, e ainda, que a palestra colaborou para que adotassem uma comunicação mais assertiva. Alguns comentários que revelaram isso foram: *“conhecer mais minhas atitudes” (SIC); “fiquei mais comunicativa” (SIC); “ajudou eu me acertar com a minha irmã” (SIC) e “ajudou a falar com parentes” (SIC).*



O tema ansiedade obteve o maior número de comentários na pesquisa realizada, sustentando a avaliação feita pelas turmas, onde 93,7% dos alunos do 8º ano e 90,9% do 9º ano afirmaram que a exposição os auxiliaram muito. Houveram na primeira turma, muitas respostas se referindo a terem se sentido mais capazes de lidar com as situações estressantes e ansiosas, um comentário a respeito disso e que exprime a mudança de comportamento de evitação para o comportamento de exposição foi: *“para melhorar muitas coisas como apresentar um trabalho”* (SIC). Ademais, uma pessoa mostrou ter se reconhecido como ansioso (a) e outra disse ter se beneficiado com o exercício feito com respiração diafragmática.

Na outra classe os alunos apresentaram opiniões sobre terem se identificado como pessoas com ansiedade, além de apontarem aprovação da prática de respiração. A oportunidade de reduzir a ansiedade através da palestra ficou em destaque na turma em questão, percebidos em seis de onze comentários, onde escreveram como por exemplo: *“o controle das crises/superar”* (SIC); *“se controlar mais”* (SIC); *“me ajudou a controlar a minha ansiedade”* (SIC). Além disso, tiveram duas afirmações demonstrando que entender sobre o tema contribuirá para prestar ajuda a familiares que passam por essa condição: *“pra ajudar meu pai”* (SIC) e *“a controlar a minha ansiedade e ajudar os outros”* (SIC).

Por último, foi solicitado que assinalassem se iriam utilizar os conhecimentos ali compartilhados. No oitavo ano, as respostas positivas estiveram relacionadas principalmente a assertividade e autoestima, de forma que revelaram terem aprendido através dos estilos de comunicação, a reconhecer seus próprios estilos e com isso procurar ter uma comunicação assertiva e empática. Essa tendência a assertividade pode ser relacionada com a melhora da autopercepção e autoestima de alguns alunos, como mencionado no exemplo: *“podemos lidar com qualquer coisa com esses ensinamentos”* (SIC). Esse posicionamento assertivo e a sensação de capacidade é verificada também em outras considerações como *“eu vou comentar com minha família”* (SIC) e *“vou ensinar meus parentes”* (SIC).

De maneira semelhante, na sala do 9º ano muitos discentes trouxeram falas que representam uma perspectiva de mudança de comportamento no que se refere a comportamentos agressivos e passivos, como por exemplo: *“sendo*



mais assertiva e não querendo bater na pessoa” (SIC) e “me expressar mais” (SIC). Além disso, houve uma alegação de que usará os ensinamentos para melhor lidar com ansiedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência desta pesquisa-ação, compreende-se a grande importância de levar às escolas discussões que permitam a reflexão acerca da realidade subjetiva de cada aluno, de forma que, conforme Freire (1979), através da compreensão da realidade é que se pode lançar hipóteses sobre ela mesma e assim, ir em busca de soluções visando a transformação que tem por fim, a possibilidade de criar o próprio mundo.

É preciso ter esperança e incentivar essa capacidade permanente de modificação de si, em que questionamentos são necessários para dar continuidade na elaboração do sentido da existência. Portanto, ao se trabalhar temas como autoestima, tem-se a oportunidade de auxiliar os adolescentes na reformulação de conceitos sobre si mesmos, de maneira que a reflexão dada por este aprendizado reflète também em suas relações sociais.

É por meio do espaço social que a cultura é apropriada resultando na expressão, e assim, dando condições para o desenvolvimento. A escola é um desses ambientes de aprendizado, por meio do qual pode-se promover o exercício da autonomia e da subjetividade se utilizando de uma prática educativa inclinada à responsabilidade. Sendo assim, ao discutir os assuntos abordados durante esta intervenção, espera-se ter contribuído social e politicamente, oferecendo recursos para o fortalecimento de habilidades sociais, através do incentivo à reflexão crítica sobre si e sobre as demandas externas, e com isso, auxiliar na construção da personalidade e no bem-estar psicológico.

REFERÊNCIAS

BAHN GH. **Coronavirus disease 2019, school closures, and children’s mental health.** Journal of the Korean Academy of Child and Adolescent Psychiatry 2020; 31:74-9



BARNHILL, John W. **Visão geral dos transtornos de ansiedade.** Manual SMD para Profissionais da saúde. 2020. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psi%C3%A1tricos/ansiedade-e-transtornos-relacionados-a-estressores/vis%C3%A3o-geral-dos-transtornos-de-ansiedade?query=transtornos%20de%20ansiedade> Acesso em: 07 de maio de 2022.

BARRET, P. **Amigos para a vida: Manual de líderes de grupo para crianças.** 2010.

BECK, Judith S. **Terapia Cognitivo - Comportamental: teoria e prática.** 2^o edição. Porto Alegre. Editora Artmed. 2013.

CASSINS, A. M; et al. **Manual de psicologia escolar - educacional.** Curitiba : Gráfica e Editora Unificado, 2007.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_dos_direitos_do_homem_e_do_cidadao_de_26_08_1789.pdf. Acesso em: 29 de maio de 2022.

DEL PRETTE, Z. A. P., & DEL PRETTE, A. **Habilidades envolvidas na atuação do Psicólogo Escolar/Educacional.** Em S. M. Wechsler (Org.), Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática (pp. 139-156). Campinas, SP: Alínea. 1996.

FELICIANO, Inês P.; AFONSO, Rosa M. Estudo sobre a auto-estima em adolescentes dos 12 aos 17 anos. **Rev. Psicologia, Saúde e Doenças.** Lisboa, v. 13, n. 2, p. 252-256, out. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36225171009>

FREIRE, Teresa; TAVARES, Dionísia. Influência da autoestima, da regulação emocional e do gênero no bem-estar subjetivo e psicológico de adolescentes. **Rev Psiq Clín.** Braga v. 38, n. 5, p. 184-188, mar. 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Paz e Terra. 12 Ed. São Paulo; 2011. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/pos-eja-santa-ines/wp-content/uploads/sites/99/2020/07/Educa%C3%A7%C3%A3o-e-Mudan%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2022.



GUIMARÃES, Claudinane Aparecida; MONTEIRO, Suze Martins Franco. **Abordagem Clínica Perante Desequilíbrio da Autoestima.** Perspectiva em Psicologia, Uberlândia, vol. 23, n. 2, pp. 160 - 178, Jul/Dez, 2019.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo .6. ed. Atlas. 2008. 30 p. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em: 17 de maio de 2022.

KNIJNIK, D. Z.; KUNZLER, L. S. (2014). **Psicoeducação e reestruturação cognitiva.** In: **Melo, W. V. (Org) Estratégias psicoterápicas e a terceira onda em terapia cognitiva.** Novo Hamburgo: Sinopsys.

MARTINS, Fabiane Silveira; FAUST, Giane Inês. **Prevenção ao bullying: intervenção baseada na Abordagem Cognitivo-Comportamental.** Rev. bras.ter. Cogn., Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 113-120, dez. 2018. disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872018000200007&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 21 maio. 2022.

MATOS, Margarida Gaspar de; et al. **Prevenção e Promoção na Saúde Mental das Crianças, Adolescentes e Jovens: Tertúlia de Reflexão.** Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente, 9:2 (2018)

MOYSÉS, Lucia. **A auto estima se constrói passo a passo.** São Paulo: Papyrus Editora, 2014. 152 p.

NEUFELD, Carmem B. **Terapia Cognitivo-Comportamental para Adolescentes.** Editora Artmed, Porto Alegre: Grupo A, 2017. 9788582713983. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582713983/>. Acesso em: 02 mai. 2022.

NOVO, Rosa F.; CARVALHO, Renato G. **Características da personalidade e relacionamento interpessoal na adolescência.** Avaliação Psicológica, vol. 12, núm. 1, abril, 2013, pp. 27-36. Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=335027504005>. Acesso em: 07 de maio de 2022.

KRAFTA, Lina. et al. **O Método da Pesquisa-Ação: um estudo em uma empresa de coleta e análise de dados.** Porto Alegre: PPGA/EA/UFRGS. 2007. Disponível em:



https://posgraduacao.faccat.br/moodle/pluginfile.php/1725/mod_resource/content/0/09pesquisa_acao_2009_1.pdf . Acesso em 17 de abril de 2022.

SANTROCK, John W. **Adolescência**. Editora Artmed, Porto Alegre: Grupo A, 2014. 9788580552416. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580552416/>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SCHULTHEISZ, Thais S. V.; APRILE, Maria R. Autoestima, conceitos correlatos e avaliação. **Rev Equilíbrio Corporal e Saúde**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 36-48, 2013.

SILVA, Ana Catarina Duarte Leite da. **A Liderança no Feminino e os estilos de comunicação**: estudo de caso no exército português. Lisboa, 2014.

Disponível em:

https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/4654/1/20141114_Disserta%ca7%ca3o%20FINAL%20-%20Ana%20Silva_GERP_7119.pdf. Acesso em: 07 maios 2022.

WHO (2019a). **Child and adolescent mental health**. Acesso em: 24 de abril de 2022. Disponível em: http://www.who.int/mental_health/maternal-child/child_adolescent/en/



PSICOLOGIA E ESPIRITUALIDADE: UMA DISCUSSÃO BASEADA NA EXPERIÊNCIA NO PLANTÃO PSICOLÓGICO EM UMA IGREJA CATÓLICA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

Guilherme Custodio Tonial¹
João Matheus de Souza²
Pedro Augusto Stelmach³
Amália Beatriz Dias Mascarenhas⁴

RESUMO: A espiritualidade é um fenômeno presente desde as origens da existência humana. No decorrer dos anos, os estudos sobre esse fenômeno vêm crescendo e trazendo para o debate novas perspectivas acerca do tema. No presente trabalho, objetiva-se trazer à tona a discussão acerca da relação entre psicologia e espiritualidade por meio da pesquisa bibliográfica acerca do tema, embasado em aspectos comuns ouvidos durante os atendimentos no plantão psicológico. Por meio do estudo bibliográfico e da correlação com a prática da psicologia em campo, percebeu-se a frequente menção a "Deus" nas mais variadas formas e justificativas. A hipótese levantada para tal fenômeno é que o local em que o plantão psicológico se insere influi diretamente na maneira como o discurso é proferido. Dessa forma, conclui-se que a presença dessa modalidade de atendimento em ambientes religiosos e espirituais deve ser estabelecido, visto que os fenômenos emergentes durante os acolhimentos são únicos e com suas próprias peculiaridades, os quais cada campo possui a sua própria influência sobre o fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Plantão psicológico, espiritualidade, acolhimento, religião.

ABSTRACT: Spirituality is a phenomenon present since the origins of human existence. Over the years, studies on this phenomenon have been growing and bringing to the debate new perspectives on the subject. In the present work, the objective is to bring up the discussion about the relationship between psychology and spirituality through bibliographic research on the subject, based on common aspects heard during the consultations on the psychological duty. Through the bibliographic study and the correlation with the practice of psychology in the field, the frequent mention of "God" in the most varied forms and justifications was noticed. The hypothesis raised for this phenomenon is that the place where the psychological shift is inserted directly influences the way the speech is delivered. In this way, it is concluded that the presence of this type of care in religious and spiritual environments must be established, since the phenomena emerging during the reception are unique and with their own peculiarities, which each field has its own influence on the phenomenon.

KEYWORDS: Psychological duty, spirituality, reception, religion.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se origina através das experiências durante o projeto de extensão do plantão psicológico em uma igreja católica no município de União da Vitória, no estado Paraná, regulamentado pelo projeto de extensão "Psicologia e Comunidade: O Processo Do Plantão Psicológico Como Promoção E Prevenção De Saúde Na Região Do Vale Do Iguaçu – PR".

¹ Acadêmico de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu

² Acadêmico de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu

³ Acadêmico de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu

⁴ Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu



O plantão psicológico é compreendido como uma prática de atendimento psicológico clínico de demandas urgentes, que visa acolher e ouvir o indivíduo em situações de crise. Uma característica dessa modalidade de atendimento é a abertura a sociedade, tendo como foco o esclarecimento e compreensão do sofrimento que a pessoa vive no momento, tal que, a resolução imediata ou o encontro da raiz do problema não são atribuições do plantão psicológico (DUTRA; REBOUÇAS, 2010).

Essa modalidade de atendimento emergencial surge como uma iniciativa do Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP), órgão interligado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPSUP), em 1969. O plantão psicológico atua como alternativa frente a longa fila de espera por atendimento clínico. O modelo desse serviço foi baseado nos ideais de Carl Rogers, dando ênfase a relação, processo e a pessoa, não ao instrumento de avaliação, resultado e problema, tendo uma abordagem centrada na pessoa (DUTRA; REBOUÇAS, 2010).

Ainda citando Dutra e Rebouças (2010), o plantão psicológico toma forma pela sensibilidade de quem o faz acontecer, afinal, é responsável por ouvir e acolher a pessoa que se dispõe com seu devido problema. Conforme os autores relatam, o sentido plantão psicológico é dar posição ao sujeito que busca o serviço no tocante ao seu problema, além de acolher a pessoa em sofrimento. Nessa seara, quem acolhe pode aprofundar em questões decorrentes da demanda. Portanto, conclui-se que esta modalidade de atendimento é constituída pelo conselheiro disponível e flexível para atender qualquer demanda emergente.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é trazer à tona a discussão acerca da relação entre psicologia e espiritualidade por meio da pesquisa bibliográfica acerca do tema, embasado em aspectos comuns ouvidos durante os atendimentos no plantão psicológico. Para tanto, é fundamental que, previamente, alguns pontos acerca da metodologia do plantão psicológico sejam descritos.

O acolhimento foi realizado pelos acadêmicos do nono período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu nas dependências de uma igreja católica na cidade de União da Vitória. Os extensionistas se fizeram presentes durante três dias da semana no local acima citado, em horários



distintos, visando atender o máximo de pessoas possível. Destarte, o plantão psicológico precisou ser realizado em uma sala dentro da própria estrutura da igreja, em um local repleto de ornamentos religiosos, os quais possivelmente interferiram no discurso dos acolhidos.

Portanto, cientes previamente dessa possibilidade, instigados pela necessidade de compreender o fenômeno presente no sofrimento psíquico em pessoas religiosas, idealiza-se a presente pesquisa e a constituição do plantão psicológico em um ambiente de fé e espiritualidade. Dessa forma, a psicologia se faz presente em locais em que não se é habitual vê-la.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste ponto do trabalho, irão ser abordados assuntos de relevância para a pesquisa, tal qual a complexidade de compreensão da totalidade do ser humano, a relação entre psicologia e religião, além da tentativa de compreender a religiosidade e sua relação com a subjetividade. Não obstante, sob a luz psicanalítica, se busca compreender o fenômeno da religião na sociedade.

2.1 TOTALIDADE DO SER HUMANO

O ser humano está no planeta a aproximadamente dois milhões de anos, sendo resultado de uma mágica evolução, sendo difícil descrever como um modo operacional, não enquadrando homem-mulher em simples definições. A ciência busca entender tudo que é vivo e observável, pois aquilo que é observado, tem vida e nela que se encontra os maiores desafios, ou seja, dentre os desafios, tentar pontuar o desconhecido e sua realidade. (RIBEIRO, 2008).

O humano, Homem-Mulher, sempre foi um desafio/mistério para os teóricos do comportamento humano, como definir de fato toda complexidade e significado da vida humana, pois dificilmente terá uma definição concreta, essencial-existencial do verdadeiro significado de pessoa. Escrever sobre psicologia-religião, implica em alguns fatores, tais como uma definição totalizadora do que é religião, do que é psicologia e sobretudo, o que é a pessoa Homem-Mulher. (RIBEIRO, 2008).



As ciências, em suas diversas especificidades, procuram pautar, definir seus objetos de estudos, porém, parece que todos buscam estes significados sobre os estudos/objetos para terem respostas, ou, chegarem perto do que se entende por essência do homem, como uma totalidade. Qualquer ciência diz respeito ao homem, pois com evoluções do universo, primeiro fomos matéria, depois vida, depois mente, depois pessoa, ou seja, objetos da ciência. (RIBEIRO, 2008).

2.2 PSICOLOGIA E RELIGIÃO

Ciência e religião tem sido uma dualidade problemática, pois áreas da cultura ocidental moderna determinam a psicologia a esse binômio, com o sentido de destacar a extensão e ciência natural biológica para a ciência humana, e apontar a dimensão psicológica, na qual vincula os cientistas à religião e o religioso à ciência propriamente. (PAIRA, 2002).

A psicologia teve contato com a ideia ciência/religião, especificamente em 1914, o psicólogo suíço radicado nos Estados Unidos, James Leuba (1916), ligado ao precursor da psicologia William James, sendo reconhecido como um dos primeiros psicólogos da religião, foi realizada uma pesquisa empírica sobre a “Fé” dos cientistas, num Deus que corresponde a prece e promete imortalidade, sendo o Deus do cristianismo. (PAIRA, 2002).

O modo de independência reconhece que não há uma medida exata ou comum entre religião e ciência, no que diz a respeito de métodos e linguagem. Esta posição de independência não é hostil para religião e nem para a ciência, porém, é difícil de ser mantida a qualquer preço, um objeto comum psicologicamente, exige que seja observado, convergência de olhares. (PAIRA, 2002).

A Academia Nacional de Ciências, dos Estados Unidos cita que, a ciência e religião são reinos são separados e mutuamente excludentes do pensamento/raciocínio humano, cuja a apresentação dos significados em contextos iguais, leva ao mal-entendido tanto em teorias científicas/psicológicas, comportamentais quanto das crenças religiosas existentes, ou seja, contextos igualitários, porém, maneiras distintas de serem vistas. (PAIRA, 2002).



O autor Philip Hefner (1997 apud PAIRA, 2002), acredita que nos dias de hoje, cientistas e teólogos compartilham de um mesmo princípio, sendo a “busca de sentido”, em outras palavras, enquanto os religiosos tradicionais buscam e fornecem uma moldura abrangente de sentido, as ciências ofertam uma moldura abrangente de causalidade. Claro, são molduras distintas, com convergências e discrepâncias, mas procura-se hoje uma forma de articula-las de maneira coadjuvante. (PAIRA, 2002).

Segundo Hefner (1997 apud PAIRA, 2002), é possível distinguir 6 trajetórias na história da religião/ciência na busca do sentido. 1. A opção moderna: tradução da sabedoria religiosa em conceitos científicos, 2. A opção pós-moderna: construção de novos mitos, baseados na ciência, 3. A opção crítica pós- iluminista: expressão da verdade na linha de chegada da ciência, 4. A opção construtivista pós-moderna: o modelo de uma nova metafísica para o conhecimento científico, 5. A opção construtivista tradicional: interpretação da ciência com os conceitos dinâmicos tradicionais, 6. A opção cristã evangélica: reafirmação da racionalidade da crença tradicional. (PAIRA, 2002).

A espiritualidade, acompanha o ser humano ao longo de toda sua história, por isso sua influência não se restringe apenas em âmbito sócio cultural, pois aparece na subjetividade do indivíduo, sendo pelas crenças, valores, emoções e comportamentos que o correlacionam a vivencia, deste modo é possível observar esta relação ciência/religião, diante atendimentos psicológicos, os clientes/pacientes que procuram auxílio para seus problemas. (HENNING; MORÉ, 2009).

Entretanto a religião foi posta nas telas modernas (épocas atuais/modernas), demonstrando convergências de tais expressões e explicações, principalmente pela dificuldade em sua metodologia de demonstrar a existência em termos concretos da fé, pois se encontrava a uma cultura de reconhecimentos que necessitavam ser quantificadas. (HENNING; MORÉ, 2009).

O autor Figueiredo (1991 apud HENNING; MORÉ, 2009), cita que gradativamente, as ciências humanas voltaram a serem vistas como ciências de espírito, pois, sua meta transformou em compreensão e comunicação, não previsão e controle total. Com isso a religião pode se tornar um objeto de estudo da psicologia e a religião por sua vez, pode também adotar a psicologia como



viés, independente das diferenças áreas da existência humana. (HENNING; MORÉ, 2009).

Diante tal princípio, a religiosidade apareceu em estudos de diversos pesquisadores da psicologia, trazendo materiais e publicações que apontam o conjunto destes assuntos, ou seja, aspectos que facilitam e/ou dificultam os processos de promoção e prevenção diante a saúde mental, havendo concordâncias, porém, controversas, não contendo uma resposta específica e assertiva. (HENNING; MORÉ, 2009).

Os autores, Giovanetti (1999) e Brusgagin (2004), destacam que a influência da religião na saúde, nas ideias, valores e comportamentos das pessoas, é irrelevante para alguns psicoterapeutas, pois os mesmos veem como situação superficial. Para eles é um assunto a ser discutido em lugares religiosos, contudo vale lembrar, que o paciente/cliente é um ser total, que ao falar de seus problemas, deve sim trazer suas crenças, inclusive religiosas. (HENNING; MORÉ, 2009).

2.3 UM DIÁLOGO ENTRE RELIGIÃO E SUBJETIVIDADE

De acordo com Alves (apud ARAUJO, 2013) todas as ações do sujeito trazem dados sobre sua história, por exemplo, os animais sobrevivem as suas necessidades no mundo e se adequa ao que se exige, o ser humano, por outro lado, demonstra ser desvinculado dessa ideia de adaptação ao mundo. A filosofia define os indivíduos como seres racionais, porém, as manifestações, reproduções e ações que são de sua origem passam outra mensagem, ou seja, que o homem é um ser desejante.

É indefinido de modo unanime a religião, mas há maior aceitação por parte da comunidade religiosa que ela é um misto de regras, mitos, rituais e leis que constituem-se de um poder soberano para o homem, no qual julgam-se dependentes desse mesmo, pois interfere e afeta sua vida e seus laços pessoais, pedidos feitos, enfim, situações em que o incontável parece atuar, pois o sujeito apenas deposita a esperança naquilo com a convicção de que vai acontecer, porém, ao mundo material e visível aquilo é incerto. (ARAUJO, 2013)

Salienta Wilges (apud ARAUJO, 2013) que a religião é consequência das experiências religiosas, ou como definiu melhor, da vivência do sagrado, o qual



se apresenta para além da compreensão no dia-a-dia. Ocorre então uma mudança no que representa o objeto, antes sem significados e afeto, para após a experiência do sagrado tornar-se completa de sentido, algo simbólico que faz o sujeito mudar sua conduta.

Sobre o simbólico, Eliade (apud ARAUJO, 2013) destaca que o mesmo impõe uma importância maior aos objetos e ações, o que impossibilita alterar pejorativamente seus valores de natureza. Ao demonstrar o sagrado, o que manifestou muda sua realidade e passa por uma transmutação, então se transforma em algo de ordem sobrenatural.

Araujo (2013) discorre ainda sobre a dualidade de existência no mundo, fala do sagrado e o profano, que são dependentes das vivências e histórias em que são passadas pelo ser humano em vida. O primeiro corresponde as situações vivenciadas pelos deuses ou os antepassados, registrados nos mitos carregados de gerações em gerações, pertencem a esse lado. Já o que é novo, ou seja, sem base simbólica, apenas por intuito humano, se resume a esfera do profano, dividindo-as então como uma oposição de uma com a outra.

De acordo com o quão religioso seja o sujeito, mais ele terá referências de condutas para si, ele encontra uma perspectiva de humanidade de ordem sobrenatural. Só reconhece a si mesmo quando segue os passos de deuses ou míticos. Constitui-se, portanto, ao ir de encontro com o que o divino apresenta para si, enquanto o homem profano fundamenta-se em condutas de aspecto humano, ou seja, por sua própria história. (ARAUJO, 2013).

Ainda sobre a religião ARAUJO (2013) aponta que o sujeito quando encontra sofrimento, sente-se seguro e com medo, a partir desse momento de estranheza e ruim, busca compreensão e recorre ao sagrado para justificar essa angustia, pois é notória a dificuldade de conviver com essas situações desagradáveis e inevitavelmente buscar respostas para tais fatos. Os indivíduos desejam fazer o certo para ter controle do mundo.

2.4 A TEORIA PSICANALÍTICA SOBRE A RELIGIÃO

Sobre a Psicanálise, Araujo (2013) a descreve como uma prática compreensiva que visa desvendar os motivos que levaram o sujeito a criar um mundo simbólico e religioso. Descreve ainda a religião como fator regulador, ou



seja, inibe e reprime o desejo. É uma instituição reguladora da sociedade, atravessa diferentes momentos e culturas, mas ainda atualmente é quem regula a moral, os hábitos e costumes.

De acordo com Freud (apud ARAUJO, 2013) a preocupação com o domínio de tudo é o que demonstra o quão frágil o ser humano é, pois encontra um mecanismo para sobreviver as exigências naturais da vida. Esse que é definido pelo autor como animismo, um conjunto de explicações sobre os fenômenos que ocorrem no mundo. Afirma que as religiões possuem como base o mesmo propósito desse sistema que busca explicações exaustivas para compreensão dos eventos.

Continuando, Freud (apud ARAUJO, 2013) afirma que as ideias religiosas são ilusões, e doutrinas que são escassas de provas, que derivam dos medos das civilizações e comunidade religiosa. Pensa que são fatores da realidade que o sujeito não descobriu por si, então busca explicação fora para acalmar os anseios da vida humana, percebe a como uma substituição da racionalidade e justificativa.

Quando o sujeito tem noção de que está sozinho, sem controle do mundo e se imagina contra uma força superior, ele referencia a mesma como seu pai, desenvolvem então deuses, buscam agradá-los com o que imaginar e for repassado que é ideal, temem o julgamento do mesmo, mas ao mesmo tempo pedem proteção do próprio contra as possibilidades oriundas da fragilidade humana. Como se dá início na infância, Freud (apud ARAUJO, 2013) faz uma relação de como a criança desenvolve defesa contra o desamparo, o que dá caráter a como o adulto vai lidar com isso. É do individual para o coletivo.

3. DISCUSSÃO

Durante os atendimentos realizados no plantão psicológico, foram percebidas situações em que o ambiente religioso se fez influente. Nessas, percebeu-se que os pacientes vindos recorrem em diversas oportunidades, em suas falas e interpretações, à religião, havendo até mesmo formas distintas de verbalização e entendimento frente aos problemas.

Foi possível perceber, de forma recorrente, discursos que apresentam “Deus” nos mais diferentes contextos. Em alguns casos, a figura de Deus



aparece como ser julgador, vide a fala em sessão “que Deus me perdoe estar falando isso aqui (...)” (sic), sendo a entidade divina a detentora do poder de perdoar ou condenar, conforme a fé cristã prega.

Porém, em outras situações, ficou evidente a crença em um Deus compassivo, em que o discurso permeava sentenças de “se Deus quiser (...); Deus sabe o melhor para mim; sei que Deus está comigo” (sic). Conforme Oliveira (2021) relata em seu estudo “Espiritualidade e saúde na perspectiva do adulto jovem”, a espiritualidade possui influência e oferece sentido aos acontecimentos da vida. Uma estratégia de enfrentamento apresentada no estudo, assim como na experiência prática em campo pelos acadêmicos, é o suporte através de Deus, e não somente ele, mas também na família e amigos.

Não obstante, esse apoio externo encontrado pelos acolhidos auxilia no encontro de sentido e força para enfrentar o momento de dificuldade. Na maioria dos atendimentos, foi notável a espiritualidade como fator na tomada de decisões no mundo, pois, conforme Oliveira (2021), esse contato com a espiritualidade auxilia na atribuição de sentido e significado para a vida, algo fundamental para aqueles que possuem algum sofrimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plantão psicológico inserido no campo da espiritualidade é uma dinâmica que deve ser estabelecida, pois possibilita à pessoa que mantenha suas crenças e relatos junto de sua fé, propiciando uma escuta qualificada e fundamentada pelo viés da psicologia. Assim, o indivíduo toma consciência, de maneira humanizada, subjetiva e racional, de seus problemas, virtudes e maneiras de enfrentamento diante as demandas emergentes.

Conforme as referências bibliográficas utilizadas e a prática do plantão psicológico, evidencia-se que há influência da religião na conduta dos sujeitos, como manifestos em alguns atendimentos, as repressões que os mesmos fazem ao falar algo que sua determinada religião desconsidere como correto, os pedidos de perdão por comportamentos, atitudes e lembranças que foram manifestas no momento do aconselhamento, mesmo que de forma verbal.

Há resistência por parte dos pacientes ao se deparar com religião e psicologia, talvez pela crença da comunidade religiosa que possui como virtude



a fidelidade ao que compreendem como certo e errado definido pelas demais instituições e crenças religiosas. Assim como pode limitar o desenvolvimento do processo durante os atendimentos por imaginarem como não adequado, a religião provoca também pontos de esperanças em seus fiéis, paciência e conforta-os em momentos de sofrimento, pois acreditam em um poder superior.

Vale ressaltar a subjetividade de cada sujeito no meio do ensino religioso, destaca a liberdade e a esperança que possuem dentro de si, quando combinadas e respeitadas a esfera subjetiva e religiosa do sujeito, possibilita um trabalho de aconselhamento psicológico que possa ser confortante para o indivíduo, em um momento de acolhimento, escuta, ressignificação e respeito pelo que acreditam e por sua dor, validam seu sofrimento e compreendem que os outros também sofrem, o que leva a diminuir a comparação entre si.

Por fim, destaca-se o valor humanitário que a psicologia traz e a religião também tem a propor, o fazer o bem ao outro e a si mesmo, quando o ser identifica que pertence a uma sociedade, que depende do convívio social, e que para que essa convivência possa ser positiva e harmoniosa, precisa ele estar bem consigo mesmo, refletindo sobre suas questões internas e externas, sua missão como fiel a um plano maior, o que o leva a auxiliar de certa forma os outros a sua volta.

REFERÊNCIAS

ARAUJO. I, M, Z. **Religião e Subjetividade**. REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS – UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ (UNITAU) – BRASIL – VOL. 6, N. 1, 2013.

Disponível em: <<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/55>>

Acesso em: 25/05/2022

BRUSCAGIN, Claudia B. **Sob a proteção de Deus: famílias cristãs na fase adolescente**. 2004. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BRUSCAGIN, Claudia Beatriz Stockler. Família e Religião. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (org.). **Família e...: comunicação, divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, doença, religião e drogadição**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.



- DUTRA, E.; REBOUCAS, M. S. S. **Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade**. Rev. abordagem gestalt, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 19-28, jun. 2010. disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 mai. 2022.
- FIGUEIREDO, L.C.M. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis: Vozes. 1991.
- GIOVANETTI, J.P. O sagrado e a experiência religiosa na psicoterapia. In: MASSINI, M. & MAHFOUND, M. (org.). **Diante do mistério: psicologia e senso religioso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 87-96.
- HEFNER, Philip. The Science--Religion Relation: Controversy, Convergence, and Search for Meaning. **The International Journal for the Psychology of Religion**, v. 7, n. 3, p. 143-158, 1997.
- HENNING, Martha Caroline; MORÉ, Carmen LOO. Religião e Psicologia: análise das interfaces temáticas. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, v. 9, 2009. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv4_2009/t_henning.pdf> acesso em 24 mai. 2022.
- OLIVEIRA, Fabiana Cristina Sobral de. **Espiritualidade e saúde na perspectiva do adulto jovem**. Orientadora: Waleska de Carvalho Marroquim Medeiros. 2021. Dissertação (Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado Profissional em Educação para o Ensino na Área de Saúde) - Faculdade Pernambucana de Saúde, Recife, 2021.
- PAIVA, Geraldo José de. Ciência, religião, psicologia: conhecimento e comportamento. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 15, p. 561-567, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/g9MyN6hKHSygygvc7vWrHr/?lang=pt&format=pdf>> acesso em 23 mai. 2022.
- RIBEIRO, Jorge Ponciano. Reflexões sobre o lugar de uma Psicologia da Religião. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 14, n. 2, p. 197-204, 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3577/357735511007.pdf>> acesso em 24 mai. 2022.



PSICÓLOGO ESCOLAR FRENTE AO ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA: ADAPTAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DE PRÁTICAS E SABERES EM UM COLÉGIO PRIVADO DO VALE DO IGUAÇU

Leticia Castilho¹
Marislaine Lopes Rodrigues²
Marlon Rocha Junior³
Wellen Cristiny Levandoski⁴
Suelen Dulce Franco⁵

RESUMO: A presente pesquisa, é fruto do Estágio Ênfase: Psicologia Prevenção e Promoção de Saúde I em âmbito escolar, realizado no 7º semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu, sob a perspectiva da importância do Psicólogo frente ao ensino em tempos de pandemia da COVID-19. Outrossim, foi utilizado levantamentos bibliográficos sobre o tema, publicados em meios escritos e eletrônicos, sob uma visão qualitativa, bem como, por método dedutivo, foi viabilizado uma coleta de dados através de questionários pelo Google Forms para os alunos, professores e pedagoga do colégio privado, com o objetivo de verificar o processo de adaptação e possíveis demandas, identificadas como sendo a Ansiedade, Depressão e Orientação Vocacional. Logo, houve a proposta de uma Oficina de Saúde Mental com duração de duas horas, pela plataforma Google Meet, no qual contou com uma dinâmica inicial, apresentação interativa dos temas e uma prática mindfulness de encerramento, onde houve pouca adesão, perpetrando a ideia da não-obrigatoriedade da Psicologia em contexto educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Psicólogo Escolar. Pandemia. Saúde Mental.

ABSTRACT: The present research is the result of the Emphasis Internship: Psychology Prevention and Health Promotion I in the school environment, carried out in the 7th semester of the Psychology Course of the Centro Universitário Vale do Iguaçu, from the perspective of the importance of the Psychologist in the face of teaching in times of pandemic of COVID-19. Furthermore, bibliographic surveys on the subject were used, published in written and electronic media, under a qualitative view, as well as, by deductive method, a data collection was made possible through questionnaires by Google Forms for students, teachers and pedagogue of the college. with the objective of verifying the adaptation process and possible demands, identified as Anxiety, Depression and Vocational Guidance. Soon, there was a proposal for a two-hour Mental Health Workshop, using the Google Meet platform, in which there was an initial dynamic, an interactive presentation of the themes and a closing mindfulness practice, where there was little adherence, perpetrating the idea of non-mandatory psychology in an educational context.

KEYWORDS: School Psychologist. Pandemic. Mental health.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, apresenta um relato da experiência de observação e intervenção realizada no Estágio Ênfase: Psicologia Prevenção e Promoção de Saúde I, presente na grade curricular do 7º período do Curso de Psicologia do

¹ Acadêmica do 9º período de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu

² Acadêmica do 9º período de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu

³ Acadêmico do 9º período de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu

⁴ Acadêmica do 9º período de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu

⁵ Psicóloga. Pós-graduanda em Didática no Ensino Superior e Neuropsicologia. Professora do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Uniguaçu



Centro Universitário Vale do Iguaçu, realizado em um Colégio privado em uma turma de jovens de 14 a 19 anos discentes do 1º e 2º ano do Ensino Médio.

Vale destacar, que o estágio remoto em tempos de pandemia é regularizado a Portaria 544/2020 do Ministério da Educação publicada em junho de 2020, e, a menção do Conselho Federal de Psicologia de agosto de 2020, no qual autoriza as práticas e estágios emergenciais remotos nas diferentes áreas de atuação e inserção do psicólogo, por meio das tecnologias disponíveis e das normativas já existentes, principalmente o Código de Ética do Psicólogo (2005).

Objetivando conhecer a realidade escolar e realizar intervenções, primeiramente, foram procedidos com observações para o levantamento de dados e formulação do diagnóstico escolar. Entretanto, devido as adaptações do contexto escolar durante uma pandemia, as observações em sua maioria foram realizadas de forma online via aplicativo Microsoft Teams, o que exigiu dos acadêmicos maiores estratégias para uma efetiva coleta de dados. Destarte, foi aplicado formulários com os docentes, pedagoga e alunos, com objetivo de coletar dados para a elaboração de uma intervenção por meio do Google Forms, uma ferramenta digital e online.

Por fim, o Estágio Ênfase: Psicologia e Promoção da Saúde I, justifica-se socialmente pela experiência prática e de ensino que o campo educacional oferece e a necessidade de debate sobre a importância de inserção dos Psicólogos nesta área, bem como, justifica-se cientificamente na necessidade de “...promover reflexões a respeito das práticas sociais e escolares que produzem os problemas de aprendizagem” (MOREIRA; OLIVEIRA, 2016).

Para tanto, o presente trabalho explicitará de forma breve sobre a História da Psicologia Escolar, Ensino Remoto Emergencial e algumas implicações da Adolescência, para em um segundo momento, apresentar o Diagnóstico Escolar, Intervenção e os Resultados e Discussões da presente prática de Estágio Supervisionado inserida na grade curricular do Curso de Psicologia.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Psicologia Escolar no Brasil, segundo Lima (2005), teve suas primeiras inserções na década de 70, na qual, sofria influência da Teoria da Carência dos Estados Unidos. Essa teoria, faz referência a diferença do rendimento escolar



nas crianças de variadas classes econômicas e sociais, e, propunha, que os alunos desses segmentos menos favorecidos, tivessem uma aprendizagem com recursos diferentes dos demais, já que, “não possuem as mesmas aptidões para o aprendizado que as de classe privilegiada” (LIMA, 2005, p. 20).

Logo, por volta de 1980, inicia-se ondas mais críticas de pensamento da prática psicológica em escolas, bem como, o uso excessivo de testes, os psicodiagnósticos elaborados e o efeito destes nos sujeitos. Todo esse movimento, oportunizou em 1990, a criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional e, a realização de congressos, possibilitando reflexões da atuação do Psicólogo (a) neste contexto, ainda permanecendo dificuldades teórico-práticas (MACHADO, 2010).

Ademais, de acordo com Dias, Patias e Abaid (2014), a área de atuação do Psicólogo dentro da Psicologia Escolar ainda é motivo de dúvidas, tanto dos profissionais da Psicologia, quanto dos colaboradores da Educação, o que gera uma atuação equivocada e focada em problemas de ensino-aprendizagem, comportamentos disfuncionais, orientação vocacional e aplicação de testes psicológicos, com o objetivo de aferir e identificar uma psicopatologia.

Entretanto, apesar das divergências teóricas, o termo Psicologia Escolar e Educacional, designa profissionais que tanto atuam diretamente nas demandas do espaço escolar, quanto uma pessoa indicada a pensar e estudar sobre os processos educacionais de forma global e sem restrição de fenômeno, bem como, a fase do desenvolvimento dos sujeitos envolvidos (DIAS; PATIAS; ABAID, 2014).

Ainda, segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019), a atuação do Psicólogo em âmbito escolar, ainda é permeado de desafios. Assim, é oferecido alguns princípios, onde o profissional deve: auxiliar na implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico; auxiliar em formações continuadas; construir, junto com os demais, estratégias de ensino-aprendizagem; considerar a subjetividade grupal e valorizar a construção de saberes, bem como, desenvolver práticas coletivas e romper, dentro da prática educacional, com a medicalização e patologização das dificuldades de aprendizagem.

Dado o exposto, vale destacar, que atualmente está em vigor, a Lei nº 11.395, de 11 de dezembro de 2019, no qual prevê a inserção da Psicologia e da Assistência Social, dentro do ensino público e básico de ensino, visando a



melhoria da comunidade escolar em nível social e institucional, tendo as escolas o prazo de um ano para se adequar à norma vigente (BRASIL, 2019).

Entretanto em face do cenário da COVID- 19, em todo o Brasil foi adotado a medida de isolamento social com o propósito de controlar a propagação do vírus, e assim impedir um possível colapso na Saúde Pública. Com isso, a partir de março de 2020, as escolas suspenderam suas atividades presenciais, assim precisando de um novo planejamento para dar continuidade às atividades escolares e assegurar a aprendizagem dos alunos de forma não presencial (BRASIL, 2020).

De acordo com Behar (2020, p.1), esse novo formato escolar é chamado de Ensino Remoto Emergencial (ERE), “uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos, adotando uma forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições educacionais do mundo inteiro”. A autora ainda complementa que o ensino é classificado como remoto pois os estudantes e professores estão proibidos de frequentarem suas instituições educacionais, por decretos, a fim de evitar a disseminação do vírus, em caráter emergencial.

Assim, Martins (2020, p. 251) afirma que existem preocupações e reflexões a serem feitas no campo educacional, como “[...] as condições de trabalho do docente, a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a relevância e o significado dos temas a serem abordados, o desenvolvimento de práticas pedagógicas centradas no estudante [...]”. Ainda vale ressaltar que a formação dos professores para essa atuação na educação a distância também é um elemento que merece reflexão, visto que, muitos desses discentes não estão aptos para aplicar a aprendizagem nesse novo formato (OLIVEIRA; SOUZA, 2020).

Desta forma, os (as) alunos (a) da turma observada tem a idade prevalente de 14 e 16 anos, faixa etária que compreende a adolescência. Segundo Papalia e Feldman (2013) se caracteriza por ser um período de alterações no desenvolvimento, abrangendo alterações corporais, na aprendizagem, nas emoções e em âmbito social de diferentes formas, e, nos mais variados contextos.

Na adolescência as mudanças não são apenas na aparência, mais também na forma de falar e pensar, isso ocorre devido ao desenvolvimento



cognitivo, que a partir dos estágios de Piaget eles se encontram no operatório formal, o qual se inicia por volta dos onze anos de idade, manifestando assim a habilidade de refletir termos abstratos, facilitando o manejo do conhecimento (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Muitos fatores podem influenciar o desempenho escolar na adolescência, segundo Rosa, Fernandes e Lemos (2020) como fatores pessoais, relacionados a família, de ordem social e econômica, emocionais, perfil dos professores e didática, ambiente escolar dentre outros. Outro momento vivenciado pelos adolescentes é a escolha do curso superior que advém de motivação dos pais e/ou outros familiares, estando relacionado ao gênero e fatores econômicos ou então a entrada para o mercado do trabalho muitas vezes anulando a possibilidade de um curso superior, partindo de uma necessidade econômica (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Nesse sentido, Erikson (1968) apud Papalia e Feldman (2013), destaca que os adolescentes vivenciam o quinto estágio do desenvolvimento psicossocial, chamado de Identidade versus Confusão de Identidade, momento que é importante o reconhecimento do self e o seu papel na sociedade, contudo Erikson pontua que é necessário esclarecer três importantes pontos para elaborar a identidade, são eles, a escolha da profissão, o reconhecimento dos princípios por quais viver e o amadurecimento e aceitação de sua sexualidade.

3. DIAGNÓSTICO ESCOLAR

Tendo em vista que as observações quase em sua totalidade foram realizadas de forma remota, principalmente por conta dos decretos que inviabilizam o ensino presencial e/ou híbrido, optou-se por repensar outras maneiras de conseguir uma efetiva coleta de dados, bem como, entender melhor a demanda e/ou a queixa escolar. Assim, os instrumentos utilizados foram formulários pelo Google Forms, para a pedagoga e professores, bem como, aos alunos da sala observada.

De maneira geral, para a Profissional de Pedagogia, foram feitas 21 perguntas abertas e fechadas. Nelas, evidencia que utiliza de 5 a 7 horas diárias em seu trabalho pedagógico. Referente a inserção do Psicólogo Escolar, comenta que a instituição não possui, mas reconhece que às vezes o profissional



faz falta, pois os adolescentes possuem pouca maturidade emocional; destarte, acrescenta que raramente é disponibilizado meios para apoio psicológico, para docentes e discentes.

Sobre a pouca maturidade emocional, Winnicott (1996) destaca que a adolescência é uma fase em que a criança emerge socialmente de forma desajeitada, reencontrando seu modo de viver. O indivíduo não é nem criança e nem adulto, mas percebe-se como um indivíduo isolado e único, diferentemente da criança que não têm essa percepção; o adolescente está se autoconhecendo para então, desenvolver-se e tornar-se maduro.

Continuamente, sobre uma possível demanda psicológica percebida nos alunos e professores nesse contexto de pandemia, destaca a ansiedade, entretanto, acrescenta que não percebeu queda significativa na produtividade dos dois grupos. Assim, de acordo com Cruz et. al (2020), no atual contexto, surgiu vários transtornos mentais e adaptativos, gerando mudanças emocionais e no comportamento. Com isso, muitas pessoas, inclusive professores tendem a se sentir mais ansiosos e inseguros com as modificações do local de trabalho e das pressões advindas.

Logo, no que diz respeito a ansiedade nos alunos, segundo Castro, Junqueira e Cicuto (2020), nas séries finais do ensino médio, os alunos apresentam um maior nível de sofrimento psicológico, em grande parte devido à pressão familiar e de si mesmo em encontrar o curso universitário além das mudanças biológicas e nas relações sociais na fase de transição da adolescência e vida adulta.

Dado o exposto, dentre as opções sugeridas em formulário online, a Pedagoga assinalou Distúrbios Alimentares e Ansiedade/Depressão como possível temática para se trabalhar com alunos e Empatia e Vínculo com Professor-Aluno para trabalhar com os professores. Já, no que diz respeito ao questionário dos docentes, obteve-se 6 respostas de um total de 10 professores que lecionam na sala observada. O levantamento contou com 17 perguntas abertas e fechadas, no qual, neste tópico só serão mencionados os resultados que auxiliaram na decisão da intervenção a ser realizada.

Sobre a temática de lecionar e saúde mental, destaca-se as seguintes respostas: um aumento na sensação de sobrecarga com o ensino remoto/híbrido, e, por outro lado, pouca dificuldade em adaptar a rotina pelo novo



contexto, bem como, certa estabilidade na saúde mental pessoal, conforme dados abaixo:

Tabela 1 – Questionário com os Professores

Com as aulas remotas e/ou ensino híbrido, você se sentiu mais sobrecarregado?

50% (muitas vezes); 16,7% (sempre); 16,7% (às vezes), 16,7% (raramente)

Você sentiu dificuldade em adaptar sua rotina para adequar-se ao ensino remoto e/ou híbrido?

66,7% (pouca dificuldade); 16,7 % (muita dificuldade); 16,7% (nenhuma dificuldade)

Tendo em vista que segundo a OMS, a saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade, como você avalia tua saúde mental no atual contexto pandêmico?

66,7% (boa); 16,7% (ótima); 16,7% (regular)

Fonte: Dados dos (as) pesquisadores, 2021.

As mudanças constantes e pressões para obter maior eficiência no trabalho, trazem impactos aos docentes na saúde física e mental, como: gastrite, distúrbios vocais, ansiedade, depressão, cansaço, dentre outros. Com a pandemia essas mudanças tornaram-se frequentes, exigindo uma reinvenção docente ao novo meio de aulas (remotas e/ou híbridas), de modo que possibilitasse o atendimento das exigências educacionais, ocasionando dúvidas na própria capacidade profissional, incertezas no trabalho e, por consequência, um sofrimento mental (PEREIRA; SANTOS; MANENTI, 2020).

Por outro lado, nas perguntas sobre o ambiente escolar, frente ao questionamento: “*Você Professor, tem algum tipo de amparo psicológico dentro do seu ambiente de trabalho?*” Obtivemos 66,7% indicando que nunca e 33,3% afirmando que na maioria das vezes, através de conversas com equipe



pedagógica, entretanto sem o serviço psicológico de fato. Nesse interim, ao serem questionados se na instituição o profissional da Psicologia faz falta, obteve-se 100% das respostas afirmativas, na medida em que os docentes justificaram a necessidade de trabalhar a temática saúde mental e suporte emocional com toda a comunidade escolar.

Almeida (1999) destaca que o objetivo do Psicólogo (a) escolar é oferecer suporte direto aos educadores, estudantes e familiares. A atuação também se volta para a construção de métodos mais efetivos de ensino-aprendizagem e na construção de um ambiente escolar mais emocional e socialmente saudável, o que vai de encontro com as necessidades apontadas pelos docentes.

Por fim, o questionário destinado aos alunos, contou com 18 perguntas abertas e fechadas, nos quais contabilizou 22 respostas de um total de 30 alunos na sala observada, sendo 12 meninos e 10 meninas. Dezesesseis alunos indicaram uma faixa etária de 14 a 16 anos, enquanto seis, idade de 17 a 19 anos.

As questões que mais chamaram a atenção para a decisão da proposta interventiva foram sobre a saúde mental e o ensino em tempos de pandemia, no qual, o maior número de respostas foi em direção a poucas dificuldades na adaptação do ensino, uma aprendizagem razoável e diversas variações nos percentuais de saúde mental, conforme demonstrado na tabela abaixo:



Tabela 2 – Questionário com os alunos

Você sentiu dificuldade em adaptar sua rotina para se adequar ao ensino remoto e/ou híbrido?

36,4% (pouca dificuldade); 31,8% (muita dificuldade); 31,8% (nenhuma dificuldade)

Como você considera seu aprendizado nesta pandemia?

45,5% (razoável); 22,7% (bom); 18,2% (péssimo); 13,6% (ruim)

Tendo em vista que segundo a OMS, a saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade, como você avalia tua saúde mental no atual contexto pandêmico?

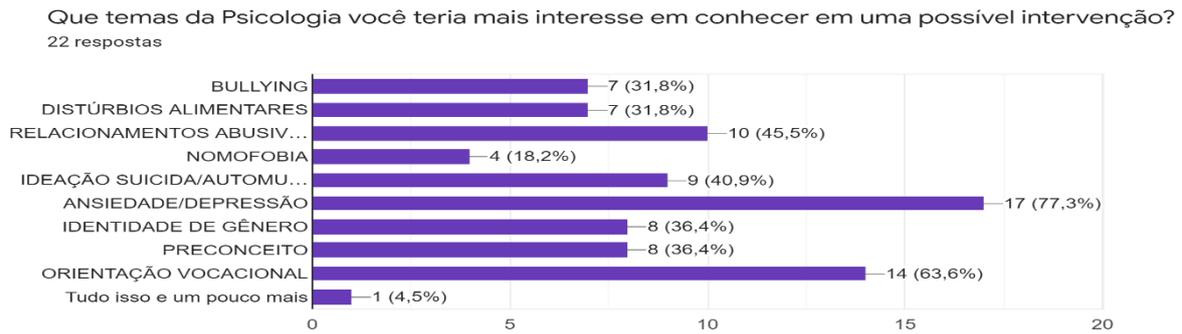
31,8% (regular); 22,7% (boa); 22,7% (ruim); 13,6% (ótima)

Fonte: Dados dos (as) pesquisadores, 2021.

Segundo Miranda et al. (2020) as epidemias e/ou pandemias acarretam um aumento de transtornos mentais ou sofrimento psicológico como ansiedade, irritabilidade e depressão. Essas consequências, advém do isolamento social, que para Gundim et al. (2021) também influencia na aprendizagem dos alunos, pois, rompe rotinas de estudos, provoca mudanças nos cronogramas e perda de eventos, o que, por sua vez, repercute nos planos futuros como escolhas de cursos superiores e profissões, intensificando os prejuízos à saúde mental dos estudantes.

Já, sobre as temáticas de intervenção, foi perceptível o interesse dos alunos em conhecer mais sobre os assuntos Ansiedade e Depressão, bem como, Orientação Vocacional, conteúdos estes em parte também pontuados pelos professores e até pela pedagoga da instituição, o que indica ser um relevante tópico de demanda deste campo, exemplificado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Temáticas de interesse dos alunos



Fonte: Dados dos (as) pesquisadores, 2021.

Comprovando o feito, em dado questionamento: “O fato de ter que escolher um curso/profissão te deixa ansioso? ”, obteve-se 66,3% de respostas afirmativas e 36,4% de respostas negativas. Andrade, Meira e Vasconcelos (2002) pontuam que a adolescência é uma fase em que há o desprendimento da infância e a entrada no mundo adulto, onde o adolescente se vê frente de uma variedade de profissões, tendo que optar por uma carreira profissional a ser seguida. Esse processo é marcado por incertezas, o que denotam a importância da Orientação Vocacional.

Orientação Vocacional é definida por Andrade, Meira e Vasconcelos (2002) como um processo no qual o indivíduo é auxiliado a escolher e se preparar para entrar e se desenvolver numa profissão. Partindo dos resultados, nota-se como possivelmente a temática de ansiedade, para além do contexto pandêmico, a escolha da profissão pode estar relacionada. Nesse sentido, a escolha da intervenção pautou-se na temática de Ansiedade e Depressão, aliada com o assunto de Orientação Vocacional, em formato de oficina.

4. MÉTODO

O presente artigo desenvolvido a partir do método dedutivo, que segundo Gil (1994) apud Souza e Ilkiu (2017) procura confirmar hipóteses, bem como, se caracteriza também, como qualitativo no qual se analisa toda a subjetividade, compreendendo acontecimentos e concedendo significados. Nota-se também, que é uma pesquisa básica, na medida em que busca gerar novos conhecimentos de questões inerentes através de práticas, bem como, uma



pesquisa de campo, na qual a partir de análises, sempre embasados em teorias fundamentadas e proposto uma intervenção (GIL, 1994 apud SOUZA; ILKIU, 2017).

Outrossim, foi realizado observações de forma remota pela plataforma Teams e presencial em uma escola privada do Vale do Iguaçu, com alunos do ensino médio. Para a ampliação do estudo, foi confeccionado um questionário aplicado através do Google Forms, para a pedagoga da escola e posteriormente baseado nas respostas obtidas, para os professores e alunos da sala observada como meio de entender a demanda existente no meio.

4.1 INTERVENÇÃO

A partir dos resultados expostos na coleta de dados, a Ansiedade foi um ponto destacado nos questionários da pedagoga e professores, como também, a Depressão e Orientação Vocacional foram citadas no questionário dos alunos. Dado o exposto, foi proposto aplicar uma intervenção aos alunos em torno dessa demanda, sendo inicialmente criado um cronograma com as atividades propostas e os tempos de duração, para apresentação à supervisora de estágio local e à professora orientadora para devida aprovação.

Foi proposto uma manhã de atividades diversificadas para os alunos em formato remoto pela plataforma Google Meet em torno do tema escolhido, iniciando com a apresentação dos nomes dos acadêmicos de Psicologia e suas respectivas cidades, seguido de uma dinâmica como meio de “quebrar o gelo” e propor uma interação entre os alunos e estagiários, chamada “*Gosto e Não Gosto*”, onde primeiramente os acadêmicos compartilharam algo que gostam e não gostam, e, após isso os alunos poderiam também fazer o mesmo.

Após seguiu-se com a explicação dos temas e apresentação de slides interativos, onde cada acadêmico realizou sua fala. As temáticas consistiram sobre o que é Psicologia e Psicologia Escolar; Depressão e Sintomas; Ansiedade Normal e Patológica, Estratégia Acalme-se; Dicas para o melhor Manejo da Ansiedade para, por fim, a Escolha Profissional e Aspectos Relacionados, sendo relatado pelos acadêmicos as histórias de cada um na escolha profissional, juntamente com os locais para a procura auxílio psicológico.



Posteriormente houve troca de informações através de perguntas do professor responsável pela turma e dos alunos participantes, com as devidas respostas dos acadêmicos sobre os temas apresentados, sendo que os estagiários a todo momento reforçaram a conduta de participação, anotando quem interagiu, para possibilitar o ganho de um mimo que seria deixado na escola.

Por fim, foi proposto uma prática de relaxamento Mindfulness chamada de Meditação do Chocolate, como meio de ensinar formas de enfrentamento em situações que geram ansiedade, para tanto, foi solicitado com uma semana de antecedência que os alunos possuíssem durante a prática algum chocolate, bala ou fruta para a realização da atividade. Ao término da apresentação foi disponibilizado através do WhatsApp uma cartilha sobre a temática de ansiedade e depressão, principais sintomas e meios de tratamento, bem como, um formulário de devolutiva sobre a intervenção.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola foi receptiva aos estagiários, apesar de algumas incongruências em relação à prática da intervenção. Notou-se, por exemplo, que a proposta de fazer uma atividade com os professores não foi considerada pela equipe pedagógica, que muitas vezes deixou de oferecer um suporte técnico efetivo aos acadêmicos, visto que 3 acadêmicas perderam o acesso da turma pela plataforma Teams e nada foi feito, bem como, muitas dúvidas durante o processo demoravam a ser respondidas.

Houve também, resistência da instituição em oferecer um dia e tempo razoável para a aplicação da intervenção, tratada desde o início como uma “palestra”, no qual resultou em um estímulo não efetivo para que os discentes participassem das atividades, aliado ao fato de que os acadêmicos só conseguiram fazer a proposta por meio do Google Meet, ferramenta não utilizada pelos alunos, variável contribuinte para a não adesão.

Quanto à intervenção, a maior dificuldade encontrada foi em trazer público para a participação, e, trabalhar com a frustração de que ela não seria presencial conforme inicialmente combinado com o Colégio. Entretanto, percebeu-se durante as observações que havia certa evasão dos alunos nas aulas via



plataforma Teams, e, isto não foi diferente no dia da intervenção, mesmo sendo proposto temas que a maioria da turma mostrou interesse no questionário aplicado anteriormente.

A intervenção proposta ocorreu no dia 12 de maio de 2021 no referido Colégio privado, havendo poucos alunos participantes, no entanto foram feitos diversos convites pelo Professor e Pedagoga através dos meios de comunicação disponibilizados pela escola. A atividade contou com a participação com um total de cinco alunos da sala observada e o professor responsável pela turma no horário estipulado.

Ademais, os alunos já haviam fechado as notas trimestrais e com isso muitos não demonstraram interesse em participar, já que não lhes acrescentaria nota. No entanto, quem aderiu às práticas, mostrou-se interessado e houve grande interatividade com os acadêmicos, com a presença de perguntas sobre os assuntos explanados e até sobre a Psicologia de forma geral, gerando elogios aos assuntos abordados.

Por fim, foi disponibilizado um questionário via Google Forms, para avaliar a intervenção, e, uma justificativa dos alunos que não participaram, sendo enviado para o professor e para a pedagoga, na qual novamente não obtivemos grande retorno. Nas três respostas obtidas, dois avaliaram a intervenção como boa e ótima, e um, que não participou, justificou que foi por conta de não estar participando das aulas presenciais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a verificação de como o profissional da Psicologia é fundamental em algumas instituições, dentre elas a escola, mas, ao mesmo tempo, nota-se a resistência em promover uma boa recepção, incentivo e abertura para este profissional, no ambiente em que sua presença não é obrigatória, e, como tais atitudes, influenciam os olhares dos discentes e comunidade escolar sobre estes acadêmicos.

A atividade realizada no campo, foi positiva, no sentido de identificar que ainda há muitos mitos e tabus envolvendo a Psicologia, e, ter um momento para falar de maneira qualificada sobre saúde mental, bem como, promover um espaço para tirar dúvidas é muito necessário, por menor que foi a adesão na



atividade proposta. Já, partindo da questão do pouco número de participantes, a situação permitiu aos acadêmicos estimular a resiliência e a inteligência emocional, cada vez mais necessária em contexto pandêmico e fora dele.

Este projeto de intervenção aqui relatado versou sobre os temas escolhidos pelos próprios adolescentes e docentes da instituição, sendo eles, Ansiedade, Depressão e Orientação Vocacional. Mesmo não tendo total aderência por parte dos alunos, podemos afirmar que a realização dessa experiência foi vista por todos os acadêmicos como um momento de aprendizagem coletiva. Salientamos ainda de que todos (as) os envolvidos (as) que participaram, de uma maneira beneficiaram-se, adquirindo novas informações e ampliando outros conhecimentos envolvendo os temas abordados.

Finalizamos ressaltando a necessidade da inserção de profissionais da Psicologia em equipes interdisciplinares nas escolas como membros indispensáveis para os desafios apresentados nesse contexto. Contudo, é de nosso conhecimento que não existe uma obrigatoriedade de um Psicólogo (a) inserido na Educação pela Legislação Brasileira, mas cabe à Psicologia como classe insistir em ocupar esses espaços, contribuindo e enriquecendo a educação cada vez mais mesmo com os desafios e contrariedades existentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S.F.C. **O psicólogo no cotidiano da escola**: re-significando a atuação profissional. Campinas: Editora Alínea, 1999.

ANDRADE. J. M; MEIRA. G. R. J. M; VASCONCELOS. Z. B. **O processo de orientação vocacional frente ao século XXI**: perspectivas e desafios. *Psicol. Cienc. prof.* vol.22 no.3: Brasília, set. 2002. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932002000300008&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 01 de abr. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é Covid-19**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 02 mar. 2021.



BRASIL. **Lei nº 11.395, de 11 de dezembro de 2019:** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BEHAR, P. A. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a--distancia/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL, **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** XII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, Brasília: 2005.

CASTRO, C. J.; JUNQUEIRA, S. M. S; CICUTO, C. A. T. **Ansiedade, depressão e estresse em tempos de pandemia:** um estudo com alunos da terceira série do ensino médio. Pampa, 2020. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2020000100504&script=sci_arttext. Acesso em 22 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Práticas e estágios remotos em Psicologia no contexto da pandemia da Covid-19 – Recomendações.** Publicado em: ago. 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/praticasestagios-remotos-em-psicologia-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-recomendacoes/>. Acesso em: 24 mar. 2021

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) na Educação Básica.** Edição Revisada, Brasília: 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-na-educacao-basica/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CRUZ, R. M.; et al. **Retorno ao trabalho? Indicadores de saúde mental em professores durante a pandemia da COVID-19** - Polyphonia, v. 31/1, jan-jun. 2020. Disponível em <https://www.revistas.ug.br/sv/article/view/66964/3582> Acesso em 22 mar. 2021.

DIAS; A.C. G; PATIAS, N. D; ABAID, J. L. W. **Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo:** Algumas reflexões. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 18, Número 1, janeiro/abril de 2014: 105-111. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a11.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 19 mar. 2021

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. **Decreto nº 6.983 de 26 de fevereiro de 2021.** Determina medidas restritivas de caráter obrigatório, visando o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=410089>. Acesso em: 01 abr. 2021.

GUNDIN, V. A. et al. **Saúde Mental de Estudantes Universitários durante a Pandemia de Covid-19** – Revista Baiana de Enfermagem, 2021. Disponível em <http://periodicos.ufba.br>. Acesso em 01 abr. 2021.

LIMA, A. O. M. N. Breve **Histórico da Psicologia Escolar no Brasil**. Revista Psicologia Argumento, Curitiba: 2005. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19637/18979>. Acesso em: 06 mar. 2021.

MACHADO, F. L. B. A. **Sobre a atuação do psicólogo escolar**. Monografia de Psicologia. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - Faces, Brasília: 2010. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2893/2/20162482.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MARTINS, R. X. A COVID- 19 e o fim da Educação a Distância: um ensaio. Revista de Educação a Distância, v. 7, n. 1, p. 242-256, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/620>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MIRANDA, M. M. et al. **Relatório Técnico da Pesquisa Saúde Mental dos Estudantes do IFPA em Tempos de Pandemia** - Instituto Federal do Pará, 2020. Disponível em <https://ifpa.edu.br/coronavirus/documentos-covid-19/5222-relatorio-tecnico-da-pesquisa-saude-mental-dos-estudantes-do-ifpa-em-tempos-de-pandemia/file>. Acesso em 01 abr. 2021.



- MOREIRA, I. G.; OLIVEIRA, R. F. S. **A importância do trabalho do Psicólogo no ambiente escolar**: perspectivas da educação na atualidade. *Psicologia e Saúde em Debate*: 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268414476.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.
- OLIVEIRA, H. V.; SOUZA, F. S. Do Conteúdo Programático Ao Sistema De Avaliação: **Reflexões Educacionais Em Tempos De Pandemia (Covid-19)**. *Rev. Boca: Boa Vista*, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/boca/article/view/OliveiraSouza/2867>. Acesso em 16 mar. 2021.
- PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2013.
- PEREIRA, H. P.; SANTOS, F. V.; MANENTI, M. A. **Saúde Mental de Docentes em Tempos de Pandemia**: Os Impactos das Atividades Remotas – Boletim de Conjuntura, Ano II, vol. 03 no. 9. Boa Vista. 2020. Disponível em <http://revista.ufrr.br/boca> Acesso em 01 abr. 2021.
- ROSA, A. R. FERNANDES, G. N. A.; LEMOS, S. M. A. **Desempenho Escolar e Comportamentos Sociais em Adolescentes**. *Audiology Communication Research* vol.25 São Paulo 2020. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2317-64312020000100319&script=sci_arttext. Acesso em 18 Mar. 2021.
- SOUZA, A. V. E; ILKIU, G. S. D. **Manual de normas para trabalhos acadêmicos**. Coligadas UB, União da Vitória: 2017.
- WINNICOTT, D. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1975.



REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO REGULAR

Edí Marise Barni¹
Diego da Silva²

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar, através de pesquisas bibliográficas, se a inclusão escolar realmente engloba alunos surdos em seu meio, e atenta às suas necessidades pessoais e educacionais, rompendo velhos paradigmas fazendo a reforma educacional que a inclusão propõe. Para isso, faz-se necessário saber o verdadeiro significado da palavra inclusão, identificando a sua real importância na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. Dessa forma, espera-se relatar de forma consciente a importância desse tema, e suas responsabilidades. Sabe-se que a inclusão só ocorrerá se as Instituições de Ensino repensar a educação como um direito inegável a todos, independentemente de suas deficiências. A inclusão não é suficiente se a escola não der suporte especializado para a real aprendizagem dos alunos surdos através do trabalho realizado com o próprio aluno, fazendo que a prática seja possível. É preciso entender que o professor necessita de auxílio e preparação para esse processo de educação, sabendo que o surdo tem direitos e responsabilidades sociais, tanto quanto os outros, e a ele devem ser concedidas as mesmas oportunidades de participação social, segundo as suas capacidades de desempenho, livre de preconceitos e discriminação.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Deficiência; Aprendizagem; Aluno Surdo; Educação.

ABSTRACT: This work aims to analyze, through bibliographical research, if school inclusion really encompasses deaf students in its environment, and attentive to their personal and educational needs, breaking old paradigms by making the educational reform that inclusion proposes. For this, it is necessary to know the true meaning of the word inclusion, identifying its real importance in the learning and development of students. Thus, it is expected to consciously report the importance of this topic, and its responsibilities. It is known that inclusion will only occur if Educational Institutions rethink education as an undeniable right for all, regardless of their deficiencies. Inclusion is not enough if the school does not provide specialized support for the real learning of deaf students through the work carried out with the student himself, making the practice possible. It is necessary to understand that the teacher needs help and preparation for this education process, knowing that the deaf have social rights and responsibilities, as well as others, and that they must be granted the same opportunities for social participation, according to their abilities to performance, free from prejudice and discrimination.

KEYWORDS: Inclusion; Deficiency; Learning; Deaf Student; Education.

1. INTRODUÇÃO

Educação Especial, no contexto da modalidade Educação escolar, é um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especializados que visam garantir e promover as potencialidades dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na educação básica.

Vale ressaltar que a Constituição traz em seu artigo 205 que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa,

¹ Pedagoga e psicóloga. Mestre em Educação pela PUC PR. Docente da UniEnsino, Unicesumar, Uniandrade e Prefeitura Municipal de Curitiba.

² Psicólogo. Mestre em Medicina Interna e Ciências da Saúde pela UFPR. Docente da UniEnsino.



seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e enquanto atividade do Estado torna-se instrumento de concretização do programa constitucional, sendo este acesso às políticas educacionais, direito de cada cidadão (BRASIL, p. 135).

A educação especial busca trabalhar de acordo com a necessidade do aluno pautando sempre sua potencialidade, independentemente das condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento para que os alunos sejam acolhidos nas escolas comuns sem nenhuma discriminação. A escola especial já está preparada para a diversidade diferenciando da escola regular que se adequa para receber estes alunos. Pode-se dizer que a Educação Especial é uma educação organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais.

Algumas escolas dedicam-se apenas a um tipo de necessidade, enquanto que outras se dedicam a várias. O ensino especial tem sido alvo de críticas por não promover o convívio entre as crianças especiais e as demais crianças. Por outro lado, a escola direcionada para a educação especial conta com materiais, equipamentos e professores especializados. O sistema regular de ensino precisa ser adaptado e pedagogicamente transformado para atender de forma inclusiva. A Educação Especial denomina tanto uma área de conhecimento quanto um campo de atuação profissional.

De um modo geral, ela trabalha com aqueles fenômenos de ensino e aprendizagem que não têm sido ocupação do sistema de educação regular, historicamente a educação especial vem lidando com a educação e aperfeiçoamento de indivíduos que não se beneficiaram dos métodos e procedimentos usados pela educação regular. A educação de alunos surdos exige uma adaptação pedagógica e profissional preparados para atender e satisfazer o aprendizado do aluno bem como amadurecer seu convívio social, levando em conta a percepção que o cego possui e sua capacidade de se apropriar das significações de seu meio e participar das práticas sociais, pois dispõe do instrumento necessário para isso, a linguagem.

O aluno surdo pode estudar em escola especializada, assim como também estar incluso em uma escola do ensino regular, pois existem leis que asseguram esse direito a todos os alunos com necessidades educacionais



especiais, mas a escola não deve apenas incluí-los, mas proporcionar meios que garantam a aprendizagem do mesmo.

Como destaca Sasaki (1998):

[...] inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (SASSAKI, 1998, p.8).

A inclusão visa minimizar impactos com as diferenças sociais, pois considera que todo indivíduo tem a capacidade de se apropriar, aprender e interagir frente ao meio social do qual faz parte, valorizando toda a bagagem que o aluno traz e respeitando os limites individuais de cada um, desse modo garantindo o mesmo direito a todos os cidadãos.

2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL

De acordo com Delou (2008), a educação especial trata-se de uma modalidade de educação escolar oferecida para alunos portadores de necessidades especiais, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prioriza. Trata-se de uma Lei que assegura direitos pleiteados aos alunos com necessidades especiais. Em tempos de defesa das práticas inclusivas, cria a possibilidade de inclusão na rede regular de ensino e mantém a possibilidade de atendimentos segregacionista, se o processo pedagógico o recomendar. Segundo a autora, é necessário que educadores e escolas compreendam o contexto da inclusão e a sua diversidade.

A Constituição Federal defende a educação como um direito de todos, entre eles jovens, adultos, idosos, trabalhadores e portadores de quaisquer tipos de deficiência ou necessidades especiais. Segundo os preceitos constitucionais, a educação especial deve ser ofertada desde as séries iniciais, e de preferência na rede regular de ensino. Isso significa que a legislação dá respaldo à inclusão. O Estatuto da Criança e do Adolescente confirma o direito das crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais. (SMANIO, 1998).

Segundo o mesmo autor, para analisar o conceito de educação especial, é preciso abordar três aspectos fundamentais sobre a mesma: trata-se de uma modalidade de educação escolar; é oferecida preferencialmente na rede regular



de ensino e para educandos portadores de necessidades especiais. Partindo desse pressuposto, é possível compreender os objetivos de uma educação especial inclusiva.

De acordo com Brasil (2001), o Parecer 17/2001 do Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, e definiu como alunos com necessidades educativas especiais aqueles que apresentam, durante o processo ensino aprendizagem, dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares; dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos alunos; altas habilidades, grande facilidade de aprendizagem dominando rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes, superdotação.

Portanto, compreende-se que os alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que manifestam comportamentos particulares que impeçam os encaminhamentos rotineiros das práticas pedagógicas em sala de aula, sendo necessário que a escola e os professores façam ajustamentos curriculares, sem os quais eles não conseguem realizar as aprendizagens ao nível de suas capacidades e potencialidades. Trata-se de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, que necessitam de sinais e códigos apropriados para se comunicar, ou para ler e escrever necessita de adaptações nas condições materiais de ensino, e que sem elas, a permanência na escola não terá resultados satisfatórios de aprendizagem. (SMANIO, 1998).

Segundo o autor, a Lei de Bases e Diretrizes destina uma seção a educação especial, trata das ofertas, da exigência de adequar conteúdos, procedimentos, recursos materiais e didáticos e realiza-se de acordo com a proposta dos estados e municípios, a mais comum é a classe especial na rede pública de deficiência auditiva, deficiência mental e visual, que consta com professores capacitados a trabalhar com as deficiências, contemplando não só as suas limitações, mas valorizando também as suas potencialidades.

De acordo com Fonseca (1995), as denominações utilizadas pela Literatura são pouco usadas, com deficiência mental, física, auditiva, entre outras. Segundo o autor, isso não significa que elas estão desatualizadas, mas que do ponto de vista teórico, “a ideia de definição e da classificação em Educação Especial deve ter em consideração que se classificam



comportamentos e não crianças”. (p.26). Observa-se então que se fosse possível definir comportamento humano, sem prejuízo ao indivíduo, não haveria maiores dificuldades.

Para Fonseca (1995), a classificação traz consigo a rotulação na subjetividade do indivíduo e da sociedade, o indivíduo passa a ser visto como um rótulo, perdendo-se de vista o seu referencial sociocultural, a sua subjetividade, seus valores, sua individualidade, torna-se um ser excluído por se diferenciar dos demais membros da sociedade. Deste modo, há a necessidade de que a deficiência seja vista como uma das características do indivíduo, e não como o indivíduo, assim acontece de forma integral na sociedade, entretanto, as dificuldades que a criança com necessidades educacionais especiais enfrenta é grande, pois as outras crianças tendem a excluí-la, pois possuem uma ideia pré-concebida encontrada na sociedade, portanto, cabe aos docentes e a comunidade acolher e incluir estas crianças, de forma que os preconceitos sejam eliminados.

De acordo com o mesmo autor, a denominação não deve ser utilizada, pois elas não são suficientes para expressar toda a amplitude do aluno. Com a denominação “necessidades especiais”, é possível abarcar um grupo maior de características comportamentais, consideradas como necessidades educacionais especiais, como o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, autismo, dislexia, discalculia, entre outros, que formam grandes grupos de fracasso escolar. Portanto, a fragmentação da formação, pode atribuir significado de deficiência à expressão necessidades educacionais especiais, que é muito mais ampla por retratar a diversidade dos alunos da Educação Especial. (FONSECA, 1995).

Perrenoud (1999) relata que a educação especial é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Desde a Constituição de 1988 ficou estabelecido que o Estado tivesse dever com a Educação mediante ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. A partir da promulgação da Lei 9.394/96 constatou-se que o legislador aperfeiçoou este artigo, atualizando-o a oferta da educação da década de 90, confirmando o dever do Estado com relação à oferta da educação pública, garantindo o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Segundo o autor, durante muitos



anos, a educação para portadores de necessidades educacionais especiais era algo muito particular, os alunos cegos e surdos eram encaminhados para escolas especializadas, no entanto, nenhum constrangimento social era criado.

O mesmo acontecia com os alunos portadores de deficiência mental, porém quando matriculados em classe especial de rede pública o seu destino era sempre o abandono e o preconceito. Os professores tinham por objetivo distrair estes alunos, que aparentemente não tinham muita necessidade de estimulação, pois não eram capazes de aprender. Os autistas eram internados em hospitais psiquiátricos, ou em escolas especiais, em total isolamento social, os deficientes físicos só poderiam ser matriculados em escolas regulares se houvesse acesso físico ao seu deslocamento, portanto, é possível observar que a escola não atuava para diminuir os efeitos destes estereótipos.

No Brasil, o atendimento dos indivíduos excepcionais nas primeiras décadas do século XX, era realizado em instituições com influência médico pedagógica, mas esta institucionalização acaba tendo como consequência a segregação destes indivíduos. Segundo Tessaro et al, apud Karagiannis, Stainback e Stainback (1999), durante o século XIX e grande parte do século XX, a educação especial para alunos com deficiência ocupou lugar de destaque, observando-se uma tendência muito grande à segregação para o controle dos deficientes.

3. A INCLUSÃO DO SURDO

Segundo Soares (1999), a inclusão visa buscar inúmeras formas de aprimoramentos, tanto nas metodologias como na didática, alcançando a construção do conhecimento e o aprendizado para alunos surdos, chegando a uma inclusão educacional e social. Segundo o mesmo autor, o surdo, sofreu por muito tempo o preconceito, por ser considerado incapaz de receber aprendizado em ensino regular, pelo fato de muitos professores considerarem a surdez uma incapacidade, ideia que foi extinta a partir da modernização, onde surgiram as primeiras mudanças estruturais nas Instituições escolares, colocando de lado o termo deficiente, caracterizando o ser humano, com as suas particularidades, características e costumes, com seus direitos respeitados pela sociedade.



Para Fonseca (1995), a inclusão do aluno surdo em escola regular é fundamental para o bom aprendizado, pois favorece a real compreensão e socialização através do uso da língua de sinais, ou da leitura labial, tornando a comunicação não apenas um objeto de trabalho, mas algo que faz parte da cultura, da mesma forma que a língua oficial. E diante dessa realidade é de fundamental importância o uso de tecnologias no ambiente educacional.

Algumas opções de mídia e tecnologias mostra no atual contexto social e educacional como algo primordial na vida humana, equipamentos como vídeos, celulares, a internet e suas interligações, motivam a participação do aluno, se utilizadas como ferramentas pedagógicas.

O retroprojetor auxilia no ensino da Língua de Sinais, e o computador que vem ser a maior ferramenta de educação, como objeto intermediador de emissão de recepção de conhecimentos, aprimoramento e adequação a todos os indivíduos e suas especificidades para manuseá-los. De acordo com o mesmo autor, entre as inúmeras discussões na comunidade surda, vem sendo questionada a escola inclusiva, pois não trabalha os conteúdos da Pedagogia surda, tirando assim uma construção do espaço de contato com a cultura surda na inclusão.

4. A INCLUSÃO DA LIBRAS NA ESCOLA

De acordo com Lacerda (2007), a aquisição e o desenvolvimento da linguagem são fundamentais para a construção de processos cognitivos e para que sejam estabelecidas as relações sociais. A linguagem é responsável pela regulação da atividade psíquica humana, pois é ela que permeia a estruturação dos processos cognitivos e é assumida como constitutiva do sujeito, pois, possibilita interações fundamentais para a construção do conhecimento (VYGOTSKY, 2001).

Os sujeitos surdos, devido à defasagem auditiva que possuem, encontram dificuldades para entrar em contato com a linguagem do grupo social no qual estão inseridos (GÓES, 1996). A linguagem, além de sua função comunicativa, interfere significativamente na organização do pensamento, sendo essencial para o desenvolvimento cognitivo. Assim, no caso de crianças surdas, o atraso



de linguagem pode trazer como consequências problemas emocionais, sociais e cognitivos, mesmo que haja o aprendizado de uma língua tardiamente.

De acordo com Damázio (2007), entende-se que na educação dos surdos a primeira língua deve ser a de sinais, possibilitando a comunicação inicial na escola, uma vez que estes alunos possuem bloqueios para a aquisição natural de uma língua oral. A utilização da língua de sinais é reconhecida como condição importante que a escola deve oferecer ao atendimento desses alunos, por ser uma língua muito utilizada, produto da interação das pessoas que a utilizam para se comunicar. Possui as suas riquezas linguísticas, da mesma forma que as línguas orais, oferecendo as mesmas possibilidades de constituição de significados, cumprindo o seu papel fundamental na educação dos deficientes auditivos.

Segundo o mesmo autor, a Libras é essencial para uma boa comunicação, e a escola não pode deixá-la de lado do seu processo de ensino e aprendizagem, uma vez que possuem todos os níveis linguísticos e funções das línguas orais.

De acordo com Brito (1998):

A Libras é dotada de uma gramática constituída a partir de elementos constitutivos das palavras e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, que apresentam também especificidades, mas seguem princípios básicos gerais. É dotada de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da Libras e de princípios que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e significados não literais (BRITO, 1998.p. 190).

Ainda segundo Brito (1998), a Libras difere-se das línguas orais porque se utilizam um meio visual e não oral. Usam o espaço e as dimensões que ela oferece na constituição de seus mecanismos, e os seus significados dão percebidos pelos seus usuários por meio das mesmas dimensões. É uma língua natural que surgiu como todas as outras, através da interação entre as pessoas.

Foi desenvolvida a partir da língua de sinais francesa e possui, além de uma estrutura gramatical própria, todos os componentes das línguas orais.

Segundo Quadros (1997), a Libras apresenta requisitos científicos necessários para ser considerada instrumento linguístico em todos os níveis de análise, como o sintático, semântico, morfológico e pragmático. Para Lacerda apud Vygotsky: A linguagem, entendida como adquirida nas interações e relações sociais, em sua modalidade oral, faz parte da vida do sujeito ouvinte desde muito cedo. É no contato com ela, fazendo parte de uma sociedade que



faz uso dela que o sujeito adquire linguagem. No caso de pessoas surdas, esse contato não se dá de modo natural, pois a língua oral é percebida por meio do canal auditivo sendo, portanto, inacessível à criança surda.

A ideia de que a linguagem é adquirida na vida social remete, também, ao conceito de que é na/pela/com a linguagem que o sujeito se constitui, com suas características tipicamente humanas, diferenciando-se dos demais animais, caracterizando assim a relevância da linguagem para o desenvolvimento (VYGOTSKY, 2001).

Permite a expressão de qualquer significado, necessário a comunicação e expressão do homem, inclusive de conceitos concretos e abstratos. Nota-se que a língua de sinais é fundamental para a expressão e integração do surdo na vida escolar em geral. Na medida em que as línguas são sociais, os surdos ficam limitados em se tornarem compreensíveis aos ouvintes, mesmo havendo diferenças nas modalidades da língua.

Segundo Brito (1997):

A Libras é dotada de uma gramática constituída a partir de elementos constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico (o conjunto das palavras da língua) que se estruturam a partir de mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam especificidade [...]. Estes são usados na geração de estruturas linguísticas de forma produtiva, possibilitando a produção de um número infinito de construções a partir de um número finito de regras. É dotada também de componentes pragmáticos convencionais, codificados no léxico, e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais (BRITO 1997. p. 192).

5. LEGISLAÇÃO REFERENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA FEDERAL

Várias são as leis que tratam da educação inclusiva, entre essa a Lei nº 7.853/89 que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social e pleno exercício de direitos sociais e individuais;

- Também tem o Decreto nº 2.208/97 que trata da Educação profissional de alunos com necessidades educacionais especiais;
- Tem o Parecer CNE/CEB nº 16/99 - Educação profissional de alunos com necessidades educacionais especiais;
- Resolução CNE/CEB nº 4/99 - Educação profissional de alunos com necessidades educacionais especiais;



- Decreto nº 3.298/99 - Regulamenta a Lei 7.853/89, dá-lhe condições operacionais, consolida as normas de proteção ao portador de deficiências; LDB nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) - Capítulo V - Educação Especial - Art. 58, Art. 59 e Art. 60; Portaria MEC nº 1.679/99 - requisitos de acessibilidade a cursos, instrução de processos de autorização de cursos e credenciamento de instituições voltadas à Educação Especial;
- Lei nº 10.098/00 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências;
- Lei nº 10.048/00 - Determina atendimento prioritário às pessoas com deficiência e a acessibilidade em sistemas de transportes;
- Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institui Diretrizes e Normas para a Educação Especial na Educação Básica;
- Parecer CNE/CEB nº 17/2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;
- Lei nº 10.172/2001 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras Providências (o PNE estabelece 27 objetivos e metas para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais);
- Decreto nº 5.296/2004 – Regulamenta os sistemas Leis 10.048/2000 e 10.098/2000.

No dia 02 de dezembro de 2004, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva regulamentou as leis federais (Leis 10.048 e 10.098/2000) que tratam da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no Brasil. O governo federal atendeu a uma demanda histórica dos movimentos sociais que defendem os direitos dos portadores de deficiência, publicou o Decreto 5.296, regulamentando as leis federais que tratam da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (gestantes, pessoas com crianças de colo, pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, obesos, entre outros). (MARANHÃO, 2005).

Segundo o mesmo autor, a regulamentação dessas leis representa o passo decisivo para a cidadania das crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência ou mobilidade reduzida, fazendo com que a escola, a saúde, o trabalho, o lazer, o turismo e o acesso à cultura sejam elementos presentes na vida destas pessoas. A assinatura do decreto foi um complemento das atividades



do Ano Ibero-americano da pessoa com deficiência, e integra as comemorações do dia internacional da pessoa com deficiência, celebrado no dia 3 de dezembro.

O decreto de regulamentação é uma demanda histórica dos movimentos sociais ligados à área e é aguardado desde o ano 2000. A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, determina atendimento prioritário às pessoas com deficiência e a acessibilidade em sistemas de transporte. Já a Lei nº 10.098 trata da acessibilidade ao meio físico (edifícios, vias públicas, mobiliário e equipamentos urbanos), aos sistemas de transporte, de comunicação e informação e de ajudas técnicas.

A regulamentação dessas leis possibilita a efetivação dos direitos e a equiparação de oportunidades para as pessoas com deficiência. Um dos pontos importantes e muito aguardados é a progressiva substituição dos veículos de transporte coletivo que hoje circulam por veículos acessíveis. Além disso, o decreto estabelece que tudo o que for construído a partir de sua publicação seja acessível às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. No campo das ajudas técnicas, o decreto avança no sentido do apoio à pesquisa científica e tecnológica para desenvolvimento destes equipamentos, instrumentos e produtos, no intuito de reduzir os custos de aquisição. A elaboração do decreto foi um processo de diálogo com a sociedade civil e fruto de um trabalho intersetorial. (MARANHÃO, 2005).

Com a edição desta norma, serão possíveis as associações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e ao ministério público implementar, fiscalizar e aplicar sanções pelo descumprimento das determinações legais. O decreto trata de cinco eixos principais: acessibilidade no meio físico, acesso nos sistemas de transportes coletivos terrestres, aquaviários e aéreos, acesso à comunicação e à informação, acesso as ajudas técnicas e a existência de um programa nacional de acessibilidade com dotação orçamentária específica. Este programa já foi incluído no Plano Plurianual 2004-2007, sob responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos, no âmbito da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. (MARANHÃO, 2005).

Segundo Maranhão (2005), o Brasil possui 24 milhões de pessoas portadoras de deficiência, fora aquelas com mobilidade reduzida, que incluem gestantes, pessoas com crianças de colo, pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, obesos, entre outros, que também serão beneficiadas pela



legislação

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com esse presente trabalho que a inclusão social do aluno surdo passou por momentos históricos relacionados com a Conferência de Salamanca e com as devidas leis que amparam com essa temática, representando um princípio de que nenhuma criança deve ser excluída das outras, independentemente de qualquer deficiência que apresente, pois, essa exclusão leva a segregação.

Para isso, faz-se necessário que as Instituições de Ensino agreguem a língua de sinais, a Libras como meio de comunicação entre alunos surdos e seus professores, para que ocorra um aprendizado satisfatório, com acessibilidade.

Assim sendo, a inclusão não é suficiente se a escola não der suporte especializado para a real aprendizagem dos alunos surdos através do trabalho realizado com o próprio aluno, fazendo que a prática seja possível. É preciso entender que o professor necessita de auxílio e preparação para esse processo de educação, sabendo que o surdo tem direitos e responsabilidades sociais, tanto quanto os outros, e a ele devem ser concedidas as mesmas oportunidades de participação social, segundo as suas capacidades de desempenho, livre de preconceitos e discriminação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CBE, 2001.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Integração social e educação de surdos**. Rio Janeiro: Editora Babel, 1993.

_____. **Língua Brasileira de Sinais**. Série Atualidades Pedagógicas. In: Brasil, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 1997.

DAMÁZIO, Mirlena. Deficiência auditiva. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

DELOU, Cristina Maria Carvalho. **A educação especial e a educação inclusiva no cenário brasileiro: contextualização do problema**. In: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão. Curitiba: Brasil S.A. 2008.



- FONSECA, Victor. **Educação especial: programa de estimulação precoce uma introdução às ideias de Fuerstein**. Porto Alegre: Artmed: 1995.
- GÓES, Maria Cecília Raphael. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- KARAGIANNIS, Anastasious, STAINBACK, Susan, STAINBACK, William. **Visão geral histórica da inclusão**. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores** Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1999.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre essa experiência**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>. > Acesso em: 24-08-2011.
- MARANHÃO, M. de Aguiar. **O desafio maior da sociedade para todos**. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br>.> Acesso em: 26-10-2011.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- PERRENOUD, Phillippe. **Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- QUADROS, Ronice Muller. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Porto Alegre: Palloti, 2006.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Integração e Inclusão: do que estamos falando? Temas sobre desenvolvimento**, v.7, n.39. 1998.
- SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Interesses difusos e coletivos: estatuto da criança e do adolescente, consumidor, meio ambiente, improbidade administrativa, ação civil pública e inquérito civil**. São Paulo: Atlas, 1998.
- SOARES, Maria Aparecida Leite. **Educação de Surdos no Brasil**, Campinas, Autores Associados, 1999.
- TESSARO, Nilza Sanches; et al. **Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000100010> (=pt.) Acesso em: 25-08-2011.



VIGOTSKI, Leve Semenovith. **A construção do pensamento e da linguagem.**

São Paulo: Martins Fontes, 2001.



RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL EM UMA EMPRESA DO RAMO DO PAPEL NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA-PR

Guilherme Custodio Tonial¹
João Matheus de Souza²
Pedro Augusto Stelmach³
Suelen Dulce Franco⁴

RESUMO: O presente artigo objetiva apresentar os dados levantados pelos acadêmicos durante observação na empresa São Gabriel Papeis Ltda. e os resultados das intervenções realizadas após a coleta de dados. Os dados foram levantados em campo, através de entrevistas informais e formais com os colaboradores da empresa. Coletadas as informações, correlacionou-se com a bibliografia da área da Psicologia Organizacional para que, dessa forma, o trabalho seja embasado em critérios científicos. Entreviui-se utilizando a denominada “dinâmica do barbante” e explanação de pontos relativos à comunicação dentro da empresa, esta que por vezes foi percebida como falha.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Organizacional, comunicação, intervenção

ABSTRACT: This article aims to present the data collected by academics during observation at the company São Gabriel Papeis Ltda. and the results of interventions performed after data collection. Data were collected in the field, through informal and formal interviews with company employees. After collecting the information, it was correlated with the bibliography in the field of Organizational Psychology so that, in this way, the work is based on scientific criteria. Intervention was made using the so-called “string dynamics” and explanation of points related to communication within the company, which was sometimes perceived as a failure.

KEYWORDS: Organizational Psychology, communication, intervention.

1. INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que a Psicologia, como atividade profissional, é majoritariamente reconhecida por seu trabalho clínico, não só no Brasil, mas no mundo. Mesmo assim, em 1988, uma pesquisa do Conselho Federal de Psicologia (CFP) colocava a Psicologia organizacional como a segunda maior área de atuação dos profissionais. Já no ano 2000, a prática organizacional foi tida como 3ª área de atuação, com 12,4% de profissionais (CAMPOS et al, 2011). No tocante a evolução da prática da Psicologia nas organizações, esta desenvolveu-se no início do século XIX, sob a denominação de “Psicologia Industrial”, sendo definida como “o estudo do comportamento humano nos aspectos da vida relacionados com a produção, distribuição e uso dos bens e

¹ Acadêmico de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu.

² Acadêmico de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu.

³ Acadêmico de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu.

⁴ Especialista em Psicologia Jurídica e Avaliação Psicológica; Especialista em Neuropsicologia – FAVENI. Professora de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu.



serviços de nossa civilização” (CAMPOS et al, 2011, p. 703). Nesse contexto, dedicava-se à aplicação dos conhecimentos da psicologia para a solução dos problemas no contexto da indústria.

No decorrer da história, a psicologia organizacional passa por mudanças em seu reconhecimento como campo de atuação. De acordo com Schein (1982 apud CAMPOS et al, 2011), nos anos 80, a Psicologia organizacional era reconhecida como um campo de atuação interdisciplinar que buscava entender os fenômenos organizacionais que se desenvolvem em torno de questões conjuntas referentes ao bem-estar do indivíduo. Já na década de 90, Goulart e Sampaio (1998 apud CAMPOS et al, 2011) definem essa área como um campo de aplicação dos conhecimentos originados da ciência psicológica nas questões relacionadas ao trabalho humano, que objetiva, com isso, promover a saúde do trabalhador e sua satisfação relacionada ao trabalho.

Já no milênio seguinte, Garcia, Valdehita e Jover (2003 apud CAMPOS et al, 2011), após analisarem diversas definições do tema, afirmaram que a psicologia do trabalho é uma disciplina simultaneamente teoria e aplicada, que objetiva descrever, compreender, prever e explicar o comportamento laboral de grupos e indivíduos, assim como os processos relacionados aos mesmos, através do uso de conceitos, modelos e métodos da Psicologia. Não obstante, os autores ainda definem que essa área da psicologia é focada, também, na intervenção, tanto sobre a pessoa como sobre o trabalho, visando o melhor satisfazer das necessidades dos trabalhos, mantendo e incrementando os benefícios e rendimentos da empresa.

Na tentativa de sintetizar e esclarecer as ideias nas três áreas nomeadas anteriormente, Campos (2008 apud CAMPOS et al, 2011) apresenta as principais diferenças de atuação entre elas. Para o autor, o psicólogo industrial focava em recrutamento e seleção, especialmente utilizando testes psicológicos como auxílio. Sua principal preocupação era a produção, enquanto a relação entre empresa e funcionários e os grupos de funcionários não eram observados.

Nesta seara, a atuação do psicólogo organizacional ainda era direcionada para o aumento da produtividade e da eficiência, além da avaliação de habilidades dos funcionários, não havendo uma clareza no que se refere à visão do homem nas organizações, assim como do próprio conceito de trabalho. Enquanto que, no tocante ao psicólogo do trabalho, seu principal objetivo é



compreender esse homem que trabalha e as implicações que o labor tem em seu cotidiano, além de buscar resgatar a dignidade humana nas relações trabalhistas (CAMPOS, 2008 apud CAMPOS et al, 2011).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse tópico da pesquisa, os estudos em Psicologia organizacional passam por um aprofundamento teórico que embasará as intervenções propostas pelos acadêmicos no decorrer do estágio em campo. Para isso, serão abordados temas de relevância no âmbito organizacional, desde sua contextualização histórica até sua aplicação prática atual.

2.1 ORIGENS DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

É de suma importância, em um primeiro momento, contextualizar a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). Segundo Zanelli e Bastos (2004 apud MARTINS-SILVA et al, 2015), o surgimento e desenvolvimento da POT estão associados diretamente com o processo de industrialização ocorrido no final do século XIX e início do século XX, inicialmente em países centrais do cenário ocidental.

Zanelli e Bastos (2004 apud MARTINS-SILVA et al, 2015) ainda afirmam que Walter Dill Scott é tido como um dos pioneiros na área ao publicar, em 1903, o livro intitulado “The theory of advertising”. Dez anos depois, Hugo Münsterberg publicou a obra “Psychology and industrial efficiency”, que pode ser intitulada como o primeiro compêndio da área. Esses dois autores foram os primeiros a ensaiar a aplicação dos conhecimentos da Psicologia nas relações de trabalho, principalmente em aspectos como a seleção de pessoal e a utilização de testes psicológicos objetivando a maximização dos ajustes das pessoas aos cargos (ZANELLI; BASTOS, 2004 apud MARTINS-SILVA et al, 2015).

Há algumas décadas estudiosos da POT (Klein, Tossi, & Cannella, 1999) destacam de maneira pejorativa o pouco foco direcionado aos possíveis níveis deste ramo, por consequência há construção de teorias divididas em micro ou macro, que acabam por não considerar outros elementos advindos do elemento em específico, com essa polaridade é inegável a possibilidade de invalidação



dos diferentes níveis. Essa desatenção traz conflitos num modo geral, tais como a limitação de relações teóricas entre autores da linha, as restrições resultam em um menor conhecimento do que seria possível e possíveis conclusões errôneas.

Discorrem Puentes-Palacios, Porto e Martins (2016) como são descritos nos estudos o macro como os elementos que elencam os aspectos gerais da organização, o micro limita-se aos indivíduos em si, tendo ainda além desses dois, pode ser considerado outros níveis de estudos na organização, como os grupos que demonstram um certo grau de interesse sobre os fenômenos semelhantes, como pessoas próximas a aposentadoria. Assuntos sociais que podem ser pautados além do limite da cultura organizacional, mas também da social com um todo.

2.2 FORMAS DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

Frazão (2009) analisa as possíveis formas de trabalho do(a) psicóloga(a) dentro das organizações. Aponta que algumas técnicas do ramo psicológico podem ter seu uso na organização para auxiliar na resolução de alguns conflitos organizacionais, por exemplo, a prevenção e promoção de saúde, a melhoria da integração dos funcionários, uma comunicação com qualidade das diretorias e colaboradores, entre outras que devem ter o psicólogo como um objeto de análise para ajudar na busca por melhorias.

A aproximação da psicologia do trabalho da psicologia social crítica é vista positivamente, pois permite outras óticas voltada a psicologia organizacional, concedendo uma dimensão dinâmica e astuta, correlacionando estratégias e intervenções, em prol da qualidade e produtividade da empresa, sendo fatores mediadores e correspondentes a forma da psicologia. (SPINK, P, 1996)

O autor Zanelli (1986), fala em seu artigo uma citação do JORNAL do CRP-06, destacando uma fala que condiz com o destaque da psicologia organizacional, ressaltando que a área da psicologia organizacional é a menos definida em termos de psicologia, porém, após um tempo as empresas perceberam que o psicólogo dentro da empresa poderia ser utilizado não somente para seleção de funcionários, mas a competência de ajudar na melhor interrelação entre colaboradores, em prol da empresa. (ZANELLI, J. 2012).



Em destaque, o autor Hashimoto (2013) em sua dissertação de mestrado, cita que os psicólogos organizacionais tendem a se adaptar aos contextos inseridos, assumindo uma responsabilidade cada vez maior nas adequações e atividades, contribuindo com soluções técnicas e práticas, proporcionando novas formas de convívio dentro das empresas. (HASHIMOTO, F. 2013)

2.3 A PSICOLOGIA NA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Conforme relatado e observado em campo de estágio, a comunicação é evidenciada como algo a ser aprimorado no ambiente organizacional em questão. Acresce-se importância a esse fato o argumento Kunsch (2014), que explica que a comunicação deve ser considerada não somente como instrumento de divulgação ou transmissão de informações, mas como um processo social básico e como um fenômeno vigente na sociedade. Tal que, assim, é dever atribuir à comunicação um poder transversal que perpassa em todo o sistema social global, incluindo as organizações.

Portanto, é essencial ver a comunicação inserida nos processos simbólicos e focada nos significados daqueles envolvidos, além dos relacionamentos interpessoais e grupais, sempre dando o devido valor às práticas comunicativas cotidianas (KUNSCH, 2014), prezando, no caso da empresa em questão, em como a comunicação deve ser adaptada para o contexto em que ela está inserida. Conseqüentemente, quando se vê a comunicação vivenciada de acordo com a individualidade de cada um, ela se torna compreensível para todos que permeiam o diálogo.

Porém, para que isso ocorra, é importante que o líder em questão está disponível, aberto e apto para pôr em prática essa comunicação. Cientes de que as atitudes e ações dos líderes da empresa exercem importante influência nas percepções e na forma de se comportar dos colaboradores, além de que seus cargos possuem maior responsabilidade e remuneração dentro da organização (SANT'ANNA; PASCHOAL; GOSENDO, 2012), se faz necessário ressaltar a importância de uma comunicação de qualidade entre os "comandantes" e os "comandados", pois é daí que parte o exemplo.

Afirma-se isso pois os líderes são agentes de mudança. São pessoas que têm seus atos afetando de uma forma muito maior aos outros do que elas a seus



atos. Mesmo assim, não se deve esquecer os aspectos ambientais no contexto da liderança. O poder de ação do líder sobre o grupo e os resultados obtidos pode ser limitado por diversos fatores, como tecnologia, normas, requerimentos do trabalho e políticas organizacionais (SANT'ANNA; PASCHOAL; GOSENDO, 2012). A isso, se faz necessário atentar-se às limitações que a empresa pode oferecer ao líder, conseqüentemente, de forma direta ou indireta, também aos funcionários.

3. HIPÓTESE DIAGNÓSTICA

De acordo com a proposta de estágio, foi necessário observar aspectos da empresa para elaboração de um diagnóstico, com o intuito de apresentar uma intervenção que tivesse como auxiliar na demanda que surgisse dentro desta organização. Vale ressaltar que os acadêmicos entraram em contato com pessoas de diferentes setores da equipe, para obtenção de dados que dessem maior clareza para compreender um possível ponto que os mesmos poderiam intervir.

O levantamento desses dados ocorreu desde as primeiras visitas a empresa, por se tratar de um local expansivo para observar o processo como um todo, os acadêmicos se dividiram e conversaram com diferentes colaboradores, gerencia, setor de recursos humanos, entre outros, sobre como enxergavam a empresa, se imaginavam como a psicologia atua dentro e fora de uma organização, essa com o objetivo de apenas diferenciar para eles o que estaria sendo feito pelos estagiários lá dentro.

No relato da grande maioria das pessoas dessa equipe organizacional, teve uma queixa em comum, a comunicação, também foi percebida e vivenciada até mesmo na interação dos acadêmicos com o campo de estágio, desde os primeiros contatos até após finalizarem a intervenção, por exemplo, em momentos que se deslocaram até a empresa não foi possível aplicar a intervenção, pois os colaboradores encontravam-se em função de uma urgência para a organização, havia estragado uma das máquinas e estavam arrumando.

É de suma importância compreender a comunicação como um processo estratégico para a ação em uma realidade complexa, plural e dinâmica. Realidade essa que demanda por comportamentos inovadores, criativos e



dinâmicos, funcionando de forma democrática, sendo, por exemplo, disseminadora dos objetivos da empresa, ou de seus valores culturais, tanto para o público interno quanto para o externo (CARDOSO, 2006).

Ao discutirem todas as observações feitas e analisarem os dados que foram registrados, os acadêmicos delimitaram que o diagnóstico onde seria aplicada a intervenção era com o foco na comunicação, abertura para novas ideias, enfim, aspectos que estão relacionados ao relacionamento dos colaboradores na organização. Um ponto importante para apontar é que desde os colaboradores até a diretoria do local já tinha noção desse problema, até relataram ter tentado mudar isso, mas que como se trata de um processo longínquo e com pessoas inflexíveis a mudanças, dificilmente dava resultado.

Conforme Naves et al (2000) há algumas barreiras perante a identificação do processo organizacional que acabam dificultando mudanças dentro da organização. Perante apontamentos críticos para os padrões de uma empresa e que haja tendências para tornar cada vez mais humanas, com relacionamentos saudáveis, maior interação, qualidade de vida, entre outros fatores, mesmo com o reconhecimento da necessidade de desenvolver estes aspectos, as equipes empresariais não conseguem de fato colocar as mudanças em práticas.

Portanto, como foi possível analisar, a comunicação dentro da empresa é um ponto a ser trabalhado, do maior cargo ao menor e vice-versa, independente do setor, apresentou falhas que foram observadas e apontadas por parte dos estagiários. Tendo sido destacado o reconhecimento deste aspecto pela empresa, houve uma concordância sobre a importância de ressaltar esse elemento nas intervenções, visando melhorar a mesma que estava ocorrendo muitas falhas e afetando nos processos organizacionais.

4. INTERVENÇÃO

A intervenção diante a proposta do estágio organizacional, consistiu primeiramente no conhecimento da empresa e entendimento dos setores e cargos adentro, realizando uma ponte com os colaboradores, supervisores e demais componentes da empresa, elaborando conversas e perguntas, afim de entender se há alguma percepção diante a empresa, sendo uma sugestão, critica



ou quaisquer pontos diversos. O intuito era entender a demanda vinda do conjunto empresarial como um todo.

Após mais observações, foi visto o fator comunicação como maior problema dentro da empresa, evidenciando fatores estressantes e comunicações agressivas como coadjuvante nas relações, sendo um ponto pejorativo diante os cargos, sendo percebido a forma errônea das situações e como lidar com problemas e desafios propostos.

Após realizar uma conversa com a responsável pelo RH, estabelecendo os pontos e dados coletados, foi destacado qual era a atividade de intervenção e qual objetivo a ser alcançado, ou seja, verbalizar a importância das comunicações, como podem se adequar as demais situações e a prevenção, para melhor contato com uma comunicação de apoio, especificamente a assertiva.

Foi elaborado a dinâmica do barbante, na qual o objetivo era a aproximação dos integrantes da empresa, visando ter uma melhor relação e compreensão diante qualquer assunto, estabelecendo um maior e melhor contato. A dinâmica era segurar a ponta do barbante e jogar para outro colaborador, quem recebeu o barbante, deveria falar um pouco sobre si, afastando a ideia apenas da empresa, mas sim tendo uma maior empatia e conhecimento do outro, sendo algo descontraído. Na sequência, o mesmo colaborador deveria passar o barbante outro companheiro.

A dinâmica finda após todos os colaboradores presentes terem participado. Em momento posterior, todos deveriam desenrolar o nó do barbante sem soltar o fio que estavam segurando, estabelecendo um contato coletivo e formas de comunicação para que todos possam se ajudar, não havendo agressividade ou hostilidade na fala, mas sim uma comunicação assertiva para resolução do problema presente.

Por fim, foi dado um feedback e o porquê da escolha de tal dinâmica, e como todos conseguiram se comportar e ajudar um ao outro, reforçando novamente a importância da escuta qualificada, atenção ativa e comunicação assertiva para a solução dos conflitos e obstáculos, contidos na empresa, sendo contextualizado e demonstrado a importância da ideia permanecer na empresa. As intervenções seguiram um cronograma (Tabela 1), sendo realizada primeiro com os supervisores, na sequência, foi feito com os turnos que participavam da



escala dos horários da empresa, a fim de conseguir atingir a intervenção com o máximo de colaboradores juntos dos supervisores, para que todos obtenham e compreendam a ideia de maneira adequada e compreensível.

Tabela 1 – Cronograma de Intervenções

Data – Horário	Setor/Turno
13/10 – 14h	Gerência + Supervisores de turno
18/10 – 18h	Turno B
22/10 – 18h	Turno A
29/10 – 18h	Turno E
05/11 – 18h	Turno C
12/11 – 18h	Turno D
19/11 – 14h	Comercial

(OS AUTORES, 2021)

Por fim, se faz de fundamental importância explanar que, apesar de elaborado o cronograma, mudanças nas datas das intervenções precisaram ocorrer. No decorrer do estágio, principalmente das intervenções, alguns colaboradores entraram em férias, falhas mecânicas aconteceram, mudanças na programação, entre outros pontos que fizeram com o que o cronograma fosse adaptado no decorrer do estágio. Todos esses aspectos refletem a realidade empresarial em que esse estudo se insere.

5. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O clima organizacional é um ponto de motivação, sendo ferramenta em questões de gestão, envolvendo RH, colaboradores, supervisores entre os demais funcionários de uma determinada empresa ou instituição, com intuito da melhora em todos os setores, em prol não só da melhora no ambiente de trabalho, mas todo contexto do clima, cultura e interatividade/contato de todos. (OLIVEIRA, 2009)

Quando é obtido inserção do grupo dos colaboradores, ou seja, espaço para fala e sugestão, isso acarreta maior criatividade dos colaboradores, afim de



estabelecer novas ideias, formas de contato e atividade, como citado antes buscando maiores resultados e menos problematizações, quando isso é realçado na cadeia hierárquica da empresa como um todo, é visto que o clima organizacional automaticamente se adapta e se auxilia de forma natural e gradativa. (OLIVEIRA, I 2009).

Correlacionando a abordagem com o que foi observado, é visto a tensão e comportamento de esquivia em relação a Diego (Nome fictício do gestor da empresa observada), sua postura em relação ao seu cargo, é visto comunicação mais agressiva e exigente, fazendo os demais não terem tanta abertura e poder de fala, mesmo Diego situando que sempre é aberto a sugestões e críticas, os pontos falados como interação, comunicação assertiva foi corrompido por Diego, o mesmo deu um feedback aos acadêmicos citando que essa fala e conversa tem que ser com os funcionários dos turnos da empresa, e não com os presentes na sala, podendo ser percebido mais uma vez, o quanto incongruente Diego lida com situações e fala do resto dos funcionários e colaboradores.

Quando objetiva-se construir uma boa equipe, é necessário que haja uma comunicação de qualidade. Para que sejam cobrados resultados ainda mais efetivos, é preciso qualidade no sistema operacional como um todo, algo que só é alcançado de forma competente e competitiva por meio da otimização dos recursos e de um bom gerenciamento (DOTTO et al, 2020). Assim, conforme visto durante o estágio e no momento das intervenções realizadas, a cobrança feita pelos líderes está presente, porém, a boa comunicação e a qualidade em todo sistema operacional, permanece longe de ser alcançada.

Muito disso se deve ao tipo de comunicação que é feita entre corpo de colaboradores e seus líderes. Fica evidente que há uma busca por uma comunicação formal, baseada na hierarquia, que interfere na forma de se comunicar dos colaboradores. Côrrea (2009) afirma que, em empresas visionárias, a comunicação é informal, baseada em princípios herdados de nossos antepassados e praticamente inconsciente. Essa forma de comunicação acontece espontaneamente em qualquer grupo humano.

Percebeu-se durante as intervenções o quão dificultoso é para os colaboradores se comunicarem para com alguns de seus líderes, principalmente pela questão hierárquica e pela personalidade pouco maleável do gerente. Esses fatos tornam a comunicação e os processos relacionais dentro da



empresa entre cargos e setores, falho. Porém, dentro dos grupos de trabalho equivalentes, como os turnos, o comunicar evidenciou-se deveras mais espontâneo.

De acordo com Dejourns (1994 apud RODRIGUES et al, 2001) é preciso designar dentro da empresa um momento de discussão universal, onde ultrapasse o limite dos assuntos que são práticos, como conhecimento técnico e as funções no trabalho, em que possibilite ao colaborador espaço para refletir sobre as necessidades gerais para o trabalho em grupo e o estabelecimento de confiança dentro das relações. Fator interessante para trazer dentro da empresa, pois os colaboradores nesta última intervenção assim como em outros momentos, reclamaram da falta de abertura por parte da gerencia, assim sendo, um local de discussão auxiliaria os mesmos a se expressarem e serem ouvidos.

Ainda Dejourns (1994 apud RODRIGUES et al, 2001) sobre esse ambiente, é relevante que haja grupos de discussão com abertura para os colaboradores relatarem sobre o que esperam, definir as metas e objetivos, o que precisam e conteúdo que serão trabalhados, esses que determinam as necessidades e as prioridades das atividades, onde é trabalhado também assuntos relacionados com a vida profissional, familiar, etc.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estágio e das intervenções, é possível, e necessário, afirmar a importância do trabalho da psicologia organizacional nos mais diversos contextos empresariais. Através dos estudos feitos durante o semestre, das observações de campo e análises teórico-práticas, evidenciou-se a complexidade das relações dentro das organizações e o quão influente estas são entre os indivíduos, tanto no caráter profissional, subjetivo, ambiental ou social.

Portanto, é cabível dizer que as intervenções em psicologia organizacional, quando propiciadas as condições para tal, são de suma relevância para diversos aspectos dentro da organização e fora dela também. Visto que, ao trabalhar aspectos como relações sociais, comunicação, vulnerabilidade, assertividade e empatia, no ambiente laboral, essas atitudes



refletirão em outros meios em que o indivíduo se insere, sua família, amigos, e a sociedade como um todo.

Conclui-se, assim, desta forma, que trabalhar aspectos relacionados a relação interpessoal dentro da empresa tende a trazer benefícios além das paredes da indústria, mas também ecoar através dos grupos sociais de cada pessoa que permitiu que as intervenções realmente a afetassem de alguma forma. Aquele que permite ser tocado pelo novo, é provável que se permita crescer, tanto no ambiente organizacional, quanto no meio social.

REFERÊNCIAS

CALHEIROS, Paulo Renato Vitória; RODRIGUES, Emanuely Cristiny Vieira. **Psicologia Organizacional e as Ferramentas Usadas no Enfrentamento do Absenteísmo**. Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, v. 2, n. 2, p. 433-440, dez. 2010. ISSN 2175-5027. Disponível em: <http://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/56/53>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CAMPOS, Keli Cristina de Lara et al. **Psicologia organizacional e do trabalho - retrato da produção científica na última década**. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2011, v. 31, n. 4, pp. 702-717. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000400004>> Acesso em 13 set. 2021

CARDOSO, Onésimo de Oliveira. **Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos**. Revista de Administração Pública [online]. 2006, v. 40, n. 6, pp. 1123-1144. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000600010>>.

CORRÊA, Marianna Marques Riet; SALDANHA, Marcelo. **A comunicação empresarial como fator de sucesso**. Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2009.

DOTTO, Ademir Luiz et al. **A sobreposição das lideranças na hierarquia empresarial**. Faculdade Antonio Meneghetti, Restinga Sêca-RS, 2020.

HASHIMOTO, Felipe Maia Braga. **Possibilidades de atuação do psicólogo organizacional no contexto de transformação nas organizações**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia,



Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Doi: 10.11606/D.47.2013.tde-22112013-160724. Acesso em 27 ago. 2021

KUNSCH, Margarida M. KrohliNg. **Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual**. Matrizes, v. 8, n. 2, p. 35-61, 2014.

MARTINS-SILVA, Priscilla de Oliveira; SILVA, Annor da; LIBARDI, Mayra Barcelos Amado de Oliveira. **Psicologia Organizacional e do Trabalho: Relato de Experiência em Estágio Supervisionado**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 35, p. 1327-1339, 2015.

NAVES, Flávia Luciana et al. **Diagnóstico organizacional participativo: potenciais e limites na análise de organizações**. Organizações & Sociedade [online]. 2000, v. 7, n. 19 [Acessado 18 Novembro 2021] , pp. 53-66. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1984-92302000000300004>>.

OLIVEIRA, I. **A importância do clima organizacional na gestão de pessoas**. Universidade Candido Mendes. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/31797.pdf>

PUENTE-PALACIOS, Katia Elizabeth; PORTO, Juliana Barreiros; MARTINS, Maria do Carmo Fernandes. **A emersão na articulação de níveis em Psicologia Organizacional e do Trabalho**. Rev. Psicol., Organ. Trab., Brasília, v. 16, n. 4, p. 358-366, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572016000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 set. 2021.

RODRIGUES, Rosângela Rocio Jarros; IMAI, Rosy Yuri; FERREIRA, Wanessa de Freitas. **Um espaço para o desenvolvimento interpessoal no trabalho**. Psicologia em Estudo, v. 6, p. 123-127, 2001.

SANT'ANNA, Liliame Lima; PASCHOAL, Tatiane; GOSENDO, Eliana Elisabete Moreira. **Bem-estar no trabalho: relações com estilos de liderança e suporte para ascensão, promoção e salários**. Revista de Administração Contemporânea, v. 16, p. 744-764, 2012.

SPINK, P. K. **Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho**. Psicologia & Sociedade 8(1), 174-192; jan./jun.1996. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/594745/mod_resource/content/1/A%2



0organiza%C3%A7%C3%A3o%20como%20fen%C3%B4meno%20psicossocia
l.pdf> Acesso em 05 set. 2021.

ZANELLI, José Carlos. **Formação e atuação em Psicologia Organizacional.**
Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 1986, v. 6, n. pp. 31-32. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S1414-98931986000100010>>. Acesso em 15 set. 21.



SAÚDE MENTAL NAS REDES SOCIAIS: O QUE A ANSIEDADE E O CONSUMO TÊM EM COMUM?

Marina Grim Kreling¹
Guidie Elleine Nedochoetko Rucinski²
Francieli Dayane Iwanczuk³

RESUMO: Essa pesquisa teve como objetivo compreender como a ansiedade pode influenciar o jovem a comprar exageradamente nas redes sociais, podendo assim desencadear uma psicopatologia. Com isso foi aplicado um questionário na plataforma Google Forms com acadêmicos (as) de idade entre 18 a 29 anos de um Centro Universitário no Paraná, ao qual constou com 18 perguntas fechadas e uma aberta sobre o consumismo e a ansiedade nas redes sociais utilizando a escala Likert. Com os dados obtidos foi realizada uma análise desses dados, estudando mais a fundo a influência da ansiedade no consumo, a partir de uma análise quali – quantitativa sendo possível verificar que as maiorias dos jovens podem sentir influência das redes sociais no seu consumo, e o seu nível de humor e ansiedade como um fator para isso. Foi então verificado a necessidade da pesquisadora compartilhar através de um folder dicas de bons hábitos de consumo para os jovens pesquisados.

PALAVRAS – CHAVES: Ansiedade; Consumismo; Jovens.

ABSTRACT: This research aimed to understand how anxiety can influence young people to buy exaggeratedly on social networks, which can trigger psychopathology. Thus, a questionnaire was applied on the Google Forms platform with academics aged between 18 and 29 years old from a University Center in Paraná, which consisted of 18 closed questions and one open question about consumerism and anxiety in social networks using the Likert scale. With the data obtained, an analysis of these data was carried out, investigating the influence of anxiety on consumption, from a quali-quantitative analysis, making it possible to verify that most young people can feel the influence of social networks on their consumption, and their level of mood and anxiety as a factor for this. It was then verified the need for the researcher to share, through a folder, tips on good consumption habits for the young people surveyed.

KEYWORDS: Anxiety; Consumption; Young.

1. INTRODUÇÃO

Para Silva (2014) acredita-se que o consumismo está cada vez mais presente na vida cotidiana das pessoas, como uma forma de poder, ou como uma forma de rota de fuga para problemas emocionais, como a ansiedade sendo um dos fatores que mais afetam as pessoas na atualidade.

Com isso, aponta-se a seguinte pergunta, até que ponto realmente o consumo está associado a oferta da felicidade e do bem estar? Dentro disso,

¹ Psicóloga CRP 12/22565. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguacu. **E-mail:** marina.kreling@hotmail.com

² Psicóloga CRP 08/12167, Coordenadora e docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Responsável-Técnica do Serviço-Escola. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade do Conestado – UnC. **E-mail:** prof_guidierucinski@uniguacu.edu.br

³ Psicóloga CRP 08/30874, docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu. Especialista em Psicologia Jurídica pela Faculdade FAVENI. **E-mail:** prof_francieliwanczuk@uniguacu.edu.br



leva-se em conta o mundo cotidiano, onde cada vez mais as pessoas estão sendo influenciadas nas redes sociais, de que a compra é motivo de bem estar e de alegria. Portanto, o comportamento do consumo passa a sofrer diretamente a influência da ação de grupos humanos sobre os indivíduos. A influência das situações de interação social é de extrema importância na aquisição e estabilização das ações de compra nessas pessoas (FROEMMING, 2009).

Para Brandtner (2015) o comprar compulsivo (também conhecido como gastar compulsivo ou onimania) compreendem características tanto do Transtorno Obsessivo-Compulsivo (caracterizados por obsessões e compulsões ao qual são imagens, ideias e pensamentos ou impulsos repetitivos e persistentes que são provocados como intrusivos e que causam ansiedade) e quanto dos Transtornos de Controle de Impulsos (caracterizado por uma variedade de comportamentos relacionados ao desejo excessivo é ações impulsivas tendo um efeito negativo na vida pessoal do indivíduo).

Contudo, entende-se que o comprar compulsivo seja uma síndrome clínica que possui características crônicas e repetitivas, na qual predominam preocupações excessivas, desejos e comportamentos envolvendo gastos e que levam a consequências adversas, resultando, assim, em prejuízo social e psicológico para a pessoa. A estimativa de prevalência dessa síndrome varia de 2 a 8% na população geral, podendo estar associada a outros quadros psicopatológicos de eixo I, como transtornos de humor, transtornos de ansiedade e uso abusivo de substâncias (BRANDTNER, 2015).

Portanto, para Queiroz. et.al. (2019) a compulsão pelo consumo geralmente vem à tona acompanhada por outros transtornos psicológicos como a ansiedade, depressão e o próprio transtorno obsessivo compulsivo. Sendo assim, pode se existir vários motivos que levam uma pessoa a ser compulsivo pelo consumo exagerado, dentre eles pode - se citar o desequilíbrio emocional, a necessidade de ser aceito, baixa autoestima, insegurança, status ou a influência do comércio e da mídia.

O seguinte artigo tem por objetivo descrever sobre o consumismo nos dias atuais e no período pandêmico ao qual se vivencia, e sobre a psicologia nesse contexto, pois é visto cada vez mais o mundo do consumo crescer, e cada vez mais pessoas são acometidas por alguma psicopatologia, como ansiedade, depressão, transtorno do pânico, onde pode desencadear na pessoa um



consumo desenfreado, tendo como principal comportamento esse desejo pela compra que vem nos dias de hoje principalmente pelas mídias digitais e redes sociais.

A partir da pesquisa de campo realizada por meio de um questionário estruturado no Google Forms, foi possível analisar a ideia do consumismo especialmente em jovens de 18 a 29 anos aos quais são considerados o público alvo que mais se utiliza as redes sociais, e conseqüentemente sofrem mais com a ansiedade, inclusive no período da COVID 19 ao qual as pessoas está vivenciando, sendo possível ressaltar como esse comportamento pode influenciar no surgimento de uma psicopatologia que seria a Oneomania e Transtorno Obsessivo Compulsivo, realizando uma análise do consumismo em forma de doença, e seus prejuízos no bem estar e na saúde mental do indivíduo.

2. MÉTODO

2.1 PARTICIPANTES

A atual pesquisa teve como população amostral 3.666 acadêmicos matriculados em todos os períodos dos 24 (vinte e Quatro) cursos de um Centro Universitário no Sul do Paraná, ao qual foi realizada com pessoas do gênero feminino e masculino, com idade entre 18 até 29 anos, entretanto a seguinte pesquisa teve como participação apenas 304 alunos, dentre os seguintes cursos que tiveram participação foram; 81 pessoas de Direito, 35 de Medicina veterinária, 31 de Biomedicina, 30 de Arquitetura e Urbanismo, 20 de Enfermagem, 19 de Engenharia Mecânica, 17 de Engenharia Civil e 13 de Engenharia Elétrica, 13 de Psicologia, 11 de Administração, 13 de Educação Física, 5 de Agronomia, 5 de Nutrição, 3 de Estética, 5 de Engenharia de Produção e 3 de Software.

2.2 INSTRUMENTOS

Usou – se um questionário estruturado para a coleta de dados, a partir de um roteiro previamente estabelecido, a entrevista contou com perguntas fechadas e uma pergunta aberta onde o acadêmico poderia colocar sua opinião sobre o questionário, e nas perguntas fechadas foi utilizado o método da Escala



Likert ao qual tem como objetivo verificar o nível de concordância do indivíduo com uma proposição que expressa algo favorável ou desfavorável, em relação a um objeto psicológico.

2.3 PROCEDIMENTOS E COLETA DE DADOS

A seguinte pesquisa teve início após a aprovação do Núcleo de Bioética do Centro Universitário Vale do Iguaçu a partir do protocolo nº 2021/088, tendo que estar de acordo com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016). Após a aprovação começou a coleta de dados, os (as) acadêmicos (as) receberam através de uma plataforma de rede social o link do questionário ao qual foi validado por três professores, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE⁴ a fim de garantir o respeito e o sigilo aos seus direitos. Sendo informados ainda de que não haveria exposição dos nomes e dados dos mesmos, e que seria mantido o sigilo das informações obtidas além de serem informados dos objetivos da respectiva pesquisa. O questionário ficou aberto para respostas entre os dias 18/05/2021 até o dia 06/06/2021.

2.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados, foi realizada a análise por meio de uma forma quali- quantitativa. Schneider (2017), diz que as pesquisas quantitativas e qualitativas podem ser complementares, visto que, ao utilizar ambas, engrandece a análise e as discussões finais de uma pesquisa, pois, fornece um estudo mais geral do fenômeno. Sendo possível desenvolver uma análise estrutural do fenômeno e uma análise processual pela junção dos métodos qualitativos e quantitativos (SCHNEIDER, 2017).

Sendo assim, a partir do estudo desses dados obtidos no questionário e dos gráficos pela plataforma Google Forms, foi possível verificar o grau de

⁴ O (TCLE) Termo de Consentimento Livre Esclarecido é o documento que explica, em linguagem clara e objetiva, todos os procedimentos, vantagens e desvantagens de ser um sujeito de pesquisa em um determinado protocolo.



ansiedade como influência do consumo exagerado. As respostas foram subdivididas em grupos de análise bibliográfica, as quais se apresentaram relevantes para a discussão. Após a finalização da análise dos dados, foi feito um folder ao qual foi distribuído para esses acadêmicos de maneira online nos grupos do Whatsapp de cada turma, conscientizando (as) os acadêmicos sobre a ansiedade é o consumo, é como possuir um consumo mais consciente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados foi realizada por meio de seis tópicos ao qual foram relevantes para a discussão da pesquisa, dentre eles foram separados em: participação dos acadêmicos, características da ansiedade em jovens, a ansiedade e humor como fatores para o consumo desses jovens, a influência das redes sociais no consumo, e o uso das redes sociais para o consumo exagerado, também foi analisado a partir de uma das perguntas que diz respeito ao entrevistado dar opinião sobre a pesquisa, foi inserido as opiniões mais relevantes e significativas que iriam a favor do objetivo da pesquisa de como a ansiedade pode influenciar no consumo durante o respectivo texto.

3.1 PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS

Os dados analisados foram levados em conta com a quantidade de alunos que participaram da respectiva pesquisa dentre eles acadêmicos de 18 a 29 anos (91,1%), e os acadêmicos que não participaram de 30 anos ou mais (8,9%) por conta do público alvo que a pesquisadora optou pelo respectivo tema.

Dentre o público alvo de 18 a 29 anos a maioria se apresentou com idade entre 21 anos (25,3%) e 18 anos (17%), ao qual foi possível evidenciar uma participação maior de acadêmicos do 1º período (23,1%), 7º período (22%) e 3º período (20,9%).

As maioria dos acadêmicos se identificaram como público feminino (68,6%) e masculino apenas (31,4%), sendo possível identificar um maior interesse pelo tema o público feminino. Segundo Soares (2017), estudos realizados no Brasil demonstram que o comportamento da compra compulsiva é



mais frequente em mulheres, sendo quatro para cada homem, e que, na maioria das vezes, há uma demora para reconhecer o problema.

Para Filomenski (2011) a compra compulsiva conhecida como um TCI (Transtorno do Controle dos Impulsos) possui um alcance em cerca de 5% da população em geral, possuindo uma maior frequência e interesse no público feminino.

3.2 CARACTERÍSTICAS DA ANSIEDADE EM JOVENS

De acordo com Dalgalarondo (2000) a ansiedade é definida como um estado de humor desconfortável, apreensão negativa em relação ao futuro, inquietação interna desagradável ao qual inclui manifestações somáticas, fisiológicas e psíquicas.

A ansiedade pode ser entendida, portanto, como o medo exacerbado frente a possíveis acontecimentos. É importante considerar que a ansiedade é natural do ser humano, contudo, a partir do momento em que ocorre prejuízo emocional e social ao sujeito deve ser considerado uma patologia. Bem como, acompanhado de preocupação excessiva e sentimento de apreensão pelo período de seis meses ou mais (SOUZA; RIBEIRO; SALDANHA; SCARPAT; PEREIRA; ARRUDA, 2019).

Os números correspondem a: 1- sentimentos negativos, 2 – pânico, 3- medo, 4- angústia, 5 – tensão muscular, 6- dor no peito, 7- alteração no sono, 8- falta de ar, 9- cansaço e 10- tremor no corpo. Pode-se perceber que 91% dos jovens apresentaram sintomas de ansiedade em evidência sendo eles; sentimentos negativos, medo, angústia, tensão muscular, alteração no sono e cansaço. Sendo possível especificar que a maioria apresentou um tipo de sintoma característicos de ansiedade, sendo ela para o indivíduo uma ansiedade normal ou patológica.

Para Vivian (2013) existem muitos fatores para o desenvolvimento dos transtornos de ansiedade especialmente em jovens, e isso inclui as influências genéticas, as características do temperamento, aos quais são elementos de predisposição ao qual podem aumentar a vulnerabilidade de surgir um grau de ansiedade, e as influências ambientais como: os fatores familiares, experiências de aprendizagem e os fatores cognitivos.



A respectiva pesquisa foi aplicada em um período conturbado onde as pessoas foram afetadas pela COVID-19, sendo assim, foi possível receber várias respostas dos participantes no final sobre os impactos que essa pandemia trouxe para a sua vida e de como ela teve tamanha influência para o consumo e a ansiedade, sendo uma delas mencionadas como “Não tenho como negar que naquele quadro de sensações, o que mais influencia hoje é essa época de pandemia tudo mudou, e a maioria dos sentimentos negativos se refletem na situação atual em que vivemos. Antes eu não me sentia tão mal quanto retratado no questionário”.

Sendo assim, a pandemia teve um forte impacto na saúde mental dos indivíduos e dos jovens, nesse cenário pandêmico, e o medo intensificou os níveis de estresse e ansiedade em pessoas saudáveis e aumentou consequentemente os sintomas daquelas com transtornos mentais preexistentes (Ramírez-Ortiz et al, 2020).

Portanto se vê uma necessidade de falar sobre a ansiedade como fator desse consumo nos jovens, e como um pode interligar o outro na decisão de realizar uma nova compra.

3.3 ANSIEDADE E HUMOR COMO FATORES PARA O CONSUMO EM JOVENS

A ansiedade pode ser um forte influenciador para o consumo exagerado e consequentemente o comprar compulsivo, portanto através de uma pergunta feita no questionário com a escala Likert (sempre, na maioria das vezes, às vezes, raramente, e nunca) para a pesquisa foi possível identificar que a maioria dos (as) participantes assinalaram que se sentem melhor com relação aos sintomas mencionados no início do questionário após realizar uma compra, onde dos 304 participantes 24,2% assinalaram na maioria das vezes, 25,6% às vezes, 23,1% raramente, 16,6% nunca e 10,5% sempre.

De acordo com Nery et al.(2012) a compra ameniza os sentimentos de estresse e ansiedade, e quando o comprador acaba comprando compulsivamente não existe assim um foco no produto e sim no prazer e alívio das sensações negativas pelo ato de comprar.

Com isso, para Nascimento et al. (2008) consumir é uma forma de ter, e



talvez amais importante da sociedade atual, apresenta qualidades ambíguas, e alivia a ansiedade, por que o que se tem não pode ser tirado, mas exige que se consuma cada vez mais pois o consumo anterior logo perde a sua característica de satisfazer.

Verificam-se que a maioria dos (as) participantes apresentaram algum bem estar, uma leve euforia após a realização de uma compra, onde 29,2% responderam às vezes, 28,5% sempre, 22,7% às vezes, 11,6% raramente e 7,9% nunca, sendo assim, segundo Silva (2014) aponta-se que o ato de consumir guarda em si um efeito colateral inevitável: em primeiro momento, o consumismo gera um estado de alegria e de euforia momentânea, libertando parte de nossa ansiedade, com o tempo passa-se a vivenciar essa sensação abstrata de prazer e onde se torna comum comprar mais e mais, é assim criada uma tentativa ilusória de criar um estado permanente de satisfação.

Outra pergunta ao qual ficou bem evidente como o consumo pode ser influenciado pela emoção foi sobre “você acha que seu humor influencia na decisão da compra”? Onde dos 304 participantes 24,9% responderam sempre, 22% na maioria das vezes, 21,7% às vezes, 15,2% raramente e 16,2% nunca, onde observa-se que a maioria dos participantes são influenciados sim pela sua emoção na hora de decidir realizar uma nova compra.

De acordo com um estudo realizado por Almeida et al. (1993) e a percepção sobre do humor do consumidor pode ter influência positiva e negativa para comprar, essas influências fazem parte do processo ao qual conduzirá o indivíduo a ter ou não ter o comportamento da compra impulsiva, e tal comportamento refere-se ao mesmo tempo a falta de controle individual e as consequências sentidas pela compra.

Portanto, para Almeida et al. (1993) a pessoa deprimida ou ansiosa tende a agir por impulso na hora da compra, e quanto melhor e mais positivo é o humor do consumidor, maior é o seu autocontrole, os consumidores que estão em situação de fragilidade emocional estão mais propensos a perder o controle, e nesses indivíduos dependendo da perda do controle individual, pode-se provocar um sentimento de culpa.

Em uma das respostas dadas pelos participantes na última pergunta do questionário, a participante fala que “Acredito que o sentimento que mais influencia é a tristeza. Eu, por exemplo, quando estou muito triste, costumo me



distrair olhando coisas pra comprar, muitas vezes até comprando algo que nem preciso por impulso. É realmente algo preocupante e que deve ser tratado, porque pode acarretar a coisas ruins, como ficar com “nome sujo”.

Portanto pode se perceber que a participante relata que o sentimento que mais influencia ela é a tristeza o que acaba que ela passa a gastar mais do que deveria quando está com esse sentimento, e isso pode levar a um consumo exagerado, e gastando mais do que deveria levando ela a ficar com o nome sujo, por gastar compulsivamente.

Sendo assim, para Sandler (2017) o mal dos impulsos e comprar pela impulsividade pois tira assim o tempo adequado para pensar, portanto, o consumo passa a ser um consumo emocional, como uma bolsa não é uma bolsa, mas um status de poder e aceitação, um anel não é uma jóia mais uma prova de amor, sendo assim, compra-se para preencher algum vazio e para recompensar alguma tristeza profunda ou frustração. As pessoas compram quando estão tristes, mas também quando estão muito felizes.

Portanto, dessa forma pode se dizer que são as emoções que moldam o comportamento, mais do que os bens em si, pois busca-se ter aquilo que simbolizam e personificam, e se não tomar cuidado torna-se refém das emoções para comprar bens que traz promessas de outras emoções (SANDLER, 2017).

3.4A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO CONSUMO

O consumo nas redes sociais pelos jovens se tornou algo comum em meio ao momento atual em que vivenciamos, e pelo distanciamento da pandemia da COVID 19 as pessoas acabaram optando pelo consumo nas redes sociais, é mudando conseqüentemente a sua forma de consumir. De acordo com a pesquisa realizada “Você se sente influenciado por outras pessoas/ ou é influenciado por compras nas redes sociais?” Dentre os 304 participantes, 34,3% responderam que às vezes, 22% raramente, 19,1% na maioria das vezes, 12,3% sempre e 12,3% nunca, o que pode-se verificar que a maioria apresenta influência de amigos, família, ou pessoas famosas a comprar algo pelas redes sociais.

De acordo com Cardoso e Aoki (2014), a oferta de bens e serviços pelas redes sociais se multiplicou cada vez mais, pois hoje em dia pode-se consumir



produtos dos mais sofisticados até os mais simples, dos mais caros aos mais baratos, de grandes empresas ou de vendedores individuais, podendo ter acesso a diversos serviços, com isso o consumo online teve um crescimento alarmante nos últimos anos, sendo facilitado pelo serviço rápido de encomendas e de entregas.

Portanto, para Cardoso e Aoiki (2014) os jovens com o uso das redes sociais, se veem obrigados a consumir a partir do que se apresentam nas redes, assim eles entendem de uma forma que é assim que se insere na sociedade e de ser aceito por um determinado grupo. Um exemplo seria quando acessam a página do Facebook, por exemplo, pode-se notar que a página está cheia de patrocinadores, e também nas próprias postagens, assim incentiva a visitar aquela página por conta tanto da cultura como das práticas do consumo.

Nas redes sociais as pessoas observam o que os outros estão comprando e postando, como viagens que os amigos fazem, o carro novo do cunhado, é assim por diante, sendo assim quanto mais nota-se os outros comprando mais se quer comprar também, é a comparação passa a ser a maior influência e impulso e, portanto, o maior guia de compras nas mídias sociais (SANDLER, 2017).

Referente a pergunta do questionário “Você se interessa mais em ver nas suas redes sociais loja/ perfis de compras online/ promoções do que ver postagens de amigos e família?” Dentre os 304 participantes 27,8% responderam às vezes, 20,2% nunca, 18,4% sim, prefiro, 18,1% raramente e 15,5% na maioria das vezes.

Sendo assim foi possível verificar que a maioria prefere sim ver postagens de lojas, produtos para compras nas redes sociais, do que ver postagens sobre a família e amigos, portanto dependendo do humor que o indivíduo se encontra as compras se tornam mais interessantes e se torna um estímulo, como uma espécie de terapia, se tornando um jeito assim de descarregar tensões ou frustrações, para pessoas consumidoras isso acaba virando uma rotina, onde vive-se buscando novidades em perfis de lojas, ou então são influenciados e não conseguem pensar em outra coisa a não ser comprar o que acaba se tornando muito mais interessante (SANDLER, 2017).



3.5.O USO DAS REDES SOCIAIS PARA O CONSUMO EXAGERADO

As redes sociais podem se tornar uma forte aliada para o consumo exagerado principalmente em jovens, de acordo com a pergunta realizada no questionário “Você passa horas procurando promoções ou novidades em perfis de lojas nas redes sociais?”, 48,8% responderam raramente, 23,5% nunca, 21,7% as vezes, 9,6% na maioria das vezes e 10,8 % sim, sempre.

Sendo assim, foi possível verificar que 10% dos participantes responderam que passam horas procurando produtos para compra nas redes sociais, resultando que esses participantes possuem impulso ou motivo para buscar fazer compras, sendo ele de caráter emocional ou não.

O comportamento de compra dos consumidores, segundo Merlo e Ceribelli (2015), possui uma relação direta com as motivações internas da pessoa. Dessa forma, buscar compreender os motivos que o induzem à consumação de uma compra é fundamental para entender o processo e suas peculiaridades.

A compra por impulso está estritamente ligada à personalidade do consumidor, sendo um processo ligado ao emocional do indivíduo, mediante um desejo repentino pela compra, sem que ele necessite daquilo, quando a emoção aumenta, a capacidade processamento cognitivo diminui, assim pode-se emergir a impulsividade, além dos aspectos cognitivos e de personalidade, o comportamento do consumo por impulso é também afetado pelo ambiente de consumo. As estratégias de marketing nas redessociais também criam uma atmosfera favorável a esse tipo de comportamento e a utilização de uma comunicação efetiva desperta o interesse do consumidor, podendo induzi-lo à compra por impulso (PEÑALOZA et. al.,2018)

Na respectiva pesquisa, dos 304 participantes, 1,9% respondeu que raramente compra algo que não havia programado, 24,2% responderam que compram algo mensalmente e 11,2% compra algo quinzenalmente.

Dentre a seguinte resposta pode-se verificar que a maioria dos participantes não compram algo sem se programar, e que a outra metade compra algo somente por impulso, ou por que achava que necessitava comprar algo.

Portanto, as pessoas compulsivas por compras são dominadas por



pensamentos obsessivos sobre certos produtos que necessitam comprar, e o comprar surge como “um ato de caráter de urgência, que tem o intuito de aliviar o terrível mal-estar interno gerado por esses pensamentos”. Portanto para Sandler (2017) essas pessoas vivem num estado de ansiedade e angústia, e sem tratamento esse estado chega a ser aliviado na hora em que a pessoa passa o cartão, mas o alívio vai diminuindo a cada compra, assim como acontece com um viciado em drogas.

De acordo com uma opinião da participante na última pergunta do questionário ela se posiciona que “Acho um tema muito válido nos dias de hoje, tendo em vista que os algoritmos das redes sociais contribuem para fornecerem propagandas apenas do nosso interesse, aumentando, ainda mais, essa problemática.”. Pode-se perceber a problemática que uma pessoa consumista pode encontrar nas redes sociais para elevar o seu consumo exagerado, pois para Sandler (2017) por onde se olha encontra um estímulo para comprar algo, nas ruas, nas vitrines, nas redes sociais principalmente em propagandas feitas nessas mídias.

Para Silva (2014) todos esses estímulos são chamados de estopim aos quais são aqueles incentivos emocionais capazes de gerar descontrole nas compras, sendo eles; as promoções, ofertas os anúncios, os tempos livres, é até mesmo um dia feio aumentam esse descontrole, o medo, a culpa e a insegurança também se tornam um estopim, assim como a ansiedade, melancolia, solidão ou a euforia, quer se trate de sentimentos positivos ou negativos, sendo assim qualquer estado emocional pode desencadear uma crise.

Com esse estopim o compulsivo entra num ciclo de total de descontrole na hora de comprar algo, aparecendo sentimentos de recompensa e satisfação após uma compra, e depois uma ressaca, ou seja, um momento em que a pessoa chega a perceber as suas consequências de suas compras, e quando bate essa culpa, a vergonha e a frustração aparecem, e logo podem virar um estopim e iniciar assim um novo ciclo (Silva, 2014).

As redes sociais abrangem os mais diversificados indivíduos, com a maior variedade de identidades pessoais (opção sexual, classe social, idade, cultura), cada um pode expor suas ideias, fotos, trocar mensagens, adicionar amigos, curtir publicações, etc. Servindo também de mercado, marketing e até mesmo



como fonte de trabalho, hoje em dia muitas blogueiras e influenciadores digitais utilizam as redes sociais para fazer publicações de marcas ou empresas, ganhando dinheiro em cima dessas publicações (Leite, 2018).

Para Medeiros (2014) as redes sociais possuem uma poderosa influência no comportamento de compra dos consumidores, e no marketing devido a interação e comunicação existente entre elas, que proporcionam importantes trocas de experiências entre seus usuários.

A partir da pergunta “Qual rede social você acredita que te influencia mais na hora de comprar?”, dentre as opções como Instagram, Facebook, Tik Tok, Twitter, e outros, dos 304 participantes 70,8% responderam que o Instagram é a rede social que mais influencia na hora da compra, outras redes sociais 14,8% e o Facebook 10,5%. Portanto, para Leite (2018) hoje o Instagram é a rede social que mais cresce no mundo, com isso, se torna uma ferramenta potente para o marketing digital. Sendo, a rede social que mais influencia pessoas e suas tomadas de decisão de compra.

Sendo assim, o aumento dos usuários de redes sociais e o engajamento frequente das pessoas nessas páginas possibilitou às empresas adentrarem nesse mercado de interação social. Entre as mídias sociais, o Instagram vem se destacando quanto ao seu potencial profissional. É vem sendo utilizado por empresas de pequeno, médio e de grande porte, o que mostra que muitas organizações, independente de tamanho, já utilizam as redes sociais como ferramenta de marketing (Leite, 2018).

Sendo assim é possível ver o poder que o Instagram tem no marketing, e o quanto pode influenciar as pessoas a comprarem produtos que elas nem necessitam, mas que as vezes por estar passando por algum momento difícil ou algum sentimento pode sentir certa influencia e impulso para a compra.

4. CONCLUSÃO

Na presente pesquisa foi possível compreender como a ansiedade em jovens pode ter um papel fundamental para o consumo exagerado, ao qual foi possível avaliar o grau de como as emoções também influenciam, e as redes sociais inclusive o Instagram sendo os maiores aliados do consumismo hoje em dia.



Portanto, tendo como objetivo realizar uma análise foi possível observar nos resultados que a maioria dos participantes que responderam a respectiva pesquisa 68,6% foram mulheres, também evidencia-se como os sintomas da ansiedade estão muito presente nos jovens, tendo uma relação com o consumismo e o humor, ao qual foi analisado que a maior parte dos jovens 28,5% dos que responderam a pesquisa demonstraram melhorar os seus sintomas após a realização de uma nova compra.

Somando-se a tudo isso, um outro fator seria como as redes sociais tem tamanha influência no consumo, pois foi possível considerar que o Instagram é uma das plataformas digitais mais influenciadoras para realizar uma nova compra, se tornando um alvo fácil para a compulsão por compras nesses jovens, é se tornando um estímulo por meio do marketing, realizado pelos influenciadores.

Portanto, e de grande importância que dentro da atual questão da pandemia onde jovens estão cada vez mais conectados nas mídias digitais, torna – se necessário conscientizar a população em geral sobre essa problemática, e de como as redes sociais e o poder público poderiam trabalhar em conjunto instituindo uma estratégia de intervenção, a fim de conscientizar a população ao consumo consciente, pois cada vez mais pessoas são acometidas por problemas de saúde mental, e o consumo exagerado podendo acarretar no futuro um grande problema de saúde mundial, e se não for tomado uma medida rapidamente este pode ser uma dos problemas a inflar o sistema único de saúde (SUS).

Sendo assim, conclui-se a partir dos achados desse respectivo estudo onde reforça a importância de entender mais a fundo com novos estudos em conjunto com os dados coletados nessa pesquisa de como a ansiedade pode ter tamanha influência para o consumo, é como ela pode se tornar o maior estopim para um ciclo vicioso, pois hoje em dia é possível ver a necessidade e importância de discutir mais a fundo sobre essa problemática, ao qual está alcançando mais jovens no decorrer do anos, e se tornando um problema difícil de ser identificado.



REFERÊNCIAS

- Almeida, S. T.; Jolibert, A. (1993). A influência do humor sobre a compra impulsiva. *RAUSP Management Journal*, v. 28, n. 4, p. 36
- Brandtner, M.; Weydmann, J, G.; Serralta, B, F. (2015) Compras compulsivas: uma revisão sistemática das opções psicoterapêuticas. *Rev. bras. psicoter.* 17(3):3-16.
- Brasil.(2016).
- Cardoso, S. W.; Aoki, S. Y. (2014). *Redes sociais x Consumismo. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor*, Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3 Cadernos PDE, v. 1.
- Dalgalarrondo, P. (2000). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas do Sul.
- Dalgalarrondo, P. (2019). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. (3. Ed). Porto Alegre: Artmed.
- Filomenski, T.Z. (2011). *O comprar compulsivo e as relações com transtorno obsessivo-compulsivo e transtorno afetivo bipolar*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: Brasil.
- Froemming, M. L.; Daronco, E.; Zamberlan, L.; Sparemberer, A.(2009). *Comportamento do consumidor e do comprador*. Ijuí: Ed. Unijuí. FROMM, Erich. *A Arte de Amar*. Trad. De Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 104 p.
- Leahy, L. R. (2011) *Livre de ansiedade*. Trad. De Figueira. Porto Alegre: Artmed.
- Leite, A. (2018) *O uso das redes sociais como influenciadores de consumo na cidade de João Pessoa com enfoque no mercado da moda*, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, Brasil.
- Medeiros, B. (2014) *A influência das mídias sociais e blogs no consumo da moda feminina*. In: XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2014.
- Merlo, E.; Ceribeli, H. (2015) *Comportamento do Consumidor*. 1º Edição, Rio de Janeiro, Editora LTC.
- Queiroz, V. G.; Correia, G. G.; Diniz, M. J.; Souza, F.V.; Dias, C.A.; Santos, F.R. (2015). *Fatores psicológicos que levam as pessoas consumirem compulsivamente*. Faculdade Atenas. Minas Gerais.
- Ministério da saúde. (2021) Sobre a doença.



- Oliveira, M. I. S. (2011) Intervenção cognitivo-comportamental em transtorno de ansiedade: relato de caso. [Versão eletrônica] *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas – PEPSIC*, Rio de Janeiro, v. 7, 2011.
- Peñaloza, V.; Portela, M., S. O., Gerhard, F. & Quezado, I.(2018). Representação Social da Compra por Impulso por Consumidores de Baixa Renda. *Consumer Behavior Review*, 2(1), 1-12.
- Ramirez-Ortiz., J., Castro-Quintero, D.; Lerma-Córdoba, C.; Yela-Ceballos, F.; Escobar Córdoba, F. (2020). Consecuencias de la pandemia COVID-19 en la Salud Mental asociadas al aislamiento social. *SciELO Preprints*, 1, 1–21.
- Sandler, C. (2017). *Detox das compras: como se livrar do consumismo e repensar a forma como gasta seu dinheiro*. São Paulo: Benvirá.
- Schmidt, B.; Crepaldi, A.M.; Bolze, A. D.S.; Silva, N, L. (2020) *Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID- 19)*. *Estud. Psicol. Campinas*, v. 37, e200063.
- Schneider, M. E.; Fujji, X. A. R.; Corazza, J. M. (2017) Pesquisas qualitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 5, n. 9, p.569-584.
- Silva A.B.B. (2014) *mentes consumistas: do consumismo à compulsão por compras*. São Paulo: Principium.
- Soares A.; Silva, P. (2017) *Comportamento compulsivo de compra: fatores influenciadores no público universitário de uma universidade da região amazônica*.
- Souza, L, E.; Ribeiro, G, E.; Saldanha, P. A.; Scarpat, L. I.; Pereira, L.; Arruda, L. A. (2019) Revisão teórica: um estudo sobre o desenvolvimento do comportamento e a ênfase da cognição no tratamento do tag - transtorno de ansiedade generalizada. *Revista Farol: Faculdade de Rolim de Moura, Rondônia*, v. 8, n. 8, p. 330-346.
- Vivian, M. (2013) *Resenha do livro Ansiedade: terapia cognitivo-comportamental para crianças e jovens*, de Paul Stallard. *Psicologia: teoria e prática versão impressa* ISSN 1516-3687 *Psicol. Teor. Prat.* vol.15 no.1 São Paulo abr.



TRABALHO MULTIPROFISSIONAL NA PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE DE PESSOAS ACOMETIDAS PELA DEFICIÊNCIA VISUAL

Carla Emanuelli Luz Nogara¹
Valéria Gibinski²
Luane de Lima³
Suelen Dulce Franco⁴

RESUMO: A contextualização da prevenção e promoção da saúde se mostra pertinente no campo da psicologia e em como essa se dispõe a elaborar um trabalho multiprofissional unindo a área da fisioterapia, nutrição e educação física. Após a observada demanda, possibilitou-se a estruturação dos encontros divididos em onze dias distribuídos durante o semestre, o que deu margem para desenvolver os assuntos em dias distintos. Com a prática posta, identificou-se as possibilidades dentro da área da psicologia, assim como também a adequação do grupo para as intervenções propostas, tendo um viés dinâmico relacional como princípio, o que norteou o processo grupal. Assim se completou o exercício multiprofissional dentro da esfera da psicologia, o qual sentenciou a reflexão sobre a relevância da inclusão e os enfoques pertinentes para tal.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência visual, Multiprofissional, Prevenção e Promoção, Psicologia.

ABSTRACT: The contextualization of prevention and promotion of health is pertinent in psychology and how it can elaborate a multiprofessional work on the fields of physiotherapy, nutrition and physical education. After an observation of the demand, groups were structured and divided in eleven days, along the semester, which gave the verge to develop the subjects in distincts days. With the execution, possibilities were identified, according to the psychology area, as well as the adequacy of the patients for the proposed interventions, having an dynamic bias, which guided the group process. Thereby, the multiprofessional exercise was completed inside the area of psychology, sentencing the reflexion about the relevance of including, and the pertinent approaches for that.

KEY-WORDS: Visual Impairment, Multi-professional, Prevention and Promotion, Psychology.

1. INTRODUÇÃO

Como requerido, a contextualização da prevenção e promoção da saúde pertencem a determinadas circunstâncias que preconizam um olhar para os cuidados primários em saúde, como a Declaração de Alma-Ata, o documento da Organização Mundial da Saúde (OMS) e ainda a Carta de Ottawa, qual vem da I Conferência Internacional sobre Promoção da saúde (CEZARIO Et al., 2010). Nesse aspecto se delinea razões necessárias para uma inserção mais focal, objetivo este do Estágio Ênfase de Prevenção e Promoção da Saúde, que propõe subsídios para a atuação em instituições. Dessa forma possuindo esses

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU - União da Vitória – Paraná – Brasil. E-mail: psi-carlanogara@uniguacu.edu.br

² Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU - União da Vitória – Paraná – Brasil. E-mail: psi-valeriagibinski@uniguacu.edu.br

³ Psicóloga, professora do curso de Psicologia e supervisora do Estágio Ênfase em Promoção e Prevenção de Saúde I – Centro Universitário do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU – União da Vitória – Paraná – Brasil. E-mail: prof_luanelima@uniguacu.edu.br

⁴ Psicóloga, professora do curso de Psicologia - Centro Universitário Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU - União da Vitória - Paraná - Brasil. E-mail: prof_suelenfranco@uniguacu.edu.br



mesmos princípios norteadores, designando assim o local de efetivação da intervenção, sendo este uma Associação de Pessoas com Deficiência Visual localizada na região sul do Paraná, a qual se mostrou receptiva, o que é necessário para a aplicação de ações desse viés, pois suscita um cenário conivente para a atuação.

Na perspectiva da prevenção e promoção da saúde, qual pode ser compreendida através de capacitações sociais que dão margem para um conhecimento e reflexão, bem como condições para optar pela opção mais benéfica à saúde é possível realizar algumas constatações que fundamentam a compreensão do ser social como um todo, e assim, relações norteadoras para a atuação na saúde, requerendo uma estrutura de abrigo, educação, economia, cultura, acesso a serviço de saúde e complementos. Enfim, segmentos que viabilizam possíveis atuações a serem trabalhadas incisivamente nesse contexto. Firmando, desse modo, o dever do estado em propiciar conduta para a prevenção e promoção da saúde a todo e qualquer sujeito, independente da classe social, ideologias e salientando a condição que este se encontra, pois, a inclusão também faz parte dessa organização (CEZARIO Et al., 2010).

Com a finalidade de executar esses preceitos no campo da psicologia, área que possui fortes vertentes nesse tema, promove-se a idealização de um grupo terapêutico para os participantes, conceituando ser de suma importância fomentar possíveis questões de aporte negativo para a saúde seja mental, quanto física. Considerando a relação entre elas, essa temática se mostra numa compreensão corretiva, já que pessoas com deficiência visual eventualmente vivenciam desigualdade, preconceito, inacessibilidade mais evidente no seu meio social, familiar ou até mesmo pessoal. Nessa ótica o grupo terapêutico busca salientar uma maior compreensão de si, com olhar sincero para as suas próprias dores e do outro, expondo-os a manifestar seus desejos no que diz respeito à prevenção e promoção da saúde em suas múltiplas esferas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A deficiência visual pode ser caracterizada como alterações oculares significativas, que em casos mais graves podem culminar na perda da capacidade visual, a qual se distingue em duas classes, a cegueira que configura



a perda total da visão, e a baixa visão que se refere a redução da acuidade visual, considerando que nessa classe ainda existem resquícios de visão, porém estes são extremamente limitados. Cabe considerar também que a origem da deficiência pode ser tanto congênita, ou seja, existente desde o nascimento, quanto adquirida através de causas orgânicas (doenças) ou acidentais (GIL, 2000).

O senso de inclusão social advém de um viés contemporâneo, o qual vem amadurecendo e sendo perpetuado com o passar dos anos por influência dos avanços tecnológicos presentes na era da informação. Todavia a discriminação e os preconceitos permanecem presentes estando profundamente enraizados em aspectos culturais e através disso valida-se a importância de produzir estudos com o intuito de desmistificar as suposições direcionadas as pessoas com deficiência, tendo em vista que esses preconceitos sociais influenciam diretamente na saúde mental e física das pessoas (CRUZ; ARRUDA, 2014).

Mediante o exposto, salientam-se as discussões e posicionamentos acerca do conceito de saúde, considerando assim que a Organização Mundial da Saúde (OMS) a definiu como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”. Sendo assim, podemos conceber esse conceito de forma ampla, que engloba diversos aspectos que compõem a saúde em suas múltiplas esferas (SEGRE; FERRAZ, 1997).

Diante disso, pode-se compreender a autoestima como um fator importante que permeia os apontamentos acerca da saúde mental. Nesse sentido, a baixa autoestima se caracteriza como uma avaliação negativa que o indivíduo faz de si mesmo, que está em grande parte relacionado a imposição de estigmas e padrões socialmente discriminados, que por vezes atuam classificando e rotulando o sujeito. Contudo pessoas com deficiência visual são frequentemente alvos desses estigmas, as quais são tidas como incapazes perante as exigências sociais (CORRIGAN; WASSEL, 2008).

Assim sendo, é possível refletir em relação a meios de intervenção que possam abranger a assistência aos mais diversos aspectos que configuram a promoção da saúde de forma geral. Considerando essa perspectiva, uma das medidas que podem ser tomadas para suprir essa demanda seria a realização de um trabalho multiprofissional, o qual se caracteriza por uma modalidade de



trabalho coletiva, que integra a atuação de profissionais de diferentes áreas em favor de um objetivo comum (PEDUZZI, 1998).

Dentre essa diversidade de áreas de atuação destaca-se a importância da psicologia e suas práticas na prevenção e promoção da saúde, mais especificamente a saúde mental, pois compreende-se que a totalidade mente/corpo quando ambos se encontram sadios compõem um sujeito saudável. Porém é necessário ressaltar que a mente precisa do corpo e este, da mente, ou seja estão vinculados em seu funcionamento (CASTRO; ANDRADE; MULLER, 2006).

Entretanto, nesse sentido a contribuição da psicologia para a manutenção da saúde mental de pessoas com deficiência visual pode se dar através de grupos terapêuticos. Os grupos são efetivos no tratamento psicoterapêutico, onde as características em comum dos membros irão se relacionar com fatores terapêuticos como a universalidade, onde o indivíduo deixa de acreditar ser o único a estar vivenciando determinado tipo de sofrimento e percebe que há outros membros com angústias parecidas e a partir dessa identificação com as questões do outro se instala no grupo fatores como apoio mútuo, respeito e empatia (YALOM, 2006).

Perante a isso, a relação mente e corpo pode ser tratada de forma conjunta, onde o trabalho multiprofissional irá assumir um papel relevante, pois para o corpo estar em pleno estado de saúde é importante que o indivíduo realize algumas ações as quais podem ser convertidas em hábitos, como manter uma alimentação saudável e a prática constante de atividades físicas associadas a vivências terapêuticas que irão promover saúde também a mente em consequente (NETO; SANTOS; MELO; MENDES, 2022).

Direcionando o enfoque às pessoas com deficiência visual, comprova-se que em grande parte dos casos, juntamente com a visão, a pessoa acometida pela deficiência também sofre a perda de equilíbrio corporal. Sendo assim, a realização de atividades que estimulem o desenvolvimento dessa capacidade em específico podem ser benéficas de diferentes maneiras, como para evitar possíveis acidentes decorrentes da falta dessa habilidade corporal, bem como para a manutenção do bem-estar e qualidade de vida do sujeito (NETO; SANTOS; MELO; MENDES, 2022).



Como já citado, a deficiência visual pode ser adquirida por meio de doenças, nesse caso cabe citar a diabetes. Essa doença se caracteriza pelo aumento da glicose no sangue, decorrente da deficiência do organismo em produzir o hormônio da insulina, e que quando esta encontra-se em níveis muito elevados pode ocasionar na deterioração dos vasos sanguíneos que irrigam a retina, causando um edema, condição esta que é clinicamente chamada de retinopatia diabética (BAGNI; BORGES, 2021).

Nesses casos é indispensável que o indivíduo acometido pela cegueira adquirida mantenha uma alimentação balanceada e saudável, considerando o impacto direto da alimentação no quadro da deficiência que em caso de ser parcial, pode acabar evoluindo para total se não forem tomados os devidos cuidados. Sendo assim, para garantir uma dieta adequada considerando as individualidades do sujeito, o mais indicado seria realizar acompanhamento com nutricionista, a qual poderá realizar um levantamento do estado atual e em seguida delinear uma rotina de alimentação de acordo com o que se mostrar necessário no momento (BAGNI; BORGES, 2021).

Contudo, é possível perceber que a saúde está diretamente relacionada à qualidade de vida, a qual abrange questões de saúde mental, como a autoestima, uma vez que esta sofre influência em indivíduos acometidos por deficiências adquiridas, em grande parte devido a perda da autonomia, que pode sim ser adquirida novamente. Porém, através de um processo de reabilitação, autoconhecimento e aprendizagem, a partir disso, verifica-se a importância da prevenção e promoção da saúde nesse contexto, pois a prevenção através da informação para a população, pode até mesmo evitar que determinadas doenças se perpetuem e ocasionam um futuro quadro de deficiência. Já a promoção, quando realizada através de um trabalho multiprofissional pode ser até mesmo mais eficaz e proveitosa, propiciando ao indivíduo maior conhecimento acerca dos aspectos da sua saúde que precisam ser trabalhados, como também o envolvendo em seu tratamento de forma mais ativa (CEZARIO; OLIVEIRA; BAPTISTA; PINHEIRO; PAGLIUCA, 2010).



3. METODOLOGIA

Com a proposta de intervenção já estipulada desde o início do processo, qual sendo o grupo terapêutico, com reuniões distribuídas em onze encontros semestrais durante o primeiro semestre do ano. A questão a ser levantada durante os primeiros encontros seria qual a demanda e em consequência qual o estilo grupal, que propõe desse modo, recursos para o seguimento coerente desse procedimento. Tendo como base a pesquisa-ação, propõe através dos três precedentes encontros um linear para o desenvolvimento progresso e indispensável.

Dentro da multiplicidade da pesquisa-ação, qual se caracteriza por seu aspecto empírico associado a desenvoltura de problemáticas grupais onde seus respectivos pesquisadores e participantes estão relacionados de modo ágil e cooperativo. Nesse método de pesquisa é posto em suma o desempenho ativo nas interações científicas e práticas, assim como no acompanhamento de juízo nas ações geradoras de problemas, para a efetivação completa a pesquisa-ação pede uma estrutura de integração de todos os envolvidos, outro critério necessário se interpreta pela observação de problemáticas e organização de intervenções durante o desenvolvimento do estudo, meio de pesquisa propício a fundamentação proposta no processo do grupo terapêutico com os integrantes do ADEVIVI (THIOLLENT, 1986).

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

4.1 ENCONTRO 01/11

Expondo ao grupo no encontro 01/11 as competências promovidas para o transcorrer grupal, pois preceitos básicos como, instilação da esperança se tratando da expectativa de conseguir melhorar, no ponto em que a esperança pode ser vista como um impulso para a mudança; universalidade busca promover o alívio no momento em que se percebe que seus problemas não são únicos e que o enfrentamento não precisar ser sozinho; altruísmo se dispõe ao ato de dar e receber ajuda; coesão se caracteriza pela aceitação de si e do outro; assim também englobando o respeito mútuo e empatia, fatores essenciais para o terapia grupal (YALOM, 2006). Nos encontros posteriores 02/11, 03/11 e 04/11



guiou-se para o estabelecimento de vínculo e dinâmica de conhecimento entre os integrantes e coordenadoras, abordando assuntos pessoais sobre o desenrolar vivencial, e a história da deficiência visual de cada participante.

4.2 ENCONTRO 02/11

Bem como, no encontro 02/11 planejou-se o estabelecimento do vínculo terapêutico, tendo isso em vista alguns pontos importantes para que a convivência se desenvolva de forma satisfatória entre os participantes, como por exemplo a questão do respeito perante ao outro, a empatia e aguardar sua vez de compartilhar o que é de desejo sem interromper a fala do outro, onde será apontada em seguida a seguinte pergunta ao grupo: "O que lhes trouxe aqui hoje?".

4.3 ENCONTRO 03/11

Em relação ao encontro 03/11, ainda considerando o processo de estabelecimento de vínculo terapêutico, se induz um espaço livre para que os participantes possam construir uma relação saudável e propícia para a conclusão da demanda, assim como o desenvolvimento progressivo do grupo.

4.4 ENCONTRO 04/11

Perante a isso, no encontro 04/11 mostrou-se pertinente estabelecer assuntos estruturados para os próximos, com a intenção de desenvolver um trabalho multidisciplinar focando na prevenção e promoção da saúde, contextualiza-se a relevância em envolver outros profissionais da saúde para um melhor aproveitamento das demandas já observadas (YALOM, 2006).

Como bem evidenciado, possuir certa estrutura para a ocupação terapêutica se mostra necessária, considerando que a falta deste item pode vir a causar ansiedade e até a irritação entre os participantes, ou seja, dar sentido ao grupo dará ferramentas para a exploração de sentimentos e atitudes para consigo próprio e com os outros. À medida que ocorre o sistema grupal, mas este se constrói com autêntica comunicação, assim como a descoberta de que



o outro possui empatia de compreender, aceitar e oferecer determinado suporte para angústias, frustrações e características alheias (ROGERS, 1970).

Constatações firmadas, é coerente pontuar quesitos observados para o estabelecimento dos encontros posteriores. Pois salienta-se que sugerir um grupo livre para trazer suas questões que sequer possui uma delimitação posiciona margens para conversas paralelas, possíveis descontentamentos por não haver objetivos, e temas focais para a continuidade (ROGERS, 1970). Não que essa formulação de grupo não ocorra efetivamente, todavia, este não é o caso do grupo citado, pois a problemática do desenvolvimento do grupo se mostrou ser de fato a falta de estrutura, por essa razão delineou-se conteúdos para serem abordados em diante, conteúdos que propositalmente buscam causar autoconhecimento sobre como cada qual interpreta a prevenção e promoção da saúde.

4.5 ENCONTRO 05/11

Há imposições de papéis sociais, na infância é dado papéis do feminino e do masculino através dos brinquedos (boneca/carrinho), pessoas crescem com essas raízes do que devem ser. Com a condição da deficiência visual também é dado papéis a serem seguidos, independentemente dessa condição ser de nascença ou adquirida durante a vida, a família estipula papéis no viés da deficiência visual, a sociedade também espera algo a partir disso, são imposições que dão margem para como se deve comportar no meio social, basicamente isso é para todas as atitudes tomadas, o questionamento é, seguindo a característica da deficiência de cada um e como cada um atribui esse papel vós dado.

Desta forma é reforçada a reflexão sobre como escolhas, características, gostos estão sendo preservados mesmo as vezes não tomando o papel imposto a si? Seguindo pela circunstância da qualidade de vida, mesmo que a pirâmide das necessidades de Maslow esteja completa, ter uma posição particular nas relações cotidianas, seguindo objetivos, expectativas, padrões e percepções sobre o seu eu, é o que pode definir uma adequação (REBOUÇAS Et al., 2015). Como método reflexivo se fez relevante levantar a temática das imposições sociais e a interpretação da mesma.



4.6 ENCONTRO 06/11

É coerente relacionar os preceitos da imposição de papéis sociais com as problemáticas decorrentes do estigma da autoestima, considerando que esta atua em várias escalas do desenvolvimento humano, pois sua baixa prejudica relações, o que em contrapartida reforça o isolamento. A autoestima se mostra em todos os indivíduos, assim como em acometidos pela deficiência visual, esta refere-se a como pensa e sente-se o sujeito em relação a si próprio, tendo finalidade importância em como se fundamenta as capacidades de reações positivas no suceder vivencial (FELICISSIMO Et al., 2013). Desse modo, estabelece a vinculação sobre a estruturação do eu social, e a formulação da visibilidade da autoestima do grupo, assim como estes se relacionam com essa questão.

4.7 ENCONTRO 07/11

Para uma melhor formulação das intenções da fundamentação do grupo, este encontro dirige-se sobre o que seria saúde mental para cada integrante, propondo indagações sob um olhar multiprofissional, caracterizando determinações para um viver saudável, dentre essa consideração para um aproveitamento mais completo sobre os apontamentos levantados, estimula-se a uma dinâmica relacionada ao tema da prevenção e promoção da saúde qual se descreve assim, em um aparelho celular estarão gravadas várias frases sortidas sobre o que seria e o que não seria denominado como normas para possuir uma vida saudável tanto mental, quanto física, cada participante terá a chance de escolher dois números referentes ao número do áudio, áudio este que será ouvido por todo o grupo, em seguida a escuta o participante do respectivo número sorteado terá de fazer apontamentos pertinentes para o que há descrito, tendo como possibilidade a discussão sobre o apontamento. Essa dinâmica propõe de uma forma descontraída, leve e acessível, estabelecer uma psicoeducação no que se refere ao trabalho em equipe com profissionais da saúde, e em como uma procura atentar a sua mente e corpo.

Destacando que o trabalho em conjunto realizado por psicólogas, fisioterapeutas, nutricionistas e educadores físicos traz possibilidades de



estipular métodos viáveis para uma prevenção e promoção da saúde no que diz respeito a pessoas com deficiência visual. Pois o exercício multiprofissional tem autonomia para melhor compreender o funcionamento particularizado de cada integrante, e é através dessas razões que os encontros seguintes se baseiam no auxílio desses profissionais o que acarretará uma elaboração da demanda numa tendência mais completa (NETO; SANTOS; MELO; MENDES, 2022).

4.8 ENCONTRO 08/11

Como complemento para uma saúde adequada às questões alimentares expõem subsídios relacionados à aquisição e preparo de refeições, para o indivíduo com deficiência visual os obstáculos barram possivelmente a escolha de alimentos, o que em consequência abala a nutrição e a composição corporal. Para uma alteração desse modelo alimentar, propicia-se a estimulação e autonomia para desenvolver na prática suas necessidades, o que impele a qualidade de vida dentro da inclusão, garantindo o processo nutricional dos integrantes do grupo (BAGNI; BORGES, 2021).

4.9 ENCONTRO 09/11

Ter a liberdade de locomoção, noções de espaço que propiciam ao sujeito com deficiência visual uma maior autonomia sobre si no meio social, possíveis apontamentos podem ser levantados no que diz respeito à dificuldade de se mover seja no ambiente familiar, como na sociedade, ou seja, quais os sentimentos da pessoa com deficiência visual acometidos pelos obstáculos da locomoção? Pois a visão é capaz de no instante permitir que informações sobre o ambiente cheguem à formação da estabilidade corporal, logo esta é basicamente imprescindível para a aprendizagem e o desenvolvimento motor (MEEREIS et al., 2011).

4.10 ENCONTRO 10/11

Conduzindo para o penúltimo encontro, delineia-se os benefícios que atividades físicas e a prática de esportes indica para o corpo e mente de



indivíduos, assim como para pessoas com deficiência visual, relacionando a questão de que o hábito de exercícios possui esferas na formação da autoestima o que em sequência excita ao alívio e aperfeiçoamento de condutas elaboradas no dia-dia. Com o final da discussão sobre o tema, se mostra necessário dispor dos feedbacks do grupo.

4.11 ENCONTRO 11/11

Após todas as disposições demandadas já postas em ação, o grupo terapêutico se dá por finalizado, porém não sem antes uma discussão sobre as questões trabalhadas, e a relevância dos encontros para cada participante, despedindo-se com uma bagagem carregada de experiências, por conseguinte será proposta uma dinâmica de autoaceitação onde os integrantes revelarão como se sentiam antes do grupo, o que sentem ao final deste. Findando as intenções da prevenção e promoção da saúde e o trabalho multiprofissional baseado numa psicoeducação.

Dentro da esfera da prática grupal disposta acima delinea-se preceitos fundados na importância do que se refere ao sincero vínculo terapêutico, pois mostrou-se inicialmente determinados comportamentos indistintos e ilusórios dos participantes, o que gera inevitavelmente sofrimento. A longo prazo agir como não se é, é ineficaz não somente no desenvolvimento terapêutico, mas em todas as relações, pois burla o crescimento pessoal. A partir dessa constatação buscou-se criar um espaço acolhedor para que nesse princípio houvesse aceitação individual, assim como também do outro (ROGERS, 1961).

Com o estabelecimento do vínculo, verificou-se certa resistência para um processo mais invasivo, focado em questões psíquicas e sociais que causam possíveis incongruências no repertório vivencial, assim como sendo um grupo com dinâmica mais exteriorizada, o que desse modo orientou para um exercício direcionado ao aspecto relacional mente e corpo, no viés da prevenção e promoção da saúde de indivíduos que têm a deficiência visual.

Na estruturação da prática firmada, o decorrer do grupo se deu de maneira significativa, dedicando as associações que a mente e corpo estabelecem entre si, viabilizando através da multiprofissionalidade o conhecimento de facilitadores para um viver saudável. Desse modo, conclui-se



o dinamismo do grupo junto ao auxílio de intermediários da fisioterapia, nutrição e educação-física o gerou progressos na fundamentação referente ao desenvolvimento em conjunto de diversas áreas da saúde, tendo como protagonista a psicologia que proporcionou assistência as questões psíquicas, fisiológicas e sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer dos dez encontros realizados, mostram-se alguns desafios na prática do fazer psicologia, muito se pensa no exercício clínico, quando se aborda o tema. Com o desenvolvimento do grupo, a partir das demandas recebidas averiguou-se reais necessidades de vislumbrar o trabalho multiprofissional, expressando nesse aspecto as ramificações da psicologia e em como esta tem como meio facilitador um variado quadro de intervenções.

Dentre as práticas oferecidas no grupo alguns comportamentos sucintos se fizeram transparecer, avançando no conceito da impossibilidade de satisfazer por completo todos os integrantes desse exercício, pois as intenções não se baseiam em sua totalidade neste juízo, mesmo que detenha de aspectos que se referem à desempenhar a promoção e prevenção da saúde, no conjunto se designa também à um sair da zona de conforto, ao submeter-se, a exposição, como já expresso, as possibilidades de frustração, tal qual de contentamento são sentimentos concretos dado o contexto das multiplicidades do ser humano.

Exprimir sobre as expressões camufladas que foram observadas durante esse processo fomenta indagações pertinentes à compreensão de hipóteses relevantes para a conclusão deste trabalho. Num aspecto geral demonstrações da dificuldade de manifestar suas condições psicológicas, o que em contrapartida as fisiológicas expressas abertamente, podem indagar a questão de desaprovação tida como tabu o discutir a saúde mental, em três das dez vivências ocorridas foram propostos momentos para a reflexão do assunto, havendo pouca adesão a essa abordagem.

Neste seguimento o viável coube relacionar os parâmetros de mente e corpo, resultando em experiências mais proveitosas alienando ao fato relevante em compor especificações que trariam progresso a qualidade de vida dos



participantes, resultando na adesão completa e benéfica condizente com a demanda evidenciada e passível para um desenvolvimento significativo.

Com a finalização deste trabalho é relevante citar sobre o dinamismo das principiantes na área da psicologia, que tiveram desenvoltura para estruturar uma demanda com o processo grupal sendo realizado. A muito o que aprender sobre a pessoa com deficiência, sobre o lugar desta no meio social, a reflexão que fica diz respeito a necessidade não somente do querer incluir, ela fala também do aperfeiçoamento técnico para tal, sobre possuir um olhar mais humano, fala em encontrar dentro desta esfera um significado que oriente a prática e forme o afeto sobre o fazer psicologia.

REFERÊNCIAS

BAGNI, Ursula Viana; BORGES, Thaís Lima Dias. **Saúde no prato** - Guia educativo para alimentação saudável de pessoas com deficiência visual. 2021. Disponível

em: <https://drive.google.com/file/d/1XdeatmuSt1RRiGMrw4_ap7O4DW1fwOpC/view>. Acesso em: 02/04/2022.

CASTRO, Maria da Graça de; ANDRADE, Tânia M. Ramos; MULLER, Marisa C. **Conceito Mente e Corpo através da história**. Maringá: Psicologia em Estudo, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/SbNh8XMXRgHQRthYPfDRmnJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

CEZARIO, Kariane Gomes; OLIVEIRA, Paula Marciana Pinheiro; BAPTISTA, Rosilene Santos; PINHEIRO, Ana Karina Bezerram; PAGLIUCA, Lorita Marlina Freitag. **Promoção da saúde e deficiência visual**: produção das pós-graduações brasileiras. 2010. Disponível

em: <<https://drive.google.com/file/d/1UgCLNUnTZrnoQArsh6LxqmR0DvNjFsJq/view>>. Acesso em: 01/04/2022.

CORRIGAN, P. W; WASSEL, A. **Understanding and influencing the stigma of mental illness**. Journal of Psychosocial Nursing and Mental Health Services, 2008.

CRUZ, Gilvan Oliveira da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Martins. **Inclusão Social**: Um olhar no sistema sociocultural e educacional. São Roque: Revista



Eletrônica Saberes da Educação, 2014. Disponível em:
http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Gilvan.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2022.

FELICISSIMO, Flaviane Bevilaqua; FERREIRA, Gabriela Correia Lubambo; SOARES, Rhaisa Gontijo; SILVEIRA, Pollyanna Santos; RONZANI, Telmo Mota. **Estigma internalizado e autoestima: uma revisão sistemática da literatura.** 2013. Disponível em:<<https://drive.google.com/file/d/1WKjM3Y-tugzslUUVdnuMJJnqmNXuUbDn/view>>. Acesso em: 02/04/2022.

GIL, Marta. (Org). **Deficiência Visual.** Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância. 2000. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

MEEREIS, Estele C. W; LEMOS, Luiz F. C; PRANKE, Gabriel I; ALVES, Rudi F; TEIXEIRA, Clarissa S; MOTA, Carlos B. **Deficiência visual: uma revisão focada no equilíbrio postural, desenvolvimento psicomotor e intervenções.** 2011. Disponível em:<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1FuMq_dEzOYHp58O4MzHp2GjRp-Vmcpf>. Acesso em: 02/04/2022.

NETO, Raimundo Rodrigues Cajado; SANTOS, Carlos Antonio; MELO, Suely Moura; MENDES, Alice Lima Rosa. **Equipe multiprofissional e prática esportiva para pessoas com deficiência.** Teresina: UniFacid, 2022. Disponível em:<https://drive.google.com/file/d/1Wqd_Sp4ln5k0C35Ha5z181lCxO0COFe/vi>. Acesso em: 02/04/2022.

PEDUZZI, M. **Equipe multiprofissional de saúde: a interface entre trabalho e interação** [Tese]. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas; 1998.

REBOUÇAS, Cristiana Brasil de Almeida; ARAÚJO, Moziane Mendonça; BRAGA, Fernanda Cavalcante; FERNANDES, Giselle Taveira; COSTA, Samira Cavalcante. **Avaliação da qualidade de vida de deficientes visuais.** 2015. Disponível em:<https://drive.google.com/file/d/1NNppd6nfnIGH_J6vdFQpv_c2JdCGI4IS/vi>. Acesso em: 02/04/2022.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa.** 1961. 2º edição. Editora Moraes.

ROGERS, Carl R. **Grupo de encontros.** Editora Martins Fontes LTDA. 1970.



SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. **O conceito de saúde**. São Paulo: Revista de Saúde Pública, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/ztHNk9hRH3TJhh5fMgDFCFj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de pesquisa-ação**. Editora: Cortez Editora, 1986, São Paulo.

YALOM, Irvin. **Psicoterapia de grupo – teoria e prática**. 2006. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1NAAJEMDGvMgNo5UZHk3yDZ2Mek7dR3Qx/vie>>. Acesso em: 02/04/2022.



TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO APÓS ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL: ESTUDO DE CASO

Gabriéli Ostachuk¹
Giovana Simas de Melo Ilkiu²

RESUMO: O Acidente Vascular Cerebral (AVC) é uma patologia caracterizada pela interrupção do fluxo cerebral vascular, de etiologias diversas bem como com fatores preexistentes que levam a alterações dos aspectos físicos, cognitivos e comportamentais do indivíduo acometido. Uma das maiores sequelas motoras são a hemiplegia e a hemiparesia, sendo as principais causas de perda da funcionalidade. O objetivo desse estudo foi relatar os recursos fisioterapêuticos utilizados para a reabilitação de uma paciente pós-AVC crônica, com queixa principal de dificuldade em sua pinça fina. O método utilizado trata-se de um estudo de caso, o tratamento aplicado teve como objetivo melhorar a motricidade fina, aumentar a amplitude de movimento, e ganhar força muscular. Concluiu-se que o tratamento fisioterapêutico se faz indispensável na reabilitação dos pacientes pós-AVC, e a paciente apresentou melhora da sua motricidade fina, da amplitude de movimento e ganho de força muscular, assim facilitando seus hábitos de vida diários. Contudo, vale salientar que os planos de tratamento devem ter ênfase no tipo de sequela motora de cada caso, pois o tratamento deve ser de maneira individualizada. Contudo, ainda são necessários novos estudos acerca do tema, pois o meio científico sempre está em constante evolução, assim aprimorando os tratamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Acidente Vascular Cerebral. Hemiparesia. Fisioterapia. Motricidade fina.

ABSTRACT: Cerebral Vascular Accident (CVA) is a pathology characterized by the interruption of vascular cerebral flow, of different etiologies as well as preexisting factors that lead to changes in the physical, cognitive and behavioral aspects of the affected individual. One of the major motor sequelae are hemiplegia and hemiparesis, being the main causes of loss of functionality. The objective of this study was to report the physiotherapeutic resources used for the rehabilitation of a chronic post-stroke patient, with a main complaint of difficulty in her fine forceps. The method used is a case study, the treatment applied aimed to improve fine motor skills, increase range of motion, and gain muscle strength. It was concluded that the physiotherapeutic treatment is indispensable in the rehabilitation of post-stroke patients, and the patient showed improvement in her fine motor skills, range of motion and gain in muscle strength, thus facilitating her daily life habits. However, it is worth noting that treatment plans must emphasize the type of motor sequelae in each case, as treatment must be individualized. However, further studies on the subject are still needed, as the scientific environment is always in constant evolution, thus improving treatments.

KEYWORDS: Cerebral Vascular Accident. Hemiparesis. Physiotherapy. Fine motricity.

1. INTRODUÇÃO

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) é uma interrupção súbita do fluxo sanguíneo no encéfalo, resultando em danos nas funções neurológicas e lesões celulares. Pode ser de dois tipos, isquêmico ou hemorrágico, sendo o isquêmico o mais comum, sendo cerca de 80 % dos casos, onde ocorre a obstrução de uma ou mais artérias no cérebro, causando uma morte tecidual encefálica. Já o

¹ Acadêmica do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Vale do Iguaçu. Email: fis-gabrieliostachuk@uniguacu.edu.br

² Professora, supervisora de estágio e coordenadora do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Vale do Iguaçu. Email: prof_giovana@uniguacu.edu.br



hemorrágico menos comum, ocorre uma ruptura da artéria (LIMA; CARDOSO, 2014).

A segunda maior causa de morte no mundo é pelas doenças cerebrovasculares, perdendo somente para as doenças cardiovasculares, que são a maior causa de morte no mundo. No ano de 2012, no Brasil foram registrados aproximadamente 100.000 óbitos por doenças cérebro vasculares, sendo um assunto de recorrente preocupação na saúde pública (SANTOS et al., 2014).

As consequências causadas pelo AVC ocasionam danos físicos como plegias ou paresias, alterações sensoriais e espasticidade. Danos psicológicos como depressão, ansiedade e agressividade também são observados; danos cognitivos como alteração da memória, atenção e concentração e até alteração da linguagem e funções executivas. Causando a perda do mecanismo de controle postural, responsável pela orientação e equilíbrio postural (MENEGETTI et al., 2012).

Dentre os principais fatores de risco para a doença temos os fatores não modificáveis que são a idade avançada, sexo masculino e raça negra, e os modificáveis que são principalmente hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, sedentarismo e o tabagismo, sendo o maior enfoque para prevenção, pois são fatores que podem ser descartados com cuidado e atenção à saúde, diminuindo assim as chances de ter um AVC (ARAÚJO et al., 2018).

As sequelas com maior incidência causadas por essa patologia são alterações cognitivas e na deglutição, comprometimento da mobilidade física como a hemiplegia e hemiparesia principais responsáveis pela incapacidade em adultos, a hemiplegia é a perda grave da função motora em um dos lados do corpo, já a hemiparesia é a fraqueza muscular de grau leve ou moderado (CRUZ et al., 2018).

Atualmente, diversos recursos terapêuticos são utilizados na reabilitação dos pacientes que apresentam alguma sequela resultante do AVC. Dentre estas, podemos citar a terapia de contenção induzida, a terapia espelho, eletroestimulação, biofeedback, biofeedback associado a eletromiografia, treinamento repetitivo de tarefa, treino bilateral dos membros superiores e treinamento físico. A recuperação da funcionalidade do membro superior acometido costuma ser lenta na fase crônica do AVC. Na maioria dos casos essa dificuldade na realização das atividades diárias acaba gerando um isolamento



social destas pessoas, tendo assim um abalo da saúde mental, podendo causar impacto na evolução da reabilitação física (SANTOS et al., 2014).

O objetivo desta pesquisa é descrever um relato de caso da fisioterapia aplicada na reabilitação dos pacientes que sofreram AVC, auxiliando na melhora da qualidade de vida e buscando a independência funcional o mais breve possível, facilitando suas atividades de vida diária.

2. MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa descrição de um estudo de caso do tipo e quantitativa, com atendimentos na Clínica de Fisioterapia da Uniguaçu, que aconteceram três vezes na semana, em uma paciente do sexo feminino, acometida por um AVC isquêmico na fase crônica. Foram realizadas buscas nas bases de dados do Google Acadêmico, publicações nacionais dos últimos 11 anos. Foram utilizadas as seguintes palavras na busca: Acidente Vascular Cerebral, hemiparesia, fisioterapia e motricidade fina. No total foram realizadas 20 sessões de duração de cerca de 45 minutos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 728 artigos científicos, dos quais foram utilizados 13, por atenderem aos objetivos desta pesquisa, após a avaliação dos artigos foi possível definir o plano de tratamento para iniciar a reabilitação da paciente. Paciente do sexo feminino, 30 anos, residente na cidade de União da Vitória-PR. no Ano de 2015 sofreu um AVC isquêmico, que resultou em uma hemiparesia no hemicorpo direito. Desde então, realiza acompanhamento fisioterapêutico na Clínica de Fisioterapia da Uniguaçu. Na escala de Ashworth modificada pontuou 3. Atualmente apresenta independência nas atividades de vida diária, porém sua queixa principal é “dificuldade para pegar coisas pequenas”.

O AVC é uma das afecções neurológicas mais comuns na vida adulta, é uma deficiência cerebral transitória ou definitiva, devido a uma lesão vascular em qualquer região do encéfalo e que pode resultar em déficits motores, depressão,



desajuste social, distúrbios de linguagem, disfagia (dificuldade de deglutição), disfunção sexual e vesical e piora na qualidade de vida (PEREIRA et al., 2017).

Os atendimentos foram iniciados no dia 18 de fevereiro de 2022, com término no dia 13 de abril de 2022. No primeiro momento foi realizada a avaliação fisioterapêutica aonde foi possível verificar a presença de hemiparesia no hemicorpo direito, apresentando grande dificuldade nos movimentos em pinça fina da mão direita, tendo também a diminuição da amplitude de movimento, diminuição da força muscular e déficit de equilíbrio. Mas mesmo com as dificuldades consegue realizar as atividades diárias de maneira independente, consegue dirigir, vestir-se, tendo mais dificuldade para atividades com maior exigência da amplitude de movimento como por exemplo pentear o cabelo.

As sequelas dos pacientes pós AVC dependem de vários fatores como a localização, o tamanho da lesão e a quantidade de fluxo sanguíneo colateral. As alterações físicas mais comuns são a hemiplegia, uma deficiência motora caracterizada por perda total dos movimentos no hemicorpo contralateral à lesão, e a hemiparesia uma deficiência motora apenas parcial, acometendo também o hemicorpo contralateral a lesão (SCHUSTER, 2011).

Os recursos terapêuticos utilizados no tratamento foram baseados em indicações científicas para o caso da paciente, para conseguir ganhos na funcionalidade e assim melhorar a qualidade de vida. Sendo os principais recursos utilizados a cinesioterapia, turbilhão, hidroterapia, terapia espelho, treinamento repetitivo de tarefa, treino bilateral dos membros superiores e treino de pinça fina. O tratamento teve como principal objetivo a melhora da motricidade fina do MSD, baseado na queixa principal. Mas também teve outros objetivos como melhorar a amplitude de movimento, treinar a marcha, promover o aumento da força muscular, aumentar os níveis de funcionalidade e melhorar a qualidade de vida, melhorar o equilíbrio, propriocepção e normalizar o tônus no lado hemiparético.

Durante os atendimentos foi realizado alongamentos dos membros superiores e inferiores, com auxílio de elastômero, bola suíça, e aparelhos de Pilates, fortalecimento muscular com exercícios contra resistidos com halteres e caneleiras, treino de equilíbrio em apoios uni podal e com a utilização de um disco de equilíbrio.



Para normalizar os tônus muscular e facilitar os alongamentos podem ser usado recursos como o turbilhão com água aquecida e a fisioterapia aquática, pois o calor afeta o tônus e causa a inibição da atividade tônica. A marcha parética produz uma redução da mobilidade, para treiná-la, pode-se usar barras paralelas, rampas, escadas, degraus. E para ganho de força, pode-se fazer exercícios resistidos, exercícios com o auxílio de caneleiras e halteres (RIBEIRO et al., 2014).

Durante os atendimentos algumas sessões ocorreram na hidroterapia, no meio aquático eram realizadas caminhadas, alongamentos, mobilização passiva, dissociações de cinturas escapular e pélvica, eram utilizados alguns acessórios para facilitar os exercícios como espaguetes, halteres, entre outros, baseando-se nos métodos Bad Ragaz, Watsu e Halliwick.

Um dos objetivos almejados pela fisioterapia aquática é promover o máximo de independência funcional possível ao paciente, assim minimizando as respostas anormais e potencializando movimentos apropriados, sendo possível pelos princípios físicos e termodinâmicos da água, como o empuxo, a viscosidade e a pressão hidrostática (MENEGETTI et al., 2012).

Para Miranda et al., (2018) existem diversas técnicas utilizadas na hidroterapia para os tratamentos dos pacientes que tiveram um AVC. Dentre as mais utilizadas temos o método Bad Ragaz seu objetivo é a redução dos tônus musculares, relaxamento, aumento de a amplitude articular, fortalecimento muscular, restaurar o padrão normal de movimento dos membros superiores e inferiores, além de melhora da resistência geral. Watsu, já é uma técnica que associa a flutuação em água aquecida com alongamentos, movimentos passivos, mobilizações articulares e acupressão para produção de bem-estar no paciente, portanto água aquecida reduz os sintomas da espasticidade, facilita o movimento e ganho da mobilidade funcional fazendo com que o paciente tenha uma qualidade de vida melhor. Outro método é o Halliwick, tendo vários benefícios como fortalecer grupos musculares fracos, aumentar a ADM, facilitar reações de postura e equilíbrio, melhorar a condição física geral, reduzir a dor e reduzir a espasticidade.

Em todas as sessões foi realizado o treino da motricidade fina, mas com a diferença que as técnicas utilizadas foram sendo intercaladas entre as sessões, em uma sendo terapia espelho, a outra sendo realizada com a mão



acometida estimulando a realização das atividades com a mesma, em algumas sessões foi utilizado o turbilhão antes dos treinos de motricidade fina, pois permitia maior facilidade para a realização do movimento, as sessões eram na hidroterapia também permitiam a facilidade no treino da motricidade fina.

A terapia espelho é uma técnica que utiliza retroalimentação visual para estimular a plasticidade neuronal na área motora primária e reorganização cortical. A técnica consiste na realização de atividades bimanuais com o auxílio de uma caixa com espelho em um lado, colocada no plano sagital. Sendo assim o paciente visualiza o reflexo do membro superior sadio como se fosse o membro comprometido (COSTA et al., 2016).

O teste de Box and Blocks Test foi aplicado na sessão número 12 conseguindo por 3 peças em 1 minuto e depois foi realizado novamente na última sessão em que a paciente conseguiu colocar 5 peças. A caixa usada no teste foi utilizada para treino da motricidade fina também.

Esse teste é constituído por uma caixa repartida em seu centro, criando dois lados exatamente iguais. Uma quantidade de pequenos blocos do mesmo tamanho é colocada em apenas um lado da caixa. O indivíduo avaliado deve usar a mão para pegar um bloco de cada vez, transportá-lo para o outro lado da caixa, o tempo do teste é de 60 segundos, e serão computados o número de blocos colocados no lado oposto da caixa (GUIMARÃES et al., 2011).

Para os pacientes pós-AVC a fraqueza muscular é reconhecida como um fator limitante refletida pela incapacidade de gerar força muscular em níveis normais, portanto as mudanças que ocorrem nos músculos plégicos contribuem para o déficit de força muscular. A atrofia muscular é consequência do desuso, da perda dos efeitos tróficos centrais, da atrofia neurogênica, do repouso, excessivo no leito durante a fase aguda do AVC, da perda de unidades motoras, da alteração na ardem de recrutamento e do tempo de disparo das unidades motoras, da alteração na condução dos nervos periféricos e do estilo de vida sedentário (BARBOSA et al., 2014).

Segundo Lírios, Filho e Colaço (2016) a intervenção fisioterápica desempenha um papel de extrema importância em pacientes com diagnóstico de AVC. O atendimento do fisioterapeuta baseasse na realização de exercícios que garantem ganhos de amplitude de movimento para manter a integridade articular e prevenir contraturas musculares, proporciona também treinos de



marcha que possibilitam uma melhora na coordenação, equilíbrio e força que são pré-requisitos para a deambulação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tratamento fisioterapêutico se faz indispensável na reabilitação dos pacientes pós-AVC, sendo possível observar que após a aplicação das técnicas relatadas, houve melhora efetiva da paciente. Apresentou ganhos de motricidade fina, de amplitude de movimento, de força muscular e equilíbrio, facilitando seus hábitos de vida diários.

É possível afirmar ainda que o AVC é uma patologia com alta incidência global e que se mostra difícil traçar um plano de tratamento devido as mais variadas sequelas motoras herdadas pelos pacientes. Entretanto, realizando a avaliação adequada e de maneira individualizada, é possível apresentar bons resultados com o tratamento fisioterapêutico, tornando-se indispensável o conhecimento de manobras e técnica que possibilitem reabilitar esses indivíduos de acordo com seus distúrbios, além de prevenir futuras recidivas dessa doença.

Contudo é recomendado que sejam realizados novos estudos com grupos maiores de pacientes, afim de comprovar a efetividade das técnicas utilizadas durante o tratamento.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Jéssica Pizzato de *et al.* Tendência da Mortalidade por Acidente Vascular Cerebral no Município de Maringá, Paraná entre os Anos de 2005 a 2015. **International Journal Of Cardiovascular Sciences**, Maringá, v. 1, n. 31, p. 56-62, abr. 2018. Sociedade Brasileira de Cardiologia. <http://dx.doi.org/10.5935/2359-4802.20170097>. Disponível em: <https://www.scielo.br/ijcs/a/k9nXmcKfW7WSwvtYP8rWsbf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2022.
- BARBOSA, David José *et al.* Recuperação após Acidente Vascular Cerebral em Adulto Jovem Submetido a Fisioterapia Alternativa. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, Juazeiro do Norte, v. 2, n. 6, p. 1-3, dez. 2014.



Disponível em: <https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/447>. Acesso em: 31 mar. 2022.

COSTA et al. Efeitos da terapia espelho na recuperação motora e funcional do membro superior com paresia pós-AVC: uma revisão sistemática. **Fisioter Pesqui**, Natal, v. 23, n. 4, p. 431-438, fev. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fp/a/GMY9W4J5fZxh36T3Lx4PG9S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 abr 2022.

CRUZ, Leonardo Danelon *et al.* Resultados de um programa de exercícios físicos para indivíduos com hemiplegia pós acidente vascular encefálico. **Acta fisiátrica**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 60-62, jun. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/162576>. Acesso em: 01 abr. 2022.

GUIMARÃES, Cláudia Mendes *et al.* Desempenho Motor em Hemiparéticos Após Treino de Relaxamento do Membro Superior Não Afetado. **Rev Neurocienc**, Goiânia, v. 3, n. 19, p. 496-503, mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8361>. Acesso em: 21 fev. 2022.

LIMA, Alisson Padilha de; CARDOSO, Fabrício Bruno. O Efeito de um Programa de Exercícios Físicos sobre a Capacidade Funcional da Marcha Hemiparética de Indivíduos com Acidente Vascular Cerebral. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 203-208, fev. 2014. Disponível em: [esearchgate.net/profile/Fabricio-Cardoso-2/publication/285042222_O_Efeito_de_um_Programa_de_Exercicios_Fisicos_sobre_a_Capacidade_Funcional_da_Marcha_Hemiparetica_de_Individuos_com_Acidente_Vascular_Cerebral/links/5719281908ae986b8b7b31d1/O-Efeito-de-um-Programa-de-Exercicios-Fisicos-sobre-a-Capacidade-Funcional-da-Marcha-Hemiparetica-de-Individuos-com-Acidente-Vascular-Cerebral.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Fabricio-Cardoso-2/publication/285042222_O_Efeito_de_um_Programa_de_Exercicios_Fisicos_sobre_a_Capacidade_Funcional_da_Marcha_Hemiparetica_de_Individuos_com_Acidente_Vascular_Cerebral/links/5719281908ae986b8b7b31d1/O-Efeito-de-um-Programa-de-Exercicios-Fisicos-sobre-a-Capacidade-Funcional-da-Marcha-Hemiparetica-de-Individuos-com-Acidente-Vascular-Cerebral.pdf). Acesso em: 15 mar. 2022.

LÍRIOS, Bárbara Martins Soares Cruz Alameda dos; FILHO, Roberto Hugo Gonçalves Martins; COLAÇO, Maria Ayrtes Ximenes Ponte. Reabilitação fisioterápica de pacientes com sequelas motoras de acidente vascular cerebral isquêmico: uma revisão bibliográfica. **Revista Inspirar: movimento & saúde**, [S.L.], v. 39, n. 10,



p. 28-36, set. 2016. Disponível em: <http://www.inspirar.com.br/wp-content/uploads/2016/11/4-artigo.pdf>. Acesso em: 03 abr 2022.

MENEGHETTI, Cristiane Helita Zorél *et al.* A Influência da Fisioterapia Aquática na Função e Equilíbrio no Acidente Vascular Cerebral. **Rev Neurocienc**, Araras, v. 3, n. 20, p. 410-414, fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8268>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MIRANDA, Marcos Roberto *et al.* Benefícios da Hidroterapia em Pacientes após Acidente Vascular Cerebral (AVC). **Rev Inic Cient e Ext**, [S.L.], v.5, n. 1, p. 465-471, mar. 2018. Disponível em: <https://revistasfacesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/121>. Acesso em: 19 fev. 2022.

PEREIRA, Alianny Raphaely Rodrigues *et al.* Associação entre função sexual, independência funcional e qualidade de vida em pacientes após acidente vascular encefálico. **Fisioter Pesqui.** [S.L.], v. 24, n. 1, p. 54-61, fev.2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fp/a/NgWTTY5PM9sWS4ncfrN4nD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr.2022.

RIBEIRO, Ruth Jardel Alves Alexandre *et al.* Os efeitos da abordagem fisioterapêutica na qualidade de vida de pacientes pós-acidente vascular encefálico (ave): revisão sistemática. **Revista de Atenção à Saúde** [S.L.], v. 12, n. 40, p. 62-68, 2014. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/2224. Acesso em: 01 abr. 2022.

SANTOS *et al.* Uso da Estimulação Elétrica Funcional Pós Acidente Vascular Cerebral: Revisão Sistemática. **Rev. Neurocienc**, Minas Gerais, v. 23, n. 1, p. 103-115, out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8055>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SCHUSTER, Rodrigo Costa. Correlação entre Disfunções Motoras e Respiratórias no AVC. **Rev Neurocienc**, Caxias do Sul, v. 19, n. 4, p. 587-588, mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/download/8319/5853>. Acesso em: 10 abr. 2022.



TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EM ADOLESCENTES COMO RECURSO DE PROMOÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Camila Souza Stempinhaki¹
Paloma Sarnowski da Silva²
Thainá Aparecida de Souza³
Luane Aparecida de Lima⁴

RESUMO: As Habilidades Sociais contribuem significativamente para o relacionamento interpessoal do sujeito. Diante disso, ressalta-se a importância de desenvolver essas habilidades, principalmente em crianças e adolescentes, para que dessa forma, na futura vida adulta, haja um bom repertório de habilidades, resultando em qualidade de vida. O presente artigo é resultado da realização do Estágio Ênfase em Promoção e Prevenção de Saúde, com objetivo de analisar a importância do Treinamento de Habilidades Sociais em adolescentes no âmbito escolar. Baseou-se na observação e busca de possíveis déficits de habilidades sociais e, posteriormente, na intervenção realizada com o intuito de superar os déficits e promover as habilidades sociais. Através da realização do treinamento, pode-se levar em consideração que os alunos tiveram aproveitamento efetivo da prática, onde puderam desenvolver e promover suas habilidades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Habilidades sociais. Adolescência. Prevenção e promoção de saúde.

ABSTRACT: Social Skills contribute significantly to the interpersonal relationship of the subject. Therefore, we emphasize the importance of developing these skills, especially in children and adolescents, so that in the future adult life, there is a good repertoire of skills, resulting in quality of life. This article is the result of the Internship Emphasis on Health Promotion and Prevention, with the objective of analyzing the importance of Social Skills Training in adolescents in the school environment. It was based on the observation and search for possible deficits of social skills and, later, on the intervention performed in order to overcome deficits and promote social skills. Through the training, it can be taken into account that the students had effective use of the practice, where they could develop and promote their social skills.

KEYWORDS: Social skills. Adolescence. Prevention and health promotion.

1. INTRODUÇÃO

As habilidades sociais são comportamentos aprendidos e de extrema importância para os relacionamentos interpessoais, desempenho profissional e qualidade de vida. Se essas habilidades são desenvolvidas desde a infância e a adolescência, contribui-se para a vida adulta. Nessa fase “as práticas educativas da família e da escola, juntamente com a experiência de convivência com os colegas, são as principais condições para a aquisição e o aperfeiçoamento das habilidades sociais” (CARDOSO; COELHO; MARTINS, 2017, p.4). Entretanto,

¹ Aluna do 7º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguacu. E-mail: psi-camilastempinhaki@uniguacu.edu.br.

² Aluna do 7º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguacu. E-mail: psi-palomasilva@uniguacu.edu.br.

³ Aluna do 7º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguacu. E-mail: psi-thainasouza@uniguacu.edu.br.

⁴ Psicóloga, professora, supervisora do Estágio Ênfase em Prevenção e Promoção da Saúde do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguacu. E-mail: prof_luanelima@uniguacu.edu.br.



um déficit de habilidades sociais, impacta diretamente nas relações interpessoais.

A adolescência é definida como o período de transição da infância para a vida adulta. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se considera o adolescente entre 12 anos completos e 18 anos incompletos (BARROS, 2012). A organização mundial da Saúde (OMS) considera o adolescente na faixa etária de 10 a 24 anos de idade (BRASIL, 2012). Se caracteriza como uma fase de desenvolvimento da identidade:

A crise nesta fase implica na definição profissional, na relação com o meio social e com si mesmo, a referência de valores eram os pais na infância, passa-se então a mudança na convivência com o meio social e busca-se referências de todas as partes (CARDOSO; COELHO; MARTINS, 2017, p.3).

Segundo Caballo (2008), o Treinamento em Habilidades Sociais (THS) é frequentemente utilizado para tratamento de problemas psicológicos, para a melhoria da efetividade interpessoal e melhoria na qualidade de vida em geral. Pode ser definido como uma perspectiva geral da terapia direcionado a incrementar a competência da atuação em situações críticas da vida ou como tentativa direta e sistemática de ensinar técnicas e habilidade interpessoais as pessoas com intuito de melhorar sua competência interpessoal em formas específicas de situações sociais.

O presente estudo foi realizado em âmbito escolar, em uma escola privada de um município no interior do estado do Paraná. A prática se deu através da realização do Estágio Ênfase em Promoção e Prevenção de Saúde I, componente obrigatório da grade curricular do curso de Psicologia. Por meio deste, foram realizadas observações e intervenções. As observações tiveram por objetivo identificar possíveis déficits de habilidades sociais na turma e, por consequente, a intervenção teve o intuito de superação dos déficits e promoção de habilidades sociais. Ressalta-se a necessidade da intervenção visto que os alunos migraram de escolas diferentes, situação essa que acarreta um novo contexto e que exige novas demandas sociais.

Justifica-se ainda a relevância da atividade pois a fase da adolescência é um momento extremamente oportuno para promover as habilidades sociais, especialmente em ambiente escolar (CARDOSO; COELHO; MARTINS, 2017). Quando as habilidades sociais são desenvolvidas nessa fase, evitam-se



dificuldades em fases posteriores. Além disso, a proposta do treinamento de habilidades sociais cumpre com o objetivo do Estágio Ênfase em Prevenção e Promoção de Saúde I, visto que “o treinamento em habilidades sociais é uma opção teórica e metodologicamente adequada para promoção de saúde na adolescência” (SILVA, MURTA, 2009, p. 2).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HABILIDADES SOCIAIS

O desempenho social refere-se a todo e qualquer tipo de comportamento emitido em relação a outras pessoas, sejam eles comportamentos que favoreçam ou não a qualidade dos relacionamentos. A competência social é a capacidade de articular pensamentos, sentimentos e ações em função de objetivos pessoais e de demandas, gerando consequências positivas para o indivíduo e para sua relação com demais pessoas. As habilidades sociais aplicam-se às diferentes classes de comportamentos sociais do repertório de um indivíduo, são essenciais para as pessoas e estão diretamente relacionadas a uma boa qualidade de vida, facilitando as relações interpessoais. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005).

Sobretudo, as habilidades sociais são extremamente importantes na infância para as crianças que necessitam de um repertório mais elaborado dessas habilidades para lidar com os desafios e demandas atuais. Um repertório elaborado de habilidades sociais contribui decisivamente para relações harmoniosas com colegas e adultos na infância. Segundo Del Prette e Del Prette (2005) muitos estudos mostram que a competência social na infância apresenta correlação positiva com vários indicadores de funcionamento adaptativo como rendimento acadêmico, responsabilidade, independência e cooperação. Além disso, a importância das habilidades sociais para as crianças faz-se relevante pois é considerada um dos fatores de proteção para assegurar uma trajetória de desenvolvimento satisfatório, porque aumenta a capacidade da criança para lidar com situações adversas e estressantes. De acordo com os autores:

Quando desenvolvidas durante a infância e adolescência, podem contribuir na preparação para a vida adulta, e colaborar na ausência de comportamentos problemáticos, ou déficits em habilidades sociais (CARDOSO; COELHO; MARTINS, 2017, p. 2).



A socialização é uma das tarefas mais importantes para o início do desenvolvimento. É caracterizada pela ampliação e refinamento do repertório dos comportamentos sociais, e juntamente, para a compreensão dos valores e normas que regulam o funcionamento da vida em sociedade. Deve ser levado em consideração na análise desse desenvolvimento os diferentes processos de aprendizagem social no contexto familiar, escolar e de lazer, assim como a identificação dos tipos de déficits e importância/relação desses contextos para a aquisição e desenvolvimento de habilidades sociais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005).

A aprendizagem das habilidades sociais se dá continuamente por toda a vida, fazendo com que déficits ou alguma forma de dificuldade sejam superados. A aprendizagem de comportamentos sociais e normas de convivência em sociedade começam na infância, inicialmente com a família e posteriormente em outros ambientes, como na vizinhança, creche, pré-escola e escola. A aprendizagem se dá pelas condições encontradas nesses ambientes, o que influencia na qualidade de suas relações interpessoais futuramente (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005).

2.2 A FASE DA ADOLESCÊNCIA

É denominada como um período biopsicossocial que, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), é o segundo período da vida, sendo passados dos 10 aos 20 anos de idade. A puberdade, se caracteriza como uma mudança biológica, universal e visível. Esse desenvolvimento acontece na altura, corpo físico e maturação sexual dos indivíduos. Não somente essas modificações biológicas os levarão até a verdadeira maturidade, mas sim outras, variadas e menos visíveis transformações, como as cognitivas, sociais e culturais. É um salto direcionado a si mesmo, como sujeito individual (FERREIRA; FARIAS; SILVARES, 2010).

O sujeito, neste período, sente prazer em manifestar gostos e preferências, momento este de questionamentos e instabilidade, caracterizado pela busca de si próprio e de sua identidade, onde padrões estabelecidos são indagados, assim como escolhas feitas por seus pais, procurando liberdade e



autoafirmação. Estes são típicos comportamentos da adolescência e é neste momento em que ocorrem um maior número de mudanças, sendo natural que elas provoquem dúvidas, inquietações e incertezas. Há de ser levado em consideração os fatores biológicos desta faixa etária, somados aos determinantes socioculturais, provenientes do ambiente onde o adolescente está inserido (SILVA; VIANA; CARNEIRO, 2011).

Neste período, é notório certa vulnerabilidade na formação biológica acontecida no corpo, onde algumas dessas mudanças, são causadas pelo mundo contemporâneo, como por exemplo, a alta tecnologia, os meios de comunicação, o crescimento acelerado da população, o avanço da ciência e a rápida transformação social. Tais fatores irão influenciar diretamente em sua formação integral, dentre eles, inclusive, influenciados pelo ambiente cultural, familiar e social (SILVA; VIANA; CARNEIRO, 2011).

2.3 HABILIDADES SOCIAIS NA ADOLESCÊNCIA

Por ser uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, a adolescência pode ser um momento da vida dominado por situações estressoras e sentimentos ambíguos. Em grande parte, os adolescentes possuem uma boa resolução de tarefas desenvolvimentais, porém, quando há por exemplo a passagem a novos grupos e contextos sociais, o adolescente encontra-se em novas demandas interpessoais e torna mais provável sua exposição a riscos. Essas mudanças nessa faixa etária, exigem novas tarefas, demandando habilidades sociais e adaptações para lidar com as mudanças. Propõe-se seis classes interdependentes de habilidades sociais, relevantes para o relacionamento interpessoal satisfatório na adolescência: empatia; autocontrole; civilidade; assertividade; abordagem social-sexual; e desenvoltura social (PEREIRA-GUIZZO et al, 2018).

A saúde do adolescente tem sido alvo de preocupações atualmente, sendo necessário que haja programas preventivos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece a importância do desenvolvimento de habilidades sociais para os adolescentes, pois assim, auxilia o mesmo em sua vida. “O treinamento em habilidades sociais é uma opção teórica e metodologicamente



adequada para promoção de saúde na adolescência” (SILVA; MURTA, 2009, p. 2). Quando há um déficit em habilidades sociais nas etapas da infância e da adolescência, ocorrem comprometimentos nas fases posteriores da vida. Um bom desempenho dessas habilidades se configura em um fator de proteção à saúde, prevenindo comportamentos de risco.

2.4 HABILIDADES SOCIAIS NO ÂMBITO ESCOLAR

Há uma crescente preocupação com o desenvolvimento emocional e habilidades de relacionamento interpessoal nas escolas, pois são constatados déficits na área de ajustamento social, rejeição de colegas, problemas de aprendizagem e comportamento em geral. Dentre as habilidades a serem desenvolvidas no ambiente escolar, estão algumas como: habilidades de comunicação (verbal e não-verbal), cooperação, responsabilidade, empatia, autocontrole e assertividade (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1998).

As habilidades sociais podem ser promovidas no ambiente escolar por meio de programas com grupos da própria sala ou de fora, ou ainda, aproveitar situações cotidianas da escola que necessitam de habilidades sociais e torná-las como atividades a serem desenvolvidas ou resolvidas pelos alunos. As situações formadas para a aplicação das técnicas, podem ser feitas através de vivências lúdicas, como atividades com música, teatro, desenho, encenações de histórias, entre outros (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1998).

As habilidades sociais são consideradas fatores de proteção durante o desenvolvimento humano. Se adicionadas ao contexto educacional, essas habilidades dizem respeito a uma relação interpessoal de sucesso, onde há a aprendizagem de, por exemplo, um comportamento começar, manter e terminar diálogos, pedir ajuda, se defender, fazer e responder perguntas, saber lidar com críticas e elogios, escutar com empatia, dentre outros. A escola é um espaço promissor para o desenvolvimento destas e demais habilidades sociais e competências emocionais, pois essas demandas são fundamentais para o sucesso escolar e na vida de crianças e adolescentes (LEAL; CONCEIÇÃO; TEIXEIRA, 2018).



3. MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa-ação, que une a pesquisa à prática. De acordo com Engel (2000, p. 2): “a pesquisa-ação surgiu da necessidade de superar a lacuna entre teoria e prática. Uma das características deste tipo de pesquisa é que através dela se procura intervir na prática”. Trata-se, portanto, de uma pesquisa participativa, focada na resolução de um problema social/coletivo, onde pesquisadores e pesquisados estão envolvidos para ajudar na mudança da realidade. Na pesquisa-ação, é levada em consideração a exposição das observações e ações, pautadas pela pesquisa teórica. É de suma importância a descrição rica dos dados adquiridos, reputando o ambiente em que se está desenvolvendo a pesquisa. O termo pesquisa-ação é uma oscilação entre a prática e o explorar a respeito do problema (CORRÊA; CAMPOS; ALMAGRO, 2018).

O público-alvo do treinamento são adolescentes, do sexo feminino e masculino, com faixa etária entre 14 e 15 anos. Os adolescentes são alunos de uma escola privada, frequentando o primeiro ano do ensino médio. O treinamento tem por finalidade identificar os déficits de habilidades sociais na turma e promovê-las, focalizando essa temática no âmbito escolar. A duração estimada de cada encontro do treinamento é de 1h, podendo variar dependendo da demanda. Primeiramente foi aplicado um questionário na turma com a finalidade de identificar os possíveis déficits em habilidades sociais. O questionário conteve 20 perguntas, cujas essas exemplificam situações e possíveis comportamentos a essas situações, onde os alunos assinalaram a resposta que correspondia com sua personalidade.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir do questionário aplicado, pode-se observar o perfil demográfico da turma. Além disso, pode-se perceber alguns déficits em determinadas habilidades sociais e, a partir disso, foi planejado um treinamento voltado a essas habilidades. O questionário foi respondido por 29 alunos no total. Como resultado, obteve-se que os alunos possuem faixa etária entre 14 e 15 anos de



idade, sendo 55,17% do gênero feminino, e 44,82% do gênero masculino. Quando questionados se conheciam o que são habilidades sociais, 62% da turma respondeu que não. Sobre a realização do treinamento, 93% da turma considerou importante que fosse realizado um treinamento de habilidades sociais com eles.

Ao serem solicitados a citar algum problema de convivência entre os colegas da turma, surgiram questões como: falta de colaboração nas equipes, conversas paralelas excessivas, exclusão, conflitos de ideias, brincadeiras e piadas de mal gosto, falta de respeito, bagunça e incoerência. A maioria da turma opinou que tinham preferência por atividades realizadas de forma mais lúdica durante o treinamento. Além disso, sugeriram temas para serem abordados durante o treinamento: estresse, ansiedade, *bullying* e depressão.

O primeiro encontro do treinamento foi voltado a apresentação do tema e integração dos alunos com as acadêmicas e para isso foram utilizadas dinâmicas. Foi realizada a dinâmica do “emboladão”, que propõe uma maior interação entre os participantes e proporciona observar a capacidade de improviso e socialização, dinamismo, paciência e liderança dos integrantes do grupo. A dinâmica de grupo é uma estratégia de socialização das pessoas, onde acontecem relações humanas e até a modificação de comportamento. Implica na forma adquirida pelo grupo e a forma que as emoções e ações são expressas de cada integrante. É também uma forma facilitadora no processo de crescimento, desenvolvimento e amadurecimento da pessoa, pois, há durante o desenvolvimento do grupo, uma maneira de relações intergrupais, acrescentando nos integrantes um jeito de pensar, sentir e agir (CUNHA; SILVA; ALCÂNTARA, 2014).

O segundo encontro do treinamento teve como objetivo abordar a temática da empatia. Foi realizada uma psicoeducação sobre o tema abordado, bem como rodas de conversa e dinâmicas. Foi utilizada a “dinâmica das diferenças”, com objetivo de ressaltar o respeito pelas diferenças, a “dinâmica dos sapatos”, proporcionando uma reflexão sobre a importância de se colocar no lugar do outro e a “dinâmica das semelhanças”, com intuito de auxiliar o desenvolvimento da empatia. Dentre as classes de habilidades sociais, a empatia faz-se de extrema relevância para uma boa relação interpessoal. A empatia é a habilidade que se refere a colocar-se no lugar do outro. Essa prática



favorece os relacionamentos nos diversos âmbitos, sejam conjugais, familiares, profissionais, escolares etc. (MOTTA; FALCONE; CLARK; MANHÃES, 2006). O desenvolvimento dessa habilidade pode estar relacionado à expressividade emocional do indivíduo (CECCONELLO; KOLLER, 2000).

É um processo de interação, onde há o buscar pelo sentir a mesma emoção que o outro, entender os acontecimentos a partir da visão do outro, mudando as perspectivas, e pensar/imaginar em como será contextualizada a experiência do outro (PEIXOTO; MOURÃO; JUNIOR, 2016). Pode-se dizer que a importância da empatia é tão grande quanto a sua falta, pois sem empatia, pode haver comportamentos antissociais e de violência, a dessensibilização a sofrimentos de outros indivíduos. As habilidades de empatia têm grande potencial de neutralização de consequências e efeitos negativos no desempenho da assertividade (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005).

No terceiro encontro foi abordada a questão da expressividade e comunicação, onde foram propostas atividades para os alunos por meio das quais os adolescentes pudessem ter experiência do que foi relatado durante a psicoeducação realizada. Foi realizada a “dinâmica do rolo de barbante”, a qual incentiva a expressividade e ressalta a importância de expressar suas emoções. Além disso, foi realizada a brincadeira do telefone sem fio, refletindo sobre a relevância da comunicação coerente. É possível identificar emoções através da comunicação não-verbal, pois, um sujeito pode não expressar verbalmente, porém de forma não-verbal mostra a emoção não sentida. A comunicação não-verbal é o alicerce da expressividade das emoções. É comum que em ambientes onde não há expressividade ou ela é baixa, como pais, familiares, amigos que bloqueiam ou ignoram essas manifestações, o indivíduo pode criar maneiras de disfarçar e evitar situações que gerem emoção ou pode acabar sentindo dificuldade em relacionamentos afetivos que demandam dessa expressividade emocional (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005). O ato de conversar sobre sentimentos e dar nome às emoções são de fundamental importância para que seja transformada a situação desconfortável e assustadora, para algo agradável e natural. Para que isso ocorra é necessário seguir um processo de desenvolvimento, que inclui estratégias, como identificar a emoção, conversar, validar o sentimento, auxiliar a identificação de emoções, revisitar o assunto, promover atividades facilitadoras. Essas estratégias agem como coadjuvantes



para o desenvolvimento das habilidades sociais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005).

No quarto encontro foi abordado o conceito de emoção, a invalidação emocional, e a inteligência emocional. Os assuntos foram abordados através de psicoeducação, roda de conversa e dinâmicas. As dinâmicas propostas foram: círculo de escolha de uma emoção, com objetivo de capacitar os participantes a identificar e nomear uma gama de estados emocionais e também a desenvolver maior empatia entre os pares ao expressarem sentimentos semelhantes; círculo mascarando a dor, com intuito de aumentar a conscientização das emoções naturais de dor e reconhecer as maneiras como esses sentimentos podem estar escondidos por máscaras e, por fim, a dinâmica "carta a si próprio", propondo um levantamento de expectativas individuais, compromissos consigo próprio, percepção de si, autoconhecimento, sensibilização, reflexão, automotivação, absorção teórica.

Grande parte das pessoas que procuram ajuda em relação a saúde mental, são adolescentes com queixas emocionais. Diante disso, observa-se o interesse pelo estudo das emoções, as quais são essenciais para a solução de problemas e o relacionamento interpessoal e atuam preparando o indivíduo para uma situação, orientando comportamentos. Através das habilidades sociais, o sujeito expressa sentimentos, atitudes e opiniões de forma adequada ao contexto, diminuindo a chance de situações adversas. Portanto, é “uma classe de respostas aprendidas e que compõem o repertório comportamental do indivíduo, o capacitando para agir e lidar de modo adequado com as mais diversas situações” (OLIVEIRA; MENEZES; BRITO; PINTO, 2018, p. 3).

No quinto encontro, o tema proposto foi sobre os conceitos de assertividade, passividade e agressividade. O encontro foi realizado através de uma psicoeducação e atividades. As atividades consistiram em perguntas e respostas para exercitar o conhecimento acerca do tema. “A aquisição de habilidades sociais, como a assertividade, inicia-se na infância e constitui-se como importante fator de proteção de problemas emocionais e comportamentais” (BORTOLINI, 2012, p.1). O ambiente escolar, é um cenário muito importante para as convivências. Segundo Bortolini (2012, p.3): “o ensino de habilidades sociais é competência e responsabilidade da escola”. A assertividade pode ser definida como “uma classe de habilidades sociais de



enfrentamento em situações que envolvem risco de reação indesejável do interlocutor, com controle da ansiedade e expressão apropriada de sentimentos, desejos e opiniões” (BORTOLINI, 2012, p.4).

A passividade pode ser definida como uma expressão encoberta dos seus sentimentos e opiniões, buscando uma fuga ao invés de enfrentamento da situação. Já a agressividade é caracterizada pelo autoritarismo e pela própria agressividade, seja de forma física ou verbal. A assertividade proporciona ao sujeito a habilidade de se adequar ao contexto e a capacidade de defender sua opinião e seus direitos de maneira adequada, sem violar o espaço do outro. “Quando ocorrem déficits na assertividade, as crianças podem vivenciar perda de oportunidade, autoimagem negativa, frustração, tensão, incontabilidade e isolamento” (BORTOLINI, 2012, p.5).

No sexto encontro, os alunos estavam em semana de recuperação, sendo assim, apenas os alunos que estavam presentes no colégio participaram da atividade. Desse modo, realizou-se apenas um momento de descontração e relaxamento com eles. No sétimo encontro, o tema promovido foi a cooperação. O tema foi abordado através de psicoeducação e dinâmicas. A “dinâmica dos problemas” teve como objetivo ressaltar a importância da cooperação e a “dinâmica do auxílio mútuo” proporcionou uma reflexão da importância do próximo em nossa vida. De acordo com Frantz (2001, p.1): “a cooperação é entendida como uma ação consciente e combinada entre indivíduos ou grupos associativos com vista a um determinado fim”. Pode ser definida como uma interação social onde as pessoas buscam resultados para seus interesses em comum. Segundo Libâneo (1998, apud FRANTZ, 2001, p.2) a educação pode ser definida como:

(...) conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais (LIBÂNEO, 1998 apud FRANTZ, 2001, p.2).

Nesse sentido, no ambiente escolar a educação e a cooperação se completam, bem como se entrelaçam e podem potencializar-se enquanto processos sociais. De acordo com Frantz (2001), é “no processo da educação que podem-se identificar práticas cooperativas e no processo da cooperação podem-se identificar práticas educativas” (FRANTZ, 2001, p.2). A classe da



cooperação, no âmbito escolar, é consistida em ajudar os colegas, compartilhar materiais, seguir instruções e regras (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005). A habilidade social de cooperação pode ser considerada importante no fator de proteção de possíveis dificuldades de aprendizagem, considerando que a falta de cooperação do aluno pode estar associada a comportamentos desafiadores, sendo algo frequente nas escolas (ROBALINHO; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2015).

No último encontro do treinamento, foi realizado o fechamento do mesmo e uma confraternização entre os alunos e as acadêmicas. Além disso, foi realizado um momento destinado ao feedback dos participantes sobre o treinamento. Os participantes deixaram alguns recados como: *“Foi uma experiência muito legal e interessante” (SIC)*; *“Foi uma experiência única, com atividades e dinâmicas que nos acrescentou conhecimento” (SIC)*; *“Uma experiência que acrescentou bons aprendizados na minha vida” (SIC)*; *“Eu amei demais. Obrigado por tudo” (SIC)*. Sendo assim, pode-se notar pelo relato dos participantes, a efetividade e importância do treinamento para eles.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar teoricamente a importância das habilidades sociais para o desenvolvimento interpessoal de crianças e adolescentes, pode-se concluir que tais habilidades necessitam ser praticadas e cultivadas, especialmente em âmbito escolar. O desenvolvimento e aprimoramento dessas habilidades resultam em maior repertório, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e assertividade em relacionamentos interpessoais.

Logo, o contexto escolar sendo considerado um excelente ambiente para a promoção de habilidades sociais, visto que são fundamentais para o sucesso escolar se torna um setting de atuação importante para ações de promoção e prevenção em saúde. Além disso, o bom desempenho das habilidades sociais se configura em um fator de proteção à saúde. Nota-se, portanto, que o Treinamento de Habilidades Sociais realizado se mostrou adequado para a demanda dos alunos em ambiente escolar.

Conclui-se então que a atividade teve aproveitamento efetivo dos participantes, os quais desenvolveram ou promoveram de forma satisfatória as



habilidades sociais e ainda tiveram um momento de reflexão acerca dos temas abordados. Portanto, a realização do Estágio Ênfase em Promoção e Prevenção de Saúde cumpriu com seu objetivo, promovendo saúde e qualidade de vida para os participantes e desenvolvendo as capacidades necessárias para as acadêmicas em estágio, sendo este um fator determinante para a formação em Psicologia.

REFERÊNCIAS

BARROS, Melo de Freire Guilherme. **Estatuto da criança e do Adolescente**. 8. ed. Salvador: JusPODIVM, 2012.

BORTOLINI, Marcela. **O desenvolvimento da habilidade de assertividade e a convivência na escola: relato de experiência**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v18n3/v18n3a03.pdf>. Acesso em 09 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da educação e Secretaria de Educação Básica. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares: adolescências, juventude e participação**. Brasília, 2012.

CABALLO, Vicente E. **Manual de Avaliação e Treinamento das Habilidades Sociais**. São Paulo: Editora Santos, 2008. 2020. Acesso em 23 mar. 2022.

CARDOSO, Jéssica Karolene Sampaio; COELHO, Linamara Brito; MARTINS, Maria das Graças Teles. **Crescer para saber: o treinamento de habilidades sociais e assertividade com adolescentes em âmbito escolar**. Revista Eletrônica Estácio Papyrus, 2017. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/papirusantacatarina/article/view/4287/2102>. Acesso em 21 mar. 2022.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER, Sílvia Helena. **Competência Social e Empatia: Um Estudo Sobre Resiliência com Crianças em Situação de Pobreza**. Estudos de Psicologia, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/NwyrJ7ppNbc4fvrsL3B4zMd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 19 abr. 2022.

CORRÊA, Giovana Camila Garcia; CAMPOS, Isabel Cristina Pires de; ALMAGRO, Ricardo Campanha. **Pesquisa-Ação: Uma Abordagem Prática de**



Pesquisa Qualitativa. Sorocaba, 2018. Disponível em:
<<http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/60/89>>
Acesso em 16 mai. 2022.

CUNHA, Luara da Silva; SILVA, Raquel Pinheiro da; ALCÂNTARA, Bruno Sérgio. **Um Estudo Sobre a Importância da Dinâmica de Grupo no Processo de Aprendizagem de Professores.** Brasília: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, 2014. Disponível em:
<http://revistaeletronica1.hospedagemdesites.ws/revistaeletronicarh/pasta_upload/artigos/a33.pdf> Acesso em 13 abr. 2022

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. **Desenvolvimento interpessoal e educação escolar: o enfoque das habilidades sociais.** Temas em Psicologia, 1998. Disponível em:
<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v6n3/v6n3a05.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2022.

ENGEL, Guido Irineu. **Pesquisa-ação.** Educar, Curitiba, 2000. Disponível em:<http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_16/irineu_engel.pdf>. Acesso em 16 mai. 2022.

FERREIRA, Teresa Helena Schoen; FARIAS, Maria Aznar; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. **Adolescência através dos séculos.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2010. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/#>>. Acesso em 30 mar. 2022.

FRANTZ, Walter. **Educação e cooperação: práticas que se relacionam.** Sociologias, Porto Alegre, 2001. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/soc/a/HfHsN49JQ3yPzd75kFMq6Hg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 24 mai. 2022.

LEAL, Débora Araújo; CONCEIÇÃO, Veronica Alves dos Santos; TEIXEIRA, Janete Moura. **Estudos sobre habilidades sociais em crianças com idade escolar.** Revista Expressão Católica, 2018. Disponível em:
<<http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/2200/pdf1#>>. Acesso em 04 abr. 2022.

MOTTA, Danielle da Cunha; FALCONE, Eliane Mary de Oliveira; CLARK, Cynthia; MANHÃES, Alex C. Práticas educativas positivas favorecem o desenvolvimento da empatia em crianças. Psicologia em Estudo, Maringá, 2006.



Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a07>>. Acesso em 19 abr. 2022.

OLIVEIRA, Polliana Rodrigues de; MENEZES, Marcela Barbosa de; BRITO, Soraia Silva; PINTO, Paula Sanders Pereira. **Psicoeducação das emoções e habilidades sociais: uma proposta de promoção e prevenção de saúde mental para adolescentes**. XVII SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS, 2018. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/5508/3618>>. Acesso em 28 abr. 2022.

PEIXOTO, Mônica Monteiro; MOURÃO, Anna Carolina das Neves; JUNIOR, Octavio Domont de Serpa. **O Encontro com a Perspectiva do Outro: Empatia na Relação Entre Psiquiatras e Pessoas com Diagnóstico de Esquizofrenia**. Ciência & Saúde Coletiva, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n3/881-890/>> Acesso em 19 abr. 2022.

PEREIRA-GUIZZO, Camila de Sousa; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir; LEME, Vanessa Barbosa Romera. **Programa de habilidades sociais para adolescentes em preparação para o trabalho**. Psicologia Escolar e Educacional, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/kbdCsgPNBhKmhvDtWgRS5nr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 23 mar. 2022.

PRETTE, Zilda A.P. Del; PRETTE, Almir Del. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. Acesso em 21 mar. 2022.

PRETTE, Zilda A.P. Del; PRETTE, Almir Del. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. Acesso em 19 abr. 2022.

ROBALINHO, Ivana Gisel Casali; PRETTE, Zilda Aparecida Del; PRETTE, Almir Del. **Habilidades Sociais como Preditoras de Problemas de Comportamento em Escolares**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/7gVdfKWs9hrtgG8vww7c4xG/abstract/?lang=pt>> Acesso em 22 mai. 2022.

SILVA, Mariana de Paula e; MURTA, Sheila Giardini. **Treinamento de Habilidades Sociais para Adolescentes: Uma Experiência no Programa de**



Atenção Integral à Família (PAIF). Psicologia: Reflexão e Crítica, 2009.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/prc/a/9mspWjYS5pjRFn4qzyT9VwD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 23 mar. 2022.

SILVA, Paulo Sergio Modesto da; VIANA, Meire Nunes; CARNEIRO, Stania Nagila Vasconcelos. **O desenvolvimento da adolescência na teoria de Piaget.**

O portal dos Psicólogos, 2011. Disponível em:

<<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0250.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2022.



UM DIÁLOGO PSICANALÍTICO EM PROSTITUIÇÃO

Keylla Belena¹
Guidie Elleine Nedochoetko Rucinski²
Luane Aparecida de Lima³

RESUMO: Com a evolução do pensamento crítico contemporâneo, há uma necessidade aparente de ressignificação de conceitos, de modo que o exame geral desta pesquisa visa compreender as bases ideológicas e psíquicas do comportamento de mulheres em situação de prostituição. Analisando ainda o mercado nacional, econômico, social e cultural do sexo que envolve principalmente o submundo exposto nesta atividade. Neste sentido a mulher prostituta descaracteriza-se de uma figura simbólica, passando a ser entendida como sujeito social, através de interpretações e conceitos psicanalíticos, dentre os principais compulsão à repetição e mecanismos de defesas, aplicados a interfaces cotidianas, por meio de estudo de caso e inquietações teóricas psicanalíticas.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Prostituição. Compulsão à repetição.

ABSTRACT: With the evolution of contemporary critical thinking, there is an apparent need for resignification of concepts, so that the general examination of this research aims to understand the ideological and psychic bases of the behavior of women in prostitution situation. Also analyzing the national, economic, social and cultural market of sex that mainly involves the underworld exposed in this activity. In this sense, the prostitute woman is mischaracterized as a symbolic figure, starting to be understood as a social subject, through psychoanalytic interpretations and concepts, among the main compulsions to repetition and defense mechanisms, applied to everyday interfaces, through case study and psychoanalytic theoretical concerns.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Prostitution. Compulsion to repetition.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre corpo e mercadoria historicamente compreende-se como uma relação intensa, onde há a existência de uma barganha, ou seja, uma permuta recíproca de coisas entre as pessoas, uma troca (DANTAS, 2019). Para qual a prostituição origina-se do verbo latim “prostituire” significando por si a exposição pública, à venda, a devassidão. No entanto, seus estereótipos constroem-se pelas figuras apresentadas ao logo da vida, a criança observa, internaliza e facilmente reproduz (AZEVEDO, 1997).

A prostituição trata-se então de uma possível lei de oferta e procura, para a qual há um exercício econômico lucrativo, resultado da venda de serviços sexuais de cunho informal. Assim, caminha desde os primórdios permeando

¹ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu. E-mail: keyllabelena@hotmail.com

² Psicóloga, docente e coordenadora do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu. E-mail: prof_guidierucinski@uniguacu.edu.br

³ Psicóloga, pós-graduada em Psicologia Clínica: abordagem psicanalítica, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu. E-mail: prof_luanelima@uniguacu.edu.br



vários cenários, dos mais luxuosos estabelecimentos até as mais precárias e subumanas condições, (GUIMARÃES, 2007).

A forma de apresentação do comportamento, a compulsão a repetição não se reestrutura à medida que o prazer imediato pela imagem consciente do dinheiro é satisfeito, sua estruturação psíquica, acompanhada pela carga genética e cultural é mantida e com isso, temos uma mesma resposta, fomentada pelo princípio do prazer (ID) ou ainda na pulsão de morte, de modo que:

A pulsão de morte se remeteria a um campo que se dirige para além do princípio do prazer, ou seja, não corresponderia à tendência do aparelho psíquico em abaixar seu nível de desprazer interno, de tal forma que sua presença poderia ser observada clinicamente através da compulsão à repetição do desprazer, do sentimento inconsciente de culpa, da necessidade de punição e sofrimento, fenômenos que poderiam configurar-se em tendências mortificantes ao sujeito (FREUD, 1920/1975 apud PRATA, 2000).

O que se quer dizer é que não se trata totalmente de um comportamento assimilado, mas de um conjunto de fatores concomitantes que possuem como resultado certa posição significativa na vida do sujeito, na forma com que suas relações se empregam e em suas relações transferenciais. “Logo, notamos que a transferência mesma é somente uma parcela de repetição, e que a repetição é a transferência do passado esquecido” (FREUD 1975 p. 150).

Esta e outras correlações serão avaliadas e apresentadas ainda neste artigo, a partir de pertinentes bibliográficos e abordagem de campo, sendo esta última aplicada em estudo de caso. Contando com a contribuição de uma profissional do sexo ativa, carregando contextualizações históricas breves, mecanismos psíquicos de impacto sob o comportamento e a relação de compra e venda que se trata a prostituição no atual cenário brasileiro.

2. ANÁLISE TEÓRICA E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

É tido que a sociedade humana registrou em múltiplos cenários ao longo de sua história o fenômeno da prostituição, desde a mais primitiva forma de entrega paga, a exaltação da figura feminina pela proporção da prostituta sagrada (RAGO, 1930).



A figura representada se afasta das mulheres de carne e osso para se tornar uma posição simbólica, um receptáculo de fabulações que, no mundo real, nem sempre podem se realizar. A personagem da meretriz não representa a si mesma, mas sim o desejo (MORAES, 2015 apud QUEROZ, 2016).

Esta representação abordada acima torna-se nítida nas afirmações onde a entrevistada, a qual chamaremos Camélia⁴, utiliza a intitulada metáfora do camaleão, “*a gente tem que aprender a se adaptar ao ambiente onde a gente tá...*” “*se o cara quer folia, quer bagunça, a gente está ali*”, “*se procura beber há bebida, dançar, brincar, conversar ou o próprio sexo.*” (sic) Neste sentido, é possível colocar que: “A prostituta seria então como uma atriz, no mundo da realidade, que encena uma personagem que busca satisfazer seus clientes pagantes e, quando sai de cena, volta a ser a mulher que sempre foi” (BUSSULO; BARBOSA, 2016. p 5).

Este cenário, no que lhe concerne, encena a obra do sociólogo Zygmunt Bauman (2004) “Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos”:

E assim é numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro. A promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que se deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a “experiência amorosa” à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas essas características e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço (BAUMAN, 2004, p. 18).

Pode se dizer ainda que da mesma forma com que o cliente se coloca diante de seu objeto de desejo, visto que é incapaz de manifestar seus desejos por uma mulher “real”, podia-se dizer da prostituta com relação ao seu cliente, homem como objeto, “valendo no prostíbulo o dinheiro que se paga” (SOUSA, 1998). Sendo neste processo notável a distinção da prostituta enquanto profissional e mulher afetiva, a mulher enquanto prostituta passa a ser capaz de negociar superficialmente seu corpo em uma “performance mecânica” sem necessariamente a criação do laço afetivo (GUIMARÃES, 2007).

A mulher entendendo tal ponto cria no prostíbulo um “porto seguro” conforme nos diz Camélia: “*Sempre saio, saio e volto na verdade, meu porto seguro é a zona, depois que a gente conhece, nosso porto seguro é a zona!*”

⁴ Nome fictício que faz referência ao clássico literário “A Dama das Camélias”, de Alexandre Dumas Filho.



(sic). Esta narrativa, não incomum, nos traz um entendimento de repetição a partir do movimento de voltar a zona prostituinte. Retornar ao prostíbulo, reforçar neste caso um ciclo atemporal das experiências vivenciadas pela tia, pela irmã e não necessariamente identificado simultaneamente pelo sujeito, mas vinculado ao ciclo familiar, aos laços genéticos e culturais carregado pelas gerações, ou seja, a compulsão à repetição (FREUD, 1914).

Assemelham-se ainda às situações abusivas sexualmente, empregadas no passado e reproduzidas agora em outro ambiente por alguns clientes, em uma relação de transferência, enfatizada pelo relato de Câmelia onde, durante um “programa” é agredida chegando a contrair fraturas, sob alegação e manifesto ilusório de tratar-se imaginariamente da esposa, conforme seu relato.

Lapanche, Pontapolis (2001 apud CAMILO, SCAPIN, 2015), descrevem a repetição como:

[...] um processo incoercível e de origem inconsciente, pelo qual o sujeito se coloca ativamente em situações penosas, repetindo assim experiências antigas sem se recordar do protótipo e tendo, pelo contrário, a impressão muito viva de que se trata de algo plenamente motivado na atualidade.

A compulsão, por sua vez, ressalta-se por si como uma imposição da pulsão, segundo Hanns (1996 apud NETO, 2010), ou seja, o momento em que o sujeito vê-se obrigado a agir de tal forma, postado ainda a satisfação de suas necessidades básica ou ainda de acordo com Lacan (1988) "a insistência da cadeia de significantes" (KAUFMANN, 1996).

Assim, Bruns e Guimarães (2010 apud CORRÊA; HOLANDA 2012), afirmam que a prostituição feminina "[...] ao mesmo tempo, em que alivia a necessidade sexual do homem, a prática está saciando algo dentro dessa mulher", algo que pode ser interpretar além de uma necessidade física, mas psicológica não atendida ou negligenciada durante a infância. Estas necessidades não raras vezes se tornaram mecanismos de defesa do ego, ou também dito como mecanismos neuróticos. De acordo com a teoria psicanalítica Id, Ego e Superego fazem alusão às instâncias formadoras do aparelho psíquico, ou seja, são responsáveis pela base de nossa personalidade e como consequência seus mecanismos (BOCK, et al. 1999).

Para Freud (1975 apud PRATA 2000) o ID, constitui-se como a fonte de nossa energia psíquica ou libido, responsável pelas pulsões, instintos, desejos



inconscientes, regido-se exclusivamente pelo princípio do prazer na fantasia inata. Já o ego enquanto princípio da realidade, irá estabelecer o “equilíbrio entre as exigências do id, as exigências da realidade e as “ordens” do superego”, (Freud, 1993 apud BOCK, et al. 1999). O superego será o princípio da moralidade, as regras e demais exigências culturais (FREUD, 1975, apud PRATA, 2000).

Assim sendo, segundo Bock, et al. (1999) mecanismos neuróticos tratam-se de uma função pelo qual, o ego recalca da consciência conteúdos não desejáveis, protegendo assim o aparelho psíquico, de modo inconsciente e por consequência involuntário. Possibilitando assim, ao sujeito colocar-se de forma defensiva, buscando solucionar os problemas reais, “[...] ansiedades, impulsos agressivos, ressentimento e frustração não solucionadas ao nível da consciência”, conforme explica, Silva (2010), não correspondendo ainda necessariamente a uma formação patológica.

Sendo assim, segundo Freud (1993 apud PONTALIS, et al. 2001), “designa por esse termo o conjunto das manifestações de proteção do eu - ego contra as agressões internas e externas, suscetíveis de constituir fontes de excitação e, por conseguinte, de serem fatores de desprazer”. Assim, nos tópicos a seguir abordaremos alguns exemplos de mecanismos de defesa, alguns deles esboçados por Camélia que podem desenvolver-se ao longo da vida concomitantes ao comportamento e ao exercício da atividade da mulher em prostituir-se.

Baseando-se nas premissas anteriormente apresentadas, pontuar-se-á de modo inicial as características em projeção, na qual “o indivíduo localiza (projeta) algo de si no mundo externo e não percebe aquilo que foi projetado como algo seu que considera indesejável” (BOCK, et al. 1999).

Guimarães (2007), traz a inserção deste contexto para o cenário da prostituição apresentando-nos como proposta exemplificada para realidade a “afirmação de que todas as mulheres são profanas”, ou seja, há uma generalização do profano como justificativa inconsciente, de modo que a mulher projeta para si uma visão geral e sem autonomia da figura feminina, valendo-se então como objeto, possuindo em si julgamento moral em sentimento do “erro” comum.



Ou seja, há ainda em meio a este processo a interligação de outro mecanismo, a negação, para o qual o indivíduo recusa-se a aceitar uma situação, tendo-a como muito penosa a ponto de não tolerá-la, tratando pensamento/sentimento como algo inexistente, evitando por si a angústia que o mesmo o causaria (SILVA, 2010). Para este caso fazemos alusão a Camélia, no trecho onde inicialmente diz: *“Não acredito que seja uma prostituição em si, vamos dizer assim, para mim é a mesma coisa que se eu estivesse todos os dias numa balada, vamos dizer assim, eu estou todos os dias em uma festa mas, eu recebo para fazer essa festa... (sic).*

Representa assim, a adesão de uma nomenclatura tida pessoal e socialmente como “suave”, ou ainda conforme sugere Guimarães (2007), pode representar a indiferença a qualquer negócio, buscando no dinheiro o preenchimento aos prazeres terrenos de afetos não obtidos anteriormente.

Em sequência cita-se o mecanismo de autodegradação, que nada mais é que o sentimento merecedor de sofrimento. O sujeito por si, julga desacreditado por isso age como tal. Para prostituição este mecanismo pode manifestar-se no julgamento descrente de afeições verdadeiras, proporcionado pelo sofrimento apresentado perante o passado, potencializando sua justificativa frente as situações presentes (GUIMARÃES, 2007).

Neste sentido, pensando também no mecanismo de racionalização, em que o sujeito aproxima e busca tornar seu “objeto” mais plausível que verdadeiro, em outras palavras, oferece uma justificativa de ordem racional perante uma “deformação” da consciência, ou como nos diz Anna Freud (1936 apud GOLDSTEIN 2017) remete-se ao “processo pelo qual o indivíduo procura apresentar uma explicação coerente do ponto de vista lógico, ou aceitável do ponto de vista moral, legal, religioso, para uma atitude, uma ação, um sentimento”. Portanto, tal discurso elencado acima poderá tornar o “inaceitável mais aceitável” de acordo com Goldstein (2017), logo, conforme fala Camélia: *“Sempre trabalhei pelos meus filhos!” (sic).*

Falaremos neste momento sobre a adicção ou fuga, marcada pela representação da fuga do ego para determinada situação, assemelhando-se a função de negação, empregando-se exemplificadamente para esta temática como a busca do prazer para evitar o desprazer (GUIMARÃES, 2007). Neste ponto, Camélia relata afirmativamente um longo período do abuso de



substâncias químicas, na tentativa de “suportar” seus clientes (álcool, cigarro, maconha, crack, etc).

Tais correlações acima fazem jus a vivência cotidiana de muitas mulheres, é notável que além de seus próprios traumas são expostas cotidianamente a vivência com desconhecido, experienciando a tênue linha entre a vida e a morte, entendendo que cada “programa” pode ser o último.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Tal pesquisa acontece de forma estruturada acompanhada de uma fundamentação roteirística de perguntas abertas. Ainda que aprovada e validada por três professores/as pesquisadores/as da psicologia e da mesma forma seguir aceito pelo núcleo de ética e bioética, através do protocolo de aprovação nº2021/079, para assim então dar-se início ao levantamento das profissionais do sexo em campo físico.

Sem vínculo institucional e obedecendo ainda uma linha criteriosa que abrange somente o público feminino maior de 18 anos, atuante neste mercado e residente no município do interior do planalto norte de Santa Catarina, para qual buscaremos a obtenção legal sob direitos de áudio, mídia e das questões indagadas para compreensão do fenômeno, através do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

A pesquisa acontece no próprio prostíbulo em um ambiente reservado, de acordo com a disponibilidade da participante e cumprindo as medidas de segurança pré estabelecidas pela pandemia do Covid-19, tendo duração aproximada de 40min. Posteriormente a entrevista foi transcrita pela pesquisadora, sob o caráter enfático característico para o comportamento, objetivando a comprovação hipotética das variáveis levantadas, do ponto de vista da abordagem psicanalítica.

4. CONCLUSÃO

Pode-se dizer que: “Não é verdade que o homem, propriamente e originalmente, aspira a ser feliz?” (FRANKL, 1990, apud CORRÊA & HOLANDA, 2012), “o homem realmente quer, em derradeira instância, não a felicidade em



si mesma, mas antes um motivo para ser feliz”. Assim é a prostituição, a pretensão de um convite onde, a moeda de troca é próprio corpo, o aluguel da alma, a busca pelo caminho além da prostituição!

Há, no entanto, um silêncio, um vazio, que logo entende-se que poder ter suas raízes oriundas da infância, marcas que transcendem o entendimento comum, levadas não extraordinariamente ao recalque, em um compasso dito compulsão à repetição. Têm seu corpo e sua alma penetrados em cada “programa”, estando além dos atentos olhos do “cidadão de bem”, ocupa o espaço da indiferença que não se finda com a disponibilização de preservativos pelo sistema único de saúde (SUS), permanece como uma mulher violentada pelo marido diariamente com a qual, os vizinhos acostumados os pedidos de socorro se tornam indiferentes, um sujeito a margem social.

Assim “o sexo comercial tem dado lugar a uma verdadeira indústria” (PISCITELLI, 2005). Abarcando consigo, boates, bares, hotéis, motéis, saunas, cinemas, páginas e sites de acompanhantes, uma prostituição convencional, para qual o termo empregado e designado “prostituição”, além de ocultar obscurece o entendimento de que há, de fato, um mercado, portanto, desvia a atenção das demandas (AGOSTÍN, 2005 apud PISCITELLI, 2005).

Por fim, como nos diria Pires (1983 apud SOUSA, 2000):

Prostituição não é só alugar o corpo, o sexo para sobreviver; há também o aluguel dos braços, da força de trabalho a que é forçado o operário. E há até o aluguel da própria dignidade quando alguém é forçado pelas circunstâncias a agir contra a própria consciência (PIRES, 1983 apud SOUSA, 2000 p. 115).

E assim é a vivência nas “ruas”, de mulheres que são mães, filhas, avós, tias, netas, desconhecidas ou conhecidas, que compartilham de uma mesma promessa de um dia deixar o prostíbulo, seus clientes e as noites. E assim fazê-la cumprir em definitivo por toda vida.

REFERÊNCIAS

Azevedo, M (1997). **A teoria Cognitivo Social de Albert Bandura**. (Dissertação, Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências). Disponível em: <https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~mdazevedo/materiais/ME&TES/Aprendiz02CognitSocial.pdf>;



- Bauman, Z. (2004). **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. (MEDEIROS C. A, trad) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Disponível em: https://static.tumblr.com/jh0avtj/8xdooienw/amor_liquido_-_zygmunt_bauman.pdf
- Bock B. M. A, Furtado O & Teixeira T. L. M, (1999). **Psicologias uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo, Ed. Saraiva. Disponível em: https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/bock_psicologiasumaintroduc3a7c3a3o-p.pdf
- Camilo, C.T. & Scapin L. A, out-dez. 2015. **A compulsão à repetição segundo a teoria psicanalítica**. Revista UNINGÁ Review, Vol.24,n.3,pp. 59-64. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1719/1328>
- Cecarrelli R. P. dez - 2008. **Prostituição Corpo como Mercadoria**. In: *Mente & Cérebro – Sexo*, v. 4 (edição especial). Disponível em: http://www.cpaqv.org/socioantrop/corpo_prostituicao.pdf
- Corrêa H. W., & Holanda F. A, dez, 2012. **Prostituição e sentido de vida: relações de significado**. PSICO-UFS. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712012000300009>
- Couto P. D. 2017. **Freud, Klein, Lacan e a constituição do sujeito**. *Psicologia mem pesquisa UFJF*. Disponível em: <http://doi.org/10.24879/201700110010094>
- Dantas, I. A, jun. 2019. **Motivação e a Inversão da Pirâmide de Maslow**. *Revista Gestão & Sustentabilidade: Grupos de estudos em operações e sustentabilidade*, v. 1, n. 1, p.173 – 186. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RGES/article/view/10895/7171>
- Ferreira, A. B. H. (2008). **Dicionário Aurélio ilustrado**. Curitiba, PR: Positivo
- Freud S. (1914). **Recordar repetir e elaborar**. *Jornal de Psicanálise Sociedade Brasileira de Psicanálise*, v.27, n15, p. 158-275
- Freud, A. (2006). **O ego e os mecanismos de defesa**. Porto Alegre: Artmed;
- Guillebaud, J. C. (1999). **A tirania do prazer**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil;
- Guimarães, M. R (2007). **Prostituição: Patologia, trabalho, prazer? O discurso de mulheres prostitutas**. (Dissertação de mestrado FFCLRP - Departamento de Psicologia e educação. Programa de Pós graduação em psicologia, Universidade de São Paulo). Disponível em: https://www.ffclrp.usp.br/imagens_defesas/31_05_2010_20_24_51_43



- Goldstein J. (2017). **Racionalização**. Goldstein J. FEBRAPSI -Federação Brasileira de Psicanálise. Disponível em: <https://febrapsi.org/wp-content/uploads/2017/02/racionalizacao--joyce-goldstein.pdf>
- Kaufmann, P.(org.), Ribeiro V. & Borgues A. L (Trad). (1996). **Dicionário enciclopédico de psicanálise, o legado de Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996
- Laplanche J. Pontapolis JB (1985). **Vocabulário em Psicanálise**. - São Paulo: Martins Fontes
- Neto B. E. (2010). **O conceito de repetição na psicanálise freudiana ressonâncias clínicas na re-elaboração do repetido**. Dissertação de mestrado. Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação, mestrado em psicologia clínica, laboratório de psicopatologia fundamental e psicanálise. Universidade Católica de Pernambuco. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/91/1/dissertacao_espiridiao.pdf
- Piscitelli A. (2005). **Apresentação: gênero no mercado do sexo**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200001>
- Prata R. M. (2000). **Pulsão de morte: Modificação ou combate?** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982000000200007>
- Queroz, C, mar. 2016. **A figura poética da prostituta: Estudo investiga o significado da personagem no modernismo brasileiro**. Revista Pesquisa FAPESP. Edição 241, 83- 85 Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-figura-poetica-da-prostituta/>
- Rago, M. L, (1890-1930). **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo**. (Tese de doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas). Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/325802>
- Silva T. B. E. (2010). **Mecanismo de defesa do ego**. (Dissertação - O portal dos psicólogos). Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0212.pdf>
- Sousa F. I. (1998). **O cliente o outro lado da prostituição**. [versão on-line] Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=kSRyiar1CQC&pg=PA115&lpg=PA115&dq=#v=onepage&q&f=false>



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E VARIÁVEIS DE PERMANÊNCIA NA RELAÇÃO ABUSIVA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO

Leticia Castilho¹
Marislaine Lopes Rodrigues²
Marlon Rocha Junior³
Amália Beatriz Dias Mascarenhas⁴

RESUMO: A presente pesquisa, é fruto do Projeto de Extensão em Aconselhamento Psicológico, realizado em uma Delegacia da Mulher no primeiro semestre de 2022, na qual teve como objetivo oferecer atendimento psicológico imediato e emergencial a funcionários, vítimas e autores de violência doméstica e familiares de vítimas de crimes sexuais. Assim, o presente feito consistiu na seleção de um caso de violência doméstica no qual foram realizados três atendimentos e sua análise sistemática em formato de estudo de caso. Na conclusão dos atendimentos, apesar do retorno a relação abusiva, notou-se comportamentos de melhora na vítima, como: reflexões e ressignificações da sua história de vida e relacionamento, expressividade e fortalecimento emocional, bem como, a superação de comportamentos de risco, o que denota a importância da inserção do (a) psicólogo (a) no presente local e atendimento deste público-alvo.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a Mulher. Delegacia da Mulher. Aconselhamento Psicológico.

ABSTRACT: The present research is the result of the Extension Project in Psychological Counseling, carried out in a Women's Police Station in the first half of 2022, in which it aimed to offer immediate and emergency psychological care to employees, victims and perpetrators of domestic violence and family members of victims of sexual crimes. Thus, the present feat consisted of the selection of a case of domestic violence in which three consultations were carried out and its systematic analysis in a case study format. At the conclusion of the consultations, despite the return to the abusive relationship, improvement behaviors were noted in the victim, such as: reflections and resignifications of their life and relationship history, expressiveness and emotional strengthening, as well as the overcoming of risky behaviors, the which denotes the importance of inserting the Psychologist (a) in the present place and serving this target audience.

KEYWORDS: Violence against Women. Women's Police Station. Psychological Counseling.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está constantemente em transformação. Atualmente, encontra-se uma sociedade imediatista, com padrão de rotina antenada à rapidez, dinamismo e eficiência. Desse modo, as novas demandas sociais requerem do trabalho do profissional de Psicologia novas atuações profissionais, propenso a acompanhar e dar conta dessas tendências (REBOUÇAS; DUTRA, 2010).

¹ Acadêmica do 9º período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Paraná, Brasil

² Acadêmica do 9º período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Paraná - Brasil

³ Acadêmico do 9º período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - Paraná, Brasil

⁴ Psicóloga. Mestre em Psicologia Forense pela Universidade Tuiuti do Paraná e Docente do Curso de Psicologia no Centro Universitário Vale do Iguaçu - Paraná, Brasil



Diante disso, o Plantão Psicológico emerge como uma modalidade alternativa de atendimento de cunho individual e breve, que objetiva em um a até três encontros, auxiliar e orientar na resolução de dificuldades concentradas em problemas emergenciais, os quais nem sempre necessitam de acompanhamento prolongado (MORATO, 1999).

Nesse sentido, com o objetivo geral de oferecer atendimento psicológico emergencial presencial, gratuito e imediato, este artigo é fruto do Projeto de Extensão em Aconselhamento Psicológico oferecido na Delegacia da Mulher de União da Vitória/PR, no primeiro semestre de 2022, ao público-alvo compreendido por funcionários, vítimas e autores de violência doméstica e familiares de vítimas de crimes sexuais.

Entretanto, para o presente feito, optou-se por um estudo de caso de três atendimentos ofertados a uma mulher vítima de violência doméstica, logo após esta procurar o serviço e proceder com boletim de ocorrência e medida protetiva, tendo em vista a justificativa legal, psicológica e social mencionada na Lei Maria da Penha da assistência da mulher, bem como, a justificativa social em compreender e debater a violência de gênero, juntamente com a científica de que para enfrentar a sociedade machista e patriarcal são necessárias políticas públicas que possibilitem a luta por direitos e equidade social (BRASIL, 2006; BORDÃO; ALVES, 2019).

Para tanto, este estudo irá discorrer de forma breve sobre a Violência Contra a Mulher e a Prevalência da Violência por Parceiros Íntimos, o Plantão Psicológico na modalidade de Aconselhamento Psicológico e as Atribuições Legais das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), local da referida Extensão Universitária.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Violência contra a Mulher é estabelecida na Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, que destaca: “Art. 5º ...qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, nos espaços domésticos, familiares ou em qualquer relação de afeto (BRASIL, 2006, p. 1).



Souza e Rezende (2018), pontuam a violência como uma violação de direitos, como também, um problema de saúde pública, já que pode atingir mais de uma forma o ser humano, e, aqui no contexto a mulher, danos estes na esfera física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Nesse sentido, as mesmas autoras evidenciam que os tipos de violência contra a mulher são perpetrados na diferença de gênero e a relação de desigualdade entre homens e mulheres estabelecida na sociedade patriarcal (SOUZA; REZENDE, 2018).

Partindo desse pressuposto, há 5 formas distintas de violência doméstica e familiar, expostas na tabela a seguir, as quais podem ocorrer de maneira isolada ou simultânea, são elas:

Tabela 1 – Tipos de Violência

TIPOS DE VIOLÊNCIA	DEFINIÇÃO
Violência física	O tipo de violência que traz danos físicos para a vítima, violando sua integridade.
Violência psicológica	Acarreta prejuízos emocionais, envolvendo principalmente a autoestima da vítima. É entendido como violência psicológica, qualquer ato que infira no seu direito de escolhas, bem como frente exposição, constrangimento ou condutas que são prejudiciais para seu intelecto.
Violência sexual	É considerada violência sexual quando a vítima é coagida a praticar o ato sexual, contra sua vontade. Exposições sexuais sem consentimento, como todo ato que envolva a sexualidade, interferindo no desejo ou não de reprodução, se caracterizam como violação de seus direitos
Violência patrimonial	Referem-se a condutas de danificação de objetos, documentos, ferramentas de trabalho, bens materiais e similares da vítima, sendo retidos ou destruídos pelo agressor.
Violência moral	É a prática de difamação e calúnia contra a vítima.

Fonte: Habigzang; Williamns; Gomide, 2016.



Ormeno e Junior (2016) levantam a questão da prevalência da violência entre parceiros íntimos (VPI), ou seja, a agressão contra a mulher normalmente parte do cônjuge, ex-cônjuge, companheiro ou namorado, objetivando por meio da intimidação, ameaça ou uso da força física, controlar o comportamento da mulher e gerar medo. Segundo os mesmos autores, os agressores tendem a terceirizar a culpa e negar o ato, dizendo que foram provocados a ficarem bravos ou a perderem a razão, o que vai de encontro a um padrão social de que o homem pode exercer seu poder sem consequências.

Posto isto, a referida Lei prevê mecanismos para prevenir, erradicar e coibir a Violência contra as Mulheres, dentre eles atendimento policial especializado e humanizado, cadastro da vítima em programas assistenciais, assistência judiciária, medidas protetivas de urgência, proteção policial, inclusive se necessária retirada dos pertences da residência, encaminhamento a órgãos de saúde, oferecimento de abrigo quando constatado risco de vida (BRASIL, 2006).

Neste seguimento, o plantão psicológico originou-se como uma forma de atendimento proposta pelo Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) no ano de 1969, dispendo como coordenadora Rachel Lea Rosenberg, cuja finalidade inicial era oferecer um atendimento diferente às pessoas que procuravam o serviço, constituindo-se como uma possibilidade às longas filas de espera (REBOUÇAS; DUTRA, 2010).

Entretanto, o plantão psicológico tem como referência a Abordagem Centrada na Pessoa de Carl Rogers, baseada no aconselhamento psicológico. Posto isto, o aconselhamento psicológico se caracteriza pela abertura do conselheiro para acolher qualquer demanda que se apresente. A intenção é receber o cliente e facilitar para que o mesmo se coloque diante de seu sofrimento. Portanto, o aconselhamento psicológico constitui-se pela flexibilidade e disponibilidade em sugerir e propor alternativas de ajuda (REBOUÇAS; DUTRA, 2010).

Portanto, consiste em uma prática que visa ajudar o cliente a planejar, tomar decisões objetivando a construção de autoconfiança positiva. Patterson e Eisenber (1988), pontuam como um processo interativo, determinado por uma relação única entre cliente e conselheiro, qual leva o cliente a uma mudança em



um ou mais campos da sua vida, como, construtos pessoais, habilidade para tomada de decisão, comportamento, conhecimento e capacidade para ser bem-sucedido nas situações da vida.

À vista disso, a proposta de Plantão Psicológico foi implementada no primeiro semestre de 2022, na Delegacia da Mulher de União da Vitória/PR, local como este em que segundo Souza e Cortez (2014), frente a condenação do Brasil ao que se refere ao caso da violação de direitos de Maria da Penha em 2001, passaram a ser responsáveis pelo boletim de ocorrência, instauração de inquéritos, investigação da denúncia e encaminhamentos dos casos para abertura de processos criminais.

Ainda, dentre as atribuições das DEAMs determinada pela Lei 11.340/2006, estão: garantir proteção policial, quando necessário, comunicando o fato imediatamente ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, instaurar o inquérito, fornecer, quando houver risco de morte, transporte para a atendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, encaminhar a mulher aos estabelecimentos de saúde e ao Instituto Médico Legal; acompanhar a vítima para a retirada de seus pertences, bem como informá-la sobre seus direitos e os serviços disponíveis (BRASIL, 2006; BRASIL, 2010).

3. MÉTODO

Os pesquisadores realizaram atendimentos semanais e presenciais no formato de extensão durante o primeiro semestre de 2022 na Delegacia da Mulher de União da Vitória/PR, contabilizando em média 5 a 6 horas semanais, sendo como critério a participação voluntária do público-alvo que procurava o local. As intervenções se efetivaram na forma de Aconselhamento Psicológico e se sucederam de forma breve, consistindo na escuta, acolhimento e suporte emocional em até 3 atendimentos.

Como critérios de inclusão para a presente pesquisa foi selecionada uma mulher, vítima de violência doméstica, que apresentou interesse em participar do atendimento realizado pelos plantonistas do local e concluiu os três aconselhamentos oferecidos, tendo uma evolução gradativa nos mesmos. Ademais, optou-se pelo referido caso dado a permanência no relacionamento



abusivo e a presença de variáveis de permanência na relação não vistos em demais casos acompanhados durante o semestre.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes da descrição do caso, vale ressaltar que segundo Manita, Ribeiro e Peixoto (2009), a Violência Doméstica possui três fases que se repetem de forma cíclica. A primeira delas é conhecida como Aumento de Tensão, marcada por ações de controle a vítima e irritabilidade do homem, expressa em forma de agressões verbais, ciúme patológico, controle, remoção de objetos da vítima e ameaças. A mulher nesta fase, evita irritar o companheiro já que este a culpa pela sua insatisfação, responsabilizando-a pela violência.

Como segunda fase, tem-se o Episódio de Violência, onde a violência verbal evolui e se associa a outros tipos de violência, muitas vezes ocorrendo agressão física e/ou sexual. A vítima, tenta não reagir com receio de que os episódios de violência continuem e devido ao medo e culpa, resquícios da primeira fase. Já na terceira fase, conhecida como Lua de Mel, o agressor busca a reconciliação, demonstrando arrependimento, carinho e atenção, bem como, realizando promessas de que o ato não irá se repetir mais, com medo do abandono (MANITA; RIBEIRO; PEIXOTO, 2009).

Nesse contexto, Verônica⁵ foi encaminhada para atendimento por meio do Plantão Psicológico após procurar a Delegacia para saber sobre a medida de afastamento solicitada no dia anterior. Apresentou-se abalada emocionalmente, chamando atenção da equipe, visto que, possui esquizofrenia e estaria sem sua medicação que ficou na casa do autor de violência doméstica.

Vale ressaltar que antes do atendimento, a equipe mostrou a acadêmica que iria atender o caso fotos do mandado de apreensão na casa em que a vítima morava com o autor da violência, onde os móveis estavam cheios de “recados” deste declamando o amor e pedindo que voltassem. Ademais, segundo informações dos profissionais do local, Verônica acreditava que o ex-

⁵ Os nomes aqui listados são fictícios, preservando a real identidade dos (as) participantes por questões éticas. De acordo com o art.16 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005): “O Psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias [...] c) Garantirá o anonimato das pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes”.



companheiro era seu “curador”, bem como, estaria preocupada pelo fato do mesmo estar ameaçando se suicidar com o fim do relacionamento.

Pode-se observar que o ato do companheiro colar recados nos móveis pode ter relação a fase de lua de mel encontrado no Ciclo da Violência Contra a Mulher, fase essa que o homem busca demonstrar seu arrependimento após um episódio de violência doméstica, tentando reconquistar a vítima com promessas, demonstrações de afeto e esperança de mudança. Entretanto, de forma antagônica, a ameaça ao suicídio pode ser interpretada como indício da presença e repetição da fase da tensão, onde o agressor intimida, provoca, ameaça e chantageia a vítima (MANITA; RIBEIRO; PEIXOTO, 2009).

Posto isto, Verônica foi chamada para seu primeiro aconselhamento, onde entrou na sala cabisbaixa e chorosa, entretanto, com estabelecimento de rapport, entendido segundo Almeida (2004) como uma técnica usada para criar uma ligação de sintonia e empatia com outra pessoa, a atendida espontaneamente verbalizou sua história de vida.

Destacou que era separada há 3 anos de um companheiro no qual amava, mas que devido ao uso de substâncias por parte do mesmo optou pela separação. Nesse rompimento, destacou que não teve apoio de seus familiares, e, frente a falta de local para ficar, decidiu mudar de cidade com sua roupa do corpo, um animal de estimação e poucos utensílios, gerando dificuldades na questão de alimentos e moradia em que dependia de abrigo e doação de pessoas e órgãos religiosos.

Segundo Nimtz et al (2014) a Dependência Química é uma doença que afeta a dinâmica familiar; as consequências do uso de entorpecentes evidenciam um comportamento egoísta por parte do usuário, resultando na perda de confiança do parceiro e familiares. Ademais, a convivência com um dependente químico em um relacionamento familiar torna-se difícil devido às frequentes desavenças e conflitos, que conseqüentemente causam a quebra do vínculo familiar.

Nesta circunstância, Verônica verbalizou que conheceu Márcio, aqui conhecido como o autor da violência doméstica, que na época prestou-lhe cuidados, levando-a ao médico e oferecendo alimentação e moradia. Conseqüentemente, ambos começaram a conviver maritalmente, mesmo sem o



sentimento de amor por parte da atendida, que segundo ela sempre pontuava essa ausência de afeto a Márcio.

Essa relação de cuidado prestada por Márcio no início do relacionamento pode ser relacionada ao Amor Patológico, no qual segundo Sophia, Tavares e Zilberman (2007) caracteriza-se pela atração que um sujeito possui por parceiros que necessitam de cuidados e atenção, esperando receber afeto de mesma intensidade. Essa característica torna o sujeito co-dependente da relação, e o parceiro ao não conseguir retribuir o afeto na mesma intensidade frustra-se e sente-se incapaz de acabar com o relacionamento.

Já, em relação a Verônica, nota-se como a questão social e econômica contribuíram para sua inserção no respectivo relacionamento. Conforme Farinha e Souza (2016), a violência doméstica está associada a diversas variáveis sociais e de gênero, como baixa escolaridade, baixa renda, consumo de álcool e outras drogas, falta de diálogo e presença de violência na família.

Consequentemente, por conta da questão laboral, o casal mudou-se de Estado, e, segundo Verônica, Márcio começou a demonstrar ciúmes excessivos na medida em que frente ao compartilhamento de celular, o autor passou a controlar mensagens e redes sociais da atendida, ação que evoluiu rapidamente para acusações de que ela estaria traindo-o com o ex-marido. Segundo Verônica, quando a mesma quis retornar a sua cidade natal, a situação se tornou insustentável, visto que Márcio tentou jogar o carro em que estavam ambos contra um caminhão e andava com uma faca no veículo, gerando o que foi descrito pela atendida como terror.

Acerca dos fatos, Silva e Silva (2019) consideram que certa situação não se trata de um amor saudável, mas sim de possessividade. Ainda de acordo com os autores, esses agressores visam controlar e manipular suas vítimas a qualquer custo, sendo que quando se veem na possibilidade de serem abandonados ou trocados, inicia-se um tipo de reação violenta, oriundo de seu padrão comportamental, fazendo com que muitas vezes criem idealizações de que se a vítima não for deles, não será de mais ninguém.

Assim, com o retorno à cidade em que também mora o ex-marido, Verônica comentou que os ciúmes de Márcio aumentaram, e ele passou a ameaçar seu ex-companheiro e demonstrar ainda mais agressividade. Dias



antes de procurar a Delegacia, Márcio perguntou se ela o amava, e, frente a uma resposta negativa, expulsou-a de casa, acusando-a de traição.

Nesse momento, Verônica pontuou a falta de apoio familiar, e, tendo em vista que a casa do ex-marido também era sua, voltou a residir com ele. Verbalizou que o ex-companheiro afirmou que gostaria de dar uma segunda chance ao matrimônio, mas que antes gostaria de “pôr os pontos nos is” (sic), o que deixou a atendida angustiada. Por fim, frisou culpa por não gostar de Márcio e indicou que não estaria se alimentando e dormindo nos últimos dias, por conta de uma ameaça de suicídio que recebeu do autor de violência. Expressou também, vontade de acabar com sua vida.

A vivência de violência doméstica desencadeia diversas consequências psicológicas e físicas nas mulheres. À vista disso, sofrer violência doméstica é entendido como um fator de risco para a apresentação de ideias ou tentativas de suicídio. Uma em cada quatro mulheres que tenta contra sua própria vida é ou foi vítima de violência, visto que de todas as mulheres que buscam serviços de emergência, as que sofreram violência doméstica indicam uma probabilidade cinco vezes maior de suicidar-se (SÁ, 2011).

Nesse primeiro contato, as intervenções realizadas consistiram em escuta empática, validação pelo pedido de ajuda, plano emergencial por conta do risco de vida e investigação e incentivo à procura de rede de apoio da atendida, quase nulo. Houve também, incentivo a práticas de autocuidado e diálogo sobre prós e contras de se manter em um relacionamento sem amor, na medida em que conforme Bertolote, Melo-Santos e Botega (2010), ao atender uma pessoa em crise, o profissional deve desenvolver três ações: ouvir as verbalizações dos pensamentos e sentimentos do atendido, trabalhar a aceitação e tolerância a ambivalência, para pôr fim, refletir sobre possíveis pontos de apoio e esperança.

Outrossim, foi agendado um segundo aconselhamento com Verônica, no qual soube-se anteriormente pelos profissionais do campo de extensão que tinha atentado contra sua própria vida, tomando uma dose excessiva de medicamentos, bem como, teria retornado ao relacionamento com o autor de violência.

Nesse atendimento, novamente a vítima apresentou-se cabisbaixa e com um semblante triste. Notou-se que estava acompanhada do autor de violência, tal qual apresentava-se abatida e aparentemente fraca, o que se esclareceu



durante o aconselhamento pela sua insônia e recuperação da lavagem estomacal que precisou passar, no qual não estava conseguindo ingerir alguns alimentos pela dor de garganta.

Desse modo, começou o atendimento verbalizando que havia “feito besteira” (sic), se referindo a tentativa de suicídio. Explicou, que recorreu a esse ato porque se aproximou da sua irmã, e, seu sobrinho acabou humilhando-a pela situação que estava vivenciando, bem como, que o ex-marido no qual voltou a conviver pediu para que se retirasse da casa e “levar suas coisas nas costas” (sic).

No relato, Verônica chorou muito, evidenciando seu histórico de abandono familiar que teve durante toda a sua vida. Destacou que sua mãe a deixou com o pai, que a entregou a sua avó, e, frente a morte desta, a sua madrinha ainda criança. Na adolescência, comentou que essa genitora morreu, e que sua madrinha passou a tratá-la mal, descrito, em suas palavras “eu sempre me senti um estorvo” (sic).

De acordo com Brito e Koller (1999), apud Juliano e Yunes (2014, p. 45) a rede de apoio social consiste em um “conjunto de sistemas e de pessoas significativas, que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo”. Além disso, segundo Tsai et. al (2011), relações interpessoais e de intimidade precárias estão associadas a diversas desordens clínicas, sendo o apoio social, principalmente o familiar, entendido como um importante requisito para a recuperação, enfrentamento e superação em situações de crises e prevenção de psicopatologias.

Nesse sentido, nota-se a ausência de rede de apoio social no caso de Verônica, que mais de um momento na situação de violência aqui descrita, verbalizou a falta de apoio, explicitando que ninguém ofereceu abrigo além do ex-marido que depois a expulsou, e que inclusive o cunhado cedeu seu celular à Márcio, que continuou enviando mensagens a ela, apesar da medida protetiva. Nesse contexto, comentou que encontrou uma amiga que a incentivou a conversar com Márcio e dar a ele uma segunda chance, expressando de forma passiva que “às vezes a vida parece sem sentido, mas que só basta continuar” (sic).

Zanotto et al. (2019), retratam que, por diferentes motivos, é comum a permanência de mulheres em relações tóxicas e em relacionamentos abusivos



mesmo após situações de agressividade e violência. Ressaltam que há várias mulheres que mesmo com a medida protetiva deferida, optam por deixar de lado esse direito e retomam com o relacionamento, mesmo que companheiros retomem a total influência nas suas decisões. No caso estudado, pode-se perceber que o retorno ao relacionamento está intimamente ligado à dependência emocional e financeira de Verônica ao agressor, descrito na literatura como os fatores mais mantenedores das relações abusivas (SILVA; SILVA, 2019).

Frente ao segundo atendimento com Verônica, adveio um sentimento de impotência por parte da acadêmica que atendeu o caso, tendo em vista as diversas variáveis que contribuíram para o retorno dela no relacionamento em questão. Chegou a ser perguntado para a atendida no que ela gostaria de ser ajudada, o que indicou que “ser ouvida já bastava” (sic). Ademais, houve acolhimento, validação, estabelecimento de contrato de não suicídio, incentivo a buscar acompanhamento médico psiquiátrico e psicológico, além do diálogo sobre a importância do autocuidado, para pôr fim, através de um abraço, foi oferecido um modelo de afeto genuíno a atendida, que ficou emocionada com o gesto.

Acerca do contrato de não suicídio, os autores Bertolote, Melo-Santos e Botega (2010) indicam que a técnica é válida se utilizada dentro de uma relação terapêutica mais consolidada, ou seja, tendo em vista o caráter emergencial e pontual do Aconselhamento Psicológico, é ainda mais necessário que o atendido seja encaminhado. Já sobre a atenção dada no atendimento quanto ao modelo de afeto, remete muito a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP), na medida em que houve uma tentativa de estabelecer um ambiente de conexão com a atendida, para que o comportamento de intimidade fosse desenvolvido, modelado e reforçado (TSAI, et. al, 2011).

Conseqüentemente, após uma semana, foi agendado o retorno final de Verônica, que por sua vez apresentou-se mais calma e até mesmo risonha ainda na recepção, na companhia do autor de violência. Convidada a entrar na sala para iniciar o atendimento, assim como, questionada sobre como se sentia, verbalizou estar melhor, indicando que se consultou e fez exames que constatam anemia, da mesma forma que estava conseguindo melhorar sua qualidade de vida, dormindo e comendo melhor.



Em seu discurso Verônica trouxe que é evangélica, e por conta dos ciúmes de Márcio chegou a largar a religião, onde tinha por hábito ir a cultos e ajudar pessoas por meio da escuta e círculo de orações. Nesse contexto, verbalizou que irá voltar a frequentar as missões e que está incentivando o autor de violência a acompanhá-la, tal qual, citou mudanças positivas no comportamento deste, como auxílio nas tarefas domésticas e no restabelecimento de sua saúde, aqui vale destacar que Márcio aderiu também a um atendimento individual por meio do aconselhamento psicológico.

Entretanto, descreveu em suas palavras uma “obsessão” (sic) de Márcio para com ela, tendo em vista que ele não aceita perdê-la e se sente ameaçado pelo seu ex-marido, pelo fato de Verônica amá-lo. Disse ainda, que acredita que o amor ao autor de violência ainda não existe, mas poderá vir com o tempo se o mesmo continuar melhorando seu comportamento. Para isso, expôs que dialoga com o mesmo sobre a importância de ouvi-la e controlar seu temperamento.

Segundo Silva e Silva (2019), muitas vítimas, uma vez que passam por momentos bons e de melhoras, mesmo frente a violência, estão sempre esperando por uma atitude, mudança ou até mesmo uma “compensação” por parte de seu companheiro, fazendo assim, com que o ciclo de violência se repita sem um fim. Assim, denota-se a importância do atendimento psicológico do agressor, para reflexão, reeducação e ressocialização deste, como foi oportunizado (OLIVEIRA; GOMES, 2011).

Por fim, indicou já estar na fila de espera para atendimento psicológico pelo Centro de Atenção Psicossocial, assim como, foi incluída na fila de espera do Serviço Escola do referido Centro Universitário. Além disso, Verônica foi validada a retornar suas atividades religiosas de forma a obter um apoio da comunidade e aumentar seu círculo social, bem como, foi realizada uma reflexão quanto aos sinais de alerta para procurar auxílio e/ou romper o relacionamento.

Na literatura, Macchiaverni, Borges e Oliveira (2013) destacam a importância da extensão da rede de apoio a sujeitos que tentaram suicídio, principalmente se a família é hostil com o cliente. Dado o exposto, denota-se a importância da disponibilização do Plantão Psicológico na Delegacia da Mulher, bem como, do atendimento imediato e emergencial a vítimas de violência, na medida em que segundo Farinha e Souza (2016, p. 70), “enquanto ação



terapêutica, o plantão pode ser espaço fértil para os processos de ressignificação de experiências emocionais”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Violência contra a Mulher é um fenômeno social que possui alta complexidade. Para compreender este fenômeno é necessário um olhar empático, considerando aspectos multifatoriais que permeiam o comportamento violento e a permanência da vítima em uma relação abusiva. Ao evidenciar o caso da vítima relatada neste artigo, percebemos que o autor de violência a conheceu em uma situação de vulnerabilidade, e, aliado a ausência de rede de apoio e independência financeira a atendida em diversos momentos verbaliza indiretamente a ausência de opções para superar o Ciclo da Violência Doméstica.

Nota-se que mesmo com o sentimento de impotência presente nos acadêmicos frente a manutenção da relação abusiva, os atendimentos ofertados tiveram resultado, na medida em que a vítima teve ao seu dispor um local de acolhimento, afeto e ausência de julgamentos, onde se permitiu refletir e ressignificar sobre suas vivências e relacionamento, superar comportamentos de risco, aumentar sua expressividade e conseqüentemente, seu fortalecimento emocional dentro de suas escolhas e limitações.

De modo geral, o Projeto de Plantão Psicológico na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de União da Vitória, efetivou-se de maneira positiva. Ressalta-se que o espaço não possui nenhum tipo de atendimento psicológico, assim foi possível proporcionar acolhimento e escuta, favorecendo a instrumentalização das mulheres para lidar com a violência, bem como, prestar atendimento às demais pessoas que procuram a instituição citada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. V. A entrevista psicológica como um processo dinâmico e criativo. **Psic: Revista da Vetor Editora**, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142004000100005. Acesso em: 19 mai. 2022.



BERTOLETE, J. M; MELLO-SANTOS, C; BOTTEGA, N. J. Detecção do risco de suicídio nos serviços de emergência psiquiátrica. **Brazilian Journal of Psychiatry**: 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/tF7BMYsc7sT53qQd5hWrPt/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BORDÃO, E. L; ALVES, M.S. A necessidade do atendimento psicológico de plantão dentro das Delegacias de Defesa da Mulher. **Brazilian Journal of Delevopment**: 2019. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/1597/1472>. Acesso em: 17 mai. 2022

BRASIL, **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. XII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, Brasília: 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.140, de 7 de agosto de 2006**: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República: 7 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 17 mai. 2022.

BRASIL. Norma Técnica de Padronização das DEAMs. **Brasília**: Secretaria de Política para as Mulheres, 2010. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/lei-maria-da-penha/lei-maria-da-penha/norma-tecnica-de-padronizacao-das-deams-.pdf>. Acesso em 10 abr. 2022.

FARINHA, M. G; SOUZA, T. M. C. Plantão Psicológico na Delegacia da Mulher: experiência de atendimento sócio-clínico. **SPAGESP**: 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v17n1/v17n1a07.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2022.

HABIGZANG, L. F; WILLIAMNS, L. C. D. A; GOMIDE, P. I. C. **A outra face da violência**: agressores em múltiplos contextos. Curitiba: Juruá, 2016.



JULIANO, M. C. C; YUNES, M. A. M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**: São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/BxDVLkfcGQLGXVwnHp63HMH/#>. Acesso em: 26 mai. 2022.

MACCHIAVERNI, J; BORGES, L. M; OLIVEIRA, L. D. B. Instrumento para registro de atendimento psicológico a tentativas de suicídio. **Barbaroi**: Santa Cruz do Sul: 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000200013. Acesso em: 23 jun. 2022.

MANITA, C; RIBEIRO, C; PEIXOTO, C. **Violência doméstica: compreender para intervir: guia de boas práticas para profissionais de saúde**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009. Disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13450/1/VD4_GBP_PROFISSEIONAIS_SAUDE.pdf>. Acesso em 25 mai. 2022.

MORATO, H. T. P. **Aconselhamento psicológico**: uma passagem para a transdisciplinaridade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

NIMTZ, M. A; TAVARES, A. M. F; MAFTUM, M. A; FERREIRA, A. C. Z; BORBA, L. O; CAPISTRANO, F. C; **Impacto do uso de drogas nos relacionamentos familiares de dependentes químicos**. Cogitare Enferm: 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/35721>>. Acesso em 26 mai. 2022.

OLIVEIRA, K. L. C; GOMES, R. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gR4Nvm4sRGspbGvwRcSDwbN/>. Acesso em 28 mai. 2022.

ORMENO, G. R; JUNIOR, E. C. **A Violência Contra a Mulher**. IN: GOMIDE, P I. C, et. al. Introdução à Psicologia Forense. Curitiba: Juruá, 2016.

PATTERSON, L.E; EISENBERG, S. O processo de aconselhamento. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

REBOUÇAS, M. S. S; DUTRA, E. Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 19-28, jun. 2010. disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 12 mar. 2022.



SÁ, S. D. **Características sociodemográficas e de personalidade de mulheres vítimas de violência doméstica.** Tese Doutorado em Psicologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4989/1/000429854-](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4989/1/000429854-Texto%2BCompleto-0.pdf)

Texto%2BCompleto-0.pdf. Acesso em: 26 mai. 2022.

SILVA, D; SILVA, R. L. F. C. Violência contra as mulheres nos relacionamentos conjugais e a dependência emocional: fator que influencia a permanência na relação. **Humanidades & Tecnologia:** 2019. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1008/727. Acesso em: 24 mai. 2022.

SOPHIA, E. C; TAVARES, H; ZILBERMAN, M. L. **Amor patológico: Um novo transtorno psiquiátrico?** Revista Brasileira de Psiquiatria. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/WCytcgqjByrLczK5PPV5Pqb/?lang=pt>. Acesso em 26 mai. 2022.

SOUZA, T. M. C; REZENDE, F. F. **Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos.** Revista: Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina: 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000200003. Acesso em: 12 mar. 2022.

SOUZA, L; CORTEZ, M. B. A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública:** 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tKZJGXH95v3FZtWSd87PYyG/?lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2021.

TSAI, M, et.al. **Um Guia para a Psicoterapia Analítico Funcional (FAP):** Consciência, Coragem, Amor e Behaviorismo. ESETec, Santo André: 2011.

ZANOTTO, A. et al. **Análise da subjetividade da mulher em situação de violência doméstica.** Anais – VII Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG, Caxias do Sul, v. 7, ed. 7, 2019. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao/article/view/4175>. Acesso em: 24 mai. 2022.